UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

JUSSARA FRANÇA DE AZEVEDO

Política tarifária e indústria no Império Brasileiro (1840- 1889)

SÃO PAULO

2018JUSSARA FRANÇA DE AZEVEDO

Política tarifária e indústria no Império Brasileiro (1840- 1889)

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, da obtenção do título Doutora em História Econômica.

Área concentração: História Econômica.

Orientador: Dr. José Jobson de Andrade Arruda

São Paulo, ____/____/____

Orientador Professor Dr. José Jobson de Andrade Arruda

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Azevedo, Jussara França

A994p

Política Tarifária e Indústria no Império Brasileiro (1840-1889) / Jussara França Azevedo; orientador José Jobson de Andrade Arruda. - São Paulo, 2018. 577 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. História Econômica. 2. Tarifa. 3. Alfândega. 4. Política Alfandegária. 5. Associação Industrial. I. Arruda, José Jobson de Andrade, orient. II. Título.

Nome: AZEVEDO, Jussara França de

Título: Política tarifária e indústria no Império Brasileiro (1840- 1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título Doutor em História Econômica.

Aprovada em: / /2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda (orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Julgamento: _____

Prof. Dr. Hernani Maia Costa

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Julgamento: _____

Prof. Dr. Pablo Oller Mont Serrath

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Julgamento: _____

Prof^a. Dr. Vera Lúcia Amaral Ferlini

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Dedico esta tese de doutoramento a DEUS, por sua intensa participação e por sua direção na elaboração e na escrita. E que durante todos esses anos pode demonstrar a mim, Misericórdia, Graça e Amor. Proclamo meu Amor a DEUS. SEMPRE QUERO ESTAR DIANTE DO SENHOR DEUS HONRANDO-O E BENDIZENDO- O.

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe Laudicéa França de Azevedo (In Memoriam), que ao partir muito cedo de minha vida pode deixar seu exemplo de mulher forte e determinada ao cuidar de três meninas e trabalhar fora para suprir as necessidades do lar. E que, ao se despedir da vida, pede ao meu pai que nos mantivesse unidas, tarefa que meu pai empenhou-se e em cumprir.

Agradeço a minha tia avó Elza Magalhães (In Memoriam), que esteve comigo durante toda a minha vida. Ela foi a mãe que tive e sempre foi meu socorro e minha orientadora, me amparado e dando-me direção emocional, intelectual e espiritual.

Agradeço a meu pai o senhor José Ribeiro de Azevedo (In Memoriam), que foi a figura mais significativa em minha vida, pois após o falecimento de minha mãe (quando eu tinha sete anos de idade à época) se esforçou muito em desempenhar os dois papéis (pai e mãe) em nossa família e pelo seu imenso amor.

As minhas irmãs Valéria França de Carvalho Santos e Adriana França de Azevedo que com imensa paciência puderam acompanhar minha trajetória neste curso, me incentivando nos momentos mais difíceis, sempre ao meu lado, demonstrando amor e companheirismo, sempre perguntando: “e aí está conseguindo avançar?!”

Ao meu orientador Professor Dr. José Jobson de Andrade Arruda que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis desta caminhada. Atravessou comigo um período triste de minha vida, por ocasião do falecimento de meu pai. Minha gratidão pelo carinho e apoio.

Ao Professor Dr. Cezar Honorato que foi um dos membros em minha Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2011, quando nos conhecemos e tive a oportunidade de ganhar um amigo e companheiro acadêmico. Até a presente data tenho sido agraciada por Deus por seu companheirismo e por sua coorientação nesta tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense que contribuíram de forma significativa para o preparo desta tese, pois em cada oportunidade de aulas ministradas puderam contribuir de forma expressiva para o meu aprendizado.

Agradeço aos membros da banca de defesa desta tese que participaram e puderam contribuir para a maturação deste objeto. São os professores doutores Cezar Teixeira

Honorato, da Universidade Federal Fluminense, Hernani Maia Costa, da Universidade Estadual de Campinas, Pablo Oller Mont Serrath, da Universidade Estadual de Campinas e Vera Lúcia Amaral Ferlini, da Universidade de São Paulo.

Agradeço ao CNPQ pela bolsa de doutorado que proporcionou as condições adequadas para a elaboração deste trabalho.

Agradeço a Cátedra Jaime Cortesão e ao Instituto Camões por ter proporcionado a viagem a Portugal com o objetivo de pesquisar bibliografia e documentos para a tese.

Aos amados que leram esta tese já agradeço antecipadamente rogando ao Senhor Deus que os abençoe e os guarde com a sua presença.

RESUMO

AZEVEDO, Jussara França de. **Política tarifária e indústria no Império Brasileiro (1840 - 1889)**, 2018. 577 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

A tese demonstra a conformação do pensamento protecionista industrial no Brasil durante o Segundo Reinado. Tal pensamento, que se manifestava em ação ou projetos de ação por parte de determinado grupo, consolidou-se com a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Apreende-se, portanto, a formação desse pensamento protecionista e a atuação de um grupo que buscava tarifas alfandegárias que protegessem a indústria nacional. Esse grupo, o pensamento por ele defendido e suas ações se consolidaram na década de 1880.

A análise será feita a partir da década de 1840, a fim de expor a configuração do pensamento protecionista proposta na Tarifa de 1844, assim como a luta da seção da indústria fabril para se alcançar Tarifas Alfandegárias que protegesse a indústria, até chegar ao confronto com os ideários da Associação Industrial do Rio de Janeiro nas décadas de 1870-1880. Almeja-se demonstrar que esta entidade apregoa uma inovação, com o intento de servir como uma bandeira a favor da indústria fabril em torno de uma política tarifária contrária ao pensamento do Império na época.

Pretende-se compreender, o motivo pelo qual a indústria fabril não conseguiu o apoio necessário para o seu desenvolvimento. Pretende-se expor no decorrer desta obra os políticos e/ ou intelectuais que articulam a favor ou contra a indústria fabril com o propósito de se definir as razões do atraso do desenvolvimento da indústria no Império.

A Associação Industrial do Rio de Janeiro era uma entidade burguesa que discutia as Tarifas Alfandegárias a fim de especificar suas deficiências com o intuito de “influir” na dinâmica econômica do Império. E assim, demarcar seus interesses e interferir com propostas que pudessem favorecer os industriais que se congregaram nesta entidade, alardeando uma proposta protecionista com o intuito de ser uma alternativa para o desenvolvimento econômico do Império.

Palavras-chaves: Protecionismo; Livre-câmbio; Indústria; Associação; Tarifa.

ABSTRACT

AZEVEDO, Jussara França de. **Tariff Policy and Industry in the Brazilian Empire (1840 - 1889)**, 2018. 577 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

The thesis demonstrates the conformation of industrial protectionist thought in Brazil during the Second Reign. This thought, which manifested itself in action or projects of action by a certain group, consolidated itself with the formation of the Industrial Association of Rio de Janeiro. Thus, the formation of this protectionist thought and the action of a group that sought tariffs that protected the national industry, is therefore seized. This group, the thought he defended and his actions consolidated in the 1880s.

The analysis will be made starting in the 1840s, in order to expose the configuration of the protectionist thinking proposed in the Tarifa of 1844, as well as the struggle of the section of the manufacturing industry to achieve Customs Tariffs that would protect the industry, until confronted with the ideas of the Industrial Association of Rio de Janeiro in the 1870s and 1880s. It is hoped to demonstrate that this entity proclaims an innovation, with the intention to serve as a flag in favor of the factory industry around a tariff policy contrary to the thought of the Empire at the time.

It is intended to understand, the reason why the manufacturing industry did not get the necessary support for its development. It is intended to expose in the course of this work the politicians and / or intellectuals who articulate for or against the manufacturing industry with the purpose of defining the reasons for the delay of the development of the industry in the Empire.

The Industrial Association of Rio de Janeiro was a bourgeois entity that discussed the Customs Tariffs in order to specify their deficiencies in order to "influence" the economic dynamics of the Empire. And so, demarcate their interests and interfere with proposals that could favor the industrialists who congregated in this entity, boasting a protectionist proposal with the intention of being an alternative for the economic development of the Empire.

Key-words: Protectionism; Free-Trade, Industry; Association; Rate.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Países que faziam comércio com as Alfândegas do Império.	167
Quadro 2- Relação das fábricas e oficinas do Império e a sua identificação.....	189
Quadro 3-Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1880-1881.....	399
Quadro 4 -Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882-1885.....	399
Quadro 5- Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1885.	400
Quadro 6-Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1886.	400
Quadro 7-Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1887.	400
Quadro 8 - Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1888.	400
Quadro 9 - Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1889.	401

LISTA DE TABELA

Tabela 1-Importação e Exportação nos anos quarenta e cinquenta do século XIX....	176
Tabela 2-As rendas das Alfândegas dos anos 1830.....	176
Tabela 3 - A renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1857.	233
Tabela 4-A renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1860.	242
Tabela 5-Renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1869.....	266
Tabela 6-Renda de Exportação e Importação no período da Guerra do Paraguai.	287
Tabela 7-A renda de Exportação e Importação na vigência da Tarifa de 1874.....	297
Tabela 8-A renda de Exportação e Importação na vigência da Tarifa de 1879.....	340
Tabela 9 -Receita e Despesa do ano de 1882.	396
Tabela 10-As províncias representadas nas Exposições de 1861 a 1889.	452
Tabela 11 -Renda de Importação e Exportação da Tarifa de 1881.....	505
Tabela 12 -Renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1887.....	515
Tabela 13-Renda de Importação e Exportação da Tarifa de 1888.....	531

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1- O IMPÉRIO FACE AO PROBLEMA INDUSTRIAL E TARIFÁRIO.....	37
1.1-As Associações no século XIX e sua importância política.....	37
1.2- A indústria fabril e as Tarifas Alfandegárias e suas Revisões.....	44
1.3- A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Império.....	64
1.4- As Associações Comerciais no Império.....	80
2- O MOVIMENTO EM PROL DA INDÚSTRIA NOS ANOS 1840 E A TARIFA ALVES BRANCO DE 1844.	93
2.1- Os Obstáculos à Indústria Fabril nos primeiros anos do século XIX.....	93
2.2- O sistema Protecionista e o sistema Livre-câmbio e seus expoentes no Brasil.....	107
2.3- O Clamor do Ministro da Fazenda Alves Branco a favor da Tarifa das Alfândegas de 1844.....	113
2.4- A Revisão da Tarifa de 1844 e a luta entre o comércio e a indústria fabril.....	138
2.4.1- A Revisão da Tarifa de 1844 e suas principais ponderações.....	138
2.4.2- Crítica da Comissão Revisora ao Relatório do Senhor Ministro da Fazenda Alves Branco de 1845.....	171
3- QUESTÃO TARIFÁRIA NO CONTEXTO DAS CRISES ECONÔMICAS NOS ANOS 1850-1860.	193
3.1. A Crise de 1857 e a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1857.....	193
3.1.1. A crise de 1857.....	193
3.1.2 - A Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1857.....	217
3.2- A Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1860 e as suas mudanças na estrutura da Tarifa.....	234
3.3. A crise comercial de 1864 e a Revisão da Tarifa de 1869.....	243
3.3.1 A Crise comercial de 1864.....	243
3.3.2- A Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1869.....	257

4- A SOCIEDADE DE DEFESA DA INDÚSTRIA E A POLÍTICA TARIFÁRIA.....	279
4.1- A Revisão Tarifa das Alfândegas de 1874 e a Tarifa.....	279
4.2 - Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1879.	325
4.3- O conceito de indústria do ponto de vista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.....	348
4.4 - A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e sua Crise.	356
5-ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO FRENTE À POLÍTICA TARIFÁRIA.	369
5.1- A Formação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.	369
5.2- A proposta Protecionista da Associação Industrial do Rio de Janeiro e seus métodos de propaganda.....	404
5.2.1- O Periódico O Industrial e a sua luta em propagar a ideia protecionista da AIRJ.	413
5.2.2- O Relatório Apresentado ao Ministro da Fazenda pela Comissão Industrial de 1882 e Informações apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura em 1883.	434
5.2.3- As Exposições Industriais de 1881,1882, 1888 e 1889 e o experimento de demonstrar a ação política da AIRJ.....	450
5.3- A Revisão da Tarifa de 1881 e a reação do Comércio contra a Indústria Fabril.	488
5.4- A Associação Industrial do Rio de Janeiro e a sua Luta pela Indústria Fabril através da Revisão da Tarifa de 1886/7 e 1888/9.....	510
5.4.1- A Revisão da Tarifa de 1886 e a Tarifa de 1887.....	510
5.4.2- A Revisão da Tarifa de 1888 e a Tarifa de 1889.....	524
6- CONCLUSÃO	537
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	541
ANEXO.....	541

INTRODUÇÃO

O Segundo Reinado foi marcado por grandes acontecimentos e rupturas. No cenário político isso se evidencia desde maioridade de D. Pedro II, passando pela Abolição da Escravatura até chegarmos a Proclamação da República. Já no aspecto econômico, as crises de 1857 e de 1864, e a Guerra do Paraguai marcaram o setor econômico do Império trazendo-lhe numerosas consequências sociais e políticas. O setor agroexportador, que movimentava uma parte significativa da economia no Império, passou a sofrer com a crise do café, que ao longo do período, se agravava de maneira a assolar a economia. Em todo esse complexo de fatores, pode-se observar uma mudança no grupo de poder em que uma fração de grupo rompe a ponto de almejar lugares e posições dentro do bloco de poder.

Os anos quarenta foi uma década repleta de movimentos políticos: a Maioridade do Imperador; a transição do primeiro para o Segundo Reinado que com as suas controvérsias e com o fim do Tratado com a Inglaterra ocasionou transformação na Política Tarifária do Império e, por conseguinte, o surgimento de grupos sociais que almejavam ter seu espaço político assegurado. No aspecto externo veremos que o Congresso de Economistas de 1847, realizado na Bélgica, dispõe em seu escopo o entendimento quanto à necessidade de se unificar o pensamento do livre câmbio no Mundo.

Nos anos cinquenta e sessenta, tem-se uma reviravolta no aspecto econômico com as crises econômicas de 1857 e 1864 e a Guerra do Paraguai, entre 1865 a 1870. Em meio aos acontecimentos internos, se vê a articulação política internacional com o Congresso Internacional - Reformas Aduaneiras de 1856, na Bélgica, trazendo por objeto a unificação dos países Europeus com referência às Alfândegas e ao sistema do livre câmbio. Têm-se ainda as Tarifas de 1857 e 1860 - com tendência mais do livre câmbio inclinada a suprir às necessidades de recursos para o Tesouro e, nesse enredo, uma Tarifa mais protecionista: a de 1869 com a articulação política da seção da indústria contra a seção do comércio dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).

Nos anos de 1870 a 1880, surgiram ideias de um projeto novo para o Império, advindas de um grupo organizado no país, que propunham mudanças para o quadro político-econômico nacional. Nesse contexto histórico, inaugurava-se a Associação Industrial do Rio de Janeiro (AIRJ), uma entidade que defendia a indústria fabril no século XIX. A AIRJ sinalizava um novo projeto para a economia, uma alternativa para área econômica, apresentando uma proposta de mudança para o quadro político econômico, com alteração na política tarifária do Império.

Tendo em vista a importância histórica desse projeto, a Associação Industrial do Rio de Janeiro foi escolhida como objeto de estudo nesta tese, por ser esta a gênese do processo de industrialização no Brasil. Pois, foi essa a primeira entidade que propôs a defesa e o apoio à indústria fabril, como alternativa para a economia do Império na década de 1880.¹ A relevância da pesquisa se apresenta na medida em que procura analisar e compreender as dificuldades enfrentadas pelos agentes que a criaram e os meios que utilizaram para serem reconhecidos como uma organização industrial. Esses agentes puderam apresentar uma proposta protecionista com a organização de uma entidade burguesa no Império.

Quanto à temática, as perguntas levantadas para conformar a AIRJ são: Qual o papel da Tarifa das Alfândegas na economia do Império? De que forma a Tarifa das Alfândegas alicerçada no sistema do livre câmbio ou do protecionismo era relevante para a economia do Império?! Qual a importância das Tarifas das Alfândegas para a indústria fabril? Qual a proposta da AIRJ para a economia do Império? De que forma essa Associação Industrial pode contribuir para a organização da indústria no Império? Quais as suas pretensões como entidade industrial? Por que esse período foi favorável à organização dessa entidade? Quais as frações de classes adentram nesta nova visão? Essas são questões importantes para quem ambiciona explorar esse assunto.

Outro objeto tratado serão as Tarifas das Alfândegas do Império graças ao fato de se constituírem a base de boa parte dos recursos para a manutenção das despesas do Império e, portanto, fundamental para o equilíbrio das contas públicas e, assim sendo, um meio eficiente para proteção da indústria nacional da concorrência estrangeira de maneira mais conveniente. Era a fonte mais expressiva de fomento para a economia por prover cerca de 60% a 80% do orçamento do Império.² Por esta razão, discutir, ou mesmo, trazer alguma mudança no sistema adotado nas Tarifas Alfandegárias significaria impactar a economia e proporcionar um conflito significativo dentro do bloco do poder.

Esse instrumento de manutenção da ordem econômica teria uma metodologia mais ágil na forma de trazer recursos para o Império, o que não requeria investimentos na produção da indústria. A entrada de artigos para o mercado interno forneceria recursos ao Tesouro para arcar com as despesas sempre crescentes. A discussão quanto ao sistema a adotar na entrada e

¹AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

²OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

saídas dos artigos nas Alfândegas se transformou na discussão mais relevante quando era acordado o orçamento do Império para a Legislatura seguinte.

Pode-se identificar na relação dos itens importados que chegavam às Alfândegas uma inumerável quantidade de artigos, desde a alimentação até os insumos e maquinários para a indústria e para a agricultura. A preparação de uma Tarifa se estabelecia a partir da necessidade econômica em cada Legislatura, podendo atender a interesses do fisco, da indústria fabril ou do comércio. Possuía também características bem definidas: divisão em classes, direitos de importação, isenção de direitos de consumo, gêneros proibidos, aplicação da Tarifa, baldeação, reexportação, e outros informes de acordo com cada Tarifa.

A política tarifária era de responsabilidade do Ministro da Fazenda, auxiliado por funcionários para a formulação da proposta política. O processo de elaboração se fazia da seguinte forma: a preparação era feita pelo Ministro da Fazenda e encaminhada para o poder Legislativo que, como de costume, na lei orçamentária autorizava a alteração do regime alfandegário e indicava as modificações necessárias. Após a votação, com as emendas feitas pelo Legislativo, a aplicação da Tarifa se fazia por decreto pelo Ministro da Fazenda.³

A prerrogativa do poder Legislativo fixava anualmente a despesa pública e repartia a contribuição direta, ficando a cargo da Assembleia Geral a matéria de imposto de importação, proibindo que as Assembleias das províncias legislassem sobre o assunto. Segundo Buescu : “A política Alfandegária ligada a taxaço das importações tinha implicações mais profundas no que concerne ao processo de desenvolvimento econômico e industrial.”⁴ Quanto ao imposto de exportação, esse poderia ter taxaço limitada para se evitar o encarecimento do produto nacional objetivando-se evitar a perda de concorrência no mercado externo.

A hipótese a que se aspira confirmar é de que a Associação Industrial do Rio de Janeiro foi a primeira entidade que defendeu a indústria fabril no Império, exercendo sua articulação política para se alcançar favores junto ao Governo e a visibilidade almejada junto à esfera pública. Tornou-se a primeira entidade de defesa ao processo da industrialização na década de 1880 no século XIX, germinando a gênese do processo de industrialização do Império do Brasil. Era uma entidade burguesa que discutia as Tarifas Alfandegárias a fim de especificar suas deficiências com o intuito de “influir” na dinâmica econômica do Império. E assim, demarcar seus interesses e interferir com propostas que pudessem favorecer os

³BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 279.

⁴Ibid., p. 99.

industriais que se congregaram nesta entidade, alardeando uma proposta protecionista com o intuito de ser uma alternativa para o desenvolvimento econômico do Império.

Quanto à originalidade do assunto, este fora uma temática nova pelo fato desta pesquisa almejar confirmar o pensamento industrial fabril protecionista ainda na década de oitenta do século XIX. A análise será feita a partir da década de 1840, a fim de expor a configuração do pensamento protecionista proposta na Tarifa de 1844, assim como a luta da seção da indústria fabril para se alcançar Tarifas Alfandegárias que protegesse a indústria, até chegar ao confronto com os ideários da AIRJ nas décadas de 1870-1880. Almeja-se demonstrar que esta entidade apregoa uma inovação, com o intento de servir como uma bandeira a favor da indústria fabril em torno de uma política tarifária contrária ao pensamento do Império na época.

A Tarifa das Alfândegas e a Associação Industrial do Rio de Janeiro são as lacunas a serem preenchida com esta tese. Com referência a Tarifa das Alfândegas, essa seria o alicerce da economia do Império por gerar os recursos financeiros para seu sustento, podendo ainda salvar e quitar as despesas do Império brasileiro. A Associação Industrial foi a primeira entidade a defender a indústria fabril no Império nas décadas de setenta e oitenta do século XIX, assim como a primeira a articular-se junto à esfera pública e ao Governo Imperial com o propósito de pelear por um espaço político e econômico apresentando uma proposta protecionista para o Império do Brasil.

Durante a pesquisa foi encontrado pouco material de estudos a respeito desta entidade. Apesar da literatura já mencionar a existência e até mesmo apregoar que foi insignificante o papel exercido por essa entidade, a AIRJ permaneceu em atividade por quase uma década. A descoberta de documentos, até então não conjecturados por outros historiadores, e após sondagem realizada, o interesse se conformou. Portanto, se pretende investigar mais densamente o discurso deste grupo, suas intenções e ideias para a indústria fabril nacional com relação as suas propostas de proteção à indústria. Foram encontradas também na documentação das Revisões Tarifárias discussões importantes quanto as propostas desta entidade.

Assim, esta pesquisa justifica-se na medida em que procura analisar e compreender quais foram as dificuldades enfrentadas pelos agentes que criaram a Associação Industrial, os meios que utilizaram para ser reconhecida como organização industrial e a sua articulação política quanto às Tarifas Alfandegárias que pudessem favorecer aos industriais existentes no Império. Compreendendo as circunstâncias da formação da Associação Industrial e sua luta pela indústria fabril, percebe-se a importância do empenho desses agentes, em um momento

histórico em que o país vivia crises na política agroexportadora vigente, se dispondo a ser uma nova referência para o desenvolvimento da economia brasileira.

E, finalmente, pela ausência de pesquisa em nível de tese quanto ao assunto, tendo em vista sua relevância para a História Econômica, uma vez que: se trata da primeira instituição a defender a indústria fabril no Império; e também a primeira a articular-se dentro do aparato político a fim de alcançar seus ideais - a defesa da indústria fabril nesse período.

A Associação Industrial do Rio de Janeiro se configurou como um partido que levantava a tese do protecionismo alfandegário no Império, contrário ao pensamento liberal até então solidificado. Almeja-se demonstrar que este grupo discutia as Tarifas Alfandegárias a fim de especificar suas deficiências, com o intuito de ‘influir’ na dinâmica econômica do Império e assim, demarcar seus interesses, interferindo com propostas que pudessem favorecer os industriais que se congregaram nesta entidade.

Pretende-se demonstrar, a partir dos dados coletados da receita do Império do Brasil, que fica claro que as Tarifas das Alfândegas contribuíam com 60% a 85 % da renda do Império. Portanto, a importância do debate acerca do sistema do protecionismo e do livre-câmbio para o equilíbrio econômico da nação.

Ressalta-se, ao longo da tese, o volume de importação arrecadada em cada Tarifa, com o objetivo de determinar o valor de uma Tarifa Protecionista ou do Livre câmbio na economia do Império. Dada a relevância da Tarifa das Alfândegas na economia do Império, fica clara a necessidade de sua exposição e a razão da discussão feita pela Associação Industrial do Rio de Janeiro a favor e em defesa da indústria fabril.

Desse modo, esta tese poderá contribuir no campo da História Econômica para a compreensão das lutas, no século XIX, pela construção ideológica em defesa da indústria fabril como instrumento de desenvolvimento nacional, a partir do contexto, econômico e sociopolítico, do Rio de Janeiro nas décadas de 1870 e 1880. Acredita-se que compreendendo as circunstâncias da formação da AIRJ, poder-se-á perceber a importância do empenho desses agentes num momento histórico em que o país vivia imerso na crise política agroexportadora vigente, se dispondo a ser uma nova referência para o desenvolvimento da economia brasileira.

A carência de bibliografia pertinente ao assunto foi a maior dificuldade para produção desta tese de doutorado, porém se constituiu em enorme desafio. Houve grande dificuldade de encontrar autores que já contemplaram o assunto anteriormente, ocasionando uma busca incessante por livros que pudessem garantir o mínimo de referencial. A dificuldade encontrada pode, então, explicar a importância da pesquisa, pois discute a princípio a questão

da primeira entidade que defende os interesses dos industriais no Império, confrontando assim, parte da historiografia a qual afirma que “a primeira entidade a defender os industriais se organizou em 1904, no século XX”.⁵

Há posições divergentes quanto ao começo da industrialização do país. Existem aqueles que entendem que a organização de grupo industrial se deu a partir das primeiras décadas do século XX. Dentre os autores que destacam a existência da entidade nesse período pode-se verificar Stanley J. Stein em seu livro “Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950” (1979), Edgard Carone (1978), Ângela Maria de Castro Gomes (1979) e o Werner Baer (1975). E há outra posição, que entende que a gênese da luta pela industrialização ocorreu no século XIX, na década de oitenta; assim como Nícia Vilela Luz (1975), Maria Bárbara Levy (1994) e Maria Inez Turazzi (1989).

Para Edgard Carone, em seu livro “O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)”, publicado em 1978, não havia a possibilidade de ter força política, por entender que a indústria tinha um papel subordinado ao interesse agroexportador. De acordo com o autor, não havia organização suficiente para poder ganhar expressão. Segundo ele a indústria se constituiu a partir de 1904, com o Centro Industrial do Brasil.

Entretanto, no livro “A luta pela Industrialização do Brasil: 1808-1930”, Luz (1975), o autor apresenta uma visão radicalmente distinta à ideia de Carone (1978), mostrando o empenho dos industriais quanto à sua organização em classe (propostas, ações e projetos). A necessidade de desenvolver a produção do país e amparar o trabalho e o capital brasileiro será com frequência utilizada no desenrolar da campanha em prol da industrialização do Brasil, não só no Império, como também na República.

Não só Nícia Vilela Luz, mas também Bárbara Levy (1994), em seu livro A Industrialização do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas, atestam a organização de um grupo industrial forte e disposto a lutar por seus interesses. Os empresários industriais reagiram através da organização da Associação Industrial, com o objetivo de atuar a favor de uma política protecionista para as indústrias fabris no país.

Conforme afirmam Nícia Vilela Luz (1975) e Maria Bárbara Levy (1994), a industrialização se deu já no século XIX, apesar de seus atropelos. Na verdade, as

⁵AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

dificuldades foram tantas para a superação de seus adversários que, no processo de sua formação como classe, seu começo foi um tanto pressionado pelas circunstâncias da conjuntura política e econômica do país e pelas crises dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Ângela Maria de Castro Gomes, em seu livro “Burguesia e Trabalho. Política e Legislação social no Brasil” (1979), afirma que em 1904, com a organização do Centro Industrial do Brasil, ocorrera a formação da primeira entidade que defendeu a indústria no país.

Como Maria Bárbara Levy (1994) exemplifica em seu livro “A Industrialização do Rio de Janeiro através suas Sociedades Anônimas, o porquê da facilidade de desenvolvimento da indústria no Rio de Janeiro”.

A decisiva vantagem que a indústria carioca tinha sobre os demais centros urbanos (...) era a sua superioridade como centro comercial, notável expressão do sistema financeiro e do seu porto relativamente bem aparelhado, o que permitia acesso às matérias-primas e combustíveis provenientes de outras regiões, e o fato de estar cercado de quedas d'águas de fácil aproveitamento para a produção de energia. A abundância de energia hidráulica desempenhou um papel importante pelo menos no início da industrialização.⁶

Edgard Carone (1975), em seu livro “O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)”, identifica que no século XIX criou-se simplesmente um vasto contingente de massas marginais, tanto político como econômico, no qual os imigrantes deslocavam as populações negras não havendo novos núcleos dinâmicos na economia para absorvê-los.

Nícia Vilela Luz (1975) argumenta, com um ponto de vista diferente, que a indústria conseguia usar o fato desta grande quantidade de mão de obra ociosa como um fundamento do por que se industrializar, haja vista, que existindo trabalho para essa gama de trabalhadores, haveria mercado para o consumo de produtos nacionais. Além do fato de tirá-los das ruas, dando possibilidade de crescimento econômico para este grupo, agora ingressado na sociedade brasileira.

E há ainda o autor Werner Baer que, no livro “A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil”, afirma que os surtos industriais se manifestaram nas primeiras décadas do século XX, quando as indústrias se organizaram tendo uma expressão mais definida. Para este autor, não havia manifestação significativa das indústrias existentes no século XIX,

⁶LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 135.

portanto sem a capacidade de se estruturar uma entidade que pudesse defender de forma articulada a indústria fabril no Império do Brasil.

Para os historiadores Ângela Castro Gomes, Edgard Carone e Werner Baer não havia condição política e econômica que pudesse favorecer a organização de uma entidade que se constituísse a fim de defender a indústria fabril no Império do Brasil. Para estes, a Associação Industrial do Rio de Janeiro não tinha articulação política suficiente para se manter e poder organizar-se como um grupo industrial na década de oitenta do século XIX, de exercer influência política e nem portanto, trazer uma proposta nova para a economia do Império.

Outra autora que argumenta a favor da organização de um grupo de industrial no período do Império foi Maria Inez Turazzi em seu livro: “A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX e XX,” (1989). Em sua obra, a autora aborda que Associação Industrial do Rio de Janeiro contra-atacou quanto à questão da ‘indústria artificial’ e a ‘indústria natural’. A AIRJ refutou no “Manifesto da Associação Industrial” as críticas recebidas e afirmou que “que os industriais, ao se utilizarem dos elementos ‘inaptos’ para o trabalho agrícola, estavam contribuindo para a ‘moralização’ das classes pobres pelo trabalho”.⁷

Segundo Simonsen “De fato, o regime tarifário, praticamente livre-cambista até 1844, oscilou entre as influências liberalistas e as ideias protecionistas até 1888”.⁸ Interessante perceber que não havia uma política protecionista no Império, segundo Simonsen (1973) e Heitor Lima: “Nunca tivemos um governo que se dispusesse, resolutamente, por tempo útil, como fizeram os governos norte-americanos, a seguir uma política nitidamente protecionista”.⁹ Por conta desta afirmação fica evidenciada a importância de se ter no Império um grupo, que ao decorrer do Segundo Reinado, discute a questão da Política Tarifária como uma forma de se obter a segurança necessária para o crescimento e o florescimento da indústria fabril, nascendo assim a classe burguesa no Império.

A Política Tarifária se modificara graças a Tarifa de 1844, a primeira Tarifa mais protecionista que foi elaborada mediante a necessidade do Império em incentivar a produção de artigos para o mercado interno, por conta do fim do Tratado com a Inglaterra.¹⁰ Este fato

⁷O Trabalho nacional e seus adversários 1881. Manifesto da associação industrial do Rio de Janeiro, 1881. p. 22. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

⁸SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora da USP, 1973. p. 11.

⁹LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 266.

¹⁰LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

desencadeou uma disputa entre a indústria fabril e o comércio durante todo o Segundo Reinado a favor de uma política tarifária que protegesse a indústria fabril nacional contra a concorrência estrangeira.

O que se deseja evidenciar é que essa Associação pode alcançar uma proeminência, tendo condições de demonstrar ser uma entidade que se congregou, e pode, durante oito anos, articular-se no meio político, além de alcançar ‘favores’ junto ao Governo Imperial quanto a Revisões de Tarifas Alfandegárias, que puderam contribuir para a continuidade de sua organização.

Com as considerações aqui expostas, ficam claras as duas posições teóricas quanto à gênese da luta pela industrialização. Uma aponta que a gênese da industrialização começou no século XX, sua organização e luta, a partir das primeiras décadas. E a segunda posição, apresenta suas considerações quanto ao início da luta pela industrialização na década de oitenta do século XIX.¹¹

A linha teórica utilizada neste estudo será a teoria do capitalismo tardio defendida por João Manuel Cardoso de Mello em seu livro “O Capitalismo Tardio” (1988). O objeto central de preocupação desta linha teórica era predominantemente “endógeno” - a questão da internalização dos mecanismos de acumulação de capital e como esta ação ocorria dentro do movimento de um país agroexportador. Relevante apresentar o conceito de forças produtivas capitalistas que se prendesse a um tipo de desenvolvimento de forças produtivas de natureza e de ritmo determinado pelo processo de acumulação de capital.¹²

O “Capitalismo Tardio” se define, a partir de uma dupla deliberação: quando se analisa o seu passado enquanto economia exportadora e escravista e o seu momento de inserção internacional num capitalismo já industrializado e monopolista em escala mundial. De acordo com Mello “A demanda por produtos primários exercido pelo centro, após o rápido auge do comércio internacional que vai, digamos de 1880-1914, e marca o nascimento das economias periféricas.”¹³ O capitalismo industrial necessitava da formação de uma periferia produtora em grande quantidade e de produtos primários de exportação para saciar seu mercado interno dando continuidade a exploração destes países periféricos.

Para esta linha teórica, o capitalismo brasileiro nasceu desacompanhado das forças produtivas clássicas, sem consolidação de um setor de bens de produção. Importante ressaltar

¹¹AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880).** 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

¹²MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio.** 7º. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹³Ibid., p. 15.

que não se teria capacidade de enfrentar a concorrência externa devido às pressões inglesas e aos interesses da classe dirigente cafeeicultora. Por conta disso, foi imposta uma política de comércio exterior liberal com uma indústria nascente que necessitaria de proteção adequada para o seu desenvolvimento. Havia uma discussão quanto a Tarifa se esta seria a proteção mais adequada, para a indústria, pois se esbarrava nas dificuldades dos transportes e de desvalorizações cambiais.

A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de certa divisão social do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais.¹⁴

A dinâmica da economia mundial tende a aprofundar o desenvolvimento desigual, pois o centro é capaz de conservar seus incrementos de produtividade e ainda de se apropriar de parte dos resultados do progresso técnico introduzido na periferia. Existe uma tendência à concentração do resultado do progresso técnico nas economias centrais e a forma que isto acontece se deve à deterioração das relações de troca. A relação entre centro e periferia é abordada segundo Fiori.

A partir de 1870, consolida-se também o padrão-ouro, vigente na Inglaterra desde 1821, mas que se transforma num sistema monetário internacional, com a adesão dos países que passaram a compor, até o final do século XIX, o núcleo orgânico do sistema econômico capitalista mundial: Alemanha, em 1871, França, em 1873, Estados Unidos, em 1879, e Japão, em 1895 esse sistema se estende à periferia colonial ou dependente com a adesão da Índia, em 1893, Argentina, em 1899, Brasil, em 1906, e Coreia em 1910.¹⁵

Com relação à distinção desse universo de países “mais fracos”, se faz necessário abarcar a sua condição genérica de periferia econômica e de sua forma específica de relacionamento político com os países centrais. A partir de 1850 ocorreu uma impressionante aceleração do processo de concentração do poder político e da riqueza capitalista nas mãos de um grupo de países europeus: um tipo de clube de nações que iniciou e se consolidou entre 1830 a 1870. Nesse período se consolida o primeiro sistema monetário internacional o padrão-ouro. Pode-se identificar que o Império do Brasil aderiu o padrão-ouro apesar de não fazer parte do clube de nações, mesmo sendo um país periférico.

A natureza específica de cada país de ser uma periferia colonial, segundo Fiori “Ocupar a condição de *dominion* inglês ou ser simplesmente um Estado autônomo, primário-

¹⁴MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 14.

¹⁵FIORI, José Luís. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 64.

exportador e cativo do ‘princípio liberal’, significava economias abertas, desreguladas, atreladas ao padrão ouro e dependentes do capital financeiro internacional.”¹⁶ No caso do Império, se enquadra mais na posição Estado autônomo primário exportador e dependente do capital financeiro internacional; portanto sujeito à influência dos países centrais.

A Inglaterra, secundada por este núcleo orgânico, determinou os ritmos cíclicos da economia e as ondas de expansão territorial ou de influência econômica/ financeira. Suas consequências, entretanto, variaram enormemente, dependendo não apenas das condições naturais e demográficas, mas também das relações políticas que se estabeleceram com os três estamentos básicos da periferia: as colônias, os dominions e os países dependentes.¹⁷

Para José Luís Fiori, trabalhar com o conceito de capitalismo tardio alude a utilizar o conceito da chamada via prussiana, que configura como um caminho novo, comparando com o da revolução burguesa dos Estados capitalistas. Seriam, portanto, um caminho em que a burguesia cede seu lugar como líder no processo de mudança. O fracasso das revoluções democratizantes alemãs era uma sinalização de que a trajetória daquele país parecia não repetir a ideia fundamental das revoluções burguesas, democratizadas do Estado. Coletâneas da ascensão das burguesias comerciais e industriais e da consolidação dos Estados nacionais.

A sua caracterização passava pelo que seriam os traços peculiares da estrutura de classes alemã, pelo atraso do desenvolvimento das forças produtivas propriamente capitalistas, por certa hipertrofia da consciência proletária e, finalmente, pela transferência por parte da burguesia alemã da responsabilidade do governo.

Quanto à modernização conservadora no Império, esta se caracterizou pela urbanização ampliada, pelo crescimento do comércio e por inúmeras ocupações terciárias, que geraram vitalidade econômica naquele período, abrindo espaço para a formação de diversos grupos sociais. A modernização foi incompleta, uma vez que não abarcou as reformas eleitorais; não se efetivou a secularização do Estado; não se alteraram os mecanismos de centralização política e nem de representação das províncias. A modernização ocorreu no aspecto material de infraestrutura: estradas de ferro, esgoto, água potável, bondes, telefone, melhoramento dos portos, cabos submarinos e demais aparelhamento das cidades.

Quanto ao liberalismo, o indivíduo liberal é posto no centro de articulação da ordem social. A forma mercantil passa a dominar o conjunto das relações societárias, entendendo que cada bem possui seu equivalente no mercado. Para a escola liberal é necessário o permanente desenvolvimento capitalista das fronteiras, do poder dos Estados sobre suas colônias e a equiparação entre os poderes dos Estados entre si. O modo de produção capitalista e a esfera

¹⁶FIORI, José Luís. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 68.

¹⁷Ibid., p. 65.

da circulação necessitam da existência de um estatuto, uma regra do indivíduo liberal na sua relação com a regulamentação do mundo privado.¹⁸

No liberalismo, a igualdade é apenas de direitos, no sentido de que não admite a existência de restrições de liberdade e oportunidade por motivo de credo, raça, ou origem social. Quanto ao progresso de cada um, é livre a concorrência de aptidões. E onde muitos concorrem ao mesmo prêmio, não há porque dar a vitória ao menos apto, ao mais fragilizado, ao menos preparado, em detrimento dos que tenham realizado maior esforço e mostrado mais habilidade, que poderão, com seu talento e competência, servir melhor à coletividade. Assim, o desenvolvimento dos indivíduos, tanto no sentido material como cultural, se escalona conforme o apetite e a capacitação de cada um para atingir os melhores níveis. De igual forma, os países devem ganhar seus espaços no cenário internacional, graças à competição e às vitórias alcançadas.

O Império do Brasil ocupava um espaço na periferia, tendo como sinopse ser um país agroexportador que vendia seus produtos para o consumo externo e comprador dos produtos necessários ao mercado interno, fabricados na Inglaterra e nos demais países fornecedores - ainda submetido aos mandantes do mundo, sem perspectiva de mudança de status. Assim, a proposta protecionista da Associação Industrial do Rio de Janeiro com uma visão burguesa de tomada de posição e, portanto, de conflito aos interesses internacionais, seria uma ousadia impar para atual conjuntura, em que seu papel secundário não propiciava tal conjectura.

A indústria fabril existente no Império do Brasil se encontrava na interseção entre indústria moderna e algumas se estabeleciam em fábricas, segundo o conceito do próprio Marx. Necessário então é chamar a atenção para setores como o têxtil, mecânico e o naval, que estavam em acelerado desenvolvimento, estando eles, na configuração de indústria moderna. Na relação encontrada pela AIRJ, encontra-se o trabalho industrial em vários níveis. Intenciona-se com este estudo, abordar este conceito de indústria fabril na realidade apresentada.

Na esfera do ser intelectual para esta Associação Industrial. As características sociais inerentes a este grupo industrial tinham em sua composição: engenheiros, jornalistas, pequenos comerciantes, médicos, negociantes e industriais (que só se dedicavam à função), possuindo outra profissão e investindo na indústria fabril. Esse grupo, além de ser constituído por brasileiros de variadas posições sociais era também constituído por estrangeiros de várias nacionalidades, tais como: ingleses, franceses e portugueses - todos naturalizados brasileiros.

¹⁸VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 4ª edição. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Ao desenvolverem suas indústrias no Império, esses industriais organizaram esta entidade a fim de labutar por seus interesses, atuando como um órgão que pudesse congregiar indústrias que almejavam se solidificar em um Império mergulhado no setor agroexportador.

Compreendendo as circunstâncias em que este grupo se constituía e do momento político que se encontrava o Império, atenta-se para o seu valor como o primeiro grupo a pretender lançar uma proposta protecionista.

Será verificado que esta entidade difunde-se como um partido, pelo fato de embrenhar-se no cenário político com uma proposta protecionista. Apreende-se que seu alvo seria levantar um parecer contrário ao praticado no Império, podendo, com isso, discutir com a esfera pública e com o Governo Imperial suas ideias e propostas para a política econômica, há muito alicerçada nas ponderações livre-cambistas instituídas pelo Governo.

Em torno da organização da AIRJ, encontrava-se um grupo de industriais que intencionava garantir seu espaço a partir de exposições industriais, do periódico *O Industrial*, de Tarifas Alfandegárias mais protecionistas e através de artigos na imprensa do Rio de Janeiro, que promoviam oportunidades de alcançar a visibilidade necessária a fim de influir na camada política das Câmaras. A construção de uma discussão por parte deste grupo faz-se através destes mecanismos que alcançava tanto a esfera pública, quanto aos políticos que poderiam intervir a favor dos ideários da AIRJ.

A discussão feita pela entidade se realizava através do periódico e da imprensa do Rio de Janeiro, com artigos que discutiam as dificuldades encontradas pela indústria fabril no Império. E destacava os assuntos que pudessem trazer à esfera pública a necessidade de escolher um sistema econômico que pudesse contribuir para o progresso do Império. Para tal, alguns casos eram revelados na imprensa, como dos Estados Unidos da América, de viés protecionista e da Inglaterra, de convicção livre-cambista. Isto gerava discussões interessantes e contribuía para a visibilidade dos negócios gerados pela indústria. Essas alterações na imprensa ressaltavam a relação de confronto estabelecido entre o protecionismo e o livre-câmbio que se expunham frente às discussões realizadas. Caracterizando, desta forma, as posições marcadas pelos órgãos em confronto.

O grupo industrial, ao criar a Associação Industrial do Rio de Janeiro, pronunciava sua intencionalidade como camada da classe dominante, ao almejar um espaço determinado no panorama político e econômico. Emerge de uma classe já constituída, e se confronta, ao requerer seu lugar no Império. O embate que a AIRJ faz contra o sistema livre-cambista da época, assinalava a disposição que possuía de ser uma alternativa para a economia. Mas, além

disso, indicava sua aspiração de assumir parte do comando administrado pela classe dominante dentro do Império.

Com o intuito de alcançar suas aspirações, o presidente da AIRJ incluiu-se na camada política, iniciando sua carreira como Deputado a fim de promover leis e decretos, que pudessem suscitar vantagens para a indústria fabril.

No aparato político, o deputado Antônio Felício dos Santos intencionava alcançar outros parlamentares para a causa industrialista, com o intento de conseguir leis e decretos que pudessem trazer à entidade algum alívio para a grande crise enfrentada pelas indústrias, acarretada pelas Tarifas Alfandegárias. Essas incidiam sobre as matérias primas e mesmo sobre o valor de entrada de mercadorias estrangeiras que concorriam com o produto nacional.

Assim, partiu-se da discussão por parte da historiografia sobre o início da indústria no Império, além dos conceitos teóricos essenciais que serão detalhados ao longo de sua composição. A partir desse ponto, se pretende discutir a questão da indústria no Império do Brasil, através da Associação Industrial do Rio de Janeiro que se configurou como um partido e que levantou a tese do protecionismo, em favor da indústria fabril nesse período histórico.

O ponto de partida será a década de 1840, quando foi elaborada a primeira Tarifa das Alfândegas de 1844, mais protecionista, com o objetivo de propiciar renda para o Tesouro e mais, proteger a indústria fabril da concorrência das mercadorias estrangeiras. Esta Tarifa possuía como um dos objetivos a proteção da indústria pela necessidade de produzir as mercadorias anteriormente compradas no exterior devido ao do término dos Tratados com a Inglaterra.¹⁹ A discussão processada entre o Ministro da Fazenda e a Comissão Revisora da Tarifa pode então configurar o embate entre o pensamento protecionista e do livre câmbio que será esboçado no decorrer da tese com o conflito entre a seção da indústria fabril a favor do protecionismo e a seção do comércio a favor do livre câmbio dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o que gerará a Crise dos Chapéus e a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Nos anos cinquenta e sessenta, tem-se uma pressão, junto ao Governo, por parte do comércio importador para a elaboração de Tarifas mais do livre câmbio. Então sob a forte influência do Congresso Internacional - Reformas das Alfândegas de 1856, que aventaram pelo Mundo o pensamento do livre câmbio como uma proposta mais adequada para a economia. Entendia-se que esse sistema poderia socorrer o Tesouro com uma renda mais

¹⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

significativa por conta das Crises Econômicas de 1857 e 1864 que desequilibraram de forma significativa a economia do Império. Acrescenta-se a isso a Guerra do Paraguai que gerou um déficit na receita, ocasionando a necessidade de uma nova Tarifa das Alfândegas com o objetivo de saldar as necessidades do Tesouro.

A Tarifa de 1869 possuía um perfil mais mesclado quanto ao sistema, ou seja, possuía em equilíbrio características do sistema protecionista e do livre câmbio, pois, considerava a proteção para a indústria e para a agricultura como uma forma para equacionar a necessidade da receita de forma equilibrada. Com a Tarifa de 1869 vê-se pela primeira vez a bandeira do protecionismo tarifário sendo hasteada pelas indústrias de chapéus em discussão com o comércio importador. Assim, com esta tentativa de expor seus ideários, pode-se observar o início da gestação da burguesia no Império.

Nos anos setenta, com a crise que ocorreu na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, com a questão dos chapéus na década de 1870, criaram-se divergências dentro do órgão, gerando uma profunda crise que ocasionou a saída do grupo ligado à seção fabril, que reivindicava do Governo Imperial incentivos para a indústria. A reação deste grupo industrial foi continuar a lutar pela indústria fabril no país. As constantes crises na lavoura favoreceram a sua posição de formar uma Associação que pudesse unir o grupo, formando-se assim a Associação Industrial do Rio de Janeiro.

A criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, na década de 1880, veio atender às necessidades dos industriais já existentes, em seus objetivos como grupo industrial, visando a coesão e a sua estruturação, com o objetivo político de defesa dos interesses do grupo industrial.

No período de 1877 a 1880, poder-se notar a formação da AIRJ, suas principais metas, seus meios para a sua coesão, tanto interna quanto externa, e a busca dos objetivos a serem alcançados ao longo de sua trajetória. Em 1878, tendo em vista as dificuldades do Tesouro, foi elevada para 50% a tarifa sobre os direitos adicionais de importações, que pela Tarifa Rio Branco tinham sido anteriormente fixadas em 40%. Foi nomeada uma nova Revisão da Tarifa Alfandegária, incumbida de conciliar, quando possível, os interesses da Fazenda com os do comércio.²⁰

Os ganhos alcançados com a Tarifa mais protecionista de 1869 foram eliminados com a Tarifa das Alfândegas de 1874 mais do livre câmbio que retirou e prejudicou a indústria em seu desenvolvimento. Em 1879, saiu a nova Tarifa, que trouxe discussões quanto ao

²⁰ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

protecionismo brasileiro. O antagonismo entre os fabricantes de chapéus que solicitavam um aumento da Tarifa e os importadores de chapéus, que queriam a redução da mesma, causou um conflito de interesses que impulsionou a formação da Associação Industrial, pois estas seções dentro da SAIN entraram em disputa. O aumento da Tarifa não satisfaz a ninguém.

Com a vitória da seção da indústria fabril quanto à questão chapeleira e as suas reivindicações, foram enviadas ao Governo imperial uma representação por escrito, sendo solicitados a promoção do desenvolvimento industrial e o amparo às fábricas já existentes por meio de uma Tarifa adequada. Apesar do ganho dos industriais quanto a essa nova Tarifa, os seus opositores, os importadores de chapéus, não se calaram e fizeram pressão sobre o Governo Imperial, com o objetivo de se reverter o ganho alcançado. Segundo Leopoldi: “com a crise chapeleira dos anos de 70 formou-se no seu interior uma ala industrialista, que abriu espaço em uma área antes ocupada pelos comerciantes e agricultores. Este foi o núcleo original do movimento industrialista do centro-sul”.²¹

As cisões no interior (SAIN), que também atingiam a Associação Comercial do Rio de Janeiro, eram indicativas de que o rápido processo de transformação econômica, social e política que o país vivia iriam levar a mudanças nas entidades representativas dos vários setores econômicos. Rompia-se a ampla coalizão de interesses econômicos. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz as suas demandas.²²

Em 1880, foi nomeada uma nova Comissão para a Revisão da Tarifa Alfandegária e com isso a indústria fabril resolveu se unir. A posição dos importadores era pressionar o Governo Imperial para a diminuição dos direitos sobre os artigos e os fabricantes de chapéus. Reuniram-se e resolveram, por meio de uma representação, buscar forma de negociação junto ao Governo Imperial. O Relatório da Associação: “A representação, conforme foi lavrada, concluída pedindo providência no intuito de promover no Império a fundação das indústrias fabris e manufaturas, e de impedir a ruína daquelas que já tinham suficientes indícios de vida”.²³

Esta representação junto ao Governo Imperial não obteve o seu propósito alcançado, como a própria Associação narrou em seu Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro: “nunca teve um despacho; não mereceu uma ligeira menção nos

²¹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 63.

²²Ibid., p. 63.

²³IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1882. p. 17.

relatórios dos nossos Ministros: morreu como muitos outros documentos desta ordem, asfixiada no pó dos arquivos das Secretárias de Estado”.²⁴

Os fabricantes de chapéus, empenhados na defesa de seus interesses, sabendo que os importadores de chapéus estavam na Comissão de Revisão da Tarifa de 1879, trataram de congregar-se novamente e endereçaram ao Governo Imperial uma nova representação, pedindo proteção para a indústria fabril e seu espaço no cenário econômico no Império.

O Comendador e vereador Malvino da Silva Reis teve a iniciativa de unir os industriais para a defesa dos chapeleiros em uma Associação para melhor lutar por seus interesses. Os industriais, com o objetivo despertar a esfera pública e o Governo Imperial para a indústria fabril, lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro.

Com o fim de assegurar o resultado das pretensões destes industriais, e o mesmo tempo chamar atenção pública para semelhante assunto, foi a ideia de interessar em todas as industriais nesta questão, tratando-se de um modo geral no dia 02 de setembro de 1880, ele e diversos industriais fizeram uma reunião no escritório do Sr. Conselheiro Antônio Pedro da Costa Pinto.²⁵

Nesta reunião, os industriais formularam uma circular que devia ser assinada por vinte e uma firmas industriais de diferentes ramos. A convocação seria para os interessados pelo desenvolvimento do “trabalho nacional”, que ocorreria em 06 de setembro, no salão da Praça do Comércio, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Vários discursos enfocavam a instabilidade da tarifa aduaneira e a urgência de uma política que animasse a indústria fabril, sendo o objetivo da Associação, a defesa da classe e seus interesses.²⁶

O Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro foi aprovado pelo Decreto nº 8006, de 06 de fevereiro de 1881, seguindo-se a eleição da diretoria definitiva composta por Dr. Antonio Felício dos Santos, presidente; Manoel Diego Santos, 1º vice-presidente; Francisco Antônio Maria Esberard, 2º vice-presidente; Francisco Antonio Ignácio de Oliveira Aguiar, 1º secretário; Henrique Leuzinger, 2º secretário; Francisco Marques da Costa Braga, tesoureiro; Belmiro José da Costa, adjunto; João Gomes Pereira e Antonio Gonçalves de Carvalho.²⁷

O Estatuto expõe que haveria sócios ilimitados na AIRJ, tendo sua sede na Corte por um período de 90 anos. Seus membros seriam industriais e os membros honorários (pessoas que tivessem contribuído de maneira relevante para o bem da indústria, protegido ou

²⁴IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 17.

²⁵Ibid., p. 21.

²⁶JORNAL DO COMÉRCIO. **Retrospecto Comercial de 1880**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1880.

²⁷Ibid., 1880.

auxiliado nos grandes congressos parlamentares ou na imprensa). O Estatuto deliberava ainda sobre criar uma biblioteca industrial, um museu para as exposições de produtos e um periódico dedicado à indústria nacional.

A articulação por parte dos industriais utilizava-se da imprensa como meio de atingir o público trazendo informações e pressionando os dirigentes do Império. Em seu livro “A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem”, Turrazi afirma que “os industriais interessados em reservar o mercado brasileiro para a produção nacional, defendiam rigorosamente a adoção de uma política alfandegária protecionista que freasse a invasão maciça dos artigos produzidos no estrangeiro”.²⁸ Já no primeiro ano de existência, a Associação Industrial demonstrava que a imprensa era um meio eficaz de se fazer a ligação com a esfera pública a fim de expor seus ideais e princípios.

Ao transmitir à nova administração os poderes de que se achava revelada, a Diretoria provisória fez uma resenha dos fatos passados no seu tempo, tornando saliente o progresso havia gradeado, na opinião pública, nossa propaganda, inclusive no Parlamento, em cujo seio alguns membros mostravam-se convencidos da necessidade de proteger as nascentes industriais do país.²⁹

O embate político configurou-se em um ato de resistência quanto à posição que o Império ratificava quanto à questão da prevalência do pensamento inglês. A crítica feita pela Associação Industrial se dirigia ao pensamento econômico do Império, influenciado pela Escola Inglesa, razão da grande dificuldade do desenvolvimento da indústria fabril.

A ideia arraigada no espírito dos nossos homens políticos, educados, pela maior parte, os princípios da escola inglesa, que tem vigorado nas nossas academias detivera o Império Brasileiro na mais completa abstinência das vantagens resultantes do exercício simultâneo das diferentes industriais dentro de uma nação.³⁰

Em consequência, o Brasil, como que por determinismo, seria sempre uma nação agrícola. Favorável aos interesses ingleses que viam na continuidade desta situação uma porta aberta aos seus produtos, dificultando assim o desenvolvimento e o florescimento da indústria fabril. Em defesa da indústria, a Associação Industrial se manifesta de maneira crítica quanto aos homens públicos responsáveis pela direção e crescimento do Império.

Os homens incumbidos a 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil só se têm ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intelectuais desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoais sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. Nelas consome-se a atividade nacional que devera empenhar-se na concorrência industrial com países criando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no

²⁸TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 52.

²⁹IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 26.

³⁰Ibid., p. 26.

século presente.³¹

A Associação Industrial sinaliza como uma proposta de incentivo à indústria fabril, como um braço alternativo na economia que pudesse desencadear crescimento e trabalho para os desocupados do Império. A visão de progresso e de competição entre os diversos países e suas indústrias era o entendimento sugestionado em seu Manifesto. Aqui a crítica da AIRJ realça sua pretensão de se enquadrar no presente século XIX, como uma nação civilizada em via de se harmonizar com as demais nações. Segundo Azevedo: “Na segunda metade do século XIX, a ideia de progresso vai ganhando novos contornos caracterizando-se como desenvolvimento do progresso técnico, da industrialização e de todo o desenvolvimento material”.³²

Ao confrontar-se com o pensamento dos homens de negócios, os industriais argumentam “Tamanho erro provém em linha reta da educação viciosa bebida de Academias pelos diretores do país, teóricos puros, sem conhecimentos positivos mais literatos do que homens de ciência”.³³ A formação acadêmica da elite do Império, ora mais ligada à literatura do que à ciência, era identificada como um obstáculo para o entendimento da necessidade de se aventurar no apoio à indústria fabril no Império.

A AIRJ teve no Congresso um lobby para conseguir alcançar algum incremento de ações que pudessem sinalizar algum espaço para a indústria fabril. Para tal, contaram com o apoio dos políticos: o Deputado e Senador Antônio Felício dos Santos, primeiro presidente da AIRJ e o primeiro líder no Congresso a favor da indústria fabril; o Senador João Ignácio Silveira da Mota; o Senador João José de Oliveira Junqueira e o Vereador, e comendador, Malvino da Silva Reis. Esses homens se constituíram no brado da AIRJ dentro do corpo político no Império.

A primeira articulação política para a organização da Exposição da Indústria Nacional, de 1881 no Rio de Janeiro foi o início da estruturação da entidade, tendo em vista que: havia a necessidade de se organizar em seções de acordo com os objetos apresentados, requerer do Governo Imperial verbas, transporte dos produtos até a Corte, formação do júri para avaliação e premiação, prédio para a exposição, iluminação e demais necessidades.

A Exposição da Indústria Nacional, de 1881, foi preparatória para a Exposição Continental de Buenos de Ayres, em 1882. A AIRJ recebeu um convite do Clube Industrial de

³¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 18.

³²AZEVEDO, André Nunes de. **Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906**. (Tese Doutorado em História Social da Cultura) PUC RJ: Rio de Janeiro, 2003. p. 44.

³³BRASIL.op. cit., p. 20.

Buenos Ayres para participar deste encontro, motivando assim esta primeira Exposição da Indústria Nacional dirigida e organizada pela AIRJ. Ainda, faria uma Exposição da Indústria Nacional em 1888, preparatória para a Exposição Universal de Paris, em 1889.

Em seu Relatório, a Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, em 1882, expõe seu entendimento quanto às razões para a apatia da indústria fabril no Império, trazendo uma breve explanação se suas convicções quanto a este assunto.

A puberdade do solo brasileiro, a abundância de suas colheitas, a grande exportação de metais preciosos e pedras preciosas, a facilidades de ter braços baratos, essa máquinas que cediam ao menor impulso dos feitores conservaram este país na apatia industrial, de que ainda hoje se ressentem. É certo que os homens do interior, até uma época não remota, usufruíam lucros estupendos, com que alcançou fazer grandes fortunas, tornando-se eles, como consequência imediata da posição que haviam adquirido verdadeira influência políticas, chamados para sua indústria todas as vistas e atenções dos aspirantes aos altos postos públicos. Por aqui é fácil compreender como as outras indústrias foram esquecidas, e como os industriais passaram a ser considerados os párias da atividade nacional.³⁴

Uma das finalidades da AIRJ era trazer a discussão à posição do Império do Brasil em relação à indústria fabril, e o seu papel como uma atividade econômica, útil ao crescimento financeiro do Império que, para tanto, reivindicava uma proteção para suas indústrias. Os industriais continuavam a luta através de artigos e nos bastidores da política, na tentativa demonstrar o quanto a indústria fabril iria trazer progresso, riqueza, melhorias em geral, para a massa de trabalhadores necessitada de emprego e de uma melhor situação de vida. Esta luta por tarifas alfandegárias que pudessem proporcionar melhores condições de sobrevivência à indústria era realizada pelo *lobby* dos industriais no Congresso.

A articulação política era percebida por causa das vantagens das Revisões parciais, conseguidas no processo da década de 1880. As revisões parciais trouxeram grande polêmica, como as Tarifas de 1879 e 1880 que acarretaram a Crise dos Chapéus e, por conseguinte a futura Associação Industrial do Rio de Janeiro. Estas Revisões trouxeram benefícios graduais aos industriais que possuíam fábricas de produtos têxteis. Em 1886, o governo isentou as máquinas compradas para as instalações de novas indústrias do pagamento de importação. Ainda, a Revisão de 1886 e na Tarifa 1887, resultou em certo protecionismo à matéria-prima nacional e na última Tarifa das Alfândegas do Império a de 1889 que assegurou a proteção ao mercado interno com Tarifa móvel que protegeu as mercadorias produzidas no Império da concorrência estrangeira.

Para a entidade, a Associação Industrial do Rio de Janeiro, seu objetivo é claro, unir os industriais para uma mobilização coletiva em prol ao desenvolvimento da indústria fabril

³⁴LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 99.

nacional, portanto se fazia necessário um órgão que pudesse integrar os industriais, e com isso ganhar visibilidade junto ao Governo Imperial e à esfera pública. O resultado positivo, segundo o Manifesto da Associação: “Associação não foi a soma de esforços individuais, mas a multiplicação de ações coletivas, provenientes das discussões e escolhas dos meios de processo, do conhecimento das necessidades e deficiências de cada um (industriais) ”.³⁵

Este estudo tem a pretensão de abarcar a peleja da Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua atuação política quanto à defesa da indústria fabril a partir da análise da posição liberal do Império constituída nas décadas de 1840-1880. Para tanto, será examinada a ação da AIRJ quanto à defesa que exercida nas décadas de setenta e oitenta do século XIX a fim de demonstrar a posição contrária que esta entidade perpetrou concernente ao Império. Com o propósito de corroborar a esfera pública e ao Governo Imperial suas pretensões para a área econômica do Império.

Os capítulos da tese serão apresentados de forma concisa para estabelecer um rumo para esta tarefa. No capítulo primeiro serão tratados os conceitos de Associação no século XIX, qual foi o tipo de metodologia empregada no período e o será no futuro com a Associação Industrial do Rio de Janeiro. A indústria fabril e as Tarifas Alfandegárias serão discutidas com o objetivo de esboçar o conceito, definir sua abrangência, sua estrutura e a importância para a economia do Segundo Reinado. Quanto às instituições, Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, essas serão apreciadas ao longo desta empreitada estabelecendo a origem, a história, a estrutura, o funcionamento e os objetivos que se relacionam com as temáticas - Proteção Industrial e Política Tarifária.

O segundo capítulo alude aos obstáculos da indústria nos primeiros anos do século XIX, alicerçada nos Tratados que aniquilavam o surto industrial desenvolvido em anos anteriores e na falta de condições estruturais que contribuíssem para o seu desenvolvimento. Os expoentes brasileiros dos sistemas do protecionismo e do livre comércio foram significativos por ventilar estes ideários dentro das Câmaras e junto ao Governo assim como, para apontar o embate entre as seções da indústria e do comércio dentro da SAIN. O movimento em favor da indústria com a elaboração da primeira Tarifa mais protecionista, a de 1844, conforme o pensamento de List, lançou a base para o pensamento protecionista no Império depois de um longo período de Tratados que possuíam o viés do livre comércio. O protecionismo defendido pelo Ministro e o livre comércio, pelo comércio e suas implicações incididas sobre a Tarifa

³⁵ **O Trabalho nacional e seus adversários 1881. Manifesto da associação industrial do Rio de Janeiro, 1881.** p. 11. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

gerariam o conflito entre a indústria e o comércio importador, desencadeando uma discussão tenaz quanto ao tipo de sistema empregar. Na discussão têm-se políticos a favor ou contra a indústria, deixando claro que não havia um consenso quanto por qual sistema optar. A Comissão revisora tinha como objetivo mudar o foco da tarifa para que se transformasse em mais livre cambista. Será visto ainda, no o último tópico, o embate entre a Comissão Revisora e o Ministro da Fazenda Alves Branco.

O terceiro capítulo refere-se a princípio ao movimento político da Crise de 1857, influenciador na elaboração da Tarifa de 1857 que rompeu com a anterior, mais protecionista. Foi o perfil mais do livre câmbio, decorrente do contexto nacional com as mudanças políticas e econômicas e do contexto internacional, com o Congresso Internacional - Reformas Aduaneiras de 1856, que ensejou seu apelo para o livre câmbio em todo o mundo. A Tarifa de 1860 foi amplamente mais do livre câmbio por ter sido determinante na mudança da estrutura das Tarifas das Alfândegas no Segundo Reinado. A Crise Comercial de 1864 e a Guerra do Paraguai impulsionaram a elaboração da Tarifa de 1869 que possuiu um viés mais moderado, com a mescla do sistema protecionista e do livre câmbio favorecendo a indústria, sem deixar de lado as necessidades do Tesouro que precisava de recursos para saldar déficits da Guerra. Com essa Tarifa pode-se identificar pela primeira vez uma discussão específica entre a indústria de chapéus e os comerciantes importadores no que concerne à necessidade de proteção tarifária à mercadoria nacional. Com isso, tem-se o início da gestação da burguesia dentro do Império havendo uma analogia entre as crises e as Tarifas das Alfândegas, e suas Revisões.

No quarto capítulo pretende-se averiguar a Tarifa das Alfândegas de 1874 que discutia a questão da liberdade do comércio com o objetivo de gerar renda para o Tesouro, levando em conta as necessidades de cobrir o déficit da Guerra do Paraguai e as questões da seção da indústria fabril. Esta solicitava proteção para as mercadorias produzidas no Império, em meio à entrada de mercadorias vindas da Alemanha e da Inglaterra em grande quantidade, além das dificuldades ocasionadas para a indústria por causa da Tarifa de 1874 e suas decorrências. Com uma nova Tarifa mais protecionista, como foi a de 1879, notadamente houve uma articulação política da seção da indústria junto à Comissão Revisora com o intuito de alcançar uma Tarifa mais protecionista com a participação de integrantes na Comissão a fim de conseguir emplacar a mesma. O conceito de indústria da SAIN era muito abrangente e abarcava a agricultura, indústria fabril e o comércio em contraste ao conceito de Marx sobre indústria. A indústria como classe burguesa, que lutava por proteção, também conseguiu ter seus interesses satisfeitos. Observa-se a crise dos chapéus dentro da Sociedade Auxiliadora da

Indústria Nacional e suas decorrências, o conflito entre as seções da indústria fabril e da seção do comércio que possuíam interesses antagônicos. É importante perceber que o conceito de indústria na SAIN foi uma das bases para o conflito das seções. Mediante a atuação da seção do comércio em lutar por seus interesses, pode-se notar a pressão exercida pelo comércio junto ao governo desencadeando uma nova Tarifa, a de 1881, mais do livre câmbio e a ruptura com a saída da seção da indústria dentro da SAIN.

O quinto capítulo trata da organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua articulação junto ao Governo, as Câmaras e a esfera pública concernente aos seus ideários como classe burguesa que possuía proposta protecionista para a área econômica, vindo a atender as necessidades dos industriais já existentes e os seus objetivos como grupo industrial. Os métodos de propaganda e de luta da indústria foram o periódico *O Industrial*, que objetivava discutir todos os assuntos relativos aos interesses da indústria. O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito estava em execução, composto de um questionário cuja finalidade era a de averiguar o estado da indústria para levantar as reclamações e as necessidades para o governo Imperial. E as Exposições Industriais Nacionais e Internacionais de forma geral constituíram a possibilidade encontrada para alcançar seus objetivos e incentivar os industriais de todo o Império para o exercício do trabalho nacional. Sem contar com as Tarifas Alfandegárias de 1887 e de 1889 que foram um instrumento de atuação política a favor da indústria na luta por uma política tarifária que protegesse e incentivasse o florescimento da indústria no Império. Todas essas metodologias tinham como objeto expor seu ideário e lutar pela Indústria e mostrar-se a quão adiantada estava para galgar proteção e apoio por parte das Câmaras, do Governo e da esfera pública no Império.

1- O IMPÉRIO FACE AO PROBLEMA INDUSTRIAL E TARIFÁRIO.

1.1-As Associações no século XIX e sua importância política.

Durante o Segundo Reinado as Associações e as Sociedades impetraram seu lugar na estrutura do Império, levando-se em conta a importância de suas atuações política e econômica. A Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e mais tarde, a futura Associação Industrial do Rio de Janeiro na década de oitenta, puderam se organizar em grupo, fundando uma instituição com Estatuto e regras bem definidas para a organização e gerenciamento de sua atividade econômica. Entendiam que era necessário se unir para lutarem por seus objetivos, sem o qual nada alcançaria do Governo Imperial. O empenho na articulação política junto as Câmaras e ao Governo eram primordiais para a estruturação de qualquer Associação neste período.

No decorrer deste capítulo, será feita uma referência à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e à Associação Comercial do Rio de Janeiro como exemplos de Associação, traçando seus objetivos. Para identificar seus princípios e valores a serem divulgados junto à opinião pública e ao Governo, utilizaram várias estratégias como: criação de escolas e museus, exposições e até edição de um periódico. Todas essas metodologias tinham como objetivo expor ao público o seu papel no Império do Brasil.

Cabe evidenciar que estas instituições tinham em seus quadros, grupos ou seções opostas em termos de princípios e objetivos a serem alcançados, portanto, em consequência a essa configuração, inevitáveis choques de ideias. Por longos anos essas questões problemáticas puderam ser contornadas, mas com a chegada da crise na Monarquia essa estabilidade é rompida. Além disso, a Associação Comercial do Rio de Janeiro também se dividia quanto ao apoio à indústria fabril: os comerciantes nacionais apoiavam a indústria e os comerciantes importadores se opunham à proposta protecionista do grupo de industriais. Além de discorrer sobre Tarifa e Alfândegas no Segundo Reinado.

Assim, pode-se verificar a relevância das Associações dentro do Império e seu papel. Conforme o Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado por Silva: “Associar, com alguém, fazer sociedade, entrar em sociedade, companhia de comércio, ou mão comum para algum feito”.³⁶ Assim, associar-se consistia, em qualquer ramo da atividade econômica, ganhar importância capital pelo fato de reunirem-se em um grupo com um pensamento coeso e com objetivos bem definidos para se alcançar seus ideários.

³⁶ SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Lisboa: Lacérdina, 1813. p. 133.

Com referência a associação, ao longo da história, seu conceito será tratado sob a ótica de associação de ofício, já que a Associação Industrial é composta por um grupo de industriais. Aplicando-se assim as considerações de Martins: “Esses dois elementos- ajuda mútua e solidariedade - são fundamentais para o entendimento do significado do associativismo através dos tempos.”³⁷

Segundo autora, o marco do período de iniciação de associações de ajuda mútua na Europa ocorre nos séculos XI - XII, principalmente das corporações de ofícios. Durante os séculos XI – XIII, o comércio auferiu novamente sua expressão devido a transformações na Europa com o fim das invasões, a retomada do comércio e o crescimento econômico. O crescimento das cidades e o aumento do comércio entre a Europa e a Ásia incentivaram a diversificação das profissões e a reunião de trabalhadores em grupo de ofício. As transformações decorrentes das revoluções burguesas propiciaram o associativismo e sua estruturação junto aos trabalhadores.³⁸

Acrescente-se a isso, o advento das revoluções burguesas que marcaram a Europa, em decorrência das ideias transformadoras que vieram a impactar as cidades e a relação entre o trabalhador e o seu universo de ofício. A tomada de consciência de direitos e deveres, além do grande choque da Revolução Industrial, no mundo do trabalho, trouxeram discussões quanto ao papel das Associações.³⁹ Na Inglaterra as associações crescem em número a partir da Revolução Industrial por conta da necessidade da classe operária em solidariedade a seus iguais, com o objetivo de buscar respostas para suas necessidades. No século XIX, as associações vão aos poucos sendo regularizadas ao ponto de terem “ordens” e afiliação nacional. Promovem educação, fundam bibliotecas, e cursos noturnos para seus membros e editam jornais para a divulgação de seus ideários na esfera pública.⁴⁰

De igual forma, no século XIX a França avançou na organização de entidades associativas com o Código Penal de 1810, que solicitava que as associações tivessem mais de vinte membros, seja com objetivos políticos, religiosos, ou literários, necessitando ainda ter aprovação do governo para o funcionamento. Com a Constituição de 1848 foi declarado o

³⁷MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808- 1824)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 10.

³⁸Ibid., 2008.

³⁹HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012.

⁴⁰FONSECA, Vitor Manoel Marques de. **No gozo dos direitos civis: associativismo no rio de Janeiro, 1903-1916**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquita, 2008.

direito de associar-se, mas somente em 1884, a legislação francesa permitiu a fundação e o funcionamento de associações profissionais e sindicatos.⁴¹

No Brasil, desde a Colônia tivemos associações de caráter religioso, como Santas Casas de Misericórdia ou ordens terceiras, inúmeras irmandades e academias literárias ou libero-científicas. No século XVIII, a associação teve um incremento por conta da solidificação da elite mercantil no Rio de Janeiro.⁴²

A primeira lei sobre associações no Império foi determinada com a lei de 20 de outubro de 1823 com a revogação do alvará de 30 de março de 1818 sobre as sociedades secretas. A legislação determinava que a criação da associação deveria ser comunicada as autoridades policiais e ter autorização por escrito por parte do governo para o seu funcionamento. O Ato Adicional de 1834 trazia uma novidade: as assembleias provinciais poderiam legislar sobre criação e funcionamento das mesmas em seu território. Esta propiciou uma diversificação nas atividades artesanais e manufatureiras, ampliando satisfatoriamente a economia da cidade. De acordo com Martins: “Na década de 1830 houve uma proliferação de associações de auxílio mútuo, que se assemelham às antigas corporações de ofícios em algumas formas de atuação e objetivos.”⁴³

Com a lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841, fica definido que a polícia exerceria sua função conforme a lei de 20 de outubro de 1823. Já o decreto nº 575, de 10 de janeiro de 1849, amplia sua determinação: necessitavam ter aprovação do governo, e dos ministérios; estabelecer o tempo de duração e de capital; ter contrato, além da autorização da polícia. Em plena crise de 1857 e 1864 há uma legislação com o foco nas entidades financeiras com o intento de ter controle sobre a criação e o funcionamento de sociedades civis. Com a lei nº 1.083, de 19 de dezembro de 1860, o decreto de nº 2.711 regularizava a criação de bancos. No período de 1840-1889, pode-se verificar no Almanak Laemmert que havia 640 sociedades como clubes, sociedade carnavalescas, beneficência, irmandades, agremiações culturais, entre outras.⁴⁴ Deste modo, expõe-se os conceitos de Associação e de Sociedade para ficar definido o que está sendo tratado. É importante confirmar estas definições pelo fato de se estar estudando uma Associação no Império do Brasil, com uma ênfase específica na luta pela

⁴¹FONSECA, Vitor Manoel Marques de. **No gozo dos direitos civis: associativismo no rio de Janeiro, 1903-1916**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquita, 2008.

⁴²FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁴³MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808- 1824)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 16.

⁴⁴FONSECA, op. cit., 2008.

indústria fabril, nunca antes existente, sendo a primeira instituição a se organizar com este objetivo. A Associação Industrial do Rio de Janeiro se propõem a labutar pelo desenvolvimento da indústria fabril no Segundo Reinado.

Referindo-se à apreciação do Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado por Silva, quanto a palavra Sociedade: “Sociedade, união de duas, ou mais pessoas para conseguirem algum fim; ou seja, a sociedade civil, ou mercantil, ou qualquer outra como para guerra, e outras tais empresas”.⁴⁵ Algumas décadas depois o Dicionário da Língua Brasileira, elaborado por Pinto “Associar, fazer sócio de outro. Acompanhar uma coisa com outra; associar-se fazer sociedade”. E Sociedade: “União de duas partes ou pessoas”.⁴⁶

A definição de Associação, “Ato ou efeito de associar-se; combinação, união. Sociedade.”⁴⁷ Quanto ao termo Sociedade, “Agrupamento de seres que vivem em estado gregário”. “Grupo de indivíduos que vivem por vontade própria sob normas comuns; comunidade”. Portanto, associação é um grupo de pessoas submetidas a um regulamento, que exercem atividades comuns ou defendem interesses comuns.

Pode-se ver que o conceito de Associação e de Sociedade no século XIX enquadra-se bem nestas formas de organização: um grupo coeso e unido com fins específicos, que contribuíram para a reorganização de grupos, com sua inserção no meio político e social por conta de sua visibilidade na sociedade Imperial. Sua importância se alicerça também pelo fato de cooperarem para uma “normalidade” em meio a crises econômicas e sociais pelas quais o Império passava.

A Associação desenvolveu uma metodologia de apoio a grupos de pessoas que possuíam fins comuns, sejam de ordens religiosas, entidades científicas, clubes literários, sociedades abolicionistas, grêmios recreativos, associação industrial e muitas outras que perduraram durante o século XIX. Conforme o artigo de Jesus e Marotta: “A ajuda mútua exercia um papel específico na segurança social, material e moral de artesãos, operários, escravos, industriais, comerciantes, engenheiros, advogados e médicos.”⁴⁸ A importância aqui fica caracterizada por meio da ênfase dada à função da Associação de acordo com a afirmação dos autores. Outra razão para o estabelecimento de uma Associação seria a de favorecerem o

⁴⁵ SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Lisboa: Lacédina, 1813. p. 545.

⁴⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832. p. 116; 998.

⁴⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio dicionário da língua Portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2010. p. 73.

⁴⁸ JESUS, Ronaldo Pereira de e MAROTTA, Marconni Cordeiro. **Cultura Associativa no século XIX: atualização do repertório crítico dos registros de sociedades na cidade do Rio de Janeiro (1841-1889)**. XXVII Simpósio Nacional de História Conhecimento Histórico e diálogo com Social. Natal, Rio Grande do Norte, 22 -26 de junho de 2013. p. 1.

escoamento do capital do Tráfico de Escravos que, a partir da Abolição, estariam sem muitos meios de gerar renda para os seus donos, assim, esta seria uma nova oportunidade para aquecer no mercado interno.

Com alusão à Associação, há dois tipos: a beneficente e as antigas corporações de ofícios. Porém pode-se ver que existia um elo em comum que seria segundo Batalha “defesa profissional através da qualificação para o exercício do ofício e também controle e proteção do mercado contra a concorrência”.⁴⁹

No respectivo movimento associativo, havia uma relação com o governo tendo vista o aparato legal necessário para a sua organização, assim como, as regras para a sua fundação. Segundo Morel; Nicolau Vergueiro: “O espírito de associação há poucos anos começou entre nós, e a sua direção mais se encaminhou para objetos políticos como pediam os tempos, do que para interesses materiais; mas é de esperar que estes terão em breve sua época”.⁵⁰

De acordo com Manuel de Azevedo, na cidade do Rio de Janeiro de 1808-1840, foram fundadas cinquenta e cinco associações: 13 eram beneficentes; 11 eram maçônicas; oito industriais; sete políticas; sete científicas; cinco instrutivas; três recreativas e uma literária.⁵¹ Apesar de cada uma das diversas associações ter um caráter específico, elas possuíam características semelhantes, como: ênfase ao desenvolvimento urbano e demográfico das cidades e, em muito estavam conectadas às mudanças econômicas relacionadas ao trabalho, à imigração e à modernização capitalista.⁵²

Importante expor que no período de 1840 a 1889, havia interesse do Governo ao incremento de associações, visando a modernização da cidade, devido as transformações decorrentes dos conflitos existentes no seio da sociedade Imperial, em relação à libertação dos escravos e à mudança do tipo de mão de obra empregada na atividade econômica. De acordo com Marotta: “Todavia, a intenção governamental era clara: começavam a transbordar

⁴⁹BATALHA, Claudia Henrique de Moraes. **Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno de formação da classe operária.** Caderno AEL: sociedades operárias e mutualismo. Campinas Unicamp/IFCH, v. 6, nº 10/11, 1999. p. 29.

⁵⁰MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840).** São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 279.

⁵¹AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado.** Memória lida nas sessões do Instituto Histórico em 1884. Revista Trimestral do Instituto Histórico, geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert e Cia, 1884.

⁵²MAROTTA, Marconni Cordeiro. **As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro no Segundo Reinado.** 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

perspectivas de mudanças da sociedade, a fórmula proposta era a da promoção do ‘espírito de associação’ direcionado para os ‘interesses materiais’.⁵³

O motivo do crescimento das Associações no Império, de acordo com o enfoque dos pesquisadores desde assunto, seria para Batalha (1999) que as associações beneficentes possuíam uma ênfase no mercado de trabalho muito parecida com as antigas corporações de ofícios, que tinha em seu objetivo a defesa profissional. De acordo Viscardi: “a propagação de associações está francamente ligada à transição econômica capitalista, e com a realidade das transformações da forma empregada de mão de obra passando da escravista para a assalariada”.⁵⁴

Afirma o pesquisador Hanner: “grupos de operários qualificados começaram organizar sociedades de auxílio mútuo nas cidades em crescimento, para proteger-se num ambiente muitas vezes hostil”.⁵⁵ Pode-se apontar o caso da Associação Comercial do Rio de Janeiro que, ao verificar a invasão das mercadorias inglesas entrando no Brasil em grande quantidade, se organiza em uma Associação para conseguir o apoio do governo e assim preservar o espaço de seus associados no mercado interno.

Faz-se necessário explicitar os componentes de Associações durante o Segundo Reinado para se estabelecer o perfil, se assim for possível, a fim de configurar o tipo de agentes sociais que teriam encarado a difícil tarefa de enfrentar a economia agroexportadora e escravista do Império do Brasil. De modo geral, os componentes das associações eram de profissionais como advogados, jornalistas, professores, médicos, comerciantes, industriais, importadores, exportadores, negociantes, políticos, artesões, religiosos, entre outros.

A ampliação espacial das associações, que se estenderam para algumas freguesias no território da cidade, tais como Sacramento, a Santa Rita, a Santana, a Candelária e a São José, onde residiam a maior parte da população pobre, cerca de 76,96%, era movida devido à grande quantidade populacional e pelas favoráveis condições estruturais dessas áreas.

Na década de quarenta, o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações econômicas e urbanas, originada pela grande safra de café na região do Vale do Paraíba. Tornara-se o centro comercial e distribuidor de mercadorias importadas para todo o Império,

⁵³MAROTTA, Marconni Cordeiro. **As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro no Segundo Reinado**. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 38.

⁵⁴VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Mutualismo e Filantropia**. Locus - Revista de História, Juiz de Fora: Editora UFJF, volume 18, 2004. p. 99-113.

⁵⁵HANNER, June. **E. Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil-1870-1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 95-99.

inclusive para os locais em que o café era exportado, beneficiando a articulação política, econômica e social. O Rio de Janeiro era o local onde os políticos se relacionavam e se articulavam, tendo em vista que a Câmara e o Senado se encontravam sediados nessa cidade. Com todos esses predicados, a cidade seria o local ideal para a organização de Associações de todos os tipos, quer sejam beneficentes ou, antigas corporações de ofício.

A importância política e econômica da cidade do Rio de Janeiro impulsionou a implementação de condições estruturais que foram aprimoradas e/ ou estendidas por conta de sua relevância no cenário nacional. As melhorias seriam concernentes à rede de esgoto, ampliação das companhias de transportes urbanos, serviços de limpeza pública, iluminação a gás, água e cuidados com o espaço urbano.⁵⁶

Neste período tem-se a Tarifa das Alfândegas de 1844, que protege a indústria fabril nacional da concorrência dos produtos importados e, com esta atuação, incrementa e gera condição para o florescimento da indústria. Mas, além da Tarifa tem-se a concessão de empréstimos, venda de bilhetes de loteria do Estado e isenção de impostos para algumas empresas. Todas essas ações beneficiaram as associações organizadas nesse período.

Há ainda a discussão sobre a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1844, quando se aventava a respeito da necessidade da proteção da indústria por conta da diversidade de produtos fabricados nas indústrias do Império. Conforme Marotta “Da década de 1840 e o final da década de 1850, as atividades mais importantes eram as de produção de chapéus, calçados, tecidos, fundições e serralherias, cervejas, selins, móveis, velas e produtos químicos”.⁵⁷

Nos anos de 1850, com o Fim do Tráfico de escravos, o capital empregado nessa atividade foi redirecionado para instituições bancárias e manufatureiras das mais diversas. Os cafeicultores, comerciantes exportadores, mineradores e importadores passaram a investir na indústria como forma de diversificação de renda, já que a transformação na relação de mão de obra havia sido modificada. Além do Fim do Tráfico de Escravos houve a publicação do Código Comercial que organizou as sociedades anônimas que segundo Levy: “Ao dar uma legislação mercantil própria como a lhe conferir maioridade para a prática comercial - o novo

⁵⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1979.

⁵⁷ MAROTTA, Marconni Cordeiro. **As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro no Segundo Reinado**. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 63.

corpo jurídico também aparelhava o Brasil para constituir sociedades anônimas.”⁵⁸ Assim, o Código também propiciou e incentivou a abertura de associações e sociedades com os mais diversos fins.

Nos anos de 1860, a constituição das sociedades anônimas foi dificultada com a Lei de Entraves devido às exigências de autorização do governo e do Conselho de Estado. Passou a ser necessário submeter-se a exame no que se referia aos fins da sociedade, sua necessidade e, ainda, avaliação dos bens dos sócios que seriam responsáveis pela futura instituição. A Crise de 1864 levou boa parte dos comerciantes e banqueiros a bancarota, sem contar com a Guerra do Paraguai. Isso ocasionou um grande transtorno que contribuiu para a crise na economia, reduzindo a quantidade de associações a serem organizadas, uma vez que as condições econômicas desfavoráveis não cooperavam para incentivar os grupos a se reunirem para este fim.

Nos anos 1870, pode-se verificar um novo tipo de associação, direcionada à questão social da libertação de escravos. Com a lei do Ventre Livre desencadeou-se uma nova visão de Associação, voltada também para a questão social e econômica. Com um perfil de variados membros, muitos advogados, jornalistas, médicos, professores entre outros, essa configuração de grupos abolicionistas se reuniam com o intento de arrecadar recursos financeiros para a compra de alforrias de escravos.

Já nos anos oitenta, se vê o crescimento da quantidade de associações com a finalidade de lutar pela libertação dos escravos. E tem-se também a atuação de um grupo de industriais que se organizam para fundar a primeira Associação Industrial do Império em 1880 cujo objetivo principal era a defesa da indústria fabril. O estudo desta Associação é o objetivo desta tese, pois contribui para a História Econômica, no que concerne ao entendimento da luta para a organização da primeira entidade a defender a indústria fabril no Império. Visa-se assim demonstrar a articulação política e seu projeto para o Império na área econômica - a proteção da indústria fabril através da Tarifa Alfandegária.

1.2- A indústria fabril e as Tarifas Alfandegárias e suas Revisões.

O movimento da Revolução Industrial se desenvolveu ao longo do século XVIII, perdurando na Grã-Bretanha e nos demais países no século seguinte: “A especificidade do processo histórico inglês, neste momento, tornou-se vital para a compreensão do processo mais geral de constituição das sociedades capitalistas efetivamente nascidas com a

⁵⁸LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

industrialização”.⁵⁹ Uma característica da Grã-Bretanha no século XIX com referência a economia mundial: “Desenvolveu-se a partir de um único sistema de livres fluxos, no qual as transferências internacionais de capital e mercadorias passavam em grande parte através de mãos e instituições britânicas entre os continentes e eram calculadas em termos de libra esterlina.”⁶⁰

Este processo se estenderá e servirá para constituir uma nova forma de comercialização das mercadorias, disparando o desenvolvimento tecnológico nas demais sociedades que iam aderindo à industrialização em seus países. Quanto a diferenças entre as nações industrializadas, segundo Arruda.

A diferença entre a industrialização da Inglaterra e as industrializações que se verificaram posteriormente não deve ser buscada prioritariamente no nexo causal que a determinou, mas, com maior propriedade, no quadro histórico em que se produziu e nas transformações profundas na estrutura social que legou as gerações posteriores. Efetivamente, não se trata de uma industrialização qualquer, mas de uma industrialização específica, que se dá nos parâmetros do sistema capitalista e marca sua consolidação como modo de produção. Não é apenas o problema do crescimento econômico, mas sim do arranque imprevisto e revolucionário em condições capitalista.⁶¹

Considerando a industrialização na Grã-Bretanha e nos demais países da Europa, definiu-se o sistema do Capitalismo. “Onde uma classe nova, ligada a um novo modo de produção, se torna a dominante e expulsa os representantes da antiga ordem econômica e social antes dominante, a influência dessa nova revolução políticas.”⁶² Pode-se observar as mudanças política e econômica decorrente de transformações no âmbito do sistema que a própria Revolução Industrial realizou nos séculos XVIII e XIX. Quanto à industrialização da Grã-Bretanha no século XIX, essa tem características específicas, como as narradas por Hobsbawm: “O novo estabelecimento industrial médio- a fábrica, a forja ou a mina- era pequeno e cercado por uma grande quantidade de mão de obra barata, doméstica, subcontratada e tecnicamente retrógrada, que cresceu com as exigências das fábricas e do mercado.”⁶³

A indústria na Europa do século XIX possuía predicados bem definidos quanto ao seu modo de produção e, portanto, sua relação com o operário e com a matéria-prima necessária à produção de mercadorias. A classe burguesa, segundo Dobb :“A burguesia como classe surgente numa era de acumulação primitiva a influência política e mostrasse uma condição

⁵⁹ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A grande Revolução inglesa 1840-1780: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. p. 13.

⁶⁰HOBSBAWM, Eric J. **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 2.

⁶¹ARRUDA, op. cit., p. 16.

⁶²DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977. p. 35.

⁶³HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 278.

sine qua non de seu próprio progresso, mas que numa sociedade baseada no pequeno modo de produção, com a indústria apoiada no emprego do trabalho assalariado”.⁶⁴

Para tanto, ao refletir sobre o termo indústria tão empregado na Europa do século XIX, essa se referia a uma sucessão de máquinas interligadas como uma extensão do próprio trabalhador. Marx, com relação à indústria moderna.

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a maquinaria progressivamente da fabricação das máquinas-ferramentas.⁶⁵

Sobre a indústria, o informe de Mauro, “A máquina a vapor se expandiu e não cessará de se expandir na indústria têxtil e na metalurgia, metalurgia com base no coque onde assegura poderosa corrente de ar quente graças à recuperação de gases do alto-forno e na forja”.⁶⁶ E ainda no Dicionário do Pensamento Marxista a abordagem sobre a indústria se amplia.

Paralelamente à manufatura, Marx distingue duas fases no desenvolvimento do sistema da maquinaria. Na primeira, a “cooperação simples”, existe apenas “na fábrica um conglomerado de máquinas semelhantes e que trabalham simultaneamente”, usando uma única fonte de energia. “Na segunda fase, um complexo sistema de maquinaria”, o produto atravessa uma série conexa de processos detalhados, realizados por uma cadeia de máquinas interligadas. Quando esse sistema complexo é aperfeiçoado e pode realizar todo o processo de produção, com os trabalhadores como simples atendentes, torna-se um “sistema automático de maquinaria”.⁶⁷

Já segundo em Saes & Saes: “A grande indústria, com a introdução da máquina, e a subordinação real do trabalho ao capital, agora o capital, materializado na máquina, pelo próprio processo de trabalho, a submissão do trabalhador ao ritmo determinado pelo capital”.⁶⁸ Para Pesavento: “A indústria deve ser entendida não apenas como um mero processo de transformação da matéria-prima em produto, mas sim como um processo ligado historicamente a uma forma de realização do capitalismo”.⁶⁹ Que segundo a autora, pôde proporcionar transformações importantes no mundo moderno como a urbanização, o incremento tecnológico, o surgimento de classes sociais além de uma circulação de mercadorias bem mais agilizada do comércio internacional. Consta nestas considerações uma

⁶⁴ DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 224.

⁶⁵ MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p. 438.

⁶⁶ MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. p. 38.

⁶⁷ BATTORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 307.

⁶⁸ SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 150.

⁶⁹ PESAVENTO, Sandra Tatahy. **História da indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: Riocell, 1985. p. 16-17.

definição de indústria à luz das ponderações destes autores que foram analisadas de forma mais objetiva a fim de demonstrar a configuração do conceito.

Por conta de incremento industrial que se estendeu por boa parte da Europa neste século, pode-se observar o movimento econômico acelerado dos países que aderiram ao processo de industrialização. E de pronto coube o estabelecimento do pensamento do livre câmbio que teve um papel determinante no rumo do processo da industrialização no meio econômico e político europeu.

Em meio à ampliação da indústria no velho mundo e as suas articulações em grande parte no novo mundo, absorvendo ou tentando ganhar espaço econômico nos países latino americano, verifica-se de forma específica o caso do Brasil Imperial, entre 1840- 1889, quando as transformações sociais e econômicas se exasperam tornando-as mais definidas e contundentes.

Quanto ao Estado Imperial, a classe senhorial, em seu papel diante do curso do Império, persiste em uma dominação de todo o complexo social do Segundo Reinado. Conforme Mattos: “A ideia de construção, os conceitos de Estado Imperial e classe senhorial apresentam-se intimamente articulados e postos em relação entre si pela intermediação do conceito de dirigentes saquaremas”.⁷⁰ Segundo o autor os “dirigentes saquaremas” abrangiam a alta burocracia imperial (Senadores, Magistrados, Ministros e Conselheiros de Estado, Bispos) e os proprietários rurais.

Já, segundo Carvalho: “No caso do Brasil, como veremos, foi principalmente a herança burocrática portuguesa que forneceu a base para a manutenção da unidade e estabilidade da ex-colônia”.⁷¹ Argumenta que a construção do Estado se dá mediante uma dinâmica diferenciada e que a formação acadêmica de Portugal e a burocracia puderam sustentar a unidade e garantir a continuidade dos grupos dominantes. Segundo Maria Fernanda Vieira Martins, a alta burocracia se apossa do Estado e se propõe a um projeto de unificação e centralização do poder.⁷² Assim, retratam muito bem o embaralhado de relações institucionais e familiares onde se abrigam os grupos sociais dominantes dentro do corpo do Estado Imperial. Os argumentos de Carvalho contribuirão de maneira objetiva para a análise do emaranhado das relações entre os agentes sociais no cenário político e econômico.

Quanto à relação institucional, em seu livro sobre o Conselho de Estado, Maria Fernanda Vieira Martins expõe, de forma esclarecedora, o papel e a importância deste

⁷⁰MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 15.

⁷¹CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Unib1980. p. 31.

⁷²MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

Conselho nos meandros da política imperial e consegue determinar seus integrantes ao longo de sua existência, além de fazer uma abordagem específica traçando o perfil dos líderes mais influentes dentro do Conselho de Estado e no âmbito nacional.

O Conselho de Estado era um órgão composto de Conselheiros, os quais por muitas vezes também já tinham exercido seu papel como políticos nas Câmaras ou mesmo como Ministros de Estado. Com toda essa conjuntura, se podem verificar as relações sociais que permeavam a sociedade imperial que ao longo do Segundo Reinado seria por sua vez exposta. Importante salientar que muitos Ministros da Fazenda, tendo sido mais protecionista ou mais livre cambista, chegaram a ser Conselheiro de Estado, portanto, se posicionaram a favor ou contra a luta da indústria fabril nacional.

José Murilo de Carvalho em seu livro: “Teatro das Sombras: a política imperial” demonstra de que forma o Conselho de Estado se posicionava. Segundo Carvalho, “De alguma maneira, percebiam que o caminho brasileiro para a civilização não passava pelas direções apontadas pela Economia Política, embora não soubessem dizer exatamente por onde deveria passar”.⁷³ A dúvida quanto à posição do pensamento do livre câmbio ou a do protecionismo, se deu devido à boa parte das alterações das Tarifas Alfandegárias ocorridas durante todo o Segundo Reinado, já que o corpo mais experiente do Império não conseguiu tomar decisão quanto ao assunto. Percebe-se que o comércio importador defendia o sistema do livre câmbio e a indústria, que possuía um projeto político e econômico, o protecionismo.

Em meio a este enlace político e social houve dois pensamentos, que se alteraram em sua liderança política de protecionista e de livre câmbio, divulgados nas Câmaras do Império: as ideias de Smith abordadas ao Império do Brasil ainda na primeira metade do século com a chegada da família Real e as aulas de Cairu nos primeiros anos do primeiro Reinado. Segundo Pelaéz & Suzigan : “Acreditava ele (Cairu) nos benefícios para o bem-estar econômico do comércio internacional livre com base na teoria da vantagem absoluta de Adam Smith”.⁷⁴ Para Hobsbawm: “Friedrich List, o economista alemão - como de hábito fazendo uso do costume congênito da abstração filosófica - rejeitou uma economia internacional que, na verdade, fez da Grã-Bretanha a principal ou única potência industrial e exigiu protecionismo”.⁷⁵

⁷³CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 120.

⁷⁴PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 36.

⁷⁵HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 288.

O pensamento protecionista de List (1886) também foi proclamado nos primeiros anos do primeiro reinado, influenciando um grupo de políticos dentro da malha política das instituições, como será demonstrado a partir das discussões sobre o protecionismo e o livre câmbio. O responsável pela divulgação do pensamento protecionista foi Marquês de Queluz interpretando e influenciando as Câmaras da mesma maneira que Cairu o fez.

Como será detalhado mais adiante sobre discussões nas Câmaras, havia políticos mais inclinados ao pensamento protecionista de List e outros mais partidários ao pensamento do livre câmbio, de Adam Smith. Essas posições tão antagônicas se refletem dentro Câmaras com posições também diversas quanto por qual sistema optar para o Império do Brasil. A luta entre o protecionismo e o livre câmbio percorrerá toda a tese já que a indústria fabril se utilizará do pensamento de Friedrich List e o comércio trará a discussão a partir do pensamento de Adam Smith. Consequentemente as Tarifas Alfandegárias serão discutidas entre as partes, por meio do choque de posição entre os dois pensamentos.

Em se tratando do Brasil, o termo indústria não era empregado de forma parecida com a europeia. Quando se pensava em indústria era utilizado de uma forma generalizada devido o entendimento que toda a forma de produção de alguma mercadoria era vista como “Indústria”: feitura ou artefato produzindo uma mercadoria seja ela, comercial, fabril ou mesmo agrícola. Por conta disso o termo era utilizado sem a forma definida como a que se caracterizava na Europa do século XIX. Para Mauro: “era um conjunto de profissões, artes, ofícios, que se exercia para sobreviver”.⁷⁶

Conforme o autor afirma, Oliveira: “Assim, é necessário muito cuidado ao examinar-se a documentação do século XIX no Brasil, pois indústria pode significar ao mesmo tempo ‘indústria agrícola’, ‘indústria extrativista’, ‘indústria manufatureira’, ‘indústria dos transportes’ etc...”.⁷⁷ O conceito de indústria na segunda metade do século XIX vai se alterando para a identificação de “indústria manufatureira” e/ou “indústria fabril”. A SAIN modifica o conceito de indústria mediante as reformas dentro de seus Estatutos, em razão dos questionamentos levantados dentro das seções da indústria fabril, da seção do comércio.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no início do século dezenove, exatamente no ano de 1827, estabelece o termo indústria e por fim determina sua extensão e uso. De fato, ao organizar esta entidade representativa das seções do comércio, da indústria fabril e da agricultura deve-se trazer a exposição que o termo deveria estar em consonância

⁷⁶ MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. p. 733-744.

⁷⁷ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992. p. 16.

com os grupos sociais ali representados, uma vez que essa entidade foi a primeira a se propor a conduzir e a representar a indústria no Império. O uso se configurou ao longo do século XIX com um aspecto amplo, mas sem uma conotação definida do termo como o empregado na Europa. O perfil da SAIN e sua composição, de acordo com Oliveira: “Ela tinha o cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e contava entre seus membros com boa parte dos políticos mais importantes de então, alguns dos quais como Marquês de Olinda, o Marquês de Abrantes e o visconde do Rio Branco, que presidiam a instituição.”⁷⁸

Esta instituição será o foco de discórdia dentro dos grupos representativos da classe dominante no Império do Brasil em relação à Indústria fabril nacional. A crise entre as seções do comércio e a seção da indústria fabril ocasionou uma ruptura dentro da SAIN devido a interesses divergentes e, por conseguinte, rumos diferentes, com os objetivos conflitantes, como se pode perceber, ao longo da década de setenta e oitenta do século XIX, com a Crise dos Chapéus dentro da SAIN.

Pode-se observar que a “indústria” mais favorecida nos primeiros anos do século era a agricultura, uma vez que gerava renda para o Império abastecendo seus cofres. Nela se estruturava toda a vida econômica e política, em concorrência ou mesmo em acordo com o comércio. Conforme Cairu afirmava - a indústria que mais se adequada às colônias seria a agricultura.

Uma argumentação interessante que José Jobson de Andrade Arruda traz ao debate é que para Cairu a indústria fabril não seria um empecilho ao desenvolvimento do Império, apenas não seria a mais adequada, levando-se o em conta as condições estruturais de sua época. Apesar de Cairu afirmar quanto a melhor “indústria” para o Brasil ter sido a agricultura esta é uma definição de indústria manufatureira.

Mais ordinariamente se aplica aquele termo ao trabalho engenhoso, que se executa com considerável grau de inteligência para se distinguir do meio grosseiro trabalho braçal; e com especialidade se usa tal nome para se exprimir o trabalho exercido na arte e manufaturas mais refinadas. Diz-se que um país tem muita indústria, quanto tem muitas fábricas.⁷⁹

O termo vai se desenvolvendo na primeira metade do século como citado por Cairu. Em se tratando do comércio, juntamente com a agricultura, percebe-se que se relacionam de maneira mais entrosada pelo fato de haver uma conexão de interesses entre ambas se articulando dentro do corpo da instituição. A questão do posicionamento político a tomar, favorável ou contrário às correntes do pensamento de livre câmbio e do protecionismo, se

⁷⁸ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992. p. 57.

⁷⁹ LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 13.

estende e se amplia na SAIN. Isso por conta da posição das seções do comércio que aderem ao livre câmbio e da seção da indústria fabril que se posiciona a favor do protecionismo. A discussão se amplia até a Crise dos Chapéus que se verificará no capítulo quatro.

Importante salientar que não havia uma disputa entre a agricultura e a indústria fabril, como pensam alguns pesquisadores: o conflito ocorre entre o comércio importador e a indústria fabril por conta do embate entre interesses distintos quanto à proteção ao mercado nacional. Poderá ser visto ao longo da tese como os políticos que se posicionam favor ou contra a indústria fabril ou ao comércio, assim como a luta entre a indústria fabril e o comércio.

Abordando a questão do comércio no Brasil pode-se observar que, no Império, as cidades litorâneas foram favorecidas por sua localização geográfica e receberam, em grande monta: infraestrutura de transportes; esgotos, iluminação pública; água e portos que possuíam condição de receber as mercadorias que entravam e saíam em grande quantidade para abastecer o mercado interno. A história do comércio se divide em três partes, a primeira dos tempos coloniais, sob a liderança de Portugal, a segunda no período do Império a até 1870 com predominância da Inglaterra e a terceira, de 1870 em diante, sob a tutela dos Estados Unidos da América. Para Sodré: “As do Império possuem os traços vivos e marcados da influência inglesa. E o advento das ideias democráticas e liberais, que agitam o ambiente do fim do segundo império, nasce da crescente importância que os Estados Unidos da América do Norte começam a tomar no aumento do comércio brasileiro.”⁸⁰

O fato do comércio como atividade econômica ter se estendido ao longo do Brasil Colônia e Império se esbarra no fato da necessidade de importar mercadorias imperativas e básicas para a população, a exportação de produtos que garantia o desenvolvimento econômico do país e a manutenção da classe dominante. Além dessas questões, há um objetivo pertinente em arrecadar recursos para o Tesouro com o desígnio de constituir uma taxa que beneficiasse o comércio importador e exportador. Diante disso, a importância da Tarifa das Alfândegas para o comércio seria primordial para a sua sobrevivência e expansão.

Para melhor compreensão, serão abordados os conceitos sobre Alfândega e Tarifa. Segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa, de Ferreira, Alfândega seria: “Repartição pública encarregada de vistoriar bagagens em trânsito e cobrar os direitos de entrada e

⁸⁰SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1939. p. 212.

saída”.⁸¹ De acordo com Barbosa: “Alfândegas – Como os direitos aduaneiros são cobrados nas alfândegas e em suas dependências, conveniente será, antes de tratarmos propriamente dos referidos direitos, dizer alguma coisa acerca desses estabelecimentos do Estado”.⁸² Segundo Antônio Souza, Alfândega “É a casa pública em que se dão ao manifesto, e ao registro as fazendas que entram, e saem de algum Porto, e aonde a arrecadam os direitos de entrada, e saída determinados pelos forais, e Regimentos”.⁸³

As Alfândegas ou Aduanas eram locais onde se procedia à arrecadação de imposto sobre a entrada ou saída de produtos. Além disso, tinham outras funções, como, por exemplo, a aplicação de tarifas sobre o embarque e transporte de mercadorias e o controle e a vigilância do porto, para se evitarem os descaminhos e contrabandos.⁸⁴

Em seus primórdios, as Alfândegas possuíam um perfil diferente, como, por exemplo, por volta de 2.000 anos antes de Cristo, na Mesopotâmia, onde existia “casas ou locais de registros” que cobravam os tributos e impostos relacionados com as trocas comerciais e os serviços prestados. Na Grécia em 413 a. C., os atenienses adotam tarifa de 5% ad valorem para importações. Já em Roma havia dois tipos de impostos alfandegários que exigiam tarifa de importação: “portoria” e “portorium”, marítimo e terrestre.⁸⁵ Para outras civilizações a Alfândega possuíam nomenclatura e função diferente. Segundo Fernando Martins: “Para os Árabes chamavam al-funduq com o significado de armazém, loja, casa para receber mercadorias de fora e albergaria”.⁸⁶

Quanto ao conceito de Aduana, de acordo com Trevisan, “A Aduana é, assim, um órgão existente em praticamente todos os países, que tem por função, basicamente, o controle da entrada e da saída de mercadorias, no âmbito de um determinado território”.⁸⁷ Para Basaldúa, estas são as três funções da Aduana – arrecadar os tributos aduaneiros, aplicar proibições/restrições à importação/exportação e controlar o fluxo internacional de mercadorias. Conforme Basaldúa: “... a função da Aduana consistente no controle do fluxo internacional de mercadorias nos parece... uma função primordial, que preexiste ou possibilita

⁸¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio dicionário da língua Portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2010. p. 32.

⁸² BARBOSA, Raul Tamagnini. **Breves noções sobre Direito fiscal Aduaneira**. Porto: Typografia a vapor da Imprensa Literária e Typografia, 1904. p. 4.

⁸³ SOUZA, Antônio Napoleão Vieira e. **O serviço aduaneiro metropolitano**. Lisboa: Biblioteca das Alfândegas de Portugal, 1946. p. 2.

⁸⁴ SÁ, Helena de Cassia Trindade de. **A Alfândega do Rio de Janeiro: da União Ibérica ao fim da Guerra da Restauração (1580-1668)**. 2016. 187f. (Dissertação de Mestrado), Unirio, 2016. p. 17.

⁸⁵ BASALDÚA, Ricardo Xavier. **Derecho Aduaneiro: parte general sujetos**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1992.

⁸⁶ MARTINS, Fernando Antônio Fontes. **Os 150 anos da promulgação da pauta geral das Alfândegas de 1837**. Lisboa, 1987. p. 1.

⁸⁷ TREVISAN, Rosaldo. **A Internacionalização da disciplina do imposto de importação: contornos para uma regulação internacional da incidência**. 2006. 571 f. Tese (Doutorado em Ciência jurídica) - Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 29.

o exercício das funções de arrecadar tributos aduaneiros e aplicar proibições à importação e à exportação”.⁸⁸

Em se tratando do Brasil, as Alfândegas foram organizadas a partir da do século XVI para reprimir o contrabando do pau-brasil e outras riquezas extraídas do território. Para a Receita Federal no livro “Alfândegas Brasileiras 200 anos” com a referência a Alfândega “.Sua história está intrinsecamente relacionada com o próprio desenvolvimento econômico e social do país e sua organização e função. A missão das Alfândegas do Brasil foi bastante ampliada nesse período, desde sua função originária, a fiscal ou arrecadatória.”⁸⁹

O modelo da regulamentação aduaneira do Brasil se estabelece a partir do Foral de Alfândega Grande de Lisboa, em 15 de outubro de 1587. Segundo a Receita Federal, no livro “Passagens e Abrigos Reconstruções Histórica: a Aduana, o Porto e a Cidade (Séculos XVI-XIX)”, Receita Federal: “Esse foral era bastante detalhado, e a Alfândega era verticalizada, ou seja, tudo era controlado, sem qualquer terceirização”.⁹⁰ Ao longo do século XVI ao XIX o governo estabelece no litoral as Alfândegas no Brasil. No século XVIII, a Alfândega, segundo Lenine: “A Alfândega ficava nas dependências do palácio do governador e mais especificamente na Rua Direita. Antes da estrutura da Alfândega ser julgada pela confusão, cabe-nos explicar, que essa ordem fazia parte do espaço urbano da capitania do Rio de Janeiro.”⁹¹

A Alfândega no século XVIII era responsável pela fiscalização das fazendas, regulação do mercado externo e interno, era amparada por legislação específica, baseada na execução da política econômica do período. A Alfândega pode desempenhar um papel preponderante no controle do poder Real sobre o território mediante a instalação de postos de cobrança de tributos, podendo munir de maneira determinante o controle espacial. Com a arrecadação de impostos, o Estado se fortalece e, já neste momento, a receita da Alfândega se constitui em uma renda indispensável à Colônia.

A estrutura alfandegária era simples tendo o funcionário provedor da Fazenda real, que também exercia a função de juiz da Fazenda, responsável por monitorar a arrecadação e os direitos que eram pagos na Alfândega, desempenhando a função por cerca de três anos. Para Sá: “Era também de competência da Alfândega o serviço de aferição dos navios e das

⁸⁸BASALDÚA, Ricardo Xavier. **Introducción al Derecho Aduanero: concepto y contenido**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1988 (reimpr. 1988). p. 211.

⁸⁹RECEITA FEDERAL. **Alfândegas brasileiras 200 anos**. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2008. p. 33.

⁹⁰Ibid., p. 33-34.

⁹¹FERNANDES, Valter Lenine. **Os contratadores e o contrato da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro (1726-1743)**. 2010. 217f. Dissertação (Mestrado em História) – PPG em História, Unirio, Rio de Janeiro, 2010. p. 39.

hipotecas marítimas, recebendo os relatórios do mar dos capitães dos navios e o manifesto de bordo, os quais na chegada e na partida das embarcações”.⁹²

No século XIX, com a vinda da Família Real, há a Abertura dos Portos ao comércio internacional, favorecendo à Inglaterra por conta da dependência econômica de Portugal. Segundo Gueiros: “A necessidade das mercadorias vindo da Inglaterra entravam no Brasil com uma tarifa de 15% enquanto os demais países pagavam 24 %. Com o Tratado de 1810 entre Portugal com a Inglaterra o Brasil o herdou após a sua independência”.⁹³

No artigo “Balanço das Transformações Econômicas no século XIX” no livro “O Brasil em Perspectiva,” segundo Motta: “Representou a transplantação do protetorado britânico ao novo Estado. Somente em 1826 foi estendida à França a igualdade de direitos pagos pelas importações britânicas e em 1828 as demais nações amigas”.⁹⁴ Do período de 1840 em diante, referente à Alfândega.

Em 1845, o Ministro da Fazenda, Alves Branco, estabelece nova tarifa aduaneira, esboçando um regime protecionista que pouco durou, mas constituiu um marco na história econômica do Brasil. A grande reforma do Tesouro, em 1850, pouco afetou as alfândegas em si, mas uma importante repartição foi criada para centralizar a administração tributária. Em 1860, entretanto, um novo Regulamento para as alfândegas foi baixado pelo decreto n. 2647, de 19 de setembro. Em 2 de agosto de 1876, esse Regulamento sofreu profundas alterações, introduzidas pelo decreto n. 6.272. Foi esse diploma legal que serviu de base para a célebre Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, mandada executar por uma circular datada de 24 de abril de 1885.⁹⁵

Todas essas leis, ou práticas aduaneiras, podem ser subordinadas a qualquer um dos seguintes sistemas, segundo Carlucci: “o Liberal e o Protecionista. A respeito de alfândega, Praticamente sinônimo: Aduana e Alfândega. A palavra Aduana deriva de ‘ad-diuan’, palavra árabe originária do persa ‘divan’ de interessante etimologia”.⁹⁶ Alfândega designava o escritório ou repartição pública em geral e passou para o português com a conotação que tem.

Em se tratando da política alfandegária era direito do poder Legislativo, mediante a orientação da Constituição de 1824, cujo artigo 15 estabelecia que a Assembleia Geral deveria fixar anualmente a despesa pública e que teria o poder de legislar sobre os impostos anos mais tarde, o Ato de Adicional, de 1834, reforçaria a competência da Câmara dos Deputados em estabelecer na matéria de imposto de importação. Como consta em Buescu: “Era o Ministro

⁹²SÁ, Helena de Cassia Trindade de. **A Alfândega do Rio de Janeiro: da União Ibérica ao fim da Guerra da Restauração (1580-1668)**. 2016. 187f. (Dissertação de Mestrado), Unirio, 2016. p. 116.

⁹³GUEIROS, Haroldo. **Enciclopédia Aduaneira**, Rio de Janeiro, 2010. p. 10 <http://enciclopediaaduaneira.com.br/author/haroldogueiros/feed>. 2016.

⁹⁴MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. 7ª edição, Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 133. Artigo “Balanço das transformações econômicas no século XIX” de Virgílio Noya Pinto.

⁹⁵RECEITA FEDERAL. **Alfândegas**. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2017. p. 1. Disponível em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/cidadao/irpf/2017>.

⁹⁶CARLUCI, José Lence. **Uma introdução ao direito aduaneiro**. São Paulo: Aduaneiras, 2000. p. 20.

da Fazenda, auxiliado pelos seus subordinados, responsável pela formulação da política tarifária. A tramitação normal, na matéria, consistia na preparação, pelo Ministro, da proposta legislativa que autorizava alteração do regime alfandegário”.⁹⁷

Quanto à sua disposição, o Regulamento Aduaneiro constitui-se em um complexo de leis ou práticas adaptadas por um Estado para regular o seu comércio externo, além de expor as atribuições de seus empregados e da própria estrutura da Alfândega. Importante, delinear também como funcionava uma Alfândega a fim de determinar as condições de trabalho do trabalhador desta repartição. Porém, por ser por demais extenso, o conteúdo será sintetizado.

O Regulamento Aduaneiro é constituído de normas que estruturam seus propósitos e norteiam os deveres de seus empregados. Quanto a sua história vê-se que em 1832 o primeiro Regulamento Aduaneiro brasileiro vem substituir as disposições do Foral da Alfândega de Lisboa. O segundo Regulamento Aduaneiro foi o de 1836, que em sua vigência tem-se a elaboração da primeira Tarifa Aduaneira do Brasil, e em 1844, o terceiro Regulamento, com um viés mais protecionista. A relação das Alfândegas do Império é constituída por: Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Santos, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paranaguá, Vitória, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará (Aracaty), Fortaleza (Ceará), Piauí, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pará e São Paulo.

A fim de poder expor a estrutura do órgão, será explicitada a relação dos empregados das Alfândegas, suas competências e suas atribuições. Quanto à relação temos: Administrador dos capatazes, Inspectores, Feitores, Porteiros, Capatazes, Guarda mor, Correios, Contínuos, Vigias, Escrivão, Tesoureiro. Temos ainda seus auxiliares, mas, por entender que desdobraria em demasia o assunto, optou-se por não mencioná-los. Assim, será feito um resumo de suas atribuições em seu respectivo cargo.

O administrador dos capatazes era encarregado de todos os armazéns da Alfândega, responsável pela conservação, segurança, concertos, e reparos, assim como pelo valor de extravio e avaria das mercadorias dentro da Alfândega. Respondia, também, por prejuízos causados a Fazenda Nacional por empregados e exportadores de mercadorias.

A função do inspetor era a de chefe da Alfândega e do porto, subordinado ao Tribunal do Tesouro na Corte, tendo em suas atribuições: Inspeccionar todo o despacho e expediente da Alfândega que fiscalizasse; arrecadar devidamente os direitos, os rendimentos e multas; visitar os armazéns internos e externos; cuidar para que os empregados cumprissem seus deveres, responder as dúvidas dos empregados quanto ao Regulamento, produzir relatório

⁹⁷BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 99.

mensal ou semanal de eventuais ocorrências da Alfândega. Era ainda responsável por examinar passaportes e documentação de embarcação, lavrar multas por descumprimento do regulamento, prestar contas à Corte, ao Tesouro e às províncias dos rendimentos e das despesas Alfândega, semanalmente, além de enviar o ponto dos Empregados da Alfândega.⁹⁸

O Escrivão da Alfândega era o responsável em dirigir e fiscalizar a escrituração e contabilidade com legalidade e exatidão. Tem como competência rever os cálculos dos feitores sobre peso, quantidade e taras das mercadorias. Este profissional também está responsável pelos mapas, balanço e tabelas das Alfândegas. Ao Guarda mor cabe a função de visitar e examinar as embarcações ao entrarem no porto e apreender as mercadorias nelas encontradas, distribuir os guardas e rondas, inspecionar a guarda do porto, obrigar as embarcações a ancorarem, acudir a naufrágios, arrecadar e conduzir para a Alfândega as mercadorias sujeitas a direitos.

Ao Tesoureiro cabia a responsabilidade de receber os rendimentos da arrecadação da Alfândega, guardá-los no cofre com três chaves que ficariam uma com ele, outra com Escrivão e a terceira com o Inspetor da Alfândega. Em seu poder ficava ainda os depósitos em dinheiro, joias, prata e ouro, as letras sacadas a favor da Alfândega. O tesoureiro era também o responsável pelo pagamento, com o rendimento auferido, de todas as despesas da Alfândega.

Conforme o Regulamento das Alfândegas: “O Feitores são encarregados de contar e qualificar as mercadorias, verificar e calcular o seu peso, medidas e taras avaliar as avarias e fazer abrir os volumes para o despacho, depois de conferir os números e marcas”.⁹⁹ Os Conferentes são os responsáveis pelo exame da saída das mercadorias dos portos.

Os porteiros tinham a obrigação de abrir as portas da Alfândega, não deixar sair mercadorias sem despacho e conferência, tomar o ponto dos empregados em livro, não permitir grande número de volumes de mercadorias e ser responsável pelo moveis e utensílios da Alfândega. Os capatazes descarregam as mercadorias das 5 às 7 horas da manhã nos portos.¹⁰⁰

Os Correios e Contínuos tinham em suas atribuições notificar as intimações e diligências mandadas pelo inspetor. Quanto aos vigias, esses tinham a obrigação de apreender gêneros e mercadorias embarcadas ou desembarcadas no porto.

⁹⁸BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1836**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1836.

⁹⁹Ibid., p. 7.

¹⁰⁰BRASIL. Ministro da Fazenda. **Repertório do Novo Regulamento das Alfândegas de 1877. Organizado para o uso dos Empregados e Despachantes das Alfândegas e Mesas de rendas, advogados e negociantes por dois empregados da Alfândega do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert editores. Regulamento das Alfândegas, 1877.

Art. 49. E comum a todos os Empregados das Alfândegas zelar, e promover os interesses da Fazenda Nacional na exata arrecadação dos direitos e rendimentos, e representar ao Inspetor todos os abusos e desvios, de que a este respeito tiverem notícia; e quando o Inspetor não dê as providências convenientes, representá-lo ao da Tesoureira, ou ao Tribunal do Tesouro: os que assim não praticarem, provando-se que souberam, ou tiveram razão de saber dos abusos e desvios em prejuízo da fazenda Nacional, serão considerados cúmplices para serem punidos na conformidade do Código Criminal. Art. 50. Todo o Empregado da Alfândega é obrigado a tratar com urbanidade as Partes que a ela forem fazer seus despachos, aviando-as com prontidão, e sem dependência, e predileções odiosas. A Parte maltratada, ou que se julgar agravada, ou preterida no seu despacho, poderá queixar-se verbalmente ao Inspetor, o qual ouvindo ao Empregado arguido, e reconhecida a justiça da queixa, dará a devida satisfação, advertindo, repreendendo, ou suspendendo o Empregado, conforme o caso pedir. Quando, porém, a queixa for contra o Inspetor, as Partes recorrerão por escrito ao tribunal do tesouro na Corte, e ao presidente nas províncias, para providenciar como for de justiça, ouvindo ao mesmo Inspetor, e dando recurso para o dito tribunal.¹⁰¹

Todos os funcionários das Alfândegas são admitidos e, ou demitidos por meio de ação do Governo e suas remoções se dão mediante as necessidades das Alfândegas do Império. Quanto à estrutura da Tarifa, essa se configura em índice alfabético: a mercadoria em ordem crescente, de A a Z, se subdividindo, de acordo com o tipo e classe, em Tabela A, B, C e D. Quanto ao funcionamento das Alfândegas, conforme o Livro “Passagens e Abrigos Reconstruções Históricas: a Aduana, O Porto e a Cidade séculos XVI-XIX”. “O funcionamento das alfândegas, pode ser dividido em duas atividades básicas: organização da passagem física das mercadorias, para evitar as tentativas de descaminho, e desembaraço propriamente dito, para cobrança dos tributos e aplicação das normas administrativas de controle”.¹⁰²

Em se tratando de Tarifa, é a lei que preside o movimento mercantil internacional e que regula a aplicação de imposto de entrada e saída de mercadorias em um país. Na Tarifa, encontram-se, especificamente, os produtos de importação com seus direitos correspondentes divididos por classes e artigos. Segundo o Minidicionário de Aurélio, consta em Ferreira: “Tarifa: imposto de importação, preço de um serviço público, taxa”.¹⁰³ De acordo com Trevisan, “Em Portugal, por exemplo, utiliza-se ‘pauta’, ‘pauta aduaneira’, ‘classificação pautal das mercadorias’, ‘medidas pautais e não pautais’, ‘tratamento pautal favorável’, como se percebe na tradução oficial do Código Aduaneiro europeu”.¹⁰⁴

¹⁰¹BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1836**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1836. p. 8.

¹⁰²RECEITA FEDERAL. **Passagens e abrigos reconstruções históricas; a aduana, o porto e a cidade (século XVI-XIX)**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2008. p. 40.

¹⁰³FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio dicionário da língua Portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2010. p. 728.

¹⁰⁴TREVISAN, Rosaldo. **A Internacionalização da disciplina do imposto de importação: contornos para uma regulação internacional da incidência**. 2006. 571 f. Tese (Doutorado em Ciência jurídica) - Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 47.

Será considerado também o conceito de tributo e imposto para justificar a necessidade da Tarifa a ser paga nas Alfândegas. Em primeiro lugar o conceito de tributo e de imposto de acordo com Barbosa: “Tributo é qualquer quantia cobrada dentro ou fora de jurisdição fiscal a título de indenização ou compensação com o fim de ocorrer às necessidades do serviço público”.¹⁰⁵ O Imposto, segundo o mesmo autor ora citado, serve para satisfazer as necessidades do serviço público e ainda Barbosa, afirma que “taxa é a forma porque a imposto é lançado sobre a matéria tributável”. A urgência do Imposto e da Taxa existe por conta da necessidade da renda para as despesas sempre crescentes e, portanto, essencial para a economia do Império.¹⁰⁶

A respeito do conceito de Tarifa, segundo Filho: “Explicações sucintas quanto a sua aplicação, disposições sobre as avarias das mercadorias, sobre a lista dos objetos que gozam de isenção de impostos, como instrumentos de agricultura”.¹⁰⁷ Este conceito é também chamado de pauta alfandegária, que são catálogos dos gêneros de entrada e saída.

No caso do Império do Brasil, a Tarifa das Alfândegas era fundamental para o equilíbrio econômico da nação. Tratava-se de um imposto indireto que era quase a única fonte de receita do país. Relevante esclarecer que o imposto de Importação assume importância nítida, pois sua renda iria direto para o Tesouro de forma integral, já o imposto de Exportação era tributado pelas províncias. De acordo com Buescu: “Quanto ao imposto de exportação, foi aplicado de forma variada, mas sempre em proporções módicas. (Não se deve esquecer que os produtos de exportação eram tributados pelas províncias)”.¹⁰⁸

O imposto de exportação teria que ser limitado para se evitar o encarecimento do produto nacional no mercado internacional, o que reduzia assim a competitividade com os demais países produtores. Conforme Levy: “O orçamento público era calculado a partir das rendas geradas pelas alfândegas”.¹⁰⁹ Tarifa é “uma pauta” de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado por Silva: “Pauta da alfândega, catálogo dos gêneros, que tem entrada ou são de contrabando com os direitos que se levaram da Alfândega”.¹¹⁰

¹⁰⁵ BARBOSA, Raul Tamagnini. **Breves noções sobre Direito fiscal Aduaneira**. Porto: Typografia a vapor da Imprensa Literária e Typografia, 1904. p. 33.

¹⁰⁶ Ibid., p. 35.

¹⁰⁷ FILHO, João Pedro Veiga de. **Monografia sobre as tarifas aduaneiras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 103.

¹⁰⁸ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 91.

¹⁰⁹ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 45.

¹¹⁰ SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Lisboa: Lacédina, 1813. p. 172.

As Tarifas são interessantes por movimentarem os setores da indústria e do comércio das nações e, ao mesmo tempo, ter um raio de ação social, econômico, financeiro e político dentro de cada nação e na relação entre elas. Segundo Filho, “Primeiro de tudo é o conjunto de suas disposições, para ter a indispensável concordância, deve ser subordinado a um princípio dominante seja inspiração da escola clássica ou liberal ou protecionista”.¹¹¹

Os impostos ou taxas alfandegárias, também chamadas de aduaneiras, são arrecadados, em virtude de autorização anual contida no orçamento geral da nação, de acordo com uma lei chamada Tarifa. A Tarifa pode ser dividida da seguinte forma: Geral ou Autônomas; Especial ou Diferencial e Convencional ou Recíproca. Conforme Filho: “Geral ou Convencional, quando estabelece exceção alguma; Especial ou Diferencial quando tem por fim, regular o comércio de certas regiões; Convencional ou de Reciprocidade, quando contém isenção entre dois ou mais países”.¹¹²

Quanto a sua natureza, as tarifas brasileiras se dividiam em: Proibitiva, Protecionista ou Fiscal. De maneira geral, no Império do Brasil, as tarifas oscilavam entre o livre câmbio e o Protecionista. De acordo com Filho: “Quando são proibitivas, quando veda a entrada de certos produtos similares, protecionista quando sobrecarrega com impostos aos produtos de outras procedências, fiscal quando estabelece impostos ou taxas insignificantes”.¹¹³ A aplicação da Tarifa pode se configurar da seguinte forma: móvel, específica e ad valorem. Segundo Filho: “Móvel, de acordo com o valor oficial das mercadorias; específica, quando base os direitos na unidade, peso, volume, número de objetos; *ad valorem*, quando fixa os direitos”.¹¹⁴

A Tarifa das Alfândegas, segundo a Monografia sobre as Tarifas Aduaneiras (1896) de João Pedro Veiga de Filho, deve ser simplificada e clara, a fim de proporcionar ao leitor uma visão esclarecedora sobre o assunto e a sua forma de execução. Deve conter o menor número possível de classes e artigos. Sobre isso, ressaltam-se os exemplos de algumas nações, conforme Filho: a “Tarifa Francesa 579 artigos, a Áustria 356, a Itália 346, a Inglesa apenas 56, a tarifa brasileira, o qual é de 1.085, exceção feita das subdivisões, notando-se que tivemos uma tarifa com 2.416 artigos”.¹¹⁵

¹¹¹FILHO, João Pedro Veiga de. **Monografia sobre as tarifas aduaneiras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 105.

¹¹²Ibid., p. 105.

¹¹³Ibid., p. 105.

¹¹⁴Ibid., p. 105-106.

¹¹⁵Ibid., p. 9.

Observa-se que é comum em uma Tarifa no Brasil, em especial no Segundo Reinado, uma quantidade expressiva de artigos, que na visão de João Pedro Veiga de Filho, proporcionaria problema para bom entendimento e clareza em sua disposição; além do fato de prejudicar a fiscalização na alfândega. Estas ações ocasionavam discussões intermináveis entre os grupos que discutiam a Tarifa: o comércio, a indústria fabril e o fisco. Essas medidas foram objetos de reclamações e conflitos proporcionando dificuldades na conferência das mercadorias, levando-se em conta que importávamos quase tudo que consumíamos.

Com referência às Tarifas do Segundo Reinado, pode-se verificar que os ministros a favor de uma tarifa mais protecionista foram: II Visconde de Caravelas - Manoel Alves Branco (Decreto 376 12/08/1844), Visconde de Itaboraí - Joaquim José Rodrigues Torres (Decreto 4.343 /22/03/1869), Visconde de Ouro Preto - Afonso Celso de Assis Figueiredo (Decreto 7.552 22/11/1879), Francisco Belizário Soares de Sousa (Decreto 9.746/22/4/1887) e João Alfredo Correa de Oliveira (Decreto 10.170 26/01/1889). Já os favoráveis as Tarifas mais livre câmbio foram: Barão de Cotegipe - João Mauricio Wanderley (Decreto 1.914 28/03/1857), Ângelo Moniz da Silva Ferraz (Decreto 2. 684 03/ 11/1860), José Maria da Silva Paranhos - Visconde do Rio Branco (Decreto 5.580 31/03 /1874) e José Antônio Saraiva (Decreto 8.360 31/12/1881).¹¹⁶

Com essa relação, pode-se constatar que houve no Império do Brasil uma quantidade maior de Tarifas mais protecionista do que do livre câmbio, apesar de a literatura afirmar que o Império se mostrava mais inclinado a este sistema.¹¹⁷ Como ressalta José Murilo de Carvalho: em seu livro “Teatro das Sombras: a política imperial”, os políticos mais experimentados do Império, que aconselhavam o Imperador, no Conselho de Estado, onde se reuniam, não conseguiram se posicionar a qual sistema adotar, se o livre câmbio ou o protecionista.

Conforme Buescu: “É preciso compreender que o modelo dominante era um modelo aberto, baseado na expansão das exportações como principal fonte de renda, e em contrapartida, no aproveitamento das importações como meio de atender a demanda interna”.¹¹⁸ Este modelo dominante mostrava-se simpático à elevação da Tarifa Alfandegária quando necessário, mediante dificuldades interna e externa do país. Importante ressaltar a abordagem do autor em relação à arrecadação - as províncias tributavam as mercadorias

¹¹⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001.

¹¹⁷ WELTMAN, Paula Christiane Jalles; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808- 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

¹¹⁸ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 101.

exportadas e produzidas em seu território sem a ingerência do Ministro da Fazenda, já as mercadorias importadas eram de competência do Ministro - e este influenciava de maneira determinante no processo de desenvolvimento econômico e industrial.¹¹⁹

O Histórico das Tarifas Aduaneiras no Brasil será tratado de maneira resumida, elencando os países que mais influenciaram o Império do Brasil, tais como: a França, a Inglaterra, os Estados Unidos da América e a Alemanha. Nesse sentido, as tarifas serão examinadas em dois períodos. Em um primeiro momento, são destacadas as tarifas da antiguidade até Colbert. Nessa época, as tarifas aduaneiras foram marcadas por grandes proibições e eram entendidas como um instrumento de renda para o estado. Segundo Filho: “Tal objetivo tinha sua razão de ser crença geral de que o aumento da riqueza pública dependia de medidas exclusivas e proibitivas sobre a importação [...] e a exportação de certos produtos”.¹²⁰

Em um segundo momento, tem-se o período que vai de Colbert ao século XIX. Nessa ocasião, as tarifas em geral eram subordinadas ao princípio da liberdade do comércio internacional ou ao protecionismo, sistema capaz de animar e amparar as indústrias contra a concorrência do estrangeiro. A Tarifa de Colbert promulgada em 1664, na França, tinha um caráter proibitivo com direitos elevados, predominando na França até 1786. De 1786 até 1836, o sistema da livre concorrência imperou. De 1841 até 1860, o sistema protecionista voltou a prevalecer.¹²¹ O exemplo da França será levantado e sinalizado para se refletir até que ponto o protecionismo poderia ser uma proposta mais adequada para o Império do Brasil a fim de favorecer a indústria fabril.

No caso da Inglaterra, prevaleceu o sistema protecionista até 1824. Desta data em diante, o sistema da livre concorrência fundou seus alicerces. Para a indústria fabril no Império, a Inglaterra fora consagrada como o inimigo natural ao desenvolvimento da indústria por se alicerçar no sistema do livre câmbio.¹²² Esta afirmação pode ser verificada, através dos documentos que a Associação Industrial do Rio de Janeiro, nos anos oitenta do século XIX iria divulgar no Império do Brasil. Outros países cogitados como exemplos de países protecionistas que poderiam prover um caminho mais seguro para o crescimento da indústria

¹¹⁹BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.

¹²⁰FILHO, João Pedro Veiga de. **Monografia sobre as tarifas aduaneiras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 95.

¹²¹MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

¹²²INSTITUTE FOR CONTEMPORARY STUDIES. **Tarifas Quotas e Comércio: A política do protecionismo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

fábrica no Império seriam: os Estados Unidos da América e a Alemanha. Na Alemanha, em relação ao regime aduaneiro, a princípio, não tinha o cunho de uniformidade.

Em 1807 a Prússia iniciou reformas francamente liberais e em 1816 foram suprimidas as alfândegas do interior. A primeira tarifa geral da Prússia foi promulgada em 26 de maio de 1818, não contendo proibição alguma como sucedeu a tarifa de 25 de outubro de 1821. Estas importantes leis que tanto se recomendaram pela fácil nomenclatura e simplicidade nas disposições; serviriam de base para o Zollverein(zoll, alfândegas, werein, união) a celebre associação iniciada em 1828, na qual tomaram parte os Estados Alemães para a unificação das tarifas. Até 1840 insignificantes alterações foram convertidas em lei, sendo então estabelecidos direitos protetores para diversos artigos pelas tarifas de 18 de setembro de 1842.¹²³

Ao longo de sua história, a Alemanha modificou seu percurso e se fortaleceu como um país que adotara o sistema protecionista e que poderia ser um exemplo a ser seguido na época. Até mesmo porque, o pensamento protecionista se estruturaria bem definido através de seu maior mentor, Georg Friedrich List. A indústria fabril no Império estava alicerçada no sistema protecionista de List que, em um primeiro momento, influenciou a seção da indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. E, posteriormente, na década de 80, repercutiu no posicionamento dos membros da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

No caso dos Estados Unidos da América, a sua primeira tarifa foi datada de 04 de julho de 1789, com as ideias protetoras de Madison, mas com um caráter fiscal bastante acentuado. Segundo Filho: “Em 1824, realizou-se uma reforma protecionista, com a base de 37%, a qual foi modificada em 24 de maio de 1828 para 41%, também mantida pela tarifa de 30 de julho de 1842”¹²⁴. Os Estados Unidos da América para o grupo da indústria fabril, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fora o exemplo a seguir para a construção de seu ideário de elaboração de uma nova proposta para esta indústria no Império.

Este breve histórico das Tarifas desses países no período estudado funciona como um apoio para compreensão da importância dos exemplos ora citados para uma análise protecionista ou do livre comércio para o Império do Brasil.

Em se tratando da Revisão da Tarifa, a preparação de uma Tarifa das Alfândegas, no Império do Brasil, se compõe de uma forma bem orquestrada: a Comissão Revisora da Corte emitia um projeto de Revisão da Tarifa e encaminhava às demais Alfândegas e Associações Comerciais do Império. Isto era realizado, com o objetivo de encaminhar as reclamações e pedidos das Alfândegas e das Associações Comerciais, para serem avaliadas pela Comissão e terem uma oportunidade de serem atendidas as suas necessidades.

¹²³FILHO, João Pedro Veiga de. **Monografia sobre as tarifas aduaneiras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 100.

¹²⁴Ibid., p. 101.

Conforme Maria Antonieta P. Leopoldi discorre, a política tarifária no Império vinha a atender às necessidades da receita fiscal e do comércio importador. Era responsável por dois terços da receita tributária, sendo a tarifa modificada de acordo com as necessidades do Tesouro, tendo por conta disso várias Revisões das Tarifas. Os membros das comissões revisoras eram indicados pelo Ministro da Fazenda, das Alfândegas e representantes do comércio. Nessas revisões tarifárias havia debates entre protecionista e livre-cambista.¹²⁵ Esta discussão se estenderá por todas as Tarifas das Alfândegas.

O encaminhamento das reivindicações se daria por meio da produção de um relatório a ser confeccionado por cada província. Esses relatórios deveriam ser entregues à Comissão Revisora da Corte, para a preparação de um único documento, que seria publicado com a denominação de Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil. A análise das Tarifas das Alfândegas do Brasil era feita mediante este documento que retrata o conflito entre os interesses do comércio importador, da indústria fabril e os do fisco.

Para esta tarefa, elaboração do relatório de cada alfândega e das Associações Comerciais, existia um período que poderiam ser de três meses a um ano ou mais, dependendo dos critérios. A partir da entrega dos relatórios de todas as Alfândegas e de todas as Associações Comerciais, a Comissão Revisora elaboraria seu próprio relatório a ser entregue ao Ministro da Fazenda.

Com a autorização da Assembleia Geral da Câmara dos Deputados, o governo organizava uma tarifa que pudesse gerar renda para o Tesouro e impetrar o incentivo à indústria fabril existente. A autora Maria Bárbara Levy, em seu livro: “A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas”, afirma que o orçamento do Império era calculado mediante as rendas das alfândegas.¹²⁶

Nesse sentido, a importância do debate sobre a Tarifa se alicerça no fato de o orçamento depender do faturamento das Alfândegas de todo o Império para poder orçar a receita e a despesa de cada ano. De acordo com Levy: “A arrecadação insuficiente dos impostos livre-cambistas de importação forçaria a cobrança de impostos de exportação, encarecendo os produtos nacionais, tirando-lhes a competitividade”.¹²⁷ Pode-se observar que a Tarifa Alfandegária imposta às mercadorias importadas era a grande responsável pela renda

¹²⁵LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹²⁶LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

¹²⁷Ibid., p. 46.

do Império conforme atesta a autora, e por conta desta relevância a discussão nas Câmaras quanto a Tarifa de importação de mercadorias. Assim, pode-se verificar a razão da ênfase na compra de produtos estrangeiros e a falta de empenho do governo em proteger a indústria fabril nacional.

Dai a importância da Tarifa Alfandegária para a estrutura econômica do Império. Toda a discussão sobre Tarifa em verdade seria um debate capital para a economia da sociedade Imperial. Por conta disso, havia no seio das Câmaras, e até mesmo do Conselho de Estado, um confronto e um questionamento quanto por qual sistema optar: pelo protecionista ou, pelo livre câmbio!?

A Tarifa das Alfândegas do Império era basal para a manutenção da economia, representando de 60% a 85% do orçamento anual do Império. A discussão quanto à Tarifa das Alfândegas e o sistema mais aconselhável para aquele ano, o protecionista ou do livre-câmbio, era vital para o bom andamento do orçamento do Império. Será tratado a seguir a SAIN, por ter em seu âmago o conflito das seções que desencadearam uma nova forma de encarar o papel da indústria fabril no Império.

1.3- A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Império.

A ideia de fundar uma sociedade que se amparava na “indústria” veio através de uma proposta do negociante baiano Ignácio Álvares Pinto de Almeida. A criação de uma entidade, a Sociedade Auxiliadora da indústria Nacional na Corte, tinha como objetivo incentivar a indústria nacional em seu desenvolvimento. De acordo com Marquese: “O objetivo central da SAIN era estimular o melhoramento da indústria brasileira, entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril”.¹²⁸ Segundo o autor, o periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, editado mensalmente a partir de 1833, exercia o papel de divulgador das publicações dos diversos ramos industriais.

Conforme Oliveira: “Desde 1816 encontramos-lo as voltas com atividades fabris. Nesse ano, havia solicitado à Junta do Comércio ‘provisão de Fábrica’ para destilar licores, aguardentes e refinar açúcar”.¹²⁹ A conclamação aos bons cidadãos para auxiliar a indústria nacional para o progresso do país se dá no dia 19 de outubro de 1827.

E convencido de que nenhum país floresce, e se felicita sem Indústria, por ser ela o móvel principal da prosperidade, e da riqueza, tanto pública, como particular de uma Nação culta, e realmente independente; convencido igualmente de que os maquinismo são os poderosos auxiliares da Indústria, cujos benefícios resultados se deram sobre todas as classes da sociedade, e desejando por tanto conciliar estes

¹²⁸MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 267.

¹²⁹OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed. 1992. p. 57.

princípios de verdade incontestável a benefício do Brasil, que me deu o berço, e onde a Indústria sufocada por mais de três séculos, demanda todos os socorros, eu trabalho desde 1820 para se crie entre nós esta Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo fim principal de auxiliar a indústria, mormente pelo que respeita à aquisição de maquinismos, que, expostos as vistas do público, façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos agricultores, e dos nossos artistas: para que por meio delas conseguiram minorar os trabalhos da mão de obra, obtendo ao mesmo tempo com mais facilidades, perfeição, e menos despesas maior soma de produção.¹³⁰

Nestas poucas palavras do idealizador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, vê-se que a ênfase a ser dada na organização da entidade e em seus Estatutos faz alusão à agricultura, o que traz, no decorrer de sua existência, a discórdia entre o comércio e a indústria fabril, uma vez que dá enfoque ao desenvolvimento da agricultura como objeto da entidade. O comércio se beneficiava com a agricultura por exportar a produção dos mais variados artigos. E a indústria fabril não possuía espaço no cenário econômico como assim almejava. E por conta disso, pode-se verificar a crise dentro da Entidade na década de setenta devido a sua falta de espaço político e econômico no Império.

No decorrer do discurso de Ignácio Álvares Pinto de Almeida, o conceito de Indústria se revela traçando uma amplitude significativa, o que instala dentro da entidade um aglomerado de interesses opostos que serão revelados e postos em conflito ao longo da existência da SAIN.

Parece-me, meus Senhores, que, convencidos das verdades, que vos tenho enunciado, vos estou já ouvindo dizer unanimemente, e da indústria importância promover nossa Indústria, e auxiliá-la com os maquinismos, para que animadas, e favorecidas as Artes, a Agricultura, e o Comércio, o Brasil entre em partilha com as nações civilizadas no rico patrimônio da Indústria, que a natureza legou em comum a todos os povos, e parece que com especialidade ao povo Brasileiro pelas preciosidades, e favores, com que o enriqueceu em qualquer dos três reinos, que ela sabiamente criou, e dirige com admirável economia.¹³¹

Conforme o autor declarou, fica evidenciada a intenção da organização da SAIN em favorecer a Agricultura e ao Comércio, definindo os mesmos como indústria no sentido amplo da palavra de acordo com a definição de época. É essa a posição da instituição, fundada em 19 de outubro de 1827. Outra argumentação do Ignácio Almeida: “Porém, sem Indústria, meus senhores, todas estas grandes vantagens restaram, como até agora, nulas, e o Brasil, dependente da Indústria estrangeira, pouco ganharia em libertar-se da dependência da Mãe pátria”.¹³²

¹³⁰CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ignácio Álvares Almeida. Discurso que no faustíssimo dia 19 de outubro de 1827 em que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828. p. 3.

¹³¹Ibid., p. 14.

¹³²Ibid., p. 7.

Considerando a posição da SAIN, quanto ao conceito de indústria em um sentido amplo, é importante trazer uma observação específica quanto ao termo “indústria fabril”, que será tão repedida em toda a tese. Será empregado o termo “indústria fabril” para identificar que não se trata nem de agricultura e nem de comércio já que o conceito de “Indústria” era tão ampliado pela SAIN.

Outro personagem que trabalhou para a organização da Sociedade foi João da Silva Caldeira, defensor de que uma nação só seria independente politicamente se chegasse ao estágio industrial. Segundo Oliveira: “O Brasil se encontraria no segundo estágio e o caminho para superá-lo seria o de introduzir todos os aperfeiçoamentos possíveis em todos os ramos da economia”.¹³³

Nas sociedades nascentes, em que os primeiros passos são dirigidos para a agricultura, este supérfluo dos produtos agrícolas troca-se por produtos de uma indústria estrangeira destinados a fazer outra série de necessidades; em consequência desta troca, a nação a princípio agrícola, torna-se depois comerciante. Neste caso se acha o Brasil. Enquanto a Nação que tira seu recurso da terra que a sustenta não chega ao estado da Indústria, que podemos considerar como o terceiro período do aperfeiçoamento social, e que constitui a verdadeira independência política, e do interesse desta Nação introduzir todos os aperfeiçoamentos possíveis nos diferentes ramos da indústria nacional e principalmente na prática da agricultura.¹³⁴

A organização da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ocorreu em 19 de outubro de 1827, cumprindo a portaria do Imperador D. Pedro I, tendo como primeiro presidente o Visconde de Alcântara.¹³⁵ O juízo quanto ao conceito de indústria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

(...) mãe de todas as ciências e artes, e causa primárias da opulência, e grandeza das Nações, em geral se reduzindo à ação das forças físicas e morais do homem aplicadas à produção indústria agrícola desenvolvimento das forças naturais, ou à colheita dos produtos que o Criador espontaneamente nos apresenta), indústria manufatureira (novas formas às produções na natureza, submetendo-as a complicados processos para que estas nos sejam mais uteis) ou indústria comercial (dar um valor qualquer aos produtos tanto naturais como artefatos, levando-os aos mercados para serem consumidos).¹³⁶

A visão da entidade em relação à indústria se esbarra no próprio pensamento da época, no Brasil, com divulgação das ideias de Cairu no tocante ao foco da Agricultura ser a “indústria” que a nação precisaria para se desenvolver; além do pensamento livre câmbio. É

¹³³ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed.1992. p. 58.

¹³⁴ ARQUIVO NACIONAL. **Seção de Documentação Histórica**. Rio de Janeiro: 07/07/1825. De João da Silva Caldeira a D. Pedro I. p. 1.

¹³⁵ WEID, Elisabeth Von Der. **Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Industrial, 1977.

¹³⁶ SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso. As Exposições Universais Internacionais no século XIX. A circulação transoceânica de ideias e técnicas e a participação do Império do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1889**. 1992. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, 1992. p. 11.

importante demonstrar nos Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional o propósito da entidade ao longo de sua existência, para mostrar as razões do futuro conflito dentro da entidade na década de setenta do século XIX. Com relação às obrigações e funções pertinentes a SAIN, consta no Estatuto.

Da obrigação, e positivo dever desta Sociedade a aquisição, arrecadação, e conservação das máquinas, modelos, e inventos adquiridos, e de quanto por este meio possa concorrer, para aumento, e prosperidade da indústria nacional neste Império, devendo, porém, mandar vir com preferência aquelas Máquinas, ou modelos, que forem mais necessários, e úteis às Agricultura, Fábricas, e Artes, como as bases mais sólidas e importantes da prosperidade de um país.¹³⁷

A SAIN era responsável ainda por publicar o exame e aprovação de máquinas, modelos e inventos a ela apresentados, por nacionais ou estrangeiros, de igual forma, manufaturas nacionais em amostras de suas novidades e perfeições. Segundo o Estatuto: “Será responsável por prestar favor a particulares que mandarem vir do exterior máquinas ou modelos para o seu uso. A Sociedade Auxiliadora tem por foco adquirir as melhores máquinas para a agricultura e de informar periodicamente noções elementares de economia rural”.¹³⁸ Conforme Andrade: “A principal finalidade da Sociedade Auxiliadora, de acordo com seus primeiros estatutos, era a aquisição de máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para o aumento e a prosperidade da indústria nacional neste Império”.¹³⁹

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi uma instituição que almejava não apenas dar aos seus sócios segurança material, mas também impulsioná-los a crescer e desenvolver suas atividades econômicas, obtendo para a indústria, a agricultura e o comércio do Império seu espaço social, político e econômico para a indústria, a agricultura e para o comércio do Império. Uma Associação de ofício que possuía uma configuração de combate aos inimigos da indústria no Império. No entanto, a Sociedade Auxiliadora sofrerá um embate interno entre a indústria fabril e o comércio que a estremecerá.

Serão tratados vários objetivos da entidade. Um deles seria a incumbência de repassar verbas que favorecesse o desenvolvimento da indústria, além de proporcionar o ensino técnico que visava o crescimento da indústria existente e que trouxesse condições estruturais para o florescimento de mais indústrias. A instituição tinha a proposta de conter os conflitos políticos e incentivar o progresso econômico que gerasse a prosperidade da nação. Por causa dessa

¹³⁷FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1827**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1828. p. 9.

¹³⁸Ibid., p. 10-11.

¹³⁹ANDRADE, André Luiz Alípio de. **Variações sobre um tema: A Sociedade auxiliadora da indústria nacional e o debate sobre o fim do Tráfico de escravos (1845-1850)**. (Dissertação de Mestrado), São Paulo Campinas, 2003. p. 5.

condição, a Sociedade Auxiliadora recebia verbas do Império, além de ser um órgão consultivo para assuntos relacionado à economia.

Durante toda existência da Sociedade Auxiliadora, a estrutura de funcionamento era composta de sócios efetivos e honorários; dirigida por um presidente, um vice-presidente secretário, tesoureiro e seus adjuntos; além de um contínuo, um guarda e serventes. O presidente da entidade era nomeado pelo Imperador, e o secretário, o tesoureiro e os demais funcionários adjuntos eram sócios efetivos, eleitos para trabalharem por três anos. Já os contínuos, o guarda e os serventes eram indicados pelo secretário.

Os primeiros sócios efetivos da entidade foram cinco funcionários que o Imperador nomeou para organizar a entidade. Os critérios para ser tornar sócios eram: ser pessoas dignas por testemunho e qualquer pessoa que fizesse algum donativo no valor de duzentos mil réis à Sociedade. Os sócios honorários são as pessoas que houvessem construído ou haveriam de contribuir para o estabelecimento e conservação da SAIN. Os sócios por vezes exerciam cargos e funções como: Negociantes, Industriais, Cafeicultores, Viscondes, Políticos, Barões, Ministros de Estado e Conselheiro de Estado. Para Maria Martins: “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, consultada pelo governo “sobre quase todos os negócios relativos à agricultura e à indústria geral do país”, também contou em seus quadros de membros e fundadores, em época diversas, com a maioria dos Conselheiros de Estado.”¹⁴⁰

O presidente deveria observar e fazer cumprir o Estatuto, manter a ordem nas sessões, assinar os diplomas dos sócios efetivos, examinar as máquinas ou os inventos, rubricar os livros de receita e de despesa da entidade e avisar, através do secretário, por cartas aos sócios efetivos a eleições de funcionários, sessões ordinárias ou negócios importantes. Ao Vice-presidente compete as mesmas obrigações do presidente, em sua falta.

Ao secretário compete escrever as atas das sessões, ter em sua guarda os papeis e livros da sociedade; cuidar da sala de reuniões; dar ordens aos serventes; conservar as máquinas e os modelos e arrecadar as subscrições anuais, entregando-as ao tesoureiro. Cabia-lhe também a publicação em jornais dos nomes das pessoas que subscrevem a benefício da entidade, e relação de máquinas e modelos adquiridos.

O tesoureiro compareceria a todas as sessões da entidade e recolheria o que fosse arrecadado pelo secretário da entidade. O secretário e o tesoureiro assinavam o livro de receita e despesa da SAIN e emitiam recibos de quantias pagas. O contínuo trabalhava na limpeza da

¹⁴⁰MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 152.

entidade e ajudava o guarda em seus afazeres. O guarda era o encarregado da limpeza do depósito das máquinas.

As sessões da entidade se dividiam em sessões econômicas, sessões ordinárias, sessão extraordinária e uma sessão pública. A sessão econômica ocorria mensalmente, na primeira quinta-feira de cada mês. Nesta sessão eram tratadas as questões relativas a negócios e por vezes era transferida para votação na sessão ordinária. A sessão ordinária era realizada de três em três meses no dia 15 do mês corrente; os sócios efetivos poderiam votar em questões referentes a máquinas ou modelos a serem importadas a fim de estimular a indústria nacional a programas que beneficiassem a indústria e as premiações.

Já a sessão extraordinária tinha como foco resolver alguma questão muito urgente que não poderia esperar a sessão ordinária. A sessão pública ocorria uma vez ao ano, em dia e hora marcada, podendo os sócios efetivos e honorários e os demais interessados participar. Nessa eram tratados assuntos referentes aos relatórios de receita e despesa da sociedade, aos trabalhos e às máquinas ou modelos novos que trouxeram inovações para a indústria nacional.

A estrutura acima exposta, empregado no Estatuto de 1828, se justifica por ser este o Estatuto mais específico em relação ao foco da SAIN. Serão vistos também os demais estatutos que ao longo da existência da entidade vão demonstrando as mudanças ocorridas, mesmo que pequenas, no período de 1828 a 1857. Serão então percebidas as alterações da entidade quanto a sua estrutura e seus objetivos e a possível razão da Crise dos Chapéus nos anos setenta do século XIX. Ressalta-se que os Estatutos de 1827 e 1891 não foram tratados por não serem fundamentais para a análise.

O Estatuto de 1831 foi elaborado de maneira geral com as mesmas posições do Estatuto de 1828. Quanto aos recursos financeiros, eram utilizados para conservar e reparar tudo quanto à infraestrutura, e ainda a compra de obras, aquisição de máquina e de jornais para publicar noções elementares das artes e ciências industriais e assim estimular e animar a agricultura, o artista, e o fabricante industrial. Novamente, a direção da Sociedade seria escolhida pelo Conselho Administrativo, composta por sócios efetivos em Assembleia Geral e de igual forma ao Estatuto anterior, por presidente, vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e pelos membros das comissões: de fundos; de análise e processos químicos; de economia doméstica e rural; da agricultura; de artes, das fábricas e comércio; e da redação de jornais, programas e revisão de membros.¹⁴¹

¹⁴¹FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1831.

Quanto à reunião dos sócios em Assembleia Geral e suas atribuições, a sessão pública ocorria em 1º de julho de cada ano com a metade de seus sócios efetivos residentes nesta cidade. A competência da Assembleia Geral era de ter ciência do relatório sobre o progresso e estado da entidade, ler os memoriais e examinar os inventos, distribuir os programas com indicação de prêmios, ouvir, em sessão particular, o relatório dos trabalhos do Conselho com referência à arrecadação e à aplicação dos fundos da Sociedade, nomear os membros para formar o novo Conselho, decidir as questões dos regulamentares propostas pelo Conselho e admitir, ou não, os sócios.¹⁴²

Os sócios tinham suas prerrogativas como efetivos ou honorários: assistir todas as reuniões da Sociedade e propor por escrito medida que pudessem contribuir para o bom desenvolvimento da indústria, examinar a biblioteca e as máquinas, entrar no arquivo ver e consultar as atas da entidade. Todo o sócio recebia um exemplar de todas as publicações da entidade. Os sócios poderiam perder o título quando: não pagassem a contribuição mensal por um ano, por sair da província sem participar ao Conselho, não comparecer por seis sessões consecutivas sem justa causa. No caso do sócio honorário, esse perderia o título quando, podendo, recusasse ajuda requisitada.

Em se tratando da arrecadação e da contabilidade da Sociedade, o tesoureiro fazia a arrecadação e pagava a despesa, submetendo o relatório da tesouraria à Assembleia Geral. Consta no Estatuto: “A Comissão apresenta o seu orçamento em Conselho na primeira sessão do undécimo mês, para sofrer as alterações, que o Conselho julgar convenientes, e ser por este apresentado igualmente a Assembleia”.¹⁴³

Alguns anos mais tarde, a Sociedade Auxiliadora teria por fim um novo Estatuto, o de 1838. Consta no Estatuto: “promover, por todos os meios a seu alcance, o melhoramento, e prosperidade da indústria no Império do Brasil”.¹⁴⁴ Com relação aos sócios efetivos, esses estavam sujeitos a pagar a quantia 12\$000 réis ou com joias, podendo fazer parte do Conselho Administrativo, quando eleitos.

A direção dos negócios da Sociedade era de responsabilidade do Conselho Administrativo, composto de presidente, vice-presidente, um secretário e um tesoureiro. A função do Conselho era o governo econômico e a direção da Sociedade cuja função era arrecadar os fundos, admitir ou não os sócios, expor os progresso e estado da sociedade, além

¹⁴²FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1831. p. 1.

¹⁴³Ibid., p. 10.

¹⁴⁴FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1838. p. 1.

de propor ou não a Assembleia Geral da Sociedade. Neste Estatuto havia as prerrogativas dos sócios que eram: assistir as sessões da Sociedade, examinar a biblioteca, entrar no arquivo e consultar as atas e receber um exemplar impresso de tudo publicado pela sociedade.

Essa Sociedade, de acordo com o Estatuto de 1838, tinha como um dos propósitos o estabelecimento de outras instituições semelhantes em cada província. Este foco se amplia na década de setenta quando ocorre a cisão da SAIN e a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro. No Estatuto fica identificado de onde surge a ideia de ampliação da AIRJ, por todo o Império quanto a formação de Associações semelhantes a do Rio de Janeiro.

Interessante perceber as modificações dentro da entidade com o fim de caracterizar ao longo das décadas a atuação de grupos e de funcionários na entidade. No Estatuto de 1848 consta quanto seus fins.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, tem por fim promover por todos os meios ao seu alcance o aperfeiçoamento da agricultura, das artes, dos ofícios, do comércio e da navegação do Brasil; e auxiliar a nossa nascente indústria fabril com prêmios, certificados, publicações e exposições, segundo o uso das nações mais adiantadas na civilização.¹⁴⁵

Uma mudança relevante no Estatuto de 1848 foi a ênfase dada à indústria fabril com prêmios e exposições para impulsionar esta seção dentro da SAIN. De acordo com Oliveira: “O estatuto de 1848 acresce que é imperioso auxiliar a nossa nascente indústria com prêmios, certificados, publicações e exposições segundo o uso das nações mais adiantadas na civilização”.¹⁴⁶ Desse momento em diante, tem-se uma ênfase mais significativa na indústria fabril na SAIN. É importante perceber que desde 1844 com a Tarifa Alfandegária a indústria fabril ganha mais expressão no cenário econômico por conta da luta entre a indústria fabril e o comércio, em função da Tarifa mais protecionista instaurada no Império.

Para se conseguir atingir esse objetivo, a entidade elabora procedimentos que deveriam contribuir para se alcançar êxito. Com a criação de um periódico, uma biblioteca, aulas apropriadas para doutrinas industriais, a Sociedade concorre para o estabelecimento de outras semelhantes a si, em todas as províncias do Império. De igual modo no Estatuto de 1838, como já citado.

Uma mudança interessante no Estatuto de 1848 seria em relação aos sócios efetivos que deveriam pagar por seu diploma a quantia de doze mil réis e uma mensalidade de quinhentos réis, cobrada por semestre; caso não pagassem sua mensalidade poderiam ser excluídos do livro de matrícula. E, somente os sócios efetivos poderiam exercer cargos na

¹⁴⁵FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1848**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1848. p. 1.

¹⁴⁶OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F &S Ed. 1992. p. 58.

entidade. Os sócios honorários nada pagavam. Para serem sócios efetivos seria necessária uma indicação por escrito, além da votação dos sócios já efetivados para a entrada do candidato.

Em se tratando da Assembleia Geral, os sócios se reuniam três vezes por ano, duas para aprovação do orçamento, para as eleições e contas do tesoureiro e outra para sessão pública. A primeira assembleia geral se reunia no dia 15 de junho de cada ano com o objetivo de eleger uma Comissão de Fundos para examinar as contas do tesoureiro e para verificar o orçamento elaborado para o próximo ano; a segunda reunião era a sessão pública para a leitura do relatório do secretário com o objetivo de expor as atividades executadas naquele ano, quanto à terceira, nessa discutia-se as contas apresentadas pelo tesoureiro. De acordo com o Estatuto: “as comissões permanentes do Conselho Administrativo: 1^a de Indústria Agrícola e Colonização; 2^a de Indústria Comercial e Navegação; 3^a de Indústria Manufatureira e Artística; 4^a de Análise e Ensaios Químicos; 5^a de Redação de programas de representações e de trabalhos da Sociedade”.¹⁴⁷

No Estatuto de 1848, além do presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro tem-se o arquivista- bibliotecário a quem competia: a inspeção e guarda da biblioteca e a conservação de todos os manuscritos, quadros, estatua e coleções da sociedade. O arquivista- bibliotecário tinha o poder de orientar os serventes e os guardas. Será tratado o Estatuto de 1857 referentes aos fins da Sociedade Auxiliadora.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria nacional tem por fim promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria do país, e auxiliar o governo sempre que por ele for consultada sobre todas as questões concernentes aquele fim.¹⁴⁸

Pode-se verificar no Estatuto a ampliação na atuação da entidade por conta das atribuições que se ampliam com a feitura de uma escola prática de agricultura, um museu industrial, uma biblioteca, cursos teóricos, exposição geral, um periódico, um depósito de máquinas, além de a sociedade ter que se corresponder com sociedades nacionais e estrangeiras e finalmente com filias da Sociedade Auxiliadora em todas as províncias do Império. Vê-se que houve modificações dentro de Sociedade Auxiliadora quanto a sua maneira de organização e de ajuda à indústria nacional.

Quanto a sua divisão interna, havia neste Estatuto de 1857 as seções 1^a Agricultura; 2^a Indústria fabril; 3^a Máquinas e aparelhos; 4^a Artes liberais e mecânicas; 5^a Comércio e meios

¹⁴⁷FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1848**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1848. p. 12-13.

¹⁴⁸FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1857**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional. p. 9.

de transporte; 6ª Geologia aplicada e química industrial; 7ª Melhoramento das raças de animais. Nessa divisão ficam identificados os grupos que compõe a Sociedade Auxiliadora e a divisão interna da entidade - esses grupos tinham papel importante dentro da instituição, já que cooperavam com o Conselho Administrativo da Sociedade.

Cada seção teria seu presidente e um secretário que fariam reuniões em conferência com os membros das seções para tratar de assuntos que cabia o seu exame. Isso ocorreria quando houvesse uma matéria que poderia interessar a duas ou mais seções. As seções que se interessassem se reuniam para discutir a matéria. Esta atuação continuou na vigência do Estatuto de 1869, período da Crise dos Chapéus (1877- 1880). Importante ressaltar que se descreve a história da SAIN porque foi dentro desta entidade que ocorreu o conflito entre os interesses da indústria fabril e do comércio, em todas as Tarifas anteriores à organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Quanto à administração da Sociedade Auxiliadora, de acordo com esse Estatuto, o Conselho Administrativo deveria se reunir para resolver questões pertinentes como: gerir a economia da entidade, aprovar ou rejeitar propostas feitas pelos sócios, designar presidentes de sessões, propor aprovações na Assembleia Geral, nomear tesoureiro, porteiro escriturário e prover todas as condições para a parte administrativa.

A Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional tinha em suas prerrogativas exercer algumas considerações como: o exame das atas do Conselho, da Comissão do fundo de orçamento, do balanço geral das contas; aprovação do orçamento, da receita e despesa e decisão de todas as questões apresentadas pelo Conselho.

De acordo com os Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, as seções faziam parte do Conselho Administrativo e possuíam uma função importante no trato das discussões de matéria relevantes, assim como, conclusões a ser levada a Assembleia Geral da SAIN, para apreciação e votação. Nesses núcleos, a entidade se articulava e conseguia desbaratar problemas e questões difíceis dentro da entidade - eram seções permanentes e possuíam membros interessados nas matérias relevantes a sua seção.

A divisão em seções como a da indústria fabril, do comércio e da agricultura nos Estatutos deixa identificado que havia fins diferenciados até pelo entendimento do conceito de indústria que a entidade possuía. Apesar de haver atividades econômicas diferentes dentro da Sociedade, não havia dificuldades de se tratar de questões complicadas, pois cada matéria era encaminhada para a seção pertinente. A única vez que houve divergência na Sociedade foi quando as seções da indústria fabril e a do comércio discordaram quanto ao apoio à indústria

fabril com referência a proteção tarifária, na década de setenta. Essa questão será tratada no capítulo quatro.

Em se tratando da forma de divulgação da entidade, como já citado anteriormente, pode-se identificar o periódico e nele o objetivo da Sociedade Auxiliadora. No periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*: “Qual deve ser entre nós este ramo, altamente o esta proclamando a fertilidade do nosso abençoado território. Por longos anos cumpre, pois, que seja o Brasil muito especialmente agricultor”.¹⁴⁹ O objetivo de ser um país agrícola se esbarra nas ideias proclamada de Cairu, tão divulgada nos primeiros anos do Primeiro Reinado. O periódico da instituição tinha em seu intento o objetivo de proclamar as ideias da SAIN, influenciando o corpo político e social do Império, através de suas publicações. Consta em Weid: “O Auxiliador da Indústria Nacional foi criado em 1833 com o objetivo de patrocinar com a maior eficiência o desenvolvimento econômico do Brasil”.¹⁵⁰

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional teve um papel marcante no século XIX, por ter sido o primeiro órgão consultivo do Império do Brasil, concernente à indústria e seu desenvolvimento, fixando as bases para pensar o crescimento material do Império. Essa entidade tinha um caráter acadêmico – consultivo - emitia pareceres sobre diversos assuntos referentes à agricultura, ao comércio e à indústria fabril. Com referência a atuação da entidade, segundo Leopoldi: “Realizava estudos e debates sobre a questão agrícola e dava pareceres para o governo quanto à concessão de privilégios para a importação de máquinas para a agricultura e a indústria e quanto à instalação de fábricas no país com apoio da concessão de monopólios e privilégios.”¹⁵¹

Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi (2000), uma entidade identificada com a Monarquia e sua elite política. A confirmação desde fato se definiu com o declínio que ocorrera na década de oitenta, quando a própria Monarquia se enfraquece e a entidade passa por desfiguração em seus objetivos, perdendo sua força política dentro do Império. Conforme Carone: “Mesmo antes de haver Indústria, nascia uma Sociedade que direcionaria os objetivos desta no Império do Brasil”.¹⁵² Este órgão examinava e emitia pareceres sobre questões e assuntos pertinentes à economia do país, sendo seu objetivo central, segundo o Estatuto, “promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria

¹⁴⁹FIRJAN. *O Auxiliador da Indústria Nacional 1846*. Rio de Janeiro: Firjan, 1846. p. 2.

¹⁵⁰WEID, Elisabeth Von Der. *Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro Industrial, 1977. p. 12.

¹⁵¹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 62.

¹⁵²CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 6.

no Império do Brasil”.¹⁵³ Conforme Carvalho: “a Sociedade tinha um cunho quase oficial, pois recebia cotações do orçamento geral e contava entre seus membros boa parte dos políticos mais importantes. E o tom das posições da Sociedade era dado pelos secretários-gerais e possuía uma conotação de natureza muito mais técnico-científica do que política.”¹⁵⁴

Segundo o autor, seria uma entidade mais voltada a ser um centro de estudos sobre o desenvolvimento da indústria no país, um lugar de discussões para formulações e implementações de políticas focadas na “indústria nacional”, no sentido amplo do conceito “indústria”, em meado do século XIX, no Brasil. Seria uma entidade de classe, mais envolvida nas discussões sobre o desenvolvimento da indústria, mas sem efetuar uma atuação mais política de vanguarda, de forma mais revolucionária e questionadora quanto ao favorecimento da indústria fabril nacional.

As questões que mereciam atenção da SAIN foram a utilização e divulgação de novos métodos e técnicas agrícolas; o uso de máquinas movidas a vapor; o emprego de fertilizantes, a melhoria e o aproveitamento do solo; e as criações de escolas rurais. As culturas agrícolas, pelas quais a Sociedade tinha maior interesse, eram: o açúcar, o algodão e o café.¹⁵⁵ Além destas, a SAIN tinha preocupação com a introdução de novas culturas como o chá, o bicho-da-seda e a erva mate. Para a Sociedade Auxiliadora, a agricultura era objeto central de sua ação. Consta em Silva: “Nenhum país floresce, e se felicita sem indústria. Se crie entre nós esta Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo fim principal é auxiliar a Indústria, à aquisição de Maquinismo, e desafiem o interesse dos nossos Agricultores, e nossos Artistas”.¹⁵⁶

Longe de ser uma associação de classe, a instituição criada no “espírito da Ilustração”, era, como tantas outras sociedades da época, uma comunidade que se propunha a ser científica, mas que congregava no mesmo espaço, cientistas, letrados, políticos e homens ligados ao mundo dos negócios. A associação não tivera um caráter dissidente ao sistema político-econômico, pelo contrário, surgiu com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país.

¹⁵³ FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1827**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1828. p. 2.

¹⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Unib, 1980. p. 42.

¹⁵⁵ WEID, Elisabeth Von Der. **Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Industrial, 1977.

¹⁵⁶ SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que parece. A sociedade auxiliadora da indústria nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A Conjuntura de 1871-1877**. 1979. 293 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1979. p. 68.

Além de tratar da sua estrutura administrativa, ou seja, da normatização das finalidades e ações da Sociedade, de acordo com seus primeiros estatutos, objetivava adquirir projetos, máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para “o aumento e a prosperidade da indústria nacional neste Império”; fundamentalmente no setor agrícola, “vocação natural” do Brasil.

Inicialmente, o objetivo dos seus associados era o de promover o desenvolvimento da Nação através da modernização da agricultura. No entanto, com a expansão das indústrias auxiliares deste setor e com a própria mobilidade do mercado gerada pela Lei Eusébio de Queiroz - aprovada em 04 de setembro de 1850, extinguindo o tráfico de escravos - a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de acordo com Patrícia Barreto: “passou a objetivar a melhoria do processo produtivo de uma maneira geral, introduzindo inovações técnicas que promoviam tanto a produção agrícola quanto a indústria”.¹⁵⁷ Para alcançar esse alvo era necessário difundir o ideário da imperiosa necessidade de formar pessoal habilitado nas funções que fossem adequadas para o crescimento da indústria.

Perpetrar chegar instrução às “classes inferiores” faria parte do processo de progresso material e moral da sociedade; portanto, de transformação do país de acordo com o modelo de civilização da Inglaterra. Essa tarefa era das “classes elevadas” e abastadas, através de seus membros e representantes no governo e com auxílio dos homens letrados da Sociedade Auxiliadora, também membros do governo. Cabia, também, a essa classe a tarefa de difundir essa ideia e convencer as “classes inferiores” de sua necessidade de instrução para o desenvolvimento do Império. A SAIN tinha como seu alvo a instrução da população para ser mão de obra. Para tanto, organizou em 1854, uma fazenda-modelo chamada o Farol Agrícola e Industrial, que tinha como foco ser uma escola agrícola. Após dois anos de funcionamento a Sociedade comprou a fazenda do Mendanha para ser a sede definitiva da escola. Consta em Weed: “Importada a maquinaria, iniciou-se imediatamente os trabalhos de cultivo dos pastos artificiais, plantações e criação de animais domésticos”.¹⁵⁸

Com a necessidade de mão de obra, antes de organizar uma escola industrial se fazia necessário alfabetizar os adultos. Em 1871, foi inaugurada a primeira Escola Primária Noturna de Adultos, como narra seu Estatuto.

Art. 1: por fim promover, por todos os meios a seu alcance, o aperfeiçoamento da agricultura, das artes, dos ofícios, do comércio e da navegação do Brasil; e auxiliar a

¹⁵⁷ BARRETO, Patrícia Regina Correa. **Sociedade auxiliadora da indústria nacional: O templo carioca de palas Atenas**. 2009. Tese (Doutorado em História) Instituto Histórico das Ciências e das Técnicas de Epistemologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 50.

¹⁵⁸ WEID, Elisabeth Von Der. **Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Industrial, 1977. p. 18.

nossa nascente indústria com prêmios, certificados, publicações e exposições, segundo o uso das nações mais adiantadas na civilização. Art. 2: Para conseguir este fim também terá: 1º modelos de máquinas, que uma vez por semana serão expostos ao público. 2º colleções de produtos brasileiros, que possam ter aplicações em qualquer ramo de indústria. 3º um periódico mensal. 4º uma biblioteca especial ao alcance de quem quiser consultar. 5º aulas apropriadas, quando as circunstâncias lhe permitirem, onde se desenvolvam as doutrinas industriais e se expliquem os princípios sobre que elas se baseavam.¹⁵⁹

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da década de 1860 em diante, se encontrava em um hiato entre o universo da agricultura e o universo da indústria. As mudanças ocorridas no Império fizeram com que tivesse que caminhar sobre pressões até então não sofridas. Segundo Carone (1978), a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional oscilava entre dois mundos, por isso desenvolvia atividades que pudessem favorecer ambas as indústrias, como a discussão de mão de obra, a questão do ensino e a pedagogia das Exposições.¹⁶⁰

Quanto à questão da mão de obra, o problema do trabalho escravo ou livre, era discutido dentro da SAIN já na década de 1860. Em relação ao ensino, este era voltado para o aperfeiçoamento de trabalhadores e o invento de máquinas que favorecessem a agricultura. As Exposições tinham uma relação didática entre o esforço prático e o desenvolvimento da agricultura e da indústria para com a população, pois as Exposições seriam um método para a aprendizagem sobre a indústria e seu valor econômico.

Desde 1845, a Sociedade Auxiliadora almejava participar de Exposições Industriais. Para conseguir realizar a exposição nacional inicia seus primeiros planos, mas não conheciam as dificuldades para programar esta tarefa. Segundo Turazzi: “Para conseguir realizar a Exposição de 1861 nas províncias do Império foi necessária à ajuda do Instituto Fluminense de Agricultura para uma Exposição Nacional”.¹⁶¹ A SAIN organizou a Exposição Nacional em 02 de dezembro de 1861, e a segunda, em 1866, com o próprio Imperador D. Pedro II.

A indústria agrícola carece mais do que de nenhuma outra destes poderosos ensinamentos, destes meios os eficazes de propagar as ideias úteis e verdadeiras. O isolamento e a rotina são os inimigos naturais da cultura da terra. Vencê-los é a pacífica missão destas festas sociais onde o estudo ostenta os prósperos resultados de suas cogitações e as práticas viciosas se corrigem pela confrontação insuspeita de sua pouca valia com as iniciativas ousadas do progresso.¹⁶²

O conceito de progresso no século XIX, conforme André Azevedo: “uma ideia que ganhava novos contornos. Caracterizar-se como desenvolvimento do progresso técnico da

¹⁵⁹CARONE, Edgard. **O centro Industrial do Rio de Janeiro. E a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p. 34.

¹⁶⁰Ibid., 34.

¹⁶¹TURAZZI, Maria Inês. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 119.

¹⁶²FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1866**. Rio de Janeiro: Firjan, 1866. p. 284.

industrialização e de todo o desenvolvimento material”.¹⁶³ Amplia-se o conceito de progresso até mesmo pelo acelerado desenvolvimento das máquinas e da nova utilização de mão de obra na Europa da época. A ideia de progresso que chegava ao Brasil, segundo André Azevedo, “exportada e muitas vezes incorporada através da participação do Império nas Exposições, e de notícias veiculadas pela imprensa, pelos jovens que iriam estudar fora, na Europa, e voltavam com suas mentes fervilhando de novidades do velho continente”.¹⁶⁴

A SAIN foi um órgão financiado em parte pelo Governo Imperial e os seus membros contribuíam com mensalidades para sua manutenção, não se constituindo em uma entidade de classe. Realizavam análises sobre as indústrias e suas necessidades mais urgentes. O acompanhamento quanto às dificuldades por cada indústria era discutido, emitindo-se pareceres e levando reivindicações para o Governo Imperial, para que pudessem, assim, solucionar os impasses e as necessidades de cada uma. Para Maria A. P. Leopoldi, a SAIN não se constituiu como uma entidade de classe, como era o caso da Associação Comercial do Rio de Janeiro e de outras entidades no último quartel do século XIX, e sim como um órgão científico combinado seu caráter consultivo.¹⁶⁵ Compreendendo que não se compunha como um órgão que tinha como intenção a defesa de uma classe, mas como entidade para discussão e aprofundamento de assuntos relacionados ao desenvolvimento do Império.

Para José Murilo de Carvalho, a SAIN era uma associação de classe que poderia ter certa influência política, levando-se em consideração o fato de haver debates sobre a economia do país e sua crise e a ter entre seus membros políticos importantes de sua época.¹⁶⁶ Essa posição se mostra incompatível com a configuração da entidade, pois em seu cerne, encontravam-se três seções: a indústria fabril, o comércio que engloba o nacional e o importador e mais a seção da agricultura. Por essa composição, a SAIN não poderia ser uma associação de classe.

Com referência ao papel da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Leopoldi: “durante boa parte de sua existência, uma entidade com um caráter acadêmico consultivo”.¹⁶⁷ Para Leopoldi: “seu caráter de sociedade científica, combinado ao de órgão consultivo do

¹⁶³ AZEVEDO, André Nunes de. **Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906**. (Tese Doutorado em História Social da Cultura) PUC RJ: Rio de Janeiro, 2003. p. 44.

¹⁶⁴ Ibid., p. 45.

¹⁶⁵ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Unib, 1980.

¹⁶⁷ LEOPOLDI, op. cit., p.63.

governo, não escondia o fato de que a Auxiliadora era também [...] um instrumento de pressão de grupos organizados”.¹⁶⁸

De acordo com o livro “A Construção da Ordem”, o autor apresenta uma posição contrária quanto à política, por parte da SAIN. Para Carvalho: “pelo fato de ser um órgão que recebia doações do Governo Imperial, não seria capaz de pressioná-lo por medidas que pudessem defender a indústria agrícola, ou não”.¹⁶⁹

Os anos setenta foram decisivos para a Sociedade Auxiliadora por conta das modificações substanciais ocorridas dentro da entidade, que levaram a uma mudança radical na atuação de seus membros, assim como na ênfase dada a partir desse momento. O enfoque dado à agricultura se amplia e se volta à indústria fabril. Conforme Weid: “Os primeiros sintomas desse novo quadro delinearam-se em 1877, quando profundas divergências marcaram as discussões internas em torno da determinação de uma linha de ação específica em defesa da indústria manufatureira nacional”.¹⁷⁰

De acordo com a autora, o primeiro movimento industrial de organização feita pela indústria de chapéus, que naquela ocasião sofria a concorrência estrangeira e por esta razão iniciou a defesa de Tarifa das Alfândegas protecionista. Esta questão derivou uma contenda entre a seção da indústria fabril e a seção do comércio, o que desencadeou a cisão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

As seções do comércio e da indústria fabril debatiam questões importantes da época, através da revista *O Auxiliador*. Nos anos de 1870, havia na SAIN uma discussão entre os defensores do protecionismo tarifário - a indústria fabril - e os defensores do livre-cambista - o comércio importador.

A instituição era composta por fazendeiros de café e de cana, do Sudeste; pelos comissários de café, pelos exportadores; importadores e pelos industriais. Estes integravam a SAIN e foram os agentes que, ao longo de sua história, se transformaram em pivô de sua própria cisão e, portanto, de seu enfraquecimento. Essa questão será discutida no capítulo cinco.

A seguir será analisada a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), por ter sido a primeira entidade com este caráter a ser estruturada no Brasil e por ter sido o exemplo das demais Associações Comerciais do Império.

¹⁶⁸LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.63.

¹⁶⁹CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Unib, 1980. p. 42.

¹⁷⁰WEID, Elisabeth Von Der. **Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Industrial, 1977. p. 19.

1.4- As Associações Comerciais no Império.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro foi escolhida como objeto de discussão pelo fato de ter sido a primeira Associação Comercial a se organizar e a fazer valer seus intentos dentro do corpo Imperial. As demais Associações Comerciais espalhadas pelo Império se espelharam na conduta e nas normas da ACRJ. Repetiram a ação concernente a sua atuação e quanto à reivindicação do espaço político e econômico em cada província.

A atuação de cada Associação Comercial era trazer suas reclamações em cada Revisão da Tarifa das Alfândegas, de forma objetiva, referente às dificuldades enfrentadas em cada província. Esta articulação no conjunto do Império era feita através da seção do comércio dentro da SAIN e dos comerciantes que também faziam parte da Associação Comercial.

O desempenho das Associações Comerciais discutindo e fazendo reivindicações em cada Revisão de Tarifa eram analisadas e suas principais reclamações expressas a fim de determinar sua ação política e as vitórias alcançadas junto ao Governo. Os comerciantes formavam um grupo representado na elaboração de cada Revisão de Tarifa e que, por muitas vezes, presidia a Comissão. Será exposta essa atuação das Associações Comerciais do capítulo três ao capítulo seis, por ocasião em que as reivindicações serão apresentadas e expostas ao grupo que dirigia cada Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil.

Importante ressaltar, que este grupo de comerciantes, a seção do comércio (o comércio importador) entraram em conflito com a seção da indústria fabril dentro da SAIN na década de setenta, e também na de oitenta com a futura Associação Industrial do Rio de Janeiro, a AIRJ, que defendia a indústria fabril nacional. Por esta razão a entidade será mais bem analisada nessa parte do capítulo.

A chegada da Família Real em 1808 viria a alterar a vida social e econômica da ex-colônia. No aspecto social os hábitos de se vestir e se calçar foram alterados de maneira radical por conta da necessidade de estar vestido mais adequadamente para a participação nesse novo momento do país. Segundo Neves & Machado: “As roupas teriam que ser mais luxuosas, com maior variedade e brilho para fazer parte de eventos sociais como: as festas, as procissões e os atos públicos”.¹⁷¹ Além de utensílios domésticos, moveis e todo o tipo de materiais para a manutenção de uma capital de um Império.

Agora era preciso estar bem vestido para receber em casa, comer com garfo e também sair à rua. Não bastavam roupas ricas, pois a elegância passou a contar(...). Os antigos donos da cidade tornaram-se momentaneamente desinteressantes, mas

¹⁷¹NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 40.

logo empregaram o ouro guardado para recuperar prestígio perdido. A primeira parte foi fácil: bastava comprar o que os olhos viam, e dinheiro era coisa que gastavam com prazer. Mais difícil foi acertar o resto. A prosa precisou ser rapidamente atualizada. Na cidade colonial sem livros nem jornais, os únicos assuntos das conversas eram negócios, vizinhos, roupas de missa e sermões dos padres. Com o rei chegaram gráficas, bibliotecas, teatro, orquestra, escolas, jardim botânico, livrarias um mundo de informações a ser absorvidos.¹⁷²

Em meio às modificações sociais e a necessidades de aquisição destas mercadorias, observam-se as transformações do país tendo em vista a presença da Corte portuguesa no Brasil. Com referência à área econômica, a abertura dos Portos às Nações Amigas de Portugal contribuiu para a origem da Associação Comercial do Rio de Janeiro que a princípio se denominava Corpo do Comércio e depois Sociedade dos Assinantes da Praça.

Consta em Beiguelman: “O Brasil teve uma política econômica tendente a facilitar a comercialização dos produtos brasileiros e suprir o consumo local de manufaturas a preço mais baixo”.¹⁷³ Já em 19 de fevereiro de 1810, o Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra estipulou que os produtos e artefatos ingleses pagariam nas alfândegas do Brasil um direito de importação na razão de 15% *ad valorem* estimado, sobre as faturas das mercadorias que eram apresentadas pelos negociantes importadores. Já para os portugueses a tarifa seria de 16% para os produtos embarcados e 24% para cargas de qualquer nacionalidade.

Este Tratado dificultava vida do comerciante brasileiro no Império, pois esse era prejudicado com a entrada de mercadorias inglesas com uma tarifa menor, favorecendo a nação “Amiga”. Nesse quadro, a expansão do comércio brasileiro se opera dentro de um contexto marcado pela hegemonia inglesa. Com efeito, dado o fácil acesso das firmas britânicas aos centros de produção manufatureira, o comerciante brasileiro se vê progressivamente confinado a um papel de mero revendedor.¹⁷⁴

Mediante esta situação, os comerciantes se organizaram em uma associação, Corpo de Comércio, com o objetivo de salvaguardar seus interesses devido à entrada em grande quantidade de mercadorias inglesas no porto do Rio de Janeiro, vindo a trazer apreensão aos pequenos lojistas. Importante ressaltar que se trata dos comerciantes nacionais de maneira mais direta. Os grandes comerciantes também foram prejudicados, mas por sua ligação ao comércio Atlântico, foram menos atingidos.

Como consta em Mathias: “Defrontou-se o Príncipe Regente D. João com um seletos e representativo grupo de homens que, ocupados em atividades mercantis, constituíam uma

¹⁷²CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 77.

¹⁷³BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil**. Volume 1 e 2. São Paulo: Editora Pioneira, 1967. p. 40.

¹⁷⁴Ibid., 1967.

associação, ainda não institucionalizada, mas ciente de suas prerrogativas e de seus direitos, conhecida como ‘Corpo de Comércio’¹⁷⁵. A atuação do Corpo do Comércio foi entre 1808 a 1821, período em que este grupo foi representativo junto ao Governo Joanino.

Segundo documento dos manuscritos da Seção do Manuscrito: “Representação que fez em 1808, o Corpo do Comércio da Bahia pedindo ao Príncipe que os estrangeiros, especialmente os ingleses, se não estabeleçam com casas de negócio nos domínios do Brasil para não nos prejudicar”.¹⁷⁶ O desempenho como um grupo coeso principiou quando os comerciantes entregaram ao Regente D. João VI um abaixo assinado com 108 assinaturas dos comerciantes da Corte e sua representação.

Dizem os abaixo assinados, mercadores de lojas de varejo nesta Corte, que sendo este o seu modo de vida se acham reduzidos agora a última ruína e miséria por isso que os ingleses de novo vindos tem estabelecido algumas lojas de varejo, como é nas ruas dos Pescadores, São Pedro, Direita e d’ ouvidor e estabeleceram, não havendo proibição, quantas puderam, e porquanto desta sorte vem todo o Comércio desta Corte a ficar em poder dos mesmos Ingleses, quando são eles os principais negociantes de grosso e assim podem fazer os monopólios que quizerem, não sendo permitido em Portugal o varejo a Nação alguma Estrangeira.¹⁷⁷

As queixas dos comerciantes se referiam à atuação da Inglaterra que almejava controlar o mercado interno a varejo do Império, obtendo vantagens sobre os valores das mercadorias que entravam no país, se recusando à igualdade de concorrência com as demais nações. Mediante esta realidade, o grupo de comerciantes expressava sua posição junto ao Governo. Em continuidade a reclamação junto ao Príncipe D. João outro aspecto a ser discutido seria com referência aos comerciantes atacadista que queriam garantir os privilégios e vantagens que possuíam dentro da engrenagem do Império.

Dizem os Negociantes da Praça desta Corte do Rio de Janeiro, que eles se veem na mais dura consternação com a perda total no giro de seu Comércio, portanto os Ingleses têm obrado no Comércio de tal modo que os suplicantes têm muitos fechado suas casas e lojas de fazenda- e outros se veem tão abatidos que já não despacham fazendas na Alfândegas, nem ali aparecem Portugueses em razão de que os ditos Ingleses estão vendendo publicamente, por miúdo e retalhos, fazendas em suas casas de comércio, ficando arruinados os suplicantes em tal estado de miséria. Há outra não menos considerável, que é mandarem os Ministros de Vossa Alteza Real e o Desembargador Juiz da Alfândega, já por denúncias de pessoas ambiciosas e já por informações particulares, dar busca em casas e varejar em lojas para tirarem os seus oficiais e guardas as fazendas sem selo desta Alfândega às quais sucede cair com os tombos que levam ao tirar da Alfândega e nas casas dos suplicantes e outra nos cortes que se fazem quando se vendem a retalhos de que resulta serem apreendidas e com processo judicial obrigados os donos a defenderem-se com

¹⁷⁵MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, p.1, 1993. Alvará de 15 de julho de 1809.

¹⁷⁶BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de manuscrito S- **Pedem a vossa Alteza Real se digne pela sua paternal clemência ocorre à ruína dos suplicantes e do Comércio desta Corte, determinando que os ingleses não possam estabelecer lojas de varejo e de vender por miúdo e incumbindo a vigilância da contravenção ao Tribunal que for competente**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1809. p. 1.

¹⁷⁷Ibid., p.1.

grande despesa de custas na Ouvidoria Geral do Crime e sentenciados no Tribunal da relação com perda das fazendas ou retalhos delas sem selo com outro tanto de seu valor, além das custas dos Autos, despesas de Advogado e Procurador e de Escrivães, em conformidade com que as Leis determinam. Porém Augusto Senhor, parece que não é da Real intenção piedosa de V.A.R. que o Corpo do Comércio experiente tantos prejuízos quando com a suavidade se pode fazer justiça que os suplicantes requerem para que V. A. Real haja por bem, por seu Real decreto, modificar as leis de Extravio de Direitos Reais,, mande declarar que as fazendas e gêneros achados sem selos fora das lojas e casas Públicas dos Negociantes se proceda contra eles, conforme as Leis, porém que aquelas existentes em lojas e sem selos desta Alfândega, possa o juiz dela examinar verbalmente a verdade para obrigar pagar somente os Direitos, e serem selados em perda alguma das ditas fazendas, nem mesmo para trazer apreensão judicial.¹⁷⁸

O documento expressa as dificuldades enfrentadas pelo comércio devido à competição desleal com os ingleses e a legislação, que não impetrava condições para se evitar maior estrago ao mercado interno. Importante ressaltar análise de Théo Lobarinhas Piñeiro, quando argumenta que a maior dificuldade no comércio foi com os lojistas, ou seja, os pequenos comerciantes. O comércio atacadista quase não sofreu com a política de D. João, devido ao controle que exerciam das rotas internas e do comércio do Atlântico.

O autor discorre sobre o grupo de comerciante, conforme Piñeiro: “Este seleto grupo era formado por homens que haviam se fortalecido, desde a segunda metade do século anterior, através de sua atividade no comércio português atlântico, bem como pela distribuição das mercadorias no Brasil e que retirava seus lucros”.¹⁷⁹ De acordo com o mesmo autor a fonte de renda estava ligada ao comércio de escravos de importação e exportação e de financiamento, além de que também obtinham renda investindo em compra de propriedades rurais e urbanas.

Em 1809, o alvará de 15 de julho estabelecia a necessidade de contribuição para as despesas da criação Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Segundo Mathias: “empregava o governo real, pela primeira vez, a denominação Praça do Comércio”.¹⁸⁰ A organização da entidade se instaura em 1809, com o nome de Corpo de Comércio com autorização, devido a um alvará que concedia recursos da arrecadação, aulas sobre o comércio e a instalação de um Tribunal do Comércio.

Era de absoluta necessidade que o Tribunal tivesse rendimentos próprios e bastantes não só para o pagamento dos deputados e oficiais empregados no seu expediente,

¹⁷⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de manuscrito S- **Pedem a vossa Alteza Real se digne pela sua paternal clemência ocorre à ruína dos suplicantes e do Comércio desta Corte, determinando que os ingleses não possam estabelecer lojas de varejo e de vender por miúdo e incumbindo a vigilância da contravenção ao Tribunal que for competente.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1809. p. 3.

¹⁷⁹ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **O corpo do comércio do Rio de Janeiro: Os negociantes se organizam.** XXII Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático Estado e poder no Brasil, João Pessoa, 2003. p. 80.

¹⁸⁰ MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993).** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 21. Alvará de 15 de julho de 1809.

mas também e principalmente para as despesas que for necessário e conveniente fazer-se, já para a construção de uma Praça do Comércio, onde se ajuntem os Comerciantes a tratar das suas transações e empresas mercantis, já para o estabelecimento de Aulas de Comércio, em que se vão destinar aqueles dos meus Vassallos que quizerem entrar nesta útil profissão, instruídos nos conhecimentos próprios dela.¹⁸¹

Devido a esta condição dada aos comerciantes, se observa já em 1810 a atuação dos comerciantes no ramo de seguros que se inicia com a Companhia de Seguros Marítimos e a da Companhia de Seguros Previdente. Conforme Piñeiro: “Outra grande fonte de renda desses negociantes era a arrematação dos contratos da Coroa. A cessão dos direitos de cobrança de impostos e taxas por partes das monarquias europeias”.¹⁸² Formas concedidas pela Coroa para incentivar os comerciantes a conseguirem rendas para seu próprio desenvolvimento.

Dadas as condições de acumulação e de controle do mercado interno exercido pelo Corpo do Comércio, é possível compreender a razão do pouco, ou quase nenhum, mal exercido pelo Tratado de Comércio e Navegação imposto pela Inglaterra ao país.

Em 1816, foi realizada a construção do prédio da Praça do Comércio com terreno doado pelo regente. O prédio foi inaugurado no dia 14 de julho de 1820 com a presença de D. João VI, ficando consolidada a boa relação entre o regente e os comerciantes. (Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1984). O prédio foi construído com as seguintes características.

O seu plano é num paralelogramo de 175 palmos de comprimento e 145 de largo. Compõe-se este edifício de uma grande sala cercada de colunas, que formam em roda uma galeria; é aberto sobre dois vestíbulos, que dão entrada pelas faces laterais e que fazem parte desta sala; os quatros ângulos são destinados a salas para diferentes empregos análogos ao comércio. O pavimento é elevado 9 degraus acima da rua para dar passagem às águas da chuva, que por um cano subterrâneo vão ter ao mar. A grande sala tem a forma de uma cruz, da qual os dois braços laterais tem um entrecolúnio.¹⁸³

Com alusão ao evento, foi identificada a correlação de cordialidade e boa relação do Rei com o Corpo do Comércio mediante a presença Real acompanhada de toda a sua família. A localização do prédio ficava entre o prédio da Alfândega e o Banco do Brasil, um lugar apropriado para as atividades do grupo de comerciantes.¹⁸⁴

No que se refere ao papel dos comerciantes no período de 1822- 1831, de acordo com Vieira: “Após a ruptura com Portugal, em 1822, os negociantes participaram ativamente da

¹⁸¹ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de manuscrito S- **Pedem a vossa Alteza Real se digne pela sua paternal clemência ocorre à ruína dos suplicantes e do Comércio desta Corte, determinando que os ingleses não possam estabelecer lojas de varejo e de vender por miúdo e incumbindo a vigilância da contravenção ao Tribunal que for competente.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1809. p. 21-22.

¹⁸² PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **O corpo do comércio do Rio de Janeiro: Os negociantes se organizam.** XXII Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático Estado e poder no Brasil, João Pessoa, 2003. p. 81.

¹⁸³ BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta de Notícias. Memórias em 19 de julho de 1821.** Rio de Janeiro: Adolfo Morales de los Rios Filho, 1821. p. 1.

¹⁸⁴ MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993).** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. Alvará de 15 de julho de 1809.

montagem do Estado, ocupando diversos cargos importantes, inclusive nos ministérios de D. Pedro I”.¹⁸⁵ Em meios a problemas dos mais diversos âmbitos na relação do Império com os comerciantes houve a saída de cena destes entre 1832 – 1833 em referência a sua atuação como grupo.

Em 1834, se tem a retomada e a estruturação do grupo em uma Associação civil patronal, com sede no Rio de Janeiro, fundada em 09 de setembro do corrente ano, com o nome de Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP), o antigo Corpo do Comércio, já que neste momento com o advento de seu Regulamento da Praça do Rio de Janeiro se estabelece como uma instituição.

Para a elaboração do Regulamento foi formada uma comissão para se discutir a formação de uma associação com os seguintes componentes: Felipe Neri de Carvalho, Guilherme Theremin, Henrique Riedly e José Antônio de Carvalho. Marcelino José Coelho redigiu o Regulamento para a Praça do Comércio. Ao término da redação o material foi submetido à análise de outra comissão com três membros e mais o redator. Aprovado, o Regulamento foi encaminhado ao Governo.¹⁸⁶

O Regulamento não traz informações muito precisas quanto às características que o sócio deveria ter para fazer parte da instituição, mas determina a inscrição por pessoa, e a sua relação com a Praça do Rio de Janeiro. Quanto ao Regulamento, ficavam explicitadas as regras da Assembleia dos sócios: nos primeiros dias de dezembro reuniam-se para a votação e eleição dos nove membros da comissão que trabalhariam no ano seguinte. A Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP) organizou ainda uma biblioteca que recebia doações de livros e também, segundo o Regulamento, aulas de comércio para formação de mão de obra.¹⁸⁷

De acordo com Piñeiro: “Em 1856, foi criado o Instituto Comercial da Corte, tendo sido extinta a Aula de Comércio, ocasionando vários transtornos, pois o instituto era pago e diurno, não podendo ser frequentado pelos caixeiros”.¹⁸⁸ No decorrer da instituição Liceu de Artes e Ofícios, os membros da SAP investiram em seus sócios e em interessados no comércio, bem como a SAIN o fez com a mão de obra para “indústria”. Essas instituições do

¹⁸⁵VIEIRA, Nívea Silva. **Associação comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política pública para o porto do rio de Janeiro (1869-1934)**. 2014.180 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014. p. 27.

¹⁸⁶PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. **O corpo do comércio do Rio de Janeiro: Os negociantes se organizam**. XXII Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático Estado e poder no Brasil, João Pessoa, 2003.

¹⁸⁷Ibid., 2003.

¹⁸⁸PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. **Os simples comissão (negociantes e política no Brasil Império)**, 2002. 296 f. Tese (Doutorado em História), Programa pós - Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002. p. 126.

início do século XIX possuíam um perfil semelhante: atenção a aulas, bibliotecas, museus e exposições.

Com o nome de Sociedade dos Assinantes da Praça, essa era composta de 320 associados que contribuía com 12 mil réis por ano para a manutenção da instituição. A direção era composta de nove membros eleitos pela assembleia geral. Estes membros eleitos poderiam ser de várias nacionalidades com uma representação de dois diretores brasileiros, dois ingleses, um português, um espanhol e um alemão. Importante destacar que o presidente, secretário e o tesoureiro teriam que ser brasileiro. Segundo Mathias: “Os nomes da composição da primeira diretoria presidente Felipe Neri de Carvalho e os diretores Francisco José da Rocha, Jorge Naylor, Henrique Riedly, William Moon, Guilherme Theremin, Diogo Birckhead, Marcelino José Coelho e Andrés de Lisauer”.¹⁸⁹

O regulamento estabelece a proporção de nacionalidades na composição da diretoria da mesma forma que foi fixada na primeira eleição, conforme Barros: “(...) ficou praxe eleger dois brasileiros, dois ingleses, um português, um francês, um norte-americano, um espanhol e um alemão. Dentre os brasileiros saía o Presidente, conjuntamente com um Secretário e um Tesoureiro”.¹⁹⁰

Já a segunda diretoria, em 1º de dezembro de 1836, era composta pelos membros brasileiros Felipe Néri de Carvalho e Inácio Ratton; membros ingleses, Jorge Naylor e Diogo Kemp; membro português, João Ventura Rodrigues; membro americano, Diogo Birckhead; membro francês, Henrique Riedy; membro espanhol, A. de Lizaur e membro alemão, A. F. Biesterfeld, além dos suplentes de cada cargo, conforme as nacionalidades. Com a segunda diretoria fica identificado a grau de poder das diversas nacionalidades dentro da SAP, o que continuaria na ACRJ.

A influência internacional dentro da entidade fica clara por conta de sua própria diretoria. A força do comércio importador se estabelece nos primórdios e perdura por toda a vida da instituição. Será visto está atuação na postura da ACRJ e das demais Associações Comerciais do Império quanto à defesa de seus interesses nas Revisões Tarifárias do Segundo Reinado, quanto a Tarifa das Alfândegas. Para Piñeiro: “(...) no interior da instituição, os

¹⁸⁹ MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 66-75. Alvará de 15 de julho de 1809.

¹⁹⁰ BARROS, Eudes. **A Associação comercial no Império e na República**. Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1959. p. 32.

múltiplos interesses existentes na Praça do Rio de Janeiro, confirmando a estreita relação entre a economia brasileira e o mercado internacional”.¹⁹¹

De maneira geral, a composição da diretoria com essas características se estende por todo o período da Sociedade e mesmo da ACRJ. Pode-se verificar na origem mais remontada da futura ACRJ uma composição na diretoria da entidade de nacionalidades das mais diversas, isto remete a visão mais voltada à economia internacional com a importação de produtos sendo seu objeto. O comerciante nacional e o comerciante importador se abrigam na mesma entidade ao longo da trajetória e será percebida uma inclinação do comerciante nacional apoiando a indústria fabril no Império, como será visto nos capítulos quatro e cinco da tese.

Conforme Vieira: “A participação de representantes de países do centro do capitalismo mundial na diretoria da entidade reflete a importância do comércio do Rio de Janeiro na economia brasileira e demonstra que a organização da entidade não estava restrita aos interesses locais”.¹⁹²

Já em 1844, se pode observar a atuação do comércio versos indústria fabril pela primeira vez. Sua articulação se principia na Comissão Encarregada da Reforma das Alfândegas, de 1844, quando participaram de forma representativa, questionando junto ao Ministro da Fazenda a Tarifa das Alfândegas de 1844, por ser esta mais protecionista - esta participação foi tão significativa que conseguiram na próxima Tarifa das Alfândegas, a de 1857, uma Tarifa mais do livre câmbio como almejavam.

Importante identificar que o comércio também tinha sua participação em uma seção dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Por conta desse fato, possuía mais um braço estendido dentro do Império. Além disso, a seção do comércio em disputa com a seção da indústria fabril quanto a Tarifa Alfandegária provoca um racha dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional criando-se uma nova instituição, como será observado no decorrer da tese.

Com referência ao primeiro presidente da entidade, Felipe Neri de Carvalho, o comerciante do Corte possuía bens imóveis em Santa Tereza, na Praia Grande, em Botafogo, plantações de cana de açúcar em terras próximas a Corte, e, além disso, exercia a profissão de

¹⁹¹PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Os simples comissão (negociantes e política no Brasil Império)**, 2002. 296 f. Tese (Doutorado em História), Programa pós - Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002. p. 123.

¹⁹²VIEIRA, Nívea Silva. **Associação comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política pública para o porto do rio de Janeiro (1869-1934)**. 2014.180 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014. p. 29.

armador - construía barcos a vapor e trabalhava com transportes marítimos. Foi eleito para a Câmara Municipal em 1834, foi Comendador e Coronel- Chefe da 3ª Legislação de Cavalaria da Guarda Nacional.¹⁹³

No entanto, o mais importante presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça foi Irineu Evangelista de Souza - o Barão, e o terceiro a exercer o cargo no período de 1846-1848, o Visconde de Mauá foi da Ordem da Rosa, banqueiro, proprietário de empresas de serviços, diretor do Banco do Brasil, e ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico. Na política foi deputado e Senador.¹⁹⁴

Esses dois exemplos servem para mostrar o perfil dos componentes da entidade e sua importância. Os presidentes da Sociedade dos Assinantes da Praça foram figuras importantes dentro do Império, nas áreas política, econômica e social. Como afirma Piñeiro: “Até 1889, houve 13 presidentes (...). Seis receberam títulos de nobreza e cinco ocuparam cargos legislativos, sendo dois vereadores do Rio de Janeiro e três Deputados na Assembleia Geral e dois chegaram ao Senado”.¹⁹⁵

Na relação de presidentes da Sociedade dos Assinantes da Praça, têm-se: Antônio Vicente Dannenberg, Ignácio Ratton, Irineu Evangelista de Sousa, Militao Máximo de Sousa, Theophlio Benedito Otonni, João Baptista Vianna Drummond, Jerônimo José de Mesquita, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (Visconde de Tocantins) e José Mendes de Oliveira e Castro.¹⁹⁶ Para se atestar o nível de influência no meio político do país dos presidentes da entidade, por essa época, basta acessar a tese de Théo Lobarinhas Piñeiro, na qual o autor discorre sobre a vida dos presidentes da Sociedade dos Assinantes da Praça.

Em menção a Sociedade dos Assinantes da Praça, quanto a sua influência e até mesmo sua atuação no seio político, consta em Mathias: “primeiro ano de atividades recebeu do Ministro da Justiça Manuel Alves Branco o convite designado para o Diogo Soares da Silva de Bivar membro da delegação eleita pela Comissão da Praça do Comércio para contribuir na elaboração do Código Comercial”.¹⁹⁷ Este convite caracteriza bem o nível de relação entre o

¹⁹³ VIEIRA, Nívea Silva. **Associação comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política pública para o porto do rio de Janeiro (1869-1934)**. 2014. 180 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.

¹⁹⁴ Ibid. 2014.

¹⁹⁵ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Os simples comissão (negociantes e política no Brasil Império)**, 2002. 296 f. Tese (Doutorado em História), Programa pós - Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002. p. 117.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 80. Alvará de 15 de julho de 1809.

Governo e os comerciantes. Com essa oportunidade, os comerciantes iniciam sua atuação de forma definitiva junto ao corpo Imperial. Pode-se verificar na Revisão Tarifa de 1844, a manobra desse grupo junto ao Governo a fim de transformar a Tarifa de mais protecionista para a de mais livre cambista, como será exposta no capítulo três.

Ao reformular seu estatuto, foi modificado o nome da instituição para Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1867. O objetivo desta nova entidade seria representar os interesses do comércio e da indústria para gerar prosperidade e desenvolvimento para o país. Que a ACRJ almejasse representar os interesses do comércio e da indústria parece muito estranho, pois esses interesses eram na época opostos, como se pode verificar no conflito existente nas discussões dentro da Comissão Revisora da Tarifa das Alfândegas de 1844 e, mais tarde, na Sociedade Auxiliadora na década de setenta, com a Crise dos Chapéus.

A Comissão eleita para a elaboração do novo regulamento era composta dos seguintes sócios: Teófilo Ottoni, José Dionísio de Melo e Faro e Francisco Pereira Bastos. Inicia-se em 1858, envolvida no turbilhão da Crise de 1857, até então engavetada. A proposta era composta das seguintes disposições.

1-A nova Associação denominar-se-á Associação Comercial do Rio de Janeiro; 2- A Associação Comercial do Rio de Janeiro será representada por uma direção de nove membros, eleitos à pluralidade de votos, os quais designarão dentre si um presidente e um secretário; 3- O Presidente apresentará obrigatoriamente um relatório em que exponha o estado financeiro e comercial do país durante o ano antecedente, principalmente em relação aos produtos de exportação, e em que desenvolva quaisquer outras considerações que lhe forem sugeridas por alguns dos pontos citados nas disposições segunda.¹⁹⁸

Quanto à estrutura da diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro, essa era composta de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário e tesoureiro, com mandato de dois anos, além de nove membros. Ou seja, no mesmo formato de diretoria da Sociedade Auxiliadora e mais tarde na década de oitenta, da Associação Industrial do Rio de Janeiro. A entidade se reestruturou com a mudança de denominação e com a quantidade de associados, 711 sócios que pagavam uma mensalidade de 12 mil réis, o mesmo valor da SAIN no mesmo período.

A ACRJ passou por mudança em seu estatuto de acordo com o decreto nº 6.494, de 1º de março de 1877. O estatuto foi ampliado para 87 artigos e distribuídos em 12 capítulos, com uma especificação quanto ao perfil dos sócios. De acordo com o artigo três, os membros da entidade teriam que ser: industriais, banqueiros, capitalistas, comerciantes, armadores, agricultores, corretores e leiloeiros.

¹⁹⁸MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 109. Alvará de 15 de julho de 1809.

Com alusão a entrada de membros na ACRJ, pode-se identificar que havia uma flexibilização da entrada nos quadros da instituição, como no caso de pessoas entravam por decisão da diretoria. Essa variedade de profissionais que poderiam fazer parte da ACRJ foi um diferencial na instituição, mas também demonstrava não haver unidade de enfoque devido a tão divergentes interesses.

Havia uma gama de profissionais das mais diferentes posições e funções dentro da sociedade Imperial. O amontoado de interesses em uma única entidade ocasionou, ao longo do tempo, uma divisão interna entre os comerciantes nacionais - com seus interesses ligados ao mercado interno e ao desenvolvimento da indústria fabril e os comerciantes importadores - favoráveis a Tarifas mais livre câmbio que favoreceria a importação de suas mercadorias. Pode-se ver a atuação no comércio contra a indústria fabril ao longo das Revisões Tarifárias, no Segundo Reinado. Nota-se esta questão com o apoio dado a Associação Industrial do Rio de Janeiro por parte da ACRJ nos anos oitenta do século XIX, como será visto no capítulo cinco.

O corpo de membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro se dividia em quatro categorias; 1- Honorários; 2- Beneméritos Reunidos; 3- Remidos e 4- Contribuintes. Da mesma forma que D. Pedro II foi o Presidente Honorário da SAIN também o foi da ACRJ. A diretoria era composta por 17 membros eleitos pela Assembleia para exercerem o cargo durante dois anos, sendo três membros brasileiros e os demais estrangeiros. Os demais componentes da diretoria de estrangeiros não podiam exceder a mais de dois membros de cada nacionalidade. Conforme este Estatuto pode-se verificar que na diretoria teria que ter um presidente brasileiro na ACRJ.¹⁹⁹ Uma análise relevante. Para Vieira: “Além de confrontar múltiplos interesses no interior da instituição, está estruturação foi fundamental para que a ACRJ conseguisse transformar os interesses de seus representantes em interesses universais, mantendo-se em permanente disputa com outras organizações da sociedade civil pela hegemonia das políticas públicas do Estado brasileiro.”²⁰⁰

Essa afirmação se mostra proeminente por causa da expansão dos comerciantes dentro da SAIN. Outra sociedade civil, que possui uma seção do comércio que dialoga com a seção da Agricultura. Essa parceria transcorre devido a formação a priori vinculada ao seu juízo

¹⁹⁹MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. Alvará de 15 de julho de 1809.

²⁰⁰VIEIRA, Nívea Silva. **Associação comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política pública para o porto do rio de Janeiro (1869-1934)**. 2014.180 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014. p. 32.

quanto ao conceito de “Indústria”, que em seus critérios abarcava o comércio tanto o nacional quanto ao comércio internacional, além da agricultura e da indústria.

A amalgamação dos comerciantes nacionais dentro das sociedades civis se verifica também no corpo da AIRJ que possuiria em seus quadros comerciantes nacionais devido ao apoio prestado pela ACRJ. Essa relação de apoio à organização da Associação Industrial nos anos oitenta será detalhada nos capítulos quatro e cinco desta tese.

Em referência atuação da ACRJ quanto aos seus interesses político e econômico averigua-se que estava imbuída de se fazer representar nas questões mais relevantes na área econômica do Império, como se pode notar na articulação e nos debates das Reformas da Tarifa das Alfândegas no Império, que ocorreram durante todo o Segundo Reinado. A ACRJ lutava por Tarifa que beneficiasse o comércio importador que reivindicava uma Tarifa do livre câmbio. Será demonstrado que a elaboração das Tarifas das Alfândegas se fazia com um peso muito grande do comércio, inclusive com membros da seção do comércio da SAIN e mesmo da ACRJ.

2- O MOVIMENTO EM PROL DA INDÚSTRIA NOS ANOS 1840 E A TARIFA ALVES BRANCO DE 1844.

2.1- Os Obstáculos à Indústria Fabril nos primeiros anos do século XIX.

Com a vinda da Família Real para o Brasil condescendeu-se a emancipação política, isso, em decorrência da transferência da sede da monarquia para a colônia. Consta em Prado Junior: “No Brasil é o próprio governo metropolitano, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da colônia a sede da monarquia, quem vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira”.²⁰¹ É com o enraizamento do Estado português no centro-sul que se daria início à transformação da colônia em metrópole, interiorizada, segundo Maria Odila em seu livro “A Interiorização da Metrópole e outros estudos”. Segundo a autora, este fato acarretou o princípio da disputa entre os portugueses que se estabeleceram na nova Corte e àqueles que permaneceram em Portugal, gerando a base do conflito que explicaria a independência, anos mais tarde.²⁰²

Em decorrência da chegada da Corte houve grandes transformações no Brasil - estrutural e política - especialmente no comércio de abastecimento do Rio de Janeiro, com a relação de interesses comerciais e agrários, investimentos em obras públicas, a distinta burocracia da Corte e dos privilégios administrativos. E ainda, favorecimento à Inglaterra que aos poucos consolidou sua preeminência no Brasil.²⁰³ Nesta conjuntura, o Brasil, no início do século XIX, passava por mudanças rápidas e de grande envergadura.

Quando se ajuíza a respeito das barreiras ao desenvolvimento da indústria no Brasil, podem-se observar as reflexões de Simonsen: “O Tratado de 1810 aniquilava ainda o surto industrial manufatureiro que se ia verificando no país, após a revogação, em 1808, do célebre decreto de D. Maria I, que proibia as indústrias no Brasil”.²⁰⁴ Uma argumentação mediante a atuação da Inglaterra, que contribuiu para bloquear o surto industrial. Para Heitor Ferreira Lima: é possível identificar-se os alvarás que beneficiaram o desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, os tratados que fortaleceram o predomínio da nação Inglesa no país.²⁰⁵

²⁰¹PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 16ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. p. 44.

²⁰²DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

²⁰³ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma Colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2008.

²⁰⁴SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 397.

²⁰⁵LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

Ocorreu, neste momento, uma situação dúbia que acarretou danos ao desenvolvimento da indústria fabril no país, uma vez que os alvarás estimulavam o desenvolvimento, sem conceder um tempo razoável de duração, além de não proporcionar condições estruturais para o progresso da indústria. Uma questão interessante foi a abordagem de Luz: que afirmava não haver um projeto de industrialista no Império e sim um esforço para se alcançar tamanho objetivo por parte dos industriais.²⁰⁶

Acredita-se que os Tratados não somente tiveram força de impedir o incremento da indústria no Império, mas o interrompeu de maneira brusca, impedindo mediante as cláusulas acordadas o incentivo a seu crescimento, tanto que, com o término do Tratado vê-se um esforço do Governo e dos industriais na busca de uma indústria mais robusta. Para Oliveira: “Não importa se a legislação não gerou os efeitos desejados, seja por falta de coerência das autoridades, seja por razões profundas de ordem estrutural. Medidas incentivadoras houve, inclusive inúmeros empreendimentos governamentais.”²⁰⁷

O fato do Império não possuir condições estruturais para o desenvolvimento da indústria - acrescida da divulgação das ideias do livre câmbio expostas por Cairu – contribuiu para dificultar o desenvolvimento da indústria fabril, pois os políticos ao entrarem em contato com as ideias do sistema do “livre câmbio” e do sistema “protecionista” não conseguiam tomar uma postura definida para o Império quanto à política econômica a ser trilhada, acarretando incertezas quanto à escolha do melhor sistema a ser empregado - “qual sistema empregar?”.

Serão expostas questões que cooperaram para ser um dos entraves à indústria nacional. Em se tratando dos obstáculos à indústria fabril, o primeiro documento a ser abordado, será a Carta Régia de D. João de 28 de janeiro de 1808 que assegurava ao estrangeiro o acesso às Alfândegas do Império, proporcionando um grande progresso à política internacional e comercial do país. As mercadorias estrangeiras estavam sujeitas aos direitos de entrada de 24%, sendo 20% para os direitos denominados grossos e 4% do donativo já estabelecido. Fragmento da parte da Carta Régia em que consta o 1º e 2º artigos. Coleção das Leis de 1891.

Primo: que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas, em navios estrangeiros das Potencias, que se conservarem em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassalos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de direitos grossos, e quatro do donativo, já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamento, porque até o presente se regulam cada uma das

²⁰⁶LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

²⁰⁷OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F &S Ed., 1992. p. 18.

ditas Alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes e azeites doces, que se denominam molhadas, pagando o dobro dos direitos, que até agora nelas satisfaziam. Segundo: que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos, que bem lhes parecer a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau- brasil, ou outros notoriamente estancos, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas capitanias, ficando, entretanto, como em suspenso e sem vigor, todas as leis, cartas régias, ou outras ordens que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros.²⁰⁸

O primeiro ato da diplomacia econômica do Brasil foi a abertura dos portos expedida por D. João no dia 28 de janeiro em 1808. Elucidava que a tomada desta medida ocorrera por ter sido “interrompido e suspenso o comércio” entre Portugal e os demais países, por ocorrência da invasão das tropas francesas no território português.²⁰⁹ A Inglaterra que salvaguardou a esquadra Portuguesa até ao território da Colônia do Brasil pôde requisitar ganhos diferenciados frente aos demais países.

A esquadra inglesa permaneceu por vários anos na Guanabara para garantir a autoridade e fazer a defesa do príncipe regente. Com esse apoio dado a Família Real conforme Lobo: “Em 1808, os ingleses consolidaram sua posição privilegiada com a concessão da liberdade de comércio.”²¹⁰ A Inglaterra alcançou privilégios, que iria se consolidar com o Tratado de 1810. Estabeleceu-se, então, uma nova etapa na História econômica do Brasil. A autor ainda discute a amplitude destes benefícios. Segundo Lobo: “A ideologia liberal e a influência britânica forçaram a abertura dos portos em 1808, a baixa das taxas alfandegárias em 1810, a derrogação da lei que proibia as fábricas no Brasil, a abolição de alguns monopólios régios, a eliminação da fixação de preços das mercadorias.”²¹¹

Com a Abertura dos Portos afluíram para as principais praças do Império negociantes de diversas nacionalidades, portugueses, americanos, franceses e em maior número de ingleses que estabeleceram importantes casas comerciais no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Começaram a importar em grande quantidade os produtos e artefatos estrangeiros, até então, proibidos no Brasil pela metrópole e essa inundação de produtos estrangeiros no mercado interno prejudicou a indústria fabril – tendo-se então uma estagnação da indústria por conta da concorrência desleal com as mercadorias estrangeiras.

²⁰⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870. p. 1-2.

²⁰⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo: Funag, 2001.

²¹⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 78.

²¹¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político- administrativa da Agricultura Brasileira 1808-1889**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980. p. 15.

Além de favorecer a entrada de estrangeiros no Império e o represamento das mercadorias inglesas devido ao bloqueio continental realizado por Napoleão, esta medida favoreceu, especialmente, a Inglaterra que pôde remeter toda a sorte de manufatura para o Brasil, inundando o mercado do Império. Entretanto, a reciprocidade não foi verdadeira, ocasionando um desequilíbrio na economia, pois o Brasil não exportou o suficiente para pagar o que importava da Inglaterra.²¹²

Outro entrave para o desenvolvimento da indústria fabril se abriga no fato de que a abertura dos portos trouxe inquietantes movimentos na política do Império. Uma dessas mudanças foi a emissão do decreto de 23 de fevereiro de 1808, assinado por D. João VI no Brasil, o qual estabelece a criação de uma “aula” de economia política - um pioneirismo. De acordo com Rocha: “A monarquia portuguesa criava um curso de Economia Política numa colônia que acabara de se transformar em sede do Império português”.²¹³ Segundo Hobsbawm: “O Brasil instituiu uma cátedra de economia política em 1808 bem antes da França”.²¹⁴

Cria na cidade do Rio de Janeiro uma cadeira de Ciência Econômica. Sendo absolutamente necessário o estudo da Ciência Econômica na presente conjuntura em que o Brasil oferece a melhor ocasião de se pôr em pratica muitos dos seus princípios, para que os meus vassallos sendo melhor instruídos nele, me possam servir com mais vantagem: e por me constar que José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, tem dado todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela ciência sem a qual se caminha às cegas e com passos muito lentos, e às vezes contrários nas matérias do Governo, lhe faço mercê da propriedade e regência de uma Cadeira e Aula pública, que por este mesmo Decreto sou servido criar no Rio de Janeiro, com o ordenado de 400\$000 para ir exercitar, conservando os ordenados dos dois lugares que até agora tem ocupado na Bahia. As Juntas da Fazenda de uma e de outra capitania e tenham assim entendido e façam executar. Bahia 23 de fevereiro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente nosso Senhor.²¹⁵

Apesar deste curso não ter seguido adiante, seu principal expoente, Cairu, levou a sério seu papel de docente referente ao pensamento do sistema liberal e pôde, durante a permanência de D. João VI no Brasil, publicar uma dezena de livros sobre a economia política.²¹⁶ A partir deste decreto, pode-se considerar que o pensamento liberal se instala no Brasil de maneira prática, com esta oportunidade conferida a Cairu por D. João VI. Conforme Lobo: “A política de D. João refletiu uma influência do liberalismo da escola clássica inglesa,

²¹²SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. 7ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

²¹³ROCHA, Antônio Penalves. **A Economia política na sociedade escravista**. São Paulo: Departamento de História. FFLCH- USP/ Hucitec, p. 2.

²¹⁴HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 377.

²¹⁵BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870. p. 2.

²¹⁶ROCHA, op. cit., 1996.

na ruptura do monopólio português, na redução de impostos alfandegários, na revogação das proibições de manufaturas e fábricas, na permissão de cultivo de qualquer planta”²¹⁷. Ao mesmo tempo ampliou impostos e criaram-se novos, conservou os monopólios do pau-brasil, das cartas de jogar e do sal e ainda promulgou medidas de proteção às fábricas com monopólio ao uso de máquinas e do mercado.²¹⁸ A adesão de D. João à escola clássica liberal se deu, mas mediante certa proteção dos interesses nacionais, apesar de estar cercado pela influência de Cairu. Esta posição de D. João se estendeu no corpo político no Império com um pé lá e outro acolá!

Um dos obstáculos enfrentados pela indústria fabril se abriga no fato de que este pensamento do sistema liberal se proliferou na Câmara e no Senado, dificultando assim a articulação dentro desse ambiente. O embate entre o pensamento do sistema liberal e o sistema protecionista se deu mediante interesses opostos entre o comércio e a indústria fabril. Tem-se durante todo o Segundo Reinado este embate em todas as comissões de orçamento e na Revisão de Tarifas das Alfândegas. Importante salientar que não seria uma repetição de argumentos, mas um conflito, talvez por falta de uma posição definida por parte dos políticos no Império do Brasil, conforme o professor José Murilo de Carvalho afirma no livro “Teatro de Sombras. A política Imperial.”

Diferentemente, Lobo: “O ensino da economia política só foi introduzido em Portugal no final da terceira década do século XIX, baseando-se no pensamento da escola liberal inglesa, porém não teve repercussão no Brasil, já emancipado, que recebia um influxo cultural direto da Inglaterra e da França”.²¹⁹ Pode-se afirmar que certamente, José Murilo de Carvalho tinha razão por conta da própria dificuldade das Câmaras em tomar posição quanto à questão de ser ou não ser liberal, pois a influência do pensamento liberal chegou com força no meio político e se manteve presente e articulado dentro das Câmaras no Império. Ademais, confirma a argumentação de Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira de que o país escolheria uma postura inovadora mediante a questão.

A respeito das ideias de Cairu, como consta em Almeida : “Uma intermitente adesão aos princípios do livre - comércio, que teve certo impacto ideológico da diplomacia brasileira e nas relações econômicas internacionais do Brasil ao longo do XIX”.²²⁰ Quanto à obra de

²¹⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político- administrativa da Agricultura Brasileira 1808-1889**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980. p. 22.

²¹⁸ Ibid., 1980.

²¹⁹ Ibid., p. 21.

²²⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo: Funag, 2001. p. 99.

Cairu, constata-se seu juízo quanto à indústria fabril, pois tinha uma versão diferenciada com relação a sua importância para a economia do Império. Até onde se tem referência ao pensamento deste autor, identifica-se que ele não fora contra a indústria fabril no país, mas ponderava que esta indústria não seria a mais adequada, por entender que, Lisboa: “a agricultura fora considerada o melhor negócio para as colônias”.²²¹

Entre seus argumentos quanto à indústria fabril, Cairu apresentava: a mão de obra que era cara por conta da dificuldade de ter trabalhadores qualificados e de mantê-los nas fábricas, já que a terra era barata e proporcionaria maior renda à agricultura, sem mencionar o fato da concorrência inglesa no mercado interno, além da falta de matéria prima para servir de insumos Segundo Lobo argumenta: Cairu não se solidarizava com a ideia da indústria fabril como proposta para a área econômica do Império.

José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, traduziu Adam Smith do qual se considerava seguidor, combateu os monopólios, as medidas régias protecionismo; defendeu a necessidade do desenvolvimento comercial e industrial do Brasil. Distinguiu entre indústrias naturais que usavam matéria prima brasileira e as artificiais que importavam insumos, condenava as últimas e qualquer política protecionista que dificultasse a livre circulação de mercadorias.²²²

Os requisitos para a introdução e para a prosperidade da indústria no Império constam em seu livro “Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil” 1) capitais disponíveis; 2) vasta população; 3) abundância de subsistência e de matérias-primas; 4) demanda do país; 5) superioridade aos estrangeiros em barateza e perfeição de obra; 6) difusão de inteligência; 7) franqueza do comércio e indústria; 8) privilégios, prêmios e honras aos inventores nas artes e Ciências.²²³ Essas seriam as condições que teriam de ser alcançadas para se posicionar a favor da indústria fabril.

Poder-se-ia identificar que o seu pensamento de forma geral seria contra a indústria fabril, por definir que a agricultura seria a atividade econômica ideal para o Império. No entanto, esse pensamento não será aqui compartilhado, por se perceber que o autor, ao analisar a indústria fabril de sua época, compreendia que essa seria sem expressão e fictícia e por esse motivo não poderia ser a atividade econômica mais expressiva ou mesmo incentivada. Para Cairu (1810), depois da agricultura, a indústria seria a atividade econômica

²²¹LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1881. p. 95.

²²²LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político- administrativa da Agricultura Brasileira 1808-1889**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980. p. 20-21.

²²³LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1999.

mais rentável. Conforme Lisboa: “Depois da agricultura, o emprego de capital mais seguro é o das fábricas; pois o dono tem mais a vista e sob o próprio comando o seu cabedal”.²²⁴

Conforme afirma José Jobson de Andrade Arruda, em seu livro “Historiografia Teoria e Prática”, no capítulo José da Silva Lisboa: texto e contexto (2014), o autor argumenta Arruda: “Demonstração tácita de que Cairu não era infenso à indústria e percebia nitidamente que o processo de industrialização deveria concentrar-se nos setores destinados ao consumo de massa, produtos rústicos e baratos”.²²⁵ Em anuência com a argumentação do autor - a indústria não seria compreendida por Cairu como um objeto a ser contrário ou mesmo repellido. No entanto, alçaremos diversas disposições quando se refletir sobre a questão da indústria.

Retomando a abertura dos portos por D. João VI, essa iniciativa trouxe para o país mudanças no aspecto econômico, com o Alvará de 1º de abril de 1808 que revogou a trava do Regime Colonial e abriu o país para a industrialização com o objetivo de multiplicar a riqueza nacional, promover o desenvolvimento demográfico e proporcionar o trabalho à população.²²⁶ Nesse mesmo ano, em 1º de abril, o Conselho de Estado foi instituído; o Erário Real e o Conselho de Fazenda, em 28 de junho e o Supremo Conselho Militar e de Justiça.²²⁷

Pelo Alvará de 1808, foram eliminadas todas as restrições que tinham sido impostas, pelo Alvará de 1785 à indústria no Brasil, decretando, por conseguinte, a liberdade de fundação de todo o gênero de manufaturas em todo o país. Como explana Luz: “Não se efetuava, entretanto, a industrialização de um país por um simples decreto concedendo liberdade econômica. A própria doutrina liberal reconhecia a necessidade de um pequeno impulso”.²²⁸ Além da possibilidade de se ter uma indústria, seria necessário o incentivo às indústrias nascentes e às futuras indústrias que poderiam ser suscitadas por conta deste alvará.

Outro Alvará que contribuiu para o incentivo da indústria fabril no Império foi o Alvará de 28 de abril de 1809, estabelecendo a isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, tais como: isenção de impostos de exportação para os produtos manufaturados do país, utilização dos artigos nacionais no fardamento de tropas reais, concessão de privilégios exclusivos, por 14 anos, aos inventores ou introdutores de

²²⁴ LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1810. p. 45.

²²⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014. p. 326.

²²⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

²²⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político-administrativa da Agricultura Brasileira 1808-1889**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980.

²²⁸ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 21.

novas máquinas.²²⁹ Esse Alvará proporcionou um incremento para a indústria, pois facilitava a entrada da matéria prima e de máquinas para a indústria.

Por fim, após anos da chegada da Família Real portuguesa e a Abertura dos Portos, o Príncipe firma, em 19 de fevereiro de 1810, um Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra. Com este tratado, estipulou-se que os produtos e artefatos ingleses pagariam nas alfândegas do Brasil um direito de importação na razão de 15% *ad valorem* estimado, sobre as faturas das mercadorias que eram apresentadas pelos negociantes importadores. Os direitos favoráveis aos produtos e aos artefatos ingleses, estabelecidos pelo Tratado de 1810, prejudicaram, de imediato, o avanço que fora desenvolvido com os alvarás anteriores. Consta na Coleção de Leis: “Mande que só paguem 15% de direitos de entrada sobre gêneros e mercadorias inglesas importadas por conta de portugueses”.²³⁰ (Art. 15 do Tratado de 19 de fevereiro de 1810). Para Furtado: “Os tratados de 1810 que transformam a Inglaterra em potência privilegiada, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais a níveis extremamente baixos, tratados esses que constituirão, em toda a primeira metade do século, uma séria limitação a autonomia do governo brasileiro no setor econômico.”²³¹

O Tratado de 1810 marcou, de forma ríspida, um momento de ruína no surto manufatureiro que ocorrera no país com os alvarás anteriores. Como afirma Simonsen: “O Tratado de 1810 aniquilava ainda o surto manufatureiro que se ia verificando no país, após a revogação, em 1808, do celebre decreto de D. Maria I, que proibia as indústrias no Brasil”.²³² Não havia neste momento, uma política protecionista que salvaguardasse a indústria no Império, como afirma a historiadora.²³³

Esse fato trouxe um retrocesso à iniciativa anterior e a inviabilidade no projeto da indústria fabril no país, por estabelecer “proteção” às mercadorias inglesas que ao longo do tempo iria dismantelar a indústria existente no Império. O Tratado impõe uma Tarifa que barateava o custo de entrada da mercadoria estrangeira, e com isto, dificultava a concorrência das mercadorias produzidas pela indústria fabril nacional. Para Furtado: “Aplicava

²²⁹HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

²³⁰BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870. p. 216.

²³¹FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora nacional: Publicafolha, 2000. p. 99.

²³²SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 397.

²³³LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar sérias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país”.²³⁴

Apesar das duas nações terem celebrado este Tratado, houve críticas quanto ao Tratado de Comércio e Navegação de 1810. A esse respeito, Fontoura (1889) cita Visconde de Cairu, na obra “Observações sobre o Comércio Franco no Brasil”. Consta em Fontoura: “Foi também renovação de aliança entre os dois países, para se regular o comércio entender máximo benefício do D. João VI, por evidentemente contribuirá segurança riqueza e crédito da monarquia”.²³⁵

Já Sebastião Ferreira Soares, em seu livro “Esboço ou Primeiros Traços da Crise Comercial da Cidade do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1864”, assim se refere, ao célebre Tratado Comércio e Navegação de 19 de fevereiro de 1810. Conforme Soares: “Em resultado o completo extermínio do nosso comércio exterior, e acabou, por assim dizer, com a única escola prática de marinha que tínhamos além de que diminuir muito as transações com a metrópole”.²³⁶

O Tratado de 1810 contribuiu para o “afrouxamento” dos laços entre Portugal e o Brasil, sendo desta forma, o primeiro passo para a emancipação política do país. Este tratado causou discussões porque os benefícios alcançados seriam apenas para a Inglaterra e que Portugal não alcançaria qualquer benefício. E ainda, as consequências desse Tratado teriam levado à ruína muitas fábricas no Brasil, proporcionando um freio ao impulso que fora dado nos alvarás anteriores, ocasionando, desta forma, a parada quase que total da indústria fabril no Império.²³⁷

Conforme a argumenta Arruda: “A carta de abertura dos portos fixar a taxa de 16% *ad valore* para os navios portugueses e 24% para todas as demais nações, criando uma situação absurda na qual os ingleses pagariam 1% a menos do que os próprios portugueses”.²³⁸ As exigências requeridas pela Inglaterra, com o Tratado de 1810, trouxeram grandes prejuízos para o Brasil, pois gerou concorrência para os produtos fabricados no país, de forma a massacrar a indústria fabril que florescera a partir dos alívios gerados com os alvarás

²³⁴FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora nacional: Publicafolha, 2000. p. 101.

²³⁵FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 16.

²³⁶SOARES, Sebastião Ferreira. **Elementos de Estatística compreendendo teoria da Ciência e sua aplicação estatísticas Comercial do Brasil**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865. p. 17-18.

²³⁷SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. 7ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

²³⁸ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma Colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2008. p. 103-104.

anteriores. De acordo com Lobo: “O tratado de 1810 asseguraram à Inglaterra tarifas preferenciais além de direitos de extraterritorialidade”.²³⁹

Nota-se que com a proclamação da Independência, que acontecera, com o regresso do rei a Portugal, criou-se no país um momento novo nas relações internacionais. Devido à intermediação da Inglaterra, deu-se o reconhecimento do novo Império pelo governo Português, no Tratado de 29 de agosto de 1825, que estipulou, no artigo 10 da Coleção de Leis de 1825: “o restabelecimento das relações comerciais, pagando reciprocamente, todas as mercadorias, 15% de direitos de baldeação e reexportação”.²⁴⁰ Observa-se que o governo inglês tinha seus interesses no reconhecimento da independência do Brasil, por várias razões. Em primeiro lugar, o Brasil era uma monarquia - um antídoto contra os males da democracia universal; em segundo lugar, o Brasil podia ser uma ponte entre o Novo Mundo e o Velho Mundo e em terceiro lugar, o tratado de 1810 deveria ser renovado em 1825.²⁴¹

Aproveitando o ensejo da necessidade do reconhecimento da independência do Brasil, as outras nações poderosas da época conseguiram obter junto ao governo brasileiro, alguns tratados. Como se vê em Filho: “França - Tratado de 06 de junho, base dos direitos 15%, prazo da duração 06 anos; Prússia - Tratado de 9 de julho de 1827; Dinamarca, 16 de abril de 1828; Países Baixos, 20 de dezembro do mesmo ano; Estados Unidos, do mesmo ano”.²⁴² Todos esses países alcançaram seus Tratados com seus benefícios, base dos direitos de 15%, mas com prazo de duração até 1840.

O Tratado de 17 de agosto de 1827 prorrogou o Tratado de 1810 por mais 15 anos, prolongados ainda, por mais dois anos.

As Altas Partes Contratantes convêm em que as estipulações contidas no presente Tratado continuem em vigor pelo espaço de quinze anos, que principiaram a decorrer desde a troca das ratificações deste Tratado, e por mais tempo até que uma ou outra das Altas Contratantes dê parte da sua terminação. No qual caso este Tratado se achará no fim de dois anos depois da data da dita parte.²⁴³

Em síntese, a prorrogação do Tratado de 1810 deixou o Império paralisado com relação ao incentivo à indústria nacional. Assim, manteve a vinculação econômica com a Inglaterra pelo acordo entre as nações, durante quinze anos e por mais dois anos. Essa medida adiou ainda mais a tentativa de impulsionar o desenvolvimento da indústria fabril, já que

²³⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 78.

²⁴⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870. p. 1.

²⁴¹ CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). **Perspectivas da cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁴² FILHO, João Pedro Veiga de. **Manual da ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. p. 101.

²⁴³ BRASIL. op. cit., p. 23.

impedia o país de proporcionar às indústrias condições para o seu amparo. Com o término do Tratado de 1827, elaborou-se a primeira Tarifa protecionista do Império: a Tarifa Alves Branco de 1844.

Além das leis ou tratados, citados anteriormente, que dificultaram o florescimento da indústria fabril, identifica-se a lei de 24 de setembro de 1828 que apartou os inconvenientes da distinção tarifária, padronizando os direitos, cuja taxa ficou em 15% para todas as mercadorias sem discriminar a procedência. Esta lei trouxe mais uma abertura para a entrada de mercadorias com a taxa bem baixa, beneficiando os países estrangeiros em detrimento dos interesses da indústria fabril no Império. Conforme a Coleção de Leis de 1828: “No Art. 1º: Os direitos de importação de quaisquer mercadorias, e gêneros estrangeiros, ficam geralmente taxados para todas as nações em quinze por cento. Art. 2º: Ficam revogadas as disposições, que se puserem as de presente Lei”.²⁴⁴

Portanto, o fato de admitir a entrada no Império de todas as mercadorias das potências estrangeiras propiciou oportunidades de gerar concorrência que favoreceu os consumidores, mas prejudicou a indústria. E, desta maneira, aniquilou-se o monopólio de algumas nações, favorecidas por tratados anteriores. Por outro lado, a lei de 24 de setembro de 1828 obstruiu o crescimento da manufatura brasileira e impôs um teto aos ganhos, exacerbando os problemas que afligiam o governo brasileiro com relação à organização das finanças do Estado em base sólida. Conforme Luz: “A supremacia incontestável da Grã-Bretanha no mercado brasileiro não foi, porém, no momento, comprometida. A jovem nação um regime de livre troca, a despeito do desejo de seus dirigentes de promover o desenvolvimento das indústrias”.²⁴⁵ Ao justificar a medida apresentada à Câmara dos Deputados, Bernardo de Vasconcellos apresentou o projeto com a seguinte argumentação.

Admitindo-se as mercadorias de todas as potencias estrangeiras no nosso mercado debaixo de igualdade de direitos, a condição do consumidor necessariamente se melhora, porque destrói-se todo o monopólio com a ilimitada concorrência dos vendedores. Todos os objetos terão o seu valor natural e as nações favorecidas, que pagavam maiores. Quanto menos pagarem os consumidores, tanto mais ao de prosperar e sendo nós uma nação de consumidores, a nossa riqueza nacional de necessidade se aumentará com a medida de que se trata.²⁴⁶

Conforme demonstra a alegação de Bernardo de Vasconcellos, o objetivo de sua lei era gerar recursos e trazer a competição entre as mercadorias estrangeiras dentro do Império, com o intuito de trazer benefícios aos consumidores com relação aos produtos, ou seja, o

²⁴⁴BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870. p. 55.

²⁴⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 23.

²⁴⁶BAPTISTA, Homero. **A Receita geral de 1913**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1913. p. 49.

barateamento das mercadorias. Sendo assim, a indústria fabril nacional não teria a mínima chance, tendo em vista que a qualidade da mercadoria estrangeira era maior, em comparação à indústria nacional. Portanto, a indústria fabril nacional, certamente, perderia com a concorrência, devido às precárias condições de trabalho; o alto preço da matéria prima; ausência de aperfeiçoamento dos trabalhadores e desenvolvimento de técnicas mais apuradas.

Conforme já foi exposto, um dos grandes golpes acertados na indústria fabril neste período, além dos Tratados, tem-se nas ideias de Adam Smith, divulgadas por Cairu, que dificultou a proteção da indústria em meio à posição de alguns políticos que defendiam dentro das Câmaras o sistema do livre câmbio. Logo, a disposição de Bernardo de Vasconcellos se alicerça nas ideias de Adam Smith quando se refere à livre concorrência que poderia gerar um certo controle quanto ao mercado consumidor que se faria de modo próprio sem a interferência do Estado. A lei de 24 de setembro de 1828 acarretou inúmeras dificuldades para a indústria fabril, proporcionando um freio no crescimento das indústrias existentes. Mediante a proposta de Vasconcellos, identifica-se que de maneira nenhuma as necessidades da indústria fabril no Império foram levadas em conta, uma vez que o objetivo do governo era gerar rendas para o tesouro.

Nota-se, porém, que Homero Baptista aponta a questão da igualdade alfandegária proposta por Vasconcellos e identifica que a igualdade de direitos não proporcionou a receita necessária para o tesouro; como exposto no livro: “A Receita Geral para 1913”, referindo-se a lei de 24 de setembro de 1828.

O regime de igualdade alfandegário vicejou, frutificando a mais ampla concorrência comercial. Infelizmente para demonstração da excelência do regime, a base em que ela assentará determinada pela taxa insignificante dos Tratados, era insuficiente para produzir a receita que as necessidades públicas exigiam. Fez-se desde logo sentir a deficiência da tributação sujeita ao dispositivo dos tratados, cujo comprimento era forçoso até o prazo final deles. A arrecadação não bastava para os encargos do Tesouro de tão precária contingência resultou a agravação das condições financeiras do Estado, combatido, ainda mais, pelos movimentos políticos que encheram os primeiros lustros da vida do Império.²⁴⁷

E mais, como pondera em seu livro “Manual das Ciências das Finanças” (1923), João Pedro Veiga Filho comenta a Lei de 24 de setembro de 1828 de Bernardo de Vasconcellos. Conforme Filho: “Seu intuito livre cambista, justamente na época mais difícil da existência política do nosso país, tolheu e impediu o desenvolvimento de suas rendas, de acordo com os

²⁴⁷BAPTISTA, Homero. **A Receita geral de 1913**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1913. p. 50.

interesses de sua política comercial”.²⁴⁸ O debate existente no Império quanto ao sistema a ser adotado e qual tipo era praticado na época, já era bastante discutido, conforme a ponderação de Baptista.

É, portanto, contestada a conjectura de que as nossas tarifas fossem de livre-câmbio, mas que seria um regime fiscal atenuado, o praticado no Império. De acordo com Baptista : “Era regime fiscal atenuado em que realçada a moderação das taxas a tal ponto que comprometia o resultado da arrecadação”.²⁴⁹ Havia discussões quanto ao sistema utilizado no Império ser de livre câmbio ou protecionista. Esse autor pronuncia que o livre câmbio poderia ser um sistema fiscal atenuado, gerado de acordo com as necessidades do Império. Com essa prerrogativa, fica demonstrada a deficiência das Tarifas, pois em sua confecção não fica determinado em que sistema se estabeleceria a nova tarifa; se seria mais protecionista ou de mais livre câmbio. Proporcionando, desta forma, uma tarifa sem uma firme definição teórica.

Para Pereira de Barros, no livro “Direito Financeiro Brasileiro” (1855), os tratados e decretos se estenderam até 1844 quando houve a extinção dos tratados de comércio substituídos pela publicação da nova Tarifa de 12 de agosto de 1844. De acordo com Barros: “A taxa de direitos conservou-se por espaço de dezesseis anos, nos períodos mais difíceis da nossa história política: a abdicação; a reforma da constituição; a rebelião da província de S. Pedro e de S. Paulo e Minas”.²⁵⁰

A princípio, partir do término dos tratados, constata-se a estruturação de uma nova tarifa e sua revisão. Neste período, a situação política no Império se apresenta da seguinte forma: De março de 1841 a fevereiro de 1844, a administração era do partido conservador e de 2 de fevereiro de 1844 a 29 de setembro de 1848, a administração era do partido liberal. Ambos se alternavam no governo e demonstravam ideários conflitantes. Os liberais advogavam o princípio de descentralização e de resistência armada toda a vez que o governo cometesse algum ato contrário a Constituição do Império. Já os conservadores, repudiavam como ilegal qualquer revolução e julgavam a centralização política indispensável ao Império e a proteção ao cidadão e à organização da resistência legal.²⁵¹ No período da Revisão da Tarifa de 1844, concluída no ano de 1853, o partido conservador estava no poder, permanecendo até 1857.

²⁴⁸FILHO, João Pedro Veiga de. **Manual da ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. p. 124.

²⁴⁹BAPTISTA, Homero. **A Receita geral de 1913**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1913. p. 50.

²⁵⁰BARROS, Pereira de. **Direito financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1855. p. 118.

²⁵¹LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

Efetivamente quanto à nomeação de um Ministro da Fazenda, ressalta-se o movimento político para essa confirmação no cargo e os problemas ocorridos com as frequentes mudanças no Império. Como afirma Buescu : “A nomeação do ministro da Fazenda dependia de uma série de fatores: do jogo das forças políticas em presença, do jogo dos interesses e das conveniências políticas ou simplesmente pessoais”.²⁵² Abalizado nesta situação de interesses políticos e pessoais do Imperador, pode-se notar o número imenso de gabinetes constituído nos últimos 67 anos de Império.

Depreende-se que o Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco foi o responsável pela elaboração da Tarifa. Assumia a direção da pasta da Fazenda pela terceira vez, para acalmar os ânimos, controlar o déficit e os problemas de gestão ocorridos no Ministério, em substituição ao então Ministro da Fazenda Joaquim Francisco Vianna. As determinações da nova tarifa conforme Paula, Lattman-Weltman, “A maioria foi taxada em 30%, ficando as tarifas mais altas, entre 40% e 60%, para as mercadorias estrangeiras produzidas no Brasil, e de 20%, para as mercadorias muito usadas”.²⁵³ Esta tarifa foi violentamente criticada pelos opositores a favor do livre-câmbio.

Deve-se registrar que a partir do dia 12 de agosto de 1844, foi decretada, pelo Ministro Manoel Alves Branco, a Tarifa das Alfândegas, iniciando uma nova época no Brasil, livre de todos os tratados e compromissos internacionais. O Império pôde regular seu comércio e estabelecer seus impostos aduaneiros, segundo suas necessidades. Essa tarifa trouxe ao Império aumento da receita e diminuição do déficit. No entanto, causou a insatisfação geral por parte do comércio importador e da Inglaterra. Somente por essas razões, já fica clara a oposição que enfrentara no transcorrer de sua execução.

Importante expor que com o término dos Tratados com Inglaterra, observa-se uma mudança na Política Tarifária Imperial que anteriormente se alicerçava no sistema do livre câmbio passando para uma Tarifa de 1844, mais protecionista. Este feito foi realizado pelo Governo Imperial, elaborando uma Tarifa mais protecionista por conta da necessidade de produção dos artigos para o mercado interno, devido a possível interrupção na importação destes produtos que seriam indispensáveis para a vida social e econômica do Império. Essa modificação na Política Tarifária impulsionou a discussão de grupos sociais que possuíam

²⁵²BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 15.

²⁵³WELTMAN, Paula Christiane Jalles; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808- 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 72.

interesses antagônicos dentro do bloco de poder - a seção da indústria fabril versus à seção do comércio - dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.²⁵⁴

A primeira Tarifa das Alfândegas, gerada sobre um viés mais protecionista, desencadeou uma violenta pressão por parte do comércio importador, ao ponto de o próprio Ministro, após pôr para a execução a Tarifa, compareceu no ano de 1845 à Câmara dos Deputados, com o objetivo de fazer a defesa de sua proposta protecionista. Antes de chegar a esta discussão será apresentado os expoentes no Brasil do sistema protecionista e do livre câmbio com um intuito de realçar a questão discutida nas Tarifas Alfândegas no Império.

2.2- O sistema Protecionista e o sistema Livre-câmbio e seus expoentes no Brasil.

É importante trazer o assunto dos sistemas protecionista e do livre câmbio, tendo em vista o fato de terem sido ventilados no Primeiro Reinado, serem divulgados junto as Casas Legislativas e por ter influenciado o pensamento dos políticos em seu tempo. Serão apresentadas a vida e obra dos intelectuais que idealizaram os sistemas do livre câmbio e do protecionismo. O primeiro, elaborado pelo intelectual Adam Smith e divulgado no Brasil, pelo seu expoente, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. O segundo, elaborado pelo intelectual Georg Friedrich List e divulgado por seu intérprete brasileiro João Severiano Maciel da Costa, o Marquês de Queluz.

A relevância destas exposições será averiguada devido à convicção de que desses sistemas proclamado no Império, tem-se uma posição dúbia nas Câmaras quanto à política econômica a ser executada no Império do Brasil. Derivado desta questão quanto à falta de uma posição teórica com referência ao sistema, ao longo do Segundo Reinado houve uma discussão nas Câmaras, de parlamentares a favor ou contra a um dos sistemas. As Tarifas Alfandegárias eram de forma contínua modificadas por razão da pressão dos grupos do comércio e da indústria fabril. Por isso, serão tratadas as nove Tarifas e as nove Revisões Tarifárias. As discussões no Legislativo eram fortes e em todas as Tarifas, era questionada a posição quanto ao sistema da Tarifa anterior que tinha sido empregada, seus erros e acertos.

Para o comércio, o sistema a ser aplicado em cada Tarifa seria o do livre câmbio uma vez que favorecia à entrada de mercadorias importadas para a comercialização no Império. Este sistema foi criado por Adam Smith, filósofo e economista escocês do século XVIII. Nascido em 05 de junho de 1723, em uma pequena cidade chamada Kirkcaldy, na Escócia. Essa era uma cidade portuária, na margem norte da enseada de Firth of Forth no mar do Norte, pertencente ao condado de Fife, próxima a Edimburgo, importante pelo comércio do

²⁵⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

sal. Mencionando a família de Smith, seu pai trabalhou como advogado em Edimburgo e serviu como secretário particular do Conde de Loudoun, na época, tendo sido nomeado controlador da Alfândega em Kirkcaldy, em 1714. Ele faleceu antes do nascimento de Smith, que foi criado por sua mãe Margareth Douglas.

Cursou matemática e filosofia natural na Universidade de Glasgow, aos 14 anos. Foi admitido, em 1740, pelo Balliol College, da Universidade de Oxford. Ao longo de seis anos se dedicou ao estudo de filosofia moral e a leitura dos clássicos, adquirindo um amplo conhecimento da literatura francesa e italiana. Dois anos depois de deixar Oxford, mudou-se para Edimburgo onde proferiu uma série de conferências públicas sobre retórica, história, economia e belas artes.²⁵⁵

Foi contratado como professor da Universidade de Glasgow em 1751. A princípio, ministrou aulas na área de lógica e filosofia natural durante 12 anos. Smith foi responsável por cursos que abrangiam diversos tópicos: teologia natural, ética e jurisprudência, como para o estudo das regulações políticas destinadas a aumentar a riqueza, o poder e a prosperidade do Estado.

Com relação à obra de Adam Smith, cita-se a sua primeira publicação, “A Teoria dos Sentimentos Morais” (1759), na qual ele toma uma natureza humana imutável como base para as instituições sociais. Esta é dominada pelas paixões e os instintos de autopreservação e auto interesse, porém controlada por uma capacidade de simpatia, outro instinto e por uma presença interior que aprova ou desaprova as ações do indivíduo.²⁵⁶

Essa obra tornou-se conhecida, chamando a atenção de Charles Townshend, um político importante a quem interessava as questões canônicas. Ele mesmo historicamente vinculado às medidas de taxaço que provocaram a Revolução Americana. Townshend casou-se e necessitava de um tutor para o seu enteado. Em 1763, Smith aceitou a proposta de exercer essa função e trocou o cargo de professor universitário por uma pensão vitalícia e pela incumbência de realizar uma excursão pela França acompanhando o enteado de Townshend.

Com esta viagem, pôde conhecer a elite cultural de sua época. De volta à Escócia e à casa materna em 1766, Smith fica por sete anos, o período da escrita do livro “Riqueza das Nações”. A obra foi entregue ao editor em 1773. No entanto, essa obra só seria publicada três anos mais tarde. Até 1788, Smith viveu a maior parte do tempo em Londres, e lá frequentou os círculos refinados do lugar. Em 1788, foi nomeado para um cargo público na administração

²⁵⁵BUCHAN, James. **O autêntico Adam Smith vida e obra**. 1ª edição. São Paulo: Editora Rocco, 2008.

²⁵⁶SMITH, Adam. **A Riqueza das nações**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

aduaneira. Morou em Edimburgo com sua mãe e um primo. Com a morte de sua mãe em 1784, a saúde de Smith se fragilizou; falecendo em 17 de julho de 1790.

A teoria de Smith, de maneira geral, se baseia na ideia de que deveria haver total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do Estado. A livre concorrência ou livre câmbio, entre os empresários, regularia o mercado, provocando a queda de preços e as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção. Com relação à obra “A Riqueza das Nações”, Smith buscou diferenciar a economia política da ciência política, a ética e a jurisprudência. A principal defesa feita por Smith em sua obra é a de que o desenvolvimento e o bem-estar de uma nação advêm do crescimento econômico e da divisão do trabalho.

Importante realçar que Cairu foi o personagem que expôs a obra de Smith no Império. O expoente da obra de Smith no Império do Brasil foi José da Silva Lisboa que nasceu em Salvador, em 16 de julho de 1756 e faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1835. Filho de um arquiteto português, Henrique da Silva Lisboa e de Helena Nunes de Jesus, fez os preparatórios na Bahia desde seus oito anos, estudando filosofia, música e piano. Na Universidade de Coimbra, concluiu o bacharel em cânones, os cursos de Filosofia e Medicina.²⁵⁷

Com relação a sua carreira, foi magistrado, Deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Deputado da Junta das Cortes (1820) e Deputado constituinte (1823). Recebeu os títulos de Barão, Visconde e senador vitalício.²⁵⁸ Todos esses cargos proporcionaram um maior contato com o poder monárquico e com a vida política. José da Silva Lisboa, conhecido como Visconde de Cairu apresentava o padrão da elite brasileira: formado em Coimbra, com formação jurídica e integrado na vida pública em sua época.²⁵⁹ Foi autor que mais editou pela Imprensa Régia.

Publicou a tradução da obra de Adam Smith “A Riqueza das Nações” e muitos outros livros. Em 1798, publicou em Lisboa sua obra “Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha”, um estudo a respeito do seguro marítimo, que serviu durante muitos anos como Código Comercial, em Portugal. Em 1804, a publicação da obra “Princípios de Economia Política”, quatro anos depois, lançou o livro “Observações sobre o Comércio Franco do Brasil” e em 1810, “Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de

²⁵⁷LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 9-29.

²⁵⁸OLIVEIRA, Luís Valente de. RICUPERO, Rubens (Org.) **Abertura dos portos**. São Paulo: Editora Senac SP, 2000.

²⁵⁹CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Unib, 1980.

Fábricas no Brasil”.²⁶⁰ A fim de demonstrar sua obra de maneira sucinta, apenas estes livros serão citados.

O pensamento de Visconde de Cairu, a respeito das indústrias a serem instaladas no Brasil, girava em torno da seguinte defesa Lisboa: “As fábricas que por ora mais convém no Brasil são as que proximamente se associam a agricultura, comércio, navegação e artes da geral acomodação do povo”.²⁶¹ Definido que a indústria que o país deveria incentivar deveria ter uma relação direta com a agricultura, comércio ou navegação. De acordo com Lisboa, “Cabia ao Estado, numa escolha racional, selecionar em função do dispêndio de braços e capital, quais as indústrias merecedoras de respaldo”.²⁶²

Partindo-se de Landes (1998), quando compara o Brasil e os Estados Unidos da América, segundo seus expoentes mais relevantes e seus pressupostos quanto ao processo de autoafirmação econômica no século XIX, consta em Landes, “Em se tratando dos Estados Unidos de Alexander Hamilton teve uma proposta de desenvolver uma missão industrializadora para o seu país já para o Brasil Cairu cria na ‘mão invisível’ e aventava ‘laissez faire, laissez passer, laissez vendre’”.²⁶³ Apesar de seu juízo quanto às ideias de Smith, não era contrário à indústria fabril, mas não incentivava o governo a se empenhar nesta empreitada.

Cairu não valoriza exclusivamente a agricultura (fisiocracia); nem se subordinava ao primado da indústria (colbertismo); ou propugnava pela supremacia absoluta do comércio (mercantilismo). Seu discurso como se verá, buscava o ajuste de todos os princípios disponíveis às necessidades imediatas e reais do mundo colonial, em sua dimensão econômica, política e social.²⁶⁴

Cairu não era contra a indústria fabril como atividade econômica, mas sustentava que o Estado deveria escolher qual a atividade mais poderia contribuir para o crescimento do país. Acreditava que a agricultura seria a mais indicada para gerar uma renda substancial para o Império. Segundo Cairu, a indústria fictícia deveria ser combatida e que essa não traria nenhum benefício para o Império. O estímulo que defendia voltava-se à agricultura e não à indústria fabril. Percebia que, somente, as mercadorias grossas poderiam ser produzidas no país, por conta da pouca matéria prima existente e devido à mão de obra onerosa.

Importante mostrar que a indústria fabril no Império produzia chapéus, vinhos, metalurgia, tecidos, chalés, meias, vidros, roupas, luvas e diversas outras mercadorias. Essas

²⁶⁰BUCHAN, James. **O autêntico Adam Smith vida e obra**. 1ª edição. São Paulo: Editora Rocco, 2008.

²⁶¹LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1810. p. 1-10.

²⁶²Ibid., p. 67.

²⁶³LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 353.

²⁶⁴ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014. p. 319.

indústrias fabris estavam ligadas à confecção de artigos mais bem elaborados. Desta forma, produzia mercadorias que poderiam representar concorrência aos artigos vindos de fora. Para Cairu, não tínhamos condições para incentivar, no Império, tais indústrias, porque segundo o autor Lisboa: “Se até mesmo para estas manufaturas inferiores era rarefeita a mão de obra e seus salários excessivos, como pensar na hipótese de estabelecerem-se as indústrias superiores?”²⁶⁵

Ao contrário da ideia do referido autor, percebe-se que a indústria fabril no Império produzia mercadorias bem mais elaboradas e a discussão se abriga nesta situação, em que a indústria reivindicava proteção e produzia mercadorias finas que eram concorrentes de artigos importados. Mediante esta questão vê-se a luta da indústria fabril reivindicando maior espaço para os seus produtos no mercado interno e se organizando como uma entidade para obter tal apoio do Governo Imperial.

Este grupo de industriais ao se dar conta da necessidade de proteção de suas mercadorias articula-se ao se “inspirar” na fonte do sistema protecionista. Com deferência ao protecionismo, o mestre foi Georg Friedrich List. Nasceu em Wurttemberg em 06 de agosto de 1789 e faleceu em 30 de novembro de 1846 em Kufstein. Nasceu em uma Alemanha semifeudal composta por um enorme conjunto de principados, ducados, cidades-livres e nações que variavam de tamanho da Áustria e Prússia. List cresceu e se formou ao mesmo tempo em que o capitalismo se consolidava na Inglaterra - fortalecida como nação economicamente dominante.²⁶⁶

Com relação à sua carreira, foi funcionário público e em 1816 havia chegara ao posto de subsecretario ministerial. Em 1817, se tornou professor de administração e política na Universidade de Tubingen. Dois anos depois, deixou a Universidade por divergências políticas. Foi Deputado na Câmara de Wurttemberg. Defendeu ativamente a Reforma Administrativa, e por suas posições políticas foi expulso da Câmara em 1822. Exerceu diversas profissões: jornalista, ministro, teórico, panfletário e foi até amigo de reis.

Para List, um país para desenvolver a indústria fabril, teria que ampará-la e protegê-la da concorrência estrangeira até que a indústria nacional pudesse estar fortalecida, para enfrentar as indústrias dos demais países. Em sua posição teórica demonstrava uma enorme paixão intelectual pela ‘nação’, enfrentando o “cosmopolitismo” da escola de Smith. Em seu pensamento econômico, compreendia que as indústrias nacionais não poderiam se

²⁶⁵LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1810. p. 19.

²⁶⁶LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

desenvolver se o mercado já estivesse ocupado por indústrias de países estrangeiros economicamente mais avançados. Nessas circunstâncias, justificava-se o protecionismo, com o fim de proteger temporariamente o mercado nacional para assegurar a consolidação das indústrias nacionais. E, então, em médio prazo, elas pudessem atuar com sucesso num ambiente de livre concorrência.

Em sua maior obra, “Sistema Nacional de Economia Política”, List apresentava a diferença entre a “economia cosmopolítica” e a “política econômica nacional”. Para ele, o futuro econômico da Alemanha estava no estabelecimento de uma união aduaneira que eliminasse as tarifas internas entre os vários Estados e estabelecesse tarifas para o comércio com o resto do mundo.²⁶⁷

Adepto das ideias de Georg Friedrich List, no Império do Brasil, João Severiano Maciel da Costa, o Marquês de Queluz nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 1769 e faleceu, no Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1833. Estudou Direito, matemática e cânones pela Universidade de Coimbra. Exerceu a advocacia em Coimbra e dedicou-se à magistratura. Começou sua carreira na Magistratura como Juiz de Fora, em Covilhã, Portugal. Com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, foi nomeado pelo príncipe regente D. João para o Desembargo do Paço no Rio de Janeiro. Permaneceu neste cargo até sua aposentadoria em 1829.²⁶⁸ Maciel participou ativamente da vida política do mundo luso - brasileiro. Durante o período do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, governou a Guiana Francesa, entre 1810-1817.

Em 1821, acompanhou D. João em seu retorno a Portugal, mas foi impedido de entrar por ter sido a favor da Independência do Brasil. Eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Constituinte de 1823. Foi nomeado ministro do Império e integrou o Conselho de Estado. Participou, como um dos redatores da Constituição outorgada por D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Um ano depois, recebeu o título de Visconde e no ano seguinte foi elevado a Marquês. E, então, designado presidente da província da Bahia. Em 1826, foi eleito senador pela província da Paraíba.²⁶⁹

Em 1827, voltou ao ministério imperial, nas pastas dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda. Publicou várias obras, “Análise e refutação do libelo acusatório” (1829), “O Barão do Rio da Prata” (1830), “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os

²⁶⁷LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

²⁶⁸PRIORI, Ângelo, PEREIRA, Lupércio Antônio (org). **Dilemas do desenvolvimento brasileiro- sec. XIX**. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

²⁶⁹Ibid., 2009.

meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar” (1821). Apologia que dirigia à nação portuguesa, a fim de justificar das imputações que lhe fazem homens obscuros, os quais deram causa ao decreto de 08 de junho, e à providência comunicada no aviso de 11 de julho do corrente ano (1821).²⁷⁰ Evidencia-se a influência de João Severiano Maciel da Costa, em razão do espaço político que tivera com D. João VI e D. Pedro I, para expor em suas obras o pensamento protecionista ao Império do Brasil.

Os intérpretes do sistema livre câmbio e do sistema protecionista no Brasil, aqui estão identificados, para a abertura da querela entre os dois sistemas que irão se alternar durante todas as Tarifas estudadas nesta tese. Nota-se a ação do Ministro e sua equipe, em cada Tarifa e Revisão, a fim de averiguar o grupo que iria prevalecer em cada Revisão; seja ele, comércio e fisco ou a indústria fabril.

2.3- O Clamor do Ministro da Fazenda Alves Branco a favor da Tarifa das Alfândegas de 1844.

Este entroncamento de interesses da indústria fabril, comércio e do fisco percorre esta Revisão e as demais que serão analisadas durante esta tese, por se tratar do enigma deste estudo. Até que ponto a elaboração de uma Tarifa das Alfândegas do Império se esbarrou nos interesses de grupos, instituições e acordos internacionais. Pretende-se compreender, o motivo pelo qual a indústria fabril não conseguiu o apoio necessário para o seu desenvolvimento. Pretende-se expor no decorrer desta obra os políticos e/ ou intelectuais que articulam a favor ou contra a indústria fabril com o propósito de se definir as razões do atraso do desenvolvimento da indústria no Império.

Importante salientar o papel do café na economia do Governo Imperial, levando-se em conta o fato de ser o promotor da riqueza e da manutenção da classe senhorial e de sua íntima relação com o governo. Nos anos 1820, vê-se o alastramento do café na cidade do Rio de Janeiro em direção ao Vale do Paraíba, a busca de várias regiões como Barra Mansa, Resende, Bananal, Areias, Queluz, Vassouras, Valença, São Gonçalo, Itaboraí seguindo para Nova Friburgo, Cantagalo, Campos, e a quase toda a extensão fluminense. Ao chegar aos anos trinta o café se transforma em uma cultura crescente e generalizada no território da província do Rio de Janeiro gerando riqueza e poder.²⁷¹ A gestação da cafeicultura durante este período foi favorecida conforme Furtado: “Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão de obra escrava subutilizada da região da antiga mineração,

²⁷⁰WELTTMAN, Paula Christiane Jalles; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808- 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

²⁷¹SALLES, Ricardo. **E o Vale e o escravo. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços.²⁷²

Em se tratando da economia durante a década de 30 e 40, a integração e a estabilidade política do Império se sustentavam em virtude do rápido crescimento do setor cafeeiro do Rio de Janeiro. Nesse período, a economia possuía três produtos relevantes na balança comercial do Império conforme Bethell: o açúcar, o algodão e o café que eram responsáveis por 75-80% das exportações do Brasil. O Brasil participava da produção mundial do café, com 20 % na década de 1820, aumentando para 30% nos anos de 1830 e mais de 40% nos anos 1840.²⁷³

De acordo com Salles: “O escravismo plenamente desenvolvido no Brasil pelo fim do século XVIII e início do século XIX propiciou o surgimento de uma formação social com uma definição de interesses econômicos e nacionais específicos no contexto internacional capitalista”.²⁷⁴ A manutenção da classe dos cafeicultores e seu poder eram mantidos pela propriedade de terra e do controle da mão de obra. Para Salles: “A propriedade da terra- do aparato do Estado, da manutenção dos antigos valores e privilégios por parte da antiga classe dominante. Se esta era definida em sua essência pela propriedade sobre os escravos”.²⁷⁵

Importante perceber a estrutura econômica e política predominante nos anos quarenta e seu papel junto ao corpo social, para poder-se identificar a luta entre seus componentes e sua atuação contrária a indústria fabril no Império. A classe senhorial possuía seus intentos traçados para a luta pelo desenvolvimento da agricultura e a sua atuação política para a continuidade de sua relação junto ao Governo Imperial. Para Furtado: “A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica”.²⁷⁶

Consta em Pelaéz & Suzigan: “O fato de haver uma oposição de grupos, ligados ao comércio e a agricultura, contrários à indústria fabril no Império foi um importante entrave ao florescimento da indústria devido às dificuldades encontrada no meio político tanto na

²⁷²FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publicafolha, 2000. p. 119.

²⁷³BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. Volume III e IV 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

²⁷⁴SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 35.

²⁷⁵Ibid., p. 37.

²⁷⁶FURTADO, op. cit., p.120.

Câmara como no Senado”.²⁷⁷ Sem entrar no mérito de que o Senado e a Câmara não possuíssem uma postura definida para o Império quanto a qual sistema optar, e assim estruturar o país com as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria fabril.

Estes entraves ainda se somaram aos anteriores Tratados: a falta de estrutura de transportes urbanos, portos, saneamento, luz elétrica, ferrovias, máquinas, matéria prima e legislação que salvaguardasse a indústria. Lembrando que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, uma entidade consultiva do Império incentivava a agricultura e o comércio com atividades econômicas rentáveis para o desenvolvimento econômico, deixando a indústria fabril em segundo plano - uma relação com dificuldades quase sem fim a embarrear a indústria.

Nesta conjuntura, o golpe da maioria de 1840 determinava o fim do governo regencial, assumindo o trono D. Pedro II por um ato legislativo que declarou sua maior idade. Segundo Bethell: “O golpe de estado parlamentar de 23 de julho de 1840 que encerrou a regência de Araújo de Lima e deu início ao Segundo Reinado recebeu o apoio dos liberais, dos burocratas, do exército e da guarda nacional, do povo do Rio de Janeiro e do Imperador”.²⁷⁸

Apesar da Maioridade de D. Pedro II - declarada e efetivada - não houve no país paz como se esperava. As rebeliões se prolongavam e se estendiam de norte a sul, como afirma Costa em seu livro “Da Monarquia a República”. Segundo Costa: “Uma onda revolucionária varreu Norte e o Nordeste entre 1837 a 1848 (Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Praieira) e entre 1835 e 1845 a província do Rio Grande do Sul enfrentou devastadora guerra civil (Farrapos).”²⁷⁹

Observa-se que entre 1831 a 1848 o discurso liberal inflamava e enaltecia a rebelião como forma de transformação social. Importante destacar que as elites locais tinham queixas específicas, como: a perda do poder e as intrusões do governo central; a substituições de autoridades escolhidas pelo voto por outras indicadas pelo governo; reclamavam sobre os novos impostos e a intervenção do governo central, sobre as eleições locais. Portavam reclames dos artesãos e comerciantes locais contra o monopólio do comércio por parte dos

²⁷⁷PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 79.

²⁷⁸BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. Volume III e IV 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 732.

²⁷⁹COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 157.

estrangeiros pautados por tratados comerciais que os beneficiavam em detrimento dos comerciantes brasileiros.²⁸⁰

Convém ressaltar, que o Liberalismo no seu sentido pleno era equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se firmou na Europa ao longo da Revolução Industrial. Esse não se constituiu no Brasil nos primeiros anos do século XIX, por conta de se ter o trabalho escravo como base de sua atividade econômica, mais vantajosa. Pode-se perceber que havia um “contraditório” com o conceito de liberalismo, conforme se vê em Bentivoglio: “O Estado brasileiro, tornaram algumas nações europeias como modelo, a França e a Inglaterra, bem como, o exemplo dos Estados Unidos. Nas manifestações do pensamento liberal brasileiro havia traços da ilustração ibérica e vestígios de um pensamento social conservador e autoritário.”²⁸¹

Conforme análise do autor, o liberalismo serviu para firmar um consenso na formação da elite dirigente do Império e ao mesmo tempo justificava uma economia mercantil escravista que ocultava as contradições internas do sistema.²⁸² Segundo Bosi: “Anos 30 e 40, para debelar surtos de facções que espocavam nas províncias. Ao radicalismo impotente desses grupos locais opôs-se, o chamado liberalismo moderado, que exerceu, de fato, o poder tanto na fase regencial quanto nos anos iniciais do Segundo Império.”²⁸³

O termo liberal para o proprietário de terras teve vários conceitos de acordo com o período, segundo Bosi: “Para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pode significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar”²⁸⁴. De igual modo Maria Martins: “A questão fundamental esteve sempre ligada à manutenção das liberdades obtidas com o movimento emancipacionista, desde 1808 até 1822, liberdades estas no sentido econômico, adquiridas com abertura dos portos, e a liberdade nacional, política, diante da metrópole portuguesa.”²⁸⁵

²⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

²⁸¹ BENTIVOGLIO, Júlio. **Os negócios do Império: a política econômica brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860)**, Catalão: São João, UFG Campus Catalão, 2007. p. 13-14.

²⁸² Ibid., 2007.

²⁸³ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 196.

²⁸⁴ Ibid., p. 199.

²⁸⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 85.

Para Alonso: “A matiz do liberalismo que informou o processo de formação do Estado nacional obedecera, sobretudo a motivações econômicas. Não universalizou uma cidadania ‘brasileira’, nem destruiu a hierarquia social”.²⁸⁶

Efetivamente em 1841, o Governo se antecipa ao fim dos tratados e nomeia uma comissão para a elaboração de uma Tarifa, com o objetivo de estudar a respeito da importação de mercadorias. O Ministro da Fazenda Alves Branco estabeleceu a nova pauta alfandegária, que regulava a cobrança de uma tarifa de 30% ad valorem para a maioria dos artigos importados. Neste momento a articulação política a favor da indústria fabril conseguiu êxito em sua tarefa. Segundo Cervo & Bueno: “Extinguiu, em 1844, o sistema dos tratados, houve condições para elaborar-se novo projeto de política externa, reclamado pela experiência e pela crítica. Inaugurou-se então um período, que se estenderia de 1844 a 1876, e seria caracterizado pela ruptura com relação à fase anterior e pelo robustecimento da vontade nacional.”²⁸⁷

Este projeto se alicerça em três partes: a decisão de controlar a política comercial através da autonomia alfandegária; extinção do tráfico e a definição das fronteiras nacionais. Esses seriam os pontos que gerariam na década de quarenta as transformações necessárias para um novo momento na política alfandegária no Império do Brasil.

À medida que o Governo organizava o processo de preparação da Tarifa das Alfândegas, ficavam estabelecidos seus objetivos, que seriam: proteção à indústria nacional contra a concorrência estrangeira, a isenção para as máquinas para as indústrias e o intento de gerar renda para o Tesouro. Conforme Relatório do Ministro de 1843: “Não é ainda praticável este grande recurso (o aumento de direitos) porque o Governo Britânico tem recusado até hoje anuir a inteligência que damos ao artigo 28 do Tratado de Comércio celebrado por 15 anos, entre o nosso e aquele governo”.²⁸⁸

Com o término dos tratados, inicia-se uma nova etapa com a elaboração da Tarifa das Alfândegas de 1844 que conferia ao comércio no Império, alçar um novo momento que poderia proporcionar proteção ao mercado brasileiro. Conforme Simonsen: “a inexistência de fatores favoráveis à industrialização do Brasil, a política livre-cambista que adotamos, e a

²⁸⁶ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 59.

²⁸⁷ CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. p. 59.

²⁸⁸ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo Ministro dos Negócios da Fazenda. Visconde D’ Abrantes**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1843. p. 41-42.

concorrência das manufaturas inglesas, impediram a nossa evolução industrial”.²⁸⁹ A contestação de Bernardo Pereira de Vasconcellos no Senado quanto à nova Tarifa.

A lei tinha também mandado fazer uma tarifa para as alfândegas do Império, e esta tarifa não pode nem deve ser executada senão muito depois da sua publicação. Se for mandada executar uma tarifa das alfândegas, sem que precisamente chegue ao conhecimento de todos os que tem relações comerciais com o Brasil, muitos transtornos comerciais haverá; muitos prejuízos, muitos clamores. Dentro de seis meses tem de acabar o tratado de comércio com a Inglaterra e até ao presente nada de tarifa!²⁹⁰

Vasconcellos, em sua crítica à elaboração da nova Tarifa de 1844, define sua posição em defesa dos interesses internacionais contra os desígnios dos negócios nacionais. Há de se observar, em seu posicionamento no Senado, uma discussão com Alves Branco, com relação à Tarifa: a primeira atuação contrária a proteção à indústria fabril dentro do Senado. Principalmente, no que concerne ao embate entre o pensamento protecionista e do livre câmbio quanto a Tarifa de 1844, que possuía seu viés mais protecionista. Vasconcellos faz críticas quanto à ação política do Ministro Alves Branco.

Eis pois, Sr presidente, a política do ministério, condenada até pelos seus próprios amigos! O ministério quer limitar nossas providencias à agricultura e ao comércio; entende, porém, que não deve promover a nossa indústria! O futuro não o altera, está muito tranquilo; a sua política é abandonar a indústria do país? Eu Sr. Presidente, entendo que o ministério não procede bem, porque receio muito que algum ato ministerial venha matar todas as nossas esperanças.²⁹¹

Ao levantar-se o assunto Tarifa, pretende-se expor de maneira clara o entrave entre Alves Branco e Vasconcellos. Entre os anos de 1844 e 1845, estes dois senadores defenderam seu pensamento protecionista e livre cambista, duelando e expondo suas observações sobre a Tarifa e o orçamento do Império.

Para salientar estes posicionamentos, um resumo de suas biografias poderá ajudar a traçar o perfil dos parlamentares favoráveis ou contrários a indústria fabril. A biografia encontra-se em anexo, de Bernardo Pereira de Vasconcelos e do Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco, o segundo Visconde de Caravelas.

Com o perfil desses dois parlamentares que ao longo de sua vida pública exerceram uma variedade de funções no corpo do Estado Imperial, pode-se ver nesta década um embate no Senado relacionado à Tarifa das Alfândegas e ao orçamento do Império. Nesta ocasião vieram trazer uma versão interessante quanto às dificuldades enfrentadas sobre o assunto referente aos dois sistemas econômicos: por quais deveriam optar para o Império.

²⁸⁹SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora da USP, 1973. p. 11.

²⁹⁰BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária e Quinta Legislatura. Livro 1. Sessão maio de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1844. p. 137.

²⁹¹Ibid., p.137.

Ao longo desta tese, será visto que em todas as Tarifas das Alfândegas do Segundo Reinado havia esse embate devido ao confronto de parlamentares e suas posições. Portanto, em um primeiro aspecto pode-se observar que no Senado, na Câmara dos Deputados e no Conselho de Estado não havia unanimidade quanto à questão e o segundo aspecto seria que esses conflitos de posições sempre se davam devido a posições contrárias entre o Ministro da Fazenda atual com políticos/ ou Ministros da Fazenda que já exerceram o cargo e mantiveram sua posição quanto ao sistema a ser adotado pelo Império.

Por fim, além da Tarifa de 1844 e das revoltas acima citadas tem-se algumas modificações nesta década, como a formação do Conselho de Estado, em novembro de 1841. No mês seguinte, ocorre a reforma do Código de Processo Criminal. Em especial, a reforma do Código pôde restabelecer ao governo o controle sobre a estrutura administrativa e judiciária, até então exercido pelo poder das províncias e dos municípios.

Mediante a reforma do Código de Processo Criminal ficou estabelecido que a nomeação de juízes, desembargadores, além dos chefes de polícia seria realizada de acordo com as diretrizes do Ministro da Justiça. Desta forma, estas medidas restabelecia o controle da sociedade ao governo, através da nomeação dos chefes de polícia e demais autoridades.²⁹² Importante destacar que nas décadas de trinta e quarenta serão vistos fatos significativos que irão aos poucos estruturando o Estado Imperial, e posicionando a classe senhorial a um novo rumo, o do café no Vale do Paraíba.

Em meio às transformações do período pode-se verificar a dificuldade enfrentada pelo Parlamento quanto à decisão que sistema preferir. De acordo com Carvalho, “Havia uma admiração generalizada pelo sistema inglês tanto por parte dos liberais como dos conservadores. Mas as dificuldades de seguir o modelo surgem a cada tentativa de aplicá-lo à realidade brasileira.”²⁹³ Em conformidade com a explanação de Carvalho (1988), Oliveira: (2001) afirma que o Império desenvolveu um pensamento econômico original brasileiro que articulava medidas liberais e protecionistas com o intuito de conformar as partes reivindicadoras e suas necessidades dentro do bloco no poder. Ao longo da tese será discutida essa ponderação de Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira.²⁹⁴

Em se tratando dos gabinetes formados ao longo da década, será salientada sua composição com objetivo de deixar claras as intenções dos mesmos na configuração da

²⁹²BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. Volume III e IV 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

²⁹³CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 120.

²⁹⁴OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

política e da economia do Império. O 1º gabinete da maioria - de Antônio Carlos e Aureliano Coutinho (Liberal/ grupo Palaciano de 24 de julho de 1840 a 23 de março de 1841), nesse período verifica-se o confronto entre Coutinho e Antônio Carlos contra os Andradas pelo fato da condução da repressão da rebelião dos Farrapos. Importante ressaltar a exposição de Ferraz: “A composição ‘maiorista’ reunia desde monarquistas ortodoxos, centralistas, até lideranças defensoras de um arranjo federativo, protetor das províncias por chefes como Antônio Carlos, de São Paulo e Cavalcanti”.²⁹⁵ O 2º gabinete- de Aureliano Coutinho (Grupo Palaciano/Conservador 23 de março de 1841 a 23 de janeiro de 1843) do pós- maioria.

Já o 3º gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão (Conservador de 23 / 01/1843- 02/02/1844), com a inspiração de Bernardo de Vasconcelos, este gabinete defendeu a centralização e o arranjo institucional do Império. Conforme Ferraz: “Em que pese essa homogeneidade ideológica e avanços tanto na afirmação dos interesses do país frente aos ingleses como na campanha contra a revolta no sul.”²⁹⁶ O 4º gabinete - de Almeida Torres (Liberal/Grupo Palaciano 02 /02/1844 a 02/05/1846), período da elaboração da Tarifa das Alfândegas de 1844. Conforme Barman : “Essencialmente, significou que o Brasil ganhava um pouco mais de ‘controle’ sobre sua política econômica.”²⁹⁷ No 5º gabinete - Holanda Cavalcanti (Liberal 02/05/1846 a 22/05/1847), segundo Silva: “Certa inoperância e carência de autoridade parecem ter caracterizado essa gestão com um título de inércia”.²⁹⁸

O 6º gabinete – de Alves Branco (Liberal /Grupo Palaciano 22/05/1847 a 08/03 1848) não trouxe modificações político-administrativas para o Império. O 7º Gabinete – de Almeida Torres visconde de Macaé (Liberal 08/03/1848 a 31/05/1848), 8º gabinete - de Francisco de Paula Sousa (Liberal 31/05/1848 a 29/09/1848), 9º gabinete - Pedro Araújo Lima Visconde e depois Marquês de Olinda (Conservador 29/09/1848 a 06/10/1849). Interessante perceber, que a Tarifa de 1844 foi elaborada pelo Partido Conservador, e o Partido Liberal realizou a Revisão de 1844, organizando a próxima Tarifa, a de 1857.

Considera-se que o primeiro objetivo da Tarifa das Alfândegas de 1844 era preencher o déficit orçamentário com uma Tarifa mais protecionista. As mercadorias importadas que tivessem similares no Império seriam taxadas entre 40 a 60% e as mercadorias importadas que não fossem idênticas às nacionais entrariam nas Alfândegas com 30% de imposto. Os artigos

²⁹⁵FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 –1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 80.

²⁹⁶Ibid., p. 87.

²⁹⁷BARMAN, Roderick J. **Imperador Cidadão**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 227.

²⁹⁸SILVA, J. M. Pereira da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 167.

que eram empregados como matéria prima para as indústrias recebiam taxas de 2% a 25%.²⁹⁹ Considerando Iglésias: “A reforma revelou-se insuficiente quanto aos dois objetivos: as taxas eram ainda moderadas, de modo que nem o Tesouro foi convenientemente servido, nem a indústria favorecida”.³⁰⁰

Consta no livro: “A Construção Inacabada”, de Oliveira: “A Tarifa de 1844 não tinha sentido exclusivamente protecionista, mas procurava também alcançar uma melhoria nas condições financeiras existentes”.³⁰¹ Fica identificado que além de gerar renda, ainda ficaria com a incumbência de proteger a indústria fabril no Império. Segundo Levy: “O aumento das tarifas sobre os produtos importados objetivava também reduzir a saída de capitais destinados ao pagamento de importações, (...) equilibrar a balança comercial, que permanecia deficitária, ascendentes vendas de café”.³⁰² Estes dois objetivos expostos definem de maneira específica o embate dos contrários à defesa da indústria por causa da proteção e para se evitar a saída de capitais para pagamento de importações.

O segundo objetivo para a elaboração da Tarifa de 1844 seria proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira e para isso houve uma modificação na política tarifária. Com o término do Tratado com a Inglaterra ocorreu uma mudança significativa na política tarifária do Império deixando de ser do sistema do livre câmbio e passando a ser do protecionista. Esta atitude do Governo ocorreu porque com o fim do Tratado poderia haver uma interrupção no fornecimento de mercadorias e, portanto, seria necessário produzir no Império os artigos anteriormente comprados da Inglaterra. Assim, essa atitude se fez necessária para se evitar prejuízo ao mercado interno do Império por falta de mercadorias importadas. Importante destacar que grande parte da receita do Império se alicerçava nas Alfândegas, pois cerca de 60 a 85% de todos os recursos para o orçamento advinham dela.³⁰³ Como defende Lobo: “Essa mudança da política parece ter sido provocada pelo término do tratado, pelo desejo de majorar as rendas das alfandegárias, pela necessidade de fomentar a produção de certos produtos, caso o conflito com a Inglaterra, se agravasse em virtude da não renovação do tratado e da questão do tráfico negreiro”.³⁰⁴

²⁹⁹IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³⁰⁰Ibid., p. 42.

³⁰¹OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 141.

³⁰²LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 46.

³⁰³Ibid., 1994.

³⁰⁴LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 117.

No mais, Eulália Lobo expõe uma razão plausível para a elaboração da Tarifa com o cunho mais protecionista: com o término dos Tratados com a Inglaterra, seria necessário produzir mercadorias que pudessem ser substituídas pelos artigos ingleses. Desta forma, compreende-se a razão do incremento e auxílio de algumas indústrias que eram protegidas pela Tarifa. Justifica-se, portanto, o fato do empenho do Governo em estabelecer uma Tarifa mais protecionista.

No decorrer da exposição, serão definidas quais as mercadorias foram mais resguardadas pela Tarifa das Alfândegas de 1844, podendo-se chegar a algumas conclusões mediante a afirmativa de Eulália Lobo. Ainda nesta ocasião a indústria não tinha articulação para imprimir tal reivindicação.

No momento da elaboração da Tarifa de 1844, o país passava por revoltas como a dos liberais que eclodiram, em 1842, nas províncias em São Paulo e Minas Gerais, almejando lutar principalmente contra o gabinete conservador do Rio de Janeiro. Em virtude das fraudes apuradas nas eleições do “cacete”, o Ministério da Justiça solicitou ao Imperador a dissolvência da Câmara dos Deputados e, em consequência, iniciou-se um protesto, uma vez que os políticos eleitos não seriam empossados. Essas revoltas foram debeladas em 1844, com todos os participantes sendo anistiados. Importante levantar a questão que os liberais ficaram no poder de 1844 a 1848 exatamente no período da elaboração da Tarifa das Alfândegas de 1844.³⁰⁵

Em meio a este movimento revoltoso, já em 28 de julho de 1842, o Governo determina que o presidente do Tribunal do Tesouro nomeasse uma Comissão, composta por cidadãos idôneos e preparados para a elaboração da Tarifa, que conforme a necessidade seria composta de várias seções. Pelo decreto nº 294, de 17 de maio de 1843, foi nomeada e composta por Saturnino de Souza e Oliveira, Joaquim Teixeira de Macedo, Theodoro Lázaro de Sá, José Ewbank e Francisco Moreira de Carvalho, sobre a tutela do Ministro Joaquim Francisco Vianna. A Tarifa das Alfândegas do Império foi mandada à execução no dia 12 de agosto de 1844, depois de um longo período de organização. Como será visto ao longo desta tese, as demais Tarifas das Alfândegas foram preparadas entre três meses a um ano, às vezes mais, dependendo da necessidade de cada comissão revisora.

A pauta da Tarifa de 1844 em vigor tinha 2.462 artigos, sendo 2.416 de taxa fixa e 46, sujeitos a direitos, conforme os valores na época do despacho. Além dos não classificados,

³⁰⁵ HORNER, Erik. **Em defesa da Constituição – a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)**. 2010. 376 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

que na forma do artigo 5º do decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844 se despacham por fatura, os quais somente no ano financeiro de 1850 a 1851, na Alfândega desta Corte. Não incluídos os despachos por via de trânsito e reexportação, e o sujeito expediente. Será tratado a seguir do Relatório do Ministro Alves Branco e sua defesa da Tarifa das Alfândegas de 1844.

Analisa-se assim que no Relatório do Ministro da Fazenda de 1845, Manoel Alves Branco referendou o Regulamento da Tarifa de 12 de agosto de 1844, no qual consta, aos parlamentares da Câmara dos Deputados, este relato de defesa referente à Tarifa das Alfândegas de 1844. Objetiva-se evidenciar os motivos que levaram a preparação da Tarifa.

Sendo o primeiro objeto da tarifa preencher o déficit em que há anos labora o país, era meu dever fazer que a nova taxa de direitos, que compreendesse a maior soma de valores importados, fosse tal, que provavelmente o preenchesse e porque a renda dos 20% que em geral pagavam as mercadorias estrangeiras trazidas ao país, importava de 12 a 13000 contos era evidente que, para conseguir aquele fim cumpria elevá-la em mais 10% e tal é a razão por que em geral ficou a importação estrangeira tributada em 30%.³⁰⁶

Importante perceber que o motivo pelo qual as mercadorias estrangeiras sofreram uma quota maior do que a de 30% seria pelo fato de as indústrias do Império produzirem o mesmo tipo de mercadoria ora importada. A proteção estava baseada na tônica de segurança da indústria fabril e extensão do mercado interno para os artigos nacionais. Segundo Levy, “Era, portanto também um objetivo de Alves Branco represar capitais no país, através de redução de importações”.³⁰⁷ As mercadorias mencionadas como exemplo são: chá, certas qualidades de vidros e de vinhos.

Foram taxadas abaixo daquela quota, isto é, de 25 até 2 por cento, aquelas mercadorias que são alimentares, como a farinha, o peixe salgado, e aquelas que são empregadas dentro do país em muitos misteres, e artefatos, como a folha de flandres, de cobre, ferro, e aquelas que são objetos próprios para a instrução, como os livros e mapas, e aquelas que dentro de um pequeno volume encerram grande valor, como galões, joias, e pedra preciosas; aliviando finalmente de todas a casta de pagamento, pelo utilidade que podem prestar a nossa indústria, as máquinas de vapor, que com quando tivessem sido até hoje livres de direitos, pagavam com tudo 5 por cento de expediente, e armazenagem adicional.³⁰⁸

É predominante a ideia do protecionismo de assegurar o mercado nacional para as mercadorias produzidas no país, com o intuito de salvaguardar o desenvolvimento da indústria e assim, gerar renda, emprego, além de incentivar o industrial a investir no país. Conforme defende List, com referência ao mercado interno e a escola do livre câmbio. Consta em List:

³⁰⁶BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 35.

³⁰⁷LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedades anônimas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 46.

³⁰⁸BRASIL, loc. cit., 1845.

“A escola não pode negar que o mercado interno de uma nação é dez vezes mais importante para ela do que seu mercado externo, mesmo que este último esteja na condição mais florescente”.³⁰⁹ A proteção da indústria fabril nacional era um dos objetivos da criação da Tarifa. Segundo Heitor Lima: “A Tarifa Alves Branco de 1844, além de ser um contragolpe a atitude inglesa, tinha por finalidade aumentar a arrecadação alfandegária [...] e também visava proteger, ou antes, criar condições propícias para o desenvolvimento da manufatura nacional”.³¹⁰

Haja vista a necessidade dos comerciantes, o argumento defendido era de que seria mais prudente que o tipo de taxação emitida aos artigos estrangeiros precisaria ser *ad valorem*. Este tipo de aplicação *ad valorem* em uma Tarifa de acordo com Filho: “seria quando fixa os direitos, conforme o valor declarado nas faturas das mercadorias importadas ou a sua avaliação”.³¹¹ Os comerciantes achavam que a taxa fixa seria complexa para o desenvolvimento do comércio importador. Conforme Fontoura: “[...] porque no estado atual do meio circulante os preços das mercadorias não admitiam fixação alguma. Era preciso, porém, estabelecer um sistema de impugnação eficaz, e para isso nem tinham os empregados meios e nem autorização”.³¹²

O conflito entre o comércio e a Tarifa de 1844 foi permanente, porque para o comércio importador era fundamental que a taxa fosse *ad valorem*, por causa das modificações das mercadorias e dos preços variáveis aplicados nos países fornecedores. Consta em Sodré: “A tarifa Alves Branco, que inaugurava uma nova política encerrando a fase dita liberal, foi duramente combatida no exterior, e motivou inclusive represálias. Seria revisado em 1857”.³¹³ Nícia Vilela Luz (1975) discorre sobre o desígnio elaborado pelo Ministro Alves Branco quanto ao mercado nacional para os produtos fabricado no Império como a primeira versão do pensamento industrialista no Império que pleiteia apoio a indústria fabril nacional.

O pensamento que presidiu o movimento industrialista a partir da década de quarenta já apresentava um cunho mais acentuadamente nacionalista, pleiteando francamente uma política de proteção alfandegária com o objetivo de salvaguardar a independência econômica da nação. Alves Branco, depois de citar o exemplo de vários países da Europa que se reerguiam e o dos Estados Unidos que prosperavam, graças a uma política protecionista, chamada a atenção para a precariedade de uma

³⁰⁹ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 130.

³¹⁰ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 263.

³¹¹ FILHO, João Pedro Veiga de. **Monografia sobre as tarifas aduaneiras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 105.

³¹² FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 36.

³¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 254.

economia baseada em produtos agrícolas e dependentes de mercado externo.³¹⁴

A discussão e a pressão do comércio importador contra a Tarifa mais protecionista eram enormes, chegando esta discussão ao Senado do Império. De acordo com Heitor Lima: “Entre os mais afetados por esta alta tarifária se encontravam os tecidos e as bebidas, que ficaram sujeitos a direitos de 50% e 60%, e que constituíam nossas maiores aquisições no exterior”.³¹⁵ Levando-se em conta que estas mercadorias eram produzidas no Império de forma generosa, assim, a Tarifa veio com o intuito de assegurar o mercado para os artigos produzidos no Império.

Confirma-se o conflito com a argumentação declarada pelo Ministro, quando preferiu constituir a Tarifa sobre preços fixos aproximados o mais possível do mercado. Permitindo que somente a algumas mercadorias desconhecidas fossem despachadas *ad valorem*. Consta no Relatório do M. da Fazenda: “Eu preferi estabelecer as quotas dos direitos em taxas fixas, calculadas sobre preços, também fixos, sobre o valor dos direitos na ocasião dos despachos das mercadorias”.³¹⁶

A posição defendida pelo Ministro seria o ponto relevante de muitas discórdias entre o comércio e a proteção à indústria fabril, defendida pela Tarifa de 1844. Mesmo porque a Tarifa das Alfândegas era a grande parte da renda do Império. Consta em Oliveira: “Sempre foi reconhecido que a renda mais fácil de ser obtida era a constituída pelos impostos das alfândegas, que cobriam cerca de 85% de nossas receitas globais”.³¹⁷ A discussão sobre a Tarifa das Alfândegas era um assunto primordial por ser o sustentáculo da economia do Império do Brasil, por esse motivo vê-se grandes debates entre os parlamentares a favor de um sistema mais protecionista ou do outro mais do livre câmbio.

Ao considerar a Tarifa como meio de renda para suprir as necessidades do Estado, a arguição apresentada pelo Ministro sustentava que haveria aumento da renda e não teria uma diminuição no consumo. Este argumento foi fundamental, tendo em vista que boa parte da renda do Império dependia da arrecadação das Alfândegas. No Senado, a discussão quanto ao tipo empregado *ad valorem* e taxas fixas para a tarifa vislumbrava um conflito entre Alves Branco e Bernardo Pereira de Vasconcellos.

³¹⁴LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 50.

³¹⁵LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 262.

³¹⁶BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda**. Manoel Alves Branco. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 36.

³¹⁷OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F &S Ed, 1992. p. 63.

Observa que o nobre ministro na sua pauta não quer senão que se deem direitos ad valorem, exclui a percepção dos direitos a peso, porque receia muito que os pobres, admitido esse sistema de percepção, venham a pagar a mais que lhe aconselha as simpatias que o nobre tem por eles. Eis aí pois uma pauta que torna tão poderosos os empregados da alfândega, que não simplifica a percepção da renda, que não fecha a porta a muitas das fraudes que um sistema diverso evitaria, e tudo por quê? Pela atenção particular, pela decidida proteção que o nobre ministro da fazenda vai prestar aos pobres, embora sofra o tesouro, embora os ricos venham a sofrer toda a dureza do seu coração. O senhor Ministro da Fazenda - Coitados!³¹⁸

A princípio a alteração entre o Ministro da Fazenda e senador Bernardo Pereira de Vasconcellos pôde, então, caracterizar a dificuldade encontrada dentro do Senado quanto à Tarifa de 1844 que possuía um viés mais protecionista. Além de demonstrar o nível de conflito que o Ministro da Fazenda enfrentou para alicerçar seu pensamento nesta casa. A defesa feita pelo Ministro quanto à Tarifa foi fundamental para convencer os parlamentares que a Tarifa protecionista era a mais viável para a manutenção e o custeio das contas públicas. Consta no Relatório do M. da Fazenda de 1845: “Considerada a tarifa como meio de renda, estou persuadido de que ela poderá satisfazer senão a todo, ao menos a maior parte do déficit do Estado, porque está calculada para produzir cerca de 18 000 contos por ano”.³¹⁹

No Conselho de Estado havia também discussão quanto a esta Tarifa como se pode ver na narrativa de Carvalho: “O visconde de Maranguape atacou o protecionismo da Tarifa de 1844 e as tentativas de industrialização forçada. Defendeu a liberdade de comércio como exigência dos princípios da economia política que considerava incontestável”.³²⁰ Importante fazer uma pequena biografia do Visconde Maranguape, de posição contrária à Tarifa de 1844, a esse respeito ver no Anexo.

Não houve na época uma posição política quanto ao incentivo à indústria fabril no Império, por este motivo as leis e os recursos incidiram prejudicando o bom andamento da indústria. Considerando que as Tarifas, meramente fiscais, proporcionavam ao Governo o engano de aventar que alcançaria maior ganho para o Tesouro, o Ministro Alves Branco referia que não conseguirá nesta Tarifa de 1844 o ganho máximo que poderiam alcançar para as indústrias fabris. Conforme afirma Holanda: “A nova pauta era pouco satisfatória, dando a entender que, em face das exigências do fisco, foi impossível ao Governo estabelecer taxas

³¹⁸ BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislatura. Sessão Legislativa Ordinária Sexta Legislatura. Livro 3.** Sessão de Maio de 1845. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845. p. 64-65.

³¹⁹ Ibid., p. 36.

³²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial.** São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 117.

que realmente amparasse a produção brasileira”.³²¹ Da mesma forma, a ponderação sobre a Tarifa de 1844 ser moderada e não tão protecionista como defende List.

Mesmo assim, a reforma tarifária de 1844 propiciou um clima mais favorável para os investimentos industriais de maior porte, refletindo um interesse consciente dos homens de Estado, ligados aos grandes plantadores, em estimular as atividades manufatureiras no momento necessário de reorganização da produção escravista-mercantil. Tratava-se também de dosar aquele estímulo para que o crescimento das atividades industriais não ultrapasse os limites estabelecidos pelos plantadores, não ameaçando o seu poderio e a sua opulência, e não foi mera coincidência que a importação estrangeira ficasse em geral tributada em apenas 30% ad valorem.³²²

Mediante esta afirmação do autor, pode-se verificar uma atuação política moderada do protecionismo executado na Tarifa das Alfândegas de 1844, a fim de evitar um desenvolvimento acentuado por parte da indústria fabril. As limitações são expostas pelo próprio Ministro da Fazenda quando argumenta sobre a elaboração da Tarifa.

Considerada a tarifa pelo lado da proteção dada ao trabalho e capitais empregados dentro do país, devo confessar, que ela é pouco satisfatória, não porque me faltasse vontade para isso preparada, mas porque não tive nem o tempo, nem os meios indispensáveis para esse trabalho. Não deixemos mais o nosso futuro entregue a tarifas meramente fiscais, como essa, que felizmente acabou em novembro do ano passado, que nos embalando continuamente com o engodo de prover o tesouro de recursos e dar aos particulares a facilidade de vender caro e comprar barato, acabou em resultado inteiramente contrário.³²³

Com relação ao ganho máximo que as indústrias fabris poderiam alcançar nesta Tarifa, em sua análise Buescu (1984) afirma que, de certa forma, existia uma ingenuidade por parte do Ministro, quanto aos fatores que poderiam influenciar no desenvolvimento da indústria fabril. Buescu: “Era esquecer a existência de muitos outros fatores negativos para a implantação da indústria: falta de capitais, presença da escravidão, falta de condições tecnológicas, inexistência de infraestrutura de transporte, comércio e bancos, etc.”.³²⁴ E ainda, acrescentaria uma questão, a falta de proposta mais protecionista por parte do Governo, e até do próprio Ministro, como a geradora do movimento de proteção à indústria.

Levando-se em conta as argumentações de List (1986), essas condições para a indústria eram essenciais para gerar a composição do espaço para a germinação e frutificação da indústria e a sua permanência dentro do Império (List, 1986). Neste momento, a Tarifa demarcava um espaço e reivindicava as necessidades que as indústrias fabris tinham, de obter

³²¹HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 46.

³²²SOARES, Luís Carlos. **A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880**. 1980. 415 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1980. p. 126.

³²³BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 37.

³²⁴BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 103.

alguma poio por parte do governo. Esta tarefa que o Ministro da Fazenda se incumbiu ocasionou uma discussão interessante por parte dos opositores do sistema protecionista ao se manifestarem de forma precisa.

De forma objetiva, os Tratados celebrados com a Inglaterra, impostos ao Império, provocaram um freio ao crescimento das indústrias existentes no país, que tinham florescido com o auxílio dos alvarás anteriores. Por este motivo, a importância da Tarifa mais protecionista de 1844, defendida e elaborada pelo Ministro, exposta no discurso na Câmara dos Deputados.

Sim, senhores, com uma tarifa meramente fiscal e que não poderíamos fazer variar em consequência de tratados, fomos forçados a tirar de empréstimos nestes últimos 34 anos enormes quantias. Com uma tarifa meramente fiscal como tivemos, e que nada protegia, malograram-se no país muitas tentativas de manufaturas, foi nos impossível, empregar o trabalho livre, e inteligente, e nós entregamos e todo o trabalho escravo, que agora mesmo principia a faltar-nos. Com uma tarifa meramente fiscal temos visto alguns de nossos gêneros sem mercado externo outros ameaçados de os perder pela concorrência de trabalhadores, cujo jornal não passa de 60 réis diários, finalmente todos sofrem baixa gradual em seus preços.³²⁵

De fato, a Tarifa protetora geraria amparo para o desenvolvimento da Indústria, a partir do florescimento dessa. Além disso, propiciaria um incremento de instrumentos para a própria indústria fabril. Portanto a dependência da economia com relação à agricultura seria abrandada. Quanto à dependência da agricultura, segundo List: “Um Estado meramente agrícola será, do ponto de vista econômico e político, sempre dependente dos países estrangeiros que recebem seus produtos agrícolas em troca de bens manufaturados”.³²⁶ Sinaliza, também, que uma nação dependente do mercado externo pode trazer sobre si uma dependência tanto política quanto econômica que poderia ocasionar pressão externa tão forte que chegaria ao ponto de determinar o que seria produzido e em qual quantidade - seria um tipo de subserviência.³²⁷

Pode-se observar no período a atuação da Inglaterra na política econômica mundial e nas várias tentativas de ingerência no Império do Brasil a partir de Tratados, leis e até mesmo pela influência do comércio importador e das Associações Comerciais junto ao Parlamento e ao Governo. A Inglaterra nem sempre foi a favor do livre câmbio.

Do século XVI a meados do século XVIII predominou a suposição geral de que o governo tinha um papel necessário de procurar minorar os problemas que afligiam a economia, interferindo nos mecanismos naturais do mercado(...). O maior estímulo à legislação foi “...a tentativa de defesa contra as incertezas do deslocamento

³²⁵BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco.** Volume 3 Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1845. p. 37.

³²⁶LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 126.

³²⁷Ibid., 1986.

econômico”. (...). Subjacente a grande parte da legislação estava um grande medo do desemprego, particularmente nos distritos têxteis, com seus problemas políticos correlatos.³²⁸

A partir de 1820, houve uma mudança na atuação da Inglaterra em seu imperialismo quanto à política econômica, a favor do livre câmbio de acordo com o pensamento de Smith e Ricardo por entenderem que seria uma alternativa a política econômica do mercantilismo.³²⁹ Nesta época a Inglaterra inicia sua gerência livre cambista para si e mais tarde para as nações que estariam sob sua tutela. Devido a este fato, é vista no Império do Brasil esta disputa quanto ao sistema do livre câmbio nas mentes dos políticos e do próprio governo.

No tocante a proposta protecionista da Tarifa de 1844, seria uma relação mais cordial entre a agricultura e a indústria fabril, com a intenção de inibir o controle da agricultura sobre a economia. Esta mesma argumentação foi utilizada pela seção da indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nos anos 1870 e pela Associação Industrial do Rio de Janeiro nos anos oitenta, do século XIX. Seria mais apropriada uma relação de cooperação entre a agricultura e a indústria fabril, na qual a indústria teria seu espaço definido e delineado, ao ponto de confirmar seus interesses e lutar por seus ideários.

Para a literatura havia no Império uma relação de confronto entre a agricultura e a indústria fabril, no entanto, mediante esta ponderação fica evidenciado que não houve qualquer menção de discórdia entre as partes. O confronto de acordo com a documentação das Revisões Tarifárias das Alfândegas do Segundo Reinado se estabelece entre o comércio e a indústria por serem oponentes, ao reivindicarem nas Tarifas das Alfândegas o sistema protecionismo ou livre câmbio que mais se adequasse as suas necessidades.

Em todas as Tarifas se estabelece o conflito, independente das décadas tratadas, como poderá ser visto no capítulo quatro em que a seção da agricultura terá uma atuação como árbitra entre o conflito das duas seções dentro da SAIN. Com o emprego da teoria de List na elaboração da Tarifa, fica difícil cogitar algum embate entre a agricultura e a indústria, já que a parceria entre a agricultura e a indústria seria uma das sugestões de List. A relevância da discussão sobre a Tarifa de 1844 se abriga no fato de ter sido a primeira Tarifa mais protecionista do Império e ter lançado as bases do pensamento protecionista que viria influenciar a futura Associação Industrial do Rio de Janeiro. Citar List na revisão de 1844.

A Tarifa de 1844 se inspira na obra de List: “Sistema Nacional de Economia Política” quanto à parceria das duas atividades econômica, agricultura e indústria fabril, e seu papel de

³²⁸MATHIAS, P. **The first industrial revolution: an economic history of Britain, 1700-1914**. Nova York: Chales Scribner's sons, 1969. p. 83.

³²⁹INSTITUTE FOR CONTEMPORARY STUDEIS. **Tarifas Quotas e Comércio: A política do protecionismo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

promotores do desenvolvimento da nação mediante uma ação conjunta onde uma resguarda a outra em suas deficiências. Conforme List: “A divisão mais importante de ocupações, e a cooperação mais importante das duas forças produtivas na produção material é a da agricultura e da manufatura. As duas são interdependentes como tivemos ocasião de provar”.

330

Uma tarifa protetora cujo termo médio dos direitos não passasse de 30%, teria dado de sobra aos cofres públicos nos 34 anos passados depois do tratado de 1810, para ocorrer a todas as nossas despesas, talvez sem empréstimos, ou com muito poucos. Uma tarifa protetora, que lhes dessa suficiente garantia, teria trazido ao nosso país muitos capitais, muitos braços industriais, que teriam criado pouco a pouco algumas manufaturas, as quais, desenvolvidas em tão longo período, estariam hoje amplamente aperfeiçoadas ricas e poderosas. Esta indústria forneceria a nossa agricultura de todas ou da maior parte de seus misteres, e seria o seu grande mercado, ligando os cidadãos pelos vínculos do interesse recíproco, e abrigando-se mutuamente dessas crises terríveis por que passam periodicamente as nações que fiam tudo os mercados externos. De certo este sistema não nos teria legado o cento e cinquenta mil contos de dívida; a ruína do nosso meio circulante; a bancarrota parcial, e finalmente o desfalecimento de nossa lavoura, dadas as mesmas circunstâncias, porque temos passado.³³¹

Como afirma na obra “A Construção Inacabada” Oliveira: “Nossos gêneros sem mercados externos, sofrendo de baixa gradual em seus preços e comparava o Brasil à Polônia, inteiramente dedicada aos trabalhos de sua agricultura viu-se arruinada”.³³² Em seu Relatório, o Ministro defendeu, de maneira objetiva, o pensamento de parceria da agricultura e da indústria como uma atividade complementar à economia do Império que geraria renda e maior liberdade para o desenvolvimento do país, sem dependência econômica com relação aos países industrializados.

Verifica-se, então, de onde surgiu a ideia da Associação Industrial do Rio de Janeiro nos anos de 1880, de almejar ter uma relação cortês entre estas duas atividades econômicas. Esta seria a primeira entidade representativa da indústria fabril no Império a difundir o argumento a favor da relação amistosa entre a agricultura e a indústria, objetivando, assim, o desenvolvimento econômico equilibrado do Império segundo o pensamento protecionista de List.

Por esse motivo, a Tarifa de 1844 será discutida e exposta nesta tese, a fim de delinear em que modelo a Associação Industrial do Rio de Janeiro pôde se espelhar mais adiante, na década de oitenta do século XIX. A justificativa demandada a favor da Tarifa de 1844

³³⁰ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 113.

³³¹ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 37-38.

³³² OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 141.

suscitava a necessidade de proteção à indústria. A utilização dos exemplos das demais nações e de suas tarifas protetoras era seguida para respaldar sua empreitada de defesa que fizera da Tarifa das Alfândegas de 1844. Os países apresentados pelo Ministro Manoel Alves Branco, seriam: a Polônia, Estados Unidos da América, Portugal, a Zolverein, a Rússia, a Áustria, a França e a Inglaterra.

A Tarifa protetora dos interesses, e direitos de cada povo! Eis aqui o grito geral das nações na época atual eis aqui a lei que elas proclamam de vida, paz e prosperidade. E na verdade, senhores, a Polônia aniquilada levantou-se por meio da sua tarifa protetora. Os Estados Unidos acham na sua nova Tarifa recursos para seu tesouro vazio; alta para seu crédito, animação para, sua indústria e comércio. E Portugal (quem diria) atribulado pelas quais graves agitações internas, achou em sua tarifa protetora o meio, de fazer com que suas fábricas de fiação e tecidos de algodão distribuíssem ultimamente em dividendos a primeira 13 4/5 e a segunda 19 3/5. A Rússia, a Áustria, a Zolverein e outros povos da Europa, que puseram suas esperanças nas suas tarifas protetoras. E finalmente as tais tarifas deveu em todo o tempo a França e principalmente a Inglaterra a sua opulência e riqueza.³³³

O alicerce do pensamento protecionista no Império se estabeleceu em parte, baseado nas experiências destes países, que alcançaram êxito no setor econômico, tais como: a França, a Zolverein, os Estados Unidos da América e a Inglaterra. Principalmente, na experiência de dois países, em especial, o caso da Zolverein, no qual a questão da união aduaneira seria um exemplo de que forma uma tarifa poderia gerar riqueza e trazer benefícios para a população. E, também, os Estados Unidos da América, que por utilizarem uma tarifa protecionista foram, em nosso continente, um exemplo de um país livre e de uma economia em crescimento.

Sem falar no arcabouço teórico de Georg F. List, fundamento para as argumentações do Ministro da Fazenda Alves Branco durante toda a sua explanação neste discurso junto à Câmara dos Deputados. Poderá ser observado que ao longo das demais Tarifas das Alfândegas apresentadas nesta tese, um fato de destaque dado às experiências internacionais e como serão aproveitadas como parâmetro para se pensar e discutir a realidade do Império quanto as Tarifas Alfandegárias.

No decorrer deste capítulo, será analisado o discurso do Ministro Alves Branco na Câmara dos Deputados, proferido em 1845, a fim de respaldar as questões levantadas nos anos setenta, pela seção da indústria fabril na SAIN e nos anos oitenta pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. O intuito da indústria fabril nos anos quarenta seria desenvolver uma parceria com a lavoura para impedir uma dependência econômica de um só produto, podendo evitar um controle externo na economia do Império, como já foi explicitado por List (1986) em sua obra “Sistema Nacional de Economia Política”. Ao longo do trabalho se verá

³³³BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 38.

insistência da indústria fabril quanto à proteção do mercado interno para as mercadorias produzidas no Império. A prioridade seria o incremento do mercado interno para as indústrias fabris e para a agricultura interna.

Senhores, temos já sobra de experiência para conhecermos que nenhuma nação deve fundar exclusivamente todas as suas esperanças na lavoura, na produção da matéria bruta, nos mercados estrangeiros. Um povo nestas circunstancias está sempre a mercê de qualquer eventualidade, como guerras, descobrimentos em diversas partes do mundo dos objetos de sua produção, ou de novas substâncias que as substituam. Um povo sem manufatura fica sempre na dependência dos outros povos, por conseguinte nem pode fazer transações vantajosas, nem avançar um só passo na carreira da sua riqueza. A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros só devem ser considerados como auxiliares para uma e outra, e jamais como principais. Eis que o que nos ditos os fatos de todos os tempos; eis que o que nos ensina a nossa própria experiência.³³⁴

Contudo, a argumentação em prol do pensamento protecionista teria que ser definitiva, porque a ideia do livre câmbio estava no cerne das Câmaras. Conforme o Ministro afirmava, haveria um conflito por parte dos simpatizantes desta doutrina, pois ao se remeterem a importância do mercado interno para o Império poderia haver uma ação contrária por parte dos adeptos do sistema do livre câmbio. No entanto, a tese levantada pelo Ministro, procede, pelo fato do Senado estar em plena articulação a favor do pensamento do livre câmbio.

Cabe registrar que em Anais do Senado do Império do Brasil, no ano de 1845, houve mais uma peleja, agora entre Alves Branco, Bernardo Pereira de Vasconcellos e Joaquim José Rodrigues Torres quando discutiam a pauta da Tarifa e as possíveis mudanças propostas pelo senador Vasconcellos que foi apoiado por Torres. Consta em Luz: “No momento, isto é, nos meados do século XIX, a oposição à política de amparo às indústrias revelava-se particularmente forte com relação à isenção de direitos aduaneiros concedidas às matérias primas”.³³⁵ Por sua vez, quando o Ministro Alves Branco reconheceu os erros da pauta e a necessidade de modificá-la, aponta-se a discussão no Senado quanto à Tarifa e os expoentes que se adequam ao sistema protecionista e do livre câmbio.

O orador entra numa longa enumeração dos defeitos que, no seu entender, se podem notar na pauta da alfândega, mostrando que há artigos que foram muito sobrecarregados, em detrimento da indústria nacional, e outros nimamente favorecidos, e conclui persuadido de que, pelo que tem dito, se vê a necessidade de dar alguma atenção a indústria fabril, em cujo sentido convém que o nobre ministro trate de modificar a sua pauta. São apoiadas as seguintes emendas: “O café despulpado não pagará no ato da exportação maior direito do que o café de primeira sorte. O açúcar refinado não pagará direito do que o açúcar redondo. As manufaturas

³³⁴BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 38.

³³⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930.** 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 27.

das fábricas nacionais não pagarão direitos de exportação. Fica extinto o imposto do dízimo nos gêneros que se exportam de umas para outras províncias. As solas nacionais pagarão na exportação os mesmos direitos que os couros. Vasconcellos. O s.r. Rodrigues Torres discorre no mesmo sentido em que o fez o Sr Vasconcellos sobre a matéria das emendas, pelas quais vota. Alves Branco (ministro da fazenda). Quanto a pauta, visto haver um artigo especial em que se trata de continuar ao governo a autorização para modifica-la, para ele se deve guardar toda a discussão a tal respeito. Não tem a presunção de supor que a pauta está isenta de defeitos, e é mesmo para os corrigir que se pede autorização; entretanto não são tantos como o nobre senador supõe. Nem exato que se repelisse o conselho de estado de fazer. A pauta estava na comissão de fazenda a quem se tratava de consultar sobre o objeto quando o orador entrou para o ministério.³³⁶

Apesar de extensa, essa citação se faz necessária, pois a discussão quanto à tarifa entre os senadores aqui exposta, identifica os políticos a favor da proteção à indústria, como Ministro Alves Branco e os que aspiram lutar pelo sistema do livre câmbio no Império, como Bernardo Pereira de Vasconcellos e Joaquim José Rodrigues Torres. Os últimos apreendiam que o sistema do livre câmbio seria o mais rendoso para a economia do Império.

A reflexão de Lima, é apropriada quando afirma: “A pressão do comércio importador, quase que exclusivamente exercido por estrangeiros começou a se intensificar contra a Tarifa Alves Branco, sendo por isso, já em 1849, nomeada uma comissão para rever a tarifa”.³³⁷ A indústria fabril possuía vários adversários - o comércio importador e sua ação política, os parlamentares que aderiam as ideias do sistema do livre câmbio, a falta de estrutura de transporte, e a falta de mão de obra qualificada entre outras. Estes adversários e suas ideias proporcionaram um conflito significativo dentro do Legislativo, ocasionando inúmeras dificuldades para o florescimento da indústria fabril no Império.

Consta em Stein: “A história das nações industriais, afirmava, ensinava que elas só haviam abandonado o sistema protecionista quando a indústria doméstica estava já em condições de resistir à concorrência das nações mais desenvolvidas”.³³⁸ A discussão entre a indústria fabril e o comércio importador estará presente em toda a tese sinalizando o conflito entre os sistemas econômicos e a posição do Legislativo em mesclar os dois sistemas na tentativa de oferecer um novo rumo ao Império.³³⁹

Há de se averiguar que a escola do livre câmbio se firmou no país através dos Tratados ora alegados e da divulgação das ideias de Adam Smith, por conta do espaço alcançado pelo

³³⁶BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária Sexta Legislatura. Livro 3.** Sessão de Maio de 1845. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845. p. 430.

³³⁷LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 264.

³³⁸STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 30.

³³⁹OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

Visconde de Cairu, como já citado na parte inicial deste capítulo. Heitor Lima (1970) destaca que o comércio importador seria prejudicado pela Tarifa de 1844, e por esse motivo haveria um confronto entre a indústria fabril e o comércio. Consta em Heitor Lima: “Os tecidos e as bebidas, que ficaram sujeitos a direitos de 50% e 60% como era de se esperar, essa Tarifa de 1844 provocou persistentes protestos do comércio importador, quase que inteiramente explorado por estrangeiros”.³⁴⁰

Cabe notar, que a proposta feita pelo Ministro ao Parlamento sugeria que deveria haver um longo processo de estruturação da indústria fabril no Império, propiciando inúmeras condições para o seu desenvolvimento, tais como: aperfeiçoamento da tarifa ao longo de sua execução, comunicação, transporte e instrução profissional. E sinalizava ainda que o Governo e as Câmaras deveriam estar atentos às necessidades da Indústria fabril.

Não se creia, porém, que eu pretendo que o Brasil se faça manufatureiro de um dia, ou mesmo de um ano para outro, e menos que ele fabrique todos os objetos de seu consumo, cortando inteiramente as relações comerciais que temos com outras nações. Não, que isso seria impossível e insensato. A par do desejo que tenho de que essas relações cresçam e se estreitem construa eu nada, mais pretendo a respeito da indústria, senão que o Brasil entre pouco a pouco nessa carreira, e a siga com perseverança, para que um dia nos possamos ver nas circunstâncias de nos provermos pelo trabalho próprio de todo o necessário e cômodo, em quaisquer eventualidades de paz ou de guerra. Para isso nada mais julgo por ora preciso senão que a Tarifa seja um dos objetos de maior desvelo do Governo e das Câmaras nos seus trabalhos anuais; que o Governo esteja sempre autorizado para proteger os Capitais nacionais e estrangeiros que queiram empregar-se dentro do país em manufaturas, para que tenhamos matéria prima em abundância, e de boa qualidade, impondo nas estrangeiras de idêntica natureza direitos que contrabalcem as vantagens que elas tiverem sobre os nossos, em consequência da barateza de capitais, e salários, de que gozem em seu país.³⁴¹

Tal medida apresentada na Tarifa protecionista tinha por objetivo levar o país a sair gradualmente do sistema do livre câmbio para o protecionismo, de forma a não prejudicar a indústria existente, tendo o apoio da Câmara e do Governo. De acordo com Oliveira: “Pelo lado da proteção dada ao trabalho e capitais empregados dentro do país é pela pouca satisfatória, propondo, todavia, que não mais se deixasse o país, como até 1843, entregue a tarifas meramente fiscais”.³⁴²

O discurso do Ministro definiu sua posição ao advertir os parlamentares, no sentido de terem uma participação mais ativa, no intuito de proteger a indústria fabril e os capitais empregados, através da autorização que deveria ser dada ao Governo com a finalidade de

³⁴⁰ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 262-263.

³⁴¹ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda**. Manoel Alves Branco. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 39.

³⁴² OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 141.

exercerem esta prerrogativa. Conforme Holanda: “Partidário eloquente do protecionismo, o qual já se manifestara em reuniões do Conselho de Estado, Alves Branco considerava a tarifa ainda pouco satisfatória porque lhe havia faltado tempo e meios para melhor obra”.³⁴³ A tarifa protecionista existe para fomentar a indústria. De acordo com List: “As medidas protecionistas só se justificam com o intuito de fomentar a força manufatureira interna, e somente no caso de nações que, por possuírem território extenso e uniforme”.³⁴⁴

Sendo assim, as mudanças providenciadas no Regulamento de 12 de agosto de 1844 foram as seguintes: a entrada de mercadorias nos portos, trânsitos das mercadorias no Império, reexportação ou baldeação para fora do Império e armazenagem de mercadorias. Consta no Relatório do M. da Fazenda: “Os gêneros reexportados, ou baldeados para fora do Império eram sujeitos a pagar 16 ½ por cento se tinham o destino da Costa da África, e 3 ½ por cento se o tinham para qualquer outra parte do mundo”.³⁴⁵

Em suma, a intenção quanto à redução dos direitos de baldeação e reexportação era favorecer e estimular o comércio interno do Império e abolir as desigualdades entre as nações quanto ao transporte de mercadorias. Consta no Relatório do M. da Fazenda: “Nada perderia o Tesouro, ou se perdesse seria essa perda compensada pelo aumento da armazenagem, e comércio interno”.³⁴⁶ A armazenagem adicional e o expediente foram modificados pelo Ministro, que apreendia que seria necessário não agravar mais o comércio interior. De acordo com o Relatório do M. da Fazenda: “A carta de guia para as províncias marítimas do Império, além de envolver uma desigualdade odiosa, porque se pagava somente nas províncias marítimas, era incompatível com a necessidade”.³⁴⁷

Observa-se assim em Homero Baptista, quanto à Tarifa de 1844, um novo estado na evolução da política aduaneira no país. O objetivo desta tarifa não era só assegurar renda para o Governo, mas também tinha o intuito de dar incremento às indústrias no Império. Compreendendo 2.416 artigos, a nova pauta alfandegária elevou ao dobro, isto é, 30% os direitos de 2.243 artigos, criando outras taxas superiores, de 40 a 60%. A mutação era completa e tomava proporções mais sensíveis com a grande diferença entre as novas taxas e as da pauta anterior. Conforme Baptista: “Se aproximava das tarifas da Bélgica, e Holanda

³⁴³ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 85.

³⁴⁴ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 207.

³⁴⁵ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 39.

³⁴⁶ Ibid., p. 40.

³⁴⁷ Ibid., p. 40.

com taxas, então, de 30 e 35% na média, ficando baixo das que vigoravam na Alemanha que era de 40%, na Prússia 45%, na Itália de 41% e na França de 43%, nos Estados Unidos 50%”.³⁴⁸

A Tarifa de 1844 não teve longa duração sem ser alterada, mesmo porque a pressão dos comerciantes importadores e do próprio Senado e suas articulações favoreceram a isso. Mesmo havendo um extenso procedimento de adiamento, para se evitar mudanças no texto original, várias modificações ocorreram, antes da revisão da tarifa.

Através da Lei nº 369 no Artigo 29, de 18 de setembro de 1845, o Governo foi autorizado a alterar a tarifa até que fosse definitivamente aprovada por lei. Essa resolução, porém, não foi executada pelo decreto nº 551, de 7 de fevereiro de 1848, o prazo para o início da cobrança dos direitos diferenciais foi prorrogado para 1º de janeiro de 1849, e depois pelo decreto nº 557, de 1º de outubro de 1850. Pela lei de nº 514, de 28 de 1848, que fixou a despesas e orçou a receita, elevaram-se a 80% os direitos sobre roupas, calçados e obras de marcenaria vindas do estrangeiro.³⁴⁹

Ademais, retornando à situação do momento, é possível perceber durante o período regencial o surgimento de dois partidos, com bandeiras, a princípio, diferenciadas: com demandas que alicerçam dois tipos diferentes de grupos com reivindicações aparentemente distintas.

Os liberais eram federalistas favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do poder Moderador e do Conselho de Estado, opunha-se a vitaliciedade do Senado e a intromissão do governo na economia, eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Os conservadores defendiam a posição oposta: a centralização, o Poder Moderador. O Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, a religião católica como religião de Estado e o princípio de que o rei reina e governa.³⁵⁰

Quanto aos partidos políticos, o conservador e o liberal apresentavam propostas diversas para governar o país. Os liberais possuíam uma proposta que julgavam mais adequadas. De acordo com Costa: “Federalistas, favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do poder Moderador e do Conselho de Estado, opunham-se a vitaliciedade do Senado e intromissão do governo na economia e eram favoráveis ao comércio livre a liberdade de expressão”.³⁵¹

³⁴⁸BAPTISTA, Homero. **A Receita geral de 1913**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1913. p. 51.

³⁴⁹FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

³⁵⁰COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 151.

³⁵¹Ibid., p. 159.

Já o partido conservador era o oposto do partido liberal. Os conservadores desejam a centralização política, o poder Moderador, o Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, a religião católica e o princípio de que o rei reina e governa. Contudo, nos anos de 1840 a 1848 e principalmente no ano de 1844, estes partidos tendiam a estar em gabinetes juntos o que ocasionava inúmeros conflitos e por conta disso, um convívio de pouca duração, dificultando assim a atuação dos gabinetes. Durante as discussões no Parlamento pode-se identificar os políticos que tendiam a serem mais conservadores e/ou mais liberais, dependendo da posição que cada um exercia no momento do embate.

A favor desta alteração da Tarifa de 1844, o senador Hollanda Cavalcanti entendia que não seria necessário proteger a indústria fabril para poder gerar o seu desenvolvimento. A esse respeito, ele discorre em Anais do Senado de 1850: “Eu não concedi privilégios a ninguém quando fui ministro e a indústria não se apoquentou, ela marchou. Ela prosperou”.³⁵² Consta em anexo as biografias de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque e de ainda outro político que discutia a questão do sistema a ser adotado pelo Império Manuel Felizardo de Souza e Mello. Existia uma discussão interessante entre Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque e Manuel Felizardo de Souza e Mello, Ministro da Guerra, quanto à necessidade ou não de defender a indústria fabril no Império.

O Sr. Hollanda Cavalcanti: Melhorasse as tarifas, mas acabasse com o monopólio já. O Sr Ministro da Guerra - Antes desse melhoramento perder-se-iam muitos capitais que se acham fixados nessas indústrias. O Sr Hollanda Cavalcanti- Quem os mandou meter nisso? Para explorar erros do Governo! O Sr Ministro da Guerra- Entraram nessas empresas, confiados na legislação existente. Mas tudo se pode remediar com a emenda do nobre senador ampliada como deseja o nobre Ministro da Fazenda.³⁵³

Esta peleja marca mais uma vez o conflito no Senado, com senadores que exerceram cargo ligado ao Ministério da Fazenda. Estavam no embate defendendo suas posições e demarcando seu espaço dentro do Senado. Importante perceber que, quando esses senadores discutem a Tarifa, em verdade estão discutindo o orçamento do Império, porque de 60% a 85% da receita do Império advém da Tarifa das Alfândegas. Era de suma relevância este assunto dentro do Senado e da Câmara dos Deputados. Por esse motivo o Ministro da Fazenda pronunciou seu discurso em 1845, a favor da Tarifa de 1844.

Já em 1849, foi alcançado o desígnio de realizar mais uma alteração; desta vez, uma Revisão completa da Tarifa. Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro da Fazenda nomeou

³⁵² BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Extraordinária oitava Legislatura. Livro 2.** Sessão abril de 1850. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1850. p. 518.

³⁵³ Ibid., p. 520-522.

uma Comissão para a elaboração de um novo Projeto de Tarifa. O presidente da Comissão revisora foi Ângelo Muniz da Silva Ferraz. O Relatório desta Comissão ficou pronto em 1853.

O Ministro da Fazenda Rodrigues Torres analisa o trabalho da nova Comissão e seus basilares principais e discorre sobre questões de alguns artigos: vinhos, o carvão de pedra, o sal, a carne salgada, a farinha de trigo, panos, chá, cartas de jogar e peixe. São mercadorias que ao longo da Revisão de 1844 serão discutidas.

A Comissão propõe no seu projeto que sejam igualados dos direitos sobre todos os vinhos secos qualquer que seja a procedência. Esta é talvez a questão mais difícil e complicada, que tem de suscitar a discussão da nova tarifa. [...] propõe também a Comissão que se isentem de direitos não só o carvão de pedra e o sal, mas ainda certos artigos, que podem servir de matéria prima a indústria nacional. [...] Assim, em vez de 15% importaria somente 10% sobre o peixe e carne salgada 15 em lugar 20% sobre a farinha de trigo, as baetas e panos grossos e reduziria a 25 ou 30% os direitos do chá estrangeiro. As cartas de jogar pagam atualmente 100 réis de direitos sobre cada baralho que junto a 160 réis de selo elavam o imposto a 260 réis. Assim que o contrário desta mercadoria tem avultado consideravelmente sem embargo de todas as medidas empregadas para embarcá-la.³⁵⁴

A Comissão revisora garante que seria cuidadosa em reduzir as taxas dos direitos sobre os artigos por reconhecerem que a renda máxima do Império provinha das Alfândegas. Consta em Fontoura, “A redução do imposto provoca aumento do consumo; donde resulta um crescimento de receita que, senão logo, dentro de um prazo, mais ou menos longo, compensa o desfalque produzido pela diminuição da taxa do imposto”.³⁵⁵

2.4- A Revisão da Tarifa de 1844 e a luta entre o comércio e a indústria fabril.

2.4.1- A Revisão da Tarifa de 1844 e suas principais ponderações.

No que tange a Tarifa das Alfândegas, no ano de 1841 cabe registrar que na gestão do então Ministro da Fazenda Miguel Calmon Du Pin e Almeida foi autorizado o governo a cobrir as despesas do orçamento com a Tarifa das Alfândegas de 1844 com uma porcentagem de 2% a 60% de taxação sobre os produtos importados para o Império. Segundo Holanda: “Por decreto de 12 de agosto de 1844, nova tarifa para as Alfândegas do Brasil, a que ficou desde então ligada o nome de Alves Branco, que pela terceira vez se encontrava à frente da pasta da Fazenda”.³⁵⁶

Em 1844, Manoel Alves Branco preparava e executava a Tarifa das Alfândegas que tinha dois desígnios: a obtenção de renda para o império e a proteção para a indústria fabril no Império. Essa Tarifa provocou diversos problemas junto ao fisco e ao comércio, ocasionando conflito com a indústria fabril. A Tarifa entrou em vigor em 11 de novembro de 1844 com a

³⁵⁴ FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 44-45.

³⁵⁵ Ibid., 1889.

³⁵⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 85.

razão de 30% os direitos da maioria dos produtos e com superiores, que se estendiam de 40% a 60%, para os artigos estrangeiros que também eram fabricados no Império.³⁵⁷ Segundo Oliveira: “O primeiro objeto da tarifa é preencher o déficit em que há anos labora o país, mas apesar disso, seria impossível ocultar, por outro lado, o sentido protecionista que nela quis imprimir”.³⁵⁸

Essa foi a primeira Tarifa que tinha pretensão de proteger a indústria fabril nacional contra os produtos estrangeiros. Passados três anos iniciava-se a reforma da Tarifa das Alfândegas de 1844, quando foram discutidos os pilares da Revisão, havendo embate entre o fisco, o comércio e a indústria fabril. Nesta revisão, ocorreu o embate entre o pensamento protecionista defendido pelo Ministro Alves Branco e o sistema livre de câmbio, defendido pela comissão revisora.

Discute-se esta Tarifa com a pretensão de definir as posições dos atores políticos a favor da indústria fabril e os que tomavam posicionamento contrário. A origem do pensamento protecionista é instaurada e defendida pela primeira vez na década de quarenta e será a bandeira e a proposta política da Associação Industrial do Rio de Janeiro nos anos setenta e oitenta do século XIX. A justificativa de se tratar da Tarifa das Alfândegas de 1844 se alicerça na experiência da Alves Branco quanto sua elaboração, utilizando-a como base para se pensar a proteção da indústria fabril no Segundo Reinado.

Com a proposta elaborada pelo Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco vai-se construindo uma atuação mais protecionista no Império com um viés de Partido. O espaço político conseguido com a Tarifa das Alfândegas propiciara uma inclusão da indústria fabril dentro do grupo dominante no espaço público, pois nessa ocasião a reivindicação seria um confronto entre os grupos do poder e o grupo de intelectual que tenta se inserir no âmbito econômico e político no Império.

Ao longo das Revisões Tarifárias percebe-se a atuação da indústria fabril em se constituir como uma classe e uma instituição, a Associação Industrial do Rio de Janeiro - primeira entidade que defendia a indústria com um projeto político e econômico baseado no protecionismo. Por outro viés, com o fim do Tratado, o governo tinha interesse em produzir

³⁵⁷ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

³⁵⁸ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F &S Ed., 1992. p. 65.

no Império as mercadorias que comprava da Inglaterra, já apreendendo que poderia haver represálias por conta dessa ruptura.³⁵⁹

Efetivamente, a Tarifa Alves Branco deixa explícito a falta de interesse do Império em renovar os acordos e tratados de 1826 e 1827 com a Inglaterra. O resultado decorrente da posição do Brasil foi que em agosto de 1845 o Parlamento de Londres aprovou a Bill Aberdeen que autorizava a esquadra londrina a abordar os navios brasileiros envolvidos com tráfico de escravos a serem julgados nos tribunais do Almirantado britânico.

Governo brasileiro por não renovar o tratado que expirara e em meio de coagir o Brasil a aceitar a pesquisa de indícios. O governo inglês era autorizado a mandar proceder pelo alto tribunal do almirantado, e por qualquer tribunal de vice-almirantado, ao julgamento e adjudicação embarcações negreiras que trouxessem o pavilhão brasileiro capturadas em todos os mares pelos navios de Sua majestade Britânica.³⁶⁰

De acordo com o Tratado de 1810, a Inglaterra estabelece no artigo 10º restrição ao comércio português de escravos.³⁶¹ Conforme Heitor Lima: “o tráfico então se tornou uma questão diplomática litigiosa e mais difícil de ser exercido. A vigilância da Inglaterra recrudescceu, transformando-se mesmo em imposições, violações de direito e abuso de força sobre os navios e nossos portos”.³⁶² Diferentemente do esperado, o uso da força por parte da Inglaterra contra os navios que faziam o transporte de escravos intensificou o tráfico. Com o risco do transporte, devido à vigilância inglesa, o valor do escravo aumentou, gerando assim maior rentabilidade.

Em referência à Tarifa de 1844 e suas pretensões, já abordadas no item anterior, cabe enfatizar a discussão existente no documento sobre a Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império de 1844. É composta de 634 páginas que delineiam o conflito entre a indústria fabril e o comércio, demonstrando uma reação contra a Tarifa de 1844, mais protecionista. Esta revisão tinha como propósito a modificação da Tarifa de 1844 ao estilo do sistema do livre câmbio. A indústria fabril defendia o sistema protecionista que objetivava proteger os produtos nacionais, como expresso na Tarifa de 1844. Já o comércio preferia o sistema do livre câmbio, argumentando que com este sistema os comerciantes nacionais e internacionais seriam favorecidos. A elaboração da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império de 1844 foi iniciada no ano de 1849 e concluída no ano de 1853. O confronto dos dois sistemas dentro da

³⁵⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

³⁶⁰ BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do povo no complexo cafeeiro aspectos políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1978. p. 13.

³⁶¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Ática, 1988.

³⁶² LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 236.

Revisão continuou durante todo o Segundo Reinado. Cervo & Bueno: “O confronto entre as correntes do pensamento protecionista, que reivindicava decisões políticas em favor da indústria e das atividades nacionais, e do pensamento liberal, que se lhes opunha, manteve-se vivo durante todo o Segundo Reinado.”³⁶³

As primeiras dificuldades encontradas para a configuração de uma nova Tarifa das Alfândegas eram: a falta de dados estatísticos para uma melhor análise econômica referente à atividade alfandegária nos portos do Império, a má classificação no englobamento de um grande número de artigos diferentes por matéria e classe a que pertence, além de preços e taxas diversos a que estavam sujeitos. Essas complexidades serão levantadas ao longo deste capítulo com a intenção de demonstrar os problemas decorrentes desta Revisão que seria precária devido à falta de condições estruturais para a sua elaboração.

Deste ponto em diante, as críticas feitas contra a Tarifa de 1844 ao se considerar sobre os erros encontrados relaciona-se à divisão geral das mercadorias em três classes, tem-se: 1ª Classe: materiais e objetos necessários a Indústria, 2ª Classe: gêneros e objetos de consumo e 3ª Classe: matérias e objetos diversos que seriam muito genéricos, prejudicando uma melhor avaliação.

Em suma a reorganização da nova Tarifa se daria através do exame da experiência dos “países cultos”, que poderiam trazer maiores informações para a sua organização, de maneira mais eficiente. Especialmente quanto aos mapas estatísticos tão necessários ao entendimento da realidade das alfândegas quanto aos valores das mercadorias. Ao relatar as experiências de diversas nações, como a França, a Rússia e a Inglaterra tinha-se o objetivo de confirmar a realidade encontrada em cada país.

Verificar-se-ia, assim, de que forma poderiam apreender sobre os mapas estatísticos e sua utilização para a configuração da Revisão Tarifária. A crítica mais pertinente era que não havia controle sobre dados estatísticos das alfândegas, não havia posição teórica quanto ao sistema a ser adotado no Império, portanto a influência do exterior se fazia determinante. Importante esclarecer, que pela primeira vez se terá uma Tarifa “mais” protecionista - “mais”, por conta do tipo de protecionismo “mesclado” com o livre câmbio e, de igual forma, “mais” do livre câmbio combinado com o protecionista. Essa expressão será empregada ao longo da tese em conformidade ao pensamento original, segundo a tese de Geraldo Beauclair M. de Oliveira.

³⁶³ CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. p. 70.

Mediante as dificuldades enfrentadas no Império quanto aos mapas estatísticos das alfândegas, pode-se observar na história dos países aqui mencionados um esforço para se manter uma estatística alfandegária pertinente. Verifica-se no caso da França que antes de 1818 possuía documentos incompletos e publicados de maneira incerta. A partir de 1825, foi formada uma comissão permanente para se obter mapas estatísticos de melhor qualidade, visando o aperfeiçoamento para uma fidedigna avaliação dos despachos das Alfândegas. Na França desde então, foram adotados os valores permanentes, segundo os preços do país produtor. E em 1848, se tornaram os valores atuais ou correntes.³⁶⁴

Já na Inglaterra de Jaime II, em 1685, houve empenho na organização dos mapas para o conhecimento do estado do comércio. Com a taxa de 5% sobre a entrada e saída de todas as mercadorias estabelecida como regra geral, multiplicada por 20 a importância bruta de todos os direitos, se conseguiria conhecer a soma do valor real de todas as mercadorias. Em 1696, tomou-se deliberado de que os valores deveriam ser permanentes para que pudessem ser comparados em diferentes épocas. No caso da Rússia, depois de 1845, os valores são fornecidos no tocante às principais mercadorias, pelos preços correntes das praças e também da opinião dos comerciantes.

A elaboração da nova Tarifa das Alfândegas do Império procurou se sustentar nos juízos das nações cultas e para tanto estudou os mapas estatísticos e a legislação da Fazenda na parte relativa às Alfândegas. Quanto à prática de se utilizar dos exemplos das consideradas “nações cultas”, constata-se que as Câmaras no Império do Brasil possuíam esta mesma conduta: averiguar sempre os exemplos destas nações para assim elaborar seus próprios conceitos e a partir dessa avaliação, emitir seus pareceres. A justificativa para esta prática se sustenta no fato de que essas nações cultas se utilizavam das experiências dos demais povos para estabelecerem e elaborarem as suas próprias Tarifas. De igual forma, o Império do Brasil se apropria das experiências de outras nações para fortalecer seu próprio entendimento quanto a elaboração de uma Tarifa.

A Grã-Bretanha antes de entrar no caminho de reforma de suas tarifas, e ainda depois enviou a diferentes partes da Europa homens de saber para investigarem sua legislação, o seu estado em relação ao seu comércio e a influência de suas Tarifas sobre as indústrias. E assim praticam, não só pela convicção de que a comparação é o caminho mais seguro para a aquisição dos conhecimentos humanos, como por ser incontestável, que o estudo de legislação comparada é o melhor meio de aprofundar as grandes questões.³⁶⁵

³⁶⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

³⁶⁵ Ibid., p. 6.

A Grã-Bretanha emprega o pensamento de David Ricardo quanto ao entendimento de desenvolvimento econômico para a nação. Consta no Relatório da Comissão: “À literatura inglesa sempre se tem dirigido no tocante ao estudo de seus interesses materiais, e da economia política a resultados práticos, bem como notou o mesmo Visconde de Cairu, a Inglaterra tem tomado a dianteira dos povos”.³⁶⁶ Para Oliveira: “E o Smith explicitava que a riqueza das nações, ao contrário, poderia ser alcançada se elas adotassem os princípios do ‘sistema liberal’ e nenhuma delas necessitava ser espoliada por qualquer outra”.³⁶⁷

Há princípios que contrariam as doutrinas errôneas, que desde primeiros dias da vida bebemos, e as primeiras ideias, que recebemos: há termos empregados nesta ciência, que geralmente tem no mundo diversa significação, há preceitos que parecem à primeira vista contrários a natureza das coisas, e sobretudo entre nós os práticos e rotineiros, a acomodado tudo de vãs teorias, obrigam muitas vezes a minuciosas desnecessárias para a demonstração de certas doutrinas, os que se apartam de suas crenças.³⁶⁸

Nestas primeiras linhas da Revisão da Tarifa de 1844, fica identificada a posição da Comissão revisora a qual suscitava que o pensamento protetor seria errôneo e ineficaz para o franco desenvolvimento do Império. De acordo com Filho: uma parcela da elite brasileira no Segundo Reinado defendia que a “indústria agrícola” deveria ser protegida e o sistema a ser adotado pelo governo teria que ser do livre câmbio.³⁶⁹ É exatamente esta questão que dificultava a atuação do grupo de industriais brasileiros dentro do Império. Atestava que o projeto da Revisão da Tarifa de 1844 se identifica com o sistema do livre câmbio, sendo, portanto, contrário aos ditames da Tarifa das Alfândegas de 1844.

Quanto à receita, sofria devido à sua concentração numa única fonte principal: o imposto de importação. Essa concentração revela, por duas vezes uma estrutura econômica atrasada; primeiro, a falta de uma outra base tributável, decorrência do baixo nível de renda; segundo, a orientação para o mercado externo, consequência da própria estrutura econômica insuficiente, dos vestígios do mercantilismo e, quase paradoxalmente, do liberalismo crescente, defensor do livre-câmbio internacional.³⁷⁰

Uma questão que vale apenas refletir, segundo o autor, foi que o liberalismo empregado no Império revelou-se um elemento desequilibrador da economia por não incentivar o aumento da Tarifa das Alfândegas e favoreceu a dependência do imposto indireto como forma de manter a receita principal do país, abrindo o precedente para o confronto de

³⁶⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 6.

³⁶⁷ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 16.

³⁶⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., p. 6.

³⁶⁹ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

³⁷⁰ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 90.

interesses de grupos dominantes que pressionava o Parlamento e a opinião pública, para se alcançar seus intentos particulares.

Neste ponto, definia-se a discussão entre os preceitos da Tarifa e de sua Revisão. Ao seguirem o sistema do livre comércio de Adam Smith e o exemplo da Inglaterra que vertia pelo mundo essas ideias, não perceberam que a própria Inglaterra só se rendera ao livre comércio a partir de 1846, como corrobora o historiador Hobsbawm: “A tendência mais impressionante era o movimento em direção à total liberdade de comércio. Abertamente, apenas a Inglaterra (depois de 1846) havia abandonado o protecionismo de forma total”.³⁷¹

A Inglaterra abandona sua prática protecionista no ano de 1846, em seu próprio território. Anteriormente, se aventurava no sistema protecionista com o qual pôde então se estruturar, fortalecendo suas indústrias e o mercado interno. Além de estimular o desenvolvimento na área da comunicação, transporte e instrução para a sua população operária. Em seu discurso, a Inglaterra defende a importância do livre comércio para o desenvolvimento de uma nação, alardeando seu pensamento do sistema liberal pelo mundo.

Como se pode verificar, no Congresso dos Economistas de 1847 e nos Congressos Internacionais Reformas Aduaneiras de 1856, 1863, 1870 e 1880, que vieram ocorrer no século XIX, divulgavam seu intento em proclamar o sistema do livre comércio pelo mundo.³⁷² Parece que na elaboração da Revisão de 1844 ficou definido para ser seguido, o exemplo inglês. Como consta em Stein, “Uma fé inabalável no *laissez-faire* e no liberalismo econômico, atribuída às deficiências usuais da indústria: escassez de capital, dificuldade de garantir máquinas e instrumentos apropriados de invenção moderna”.³⁷³

Outra mudança nos anos quarenta que se ressalta foi o padrão-ouro. Pode-se verificar que a partir das dificuldades enfrentadas com o padrão bimetalico, o padrão ouro foi adotado na Grã-Bretanha e o segundo país a empregá-lo foi Portugal por sua estreita relação de comércio com a potência industrial. Como discorre Eichengreen: “Subitamente, surgiu a perspectiva de que o mundo ocidental poderia se fracionar em blocos praticando padrões baseados em ouro e prata ou em ouro e bimetallismo”.³⁷⁴ Devido às dificuldades em operar com o bimetallismo a opção recaiu sobre o ouro.

³⁷¹HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 70.

³⁷²CONGRÈS INTERNACIONAL DAS RÉFORMES DOUANIÈRES. Réuni a Bruxellas 22 a 15 septembre, 1856. Bruxellas: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857.

³⁷³STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 27.

³⁷⁴EICHENGREEN, Barry J. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo; Editora 34, 2012. p. 39.

De forma objetiva quanto ao padrão ouro, de acordo com Saes & Saes: “Qualquer mudança que um país promovesse no grau de pureza da moeda, provocava a expulsão da moeda de um país para o outro. Por outro lado, o crescente papel da Grã-Bretanha no comércio mundial era uma forte razão para outros países aderirem ao padrão ouro.”³⁷⁵ Conforme as variações do padrão ouro dos sistemas monetários nacionais o autor expõe alguns modelos de funcionamento do padrão ouro com base no meio circulante interno.

Meio circulante com predominância de moedas de ouro; reservas também em ouro: Inglaterra, Alemanha, França e estados Unidos. Meio circulante com predominância de moedas de ouro; reservas sob a forma de divisas (moedas estrangeiras; Rússia, Austrália, África do Sul e Egito). Meio circulante sob a forma de ouro, prata, moedas representativas (outros metais) e papel-moeda; reservas mantidas em ouro: Bélgica e Suíça. Meio circulante sob a forma de ouro, prata, moedas representativas (outros metais) e papel-moeda; Reservas com predominância de divisas estrangeiras: Áustria-Hungria, Japão, Holanda, Escandinávia e algumas colônias britânicas. Meio circulante em forma de ouro, prata, moedas estrangeiras (outros metais) e papel-moeda; reservas totalmente em divisas estrangeiras: Filipinas, Índia e países latino-americanos.³⁷⁶

Por sua vez, em se tratando da implementação do padrão ouro no Império, essa se deu a partir da lei de nº 401, regulamentada pelo decreto nº 487, de 28 de novembro de 1846, sendo fixada a taxa de ouro/prata no Império em 1:15,625. Uma nova lei, de 20 de setembro de 1847, autorizou ao governo cunhar ouro e prata. A partir destas leis o mercado emprega os metais nos pagamentos ao governo.

De acordo com Pelaéz& Suzigan: “A consequência fundamental da lei foi situar o Brasil no padrão-ouro. A lei definia o conteúdo de ouro da unidade monetária brasileira. O propósito da lei foi promover a entrada de ouro e consolidar a moeda metálica no Brasil”.

³⁷⁷Segundo os autores a quantidade de metais no estoque de moeda equivaleria a um nível de bem-estar social.

A partir da definição do conteúdo de ouro na unidade monetária o governo tornou a moeda conversível com a paridade libra-ouro tornando o Império sujeito à ação econômica da Grã-Bretanha e ao padrão-ouro estabelecido por esta nação.

1-Sua unidade monetária deveria estar ligada a um certo peso de ouro. 2- as moedas de ouro deveriam ser livre circulação interna e as notas bancárias totalmente conversíveis ao ouro, desde que se demandasse o câmbio. 3- qualquer outra em circulação deveria estar subordinada ao ouro. 4- não deveriam ser impostas à conversão das moedas em lingotes. 5- não deveria existir nenhum impedimento à

³⁷⁵SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 279.

³⁷⁶EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo; Editora 34, 2012. p. 281.

³⁷⁷PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 79.

exportação de ouro.³⁷⁸

Segundo o Carlos Gabriel Guimarães, ao definir a política monetária, o governo reafirma o modelo agrário exportador escravista, fazendo do café o produto principal de exportação e impetrando um maior controle sobre o sistema bancário para assim, poder controlar a equivalência metálica, a emissão de moeda e manter a estabilidade do câmbio, fundamental para propiciar a entrada de capital e equilibrar o balanço de pagamentos.

No que concerne à análise de Stein, o motivo que teria levado a indústria fabril a não se desenvolver, seria a falta de infraestrutura que gerou o atraso da indústria no Império, além da falta de um equilíbrio econômico sustentável, com um sistema bancário capaz de dar empréstimos e investir na indústria.³⁷⁹ Não pela questão do tipo de sistema utilizado ou pela falta de posição quanto ao sistema a ser adotado; e sim pelo fato de não haver condições para o desenvolvimento da indústria.

Esse seria um argumento interessante quando se está discutindo sobre em que base se apropria o motivo pelo qual a indústria fabril não se desenvolveu amplamente no Império. Aventa-se que esta afirmação se baseia no entendimento que as condições estruturais de capital e falta de maquinário teria barrado o desenvolvimento da indústria fabril no Império. No entanto, há de se ampliar a questão e entender que o pensamento político poderia ser o combustível que detonaria tal fato.

Importante ressaltar que na segunda metade do século XIX a Europa estava em meio ao Capitalismo em expansão tanto do comércio, quanto dos investimentos internacionais na região da América Latina. Com a Inglaterra em especial investindo no Brasil em função da dependência econômica das nações industrializadas.³⁸⁰ Conforme Hobsbawm: “O comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar, mas entre 1850 e 1870, cresceu 260%”.³⁸¹ O comércio estava em pleno desenvolvimento e a ênfase no sistema do livre comércio era objeto de incentivo para todos os países do globo.

No mesmo período do padrão ouro instalado no país, vê-se um movimento internacional com relação à unificação da economia com o Congresso de Economistas de 16 a 18 de setembro de 1847, em Bruxelas.

³⁷⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, Mc Gregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 81.

³⁷⁹ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

³⁸⁰ LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998; GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

³⁸¹ HOBBSBAWM, Eric J. **A Era do capital, 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 67.

Le Congrès des Economistes réuni à Bruxelles, les 16, 17 et 18 septembre 1847, a voté les résolutions suivantes : « Le Congrès économique, après avoir examiné et discuté les effets généraux de la liberté du commerce ainsi que toutes les questions spéciales qui s'y rattachent, est d'avis que cette liberté est un besoin de la société humaine et qu'elle aura pour résultat : « 1° De resserrer l'union des peuples qui, loin de devenir tributaires les uns des autres, se prêteront un mutuel appui, « 2° D'étendre la production et de mettre l'industrie à l'abri des secousses violentes qui sont inévitables sur les marchés restreints par la prohibition. « 3° D'améliorer le sort des travailleurs, en demandant moins de peine en échange de plus de jouissances. « 4° De détruire une cause constante de démoralisation. Ces propositions ne comprennent que des idées théoriques; aussi l'assemblée, avant de se séparer, décida -t-elle la réunion d'un second Congrès, qui, d'après le désir exprimé par divers membres, s'occuperait spécialement des moyens de faire passer la théorie dans la pratique des faits.³⁸²

Este Congresso de Economistas de 1847 seguia por uma pauta que tinha em seu intento discutir os efeitos gerais do comércio livre e todos seus problemas e concluía que a liberdade é uma necessidade para a sociedade humana, por conta desta proposição o sistema do livre câmbio seria o mais adequado para o crescimento e desenvolvimento da vida e da economia.

Ressalta-se que a Bélgica e a Inglaterra foram os países que se desenvolveram de maneira ampla no início dos anos quarenta. Conforme Hobsbawm: “A Inglaterra e a Bélgica eram os únicos países onde a indústria se tinha desenvolvido de forma extensiva e ambos permaneceram como os mais altamente industrializados per capita”.³⁸³ Devido ao desenvolvimento industrial de ambos os países, foi possível a empreitada da organização de um Congresso com um viés do livre câmbio para o mundo do século XIX. Este primeiro evento trouxe uma proposta incisiva para que os países aderissem e se agrupassem a fim de estabelecer metas e se reunirem regularmente para projetar seus intentos para a economia mundial.

Le Congrès des économistes, dont nous poursuivons l'oeuvre se réunit dans cette même enceinte le 16 septembre 1847, et après trois jours de délibérations, cette assemblée arrêta les résolutions suivantes: « Le Congrès économique, après avoir examiné et discuté les effets « généraux de la liberté du commerce, ainsi que toutes les questions qui s'y rattachent, est d'avis que cette liberté est un besoin de la « société humaine et qu'elle aura pour résultat : « 1° De resserrer l'union des peuples qui, loin de devenir tributaires les uns des autres, se prêteront un mutuel appui; 2° D'étendre la production et de mettre l'industrie à l'abri des « secousses violentes qui sont inévitables sur les marchés restreints « par la prohibition. « 3° D'améliorer le sort des travailleurs, en demandant moins de « peine en échange de plus de jouissances. « 4° De détruire une cause constante de démoralisation.³⁸⁴

Diante de todos os objetivos do primeiro dia do Congresso de Economistas pode-se verificar a visão do grupo de países livre cambista Europeu nos anos quarenta. Interessante ressaltar que a Revisão de 1844 empregou o modelo de países do livre câmbio para a

³⁸² CONGRÈS INTERNACIONAL DAS RÉFORMES DOUANIÈRES. Réuni a Bruxellas 22 a 15 septembre, 1856. Bruxellas: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857. p. 9.

³⁸³ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 76.

³⁸⁴ CONGRÈS INTERNACIONAL DAS RÉFORMES DOUANIÈRES, op. cit., p. 2.

elaboração de seu Relatório. Países do livre comércio que fizeram parte do Congresso em 1847: Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, Piemonte, Alemanha, Holanda, Sardenha, Portugal, Dinamarca, Rússia, Suíça e Suécia. Os países que participaram do Congresso foram os mesmos que a Comissão Revisora de 1844 empregou como exemplos a seguir.

Este Congresso seria uma preparação para o Congresso Internacional de 1856 - Reforma Aduaneira, que repercutiu na Europa como o primeiro Congresso a ter como propósito reunir os países que aderiram a teoria do livre comércio para se fortalecer e unificar as Alfândegas do mundo da época. Este Congresso das Alfândegas será mais bem analisado no capítulo três desta tese. Importante salientar, que os Congressos Internacionais da Reforma Aduaneira iriam acontecer por anos: em 1856, 1863, 1870 e 1880. Ademais, fica aqui exposta a intenção de fortalecer e influenciar as nações a se posicionarem a favor do livre comércio com a convocação dos países para os Congressos Internacionais com convite a Ministros, industriais e comerciantes.

A pressão internacional era grande devido ao interesse do Império em entrar na era da “Civilização e do Progresso” com participações nas Exposições Industriais Nacionais e Internacionais, e das quais pretendia fazer parte, como as de 1861, 1866, 1875, 1876, 1881, 1882, 1888 e 1889.³⁸⁵ A indústria se fez presente de forma expressiva nas Exposições Industriais e mediante os relatórios pode-se verificar seu resultado.

Estes Congressos seriam um impulsionador para a adesão dos países ao livre comércio em toda a segunda metade do século XIX, por conta de sua periodicidade nas décadas de 1850 – 1880. Não será tratado de todos os Congressos Aduaneiros, já que não é a temática da tese, será discutido apenas o Congresso Internacional da Reforma Aduaneira de 1856 pela sua importância e por ter sido o primeiro a tratar das Alfândegas e até mesmo será sinalizada sua influência na economia internacional no terceiro capítulo.

Todas essas revoltas a Revolução Praieira e Revolução Farroupilha de 1835 a 1845 e as demais, delineavam a dificuldade em controlar os movimentos de resistência ao governo. Quanto às rebeliões provinciais que tanto alteravam a vida da sociedade de sua época, Nelson Werneck Sodré externava outra posição.

Mas, assim como as rebeliões não eram províncias, porque assinalavam as

³⁸⁵SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010; NEVES, Margarida de Souza Pereira das. **O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro**. In: **As vitrines do progresso**. 1986. 80 f. Tese (Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986; SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso. As Exposições Universais Internacionais no século XIX. A circulação transoceânica de ideias e técnicas e a participação do Império do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1889**. 1992. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, 1992.

contradições dentro da própria classe dominante, a centralização não é apenas um fenômeno político. Ela traduz, concretamente, a ascendência, no conjunto da classe dominante, dos senhores de terras e de escravos ligados à lavoura do café sobre os outros senhores de terras e de escravos ou senhores de terras e de servos ou agregados.³⁸⁶

De acordo com o autor as perdas de 40% nas exportações puderam alterar a atuação do grupo ligado ao café nas terceira e quarta décadas e por esse motivo o poder central não chegou a ser exercido com eficiência, abrindo espaço para as rebeliões periféricas e oferecendo resistência ao Estado Imperial. Conforme Sodré: “Desde que a fração ligada ao café passava a primeiro plano, com a ascensão dessa lavoura, com os saldos que proporciona, com as facilidades que encontra no mercado mundial, o centro passava a dispor de condições efetivas para exercer a sua autoridade”.³⁸⁷

Voltando a questão da Revisão, a fim de se conhecer a realidade do desenvolvimento da indústria fabril no Império a Comissão elaborou um inquérito industrial com o objetivo de conhecer os defeitos da atual Tarifa para definir as queixas do comércio, da indústria e dos agentes fiscais, a fim de identificar os problemas encontrados na área econômica, concernentes à Tarifa. Os questionamentos que a Comissão levantou foram os seguintes: Quais as fábricas que existem no Brasil? Quais destas, as que prometem prosperar, se forem razoavelmente protegidas? Foram solicitados ao Governo os dados sobre o assunto nas repartições fiscais e junto ao comércio e a indústria. As principais queixas por parte dos comerciantes e dos entusiastas do comércio livre.

1º contra os direitos em geral quer de consumo, quer de exportação por serem sobre certos objetos proibitivos, a respeito de outros vexatórios ou ridículos e estéreis; 2º Contra o vago e a imperfeição da classificação das mercadorias e da nomenclatura, que dá na prática a continuas injustiças, que origina a ignorância, ou o capricho dos empregados, que se erigem em botânicos, químicos, mineralogistas, farmacêuticos, ect. 3º contra as avaliações oficiais, ou fixas ou dadas por arbitramento e a falta de garantia contra as injustiças resultantes dos arbitramentos.³⁸⁸

As queixas e reivindicações por parte do comércio foram avaliadas, bem como, as relacionadas à indústria fabril e as do fisco. Com relação às queixas de um pequeno número de fabricantes, percebe-se que, nos anos quarenta do século XIX, não havia uma entidade que os representasse de forma específica. Uma vez que a entidade existente seria a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que representava, nesta época, a indústria fabril, o

³⁸⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 224.

³⁸⁷ Ibid., p. 224.

³⁸⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 7.

comércio e a agricultura.³⁸⁹ Conforme o Estatuto de 1848 da SAIN analisada por Carone: “Em 1848, a nova redação é mais ambiciosa: a Sociedade tem por fim promover por todos os meios ao seu alcance o aperfeiçoamento da agricultura, das artes, dos ofícios, do comércio e da navegação do Brasil, auxiliar a nascente indústria”.³⁹⁰

Segundo Oliveira: “A Sociedade Auxiliadora tentar racionalizar o processo produtivo sob cooptação do Estado, enquanto sua ação não ferisse frontalmente os interesses da agricultura. Quando defendia a indústria fabril, ora mais incisiva ou moderada”.³⁹¹ A atuação da SAIN se esbarrava em uma conduta atrelada à agricultura que por vezes poderia favorecer a indústria, mas sem prejudicar ou desfavorecer a principal atividade econômica do Império. Por assim dizer, a reclamação feita por parte de um pequeno número de fabricantes existentes no Império, dos agricultores e de alguns indivíduos interessados em diferentes ramos de indústria, como também, simpatizantes do sistema protetor, capitulava-se sobre os seguintes pontos.

1º A falta de eficaz e efetiva proteção às indústrias em começo, as conhecidas, e que se acham em bom pé, e as que são susceptíveis de transplantação, fundação, incremento e progresso; 2º Os favores especiais a fábricas e estabelecimentos industriais de certos indivíduos em prejuízo de outras e especialmente dos de pequeno vulto e força; 3º Os obstáculos provenientes dos altos direitos sobre as matérias primas de diferentes indústrias, e mercadorias necessárias ao sustento, vestuário dos trabalhadores, que unidos a escassez de braços e a grande dificuldade de obtê-los, torna pouco produtivo o capital empregado em certos ramos de indústria; 4º O mal resultante da concorrência estrangeira; 5º As dificuldades dos transportes, e penúria de vias de comunicação dentro do Império, e os tributos criados em algumas províncias contra a concorrência dos produtos de outras, e em benefício de suas fábricas; 6º Os obstáculos provenientes dos direitos de exportação para fora, ou para dentro do Império; 7º O grande peso de imposições, que oprime a navegação costeira.³⁹²

Em suma, os fabricantes não requeriam o sistema proibitivo, todavia solicitavam, ao menos, os direitos mais altos que evitassem a concorrência estrangeira. A proteção à indústria traria o benefício da concorrência leal, pois as nações poderiam concorrer em condição de igualdade. Levando-se em conta que o país, e a própria América Latina se via “dominada” pela Grã-Bretanha, do ponto de vista econômico, por depender da importação suas mercadorias, como afirma Hobsbawm: “A América Latina veio realmente depender de importações britânicas durante as guerras napoleônicas, e, depois que se separou de Portugal e

³⁸⁹ SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que parece. A sociedade auxiliadora da indústria nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A Conjuntura de 1871-1877.** 1979. 293 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1979.

³⁹⁰ CARONE, Edgard. **O centro Industrial do Rio de Janeiro. E a sua importante participação na economia nacional (1827-1977).** Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p. 19.

³⁹¹ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 108.

³⁹² MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 7.

Espanha, tornou-se quase que totalmente dependente economicamente da Grã- Bretanha”.³⁹³ O objetivo dos industriais seria estar livre da opressão britânica e se estruturar para a competição com as mercadorias estrangeiras que chegassem ao país.

Conforme List (1986), para o crescimento e desenvolvimento da indústria fabril de uma nação seria necessário ter uma proteção alfandegária até chegar a ter condição de concorrer com as demais nações desenvolvidas. Vale ressaltar que as ideias destes fabricantes nos anos quarenta serão mais tarde, utilizados nos anos oitenta, tornando-se o padrão a ser seguido pela futura Associação Industrial do Rio de Janeiro quanto à argumentação de que tipo de proteção esta entidade deveria requerer do Governo.³⁹⁴

Manifestavam-se também os comerciantes, que almejavam a oportunidade da livre importação dos produtos estrangeiros, contra a adoção dos direitos protetores por entenderem que, Relatório da Comissão: “por serem estes contraproducentes e inquisidores dos consumidores”.³⁹⁵ Com relação aos empregados do fisco, estes aspiravam ao aumento da renda e não se importavam com os meios pelos quais este aumento advinha.

Ao longo das reivindicações acima, realizadas pela indústria fabril, comércio e o fisco, a Comissão se utiliza das ideias dos homens práticos para dar sustentação ao pensamento, conforme cita Visconde de Cairu no Relatório da Comissão: “Adquirir muito (seja como for) e gastar pouco. Exportar o mais possível, e importar o menos possível, para receber a nação o saldo de seu comércio”.³⁹⁶ De acordo com Lisboa: “Defender a proteção à indústria nacional por meio de isenções e privilégios como queiram os industrialistas, era jogar contra os interesses dominantes, não apenas das classes privilegiadas, mas do conjunto maior da nação”.³⁹⁷ Conforme Luz: “Rodrigues Torres era de opinião que essas concessões favoreciam antes o empreendedor, do que a própria indústria, porque impediam a concorrência das pequenas oficinas, com prejuízo do público”.³⁹⁸

Contudo, no caso do Império, os interesses de grupos como a indústria fabril, os comerciantes, e o próprio fisco foram as forças que entraram em conflito rumo aos seus próprios interesses e buscaram alcançar suas metas. O Governo e as Câmaras eram o palco em que atuavam buscando conseguir favores. Esta ação dos políticos já fora ressaltada

³⁹³ HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 69.

³⁹⁴ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

³⁹⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 7.

³⁹⁶ Ibid., p. 7.

³⁹⁷ LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 28.

³⁹⁸ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 27.

anteriormente, na qual divergiam ideias ligadas ao sistema do livre câmbio e outras, relacionadas ao sistema protecionista.

Por sua vez, a Revisão Tarifária era a oportunidade de que esses grupos se utilizavam para expressarem seus ideários. A cada novo preparo de uma Tarifa das Alfândegas, tem-se um dos grupos influenciando e gerindo sua elaboração. De fato, nessa Revisão Tarifária, foi o comércio que ficou à frente deste trabalho. A necessidade de renda e de manter um fluxo de consumo dos produtos negociados no exterior durante anos levaram o grupo do comércio importador a ficar na vanguarda na defesa da causa do livre câmbio que os protegia e amparava.

Nota-se uma discussão sobre a atuação da comissão revisora conforme Luz: “Seus pendores liberais e a pressão dos interesses agrícolas, salientava a posição desvantajosa da lavoura diante do fisco alfandegário. Enquanto as manufaturas eram assim favorecidas, o que se fazia em prol da lavoura? Nada. Apenas sacrifícios eram-lhes impostos”.³⁹⁹ O argumento é de que o incentivo do Governo gerou um protecionismo fraco e inexpressível. De acordo com a Leopoldi: “O débil protecionismo governamental, através dos sistemas de privilégios e de loterias, foi reforçado em 1844 pela Tarifa Alves Branco”.⁴⁰⁰ Já Geraldo Beauclair afirmava que era uma política tarifária que mesclava o protecionismo e o livre câmbio. De certa forma seria um protecionismo ou um livre câmbio diferenciado.

Segundo a análise de Stein: “Esta comissão assumiu a posição de que o atraso da indústria brasileira não se devia nem a falta de proteção tarifária adequada nem a concorrência dos produtos estrangeiros”⁴⁰¹. Para o autor, a vários fatores desencadearam o atraso da indústria, como: escassez de capital, aplicação do capital disponível em empreendimentos mais produtivos, dificuldade de garantir máquinas e instrumentos apropriado e moderno e um entusiasmo visionário e depois desinteresse. Todos estes fatores proporcionaram o atraso da indústria de acordo com que pensava a Comissão Revisora. Pode-se observar que estas argumentações se alicerçavam em Cairu.

Ficam evidenciadas as dificuldades da agricultura mediante a Tarifa de 1844 e a necessidade de uma mudança fica assim declarada. Verifica-se as razões de se fazer a Revisão na Tarifa de 1844, enumeradas a seguir através do Relatório da Comissão.

1º O exame da Tarifa de 1844 em relação ao aumento, ou diminuição, que por sua

³⁹⁹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 28.

⁴⁰⁰ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 36.

⁴⁰¹ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 27.

influência teve o consumo dos produtos da indústria estrangeira; as espécie de mercadorias, cujos direitos mais contribuem para a receita do Estado; ao método seguido na divisão das partes de que compõe; a base que foram calculadas as taxas, a classificação das mercadorias, e sua nomenclatura, ao sistema adaptado dos direitos ad-valorem, e finalmente aos regulamentos de impugnações e arbitramentos; 2º O exame de nossa legislação fiscal na parte relativa as restrições, que sofre o nosso comércio interna e externo; 3º O exame das questões, que dizem respeito a conveniência da conservação do sistema protetor, e ao mesmo passo da influência, que tem tido a tarifa de 1844 em benefício dos diferentes ramos da indústria do Império. 4º O exame do estado das nossas fábricas e outros ramos de indústria e da proteção, que demanda a sua conservação e prosperidade. 5º A exposição dos motivos, que justificam a franquia de direitos concedida a certas mercadorias, e as taxas propostas pela Comissão, acompanhada do cálculo do aumento, ou diminuição provável da renda, em virtude das alterações propostas. 6º O exame de nossa legislação sobre os abatimentos de direitos em consequência de avarias, quebras, taras e de diferentes outros motivos. 7º O exame das disposições das leis sobre a armazenagem, expediente e outras rendas a cargo das Alfândegas; e sobre alguns outros objetos que tocam ao comércio, e a fiscalização.⁴⁰²

Para o ajuizamento, quanto à realidade da economia do Império e o equilíbrio das contas públicas, era *mister* fazer uma análise mais profunda com respeito ao sistema protetor, a legislação alfandegária, o comércio, a fiscalização e a averiguação quanto às fábricas existentes no Império e sua real participação na economia. A pauta da Revisão de 1844 que se ocupa a Comissão se divide em 10 partes.

1º compreende todas as mercadorias secas, conhecidas sob a denominação de fazenda, e a roupa de qualquer qualidade; 2º O ferro e diferentes minerais, e seus artefatos, casquinhas, massame, tintas, e vários objetos de diferente natureza, inclusive cal de pedra, cadinhos, cartas de jogar, carteira de marroquim cera em bruto e em obras, chumbeiros de caça, cola, coral falso, espelhos, fogo da china, graxa de ilustre, palitos, papel, mármore, óleo de linhaça, ouro para dourar, penas de ave, alcatrão, pelo de lebre ou coelho, pixe de carvão, tartarugas, vimes, ect; 3º as mercadorias vulgarmente conhecidas pela denominação de molhados compreendo cereais, legumes, frutas, peixes, carnes, e outras materiais animais, açúcar, cacau, chá fumo, charutos, garrações, garrafas, sal, e os líquidos e bebidas espirituosas. 4º as carruagens, seges, carrinhos, carroças, couro, calçado, selins, arreios de montaria, cabelo humano, e suas manufaturas; esteiras, lustres de vidro, mascaras, pomadas, penhas de madeira, ect; 5º instrumentos de música, e algumas de suas de pertences; 6º objetos de sirgueiro; 7º Louças; 8º Vidros e espelhos; 9º Madeiras e molduras; 10º Drogas e produtos químicos, medicamentos compostos, inclusive cal de pedra, e diferentes perfumarias.⁴⁰³

A organização da divisão das matérias e títulos da Tarifa de 1844 não seguiu qualquer sistema regular, ou mesmo conhecido, como uma ordem alfabética, a sequência pelas letras

⁴⁰² MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 8.

⁴⁰³ Ibid., 1853.

iniciais de cada nome dos artigos. Por isso a Comissão criticava a elaboração da Tarifa de 1844 quando argumentava no Relatório da Comissão: “O que parece ter dado base a esta divisão, que acaba a Comissão expor, foi o costume de, em certos armazéns desta corte, ordinariamente estarem expostas a venda certas qualidades de mercadorias”.⁴⁰⁴ A organização da Tarifa foi feita sem um processo racional de composição, e por esse motivo não conta com critérios estabelecidos de acordo com a explanação do documento.

Importante revelar que foram examinadas Tarifas de diversos países para obter informações e exemplos a seguir, que pudessem ser usados na confecção da nova tarifa. Os países que optaram pela organização da sua Tarifa pela ordem alfabética são os seguintes: Espanha e Cuba e outros países, como a Bélgica, trazem um repertório onde se acham os artigos, não só com as denominações que geralmente têm, mas ainda com os seus diferentes sinônimos.

No caso da França, além da ordem alfabética ainda tem seu índice ou repertório. Este sistema pode ser chamado de francês e é seguido com algumas modificações por outras Tarifas. A modificação do sistema francês no que toca a colocação dos artefatos após os materiais, de onde emana, foi adaptada pelas pautas de Portugal. Estes países estavam atrelados ao sistema do livre câmbio como já exposto, por fazer parte do Congresso de Economistas de 1847, na Bélgica, como o aventado anteriormente.⁴⁰⁵

Já a Tarifa da Prússia foi publicada em 1818, sendo reputada como uma das mais bem coordenadas, seguindo o sistema francês até certo ponto, não obstante suas divisões ou seções não trazerem títulos ou rubricas. Os produtos naturais e os seus artefatos foram nesta pauta colocados conforme a sua natureza e materiais, onde emanam, uns após outros. As suas classes foram divididas e subdivididas. As primeiras divisões de cada classe arrolada pelas iniciais dos seus nomes, conforme o abecedário e todos os produtos tomados de baixo de uma numeração particular, a cada classe ou seção.⁴⁰⁶

Quanto à Tarifa da Rússia, essa adaptou um sistema particular, no qual as mercadorias foram divididas, conforme o seu uso ou geral. Assim, a primeira tabela, que é especial à importação, se divide em quatro seções do seguinte modo: matérias alimentícias; matéria prima - de uso das fábricas e de diferentes ramos da indústria; produtos das fábricas -

⁴⁰⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 11.

⁴⁰⁵ CONGRÈS INTERNACIONAL DAS RÉFORMES DOUANIÈRES. Réuni a Bruxellas 22 a 15 septembre, 1856. Bruxellas: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857.

⁴⁰⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA, op. cit., 1853.

mercadorias diversas e em uma tabela especial, as substâncias medicinais. Os diferentes artigos de cada uma destas classes são enumerados na Tarifa.⁴⁰⁷

As Tarifas citadas trouxeram uma nova visão sobre a forma que poderiam estruturar a nova Tarifa do Império. Optaram pelo sistema francês, ou seja, pela ordem alfabética e pelo índice ou repertório, para facilitar a verificação de cada mercadoria e suas taxas. O repertório encerrava os nomes e sinônimos com que as mercadorias são habitualmente conhecidas no comércio. Indicando, assim, o artigo, em que sob qualquer denominação, a mercadoria se achava compreendida, conhecendo a sua verdadeira denominação.

Pode-se notar que as críticas feitas pela Comissão a respeito da Tarifa de 1844, quanto à sua elaboração já se iniciava com problema, como no prefácio da edição da Tarifa das Alfândegas do Império de 1844, pela administração, que já indicava a necessidade de revisão por causa das críticas que haviam recebido na ocasião de sua publicação. No Relatório da Comissão: “A administração não ignora que divisão tem sido objeto de algumas críticas; e sem que desconheça, que em algumas partes o seu sistema é susceptível de melhoramento, não se anima, a alterar, ou modificá-lo”.⁴⁰⁸ Como afirma Buescu: “Reconhecendo as imperfeições do seu trabalho, Alves Branco considera a tarifa pouco satisfatória pelo fato da proteção dada ao trabalho e capitais empregados dentro do país, o que sugeria interesses mais fortes no sentido livre-cambista”.⁴⁰⁹

Todavia, não havia argumento novo para identificar as falhas na Tarifa de 1844, porque o próprio Ministro Alves Branco afirmava que toda e qualquer Tarifa necessitaria de constantes revisões e que o Governo e a Câmara deveriam observar a necessidade de revisão da Tarifa. Declara ainda que não teve a oportunidade de se aprofundar na elaboração de uma Tarifa protecionista radical, por questões de momento. O Ministro da Fazenda Alves Branco pede permissão para remodelar a Tarifa. De acordo com os Anais do Senado: “Quanto a pauta, visto haver um artigo especial em que se trata de continuar ao governo a autorização para modificá-la, para ele se deve guardar toda a discussão a tal respeito”.⁴¹⁰ Fica assim definida, pelo próprio responsável pela Tarifa, a necessidade de remodelação periódica.

⁴⁰⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 12.

⁴⁰⁹ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 103.

⁴¹⁰ BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária Sexta Legislatura. Livro 3**. Sessão de Maio de 1845. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845. p. 430.

Não existia uma estrutura definida a fim de pensar em como deveria ser elaborada uma Tarifa para a realidade do Império. Por conseguinte, o país utilizava os exemplos das “nações cultas” como modelo, sem ao menos observar a questão mais importante: a necessidade de definir em qual sistema - protecionista ou de livre câmbio - esta Tarifa seria confeccionada. Este ponto era relevante para o Império, uma vez que havia um conflito entre as partes que almejavam apoio, representadas pelos grupos do comércio, da indústria fabril e do fisco. Segundo Luz: “Colocados nesse dilema - promover a industrialização do país, que reconheciam ser uma necessidade nacional, e atender ao mesmo tempo os interesses da lavoura - hesitaram assim, os dirigentes brasileiros em adotar uma política fracamente protecionista”.⁴¹¹ Esta falta de convicção dos dirigentes brasileiros ocasionava um embate entre os grupos pela “influência” econômica no Império.

Todo esse aglomerado de disposições gerou uma Tarifa sem definição teórica e por isso sujeita a constantes Revisões. Nas discussões do plenário do Senado, havia uma divisão entre os parlamentares adeptos ao sistema protecionista ou do livre câmbio. Ressalta-se que os parlamentares envolvidos nas discussões do orçamento, eram os mesmos que debatiam com referência à Tarifa. Havia, ainda, muitos que não se posicionavam sobre o assunto em questão.

Como de costume, a elaboração da Revisão da Tarifa esbarrava sempre na questão da dúvida entre uma tarifa protecionista ou do livre câmbio. Realizou-se a opção pela Tarifa do livre câmbio, que pela divisão geral ficou desta forma: 1ª. Materiais animais, seus despojos, produtos e artefatos. 2ª. Matérias vegetais, seus produtos, e artefatos; 3ª. Matérias minerais, seus produtos, e artefatos; 4ª. Artefatos diversos. Nesta última parte, ficaram arrolados os diversos materiais para a indústria. Todos os artigos foram tomados em classe e seção conforme a ordem alfabética, e ficaram, além disto, sujeitos a numeração. A pauta deveria acompanhar um índice alfabético ou repertório.

Pode-se verificar que para a elaboração da Revisão da Tarifa, havia diversos documentos e pareceres com dados, tendo, assim, um material farto para trabalhar. Esta documentação incluía as cartas com pedidos de diferentes corporações de negociantes ingleses, franceses e norte-americanos. Receberam diversos pareceres do comércio do Rio Grande do Sul e a Associação Comercial de Pernambuco; os empregados da Alfândega do Maranhão e os senhores inspetores das Alfândegas da Bahia, Pernambuco, Santos, Fortaleza e

⁴¹¹LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 26.

Pará. Ficando identificado assim o grau de abrangência da Revisão da Tarifa por ter representação de Associações Comerciais e das Alfândegas e de seus empregados.

Ao observar esta quantidade de representantes do grupo do comércio, certifica-se a pressão exercida pelo grupo junto à Comissão Revisora. No entanto, não se identificava um grupo da indústria fabril com este poder. Havia reivindicações para salvaguardar seus interesses, mas sem articulação junto à equipe revisora. Segundo Luz, somente nos anos oitenta, surgiria uma entidade que desempenhasse esse papel: a Associação Industrial do Rio de Janeiro – defensora dos interesses da indústria fabril no Império, como será exposto no capítulo cinco desta obra.

Por conseguinte, a dependência das manufaturas importadas pode identificar a importância do comércio importador para a realidade econômica do Império. Conforme Heitor Lima: “Só as manufaturas têxteis por nós importados somaram 48,4%, dos quais 33,8% eram manufaturas de algodão, 21% eram de gêneros alimentícios, destacando-se a farinha de trigo, bebidas e carnes, 37% calçados, chapéus 70%”.⁴¹² Por assim dizer, percebe-se o grau de interesse e influência que o comércio importador tinha junto ao Governo Imperial, dificultando assim a obtenção do espaço político que a indústria fabril almejava ter junto ao Governo e ao Parlamento.

A seguir, serão discutidas as reflexões de diferentes negociantes, de corporações de comerciantes e de empregados fiscais, sobre a pauta de 1844. E, assim, as suas principais reivindicações junto à Comissão revisora que se inicia com os negociantes ingleses residentes na Corte ao emitiram uma carta, em 24 de outubro de 1850. O objetivo seria demarcar as representações que propagavam suas queixas, tentando persuadir a Comissão via cartas.

Desta forma, destacam-se no comércio quais foram as corporações e negociantes que mais exerceram o papel de reivindicadores nesta revisão. Os negociantes ingleses defendiam sua posição quanto à má classificação do artigo tecidos na Tarifa de 1844, demonstrando a dificuldade de se definir, na própria Alfândega, o artigo que devia ser taxado e em qual classificação. A Associação Comercial de Pernambuco também identifica esta questão com outro artigo: a chita.

No seu luminoso trabalho com que se dignou honrar a Comissão em data de 17 de setembro de 1850, taxou de absurda a atual Tarifa, no ponto em que pela falta de distinção das chitas, na razão de suas qualidades de finas, entrefina e ordinária, impõe a mesma taxa de 5\$000 por peça as que valem 6\$, 9\$, 12\$000 rs; e pelo mesmo teor procede no que toca a outras fazendas, e aos panos de lã, que em sua opinião, devem ter seis qualificações, que vem a ser ordinário, melhor que ordinário,

⁴¹²LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 261.

mediano, entrefino, fino e superfino.⁴¹³

Interessante salientar que a discussão sobre tecidos e chitas no comércio se contrapunha à necessidade da indústria fabril, uma vez que os tecidos, chitas, meias, sedas, linhos e etc., eram os artigos que as indústrias fabris mais produziam. Portanto, o comércio estava gerando uma crise nas indústrias no Império, já que solicitavam à Comissão da Revisão, os ganhos alcançados pela indústria, na Tarifa de 1844.⁴¹⁴ Pode-se perceber o desenvolvimento da indústria de tecidos com o exemplo da fábrica de Andaraí Pequeno, no Rio de Janeiro, conforme Lobo: “Em 1841 começou a produzir tecidos de algodão grosseiro e mais tarde tecidos finos e fios para velas, graças à ajuda governamental e às melhorais técnicas introduzidas pelos gerentes estrangeiros Carlos Usnar”.⁴¹⁵

O conflito se instala pelo fato da produção nacional ser concorrente do produto importado, ficando aqui exposto a razão do conflito entre o comércio e a indústria fabril pelo mercado interno do Império e a luta para garanti-lo. Conforme Holanda: “A tarifa Alves Branco, ao estabelecer uma taxa de 30% para a maior parte das mercadorias importadas e mesmo de 60% para alguns produtos já fabricados entre nós. (...), proporcionar uma proteção”.⁴¹⁶ Esta atuação do Ministro da Fazenda garantiu revitalização para as indústrias existentes e um impulso para a organização de muitas indústrias pelo Império.

A respeito da referida questão, vislumbra-se o mesmo ponto: a desconstrução de todo o apoio garantido na Tarifa de 1844 para a indústria fabril, tendo em vista, a necessidade do comércio importador e a pressão exercida na Comissão revisora. Nota-se, ainda, que a Comissão se interessava por garantir os pedidos do comércio, até porque a sua composição era de comerciantes e empregados da Alfândega.

Quanto às questões sobre os tecidos, Andrew & Edward C^a reclamaram contra a base tirada da diferença das cores, e especialmente, no que se refere aos lenços de chita escarlate. Não só porque essa base é variável, conforme os caprichos da moda, como servem de exemplo, os mesmos lenços, cujo preço foi muito reduzido por esta razão. Mais ainda, porque a distinção entre a cor escarlate e as que mais se aproximam, criava uma dificuldade de avaliação da mercadoria. Os próprios qualificadores e árbitros divergiam; uns denominavam cor de rosa, o que outros classificavam de escarlate ou carmesim e vice-versa, causando

⁴¹³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 22.

⁴¹⁴ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

⁴¹⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 173.

⁴¹⁶ HOLANDA, op. cit., p. 46.

confusão e prejuízo. A situação de queixas sobre fazendas ou tecidos encontrados na Revisão é significativa, pois se prolongou por várias tarifas. O Inspetor da Alfândega da Bahia argumenta.

Nas mercadorias que não admitem grandes diferenças de qualidades, e não causam sensíveis diferenças de preço, uma só classificação e avaliação deve ser fixada para o despacho, e que em todas as mais se devem estabelecer as três qualificações, ordinária ou inferior, média ou entrefina, fina ou superior. O sistema adaptado pela Tarifa ponderou o mesmo inspetor foi por mim considerado sempre como o pior, e que hoje é o mais prejudicial a arrecadação dos direitos, porque estabelecendo geralmente para as fazendas de consumo duas qualidades ou qualificações somente, ordinária e fina, é fácil de supor o prejuízo que deve resultar a fazenda pública, todas as vezes que se tiverem de despachar tecidos ou fazendas entrefinas; e é na Bahia que tão inconveniente sistema se faz mais sentir, porque a força de seu maior consumo é a dessa qualidade de fazendas. A primeira necessidade para a boa arrecadação dos direitos de importação é uma pauta mais bem-acabada do que a que ora está em vigor, que é falha em muitos artigos, principalmente nas fazendas de algodão da classe intermediária, ou de qualidade entrefina de que é a mais geral o consumo.⁴¹⁷

Outro ponto interessante seria quanto aos empregados da Alfândega do Maranhão que argumentavam quanto à necessidade de haver distinção em relação à qualidade dos tecidos: entre finos e ordinários para as cambraias de algodão e de linho; lenços da mesma fazenda, em geral para todos os tecidos de algodão, linho e lã. A alteração quanto as suas qualidades e a dificuldade de identificação na Alfândega levaram os Inspectores das Alfândegas, as Associações Comerciais e a indústria fabril a uma longa divergência quanto ao assunto; não somente nesta Revisão da Tarifa de 1844, mas nas demais que se sucederam.

Aliás, os embates entre o comércio importador e a indústria fabril quanto aos tecidos, velas, meias, chapéus, vinhos, vidros, luvas e metalurgia foram questões que frequentemente surgiram nas Tarifas posteriores. O motivo deste retorno ocorre pelo fato destas indústrias serem as mais desenvolvidas e por serem concorrentes dos produtos similares estrangeiros. De acordo com Buescu: “A ideia de proteger a indústria nacional, seja tributando fortemente os produtos concorrentes, seja facilitando a implantação de novas indústrias, está presente no pensamento dos subsequentes dirigentes da política comercial do Segundo Reinado”.⁴¹⁸

O marco da Tarifa de 1844 se deu mediante a questão levantada de que a indústria fabril necessitaria ser acolhida com leis e amparada com incentivos para o seu desenvolvimento. Conforme Bastos & Fonseca: “A seguinte afirmação de Alves Branco deixa claro seu ponto de vista: a indústria deve ser defendida, mas ela não se opõe, antes se

⁴¹⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 22.

⁴¹⁸ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 103.

complementa, as atividades primárias”.⁴¹⁹ Segundo os autores uma inovação do século XIX para os primeiros movimentos nacionalistas do século vindouro que defendiam haver oposição frontal entre os interesses da indústria e do capital estrangeiro.

A questão da complementação com a agricultura seria um dos argumentos da futura Associação Industrial do Rio de Janeiro na década de oitenta como proposta econômica para o Império. No artigo “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, o autor Fonseca afirma que a visão de Alves Branco quanto à indústria ser complementação à agricultura seria inovadora ao ponto ser uma marca do desenvolvimentismo no século XX. A raiz do pensamento nacionalista como afirma Fonseca está aqui defendida na Tarifa de 1844.⁴²⁰ Seria, portanto, a base para a proposta protecionista da Associação Industrial do Rio de Janeiro e para o desenvolvimentismo no Brasil no século XX.

Voltando-se então à questão das indústrias que produziam tecidos de algodão, essa estaria sendo debatida no Senado enquanto estava em processo a Revisão da Tarifa de 1844. O então senador Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha, apresentou sua arguição a respeito, com o intuito de favorecer a proteção desta mercadoria dentro do Império, principalmente com indústrias que pudessem favorecer a economia do Império. Nos Anais do Senado de 1851.

Pedi a palavra para perguntar ao honrado ministro da fazenda se pode tomar em consideração aquelas ideias que apresentei ao senado relativamente as fábricas de algodão cujo o tecido não exceda a cinquenta fios. Nessa fábrica, assim como nas fábricas do Rio de Janeiro, não se tece mais fino do que razão de cinquenta fios por polegada. Ora, eu julgo que nós devemos já proteger esse gênero de fábricas com leis protetoras. Impor direitos protetores a respeito de fábricas que ainda não temos no país seria sem dúvida inconveniente; porém proteger aquelas que já existem no país por meio de direitos protetores, estou convencido que é de absoluta necessidade.⁴²¹

No Senado havia vários parlamentares adeptos ao sistema protetor e outros, ao sistema do livre câmbio. A favor do protecionismo moderado para a indústria fabril, apresenta-se o senador D. Manuel Mascarenhas que defendia em Anais do Senado: “Quero proteger a indústria fabril, impondo 25 por cento sobre os produtos estrangeiros”.⁴²² Este senador propunha um percentual que não favoreceria de forma absoluta a indústria fabril, mas garantiria um mínimo de proteção. A questão dos tecidos no Império era de suma importância por ser muito significativa a quantidade de indústrias. Durante a vigência da Tarifa ocorreria

⁴¹⁹BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo; Editora Unesp, 2012. p. 26.

⁴²⁰Ibid., 2012.

⁴²¹BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária oitava Legislativa. Livro 4**. Sessão de agosto 1851. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1851. p. 699-700.

⁴²²Ibid., p. 713.

incentivos à indústria que contribuíram para o seu florescimento. Consta em Lamarão: “Em 1846, foi aprovada legislação que suspendia as taxas alfandegárias sobre maquinaria e matérias-primas, o que acabou estimulando a criação de fábricas de fiação e tecelagem de algodão”⁴²³ - fundamental para o desenvolvimento da indústria e o seu aprimoramento.

As discussões realizadas quanto à qualidade dos tecidos se estendiam para a questão do peso, já que se incidia no valor da Tarifa o peso de cada mercadoria. A Comissão elucida com exemplos de diversos países e o tipo de método empregado para se pesar e avaliar uma mercadoria. De acordo no Relatório da Comissão: “Tarifas como as da Rússia, Áustria, da França, da Bélgica, Portugal adaptaram o peso, outras como as da Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América, os direitos *ad valorem*”.⁴²⁴ Vale a pena ressaltar, que o corpo do Senado, em especial, exaltava os exemplos de países estrangeiros quando se almejava demonstrar alguma argumentação que merecesse crédito - da mesma forma, a Comissão se utilizava deste procedimento.

Outro problema identificado se refere as críticas feitas aos funcionários das Alfândegas pelos negociantes britânicos residentes na Corte, que segundo estes não cumpriam as deliberações do Regulamento das Alfândegas de 1844. Esta situação evidencia as deformidades da Tarifa em vigor, a partir de exame dos inspetores das Alfândegas que alegava a falta absoluta de equilíbrio no modo de prescrever suas decisões ou dúvidas, entre o importador e o exportador. Faz parte do Relatório da Comissão de 1853.

Dos males que se sofrem atualmente, dos obstáculos insuportáveis que se encontram constantemente na Alfândega, e contra os quais o corpo do comércio confia que V. S. advogará a sua justa causa, é a falta de absoluta equidade no modo prescrito para a decisão das questões, ou dúvidas entre o importador e exportador. Esses casos devem pôr sem dúvida ser decididos por meio de árbitros, mas não da maneira que dispõe o atual regulamento, que não permitindo a escolha, ou designação de um terceiro arbitro, quando os primeiros discordam, submete a decisão final ao voto do inspetor da Alfândega, que aliás se pode supor não ser pessoa competente para decidir em muitos casos especiais, e que nos casos duvidosos se inclinaria naturalmente para a opinião de seus subordinados... Em casos disputáveis, nega-se o arbitramento justo e razoável, e muitos negociantes, cujo crédito, e posição deviam colocá-los a cima de suspeitas ridículas, acha se sujeitos a um rigor, que só poderia ser justamente exercido contra a fraude premeditada, sendo punidos os erros mais involuntários e inocentes, cujo se fossem atos fraudulentos, ou aproveitados, como meio de aumentar a renda; podendo dizer-se com a mais rigorosa verdade, que os usos mercantis são substituídos pelas solenidade escrupulosas, pelas sutileza e rigores da Lei.⁴²⁵

⁴²³ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 39.

⁴²⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 29.

⁴²⁵ Ibid., p. 32.

O Regulamento, no artigo 15, define a ação dos funcionários das Alfândegas quando defende que o feitor conferente, se não estiver convencido sobre a qualificação da mercadoria dada pelo despachante na nota para despacho, pode agir de duas formas: sujeitar-se a opinião do feitor que julgar lesiva e contrária aos interesses do fisco ou perder a mercadoria.⁴²⁶ Na hipótese de não ser tomada a mercadoria, o negociante pode recorrer do juízo do feitor para o inspetor da alfândega. Podendo, este, ouvir outros quatro feitores à sua escolha ou dois negociantes, para se chegar à decisão da questão.

O Inspetor da Alfândega da Bahia apoiava os negociantes britânicos argumentando que era injusto que o importador ficasse sujeito a pagar direitos dobrados ou multas, só porque o empregado que estava de serviço na porta, não concordava com a classificação dos tecidos examinados e despachados. Os negociantes britânicos residentes na Corte discutiam a base de cálculo das taxas da Tarifa de 1844, apresentando suas queixas através de uma Carta entregue a Comissão.

Entre as discrepâncias da pauta pode notar-se que a porcentagem a que se diz, estarem sujeitos muitos artigos, não foi atendida quando se fixaram os direitos que realmente pagam, que não se tomou na devida consideração o valor comparativo das manufaturas tão alterado pelos melhoramentos modernos do maquinismo de sorte que os direitos a que estão sujeitos são quase equivalentes a uma proibição em alguns casos e em outros impossibilitam. A concorrência em muitos artigos necessários. Não é possível estabelecer com exatidão o preço do mercado, ou o custo das qualidades de algodão crus, lisos, que são um dos artigos de maior consumo das classes baixas, não devem ter uma avaliação muita elevada não obstante a proteção que se queria dar as fábricas nacionais.⁴²⁷

No Império do Brasil, os negociantes ingleses residentes na Corte salientavam que existiam dificuldades em estimar e classificar as manufaturas, cujo preço no mercado, raras vezes, pôde ser determinado pelo seu custo, porque dependiam da maior ou menor procura, do espírito de especulação. Conforme o Relatório da Comissão: “A Comissão fez o exame e estudo referente à matéria e alcançou a seguinte disposição: Recorreu legislação do diferente povo, a sua e a nossa experiência, aquilatou as vantagens, e inconvenientes deste sistema”.⁴²⁸

Outra questão importante e que gerava dificuldades era identificar o preço das mercadorias, porque a maior parte dos negociantes guardava as suas faturas como se fosse um grande segredo. No Relatório da Comissão: “As faturas costumam a vir em duplicadas destinadas umas a serem exibidas nas Alfândegas e as outras conforme a verdade fica em reserva na mão dos consignatários ou donos das mercadorias”.⁴²⁹ Apresentava-se assim, o

⁴²⁶BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1844**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1844.

⁴²⁷MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 38.

⁴²⁸Ibid., p. 40.

⁴²⁹Ibid., p. 38.

problema da fatura, gerado devido ao hábito de os comerciantes importadores, deliberadamente, omitirem a real fatura das mercadorias compradas no exterior. Desta forma, os funcionários das Alfândegas ficavam sem saber como identificar, de maneira correta e real, a taxa a ser cobrada em cada mercadoria.

Ainda com relação à questão do preço das mercadorias e sua entrada no Império, novamente a Comissão exhibe a prática de alguns países para formulação de seus próprios com as ideias de livre mercado, na medida em que procurou atribuir um significado mais fiscal e menos protecionista as tarifas”.⁴³⁰ Em alguns países, geralmente o preço que servia de base aos direitos era o do mercado do país fornecedor, aumentando, desta forma, os gastos com a mercadoria que era taxada no seu embarque.

Outro grupo que reivindicava favores foi o de negociantes franceses na Corte que entendiam que no caso de não vingar o sistema de direitos *ad valorem* prejudicaria a aquisição das mercadorias no exterior. Neste sentido, as frequentes revisões da pauta tornavam-se indispensáveis, uma vez que, o preço dos tecidos e objetos, fabricados na Europa, costumava passar, no decurso de poucos anos, por grandes mudanças, devido aos incessantes aperfeiçoamentos oriundos da concorrência.

Até mesmo as Revisões se embaraçavam nesta questão, por haver uma necessidade de periodicidade dos valores sobre as mercadorias que entravam nas Alfândegas, de certa forma favorecendo o comércio, haja vista que a Revisão de 1844 tinha esse perfil do sistema livre câmbio. Consta em Luz: “Confessava, no seu relatório, ser absolutamente contrária ao sistema protecionista que, na sua opinião, a tarifa Alves Branco havia estabelecido e preconizava um regime liberal que considerava a melhor proteção às forças produtivas do país”.⁴³¹ Da mesma forma segundo Almeida: “De forma geral, predominaram no segundo Império as orientações liberais, mas cada tarifa refletiu tendências mais ou menos protecionistas em função de seus autores pretenderem “proteger” alguma indústria específica ou “promover” a produção nacional de maneira ampla.”⁴³²

A posição do Império estava em discussão quanto a que sistema optar de forma a trazer para o debate as discordâncias de cada parte na Revisão da Tarifa de 1844. Na elaboração da Revisão de 1844, eram empregados os exemplos dos países do livre câmbio,

⁴³⁰ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz.** Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 76.

⁴³¹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930.** 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 28.

⁴³² ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império.** São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 158.

que adaptaram exclusivamente o sistema de calcular os direitos pelo valor das mercadorias na época do seu despacho, segundo o preço do exportador: Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Bolívia. No caso da França, Villermé declara sobre o *ad valorem*, de acordo com o Relatório da Comissão: “A fim de assegurar a renda contra a fraude, a lei armou a Alfândegas como recurso das impugnações que consiste em comprar-se ao negociante a mercadoria, que este importou pelo preço, que em sua nota declarou”.⁴³³

No Império, com relação às fraudes houve tempo em que exemplos iguais e de toda a natureza de fraude, quanto ao que se refere *ad valorem*, se davam em certas Alfândegas do nosso país, mediante a intervenção de seus empregados. Eram duas espécies de fraude. A primeira delas se referia ao fato de os despachantes darem valores inferiores aos marcados pela casa do comerciante que pertencia ao esquema. A diferença era dividida entre a casa, o despachante e o respectivo empregado. A corrupção dentro das alfândegas existia de maneira rotineira por parte dos empregados e dos comerciantes mediante as dificuldades do próprio regulamento em sua interpretação.

A segunda fraude era realizada por certos empregados, de acordo com os despachantes ou com certos comerciantes, que impugnavam todas as faturas, mediante uma porcentagem. Aqui, observa-se uma questão que nas demais Tarifas foram discutidas por muito tempo: a interpretação do funcionário do fisco e as suas intenções no trato das mercadorias. Outro assunto marcante era a questão da entrada das mercadorias *ad valorem*.

Em continuidade a questão da Tarifa, a forma de taxação continua a ser discutida pelo Inspetor da Alfândega de Pernambuco em 31 de janeiro de 1850 que manifestou a sua opinião sobre a questão *ad valorem*. No Relatório da Comissão: “A facilidade do despacho *ad valorem*, gênero de despacho o mais fatal a fiscalização, despido como se acha de corretivos eficazes, e contra o qual com o risco de me tornar importuno não posso deixar de insistir”.⁴³⁴ Pode-se reconhecer que talvez, somente na Grã-Bretanha, na França, na Bélgica, na Rússia e na Espanha, este sistema vigorava em seu limitado caso. E, em alguns países, a tomada ou impugnação era feita por parte, e por conta do fisco. No entanto, o sistema de direitos *ad valorem* era pouco favorável às rendas do Estado e dificultavam a taxação de mercadorias em seu valor real. Sobre este último ponto, a Comissão trasladará as palavras incertas nesse importante documento.

Algumas pessoas do comércio entendiam que era melhor adaptar o despacho por fatura, e de *valorem*, porque no estado atual do nosso meio circulante, os preços das

⁴³³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 41.

⁴³⁴ Ibid., p. 43.

mercadorias não admitem fixação alguma. Era preciso, porém, estabelecer um sistema de impugnação eficaz, e para isso nem tinham os empregados meios nem eu autorização para estabelecer um sistema diverso do que existe. Preferi, pois, calcular a Tarifa sobre preços fixos aproximados o mais possível às correntes na atualidade, permitindo somente o despacho por fatura nas mercadorias desconhecidas ou de preço muito variável. Eu preferi estabelecer as quotas dos direitos em taxas fixas calculadas sobre preços também fixos, ao antigo método de calcular sobre valor os direitos na ocasião do despacho da mercadoria, porque esse método era mais susceptível de erros e mais demorado.⁴³⁵

Levando em conta a dificuldade de se utilizar o *ad valorem*, tão requisitado pelo comércio, se estimava que o despacho dos objetos devesse exigir o valor da fatura original, sendo esta reconhecida e autenticada pela autoridade, como tratam os artigos 150 e 151 do Regulamento, de 22 de junho de 1836; dos lugares de procedência da mercadoria, com tanto que a sua data seja a da época de exportação; com o aumento de 15% e na sua falta pelo preço do mercado; atestado por dois corretores, e na sua ausência ou impedimento legítimo, por dois negociantes de reconhecida probidade.⁴³⁶

Com respeito às mercadorias não classificadas ou arroladas na Tarifa, ou não conhecidas, julgava-se mais conveniente, seguir o sistema de assimilação de que se usava a maior parte das Tarifas da Europa. A configuração empregada para se estabelecer o sistema de assimilação se constitui da seguinte forma.

O feitor conferente declarará o artigo a que a mercadoria deverá ser assimilada, e se a parte não concordar, a participará ao inspetor, expondo por escrito os fundamentos de sua opinião, e neste caso segue-se a decisão por árbitros na forma que acima a Comissão referido a respeito das mercadorias sujeitas a direitos *ad valorem*. Pode, porém, suceder que a mercadoria não passa sofrer assimilação por sua qualidade, ou natureza nova particular, neste caso o fator conferente levará ao conhecimento do inspetor o fato, expondo de um modo claro e minucioso qual qualidade e natureza da mercadoria, qual o seu uso e préstimo, e finalmente o preço do mercado do país exportador, e na falta deste a do nosso mercado, e a parte será obrigada a ministrar a sua fatura original, e quaisquer esclarecimentos que forem de mister. O inspetor depois de recolher as informações que julga necessárias, convocará a Comissão permanente da Tarifa, a qual, procedendo a quaisquer diligências que julgar necessárias, convocará dará o parecer, declarando qual a classe da Tarifa onde deve ser inscrita a mercadoria, o seu valor e a taxa a que deve ficar sujeita.⁴³⁷

Os interesses da Fazenda e do comércio ficaram garantidos. E os abusos e inconvenientes que são inerentes aos direitos *ad valorem* cessaram. Não só pela razão de se achar assim circunscrito o despacho por fatura a um limitado número de artigos, mas também, porque mediante as disposições da pauta, as questões sobre qualidades e denominações deviam reduzir-se a um estreito círculo.

⁴³⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 54.

⁴³⁶ BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1836**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1836.

⁴³⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., p. 56.

Nesta Revisão, destaca-se a reflexão concernente ao comércio e navegação interna e externa do Império. Conforme a legislação fiscal, eram livres a importação, descarga, depósito e trânsito de todas as mercadorias vindas do estrangeiro, nos portos em que havia Alfândegas, mediante inspeção e fiscalização. Ao comércio interno e costeiro, estavam abertos e livres todos os portos do Império. Este comércio, porém, estava sujeito a duas restrições: 1ª. As mercadorias estrangeiras despachadas para o consumo no país não podiam ser importadas com cartas de guia em certos portos; 2ª. Este tráfego era exclusivo das embarcações nacionais.

Estas duas regras gerais sofreram algumas exceções: 1ª. As mercadorias transportadas com carta de guia dos portos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará para outros portos, onde existiam Alfândegas, poderiam regressar destes para aqueles com a mesma carta de guia, no caso de permanecerem nos depósitos das Alfândegas. 2ª. Os objetos de indústria estrangeira, depois de pagos os direitos de consumo, transportados de certos portos nacionais para outros, com o fim de serem concertados, poderiam ser admitidos a despacho nas Alfândegas do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, com obrigação e caução de voltarem dentro de certo prazo, para os lugares de sua procedência. 3ª. A bagagem dos passageiros era livre de todas as referidas restrições.

A 2ª regra passou por algumas mudanças, segue: 1ª. Em circunstâncias extraordinárias de guerra interna e externa, era facultado o comércio interno e costeiro às embarcações estrangeiras; 2ª. O transporte de mercadorias estrangeiras de um porto para outro no Império poderia efetuar-se por via de baldeação em embarcações estrangeiras, contanto que as referidas mercadorias fizessem parte do carregamento das mesmas embarcações que deram entrada em algum porto nacional, vindas do estrangeiro.

É questionado na Revisão sobre o estado do comércio de importação nos portos alfandegários, os inconvenientes e os proveitos da conservação do sistema ora seguido, de franquear o comércio geral de importação, exportação e de cabotagem a todos os portos alfandegados do Império. Exclui-se deste exame, os principais portos comerciais deste Império: Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará. Tratando em separado, o caso da Alfândega de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Serão exibidas, a seguir, as mercadorias que cada Alfândega importava com o objetivo de averiguar os tipos de artigos comprados no exterior para assim demarcar a própria fragilidade do comércio e da indústria do Império. Será feita uma breve exposição alusiva às

alfândegas analisadas, com referência ao comércio interno e externo, com a finalidade de demonstrar quais os países faziam comércio com as Alfândegas relacionadas no quadro 1.

Quadro 1- Países que faziam comércio com as Alfândegas do Império.

Alfândegas do Império	Produtos Importados	Comércio Externo de 1839-1849	Países que comercializavam com o Império 1839-1849	Comércio interno 1839-1849
Alfândega de Paranaguá	Aguardente, bebidas espirituosas, Carne seca, Couros secos, farinha de trigo, Manufaturas de algodão, Objetos, sal, sebo em rama, Velas de sebo e vinhos;	O número de embarcações entrada nesse porto foi de um total de 8 a 19 mil toneladas. O termo médio foi de 58 embarcações com 14.623 toneladas.	Rio da Prata; França; Bélgica; Portugal; Espanha; Portos diversos, com alguns portos da África.	As embarcações nacionais foram 177 com 32.167 toneladas e a estrangeiras 406 com 114.069 toneladas
Alfândega de Santa Catarina	Aguardente, Azeite de oliveira, Carne seca, Chá, Carvão de pedra, Calçado, Farinha de trigo, Manufatura de algodão, lã, linho, seda, Madeiras, Objetos de armarinho, Sabão, sal e Vinhos.	Total de entradas estrangeiras 581 com 116.748 toneladas	Rio da Prata; Estados Unidos; Grã-Bretanha; Sardenha; França, Bélgica; Espanha; Chile; Portos do Pacífico; Possessões Espanholas na África; Possessões Portuguesas e portos diversos.	Total de entradas sendo nacionais, 122 com 16.861 toneladas,
Alfândega de Santos	Aguardente, Azeite de oliveira, Carvão de pedra, Chapéus de pelo, Carne seca e salgada, Ferragens, Farinha de trigo, Louças e vidro, Manufatura de algodão, lã, linho, seda, Madeiras, Objetos de armarinho, Sal, Torneiras, Vinagre, Vinhos e Velas;	Total de entrada sendo nacionais 66 com 15.008 toneladas e estrangeiras de 261 com 75.967 toneladas.	Rio da Prata; África, França, Espanha; Portugal, Estados Unidos; Itália, Grã-Bretanha; Cidades Hanseáticas, Porto Báltico; Holanda e portos diversos.	Total de entrada sendo estrangeiras de 261 com 75.967 toneladas.
Alfândega de Vitória	Armamento, Azeite, Carne seca, Ferragens, Manufatura de algodão, Madeiras, Objetos de armarinho, Sal, Vidros, Vinho e diversos artigos;	A importação de mercadorias estrangeiras com carta de guia por via navegação costeira regula anualmente em 150 a 200 contos	A Comissão não conseguiu definir a relação dos países que comercializavam com esta Alfândega.	Não consta esta informação na documentação.

“Continua”

“Continuação”

Alfândegas do Império	Produtos Importados	Comércio Externo de 1839-1849	Países que comercializavam com o Império 1839-1849	Comércio interno 1839-1849
Alfândega de Sergipe	Carne, Farinha de trigo, Ferragens, Ferro, Manufatura de diversos, madeira, sal e Vinhos;	O total de embarcações que entraram no porto foi de 67 com o total de 13.713 toneladas.	Grã-Bretanha; Suécia; Bélgica; Possessões Inglesas na África; Espanha e Rio da Prata.	Na documentação não existe informação.
Alfândega de Alagoas	Aguardente e outras bebidas, Bacalhau, Carvão de pedra, Couros envernizados, cobre em bruto, Ferragens, farinha de trigo, Louça e vidros, Manufaturas de algodão, lã, linho, Pólvora, Sal, Sabão e vinhos;	Total de entradas sendo estrangeiras 232 com 79.449 toneladas.	Portugal; Dinamarca; Grã-Bretanha; Domínio Austríacos; Rio da Prata; Espanha; Possessões francesas na África; Possessões inglesas na África; Possessões inglesas na Ásia; Hamburgo; Suécia; França e portos diversos.	Total de entradas sendo nacionais 9 com 2.292 toneladas.
Alfândega de Alagoas	Aguardente e outras bebidas, Bacalhau, Carvão de pedra, Couros envernizados, cobre em bruto, Ferragens, farinha de trigo, Louça e vidros, Manufaturas de algodão, lã, linho, Pólvora, Sal, Sabão e vinhos;	Total de entradas sendo estrangeiras 232 com 79.449 toneladas.	Portugal; Dinamarca; Grã-Bretanha; Domínio Austríacos; Rio da Prata; Espanha; Possessões francesas na África; Possessões inglesas na África; Possessões inglesas na Ásia; Hamburgo; Suécia; França e portos diversos.	Total de entradas sendo nacionais 9 com 2.292 toneladas.

“Continua”

“Continuação”

Alfândegas do Império	Produtos Importados	Comércio Externo de 1839-1849	Países que comercializavam com o Império 1839-1849	Comércio interno 1839-1849
Alfândega da Paraíba	Bacalhau, Carne salgada, carvão de pedra, Drogas, Ferragens, Ferro em bruto, Madeiras, Manufaturas de algodão, lã, linho, Moveis, Pólvora, Sal e Vinhos.	Total de entradas sendo e estrangeiras 173 com 56.742 toneladas.	Grã-Bretanha; Cidades Hanseáticas; Espanha; Suécia; Sardenha; Dinamarca, Portugal; Domínios Austríacos, Possessões inglesas na África; Possessões portuguesas na África; Possessões inglesas na América e portos diversos.	Total de entradas sendo nacionais 2 com 432 Toneladas sendo nacionais 2 com 432 toneladas.
Alfândega Do Rio Grande do Norte	Azeite vegetal, Farinha de trigo, Frutas, Queijos e Vinho.	O total de embarcações entradas no porto no período foi de 4 com 432 toneladas.	Sardenha e Espanha.	Na documentação não existe informação.
Alfândega do Piauí	Casas, Chapéus para sol, Farinha de trigo e diversos artigos.	A Comissão não encontrou informações sobre a entrada de embarcações estrangeiras no período de 1839 a 1849 na Alfândega do Piauí.	Na documentação não existe informação.	Na documentação não existe informação.
Alfândega do Ceará (Aracaty)	Banha, Chá, Chalés de algodão, Chitas em morim, Especiaria, Farinha de trigo, Ferro em bruto, Louça, Manufatura de algodão, lã, linho, Manufatura de diversas espécies, móveis e Pólvora.	O seu número de 16 com 2.952 toneladas.	Grã-Bretanha; Estados Unidos e Portos diversos.	Na Documentação não existe informação.

“Continua”

“Conclusão”

Alfândegas do Império	Produtos Importados	Comércio Externo de 1839-1849	Países que comercializavam com o Império 1839-1849	Comércio interno 1839-1849
Alfândega de Fortaleza (Ceará)	Aguardente, Carvão de pedra, Farinha de trigo, ferragens, Louça, Linhas, manteiga, Manufatura de algodão, lã, linho, Manufatura de diversas espécies, Objetos de armarinho, Pólvora, Sabão e Vinho.	Total de entradas era estrangeira: 100 com 25.807 toneladas.	Grã-Bretanha, Portugal; Espanha; Estados Unidos; França; Possessões francesas e portos diversos.	Total de entradas era nacional 7 com 998 toneladas.
Alfândega do Rio Grande do Sul	Armamento, aguardente, Alcatrão, Azeite de oliveira, Couros preparados, Chá, Carnes, Charutos, Carvão de pedra, Especiarias, Farinha de trigo, ferragens, Louça, algodão, seda, linho, de lã, Manteiga, Madeiras, Quinquilharias, Roupas feita, Sabão, sal e Vinho.	Total de entradas sendo e estrangeiras 782 com 113.966 toneladas.	Grã-Bretanha, França, Cidades Hanseáticas; Portugal; Espanha; Bélgica; Dinamarca, Sardenha; Duas Sicília; Estados Unidos; Rio da Prata; Possessões portuguesas e diversos portos.	

Fonte: Relatório da Comissão.⁴³⁸

Demonstra-se, assim, o tipo de mercadorias importadas e quais os países que comercializavam com o Império. Além da quantidade, em tonelada de mercadorias, vinda para os portos. A partir dessa exposição das Alfândegas, estima-se a relevância para o comércio quanto ao valor da Revisão de uma Tarifa. As Alfândegas menores, citadas acima, eram portos de descarga de todas as mercadorias. Porém, para a saída de mercadorias para o estrangeiro, eram habilitados, unicamente, os portos do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Pedro do Rio Grande do Sul.

Neste mesmo período 1839-1849 as Alfândegas do Império geraram os respectivos direitos de importação, em termo médio, em 162:711\$ rs. Os quais se dividiam nos valores expostos no Relatório da Comissão (1853).

Santos.....48:876\$
 Paranaguá.....8:525\$
 Paraíba.....10:340\$
 Fortaleza.....46:000\$
 Aracati.....9:542\$

⁴³⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

Paranaguá.....	90\$
Santa Catarina.....	24:717\$
Alagoas.....	13:660\$
Sergipe.....	2:218\$
Rio Grande do Norte.....	207\$
Espírito Santo.....	526\$

Serão examinados os fundamentos que serviram de base para a adaptação do sistema protetor na Tarifa das Alfândegas que emprega as experiências de vários países, para chegar a seu próprio arranjo, ajuizando sua relevância e ponderando sobre os prejuízos que este sistema pôde gerar. Averiguando, assim, a situação da indústria fabril e suas dificuldades.

Quanto à Revisão da Tarifa, será tratada a discussão quanto à preleção proferida pelo Ministro da Fazenda à Câmara dos Deputados, em 1845, com referência a defesa da Tarifa das Alfândegas de 1844; na ocasião em que abordou a necessidade de proteger a indústria fabril no Império.

2.4.2- Crítica da Comissão Revisora ao Relatório do Senhor Ministro da Fazenda Alves Branco de 1845.

O Relatório do Ministro da Fazenda de 1845 defendia o sistema protecionista junto à Assembleia Geral Legislativa como consta no Relatório da Comissão, “Capitais e braços apareceriam, os juros e os salários abaixariam, as fábricas surgiriam, como por encanto, a receita do estado aumentaria, e por efeito desse aumento a dívida pública caminharia a passos avantajados para o seu fim”.⁴³⁹ Para Almeida: “O protecionismo industrializante de Alves Branco, motivado pela ideia da promoção da atividade fabril no Brasil, foi considerado, na literatura como uma manifestação de extremado nacionalismo econômico.”⁴⁴⁰

Contudo, havia críticas perpetradas pela Comissão Revisora que se fundamentava com o argumento de que pela força do Ministro da Fazenda, o sistema protetor advogava seu espaço e contagiava as mentes de forma avassaladora. Pode-se observar que os ideários de List empregado na elaboração da Tarifa de 1844 foi alvo de discussões sobre a temática nas Câmaras sobre qual seria o sistema a ser adotado no Império.⁴⁴¹ De acordo com List: “Assim a História demonstra que as restrições à liberdade de comércio não são tantas invenções de mentes especulativas, mas de diversidade de interesses e dos anseios das nações por independência”.⁴⁴² O sistema protetor pôde garantir os interesses da nação sobre os interesses

⁴³⁹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 86.

⁴⁴⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo: Funag, 2001. p. 158.

⁴⁴¹ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

⁴⁴² LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 85.

internacionais, proporcionando independência econômica e política gerando desenvolvimento econômico e social. Para Almeida: “Na verdade o famoso autor da tarifa ‘redentora’ de 1844 queria, sim, utilizar-se da arma tarifária com toda a flexibilidade requerida pelas necessidades fiscais e ‘desenvolvimentistas’ do momento”.⁴⁴³

As restrições que uma nação poderia determinar com a sua Tarifa Alfandegária traria, de alguma forma, o benefício do crescimento interno para o país, contribuindo para o desenvolvimento de toda a economia e garantindo, assim, seu fortalecimento frente as demais nações. Com o exame dos fundamentos em que se baseou o referido Relatório do Ministro da Fazenda de 1845, será discutida sua relevância e seus defeitos. A Tarifa de 1844 foi abrangente; arcou com a questão da necessidade da renda para o Império e a proteção da indústria fabril. Exerceu, também, taxaço alta para as mercadorias vindas do exterior que tivesse similaridades com as produzidas no Império pela indústria fabril nacional.

Não deixemos o nosso futuro entregue a Tarifas meramente fiscais, como essa que felizmente acabou em novembro do ano passado, que, embalando-se continuamente com o engodo de prover o tesouro de recursos, e dar aos particulares a facilidade de vender caro, e comprar barato, acabou com o resultado inteiramente contrário. Com uma Tarifa meramente fiscal, fomos forçados a tirar de empréstimos nestes últimos 34 anos enormes quantias. Uma Tarifa protetora, cujo termo médio de direitos não passasse de 30% teria dado de sobra aos cofres públicos nos 34 anos passados depois do tratado de 1810, para ocorrer todas as nossas despesas, talvez sem empréstimos, ou com muito poucos. De certo este sistema não nos teria legado os 150,000 contos de dívida, a ruína do nosso meio circulante, a bancarrota parcial, e finalmente o desfalecimento de nossa lavoura, dadas as mesmas circunstâncias porque passamos. Os Estados Unidos com taxas cujo termo médio regulava por 50%, tiraram de suas alfândegas uma receita de 19,700,000 dólares, anuais de 1828 a 1839, e nas suas Tarifas protetoras acham recursos para o seu tesouro vazio, e alta para o seu crédito. Não devemos recuar com a elevação das taxas a diminuição do consumo, e quando ao contrabando não é ele invencível.⁴⁴⁴

A discordância da Comissão Revisora quanto ao discurso do Ministro da Fazenda de 1845, se caracterizava por atender ao comércio e ao fisco, mediante suas próprias declarações expostas de maneira objetiva. Para a Comissão, a Tarifa de 1844 deveria ser meramente leis e impostos, porque esta era a sua natureza: a de gerar renda para fazer frente às despesas do Tesouro.

Segundo Almir Pita Filho em sua tese de doutoramento, “O pensamento da Comissão expressava as mudanças na conjuntura política e econômica do país, onde se consolidava a centralização monárquica, assim como o recrudescimento do liberalismo e do agrarismo

⁴⁴³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 158.

⁴⁴⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 86.

triumfante”.⁴⁴⁵ Não cabia uma Tarifa protecionista neste momento de consolidação da centralidade política por mexer com o grupo de industriais que estavam espalhados pelo Império e que tinham como objetivo a diversidade da atividade econômica.

O relatório apresentado na Câmara Legislativa em 1845 fornece esta afirmação quando expõe no Relatório da Comissão: “Por fim na reforma da Tarifa além do preenchimento do déficit a proteção dos capitais nacionais, já empregados dentro do país em alguma indústria fabril, e animar outros a procurarem igual destino”.⁴⁴⁶ Devido a este pensamento pode-se observar Stein: “Embora as posições da comissão de tarifas de 1853 recebessem a chancela oficial e desfrutassem de ampla popularidade por muitos anos, ocorriam mudanças que infundiam nova força às ideias protecionistas”.⁴⁴⁷ Este impasse em não conseguir tomar uma posição quanto a que sistema optar gerava no Império uma oscilação quanto a ênfase que teria que ser tomada.

Verifica-se, pois, que, apesar de já existir uma forte corrente a favor de um regime aduaneiro mais liberal, a política imperial não decidia abandonar as indústrias já existentes. Atendia, porém, aos dois pontos mais atacados, recomendando o estabelecimento de direitos sobre as matérias-primas importadas e a diminuição das taxas sobre os gêneros de primeira necessidade, reclamada pelos interesses da lavoura monocultora.⁴⁴⁸

Certifica-se que em meio ao emaranhado de interesses com referência à política aduaneira, foi apresentada a questão concernente à dificuldade de posição do Império, já anteriormente abordada. Apesar da atuação benéfica da Tarifa de 1844, devido à ampliação das indústrias no Império por conta do seu desenvolvimento, foi considerada como desnaturada e contrária à índole, com as feições de protetora da indústria fabril.

Apresentando, assim, um caráter proibitivo em razão dos altos direitos que fizeram recair sobre certas mercadorias. As mercadorias sujeitas a 40% a 60 % eram as estrangeiras, já produzidas no país, com certa qualidade, como o vidro, e o chá etc. As mercadorias taxadas a 25% a 2% eram as alimentares, como farinha, o peixe salgado e outros, e as que eram empregadas dentro do país em artefatos, como folha de flandres, de cobre, ferro, assim como

⁴⁴⁵ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz.** Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 66.

⁴⁴⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 86.

⁴⁴⁷ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 28.

⁴⁴⁸ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930.** 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 29.

também, os objetos próprios para instrução, como livros e mapas. Além das mercadorias de pequenos volumes; como galões, joias e pedras preciosas.⁴⁴⁹

As mercadorias já existentes em território nacional, principalmente as produzidas pela indústria fabril, foram protegidas pela Tarifa de 1844, tais como: chapéus, luvas, vidros, bebidas, tecidos, metalurgia, meias, vinhos e muitas outras. Proporcionando, dessa forma, seu incremento e ocasionando o desconforto do comércio e do fisco. Verifica-se essa mesma problemática nas demais Tarifas quando os chapéus, vidros, luvas, meias, tecidos e metalurgia eram protegidos com a tarifa protecionista. Na Revisão seguinte, seria alterada para uma Tarifa mais do livre câmbio ou vice-versa.

Interessante notar que as indústrias que almejavam proteção eram: as de chapéus, metalurgia, tecidos, vidros, meias, luvas, roupas, vinhos, etc. Eram as mesmas que entrariam em conflito com o comércio ao longo das demais Tarifas. Pode-se alegar a abordagem de Eulália Lobo em seu livro “História do Rio de Janeiro do capital comercial ao capital financeiro” que indicava o fato da proteção da Tarifa de 1844, feita pelo Governo Imperial, ter sido uma forma de incentivar a indústria produtora das mercadorias anteriormente comprada da Inglaterra logo após o fim dos Tratados a fim de proteger o mercado interno do Império.⁴⁵⁰ Percebe-se que essas indústrias estavam na luta por um espaço no cenário político e econômico do Império, desde 1844, com a primeira Tarifa protecionista. Segundo Holanda: “Rodrigues Torres, reconheciam a superioridade da indústria e do comércio como fonte de riqueza, por ser capitalização um fenômeno muito lento nos países agrícolas, muita cautela ao adotar-se uma política protecionista, a fim de não serem alimentadas indústrias fictícias, nem ofendidos os interesses agrícolas.”⁴⁵¹

Ressalta-se então, apesar do reconhecimento da força da indústria, havia espaços que não poderiam ser mexidos, com referência às indústrias que aparecerão na Crise dos Chapéus, nos anos setenta, e na futura Associação Industrial do Rio de Janeiro, nos anos 1880. A problemática da proteção tarifária à indústria fabril não nasceu nos anos setenta e oitenta, mas antes dos anos quarenta do século XIX. O pensamento protecionista aflora nos anos quarenta e permanece até os anos setenta e oitenta, quando este grupo industrial se organiza no seio social do Império.

⁴⁴⁹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

⁴⁵⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

⁴⁵¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 47.

Todavia a Comissão Revisora, defensora do pensamento livre cambista, discutia a Tarifa protecionista que alegavam prejudicar o Estado em dois aspectos. O primeiro deles estava relacionado à diminuição da importação que procurava sempre se nivelar à exportação. O segundo se relacionava à diminuição do consumo sobre outras mercadorias. A raridade e escassez dos produtos protegidos elevavam os seus preços e diminuía o consumo. Destaca-se a questão da diminuição de importação, devido às Tarifas impostas a esses produtos.

O exemplo do vinho. No mercado desta corte em 1838 á 1839 entraram 7, 000,364 canadas de vinhos. A taxa sobre este artigo regulava na razão de 15 por % (20 por % com a armazenagem adicional e expediente). Nos dois anos seguintes a taxa permaneceu na razão de 20% para os vinhos trazidos da Grã-Bretanha, e 50 ½ % para os demais, o consumo diminuiu na razão de 44,9%. De 1841 a 1842 em diante até 1844 a 1845 a taxa foi geral na razão de 53 ½ e o maior consumo regulou de 3,946,485 canadas a 4,278,959 á 1851 o maior consumo regulou de 33,740,761 a 4,368,612. O segundo exemplo. Móvelia. Com os direitos de 15, ou 20% (computado o expediente e armazenagem adicional com os direitos de consumo) no período de 1839 a 1844 consumo deste artigo em todo o império, chegou (termo médio) a rs. 213:552\$746, e a renda corresponde em rs. 42:710\$549. Com os direitos de 40% o consumo diminuiu, e não foi além da correspondente em rs.138:035\$730(termo médio) e a renda respectiva apenas chegou a rs. 55:214\$292. No ano de 1849 a 1850 os direitos foram elevados a 80%. O consumo apenas chegou a rs. 56:174\$198 e a renda correspondente a rs. 44:439\$358! O terceiro exemplo. Roupas. O consumo deste no período de 1839 á 1844 chegou a rs. 62:075\$761(termo médio). Os direitos regulavam na razão de 20% e produziram rs. 12:415\$761. Estes direitos foram elevados na razão de 80, em 1849á 1850, o consumo baixou, e foi reduzido a rs. 29:50\$381, e os direitos não foram a mais de 23:800\$304 rs.⁴⁵²

Deve-se notar que no período compreendido entre 1845 a 1848, os direitos (Tarifa de 1844) foram lançados na razão de 40%, e então o termo médio do seu produto anual foi de rs. 24:263\$874. A respeito da tarifa fiscal, Miguel Chevalier comenta no Relatório da Comissão: “Um governo que é fiscal, sem inteligência, prefere uma taxa forte e pesada a direitos moderados. Um governo esclarecido adapta taxas moderadas, e suas próprias finanças deste procedimento”.⁴⁵³ Com o objetivo de demonstrar os valores arrecadados nas Alfândegas têm-se na tabela 1 abaixo as informações relacionadas à importação e exportação nos anos quarenta e cinquenta do século XIX até ano do término da vigência da Tarifa de 1844. De acordo com o livro “História Financeira e Orçamento do Império no Brasil”, de Liberato de Castro Carreira, Tomo II.

⁴⁵² MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 88.

⁴⁵³ Ibid., p. 89.

Tabela 1-Importação e Exportação nos anos quarenta e cinquenta do século XIX.

Anos 1840	Receita de Importação	Receita de Exportação	Anos 1850	Receita de Importação	Receita de Exportação
1844-1845	57.228:000\$000	47.054:000\$000	1850-1851	76.918:000\$000	67.788:000\$000
1845-1846	52.193:000\$000	53.630:000\$000	1851-1852	92.860:000\$000	66.640:000\$000
1846-1847	55.740:000\$000	52.449:000\$000	1852-1853	87.332:000\$000	73.644:000\$000
1847-1848	47.349:000\$000	57.925:000\$000	1853-1854	85.838:000\$000	76.842:000\$000
1848-1849	51.569:000\$000	56.289:000\$000	1854-1855	85.171:000\$000	90.699:000\$000
1849-1850	59.165:000\$000	55.032:000\$000	1855-1856	92.778:000\$000	94.432:000\$000

Fonte: Carreira.⁴⁵⁴

Observa-se nesta tabela, que a receita de Importação do Império na vigência da Tarifa protecionista de 1844, apresentou renda maior para o Tesouro. Uma renda de 844.141:000\$000 de importação e na Exportação de 792.424:000\$000. Importante salientar, que o orçamento do Império estava pautado na receita das alfândegas como já mostrado anteriormente. Mediante a argumentação que a Tarifa não estava suprindo as necessidades do Império, não estava correta, pois, a partir da Importação é que era gerada a renda substancial para o Tesouro. Segundo Stein: “A comissão parece ter subestimado os sinais promissores de progresso da industrialização brasileira”.⁴⁵⁵ Para trazer suporte a questão, na tabela 2 estão expostas as rendas das Alfândegas dos anos 1830.

Tabela 2-As rendas das Alfândegas dos anos 1830.

Anos 1830	Receita de Importação	Receita de Exportação	Anos 1830	Receita de Importação	Receita de Exportação
1833-1834	36.237:000\$000	33.011:000\$000	1837-1838	40.757:000\$000	33.511:000\$000
1834-1835	36.577:000\$000	32.998:000\$000	1838-1839	49.446:000\$000	41.598:000\$000
1835-1836	41.195:000\$000	41.442:000\$000	1839-1840	25.358:000\$000	43.192:000\$000
1836-1837	45.319:000\$000	34.182:000\$000	1840-1841	57.727:000\$000	41.671:000\$000

Fonte: Carreira.⁴⁵⁶

Com a exposição desses dados, demonstra-se a realidade dos anos anteriores a Tarifa de 1844, ainda na vigência dos tratados Internacionais. Portanto, observa-se que existe uma inclinação para o favorecimento da Importação para o Império do Brasil que de certa forma explica a razão de uma Tarifa mais protecionista. Apesar de haver rendimento na década de trinta por parte da importação de mercadorias 332.616:000\$000 e de Exportação de 301.605:000\$000 ainda assim na década posterior com a Tarifa de 1844 houve um aumento significativo. Importante explicitar que o imposto de Importação era revertido diretamente para o Tesouro do Império, enquanto que o imposto de Exportação, para as províncias

⁴⁵⁴ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 660.

⁴⁵⁵ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 28.

⁴⁵⁶ CARREIRA, op. cit., p. 660.

produtoras. E é por conta disso, que durante todo o Segundo Reinado havia essa discussão quanto à Tarifa das Alfândegas e qual o sistema a adotar para beneficiar a renda do Império.

De fato, a base de sustentação do pensamento da Comissão quanto a Tarifa a princípio foi o exemplo empregado da Tarifa dos Estados Unidos da América do Norte, para se discutir a questão da Tarifa do livre comércio. Na narrativa a respeito da Tarifa americana conclui-se que a Tarifa é fiscal, como afirma o Relatório da Comissão: “O caráter verdadeiro da Tarifa dos Estados Unidos foi outro senão o fiscal, e ainda que nas feições da Tarifa de 1842 se encontrasse mui pronunciada a cor protecionista não perdeu jamais nela em proeminência o caráter fiscal”.⁴⁵⁷

Segundo esta proposição, a tarifa Americana se caracterizava neste período com um viés fiscal, diferentemente, da História das Tarifas Americanas descritas por Mauro: “De 1816 a 1832 as tarifas aduaneiras aumentaram progressivamente ao protecionismo. Em 1846 a tarifa Walker classificada os produtos importados em produtos de luxo (100%), semi-luxo (40%) e comerciais (30% a 5%)”.⁴⁵⁸ Durante o período entre 1833 a 1845 tem-se nos Estados Unidos um momento de livre comércio é exatamente nesse ínterim entre os períodos do protecionismo, que a Tarifa Americana poderia ser o exemplo para o Império, enquanto tarifa do livre comércio.

O pressuposto seria que a nova Tarifa necessitaria extinguir o sistema proibitivo para outro mais moderado, ainda que restritivo, porém, com o intuito de produzir benefícios ao Estado. Segundo exposto pelo Graham: “E a tarifa de 1844, moderadamente protetora, foi principalmente usada não para defender uma indústria moderna, mas para esconder uma indústria artesanal em declínio”.⁴⁵⁹ Segundo o autor a indústria no Império seria artesanal e estaria em declínio, mas como explicar o fato da necessidade ter uma revisão livre cambista a fim de facilitar a entrada de produtos importados para o Império, já, que supostamente, não haveria concorrentes devido a indústria nacional ser artesanal e estar em declínio.?! Um pressuposto discutível para tal afirmação da Comissão. Por sua vez era praticamente comum o uso das experiências de diversos países e suas tarifas fiscais a fim de trazer ao país, um maior alívio e crescimento econômico.

Outra questão abordada seria o contrabando, que destrói todos os cálculos fundados sobre a criação de altos direitos. Para embasar suas prerrogativas, atesta que o contrabando

⁴⁵⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 89.

⁴⁵⁸ MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. p. 184-185.

⁴⁵⁹ GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 112.

prejudicava a renda do Império e afirmava haver uma relação entre os altos direitos e o contrabando. Sob um sistema que gerava altos direitos para a entrada de mercadorias, os contrabandistas se organizavam e convertiam-se a um ramo lucrativo de indústria. Fazia parte na estrutura do contrabando: corretores, comissionarias e a polícia. Ao enfrentar a questão do contrabando, a Comissão revisora relata ação de vários países em eliminar ou controlar, em seu próprio território este mal.

O meio que a França empregou para vencê-lo nos objetos em que em grande escala se praticava foi a diminuição de direitos, por exemplo, a respeito dos relógios dos relógios. Estima-se que em mais de 6 milhões dos direitos de relojoaria introduzidos clandestinamente da suíça na França. A Espanha é reconhecida como o país do contrabando, e apesar dos rigores de sua legislação, não conseguiu vencê-lo, e os próprios empregados eram os mais ousados contrabandista. A respeito de Portugal, enganemo-nos: enquanto as pautas se conservarem como estão, enquanto não forem muito reduzidos os direitos nelas designados, a existência do contrabando será um axioma; exceto se o governo postar em torno da ilha uma floresta espessa de empregados incorruptíveis que ricos de seus ordenados, resistam a todas as seduções do ouro. A Áustria emprega na repressão do contrabando 16,300 homens do corpo de guardas das fronteiras, e 2,824 empregados, e gasta anualmente 4,526,950 florins na sustentação deste pessoal.⁴⁶⁰

Segundo esta alteração a Comissão ajuíza que no Relatório do Ministro da Fazenda do Império, de 1845 ora discutido, as tarifas anteriores a de 1844 causaram males a economia do Império pelo fato de serem meramente fiscais, apesar de os recursos levantados terem sido, como já descrito, na importação nos anos trinta inferior aos da exportação. Faz, ainda, uma extensa argumentação desde 1795 até a presente Tarifa de 1844. As razões pelas quais as manufaturas fracassaram estão divididas em os três períodos: 1º) A razão porque terminou em 5 de janeiro de 1785; 2º) O decorrido dessa data até o 1º de abril de 1808; 3º) finalmente, o de 1824 até 1844, data da publicação da Tarifa protetora. Serão apresentadas, de forma breve, apenas as argumentações e exemplos possíveis de serem expostos nesse capítulo.

De acordo com o 1º Período, como descrito no Alvará de 1785, existiam fábricas e manufaturas de diferentes qualidades no Brasil, que foram impedidas de se desenvolverem. Primeiro, porque faltavam braços para a agricultura e a mineração; em segundo lugar, porque consistiam a verdadeira e sólida riqueza nos frutos e produtos da terra; e em terceiro lugar, porque assentava todo o fundo e base das permutações mercantis, da navegação, e do comércio do Brasil e Portugal nas produções da terra. Em relação ao 2º período, a partir do Alvará de 1º de abril de 1808, as indústrias fabris se desenvolveram e foram criadas novas fábricas. A respeito das novas fábricas, será relatada breve consideração.

1 de galões de ouro e prata do senhor Thomaz Soares d' Andrade, José d' Andrade, criada no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1811; 4 de tecidos de algodão e seda a

⁴⁶⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 98-100.

saber: 1 de Antônio Xavier de Carvalho criada no Rio de Janeiro dia 17 de março de 1812, 1 Bento Dias das Chagas criada no Rio de Janeiro dia 21 de julho de 1812; 1 de Lourenço & Pietra criada no Rio de Janeiro dia 20 de fevereiro de 1813; 1 de João Marques Vieira & Comp^a criada em São Paulo dia 16 de outubro de 1813; 1 macarrão e outras massa de Nicolau Ignácio de Siqueira Nobre criada na Bahia de 5 de novembro de 1814; 1 de couros envernizados, garoteados e tanoarias de todas cores, de José Nogueira Duarte criado no Rio de Janeiro de 27 de novembro de 1821; 1 de papel de carneiro Silva & Pinheiro criada no Rio de Janeiro de 5 de setembro de 1820; 1 de estampa de Carneiro Silva & Pinheiro criada no Rio de Janeiro em 5 de setembro de 1820; 2 de fundição de metais a saber: 1 de Theodoro de Macedo Freire criada no Rio de Janeiro 14 de abril de 1815, 1 Nicolau Marques, criada na Bahia em 2 de dezembro de 1817; 2 de rapé a saber: 1 de Meuron & Comp^a criada na Bahia de 2 de dezembro de 1820, 1 de Fuão de Castro criada no Rio de Janeiro ignora-se a sua data de criação, 1 chocolate de Manoel José Heitr d' Oliveira criada no Rio de Janeiro em 7 de agosto de 1813; 1 de destilar águas ardente, licores, ect de Ignácio Alves Pinto d' Almeida criada no Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1816.⁴⁶¹

Existiam, ainda, inúmeras fábricas que foram relacionadas no documento e que não possuíam informações mais específicas quanto aos seus proprietários. Uma fábrica de pólvora, criada por conta do estado a 13 de março de 1808; a de cartas de jogar, de que trata o decreto de 13 de março de 1813; fábrica de ferro de S. João de Ipanema, fundada em 1818 e diferentes outras de ferro criadas em diversos pontos de Minas Gerais. No documento, é narrada a história de cada fábrica de maneira sucinta. No 3º período, fundaram-se as seguintes fábricas a partir de 1824 a 1844.

4 de chapéus a saber: de Miltrand & Pedelupe criada no Rio de Janeiro em 22 de outubro de 1825, de José Praxedes Pereira Pacheco criada no Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1839, de João Antônio de Lemos criada em Minas Gerais de 6 de novembro de 1841, de José de Carvalho Pinto criada no Rio de Janeiro em 23 de abril de 1842; 1 de sabão de Wenceslau Miguel de Almeida criada na Bahia em 23 de 1838; 4 de pentes de tartaruga e outros artefatos desta matéria a saber: de José Pereira Sarmento criada no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1829, de Francisco José Martins de Oliveira criada em Rio de Janeiro em março de 1834, de José Ignácio de Assis criada em Rio de Janeiro em março de 1834, de Adão oliveira de Carvalho criada em Rio de Janeiro em 9 de abril 1836; 1 de fundição de ferro e outros metais de Francisco Pereira Dutra criada na Bahia de 6 de dezembro de 1828; 1 de fazer carta de José Cardoso Netto criada em Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 1829; 1 de tecidos, ou galões de seda de Frutuoso Luiz da Motta criada no Rio de Janeiro em 22 de março de 1831; 1 de oleados, e couros envernizados de Jacques Goufflè criada em Niterói 26 de abril de 1836; 2 de papel a saber: 1 de Gaillard criada no Rio de Janeiro em 1842 ou 1843, 1 de Zeferino Ferraz criada em Rio de Janeiro em 1842-1843; 1 de moer cereais de Francisco Ezequiel Meira criada na Bahia em 18 de março de 1839; 1 de tecer e fiar algodão de Frederico Guilherme criada no Rio de Janeiro em 18 de março de 1841; 1 de macarrão de José Antônio Araújo criada na Bahia; 1 vidros de José Francisco Bernardes criada no Rio de Janeiro 12 de outubro de 1839; 1 sabão e de velas de steriana criada no Rio de Janeiro; 1 uma não pequena quantidade de fábricas de velas de sebo e de atados em diferentes lugares e em diferentes datas.⁴⁶²

⁴⁶¹MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 102-105.

⁴⁶²Ibid., p. 105.

Quanto às fábricas existentes, além das citadas, havia outras empresas fabris que se alçaram, mas é bem difícil obter informações fidedignas sobre o assunto. Atesta-se que as fábricas de chapéus e de pentes de tartarugas progrediram e floresceram nesta época. Foram conseguidas informações breves, mas contundentes, quanto à organização das fábricas relacionadas acima. Apesar da quantidade e do crescimento da indústria, a discussão da Comissão continuava a fim de comprovar que a Tarifa de 1844 foi irrelevante para o Império.

O Relatório da Comissão discorre sobre as causas do atraso da indústria fabril, a fim de discutir as razões do seu esmorecimento. A primeira razão seria a falta de educação e instrução apropriada para trabalhar na indústria fabril. A experiência do trabalhador no Império estava ligada ao comércio e ao trato com a terra. Além dessas razões, havia outros obstáculos, tais como: a oposição quanto à emigração de braços ligados a indústria fabril e a falta de influência dos pensadores políticos que impulsionavam o pensamento da Europa quanto a esta atividade econômica.

A segunda causa do atraso da indústria fabril seria a falta de capitais e da distribuição dos existentes para as áreas mais produtivas. No Relatório da Comissão: “A penúria de capitais no nosso país é um fato incontestável. Basta considerar que o Brasil é apto para grande desenvolvimento de qualquer indústria”.⁴⁶³ A dificuldade de capitais ocorrera por falta de segurança de propriedade e liberdade, proveniente do sistema colonial. Quando se refere à falta de segurança da vida e da propriedade, destaca-se a relação com a impunidade, os privilégios legais e extralegais, as demoras de pleitos e nenhuma confiança na justiça. A origem do atraso da indústria se revelava na escassez do capital.

A terceira causa estava relacionada à falta de máquinas para a indústria fabril. Não havia incentivos fiscais para a entrada de máquinas para a indústria no Império. Apesar de na época, já estar assegurada a isenção de máquinas ligada à agricultura. As fábricas estabelecidas foram fundadas e mantidas por capitais ingleses, além de serem gerenciadas por engenheiros ingleses. Outra razão apontada pela Comissão revisora, dizia respeito a não haver nenhum êxito nas tentativas para a criação da indústria fabril no Império. De acordo Stein: “Em suas conclusões a respeito do atraso da indústria brasileira, a comissão de tarifa de 1853 deixou claro que considerava o protecionismo alfandegário uma regressão às políticas mercantilistas de Portugal”.⁴⁶⁴

⁴⁶³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 110.

⁴⁶⁴ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 28.

Para Hardman & Leonardi: “O protecionismo pode servir de acelerador para o crescimento industrial. O que ele não consegue é criar, sozinho, as condições para o início deste processo”.⁴⁶⁵ O autor adverte que as condições para o desenvolvimento da indústria ocorreram mediante o fluxo de variantes aspectos que somados desencadeiam o processo de desenvolvimento da indústria. Pode-se por meio desta afirmação considerar que a causa do atraso da indústria ocorreu por falta de leis e incentivos para o grupo de industriais, contrariando a posição da comissão revisora.

Por fim, em continuidade, expõem suas ponderações ao afirmar que as Tarifas fiscais não foram responsáveis pelo insucesso da indústria fabril. A exposição da disposição do Visconde de Cairu.

Não convém cairmos no sistema oposto, de se querer a força e prematuramente introduzir como por invasão no Brasil as fábricas e manufaturas da Europa, com a acumulação de capital, braços e engenhos, que não podem achar emprego na agricultura e artes com elas mais proximamente conexas e para que o país tem mais naturais proporções. Está dada a liberdade da indústria; isto nos basta. Tudo tem seu tempo. Já se viram as vãs tentativas feitas para da introdução de algumas fábricas imitativas da Europa; quase todo o especulador só tem achado perda, por causa de suas preposterias empresas. Pôr ora a agricultura é a nossa máxima manufatura; de certo não nos fará rudes e bárbaros, pois bem diz Smith: - Depois do que se chama belas artes, e das profissões liberais, não há talvez emprego que exija tão grande variedade de conhecimentos e experiência como a agricultura.⁴⁶⁶

Em suma, no exame realizado, o Visconde de Cairu sustentava que a indústria fabril não seria a opção mais acertada para a economia e que a agricultura seria a “indústria” a ser favorecida e amparada.⁴⁶⁷ Nota-se as ideias de Adam Smith propagadas por Visconde de Cairu quando expõem os pressupostos referentes à falta de condições para a indústria crescer e se desenvolver. Com as condições citadas referentes aos entraves ao florescimento da indústria fabril, que nunca seriam promovidas, se não houvesse o intuito de proteger a indústria, alargar e sustentar a sua estrutura, propiciando, assim, um refrigério a esta atividade econômica. Esboçava seu intento de assegurar o apoio para a agricultura e para o comércio, não poderiam ser observadas as necessidades da indústria fabril. Mas, uma abordagem inovadora em alusão a posição de Cairu.

Cairu não é, pois, o insensível detrator das nossas atividades industriais. Muito menos um dos responsáveis intelectuais por seu atraso. Procura fundamentar suas convicções comparando as diferentes políticas industriais desejáveis ao Brasil e aos Estados Unidos. Era o consumo interno existente num determinado país que regulava a existência e o preço de todas as produções e, com especialidade, as da

⁴⁶⁵ HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos 20)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 29.

⁴⁶⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 114.

⁴⁶⁷ SILVA, Lisboa. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1810.

indústria manufatureira, (...) versão sobre artigos mais grosseiros e volumosos e, que dão vestidos, acomodação e suprimento ao corpo principal do povo.⁴⁶⁸

No aspecto selecionado por Cairu, a indústria seria para confeccionar roupas para a população. Mas de acordo com as pretensões da indústria fabril até aqui esboçados, os artigos produzidos seriam mais bem elaborados e de alcance nacional que abrangessem diversos tipos de produtos necessários ao consumo interno, não apenas roupas. A indústria fabril nacional tinha como alvo resguardar o mercado interno para si, buscando atendê-lo e supri-lo com todas as mercadorias necessárias para o desenvolvimento de toda a sociedade. A indústria já nesta ocasião se atrela ao pensamento de List.

Efetivamente, a atividade mais imprescindível para o país seria a lavoura, com referência à exportação dos seus produtos, a fim de apresentar as necessidades desta atividade econômica e trazer suas reivindicações. No Relatório da Comissão: “A terra e o comércio, dizia um escritor são irmãos gêmeos, e ao passo que um aumento ou define, o outro sofre, falece ou se mirra”.⁴⁶⁹ De acordo com List (1989), a situação do comércio nunca pode ser má nos países meramente agrícolas, sem que a lavoura esteja em decadência, e esta não pode definir sem que o comércio se enfraqueça. As relações entre as duas atividades econômicas se entrelaçam em torno de interesses comuns que os levam a se posicionar de forma a sustentar suas necessidades. Para Almir Filho: “A difusão dos “valores modernos”, em termos essencialmente econômicos, os exemplos industriais, a mecanização, poderia ter uma eficiência equivalente à do protecionismo, no sentido de estimular a diversificação das atividades e até mesmo estimular mudanças na própria agricultura.”⁴⁷⁰

O documento traz uma análise e aborda a agricultura como uma atividade econômica que teria que ser atendida nesta revisão tarifária bem como o comércio, desta forma fica claro o posicionamento da comissão quanto a que setores deveriam ser atendidos. Com alusão às causas da retardo do progresso da lavoura, vários foram os males, e de diversa natureza, afligiram a lavoura no Brasil, ou a ameaçaram. As causas seriam: a tendência para o retalhamento do solo; a falta de instrução profissional; não conhecimento das máquinas, instrumentos e processos novos que facilitavam o trabalho e diminuía os gastos da produção e melhoravam a qualidade dos gêneros; a dificuldade de obterem capitais, máquinas e

⁴⁶⁸ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014. p. 326.

⁴⁶⁹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 120.

⁴⁷⁰ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 80.

instrumentos agrários; o alto preço dos comestíveis; o grave peso de diferentes impostos gerais, provinciais e municipais; a dificuldade dos transportes e a falta de braços.

De acordo com Arruda: “Agricultura, transportes, navegações seriam os setores prioritários, uma vez que se concentrassem nos ramos mais rústicos das atividades produtivas, (...), o que os tornava mais capacitados a sobreviver sem o aditivo dos recursos do Estado”.⁴⁷¹ Para Cairu, cabia ao Estado optar qual a atividade econômica deveria priorizar como sustentáculo da economia, os acima citados ou a indústria fabril.⁴⁷²

Se referindo ainda a lavoura, algumas necessidades eram parecidas com as reivindicações da indústria fabril, tais como: os instrumentos do fabrico, capitais, máquinas impostos, dificuldades de transporte e falta de braços. A diferença estava nos grupos que lutavam pelos interesses da agricultura, como a seção da agricultura da SAIN. Além de parlamentares e a própria vinculação da ideia do livre câmbio dentro da Câmara e do Senado tudo isso, articulava-se com o objetivo de salvaguardar a agricultura no Império. De acordo com Luz: “Colocados nesse dilema - promover a industrialização do país, que reconheciam ser uma necessidade nacional, e atender ao mesmo tempo os interesses da lavoura - hesitariam assim os dirigentes brasileiros em adotar uma política francamente protecionista”.⁴⁷³

O questionamento sobre as necessidades da indústria fabril e da agricultura seria o seguinte: Quais as razões em que se fundam a opinião da preferência da indústria sobre a agricultura, levando em conta a análise da Tarifa de 1844? Notadamente, as experiências de outros países eram aproveitadas para gerar reflexão, uma vez que a Comissão levantava o Relatório do Ministro da Fazenda de 1845, que defendia o protecionismo e amparava a indústria fabril, para trazer a discussão à questão de uma Tarifa fiscal que se pretendia adotar. Segundo List: “O protecionismo pode ser alcançado proibindo sistematicamente a importação de certos artigos manufaturados, impondo taxas tão altas que praticamente equivalem à proibição, ou impondo taxas mais moderadas”.⁴⁷⁴

O primeiro exemplo suscitado foi a respeito da tarifa protetora dos Estados Unidos da América, apregoada através da obra Inglaterra e América. Consagrada, uma apologia à Tarifa dos Estados Unidos, a mencionada obra apresentava a necessidade de se criar meios para o desenvolvimento da indústria fabril e sem dúvida para chamar a população para as cidades.

⁴⁷¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014. p. 328.

⁴⁷² SILVA, Lisboa. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1810.

⁴⁷³ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 26.

⁴⁷⁴ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 207.

Consta em Lisboa: “A grandeza da população é o segundo requisito para as fábricas”.⁴⁷⁵ A condição para a estruturação das fábricas em um país segundo Cairu seria ter em seu território uma quantidade de mão de obra capaz de suprir as fábricas e a agricultura ao mesmo tempo.

Tendo em vista a disposição no Relatório do Ministro da Fazenda: “O Brasil precisa de população. Observa-se em todos os países, que as cidades onde imperam ou dominam as fábricas, são de uma população extraordinária, que cresce e dobra com facilidade”.⁴⁷⁶ De acordo com o Relatório do Ministro da Fazenda: “Um povo sem manufatura e a Comissão Revisora concorda com a posição do Relatório do Ministro sempre será dependente dos outros povos”.⁴⁷⁷ Da mesma forma List apresenta esta questão da dependência econômica e até mesmo política por conta da falta de incentivo a indústria de um país.

Contudo, para se trabalhar nas fábricas, a população teria que ser numerosa e reunida em grandes centros, como também, apresentar condições e habilidades educacionais compatíveis a esta atividade econômica. Apenas possuir o número de população nas cidades não susteria o trabalho nas fábricas. As argumentações da Comissão são encontradas no pensamento de Cairu em seu livro “Observações sobre a Franqueza da indústria, e Estabelecimento de Fábricas no Brasil” (1810), desenvolvida por uma mente que se inspirava nas ideias de Smith. Prevaleciam os exemplos tomados com relação à existência de compactos populacionais e da aglomeração de milhares de pessoas nas cidades da Europa; em especial, a Inglaterra, França e Bélgica; para refletir sobre a realidade desses países em relação às fábricas e às manufaturas.⁴⁷⁸

A alta taxa de mortalidade na classe manufatureira nas grandes cidades é maior do que nas povoações rurais. Em Londres, os empregados das fábricas de linho, dificilmente atingiam os 50 anos. De mil crianças que nascem em Manchester, na classe operária, 570 mil morriam antes dos 5 anos de idade. Por esse motivo, a mortalidade infantil, as mulheres e crianças eram empregadas no trabalho duro das fábricas inglesas. Como afirma Hobsbawm: “Nas fábricas onde a disciplina do operário era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis mulheres e crianças”.⁴⁷⁹ Quanto a mortalidade esta era uma realidade, nas cidades manufatureiras da França e de outros países da Europa. Na Holanda, e

⁴⁷⁵ SILVA, Lisboa. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1810. p. 63.

⁴⁷⁶ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda**. Manoel Alves Branco. Volume 3 Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1845. p. 286.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 286.

⁴⁷⁸ SILVA, op. cit., p. 63.

⁴⁷⁹ HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 92.

na cidade agrícola de Gueldre a mortalidade regula na razão de 1 sobre 53,7 indivíduos. Nas cidades de Luxemburgo, Namur e de Heinaut, na Bélgica, que eram essencialmente agrícolas, a mortalidade é igual da França. A questão da necessidade de quantidade de mão de obra era muito importante nas fábricas. Conforme afirma Hobsbawm: “a economia industrial significa um brusco declínio proporcional da população não agrícola e quase certamente, um rápido aumento geral da população, o que, portanto, implica, em primeira instância, um brusco crescimento no fornecimento de alimentos.”⁴⁸⁰

A vida manufatureira nos grandes centros andava em parceria com a miséria, com a embriaguez, com o jogo, com a prostituição, com o liberalismo, e outros diferentes vícios e crimes, que eram sempre causas de morte, além das condições insalubres de moradias dos operários que desencadeavam vários tipos de doenças. Segundo Saes & Saes: “Bairros operários com habitações precárias, insalubres, ausência de saneamento eram campo propício para alastrar os mais diversos tipos de doenças. As taxas de mortalidade elevadas, superiores à área rural”.⁴⁸¹

Nessas cidades, o desgaste físico se caracterizava desta forma: palidez, quebra do rosto, ruína da saúde, e a fraqueza das forças vitais do ser humano. Em relação às condições de vida, as famílias se amontoavam em pequenas habitações. O aumento da penúria estava mais identificado na expansão da indústria fabril do que na agricultura.⁴⁸²

Os males das cidades fabris da Europa são sinalizados para confirmar que a indústria fabril acarretaria um grande mal à sociedade do Império do Brasil, como consta no Relatório da Comissão, “Vastos estabelecimentos fabris, e desses grandes centros de população, ter diante dos olhos esse terrível quadro de hedionda miséria, de grande devassidão, e de tanta desgraça, que contrista, e acabrunha o verdadeiro cristão.”⁴⁸³ A censura feita às cidades manufatureiras da Europa demonstrava a estima que a Comissão tinha em relação à agricultura e seu juízo, quanto ao valor da indústria fabril para o Império.

Por fim, relembando os dados das Tabelas nas páginas anteriores, percebe-se que a receita de importação e de exportação são grandes fontes de recursos para o Império cerca de 85% . Os derivados da importação são maiores do que da exportação, nos anos quarenta, durante a Tarifa de 1844. Portanto, mediante a tabela apurada, verifica-se que a importação

⁴⁸⁰HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 88.

⁴⁸¹SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 166.

⁴⁸²MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

⁴⁸³Ibid., p. 291.

gerou uma renda muito maior para a receita do Império. Conforme Levy: “Se o primeiro objetivo da tarifa era preencher o déficit, imprimiu também um sentido protecionista”.⁴⁸⁴ Além de contribuir para preencher o déficit pode contribuir para o florescimento da indústria fabril.

Não haveria uma razão plausível para o apoio dado à agricultura, a não ser o ligado aos interesses do comércio e do sistema do livre câmbio. A defesa feita quanto à agricultura, revela sua posição. A ênfase no Império deveria estar pautada no plantar e não no fabrico de artefatos para serem comercializados. Logo que o Relatório da Comissão: “A preferência da Comissão era pela proteção à agricultura do Império e não a proteção à indústria fabril”.⁴⁸⁵

Com referência ao sistema protetor que imperava na Tarifa de 1844, a Comissão fez um levantamento dos países que empregavam tal sistema e discutiu sobre os seus males. Considera-se o exame de tal sistema, mediante a trilha traçada pelo Relatório do Ministro da Fazenda de 1845. Segundo Relatório da Comissão: “Como a França, há entre nós uma opinião enraizada em todas as classes, que o Estado tem obrigação de alimentar todas as empresas, todas as indústrias, de dar emprego, e alimento a tudo, e ninguém há que não deseje mais ou menos viver à custa do Estado”.⁴⁸⁶ Para confirmar que o sistema protetor não seria uma boa opção para o Império, a Comissão Revisora exemplifica o caso de vários países, tais como: a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Portugal e a Prússia.

Na ocorrência da Grã-Bretanha, a proteção foi colocada no ponto mais alto, porque as sedas de todas as procedências foram proibidas. Uma vez que a tarifa era tão alta que inviabilizava a importação e a venda no mercado interno do país. O modelo dos Estados Unidos da América, com as manufaturas de algodão, sofreu concorrência dos ingleses e de sua hostilidade. Chegando ao ponto de importarem da América Setentrional, grande quantidade de tecidos de algodão.

Na Prússia de 1817, o célebre conselheiro de Estado Kunth, em seu voto sobre a questão da livre concorrência, demonstrou que nas províncias onde reinava a franquia do comércio, as manufaturas floresciam. Apesar da ajuda prestada pelo governo, as fábricas em que o sistema de proteção dominava se arruinaram e caíram.

No caso de Portugal, por volta de 1810, várias foram as causas da decadência do país, em todos os ramos do trabalho: a falta de capitais; de educação profissional; as guerras

⁴⁸⁴ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 46.

⁴⁸⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 297.

⁴⁸⁶ Ibid., p. 298.

externas; as descuidadas administrações; os monopólios e privilégios, que absorveram quase todos os ramos da indústria. Para sustentar o pensamento do livre câmbio, a Comissão exemplifica os modelos dos países que adotavam tal sistema, a fim de justificar sua posição e definir junto ao parlamento suas convicções.

Quanto às vantagens e inconvenientes do sistema protetor, far-se-á uma breve apresentação da Tarifa de 1844, em relação aos benefícios à indústria fabril. A França de Colbert teve o desígnio de levantar a indústria fabril. Com este objeto, pôde então traçar as bases para o seu sistema protetor com os seguintes princípios: 1º. Reduzir os direitos de exportação; 2º. Diminuir os direitos de importação sobre todas as mercadorias necessárias para o alimento das fábricas; 3º. Repelir, por meio de altos direitos de importação, os produtos similares aos da produção nacional. Colbert criou em seu país, a liberdade de reexportação dos produtos estrangeiros com franquia de direitos, e o sistema de trânsito, ou entreposto.

Os demais países que optaram pelo sistema protetor o adaptaram, e modernamente ampliaram-no, do seguinte modo: Franquia de direitos de exportação dos produtos nacionais e de importação das máquinas; instrumentos e matérias necessárias para alimento da indústria do país; altos direitos de importação sobre as mercadorias similares às de produção nacional.

Importante destacar que a Tarifa das Alfândegas de 1844 foi mais protecionista por não possuir as condições de ampliar o conceito de proteção pela luta entre parlamentares e devido à falta de posição dentro das casas Legislativa. Conforme Carvalho: “Alves Branco, o promotor da reforma de 1844 e relator do parecer que se discutia, justificou os favores a certas indústrias como costume das nações quando principiam a exercer a indústria”.⁴⁸⁷ Segundo José Murilo de Carvalho a partir da Tarifa de 1844 ouvia-se ecos das ideias de List no Império que poderá ser identificado também nas décadas de 1870 e 1880 com as ideias da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Um melhoramento significativo da Tarifa das alfândegas de 1844 foi o decreto nº 386, de 8 de agosto de 1846, em que prediz que os produtos das fábricas de algodão ficaram isentos do pagamento de direito de exportação por dez anos. O alto custo dos transportes gerou no mercado, do interior do país, a impossibilidade de haver concorrência com as mercadorias similares do estrangeiro, e muito menos no exterior, com o peso de 12% de direitos de exportação.

Interessante perceber que não houve na Tarifa de 1844, uma amplitude quanto ao desenvolvimento da indústria fabril que viesse provocar uma estruturação deste setor, porém

⁴⁸⁷CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 119.

com a Tarifa foi conseguido algum amparo às indústrias do Império. No Relatório do Ministro da Fazenda: “Que o governo esteja sempre autorizado para proteger os capitais nacionais ou estrangeiros, que queiram empregar-se dentro do país em manufaturas, para que tenham matéria prima em abundância, e de boa qualidade”.⁴⁸⁸ Consta em Luz: “Nesse impasse permanecerá a política alfandegária brasileira, durante todo o período abrangido por este estudo, incapaz de satisfazer nem aos partidários de uma política protecionista, nem aos defensores de um regime de livre câmbio”.⁴⁸⁹

A Tarifa de 1844 proporcionou um refrigério ou mesmo um ânimo para as indústrias existentes. E pelo fato de estar empregando as ideias de George F. List, autor do sistema protetor moderno, a Comissão revisora condenou esta tarifa.

Em tese se deve ter como certo que aos países em que um ramo de indústria não pode nascer sem o socorro de uma proteção de 40 a 60% em seu começo, e sustentar-se com a de 20 a 30%, faltam as condições essenciais à existência, e propriedade da indústria manufatureira. Entre as causas desta impossibilidade se podem colocar algumas, como a falta de vias de comunicação, ausência de conhecimentos técnicos, de experiência, e espírito empreendedor, que facilmente podem ser removidos, e a de pouco amor ao trabalho, falta de luzes, e moralidade do povo, inferioridade da agricultura, e por consequência insuficiência de capitais, matérias, e o que é mais, a existência de más instituições, ausência de liberdade e de garantia, e finalmente um território extenso, que dificulte e impossibilite a repressão do contrabando, que são as mais resistentes e difíceis de extirpar. Em matéria de direitos protetores convém distinguir se uma nação quer passar da livre concorrência ao sistema protetor, ou da proibitivo a uma proteção moderada. No primeiro caso os direitos devem ser fracos no começo, e elevarem-se pouco a pouco. No segundo devem ser desse logo altos, e depois ir insensivelmente abaixando. As fábricas, e manufaturas são plantas, que crescem lentamente, e uma proteção, que altera subitamente as relações comerciais existentes, prejudicam ao país, em cujo interesse se ciam. Os direitos devem levantar-se à medida que os capitais, a habilidade industrial, e o espírito de empresa aumentam no país, ou lhe trazem os estrangeiros; e a proporção que a nação vai tornando-se capaz de por si manipular, e manufaturar as matérias brutas, que antes exportava para o exterior.⁴⁹⁰

A Comissão se utiliza do próprio List para combater os juízos do protecionismo no Império. A principal e mais esclarecedora opinião quanto ao sistema protetor instaurado no Império fica a cargo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada na Corte.

Por muito tempo, sob o pretexto de proteger a indústria, se oprimia desproporcionalmente o consumidor; advogados tais como Voltaire e Montesquieu sustentaram um princípio todo adormecedor da atividade individual, que em si continha um fermento permanente de hostilidade entre as nações; por muito tempo a alquimia política só procurava vender muito, comprar pouco para saldar a diferença com ouro; por muito tempo a velha escola da balança do comércio acreditou que nação alguma podia levantar sua prosperidade senão sobre as ruínas de outra, até

⁴⁸⁸ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.** Manoel Alves Branco. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Volume 3, 1845. p. 313.

⁴⁸⁹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930.** 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 26-27.

⁴⁹⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 331.

que Sully desenterrado um ato oficial de Henrique II, de 1557, mais tarde Turgot, e nestes últimos tempos Cobden e Peel, pronunciaram o seguinte axioma: os produtos se compram com produtos; o ouro está para os valores como o cano está para conduzir a agora que vai vivificar o homem; o ouro são o veículo da riqueza. Todos sabem que depois de uma lua de 7 anos, a Inglaterra proclamou praticamente o princípio da liberdade comercial. Germinou em todos os países o embrião que antes de um exemplo prático estava abafado. Principiaram as nações a discutir se convinha seguir os vestígios da Inglaterra; mas para em tudo seguir os conselhos desta nação aprofundaram o pensamento dos propugnadores do sistema liberal, os quais responderam: é a proteção razoável que conduz a liberdade: a proteção não é senão uma letra de cambio que deve ser resgatada pela liberdade. A experiência tem mostrado que para a Inglaterra já chegou o tempo do pagamento dessa letra; mas assim mesmo ainda ela pede pequenos prazos. Mas por não adaptar absolutamente à doutrina da Inglaterra, acredita a Comissão na vantagem dos despropositados direitos protetores? Não; por serem contraproducentes; por serem inquisidores dos consumidores. Não admite. Pois. Que o juro dessa letra deva ser elevado.⁴⁹¹

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional era ligada ao sistema do livre câmbio pelo fato de abrigar a seção do comércio e a seção da agricultura dentro desta entidade e por estar mais voltada aos interesses dessas seções. Nota-se que nos anos setenta, as seções do comércio e da indústria fabril entraram em conflito, haja vista que a seção da indústria fabril almejava defender a classe dos chapeleiros contra os artigos vindos do estrangeiro. A chamada Crise dos Chapéus que ocorreria nos anos setenta do século XIX, em verdade, tem sua origem, nos anos quarenta.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional demonstra sua legítima disposição a favor do sistema liberal dentro do Império ainda nos anos quarenta. Será visto, no capítulo cinco desta tese, uma mudança na trajetória desta entidade quanto a sua posição a favor ou contra o sistema liberal, causando sua crise, e em consequência, a saída da seção da indústria fabril da SAIN, e a organização, por essa seção, da primeira entidade a defender a indústria fabril no século XIX: a Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Com o propósito de atestar onde se organizaram e quem eram seus proprietários; e então, apresentar a realidade das fábricas, segue abaixo, o Quadro 2 com a relação das fábricas e oficinas do Império e a sua identificação.

Quadro 2- Relação das fábricas e oficinas do Império e a sua identificação.

Tipo/Nome da Fábricas/ Oficinas	Proprietário	Província
Fábrica Linheira	Senhor Holden	São Pedro do Sul
Fábrica Tecido em ouro e prata	Fructuoso Luiz da Motta	Rua do Hospício Rio de Janeiro
Fábrica Galões e tecidos	Antônio José de Lemos	Rua São Leopoldo
Fábrica Galões e tecidos	Ignácio Burguesa	Rua da Ajuda RJ
Fábrica Cordoaria	Capitão tenente Amazonas	Amazonas
Fábrica Cordoaria	Alexandre Bristol	Rio de Janeiro

“Continua”

⁴⁹¹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 331.

“Continuação”

Tipo/Nome da Fábricas/ Oficinas	Proprietário	Província
Fábrica Cordoaria	Manoel Rodrigues da Silva Roxo	Corte Rio de Janeiro
Fábrica Tecidos de Algodão		Minas Gerais, Pará, Maranhão,
Fábrica de Todos Santos Tecidos	Antônio Pedro de Albuquerque, Antônio Francisco de Lacerda	Bahia
Tecidos Fabrica do Queimado	O Relatório não consta a informação	Bahia
Fábrica de cipó	Marcelino Brito	Minas Gerais
Fábrica de Sorocaba (Tecidos)	Manoel Lopes de Oliveira	São Paulo
Fabrica Hartley	Joaquim Diogo Hartley	Andaraí RJ
Fábrica de Santo Aleixo	Frederico Senes	Rio de Janeiro
Andrade Pequeno Tecido	Frederico Guilherme	Rio de Janeiro
Fábrica de Tecidos de meias	Alfredo Solier Gand	Petrópolis RJ
Fabrica ponta da Areia	Irineu Evangelista de Sousa	Rio de Janeiro
Fábrica de Ferro de Ipanema	O Relatório não consta a informação	Rio de Janeiro
Fábrica de Ferro de Campos	Alexandre Davidson	Rio de Janeiro
Oficinas de Maquinas, bombeiros Serralheiros, Ferreiro	O Relatório não consta a informação	Pernambuco
Fábrica de Laminções de Chumbo e estanho	Luiz Grondona e João Paulo Cordeiro	O Relatório não consta a informação
Fábrica de tapetes e oleosos	Luiz João Beau	Corte
Fábrica de tapetes e oleosos	Luiz João Beau	Corte
Fábrica de tapetes e oleosos	Luiz João Beau	Corte
Fábrica de couros	Luiz João Beau	RS e RJ
Fábrica de Cortumes	O Relatório não consta a informação	MG, RS, Ceará e SP
Oficina seleiro	Ignacio Giraldo Mathias	RS
Fábrica de Tabaco e Charutos	O Relatório não consta a informação	Bahia, Pernambuco
Fábrica de Sabão	Delfina Gonçalves Pereira	RJ, RS, Bahia, Pernambuco
Fábrica de Velas	Bottentuit e Chavanes, Lajox	Maranhão, Bahia
Fábrica de vidro	João Batista	Rio de Janeiro
Fábrica de papel e papelão	Candido Azeredo Coutinho	Rio de Janeiro
Fábrica de Vinagre	O Relatório não consta a informação	Pernambuco e RJ Corte
Fábrica de Cerveja	O Relatório não consta a informação	RS e RJ
Fábrica de Chapéus	O Relatório não consta a informação	RJ, MG, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Corte, RS e Pará
Fábrica de produtos Químicos	Ezequiel Correa dos Santos e Antonio Salustiano de Castro	RJ e Corte

“Continua”

“Continuação”

Tipo/Nome da Fábricas/ Oficinas	Proprietário	Província
Fábrica de Asfalto	O Relatório não consta a informação	Corte e Bahia
Fábrica de Carvão	Thomann Weber	RS
Fábrica de Potassa	Manoel de Azevedo Maia	SP
Fábrica de Azeite e Óleos vegetais	O Relatório não consta a informação	Alagoas, Bahia e Corte
Fábrica de Pianos e Órgãos	Bevilacqua, Guigone e Frederico Rohlcke	Corte
Fábrica de Tinturaria	O Relatório não consta a informação	Corte
Fábrica de Graxa e Cera de Lustre	João Baptista Nervi	Corte
Fábrica de Louça, Telhas e Tijolos	O Relatório não consta a informação	RS
Fábrica de Anil	O Relatório não consta a informação	RS MG
Fábrica Sapateiros, Alfaiates Funileiros	Lassallen Rey	RJ
Oficinas de Encadernador	Francisco Coelho, Bernardo J. V. Coutinho	Pernambuco
Tipografia, oficinas e Litografia	Laemmmert e Santos & Comp.	Corte, Pernambuco
Fundição de Tipos	P. Secretan & Bouchaud	Corte
Fábrica de Flores Artificiais		Bahia, Santa Catarina, Corte
Fábrica de Seges	Rohe e Irmãos	Pernambuco, Bahia
Oficinas de mercenários	O Relatório não consta a informação	O Relatório não consta a informação
Fábrica de Doces	O Relatório não consta a informação	O Relatório não consta a informação
Fábricas de Conservas e matérias alimentícias	O Relatório não consta a informação	Corte
Fábrica de cola	O Relatório não consta a informação	RS, Bahia
Fábrica de Azeites	O Relatório não consta a informação	O Relatório não consta a informação
Oficinas de Relógios	O Relatório não consta a informação	O Relatório não consta a informação
Oficinas de Ouvres	O Relatório não consta a informação	O Relatório não consta a informação
Fornos de Cal	O Relatório não consta a informação	Corte e RJ
Fábrica de Tinta de escrever	João Baptista Nervi	O Relatório não consta a informação
Oficinas de Escultura	Pettrich	Corte, Bahia
Oficinas de Canteiros	O Relatório não consta a informação	RJ
Fábrica de Chocolate	Relatório não consta a informação	Bahia e Corte
Fábricas de Licores e Genebra	Relatório não consta a informação	Corte
Fábrica de Chapéus de Sol	Relatório não consta a informação	Corte
Oficinas de Fogos de Artifícios	Relatório não consta a informação	Relatório não consta a informação
Fábricas de Pólvora	Relatório não consta a informação	Bahia

“Continua”

“Conclusão”

Tipo/Nome da Fábricas/ Oficinas	Proprietário	Província
Fábrica de cartas de Jogar	Relatório não consta a informação	Corte
Fábrica de Sal	Relatório não consta a informação	SP, RS
Construção urbana e rural	Relatório não consta a informação	Corte
Construção Naval e navegação nacional	Relatório não consta a informação	Relatório não consta a informação

Fonte: Relatório da Comissão ⁴⁹²

Com esta relação de oficinas, fábricas e indústrias, fica claro o grau de desenvolvimento destas no Império e a localização de cada uma, atestando assim o florescimento da indústria em todo o Império. Por conta da Tarifa de 1844, alcançaram por um breve momento o crescimento em quantidade e qualidade ao ponto de fazer frente às mercadorias estrangeiras importadas pelo comércio. Logo, a discussão do comércio e da indústria fabril se abriga pelo fato de haver uma indústria em crescimento e em condição de competir com as mercadorias estrangeiras. Será visto a seguir a continuidade deste embate nos anos cinquenta e sessenta do século XIX.

⁴⁹² MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

3- QUESTÃO TARIFÁRIA NO CONTEXTO DAS CRISES ECONÔMICAS NOS ANOS 1850-1860.

3.1- A Crise de 1857 e a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1857.

3.1.1- A crise de 1857.

No plano interno, os eventos que configuram o período anterior à crise foram o Código Comercial, Abolição do Tráfico e a Lei de Terras que serão descritos para caracterizar a conjuntura que pôde propiciar a Crise. Novamente, nos gabinetes liberais de 1844-1848, uma comissão foi eleita para a elaboração do Código Comercial, tendo como presidente o ministro da Justiça Eusébio de Queiroz e uma comissão composta por José Clemente Pereira, Caetano Alberto Soares, José Thomaz Nabuco de Araújo, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira e Irineu Evangelista de Souza.

O Código Comercial foi promulgado através da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, e a partir de sua organização foi dado um sentido de direito sobre a propriedade, configurando uma mudança na relação capitalista. Importante perceber, que a seguir, em 4 de setembro no mesmo ano, tem-se ainda o fim do Tráfico de Escravos, e, com isso, a liberação do capital empregado nesta atividade para ser utilizado em outras formas de geração de recursos. Além disso, há a Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro, que distingue a terra como uma mercadoria de compra e venda, portanto geradora de recursos para o Império. Essas três leis modificaram o panorama político e econômico no Império.

Um aspecto do Código Comercial seria a possibilidade de permitir que associação de capitais, em diferentes quantidades, pudesse ser controlada por um acionista majoritário mesmo que sua participação fosse inferior com relação ao montante, até mesmo tornava dispensável para chegar ao controle da empresa independente que tivesse a maioria das ações, sendo suficiente que grande parte das ações fosse vendida para o público.⁴⁹³

O fim do tráfico de escravos, ocorrido na década de 1850, é fundamental para alicerçar os pilares e para dar melhor compreensão do momento histórico que será abordado neste capítulo. De acordo com Luna & Klein: “A primeira foi a ascensão de uma nova cultura de exportação, o café, que formaria a base de uma nova economia escravista de grande lavoura na região Sudeste”.⁴⁹⁴ A lavoura de café se expandiu pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e norte de São Paulo.

Regiões inteiras dessas províncias cobriram-se com as suas plantações, sendo que as novas comarcas e municípios surgiram e se desenvolveram sob o seu influxo.

⁴⁹³ELZIRIK, Nelson L. e CARDOSO, Helio. **Propriedade e controle na sociedade anônima e democratização do capital**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1980.

⁴⁹⁴LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. **Escravidismo no Brasil**. São Paulo: Editora Edusp, 2010. p. 89.

Nessas fazendas cuidava-se exclusivamente de café e havia fazendeiros, como o comendador Joaquim José de Sousa Breves, na província do Rio de Janeiro, que em 1860, em suas várias fazendas, colhia 205.000 arrobas, o que representava 1 ½% da safra de todo o país naquele ano. O número de escravos que possuía era de 4.000 a 6.000.⁴⁹⁵

No Brasil, a expansão cafeeira ocorrerá nas décadas de 1840-1850, cobrindo as províncias ora citada. A questão da quantidade e da qualidade da terra era capital para o desenvolvimento e rendimento do produto visando a venda para o exterior, além do lucro dos cafeicultores da região produtora. De acordo com Pelaéz & Suzigan, “Primeiro, o prolongado surto das exportações de café - o principal fator a dar origem à modernização da economia brasileira - teve início no período 1840/1850”.⁴⁹⁶ Segundo Levy: “Quanto à exportação do produto, era função dos comissários do café fazer a intermediação entre o fazendeiro e o exportador.”⁴⁹⁷

Interessante realçar a dupla função do escravo na economia da fazenda, segundo José Martins, “sendo a fonte de trabalho, era o fator de privilegiado da produção e era o penhor do pagamento dos empréstimos”.⁴⁹⁸ Com o escravo, os empréstimos junto aos bancos e aos comissários poderiam ser solicitados para o custeamento da fazenda por hipotecas dos escravos.

De acordo com Costa: “o fim do Tráfico Negreiro a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850 no Brasil foi repleto de confronto político com a Inglaterra”.⁴⁹⁹ A relação entre o Brasil e a Inglaterra se divide em duas fases: a primeira vai da independência a 1845 e a segunda a partir de 1845. Para Cervo & Bueno: “Uma fase de cooperação difícil, de pressões e decisões entre 1826 e 1831 e de fracasso posterior; a segunda, a partir de 1845, representou uma fase de ruptura e conflito, marcada pela ação inglesa unilateral, ineficiente e violenta, entre 1845 e 1850.”⁵⁰⁰

No entendimento de Geraldo Beauclair, em concordância com Eulália Lobo (1978) e com Graham (1973), a modernização também pode contribuir para absorver os capitais oriundos do fim do tráfico negreiro, além do fato de estrangeiros investirem em ferrovias,

⁴⁹⁵ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 230.

⁴⁹⁶ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 72.

⁴⁹⁷ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 50.

⁴⁹⁸ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 41.

⁴⁹⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 29.

⁵⁰⁰ CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. p. 72.

bondes, iluminação, gás, rodovias e em demais transformações nas cidades realizadas pelo Império.⁵⁰¹

Uma questão importante a ser levantada seria quanto à euforia que esses capitais advindos do fim do Tráfico de escravos puderam proporcionar a um Governo já acostumado a “sustentar” de maneira direta ou/e indireta a classe produtora do Império.

Em todo o tempo, as grandes figuras financeiras, industriais, do país tinham crescido à sombra da influência e proteção que lhes dispensava o governo; esse sistema só podia dar em resultado a corrupção a gangrena da riqueza pública e particular, daí a expansão, cada vez maior, do orçamento e da dívida; a crescente indiferença e relaxação. A causa do progresso, concentrada numa classe, será ajudada e servida pelos deputados e senadores, vinculados ao mesmo propósito superior.⁵⁰²

O autor apresenta uma reflexão pertinente quanto aos recursos vindos de maneira inesperada para os cofres do Governo. Estes recursos poderiam subsidiar necessidades de particulares entrosados no meio político e econômico do Império como: melhoramentos públicos das concessões, os preços da sustentação dos juros, tarifas de importação. Um assunto para ser explorado em um momento mais adequado.

Como parte emergente da divisão capitalista internacional do trabalho afirma Tomich: “A demanda de algodão, café e açúcar atingiu proporções sem precedentes durante o século XIX, e a produção dessas safras revitalizou a escravidão em Cuba, nos Estados Unidos e no Brasil”⁵⁰³. Conforme o autor argumenta, a Grã-Bretanha a partir de 1857 tornou-se dependente do comércio da periferia tanto com referência à matéria-prima para suas indústrias como aos gêneros alimentícios.

Outro ponto importante, que se almeja discorrer seria a questão da Terra no Brasil. Na colonização a terra era considerada parte do patrimônio do Rei, podendo ser doada a qualquer momento conforme sua vontade. Para que houvesse doação de um lote era necessária uma solicitação pessoal do requerente.

No XIX, houve uma mudança na questão: a terra passou a ser vista como o patrimônio da nação e de domínio público. A Lei de Terras de 1850 veio trazer uma visão quanto esta riqueza da nação. Depois da promulgação da Lei, a única forma de adquirir terras no Brasil seria pela compra diretamente do governo, não havendo qualquer necessidade de contatos com o Rei e sim ter recursos financeiros para o seu pagamento.

⁵⁰¹ GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁵⁰² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 462.

⁵⁰³ TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da escravidão: Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 89.

A reflexão de nossos Senadores sobre a Lei de Terras foi inspirada no pensamento de Edward Gibbon Wakefield. Segundo Parron, “atrelava a incorporação de novas áreas rurais à circulação mercantil, para que o estado arrecadasse fundos com que trouxesse imigrantes”.⁵⁰⁴ Como a questão da Terra era basilar a expansão da economia e o controle por parte do Império quanto a quem poderia obter a terra e trabalhar/produzir, a Lei de Terras de 1850 veio definir o espaço do território produtivo do Império a partir dos atores que a obtivesse.

Entre 1823 a 1850, nota-se que não havia estatuto legal e, portanto, critérios ou qualquer controle quanto à aquisição de terras no país. Conforme Levy: “esse período corresponde exatamente a grande expansão da fronteira agrícola, em função da crescente demanda por produtos tropicais no mercado mundial, especialmente do café”⁵⁰⁵. De maneira geral as terras eram adquiridas pela posse de quem as estavam usando, portanto eram encaradas como propriedade do fazendeiro.

A Lei de Terras foi formulada pelo Conselho de Estado em 1842 e apresentada na Câmara em 1843. Consta em Costa: “Com o objetivo de proibir a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim as formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa”.⁵⁰⁶ Para Marcia Motta: “Era uma forma de estabelecer os direitos de posseiros e sesmeiros e consagrar para o futuro normas fixas para a propriedade”.⁵⁰⁷ Outro objetivo da Lei de Terras seria gerar recurso financeiro para o tesouro, regularizar as propriedades e mais, a proposta de cobrar imposto territorial sobre as propriedades produtoras. Os recursos conseguidos com a regularização da terra seriam empregados para a demarcação das terras públicas e para a importação de colonos.

Uma apreciação interessante de Parron (2011) quanto à Lei de Terras é a discussão no Senado entre senadores liberais e conservadores, imigrantistas. Os senadores liberais alegavam que a mão de obra deveria ser europeia em substituição ao negro, em companhias particulares de imigração, já os conservadores entendiam que a imigração poderia ser de africanos como colonos livres, com o patrocínio do governo. Esta discussão ocorreu no

⁵⁰⁴PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no império do Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011. p. 208.

⁵⁰⁵LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 48-49.

⁵⁰⁶COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 173.

⁵⁰⁷MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 134,

Senado entre os anos de 1842 a 1843. Segundo Parron: “Como um fenômeno particular, na política brasileira, de transformações amplas que ocorreram em todo o Atlântico”.⁵⁰⁸

Segundo a análise de Guimarães, que se alicerçou nas convicções de Carvalho, a “lei beneficiou principalmente os cafeicultores, base social do partido conservador, em detrimento de outros proprietários de outras regiões escravistas e não exportadoras”⁵⁰⁹. Para a organização desta tarefa, foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas. Segundo Levy: “O mais importante legado da Lei de Terras foi haver transformado a terra - o mais importante e disponível meio de produção em uma mercadoria, integrando-a definitivamente às condições indispensáveis ao funcionamento de uma economia capitalista”.⁵¹⁰

No período de 1850 a 1860, estabeleceu-se no Brasil uma pacificação quanto às revoltas anteriores, originando um momento de tranquilidade a partir da ação política de D. Pedro II. Os líderes das revoltas na década antecedente ou saíram da política ou foram presenteados por honrarias de títulos e/ou cargos ministeriais. A chamada Conciliação foi um método de conter as revoltas e de manter no sistema político antigo líderes que desejam continuar fazendo parte do poder (Graham, 1973). Segundo Graham: “podemos verificar que esta oposição às mudanças foi o preço pago para reaver lealdades regionais enfraquecidas”.⁵¹¹

Os Partidos compartilhavam dos mesmos ministérios com o ideário de combater os movimentos revolucionários. Com o termino das revoltas iniciou-se um processo ou uma política de Conciliação que teve a duração de dez anos. De acordo com Costa: “Uma vez no poder, os liberais se esqueciam das demandas que haviam feito quando oposição de outro modo, os conservadores no poder realizavam as reformas pelas quais os liberais tinham lutado”.⁵¹² Pode-se observar que as Tarifas Alfandegárias teriam suas transformações mediante os Tratados, as Crises Econômicas, a Guerra do Paraguai, bem como os embates internos no campo político e econômico. Não se podendo deixar de lado o fato de que no âmbito internacional mexia muito com as posições políticas e econômicas dentro do corpo Legislativo do Império.

⁵⁰⁸PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no império do Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011. p. 217.

⁵⁰⁹CARVALHO, José Murilo de. (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010. A construção Nacional 1830-1889**. São Paulo: Objetiva, Volume 2, 2012. p. 99.

⁵¹⁰LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 49.

⁵¹¹GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 35.

⁵¹²COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 35.

Parece que havia na relação dos Partidos uma flexibilidade de opiniões dependendo de quem estava no poder. Os membros dos Partidos, Liberal e Conservador, não possuíam uma ideologia formada um ideário a abraçar, faltava convicção políticas para determinar suas posturas. Ainda mais, os Partidos possuíam características bem semelhantes: todos faziam parte da classe dominante, um mais aguerrido dos cafeicultores e a manutenção da elite política rural que apoiava a continuidade da escravidão e o outro mais achegado aos senhores rurais e a camadas médias urbanas e sem compromisso com a escravidão. Seus ideários no papel parecem diferentes, mas possuem afinidades na prática.⁵¹³

Entre 1843 a 1853, o Imperador atuava entre o Legislativo e o Executivo exercendo o Poder Moderador da forma que o conviesse, conforme Parron: “desfazendo Câmaras e convocando ministérios nos casos insuperáveis de fricção entre eles. Pode-se dizer que ele fazia uso apenas reativo do Poder Moderador, intervindo na condução dos assuntos políticos. Em 1853, as regras do jogo começaram a mudar”.⁵¹⁴ Um dos pressupostos para a estabilidade do Parlamento seria esta questão. De acordo com Parron: “em favor do rodízio dos homens (ministérios e cargos) residia em um ‘novo sistema de governo’ que D. Pedro II começou a implantar por meio do poder Moderador e de suas funções ligadas ao poder Executivo e que seria batizado de Conciliação”.⁵¹⁵

Durante a Conciliação articulada pela Coroa e pelo Partido Conservador, sobre a liderança de Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde do Paraná) em 1853, esse foi encarregado de executar a conciliação dos Partidos, mediante sua experiência como articulador político. A partir de 1857 na composição de um novo ministério, o liberal Sousa Franco foi convidado para a pasta da Fazenda. Conforme Prado Junior: “A luta desses grupos burgueses, ‘progressistas’ e ‘conservadores - retrógrados’, o primeiro o comércio, a ‘finança’, em uma palavra os detentores do capital móvel. O segundo, a maior parte da riqueza territorial, os proprietários rurais”.⁵¹⁶

Neste período tem-se a articulação com respeito ao início da elaboração da revisão da Tarifa 1844, que ocorrerá em 1849, com críticas quanto a seu caráter protecionista, que beneficiou a indústria prejudicando a agricultura, como já exposto no capítulo dois. Em 1857 a reforma foi concluída com um perfil mais livre cambista que favoreceu a agricultura, com

⁵¹³MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

⁵¹⁴PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no império do Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011. p. 277.

⁵¹⁵Ibid., p. 277.

⁵¹⁶PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 91.

redução dos direitos pagos aos gêneros alimentícios e a instrumentos e máquinas destinadas à agricultura. As fábricas nacionais perderam o incentivo de uma tarifa mais protecionista, uma mexida significativa na economia do Império: a ênfase de apoio retornou para a agricultura e para o comércio.

Em 1858, vê-se o Visconde de Abaeté na presidência de Conselho do Estado e Salles Torres Homem, na Fazenda, fazendo um recuo quanto à política conciliadora, dando ênfase ao domínio conservador. O ministério seguinte, de Silva Ferraz, identificado com o Partido Conservador, emite em 1860 uma nova lei eleitoral que tinha como propósito evitar a fragmentação intrapartidária. Segundo Beiguelman: “A divergência interna no Partido Conservador conduz à Câmara uma considerável representação liberal, em cuja direção se inclina, para formar uma liga, a fração conservadora dissidente, denominará Progressista”.⁵¹⁷

Ângelo Ferraz (Barão de Uruguaiana) criticava a conciliação afirmando, Manoel Lima: “essa conciliação de homens e não de ideias, falseada o sistema parlamentar, rebaixava os caracteres, satisfazendo os instintos e estimulando as ambições e dava uma expansão inesperada às políticas locais ao mesmo tempo sufocava a política geral”.⁵¹⁸

Importante esclarecer que a política monetária, quanto à apresentação da proposta de reforma, era de responsabilidade do Ministro da Fazenda. A decisão com referência a proposta elaborada ficava a cargo da Câmara dos Deputados e do Senado com a participação consultiva do Conselho de Estado. Portanto, a conexão entre os políticos e o Ministro da Fazenda indicado pelo Imperador era fundamental para a demanda ser aprovada e posta em execução.⁵¹⁹

No século XIX, o liberalismo era exercido no Brasil pelo fato desse sistema reinar no mundo desde o século XVIII e por implicar no uso do padrão ouro, introduzido no país desde 1846, uma ortodoxia monetária. Segundo Bastos & Fonseca: “A discussão entre papelistas e metalistas remonta ao Império e dizia respeito à questão central da conversibilidade da moeda, portanto, remetendo às políticas monetária e cambial, bem como relação entre ambas”.⁵²⁰

⁵¹⁷BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil Volume 1 e 2**. São Paulo: Editora Pioneira, 1967. p. 101.

⁵¹⁸LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p. 39.

⁵¹⁹BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do servidor Público, 1984.

⁵²⁰BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 33.

Menciona-se as duas atuações exercidas pela política monetária que segundo Buescu: “Metalista que exigiam uma ligação entre a moeda e seu lastro metálico (Currency School inglesa)”.⁵²¹ Para os metalistas a defesa do padrão-ouro e a conversibilidade eram pautadas na política hegemônica da Grã-Bretanha, e, portanto, em uma política econômica que gerasse estabilização e a taxa de câmbio, pois para os metalistas a política monetária deveria ser subordinada a política cambial. Os metalistas se amparavam na economia clássica como a de Adam Smith, Ricardo e Say.⁵²² Além disso, os metalistas eram a favor do monopólio de um banco único para que pudesse evitar os desvios. Entretanto, diante das dificuldades encaradas no Império era bem difícil manter esta prática. Refletindo sobre as práticas do ciclo do café no período 1869 a 1873, vê-se uma inflação acelerada durante a Guerra do Paraguai devido à necessidade de recursos para seu custeio. Para Pelaéz: “Os metalistas controlavam novamente a política monetária, reduzindo acentuadamente o crescimento do estoque de moeda e forçando a subida da taxa de câmbio à sua paridade”.⁵²³

As críticas à conversibilidade eram comuns dentre os círculos produtores, seja da lavoura, inclusive escravista, seja no setor urbano, como do comércio e da indústria, enquanto, na ausência de estudos empíricos mais conclusivos para delinear que segmentos sociais defendiam uma e outra corrente, é de se supor que os rentistas, sempre temerosos com a inflação, deveriam alinhar-se aos metalistas.⁵²⁴

Entre os que se posicionaram como metalistas conforme o período das Tarifas pode-se verificar: Tarifa de 1860, do Ministro da Fazenda Ângelo Moniz da Silva Ferraz (mais Livre do câmbio); Tarifa de 1869, do Ministro da Fazenda Joaquim José Rodrigues Torres com uma aproximação também com o Papelistas (mais protecionista); Tarifa de 1874, do Ministro da Fazenda José Maria da Silva Paranhos (mais livre câmbio); Tarifa de 1881, do Ministro da Fazenda José Antônio Saraiva (mais do livre câmbio) e a Tarifa de 1887, do Ministro da Fazenda Francisco Belizário Soares de Souza (mais Protecionista). As condições políticas e econômicas de cada Tarifa no Segundo Reinado devem ser levadas em consideração quanto ao posicionamento de cada Ministro da Fazenda.

Os políticos que aderiram ao Metalista foram: Francisco de Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim), Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana), José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Cândido José de Araújo Viana (marquês de Sapucaí), Zacarias de Goiás e Vasconcelos. De acordo com Bastos & Fonseca, “A defesa do

⁵²¹BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 130.

⁵²²BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

⁵²³PELAÉZ, Carlos Manuel. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1979. p. 64.

⁵²⁴BASTOS, op. cit., p.34.

orçamento equilibrado era um dos poucos aspectos em que havia concordância entre as duas correntes”.⁵²⁵

Já os papelistas eram a favor da criação da moeda de acordo com as necessidades econômicas, com maior liberdade do lastro (Banking School inglesa). Os papelistas eram a favor do pluralismo bancário para que o sistema monetário e de crédito fosse mais flexível. De acordo com Bastos & Fonseca: “Sua pergunta mais frequente, qual o nível de oferta monetária mais condizente com o ânimo dos negócios, consistia em verdadeira heresia para os metalistas”.⁵²⁶

Para os papelistas o foco deveria estar na taxa de juros e não na taxa do câmbio, pois a taxa de juros geraria oferta e demanda de moeda, o que seria o termômetro da realidade econômica de um país. De acordo com Pelaéz: “A política econômica durante a terceira fase ascendente, 1886-1891, foi controlada pelos papelistas. Autorizaram-se muitas cartas patentes de bancos de emissão e o estoque de moeda aumentou rapidamente”.⁵²⁷ Consta em Bastos & Fonseca: “Assim, a conversibilidade era vista como uma medida artificial, prejudicial ao ânimo dos negócios; o câmbio alto não deveria ser buscado por uma conversibilidade artificial, mas pela prosperidade da nação”.⁵²⁸

Os papelistas possuíam uma posição de defesa da nação mediante a produção nacional voltada à agricultura e não à indústria. Segundo eles, as características metalistas, como o padrão ouro e a conversibilidade, prejudicariam a agricultura. É por conta dessa divergência, que se vê os papelistas contrários aos metalistas. No Segundo Reinado, têm-se as seguintes Tarifas Alfandegárias cujos Ministros da Fazenda se posicionavam a favor dos papelistas: A Tarifa de 1857, do Ministro da Fazenda Bernardo de Souza Franco (mais livre câmbio); a Tarifa de 1869, do Ministro da Fazenda Joaquim José Rodrigues Torres com uma aproximação também com o metalistas (mais protecionista); a Tarifa de 1879, do Ministro da Fazenda Affonso Celso de Assis Figueiredo (mais protecionista) e a Tarifa das 1889, do Ministro da Fazenda (mais protecionista). Com referência a política monetária e a posição dos Conservadores, pode-se ver.

No interior do Estado Imperial, principalmente entre os conservadores, que defendiam a agricultura mercantil escravista fluminense e das antigas áreas de exportação. Como Bahia e Pernambuco, era cada vez mais forte a ênfase na necessidade do controle monetário para a estabilidade cambial. Como temos enfatizado, para o governo, a adoção de tal política monetária – o padrão – ouro, a

⁵²⁵BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 33.

⁵²⁶Ibid., p. 35.

⁵²⁷PELAÉZ, Carlos Manuel. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1979. p.

64.

⁵²⁸BASTOS, op. cit., p. 36.

redução dos níveis de liquidez no mercado só viria com o controle sobre o sistema bancário privado.⁵²⁹

Os políticos papelistas foram: Bernardo de Sousa Franco e José Pedro Dias de Carvalho. Torna-se interessante levantar os nomes desses políticos porque ao longo da Crise Bancária de 1853, na Crise de 1857 e na Crise de 1864 alguns estarão arrolados na função de comando no Ministério da Fazenda ou sendo articuladores junto as Câmaras. Constata-se que tanto os Ministros da Fazenda papelistas ou metalistas mencionados elaboraram Tarifas Alfandegárias mais do livre câmbio, e optaram também por uma Tarifa mais protecionista.

Mas, é importante destacar que os metalistas e os papelistas tinham algo em comum: ambos eram flexíveis em suas posições doutrinárias por algumas características do Brasil Império, como consta em Buescu: “herança monetária colonial, falta de tradição bancária, insuficiência de controle por parte do governo e dificuldades devido a extensão territorial, forte dependência do mercado externo e ao movimento internacional e tendências especulativas de crédito”.⁵³⁰ Todos esses aspectos geravam uma inconstante ação por parte do Governo nas alterações entre metalistas e papelistas durante o Segundo Reinado. As características dos Partidos de serem sem “prática doutrinária” se estendem aos papelistas e metalistas, impedindo-os de definir de forma específica suas doutrinas, assim como praticar ideários políticos a que aderiram.

Por essa razão, compreende-se que o Império estava alicerçado mais no liberalismo como forma de política monetária, causando dificuldades para propostas do sistema protecionista. A indústria fabril no Império discutia o tema de uma tarifa que as protegesse da concorrência estrangeira, pois seria necessário crédito por parte dos bancos e isenções tarifária a fim de contribuir para o florescimento da indústria no Império.

Todos os acontecimentos citados da década de cinquenta ocasionaram o desenvolvimento do mercado interno e, por conta disso, foi necessário mais recurso financeiro em 1853. Apesar da opinião contrária de Itaboraí que segundo sua visão, conforme Pelaéz & Suzigan: “os bancos não eram necessários para a estrutura econômica”.⁵³¹ O governo, devido à escassez de crédito e de estoque de moeda, autorizou repasse de recursos ao Banco do Brasil.

⁵²⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 124.

⁵³⁰ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 131.

⁵³¹ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 97.

A crise de 1857 se destaca com a atuação de Sousa Franco quando assume o Ministério da Fazenda e muda toda a ênfase da política monetária do Império. Adepto a escola papelista, assim que ganha o assento no cargo libera o estabelecimento de cinco novas instituições bancárias e emissoras de moedas. Esta modificação radical e mais as compras de metais no exterior propiciou o descontrole na utilização do crédito e na compra de ações, favorecendo a necessidade de emissão pelos cinco bancos que jorravam dinheiro no mercado interno.

Importante destacar, que os bancos que teriam o poder de emitir foram: o Banco Comercial e Agrícola, Banco Hipotecário, Caixa Econômica e o Banco Mauá Gregor & Cia, além do Banco do Brasil. Esta política emissora coincide com a baixa do café e a desvalorização do câmbio, gerando escoamento do ouro e da prata acarretando a queda de metais no Tesouro. Confirma Lobo: “com a crise comercial dos Estados Unidos e da Europa que causou no Brasil um prejuízo de 2.500:000\$000”.⁵³² As exportações permaneceram estacionárias, e nos anos de 1856 e 1857 a má colheita contribuiu para a crise. É bem verdade que havia ainda as dificuldades existentes da crise bancária de 1853, que em seu tempo puderam prejudicar as contas do Governo.

Outra questão relevante foi a alteração entre o Partido Liberal que apoiava a descentralização e a emissão, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento dos capitalistas comerciais e industriais. No caso dos industriais, então necessitados de recursos para dar continuidade a seus negócios em crescimento mediante a Tarifa das Alfândegas de 1844, travavam uma luta constante contra a nova Tarifa de 1857, que modificou todo o ganho alcançado na Tarifa anterior e por esse motivo necessitava de apoio. Os adeptos da escola papelista possuíam seus desígnios ligados à pluralidade de emissão, em atender as necessidades regionais e ainda a incentivar a economia de forma geral e principalmente as camadas urbanas. Vale lembrar que os Liberais possuíam em seus ideários.

Os liberais admitiam o direito de resistência armada toda a vez que o governo cometesse arbitrariedades e ofendesse a as Leis e a Constituição do Império. Os Liberais permaneciam a ditos ao princípio de descentralização administrativa, queriam reduzir ao mínimo a ação da política e pregavam a eleição popular dos magistrados, agentes judiciais que deviam ser da livre escolha da nação e não instrumentos do poder.⁵³³

O Partido Conservador tinha em sua base os fazendeiros e senhores rurais, que não achavam interessante a utilização de capitais utilizados pelos bancos para financiar o

⁵³² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 215.

⁵³³ LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p. 37.

desenvolvimento do comércio e da indústria, já que os cafeicultores necessitavam desses recursos para seus próprios fins. Era adepto da escola metalista, defendia a centralização de emissão e o controle do câmbio e da inflação. Novamente, serão expostos os ideários dos conservadores.

Os conservadores repudiavam como ilegal qualquer revolução, visto que era livre toda propaganda doutrinária e que imprensa, as urnas e os tribunais ofereciam meios suficientes de reparar os abusos das autoridades e emendar os atos contrários ao interesse público. Os conservadores julgavam a centralização política indispensável à integridade do Império, e a independência e inamovibilidade do poder judiciário, arredado dos favores do sufrágio, necessárias à dignidade da sua missão protetora dos direitos dos cidadãos e organizadora da residência legal.⁵³⁴

Para se evitar a procura crescente de dinheiro e a elevação dos preços, o governo autorizou a emissão bancária de 42.036:000\$, em 1857, executada pelo Banco Mauá, Gregor & Cia. De acordo com Guimarães: “na prática não só uma maior liberação do crédito, com a taxa de desconto caindo de 11% para 8% como também a institucionalização do regime regional, que antecedeu o monopólio dado ao Banco do Brasil em 1853”.⁵³⁵ Com a autorização dada pelo Governo de emitir o triplo do fundo disponível, segundo Pelaéz & Suzigan: “os recursos recebidos do Governo foram inadequados e a intervenção levaria à especulação. Nessas circunstâncias, a melhor solução seria deixar que a taxa flutuasse até encontrar o valor do mercado livre”.⁵³⁶

Em 1856 e 1857, um empréstimo foi pedido ao exterior com o objetivo de adotar uma política deflacionária que pudesse controlar as sociedades anônimas e a emissão de vales dos bancos na tentativa de amenizar a crise. De acordo com Lobo: “a política anti-inflacionária procurou fechar todos os canais de emissão de ativos financeiros. Foi radicalmente proibido a emissão de notas, bilhetes, vales, papel ou qualquer título ao portador”.⁵³⁷ O resultado da especulação e o excesso de emissões de papel moeda provocou abalo no valor da moeda ocasionando a inflação e a desvalorização cambial.

A crise de 1857 ocorreu em decorrência à crise cíclica na Europa e devido a especulação sem propósito no Império. Decorrente dessas questões, o Ministro da Fazenda foi substituído pelo conservador Sales Homem Torres, defensor da escola metalista e da centralização bancária. Em sua gestão cancelou a emissão pelo Banco do Brasil em até três e

⁵³⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p. 37.

⁵³⁵ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 182.

⁵³⁶ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 111.

⁵³⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 216.

quatro vezes o valor do fundo disponível. Escreveu em seu Relatório, em 1859, como Ministro da Fazenda com relação à ação do Banco, segundo Buescu afirma: “O Banco do Brasil tinha de pagar o tributo da inexperiência: reduzido pelas perspectivas lisonjeiras que oferece a princípio a distribuição exagerada do crédito; iludido pelos clamores e exigências da especulação, forçou a emissão além de que carecia a circulação dos valores reais.”⁵³⁸

No contexto internacional, pode-se notar a ampliação da economia mundial com a descoberta de ouro na Califórnia e na Austrália, desencadeando maior quantidade de ouro no mundo. De acordo com o objetivo do padrão ouro, dever-se-ia reter em cada país que aderisse esta nova política uma quantidade de reserva que pudesse servir de caução para a movimentação econômica do país.

O padrão – ouro fixado por lei, ajustaria automaticamente o intercâmbio. Estava implícito nessa teoria que, se um país importava mais do que exportava - criando-se um desequilíbrio em sua balança de pagamentos - esse país se veria obrigado a exportar ouro, reduzindo-se consequentemente o seu meio circulante. Essa redução, de acordo com a teoria quantitativa, deveria acarretar uma baixa de preços-contrapartida da alta do preço do ouro - criando automaticamente um estímulo às exportações e um desequilíbrio às importações, o que traria consigo a correção do desequilíbrio.⁵³⁹

É importante destacar que todo o movimento de crises internacionais ocorridas pelo mundo, de alguma forma, atingia o Império do Brasil. Segundo Heitor Lima: “Tomemos os anos de crise na Europa e EUA, como 1847, 1857, 1864-66, 1873, 1882 e 1890-93, verificamos que elas se repetiam aqui quase que simultaneamente, embora por vezes com colorido deferente”.⁵⁴⁰ Os quatro abalos mais fortes que o Brasil sofreu foram com as crises 1853, 1857 e a crise de 1864, não esquecendo a crise de 1875. Pode-se notar que há uma relação direta entre as crises e as Tarifas das Alfândegas e suas Revisões, pois em cada crise houve pelo menos uma Tarifa ou uma Revisão sendo elaborada. Ainda de acordo com este autor, a fragilidade da economia se fundamenta no fato de o país depender de um único produto - o café, que tinha um caráter secundário para a economia mundial. Observa-se o movimento econômico pautado na atuação inglesa sobre a América Latina de maneira objetiva sobre o Brasil na década de cinquenta do século XIX, que influenciaria o contexto econômico do país.

A Grã-Bretanha, nos anos de 1850, encontrava-se em franco desenvolvimento de suas capacidades tecnológicas e materiais, em um processo de modernização em seu território. A

⁵³⁸BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 134.

⁵³⁹FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 459.

⁵⁴⁰LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p. 258.

indústria têxtil, a primeira indústria a funcionar de forma mecanizada nos anos cinquenta, passa por um desenvolvimento derivado da utilização do carvão como força a vapor nas máquinas das indústrias. De acordo com Hobsbawm: “De fato, 1850, a rede básica de estrada de ferro praticamente já existia na Grã-Bretanha. Em todos os sentidos, tratou-se de uma transformação revolucionária, à sua maneira, que a expansão da indústria algodoeira, pois representava uma fase de industrialização muito mais avançada e que afetava a vida do cidadão.”⁵⁴¹

Importante perceber que a indústria têxtil britânica estava em grande crescimento, exportando para todo o mundo. O valor do algodão manufaturado nos anos de 1850 tinha aumentado 43%. As matérias-primas das indústrias: o carvão, ferro e aço, eram produzidas em grande quantidade na Grã-Bretanha. Outro aspecto de todo esse desenvolvimento das indústrias seria as estradas de ferro. Segundo Graham: “Nos próximos vinte anos, as linhas férreas não somente ligavam entre si todos os importantes centros britânicos, mas também se estendiam sobre vastas áreas de outras terras, que agora se tornavam acessíveis a vendedores de produtos manufaturados”.⁵⁴²

As estradas de ferro na Grã-Bretanha integraram todo o país e viabilizou a venda de manufaturas de forma rápida e eficiente. Em meado do século XIX, pode-se notar a expansão dos bancos ingleses que, rompendo as barreiras nacionais, entraram em vários países com o propósito de abrir agências e filiais. Com o transporte terrestre e marítimo, o mundo se unificou a um sistema econômico sobre a tutela da Grã-Bretanha, que estendia sua atenção para os países subdesenvolvidos, em especial para o Brasil.

Neste período, o sistema de bancos ingleses conseguiu se converter em centro internacional de compensação das operações de crédito comercial. As casas financeiras mais importantes foram casa Baring e a Lazard Brothers que faziam emissão de títulos de longo prazo de governos estrangeiros e também títulos das companhias de ferrovias por todo o mundo.⁵⁴³

Com todas essas transformações no sistema bancário, a moeda inglesa, a libra, foi progressivamente utilizada nas trocas internacionais e os países foram aderindo o padrão ouro. Em 1866, foi determinado pelo governo britânico um banco Central com o nome Bank of England, com o objetivo de emitir moeda, regular a quantidade de moeda, impedir a quebras,

⁵⁴¹HOBBSAWM, Eric J. **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 100-101.

⁵⁴²GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 13.

⁵⁴³CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

estabilizando o sistema monetário internacional.⁵⁴⁴ Os capitais britânicos chegaram ao Brasil em grande quantidade, investidos em bancos, estradas de ferro, companhias de seguros, navios a vapor, gás e luz.

Importante elucidar que a crise de 1857, foi o alicerce para a construção da Tarifa de 1857, pois tinha uma inclinação para ser mais livre cambista e por estar ajustada ao contexto sócio econômico de sua época. Interessante salientar que foi durante a política de Conciliação que ocorreu a crise de 1857, demonstrando toda a fragilidade da economia do Império durante a década. Para caracterizar as circunstâncias que contribuíram para a crise de 1857, destaca-se o tema mais relevante para explicar o movimento político e econômico que poderia gerar a crise: a crise bancária de 1853, o estopim para a crise de 1857 que aconteceria anos mais tarde.

Define-se a seguir os gabinetes e os Partidos correspondentes àquele período, para averiguar-se a que grupo político se encaixam, vê-se a 11º Legislatura do gabinete Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí) vinculado ao Partido Conservador do período de 11/05/1852 a 06/09/1853; 12º Legislatura Honório Hermeto Carneiro (Marquês do Paraná) 06/09/1853 a 03/09/1856 - Conservador/ Conciliação; 13º Legislatura Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) - Conservador/ Conciliação - 03/09/1856 a 04/05/1857; 14º Pedro Araújo Lima (Marquês de Olinda- Liberal/Conciliação) - 04/05/1857 a 12/11/1858; 15º Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) - Conservador/Conciliação - 12/12/1858 a 10/08/1859 e o Ministro da Fazenda Francisco de Salles Torres Homem; 16º Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) - Conservador/Conciliação - 10/08/1859 a 02/03/1861.⁵⁴⁵ O objetivo de relacionar estes gabinetes, partidos e seus períodos serve para observar-se de que forma a crise de 1857 e a Tarifas das Alfândegas de 1857 estavam sujeitas a interferência de cada gabinete e partidos.

Entre 1836 a 1846, surgiram em várias províncias bancos privados que pretendiam ampliar seus negócios e atender ao comércio local que necessitava de moeda e crédito por meio da emissão de vales bancários.⁵⁴⁶ Os bancos privados que se constituíram neste período foram o Banco do Ceará (1836- 1839), o Banco Comercial do Rio de Janeiro (1838 – 1853), o Banco da Bahia (1845) e o Banco do Maranhão (1846).

⁵⁴⁴ CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁵⁴⁵ FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012.

⁵⁴⁶ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O Banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH Universidade de São Paulo, 2010.

No tocante à questão dos bancos privados, esses constituíam um problema e uma ameaça para os conservadores, que acreditam que o melhor seria que houvesse um controle sobre emissão.⁵⁴⁷ Na 11ª Legislatura do gabinete Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí) vinculado ao Partido Conservador do período de 11/05/1852 a 06/09/1853, ainda em seu relatório em 1849, Rodrigues Torres argumentava sobre a necessidade de se evitar um desequilíbrio na emissão de papel- moeda.

Apologista dos bancos desejaria vê-los instalando em todas as províncias para reunirem os capitais dormentes e inativos, concorrendo assim para fecundar a indústria e enriquecer o país, porém simplesmente como bancos de depósitos e descontos; não concebe a sua utilidade como bancos de emissão, e nem combina a sua existência com a necessidade da diminuição da massa do papel circulante. Não concorda com a opinião daqueles que acreditam na vantagem de um banco de emissão como auxiliar do governo encarregado do resgate do papel-moeda; porque, além de não se poder conseguir isto sem grandes ônus para o tesouro, continuaria a circulação de notas, que se procura evitar. Este estabelecimento será conveniente quando se tiver conseguido pelo meio exposto a redução do agente de circulação ao ponto que não possa exceder as necessidades das transações, nem mesmo em época das crises comerciais.⁵⁴⁸

Observa-se também que a posição do Ministro da Fazenda Rodrigues Torres se harmoniza com a dos conservadores, defensores de uma agricultura escravista e de exportação, como era o caso da Bahia e de Pernambuco que tinham seus interesses ligados a necessidade de controle monetário e cambial. Por outro lado, havia na mesma época o defensor da pluralidade bancária, Souza Franco.⁵⁴⁹ Segundo Gambi: “A reforma monetária de 1833 e na legislação monetária posterior por meio da tentativa de unificação do meio circulante, que correria por todo o império. Era a vitória na nacionalização do papel-moeda em detrimento de sua provincianização”.⁵⁵⁰

Não obstante, este conflito existia por causa da adesão do Império ao Padrão Ouro divulgado e incentivado pela Grã-Bretanha, estabelecido nos países ao aderirem ao sistema. Anteriormente o sistema era o padrão prata que se baseava no uso deste material para a cunhagem de moedas, por haver disponibilidade maior do que ouro, devido à quantidade expressiva de derivado da prata nas praças da Europa, na época dos descobrimentos nos séculos XV e XVI. Com a descoberta de novas jazidas de ouro a partir da década de 1850, o

⁵⁴⁷ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976.

⁵⁴⁸ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 311.

⁵⁴⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

⁵⁵⁰ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O Banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH Universidade de São Paulo, 2010. p. 71.

metal começou a ser utilizado para servir como padrão internacional de medida.⁵⁵¹ Conforme José Almeida: “Já em 1695, temos que a fixação da paridade monetária em um patamar que valorizava o ouro, durante a chamada Grande recunhagem, na esteira de eventos relacionados à guerra dos Nove Anos e à criação do Banco da Inglaterra no ano anterior”.⁵⁵²

Portanto, o padrão ouro tinha como objetivo a manutenção da paridade cambial para o ajuste entre o câmbio e os preços, além de uma política nacional que admitisse haver um mecanismo que pudesse gerar a volta ao equilíbrio entre o câmbio e os preços, em caso de haver um desequilíbrio na economia. Para Gambi: “A reforma de 1846 quebrou o padrão monetário e estabeleceu uma nova paridade do mil-réis em relação à moeda inglesa, tornar o meio circulante conversível em ouro e assim garantir a estabilidade dos preços e câmbio”.⁵⁵³

Para voltar ao equilíbrio, a desvalorização cambial seria utilizada para a economia se adequar às dificuldades enfrentadas no momento e, para tal, algumas ações por parte do governo teriam que ser implementadas, como: déficits orçamentários e emissões sem lastro. E o custo dessas ações teria que ser arcado pelo governo e pela economia.

Importante destacar que entre 1829 a 1853, com a impossibilidade de os bancos privados emitirem moeda em papel, estes passaram as emissões de vales, títulos e créditos que ocasionaram o início da crise de 1853, que se prolongou até a crise de 1857. Os bancos privados criados ao longo do século XIX foram, como relaciona Buescu: “o Banco do Ceará (1836- 1839), Banco Comercial do Rio de Janeiro (1838 – 1853), Banco da Bahia (1845), Banco do Maranhão (1846), Banco do Pará (1847), Banco de Pernambuco (1851) e Banco do Brasil (1851)”.⁵⁵⁴

Interessante considerar, que o Banco Comercial do Rio de Janeiro será fundido com o Banco do Brasil. O Banco Comercial tinha um perfil interessante, foi organizado por um grupo de capitalistas que se estabeleceram no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1838. A princípio o banco exercia sua função sem autorização de uma carta de patente ou reconhecimento oficial por parte do governo. Segundo Suzigan & Pelaéz: “Depois de quatro anos obteve autorização para operar por cerca de 20 anos, com um capital de 5.000 contos de

⁵⁵¹EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012.

⁵⁵²ALMEIDA, José Tadeu de. **Padrão ouro experiências comparadas Brasil- Portugal no século XIX**. (Tese de Doutorado) PPGHE, FFLCH, 2015. p. 47.

⁵⁵³GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O Banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH Universidade de São Paulo, 2010. p. 85.

⁵⁵⁴BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 134.

réis. O lucro do Banco Comercial foi derivado da diferença paga aos depositantes 4 a 4,5% e a taxa para redesconto de letras 6 a 7 % ao ano”.⁵⁵⁵

O segundo Banco do Brasil, de acordo com Lobo: tinha objetivo definido, “A manutenção das taxas de investimento na produção foi obtida através de um processo inflacionário com emissões do segundo Banco do Brasil; que visava atender o financiamento das colheitas no Nordeste”. Com isso, entende-se que a política econômica visava à abertura de crédito.

Foi apresentada por Itaboraí, inclinado à escola metalista, uma proposta de monopólio de emissão de moedas, já que compreendia que era prudente um controle maior por parte do governo na economia. Trata-se do terceiro Banco do Brasil.

O Barão de Mauá se associou a capitalistas e comerciantes formando o segundo Banco do Brasil, aprovado por Decreto, em 2 de julho de 1851. Só estavam funcionando na praça do Rio de Janeiro o Banco Comercial e o segundo Banco do Brasil. A fusão do Banco Comercial e do segundo Banco do Brasil, formou um novo estabelecimento o terceiro banco do Brasil, registrado como sociedade anônima, com o objetivo de depósitos, descontos e emissão, em 28 de março de 1854 com um capital de 30.000:000\$000, dividido em 150 mil ações de 200\$000 cada uma.⁵⁵⁶

Pode-se observar que o terceiro Banco do Brasil principiou suas atividades no dia 21 de agosto de 1851. Consta em Guimarães: “Depois de pouco tempo entrou em concorrência com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, gerando uma baixa em suas taxas de desconto das letras do tesouro para 4%, as letras do próprio banco para 5%”.⁵⁵⁷ Para Buescu: “Esta concorrência gerou a crise, os bancos privados não poderiam emitir papel-moeda somente o Tesouro Nacional, mas estava emitindo vales, títulos e créditos como se fosse quase-moeda”⁵⁵⁸. O desequilíbrio estava gerado na Praça do Rio de Janeiro.

Quanto à discussão sobre criação do Banco do Brasil, afirmam que em 1853 o Banco do Brasil, segundo Pelaéz & Suzigan: “criado foi a segunda instituição para governamental criada no Brasil com esse nome e a terceira aprovada por legislação e a quarta a ter esse nome”.⁵⁵⁹ De acordo com Carlos Gabriel Guimarães o quarto Banco do Brasil foi organizado sobre a lei nº 683, de 5 de julho de 1853 com a fusão do Banco do Brasil e o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Segundo Guimarães: “a concorrência entre o terceiro Banco do Brasil e o

⁵⁵⁵PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 66-67.

⁵⁵⁶LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 213.

⁵⁵⁷GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 120.

⁵⁵⁸BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 134.

⁵⁵⁹PELAÉZ, op. cit., p. 99.

Banco Comercial do Rio de Janeiro estaria gerando uma crise econômica”⁵⁶⁰. Com a fusão dos dois bancos em parte foi aplacado a crise com respeito a concorrência que segundo o autor deu o início a crise.

O Banco terá um fundo capital de 30.000:000\$, que poderá ser elevado; sua duração será de 30 anos. As suas notas serão realizáveis em moeda corrente (metal ou papel-moeda) e recebidas nas estações públicas da Corte e província do Rio de Janeiro, e nas outras onde forem estabelecidas caixas filiais. Estas notas não serão menores de 20\$ na Corte e província do Rio de Janeiro e de 10\$ nas outras províncias. O presidente do Banco será nomeado pelo Imperador, e presidindo a diretoria tem o direito de suspender qualquer deliberação contrária à lei e estatutos. Dessa decisão haverá recurso para o Governo. O Banco obrigar-se-á a retirar da circulação o papel-moeda do Governo, na razão de 2.000\$000 anualmente.⁵⁶¹

A fusão dos dois bancos, constituindo o quarto Banco do Brasil, de certa forma, impulsionou a especulação e uma forte expansão do crédito. Segundo Gambi: “Em 1853, essa tendência centralizadora se reforçaria na vitória política da centralização da emissão bancária, defendida por Rodrigues Torres, em oposição à pluralidade de emissão”.⁵⁶² A tentativa era de harmonizar o saneamento do meio circulante e a necessidade do comércio em uma economia em expansão. Além de satisfazer aos ideários de um grupo político composta por Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai, Eusébio de Queiróz e o próprio Ministro da Fazenda, na ocasião Rodrigues Torres, a chamada “Trindade Saquarema”, os conservadores fluminenses.⁵⁶³

Apesar da centralização bancária proclamada por Torres, o estrago já estava efetuado com as emissões de vales, títulos e crédito realizadas pelos bancos privados. Importante notar que o posicionamento de Torres, quanto ao controle do Banco do Brasil, originou a ideia de se instalar no Império filiais do Banco.⁵⁶⁴

No período da 12ª Legislatura, de Honório Hermeto Carneiro (Marquês do Paraná) 06/09/1853 a 03/09/1856 - conservador/ Conciliação, o Banco Rural e o Banco de Mauá ao entrar em operação iniciaram a emissão de vales sem respeitar a legislação e o monopólio do Banco do Brasil. Esta atuação resultou em um parecer do Conselho de Estado de 1854, no

⁵⁶⁰ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 95.

⁵⁶¹ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 337.

⁵⁶² GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O Banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH Universidade de São Paulo, 2010. p. 71.

⁵⁶³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

⁵⁶⁴ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976.

qual constava que o governo não admitiria bancos independentes e irresponsáveis, pois comprometeriam o saneamento proposto para o meio circulante.⁵⁶⁵

No contexto do advento do Ministro da Fazenda Bernardo de Souza Franco, a pasta está alicerçada nas condições políticas e econômicas de sua época, no que se relaciona à política da Conciliação e a reforma eleitoral de 1855. Em maio de 1857 houve uma substituição do gabinete 13º Legislatura Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) Conservador/ Conciliação 03/09/1856 a 04/05/1857 com o Ministro da Fazenda Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde do Paraná) para o 14º Gabinete de Pedro Araújo Lima (Marquês de Olinda) Liberal/Conciliação 04/05/1857 a 12/11/1858 para o então Ministro da Fazenda Bernardo de Souza Franco que representava um grupo político que desejava dar mais autonomia as províncias.⁵⁶⁶ Esta união em um mesmo gabinete de um conservador Pedro Araújo Lima (Marquês de Olinda) e um liberal Bernardo de Souza Franco pôde dar continuidade à política de conciliação sustentada pelo Imperador.⁵⁶⁷

Ao aceitar o cargo, o Ministro da Fazenda Bernardo de Sousa Franco já possuía uma posição diferenciada quanto à reforma bancária. Nota-se isso em 31 de agosto de 1846, como deputado geral pelo Pará. Segundo Gambi: “discutia sobre a reforma bancária argumentava que creditar a reforma apenas ao déficit e a correção de medidas do passado nos parece insuficiente para entender o que aconteceu”.⁵⁶⁸ Evidentemente, a compreensão do autor seria contrária aos Ministros da Fazenda anteriores.

Além de toda essa mudança empregada em sua gestão como Ministro da Fazenda, pôde ainda elaborar uma proposta de reforma do sistema bancário que modificaria o Código Comercial. Para Souza Franco o Código não era suficiente para gerar a regulamentação da atividade bancária. Sua proposta possuía três pontos centrais.

- 1) Na organização de estabelecimentos de créditos em todas as províncias que os comportem, e de filiais ou caixas de descontos nas outras e nas grandes povoações, desenvolvendo-se assim os meios de trabalho, e animando a indústria nacional.
- 2) Na substituição das notas do tesouro de valor instável, e sujeitas a continuas oscilações, por notas do banco, realizáveis em metais, e, portanto, de valor mais fixo e seguro, e menos sujeitos a falsificações.
- 3) Em que ficando por esta forma aos bancos o fornecimento de moeda precisa aos mercados de seu círculo, dá-se mais regularidade no suprimento e mais certeza de

⁵⁶⁵ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O Banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH Universidade de São Paulo, 2010.

⁵⁶⁶ SCHULZ, John. **A Crise financeira da abolição**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

⁵⁶⁷ NABUCO, Joaquim. **Um estadista no Império. Volume 2**. São Paulo: Editora Instituto Progresso. 1864-1866.

⁵⁶⁸ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O Banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH Universidade de São Paulo, 2010. p. 75.

que a quantidade das notas circulantes será a exigida pelo mercado, porque, aliás, o banco emitirá as que faltem, ou vir-lhe-ão ao troco por metais as que sobrem em hipótese contrária.⁵⁶⁹

A proposta de Souza Franco significou uma liberação do crédito com o desconto caindo de 11% para 8%, como a oportunidade de haver emissão regional contrário ao pensamento dos Ministros anteriores que estiveram na direção da pasta. Cabe observar, que nesta nova política monetária haveria ao portador uma obrigação de pagamento a vista e sem juros.⁵⁷⁰ Nessa circunstância, abre-se o precedente para que os bancos de fora da capital pudessem ser abertos com a oportunidade de emissão de cédulas.

De acordo com o que adverte Amaro Cavalcanti em sua análise: para as circunstâncias econômicas da década de 1850, mais especificamente nos anos de 1857 a 1858, em plena crise, não poderia haver no Brasil um único banco emissor que pudesse exercer essa função. Segundo Cavalcanti: “O movimento econômico real por toda parte, de maneira que, sentindo-se, dentro em breve, a escassez de meio circulante, o qual, na opinião mais comum, já não podia ser suprido por um só banco para tão vasta região: seis outros bancos foram igualmente autorizados a emitir, de 1857 a 1858.”⁵⁷¹

A favor do pluralismo bancário, Amaro Cavalcanti reforçou o incentivo à economia por meio de liberação de crédito. De acordo com a análise, se não houvesse uma política que viesse a organizar a pluralização dos bancos não haveria crescimento econômico no Império.

Segundo Souza Franco, em seu livro “Os Bancos do Brasil”, publicado pela primeira vez em 1848 e republicado em (1984), pode-se notar sua posição quanto à importância do crédito para o desenvolvimento da nação em especial da indústria.

Decidi-me a publicar este pequeno opúsculo pela consideração de que um país novo e falto de capitais, como o Brasil, é-lhe serviço importantíssimo procurar desenvolver seus trabalhos e lançar mão das instituições de crédito, como o mais poderoso meio de aproveitar os capitais desempregados, pô-los a serviço da indústria e como que os duplicar em seu benefício.⁵⁷²

Verifica-se que o objetivo de Souza Franco com referência a pluralidade bancária seria conferir maior apoio para a indústria fabril. Entre 1853 a 1857, foi o momento da Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1844, portanto uma ocasião crucial para a economia. Com a Revisão da Tarifa de 1844, as indústrias fabris do Império perderam a proteção de suas mercadorias

⁵⁶⁹FRANCO, Bernardo de Souza. **Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. p. 95-96.

⁵⁷⁰GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

⁵⁷¹CAVALCANTI, Amaro. **A vida econômica e financeira do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 20.

⁵⁷²FRANCO, op. cit., p. 3.

que era conferido por parte da Tarifa; ousava a proteger os produtos brasileiros da concorrência estrangeiras na porcentagem de 30% a 60%. Com a atuação da Tarifa de 1844 foi possível estabelecer uma concorrência leal entre os produtos nacionais e estrangeiros.

Esta oscilação entre incentivar a indústria como foi com a Tarifa de 1844, mais protecionista e a Revisão da Tarifa de 1844 em proporcionar uma mudança radical, para uma tarifa mais livre cambista, gerava uma grande dificuldade na importação de mercadorias semimanufaturadas ou de matéria-prima para a indústria. Segundo Cavalcanti: “Dar hoje proteção a certa indústria e amanhã diminuí-la ou retirá-la mesmo, antes de alcançar crédito pela simples razão de desagradar o imposto - como já se tem feito entre nós, é erro considerável e prejudicialíssimo, sobretudo ao capital, cujo emprego em tal ou qual indústria depende”.⁵⁷³

Com relação à questão internacional, que influenciava a crise de 1857 no Brasil, pode-se destacar a crise comercial dos Estados Unidos e a da Europa durante os anos de 1856- 1857 que acarretou inflação devido o grande afluxo de ouro pela descoberta do metal na Califórnia e Austrália. Por esse motivo, os Estados Unidos não importaram a mesma quantidade de produtos tropicais como de costume. A crise comercial externa acarretou um prejuízo de 2.500:000\$000 para a economia do Império.⁵⁷⁴

No que alude Schulz: “O Pânico de 1857 começou com suspensão dos bancos norte-americanos (que se tornaram bastante expostos a ferrovias deficitárias) e se espalhou rapidamente para a Inglaterra e a Europa Continental”.⁵⁷⁵ Conforme Croce: “Devido à contração da economia dos Estados Unidos como resultado uma enorme quantidade de saques na praça ficando conhecido com o Pânico de 1857”.⁵⁷⁶

O primeiro impacto do “Pânico de 1857” foi a paralisação de quase todas as transações. Nesse momento, a taxa de câmbio recuou de 27 pence por mil-réis, para 26 e, depois, para 25,5. O Banco do Brasil decretou a inconvertibilidade da moeda e suspendeu a troca de notas por ouro. A Crise instalada em 1857 é considerada por estudiosos o momento mais difícil da gestão de Souza Franco como Ministro da Fazenda. O resultado desse abalo no mercado financeiro foi de 49 falências em 1857 e 90 em 1858, com perdas totais avaliadas em 15.00 contos.⁵⁷⁷

⁵⁷³CAVALCANTI, Amaro. **Resenha financeira o Ex-Império do Brasil 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 21.

⁵⁷⁴LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

⁵⁷⁵SCHULZ, John. **A Crise financeira da abolição**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 70.

⁵⁷⁶CROCE, Marcus Antônio. **Crises financeiras na primeira década republicana e os bancos em Minas Gerais (1889-1903)**. 2013. Tese(Doutorado em Economia), PPG em economia da UFMG. Cedplar/UFMG, 2013. p. 51.

⁵⁷⁷VIANA, Victor. **O Banco do Brasil, sua formação seu engrandecimento sua emissão nacional**. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1926. p. 406; 428-432.

Contudo, com referência as razões da crise de 1857, segundo Buescu: “visão eclética pode-se dizer que a crise cíclica europeia se sobrepôs às condições insanas em que funcionava o sistema monetário. A expansão especulativa viu-se diante de uma retração vinda de fora”.⁵⁷⁸ Essa seria a razão da crise de maneira externa e interna ocorrida no Império. Outra dificuldade enfrentada na crise de 1857 foi que os credores ingleses pressionaram com as exigências de debitar os saldos e suspenderam a concessão de prazos adicionais. Por essa razão, a saída de moeda para o pagamento dos credores.

Mediante a saída de moeda, pode-se notar na gestão de Souza Franco um momento difícil, no final do ano a crise. Ainda em maio de 1857, o Império estava em pleno processo de desenvolvimento das instituições bancárias quando em novembro ocorre a crise de 1857, desencadeando redução no crescimento, ou seja, um declínio econômico.

Em 1858, devido ao pânico, a taxa de juros atingiu 11% para se evitar a saída de ouro do Império. Em decorrência da crise em andamento, o Banco do Brasil necessitou tomar alguma posição, como consta em Cavalcanti, Pelaéz & Suzigan: “Banco solicita 6. 000 contos de réis para poder manter a taxa de câmbio em paridade 27 dinheiros esterlinos por mil réis. O banco estimava que as necessidades do mercado seria entre 500.000 a 600.000 libras esterlinas”.⁵⁷⁹ A autorização para o pedido de recursos financeiros da Rothschild & Sons era por via de solicitação junto ao Ministro para a deliberação do Imperador.

O recurso financeiro de 100.000, em libras esterlinas, autorizado pelo Governo, para o banco solicitar no exterior, não foi suficiente para equacionar a questão. A situação se agravou em 1858 e o banco solicitou outra autorização do Governo para outra tentativa. O confronto entre o banco e o governo não chegou a uma solução razoável para se evitar maior dano ao mercado interno.

Para pôr fim à crise em 1857, o modo que o Governo encontrou para atuar, na tentativa de contornar a crise e alcançar êxito, foi pedindo auxílio ao Banco Mauá-MacGregor, com o intuito de socorrer o sistema bancário do país. Com o pedido do Ministro da Fazenda, o banco emprestou 810.000 contos através de sua agencia em Londres. Com esse recurso foi possível contornar a crise cambial e injetar dinheiro no mercado.⁵⁸⁰ Segundo

⁵⁷⁸ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 135.

⁵⁷⁹ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 110.

⁵⁸⁰ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976; BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.

Levy: “Em agosto, os registros já indicam o fim da crise, voltando o Banco do Brasil a trocar suas notas por ouro. E por essa época do ano as colheitas de café começavam a chegar ao porto, as transações recomeçavam”.⁵⁸¹

Observa-se que o Ministro Souza Franco foi acusado de estimular a especulação e a agiotagem por parte da Assembleia Legislativa e pelos conservadores. Diante das dificuldades enfrentadas por Souza Franco pôde-se assistir a mudança de gabinete 15º Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) 12/12/1858 a 10/08/1859 Conservador/Conciliação o Ministro da Fazenda Francisco de Salles Torres Homem (visconde de Inhomirim), com o objetivo de reduzir o estoque de moeda e valorizar o câmbio.

A velha política de paridade volta à tona com Torres Homem. A primeira providência seria cancelar autorização de emitir papel-moeda em valor de três vezes o fundo disponível. A segunda ação foi a conversibilidade das notas do Banco do Brasil em ouro e a vista; e por fim uma nova regra de constituição de novos bancos, somente com a autorização do Legislativo. Segundo Beiguelman: “A dificuldade de novo gabinete é que se recusava a aderir política de conciliação apelando para uma ação de moderação inclinada para o domínio conservador. Esta posição não agradou nem os liberais e nem ao grupo que apoiava a conciliação”.⁵⁸² Com grande debate quanto à reforma, o embate caloroso contribuiu para a renúncia do gabinete, para um novo gabinete tomar posse: o 16º Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) 10/08/1859 a 02/03/1861 Conservador/Conciliação.

Com a crise em alta, houve a mudança da pasta do Ministério da Fazenda assumindo a gestão Ângelo Ferraz (em 10 de agosto de 1859 a 2 de março de 1861) que inverte a política financeira com a Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860.⁵⁸³ De acordo com Guimarães: “promoveu um forte ajuste no sistema bancário e na organização das sociedades anônimas, obrigando remeterem uma demonstração das operações da semana anterior”.⁵⁸⁴ O controle adequado para que houvesse firmeza na condução da economia.

O Ministério da Fazenda, em 1859, foi o responsável pela Revisão da Tarifa de 1844, organizando a Tarifa de 1857 que prejudicava a indústria nacional que já possuía esse pensamento metalista. Quanto a seu objetivo, neste ano seria a restrição total da emissão, para

⁵⁸¹ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 73.

⁵⁸² BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil Volume 1 e 2**. São Paulo: Editora Pioneira, 1967. p. 101.

⁵⁸³ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

⁵⁸⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comercio no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 197.

haver valorização da moeda. E ainda propôs uma Comissão de Inquérito para uma análise da situação financeira do Império, com o objetivo de trazer um estudo e sugestões para a saída da crise. De acordo com Heitor Lima: “Crises comerciais do Império tanto a de 1857 e quanto de 1864 foram fatos que ocorreram devido a nossa posição de nação periférica dentro do quadro internacional, e a interferência do movimento das nações sobre o Império do Brasil”.⁵⁸⁵

3.1.2 - A Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1857.

Neste conturbado período de grandes transformações, no âmbito político, econômico e social dentro do Império, descritos sobre o Código Comercial, o fim do Tráfico de Escravos, a Lei de Terras e a Crise de 1857, tem-se a elaboração de uma Tarifa Alfandegária com um teor mais do livre câmbio elaborada em meio a discussões internas e externas, defendendo-se o sistema do livre câmbio, por conta da influência internacional do Congresso Internacional Reforma Aduaneira, de 1856 em Bruxelas, na Bélgica.

Este Congresso será mais bem analisado para que fique definido seu protagonismo, nos emaranhados de acontecimentos internacionais que chegaram ao Império, exercendo certo alcance dentro das Casas Legislativas, devido ao ideário do livre câmbio. É necessário relembrar a posição inconsistente dos políticos, ora inclinando-se ao livre câmbio, ora simpáticos ao protecionismo. Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira afirma ser uma posição singular, que mesclava os dois sistemas, mas não se pode deixar passar a influência exercida mundialmente por este Congresso Internacional Reforma Aduaneira, de 1856, e por sua Associação Internacional Reforma Aduaneira, que possuía o ideal de lutar pelo sistema do livre câmbio e sua implantação no mundo.

Vale lembrar-se do Congresso de Economistas de 16 a 18 de setembro de 1847, na cidade de Bruxelas. Foi o primeiro evento a tratar da economia mundial sobre a liderança da Bélgica e da Grã-Bretanha, com 50 membros sendo delegados dos países que compuseram o Congresso entre industriais, comerciantes, professores e ministros. Esse fundamentou o Congresso Internacional das Reformas Aduaneira de 1856, por ocasião da reunião da liderança dos países da Europa para o grande acordo sobre o sistema do livre câmbio no século XIX.

Em cada dia da reunião do Congresso de 22 a 25 de setembro de 1856, em audiências públicas vê-se narrativas dos delegados de cada país a discorrer sobre as mudanças em leis alfandegárias com o intuito de trazer desenvolvimento e trabalho para a sociedade. A reunião do corpo de todos os defensores da liberdade de comércio, da centralização de forças para o

⁵⁸⁵ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 258.

sucesso pela causa do progresso e todos os interesses, independentes da parte do mundo em que vivem e do local onde o progresso é feito, os quatro coroados dignamente dias de estudo e discussões. O Congresso realizado no Hotel Ville Bruxelas foi composto dos seguintes países e continente: Inglaterra, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália, Noruega, Nápoles, Bélgica, Rússia, Sardenha, Suécia, Suíça, Holanda, da América do Sul e Dinamarca.

O Congresso Internacional da Reforma Aduaneira consistiu de reunião de líderes como: Ministros, negociantes, industriais, professores de Universidades, delegados de países que se congregaram na Bélgica, a fim de exporem o adiantamento de leis e reformas das Alfândegas em seus países. Narrativas de seus adiantamentos quanto à mudança de leis alfandegárias protecionistas para a do Livre Câmbio, recheados de discursos inflamados em prol do livre câmbio como sendo a proposta mais adequada aos países.

Quanto à abordagem do Congresso Internacional da Reforma Aduaneira e o intento de unificar o sistema do livre câmbio no mundo da época, é fundamental entender-se que a ênfase se dá na indústria e no comércio internacional de mercadorias que concorreria com a indústria do Império do Brasil. Por outro lado, a indústria nacional almejava crescer e ganhar o mercado nacional do Império. Pode-se observar que ao longo das décadas, o Congresso Internacional da Reforma Aduaneira de 1856, 1863, 1870 e 1880 contribuíram para a solidificação do padrão-ouro como um sistema monetário internacional com a ênfase no livre comércio, com um projeto burguês de unificação mundial da economia no século XIX. Conforme Fiori: “Consolida-se também o padrão-ouro, vigente na Inglaterra desde 1821, mas que se transforma num sistema monetário internacional, com a adesão dos países que passaram a compor, até o final do século XIX, o núcleo orgânico do sistema econômico capitalista mundial”.⁵⁸⁶

Os componentes da Comissão organizadora do Congresso Internacional da Reforma Aduaneira foram: Presidente Corr-Vander Maeren, jure do tribunal do comércio de Bruxelas e presidente da Associação Belga da Reforma Aduaneira, com o vice-presidente C. A. Campan, vice-presidente do Congresso; Barbier-Hanssens, fabricante, vice-presidente da Associação Barbier-Hanssens, fabricante, vice-presidente da Associação Belga da Reforma Aduaneira; Fortamps, industrial e jure do tribunal do comércio de Bruxelas; Lucien Masson, secretário; Gustave de Molinari, professor do Museu Industrial da Bélgica; Lehary de Beaulieu secretário do Congresso de Economista de 1847 e A. Couvreur, secretário de Associação Belga da Reforma aduaneira.

⁵⁸⁶FIORI, José Luís. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 64.

Será necessário esboçar alguns itens deste documento para salientar sua relevância no meio político e econômico do Império. Deixa-se claro que não se anseia tratá-lo de forma completa, visto que esse possui 405 páginas de Relatório do Congresso Internacional da Reforma Aduaneira, portanto, não é possível remeter-se a ele de forma integral por fugir de do foco.

O documento do Congresso se divide em quatro partes, uma para cada dia do evento, mais o relatório do Banquete no Hotel Ville, com 240 delegados do Congresso, os anexos em que constam as correspondências dos delegados de cada país participante, além da lista de documentos enviados. Nas primeiras duas partes, apresentam os relatórios de cada país com o seu grau de desenvolvimento e sua luta para a transformação da política tarifária para o sistema do livre comércio. Nas partes três e quatro a discussão se fundamenta na continuidade do Congresso e na forma como poderia se sustentar, com o objetivo de agregar todos os países sob o sistema do livre comércio. A partir do Congresso e suas deliberações vê-se na pauta o ideário de organizar uma entidade internacional a fim de divulgar o pensamento do livre comércio pelo mundo.

M. FIGUEROLA (Espagne). Je dois vous déclarer, Messieurs, que les opinions exprimées par M. Gomez, homme très-convaincu, et qui représente ici une Association puissante, ne sont nullement partagées par les autres Espagnols qui font partie du Congrès. (Applaudissements.) Ce sont des opinions physiocratiques entachées de socialisme (Bravos). M. COLMEIRO. J'adhère à ce que vient de dire M. Figuerola. (Nouvelles acclamations.) M. LE PRÉSIDENT. M. Elink Sterk (Hollande) vient de me faire remettre une note supplémentaire pour tenir lieu d'un discours qu'il voulait prononcer. Cette note sera insérée dans le compte rendu officiel de la séance. (Voir aux annexes). Nous passons maintenant aux propositions. La parole est à M. de Molinari. M. Gust. de MOLINARI, professeur au Musée Royal de l'industrie à Bruxelles et à l'Institut de commerce d'Anvers, délégué du comité central de l'Association belge pour la réforme douanière: Messieurs, je suis chargé de vous présenter un rapport sur la proposition de M. Corr-Vander-Maeren, président de l'Association belge pour la réforme douanière, ayant pour objet la création d'une Association internationale pour les réformes douanières. Cette proposition est ainsi conçue: « Le Congrès, avant de se séparer, constituera une Association internationale des réformes douanières. Cette Association aura pour but, en réunissant les forces éparses de tous les pays, de provoquer, par tous les moyens légaux, dans chaque pays, l'étude des principes qui forment la base des libertés commerciales, en un mot, de continuer l'œuvre du Congrès. » Le sous-comité, chargé d'examiner cette proposition, était composé de MM. Corr-Vander-Maeren, Th. Winkworth, Henry Dix Hutton, Ackersdyck, Hartwig Hertz, Boyer, père, Figuerola, G. de Molinari.⁵⁸⁷

A partir das discussões e relatos dos delegados de cada país participante desse Congresso observa-se o intuito de organização de uma entidade internacional para garantir a permanência dos agentes atuando na divulgação do pensamento do livre comércio, iniciado neste evento com o seu, já descrito, objetivo. A Associação Internacional de Reforma

⁵⁸⁷ CONGRÈS INTERNATIONAL DES RÉFORMES DOUANIÈRES. Réuni à Bruxelles 22 à 15 septembre, 1856. Bruxelles: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857. p. 127.

Aduaneira possuía a proposta de ter filiais em todos os países membros, mas com um escritório central em Bruxelas. A manutenção da entidade seria através de um fundo internacional com uma taxa de 12 francos para a continuidade dos futuros Congressos como se verifica com o Congresso Internacional Reformas Aduaneiras de 1863, 1870 e 1880, mantendo seus objetivos de liberdade narrados nesta fração do documento.

Oublions pas, Messieurs, que toutes les libertés dont nous jouis sons aujourd'hui, libertés civiles, libertés politiques, libertés religieuses, ont été obtenues au moyen de l'Association. Employons donc encore cette arme puissante pour obtenir la liberté du commerce qui est le complément de toutes les autres. Souvenons nous de la devise de notre pays : L'union fait la force, et votons une Association internationale pour la liberté du commerce. (Longues acclamations.)⁵⁸⁸

Mesmo antes do Congresso Internacional Reforma Aduaneira de 1856 e da criação da Associação Internacional, pode-se ver em 1853, em Paris, uma Associação Internacional para uniformidade de pesos e medidas para obter-se um sistema decimal único. Com o objetivo de agregar nos portos internacionais uma metodologia que pudesse permitir uma avaliação comum em todos os portos do mundo. Outra discussão sobre o assunto ocorreu no encontro dos juristas da Exposição Internacional de 1855, onde se reuniu e se manifestou o desejo de ver a unidade de pesos e medidas estabelecidas em todos os portos. Pode-se, portanto, verificar com objetividade as possibilidades que uma Exposição Internacional da Indústria poderia provocar nos agentes favoráveis do livre câmbio.⁵⁸⁹

Outra forma de divulgação da economia política na Europa foi a introdução nas Universidades e nas escolas de ensino primário e secundário o estudo da economia política como disciplina curricular, com o intuito de propagar e estimular a população em geral a estar aberta a mentalidade do livre comércio na vida social. Na Suíça, o ensino da economia política, ministrada no ensino superior, começa a invadir escolas no ensino médio. Na Bélgica a ciência tem lugar em um programa de educação de segundo grau e estudos profissionais. Na Holanda, além das três Universidades de Leiden, Utrecht e Groningen, algumas escolas de ensino médio também aplicavam o estudo de economia política nas cidades de Amsterdam e Roterdã. Em toda Alemanha, a educação universitária também inclui o estudo desta ciência. A Inglaterra instituiu na propagação dos princípios de economia social junto as Universidades e até na escola primária. A propagação do ensino de economia política nas Universidades e nas escolas beneficiou o crescimento do pensamento do livre comércio e propiciou uma tomada

⁵⁸⁸ **CONGRÈS INTERNATIONAL DES RÉFORMES DOUANIÈRES.** Réuni a Bruxellas 22 a 15 septembre, 1856. Bruxellas: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857. p. 126.

⁵⁸⁹ Ibid., 1857.

de atitude a favor deste tipo de sistema além, é claro, de atender a necessidade econômica e política desses países.⁵⁹⁰

Importante realçar que a educação consistiu-se em um instrumento empregado pela futura Associação Industrial do Rio de Janeiro nos anos oitenta para educar a população acerca da importância da indústria no Império, tendo como métodos empregados; as Exposições Nacionais e Internacionais, o periódico *O Industrial* e os artigos publicados na imprensa para divulgação de seus ideários. Na luta por Tarifas Alfandegárias protecionistas, utilizaram-se todos esses procedimentos educacionais para a divulgação do pensamento da instituição para obter apoio à tarefa de proteção da indústria a fim de que se fortalecesse e pudesse concorrer com as nações industrializadas. Esta atuação da Associação Industrial será tratada no capítulo seis desta tese. Quanto à educação como método de divulgar do pensamento do livre comércio na Europa.

Ainsi l'Angleterre qu'il faut citer en première ligne, considère cette science comme l'un des éléments fondamentaux d'une instruction solide et pratique. Chez elle ce n'est pas seulement aux Universités qu'est dévolu le soin de propager les principes de l'économie sociale, c'est aussi aux établissements d'instruction moyenne et même aux écoles primaires.⁵⁹¹

Com esta descrição pode-se notar que o Congresso possuía o desígnio de instruir toda a população dos países adeptos ao livre comércio para alcançar ao longo do tempo uma unificação de pensamento a favor do sistema. O Congresso pretendia ainda com esta reforma provocar no Governo uma noção de interesses comuns que pudesse trazer unidade na forma de agir e transformar de maneira objetiva as leis e os decretos que regeria a política tarifária.

Le Congrès émet le vœu qu'il soit procédé, dès aujourd'hui, dans tous les pays, à une réforme douanière générale, immédiate et totale ou progressive, et, sans se réoccuper de la réciprocité; « Le Congrès est d'avis qu'en opérant cette réforme, les gouvernements agiront; » Dans l'intérêt de la justice; « Dans l'intérêt général des nations; » Dans l'intérêt spécial des classes ouvrières; « Dans l'intérêt des industries protégées elles-mêmes; » Dans l'intérêt même de leurs propres finances.⁵⁹²

Para tanto, pode-se identificar que o objetivo seria aos poucos retirar os direitos de proteção sobre as matérias-primas dos produtos para a agricultura e para a indústria como, por exemplo: combustível, ferro fundido, ferros, madeiras até aboli-los de maneira definitiva no menor tempo possível. Além do mais, as Tarifas proibitivas e de proteção são desaprovadas por serem taxas de proibição e por impedirem o desenvolvimento da produção e do trabalho. Será exposto o Estatuto da Associação Internacional da Reforma Aduaneira com o propósito

⁵⁹⁰ CONGRÈS INTERNACIONAL DAS RÉFORMES DOUANIÈRES. Réuni a Bruxellas 22 a 15 septembre, 1856. Bruxellas: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857.

⁵⁹¹ Ibid., p. 140.

⁵⁹² Ibid., p. 163.

mostrar de forma definitiva os objetivos das nações que aderiram ao sistema do livre comércio e suas pretensões para a economia do mundo do século XIX.

l'Association internationale s'est occupé de la rédaction des statuts qui doivent en former la base. C'est le commencement d'une oeuvre qui aura, j'espère, un grand, retentissement et un grand succès. (Applaudissements.)Voici les STATUTS:

ART. I". Il est formé une association internationale pour les Réformes douanières. Cette association aura pour but, en réunissant les forces éparses de tous les pays, de provoquer la réforme progressive des tarifs, de propager par tous les moyens légaux, la vulgarisation des principes qui forment la base de la liberté commerciale, en un mot de continuer l'oeuvre du Congrès. ART. 2. Le siège du bureau central de cette association est établi à Bruxelles. ART. 3. Il sera constitué dans les divers États et par les soins des membres de l'association, des comités correspondant avec le bureau central. ART. 4. Le comité de Bruxelles est chargé de centraliser les efforts des comités correspondants, de réunir tous les documents et d'éclairer ainsi l'opinion publique avec l'aide des membres de l'association, sur les véritables principes de la liberté commerciale. Il est également chargé de déterminer le lieu et les époques de convocation des futurs Congrès. Un rapport annuel sera adressé par ses soins à tous les membres de l'association. ART. 5. Il y aura un fonds international destiné à pourvoir aux dépenses de l'association. Ce fonds sera alimenté par une contribution annuelle de chaque membre, qui est fixée à douze francs. Il y aura en outre une souscription volontaire pour la fondation de la Société. ART. 6. Chaque comité pourvoira à ses dépenses et mettra à la disposition du comité central les ressources dont il pourra disposer. Étaient présent à cette première réunion suivant le procès-verbal : MM. Corr-Vander-Maeren, négociant à Bruxelles; Scialoja, ancien ministre du commerce à Naples, professeur honoraire à l'Université de Turin; N.-D. Wichmann, industriel de Hambourg; Hartwig-Hertz, négociant à Hambourg; De Bruyn-Kops, chef de bureau au ministère des finances, et rédacteur de l'Economiste de la Haye; Campan, ancien secrétaire de la chambre de commerce de Bordeaux.⁵⁹³

A pressão internacional sobre adesão ao sistema do livre câmbio está exposta com o objetivo de mostrar a existência, na época, de um estímulo externo que aventava no mundo a abrangência e o mérito do sistema e as condições para a sua adequação. Quando José Murillo de Carvalho expõe a posição dos políticos quanto à ideia do livre câmbio bem denota a pressão internacional na divulgação desse sistema. Conforme Carvalho: “De alguma maneira, percebiam que o caminho brasileiro para a civilização não passava pelas direções apontadas pela Economia Política, embora não soubessem dizer exatamente por onde deveria passar”.⁵⁹⁴

Assim, nota-se que, o Congresso de Economista de 1847 e o Congresso Internacional Reforma Aduaneira, de 1856, foram instrumentos de divulgação do sistema do livre comércio que descortinava seus ideários e influenciando com certeza as mentes de políticos, de industriais e do comércio importador no Império do Brasil. Mas, apesar de toda a pressão do Congresso Internacional Reforma Aduaneira que traziam as ideias novas para dentro da sociedade Imperial, as dificuldades internas com as Crises Econômicas de 1857 e de 1864 e

⁵⁹³ CONGRÈS INTERNATIONAL DES RÉFORMES DOUANIÈRES. Réuni a Bruxellas 22 a 15 septembre, 1856. Bruxellas: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857. p. 183.

⁵⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 120.

com a Guerra do Paraguai exerciam uma influência determinante sobre a camada política que interferiram em suas discussões no Senado e no Conselho de Estado.

Em prosseguimento na análise das Revisões, uma importante explicação deve efetivamente discorrer quanto à documentação a ser tratada da Revisão de Tarifa de 1857 e 1860. Será empregada a “Tarifa das Alfândegas de 1929” que possui um resumo dos principais assuntos abordados em cada Revisão de Tarifa, não somente desta, mas na Revisão de Tarifas de 1887 e 1889 a razão para esta utilização se baseia no fato de ter encontrado o documento, mas na hora de fotografá-lo, não o encontrar mais na instituição pesquisada.

Dentro deste quadro verifica-se como caminhava a indústria no Império que tinha seu papel esboçado por sua participação nas Exposições Industriais realizadas no Império como preparatória para as Exposições Internacionais ao longo do século XIX, conforme identifica Prado Junior: “A grande indústria manufatureira (grande mais em oposição ao primitivo artesanato (...)) também se inicia no Segundo Reinado). Em muitos outros setores o progresso material do país é neste período considerável”.⁵⁹⁵ Concernente a este fato, verifica-se a expressiva atuação da indústria junto ao Governo requerendo uma Tarifa mais protecionista para poder fazer frente à concorrência estrangeira de forma eficiente.

É possível constatar o grau de adiantamento da indústria, levando-se em conta a participação e a premiação das mercadorias que concorreram nas Exposições Nacionais e Internacionais ao longo do século XIX, com a leitura dos Relatórios das Exposições Nacionais e Internacionais que o Império do Brasil figurou. Segue algumas das Exposições em que a indústria nacional fora ganhadora: Rio de Janeiro 1861, Viena 1873, Rio de Janeiro 1875, Filadélfia 1876, Rio de Janeiro 1881, Buenos Aires 1882, Rio de Janeiro 1888 e Paris 1889. Vale ressaltar que essas duas últimas Exposições Nacionais arroladas acima foram realizadas pela Associação Industrial do Rio de Janeiro, cujos ganhadores representaram o país nas Exposições Internacionais seguintes. O Imperador fez um resumo da importância das Exposições e da Indústria.

Às Exposições, quaisquer que sejam o seu fito, são sempre as indicações gloriosas do caminho andado, e nobre estímulo dos que sabem inspirar-se dos alheios exemplos. São nestes públicos certames que o trabalho se nobilita, que a ciência se exalta e se aperfeiçoam as indústrias. Os esforços individuais convertem-se em bem geral nestas páginas incruentas, em que, vencedores e vencidos se encontram na estrada da civilização.⁵⁹⁶

Para amparar e gerar crescimento para a indústria fabril nacional a Tarifa Alfandegária foi o seu grande impulsionador, conforme já abordado no capítulo dois desta tese, onde se

⁵⁹⁵ PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 212.

⁵⁹⁶ FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1866**. Rio de Janeiro: Firjan, 1866. p. 284.

discute na Tarifa de 1844, expondo o grau de desenvolvimento da Indústria no Império, ao ponto de gerar o primeiro conflito de interesses entre a indústria e o comércio importador.

Importante deixar claro que a crise de 1857 pôde demonstrar a fragilidade do crédito e da economia pautada no café.⁵⁹⁷ Por conta desta problemática econômica tem-se um cenário difícil com déficit no orçamento do Império que estimularia a elaboração de uma nova Tarifa com um viés mais do livre câmbio e, portanto, contrária ao desenvolvimento da Indústria.

Quando se refere à Tarifa das Alfândegas no Império do Brasil, uma discussão constante é o fato de se ter inúmeras alterações de impostos indiretos dentro do Império. Isso causava repercussão no orçamento e na possibilidade de despesas sempre inconsequentes, sem a estrutura de Receita que pudesse arcar com os gastos, de forma geral, ampliados pelo Governo em cada Legislatura, seja pelo Senado ou/e pela Câmara dos Deputados.

Antes de delinear sua posição como Ministro da Fazenda será feito um breve resumo sobre vida e obra de Souza Franco que se encontra no anexo. Como Deputado dedicou-se a questões financeiras e comerciais, defensor de reforma bancária liberal e da união entre o liberal Souza Franco com Marquês de Olinda, quando foi criada a política de Conciliação. A atuação de Souza Franco como gestor do Ministério da Fazenda vai ser resumida em poucas palavras.

Contrário à lei bancária de 1853 e ao monopólio do Banco do Brasil, autorizou o funcionamento de cinco novas instituições e concedeu o direito de emitir moeda a seis. Aplicou também a nova tarifa alfandegária, que isentou matérias-primas para a construção de navios e ferrovias, e permitiu o recebimento de moedas inglesas nas repartições públicas. No último trimestre de 1857, enfrentou forte crise econômica, que levou ao declínio do estoque de moeda, a redução da taxa de crescimento e ao aumento da inflação. Suspendeu a conversibilidade da moeda nacional em ouro ou divisas e, em face de retração monetária, autorizou o Banco do Brasil a emitir um montante quatro vezes superior a seu fundo e a reduzir a taxa de redesconto. Em 1858 contratou novo empréstimo externo.⁵⁹⁸

A discussão no Senado se esbarra no tempo da elaboração da Tarifa devido à necessidade constante de receita para um orçamento em déficit, conforme Sousa Franco discute.

Faço o governo esforços, especialmente no sentido de melhorar a arrecadação das rendas, que os teremos. E já que falei em arrecadação das rendas, que sistema é este de levar 8 e mais anos para preparar um a tarifa da alfândega, tentando apresentar reforma em grande, e completa, e a demora de quando o mal tem sido sentido desde anos, quando o resultado desses grandes planos é que o ministro que os enceta leva, 2, 2, 4 e mais anos, e saindo sem concluir o trabalho vem novo ministro que precisa examinar tudo de novo e torna a sair nada concluir, passando o tempo sem que a

⁵⁹⁷ NEUHAUS, Paulo (Coor). **Economia brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁵⁹⁸ WELTMAN, Paula Christiane Jalles; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808- 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 82.

reforma apareça!⁵⁹⁹

A reforma da Tarifa de 1844 foi bastante demorada, de 1849 a 1853, dificultando a elaboração do orçamento que dependia sobre maneira da receita advinda das Alfândegas, pois essa receita contribuía com 60 a 85% da renda do Império. Por conta disso toda a mudança no tipo de sistema que prevalecia em sua configuração poderia representar uma renda substancial ou não para a despesa sempre crescente. Uma discussão quanto ao orçamento e o seu desequilíbrio.

O Sr. Barão de Pindaré- A discussão dos orçamentos é ao atar das feridas. O sr Sousa Franco – Não votarei pois por esse trecho da resposta a fala do trono, assim como não votarei sem modificações por aqueles em que se aceita como razão do desequilíbrio entre a receita e despesa pública alta dos preços dos serviços e gêneros empregados pelo governo; quando aliás eu suponho e creio-me habilitado para demonstrar que não só esse desequilíbrio já existia, e que é independente da promulgação da nova tarifa, como procede de outros motivos que não são simplesmente a lata dos preços dos serviços e dos produtos que o governo emprega. O sr Ferraz- Apoiado.⁶⁰⁰

Na discussão no Senado, Sousa Franco afirmava que a despesa era maior que a receita e que não seria encargo da Tarifa suprir toda a necessidade de renda, ao ponto em que estava sendo constantemente aumentada a despesa, a Tarifa não daria conta de resolver a questão.

O desequilíbrio, portanto, entre a receita e a despesa nem há de provir da apresentação da tarifa, nem procede simplesmente do aumento dos serviços exigidos pelo ministério. Não há de porvir da apresentação da tarifa, porque ele existia desde já. O ano financeiro em que estamos e vai findar, é ano de déficit; e quem comparar a receita de cerca de 38.000 contos com a despesa, que se há de aproximar de 40.000 contos, há de ficar convencido que esse desequilíbrio já existe, e não se pode aceitar a opinião que há de vir posteriormente em virtude da execução da nova tarifa das alfândegas do Império.⁶⁰¹

Dessa forma é absolutamente comum ter-se um déficit grandioso por conta de aumento de despesas sem ter a contrapartida de receita. A discussão entre o visconde de Jequitinhonha e Souza Franco apresenta a dificuldade enfrentada dentro do Senado quanto ao orçamento sempre em déficit por conta da atuação do Governo, sem parâmetro quanto às despesas. Uma breve biografia pode ajudar a entender a posição do Visconde que se encontra em anexo.

O sr Visconde de Jequitinhonha – Estou disso convencido, mas só depois da leitura dos orçamentos e do balanço das despesas passadas é que poderemos entrar em um sério exame do estado das nossas finanças, é que poderemos dizer ao país se tem havido déficit, se o há atualmente, e se para o futuro será maior. O sr Souza Franco – Então havemos de ver a quanto monta o déficit. O sr Visconde de Jequitinhonha – Não creia V. Exa que eu a qualquer das preposições que acabo de avançar sobre o

⁵⁹⁹BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária 9ª Legislatura. Sessão de Agosto e Setembro de 1853, 1855.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1855. p. 448.

⁶⁰⁰BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária 9ª Legislatura. Sessão de Maio de 1856.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1856. p. 147.

⁶⁰¹Ibid., p. 156.

déficit; estou apenas lembrando as que podem apresentar-se. Mas, como dizia, só poderemos formar um juízo seguro sobre o estado das nossas finanças depois desse exame a que me referi. O sr Souza Franco – O exame já é seguro. O sr Visconde de Jequitinhonha – Não consta dos seus discursos que V. Exa. Apresentasse prova alguma das asserções que ofereceu à consideração do Senado a respeito das nossas finanças, e não apresentou essas provas, porque não tinha os dados precisos.⁶⁰²

Observa-se que o orçamento do Império não era bem claro até mesmo para o Senado. Assim a demanda levantada pelo Visconde de Jequitinhonha reside nessa questão. A receita das Alfândegas como imposto indireto foi durante todo o Segundo Reinado o sustento do Império e, portanto, a razão da discussão bastante afluída por parte de Senadores e Deputados.

No Conselho de Estado se discutia a questão do orçamento e da Tarifa e seu papel como instrumento para salvaguardar a sustentação do Império. A Tarifa seria a responsável por garantir a estrutura funcionando, proporcionando equilíbrio social e político. Um pequeno resumo da biografia Visconde de Maranguape está descrita no anexo.

E observando neste lugar a Visconde de Maranguape que não se deviam fazer tarifas senão em conformidade com os princípios de Economia política, tornou o Conselheiro Visconde de Jequitinhonha que esses princípios haviam sido respeitados nas Instruções, e que próprio Visconde de Maranguape não demonstrou a contrário-que o Governo não mandou organizar um projeto de nova Tarifa, como se via das instruções que lera - mandou proceder a averiguações, e exames; mandou verificar e definiu a que sejam para nós matérias-primas, e determinou que sobre elas se lançassem direitos da 2 a 15% - mandou igualmente lançar direitos módicos sobre os gêneros de 1ª necessidades etc.- que pelo modo absoluto por que se exprime o Visconde de Maranguape, não está de acordo com os princípios da Economia política uma Tarifa senão sendo a expressão dogmática do Comércio livre, que aliás não foi definido por ele claramente, o que era necessário.⁶⁰³

Por haver um conflito dentro da instituição quanto ao conceito de comércio livre, a discussão quanto ao sistema percorria o Conselho de Estado. Em meio a estas discussões os ministérios solicitavam a todo o momento recursos do Tesouro e por conta das necessidades ventiladas pelos Ministros o governo por assim dizer estendia o orçamento para contornar as dificuldades do corpo Legislativo e das provinciais. Por conta desta atuação vê-se um orçamento em desfalque e um déficit crônico, sem mencionar a problemática de cada década.

Em 1842 se fizeram alguns regulamentos, e deles se obteve, pelo menos, certa regularidade. Em 1843 o estado do Tesouro ainda era precário, foi mister o sacrifício de novos impostos. De 1844 a 1845 parecia que as coisas marchavam para melhor. Libertados dos encargos que nos tinha imposto o tratado que celebramos com a Grã-Bretanha em 1810, pudemos nossa tarifa; e esse ato, sobre boas ou más, devia necessariamente melhorar nosso sistema de arrecadação. A legislação financeira, o sistema de arrecadação e escrituração tomaram então outro caminho; a fiscalização das alfândegas tornou-se uma realidade, e nos momentos críticos do princípio do ano de 1849 houve o necessário dinheiro para suprir as despesas. Foi nessas circunstâncias que em 1853 subiu ao poder a administração atual. E o que se poderá

⁶⁰²BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária 9ª Legislatura. Sessão de Maio de 1856.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1856. p. 20.

⁶⁰³BRASIL. Atas do Conselho de Estado Pleno. **Terceiro Conselho de Estado 1850-1857.** 1857. p. 169.

dizer a seu respeito? Que tem sido estéril; e que em vez de nos apresentar um futuro lisonjeiro, nos apresenta um déficit; quer tributos, quer impostos, quer também em empréstimos.⁶⁰⁴

Há grande preocupação quanto às mudanças constantes no Império, como se verifica em Alencar: “O que muito contribui para as perturbações nas relações comerciais, são antes as constantes alterações nos impostos indiretos sem o estudo completo e harmônico de todos os elementos da Tarifa e o modo porque se lhe da execução.”⁶⁰⁵

Ainda no ano passado vimos que os novos tributos ou agravações só começaram a ter execução de 1º de abril em diante, por haver se facultado ao comércio a introdução da maior soma que a necessária, por antecipação, até aquela data, sob ante o regime da tarifa anterior. O desequilíbrio devia-se dar necessariamente em prejuízo de muitos e do próprio fisco, que desta arte via burlado em parte o recurso orçamentário. Devemos atender às necessidades do Tesouro, aplicando os recursos compatíveis com as forças da Nação, mas não criado taxas proibitivas quando se tem vista não impedir a entrada de mercadorias de necessário consumo.⁶⁰⁶

Esta discussão se estende por todo o período por conta de termos nas Alfândegas os recursos necessários para o Império. A razão da mudança da Tarifa se esbarra na inflação mundial dos anos cinquenta, na carestia de vida e na descoberta do ouro na Austrália, Sibéria e na Califórnia. Esses fatores externos e mais as causas internas já mencionadas e muitas outras transformações do início da década, propiciaram uma mudança significativa na Tarifa de 1857. O Governo, na tentativa de equacionar a questão, atuou com a construção de estradas de rodagem, incrementou a colonização estrangeira, o aperfeiçoamento da agricultura pela divulgação de processos técnicos mais adiantados e na introdução de máquinas.⁶⁰⁷ Vale observar a conclusão quanto à posição do Governo quanto ao sistema a optar. Consta em Bulhões: “É a prova de que a política imperial não era orientada por nenhum sistema, mas tinha por finalidade resolver unicamente problemas do momento, foi a votação, nessa mesma época, da lei sobre sociedades anônimas, com o fito de combater a inflação e restringir os abusos da especulação.”⁶⁰⁸

Esse embate seguirá adiante quanto à razão da modificação das Tarifas do Império. Concordando com a argumentação de Oliveira quanto a mesclagem de posição, tem-se Buescu: “Tanto para João Mauricio Wanderley como Bernardo de Sousa Franco procedem a redução das alíquotas em vários artigos, mas certas preocupações protecionistas aparecem em

⁶⁰⁴ BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária 9ª Legislatura. Sessão de Maio de 1856.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1856. p. 220-221.

⁶⁰⁵ ALENCAR, L. Leonel. **Estudos sobre a tarifa das alfândegas do Brasil.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1897. p. 5.

⁶⁰⁶ Ibid., p. 5-6.

⁶⁰⁷ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.** Luís Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1857.

⁶⁰⁸ BULHÕES, Leopoldo. **Os financistas do Brasil.** Rio de Janeiro: Typografia “Jornal do Comércio”, Rodrigues & C., 1914. p. 27.

ambos os casos”.⁶⁰⁹ Esta situação de se fazer uma Tarifa mais do livre câmbio ou mais protecionista persiste na década de cinquenta da mesma forma que ocorrera na anterior. Importante trazer à memória o confronto entre o comércio importador e a indústria na elaboração de uma nova Tarifa para o Império. Segundo Beiguelman: “No período de 1840-1860 a economia se orienta para dentro, estimulando-se as atividades urbanas através da conjugação do emissionismo de tipo inflacionário com o protecionismo industrial. Quadro peculiar é reformulado em 1860, quando se configura novamente uma volta para o setor exportador”.⁶¹⁰

Apesar da abordagem da autora quanto ao fato que houve a volta para o setor exportador em 1860, através da documentação percebe-se que esta volta ocorreu na Tarifa de 1857, quando o artifício de desmonte da Tarifa anterior se processou e, conforme será visto, se acentuara na Tarifa de 1860. A questão com respeito à Tarifa de 1857 foi discutida por Luz: “A partir da reforma de 1857, sofreu a Tarifa várias alterações no mesmo sentido, isto é uma paulatina redução dos direitos sobre os gêneros de consumo geral que atingiu o seu apogeu em 1860 com a reforma de Silva Ferraz”.⁶¹¹

A comissão propõe no seu projeto que sejam igualados os direitos sobre todos os vinhos secos qualquer que seja a procedência deles. Esta é talvez a questão mais difícil e complicada, que tem de suscitar a discussão da nova Tarifa. O governo não a resolverá senão depois de pesar maduramente as razões em que se fundou a comissão, e de ter ouvido as opiniões que combatem o arbitro que ela adaptou. Propõe também a comissão que se isentem de direitos não só o carvão de pedra e o sal, mas ainda certos artigos, que podem servir de matéria prima a indústria nacional e se diminuam os dos gêneros de primeiras necessidades, ou que como tais são consideradas.⁶¹²

Para Fontoura: “Em continuidade, com muitas modificações da nova Tarifa ocorreu como 15% imporia somente a 10% sobre o peixe e carne salgada e 15% em lugar de 20% sobre a farinha de trigo, as baetas e panos grossos são reduzidas 25% ou 30% os direitos do chá estrangeiros”.⁶¹³

Conforme a narrativa de Ferreira Soares em seu livro “Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil”, a razão do

⁶⁰⁹BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 104.

⁶¹⁰BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil Volume 1 e 2**. São Paulo: Editora Pioneira, 1967. p. 106.

⁶¹¹LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 30.

⁶¹²BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. Volume 3, 1845. p. 45.

⁶¹³FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 45.

estoque de gêneros alimentícios seria para depois vendê-lo com grande lucro.⁶¹⁴ De acordo com Luz: “Sua execução representaria, porém, um grande desfalque nas rendas públicas, principalmente pela redução efetuada nos direitos sobre os gêneros de primeira necessidade, particularmente, alimentícios.”⁶¹⁵

Assim, com poucas exceções, recaiam elas sobre os gêneros alimentícios, sobre os instrumentos e úteis mais geralmente empregados nos trabalhos da lavoura, e sobre os objetos que se podem considerar matéria-prima da indústria fabril, e que pelo alvará de 28 de Abril de 1809 e regulamento de 22 de junho de 1836 estavam isentos de pagar direitos de consumo, quando eram despachados para uso das fábricas nacionais com autorização do Tesouro, ao qual cumpria marcar quantidade anual correspondente a cada uma das fábricas, que solicitavam, e obtinham esse favor. As principais alterações que nela se adaptaram em relação de 12 de agosto de 1844 consiste na redução de direitos de vários artigos e na imposição de taxas fixas sobre as mercadorias que se podiam prestar a este sistema, e que até agora pagavam direitos ad valorem.⁶¹⁶

De acordo com Nícia Vilela Luz, os alimentos representavam 12,88% da importação e no início da década não seria razoável uma diminuição de importação, pois refletiria na renda do Império. Para João Mauricio Wanderley e respectivamente para Bernardo de Sousa Franco, conforme Buescu: “Prevê reduções sobre matérias-primas industriais (limitada alíquota a 5%), o segundo concede isenção para carvão (embora as reduções para artigos de consumo geral, como chita, morim, louça, etc, tenham um caráter ante protecionista”.⁶¹⁷ O mesmo autor ainda salienta o choque de interesses em torno da política Alfandegária. Interessante a argumentação quanto a política alfandegária dos anos 50 e 60.

Instaurou-se um regime, não de livre câmbio, conforme pleiteavam os liberais, mas sim de satisfação à lavoura monocultora, que exigia o barateamento dos gêneros de primeira necessidade por meio, entre outras medidas, de uma redução de impostos de importação. Dadas essas circunstâncias, não havia clima nem condições para um vigoroso impulso industrial.⁶¹⁸

Segundo essa flexibilidade quanto à Tarifa das Alfândegas de 1857, proporcionava algum benefício para a agricultura, mas pode-se verificar a razão mediante a luta entre os interesses da indústria fabril e do comércio importador que tinham seus intentos bem definidos: baixar a Tarifa das Alfândegas para multiplicar suas rendas sem atrapalhar o consumidor e o fisco. Consta em Beiguelman: “Na pasta da Fazenda, recua da política

⁶¹⁴SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

⁶¹⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 29.

⁶¹⁶BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1929. p. 7-8.

⁶¹⁷BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 104.

⁶¹⁸HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 47.

conciliadora, apelando para uma moderação enquadrada num esquema de domínio conservador. A nova diretriz é, porém, antagonizada tanto pela minoria liberal como pelo ponderável grupo comprometido com a conciliação”.⁶¹⁹

O equilíbrio mediante a política conciliadora e as intenções liberais proporcionou uma Tarifa que aos poucos ganharia um acentuado domínio do livre câmbio, apesar do fato de flexibilizar alguns direitos dados aos interesses da indústria fabril, a partir do decreto nº 777 de abril de 1851, que alterou a taxa dos direitos das chitas, morins, e retalhos que fossem importados. Com esse decreto, têm-se, aos poucos, modificações da Tarifa de 1844.

Em 1855, o governo colocou na pauta de discussão a reforma das alfândegas redigida por uma comissão da Praça do Rio de Janeiro. Conforme Carvalho: “O projeto vinha precedido de extenso relatório em que os comerciantes faziam enérgica defesa da liberdade de comércio, apoiada em profusas citações de autores estrangeiros, especialmente ingleses”.⁶²⁰ Como foi visto no capítulo anterior sobre a Comissão de Reforma de 1844, na ocasião em que pleiteavam uma nova Tarifa que fosse do livre câmbio.

Com o decreto nº 1.914, de 28 de março de 1857, o Ministro da Fazenda João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, mandou executar em 1º de julho do corrente ano a nova Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil sobre designo contrário à Tarifa de 1844.⁶²¹ Com direitos específicos de várias classes de mercadorias para não prejudicar o comércio importador. Esta se estabelece por ser uma Tarifa mais livre cambista. Quanto à vida e atuação política do Ministro da Fazenda João Maurício Wanderley o futuro Barão de Cotegipe, encontra-se no anexo.

Conforme Almeida: “Em março de 1857, querendo favorecer a compra de matérias-primas e de instrumentos destinados à lavoura, (...), introduziu uma tributação específica categorias de produtos, diminuindo alguns privilégios concedidos às indústrias nacionais”.⁶²² Consta em Holanda: “A tarifa de 1857, entre as alterações introduzidas no sistema aduaneiro, reduziu, os direitos que incidiam sobre os gêneros alimentícios, todas as matérias-primas

⁶¹⁹BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil**. Volume 1 e 2. São Paulo: Editora Pioneira, 1967. p. 101.

⁶²⁰CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 117.

⁶²¹HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

⁶²²ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 591.

passaram a pagar os direitos uniformes de 5%, inclusive as destinadas ao uso das fábricas nacionais.”⁶²³

Em se tratando de renda, no primeiro semestre comparando com do período de 1856-1857 a renda do Império aumentou, este fato proporcionou um incentivo político e econômico no emprego de uma Tarifa mais do livre câmbio por compararem os dados anteriores com os da Tarifa de 1844.

Na da Corte, onde a receita daquele semestre em que a nova Tarifa foi posta em execução, importou em 9.973:426\$575, o acréscimo foi de 701:694\$375, comparando-se com o de igual período do ano de 1856-1857, que foi de 9.271:732\$200. Nas alfândegas das provinciais o aumento da renda foi ainda maior, tendo subido de 8.394:991\$623 no 1º semestre de 1856-1857 para 10.856:475\$054 no do corrente exercício; diferença em favor deste 2.466:483\$431.⁶²⁴

Em seu relatório, de 4 de maio de 1857, o Ministro da Fazenda discutia sobre a Tarifa e expressava as principais alterações: a redução de direitos de vários artigos e a taxa fixa sobre as mercadorias que anteriormente pagavam ad valorem, prejudiciais ao comércio.

Pelo que toca ao primeiro ponto, entendeu o governo, que era de bom conselho não reduzir os impostos de consumo senão parcialmente, e a medida que a experiência demonstrasse que tais reduções não prejudicavam as rendas do Estado, tornando-as insuficientes para acudir aos empenhos do Tesouro.⁶²⁵

Conforme o exposto, fica delineada a razão da configuração da nova tarifa: contribuir para a arrecadação do Tesouro e do comércio importador com o emprego do sistema do livre câmbio. As críticas do Ministro da Fazenda quanto à proteção da Tarifa de 1844 se fazia sentir em sua disposição.

A justificativa de se implementar uma Tarifa mais do livre câmbio cabe, segundo o Ministro, por conta da Tarifa protecionista não beneficiar todos os fabricantes, deixando de lado as pequenas oficinas. Conforme argumenta, taxar em 5% iria contribuir para deixar a concorrência mais justa. Outro aspecto debatido na Tarifa de 1844, que o comércio discutia com bastante ardor, foi quanto ao tipo de despacho.

Quanto ao segundo ponto, ninguém desconhece os inconvenientes resultantes dos despachos ad valorem, e que o sistema de taxas fixas induzirá o benefício resultado de evitar mais eficientemente a fraude e desvios dos direitos nacionais, e muito principalmente o de tomar menos incertas as operações de comércio, e de acabar com as questões e delongas a que são sujeitos esses despachos.⁶²⁶

⁶²³HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 88.

⁶²⁴BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1929. p. 8.

⁶²⁵BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Luís Pedreira do Couto Ferraz**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1857. p. 28.

⁶²⁶Ibid., p. 29.

A mudança de *ad valorem* para taxas fixas prejudicou a indústria fabril e pode favorecer o comércio. A Tarifa teve sua primeira modificação com o decreto nº 1.967, de 26 de agosto de 1857, que reduziu diversos artigos de importação e, finalmente, com o decreto nº 2.034, de 25 de novembro de 1857, que permitiu a verificação do peso real das mercadorias, satisfazendo assim ao comércio que reclamava sobre a questão, por aumentar o valor das mercadorias na hora de pesar cada uma delas. Esta discussão se estende nas Tarifas Alfandegárias do Segundo Reinado.

Acompanhando o pensamento do Poder Legislativo na isenção dos direitos com que em sua sabedoria entendeu dever proteger as máquinas próprias para lavrar a terra, e para outras indústrias (artigo 31 da lei nº 939 de 26 de setembro de 1857), o governo usando da autorização que lhe conferentes para alterar a tarifa julgou convenientes aplicar também a isenção, pelo decreto 27 de março já citado, ao carvão mineral ou de pedra de todas as qualidades, que tanto auxilia as máquinas, favorece o progresso da indústria, e facilita as comunicações pelas vias terrestres e marítimas, com reconhecida vantagem para as transações comerciais, para as relações interprovinciais e para a ação administrativa.⁶²⁷

Importante trazer o período dos gabinetes, o 10º José da Costa Carvalho Visconde e depois Marquês de Monte Alegre (Conservador 06/10/1849 a 11/05/1852), de 1848 a 1853, período do término da repressão das revoltas liberais. O 11º Gabinete Joaquim José Rodrigues Torres depois Visconde de Itaboraí (Conservador 11/05/1852 a 06/09/1853), o 12º Gabinete Honorário Hermeto Carneiro Leão depois Visconde e depois Conde e Marquês de Paraná (Conservador/ Conciliação 06/09/1852 a 06/09/1853), e 13º Luís Alves de Lima e Silva (Conde, depois Marquês e Duque de Caixas (Conciliação/ Conservador 03/09/1856 a 04/05/1857).

Conforme Ferraz: “esse ministério representou um divisor de águas no cenário político- parlamentar da segunda metade do século XIX, rompendo com o monopólio dos conservadores ‘saquarema’ sobre o aparato estatal, articulando a reinserção dos liberais no sistema político-institucional”.⁶²⁸ Segundo o autor dando prioridade a políticas modernizante na infraestrutura, como: ferrovia, telégrafo, navegação a vapor e a estímulo a colonização europeia. A Tarifa das Alfândegas de 1857, mais do livre câmbio, foi elaborada durante os gabinetes ligados ao Partido Conservador.

Importante ressaltar que no Relatório do Ministro da Fazenda de 1859, Francisco de Salles Torres Homem discorre sobre os artigos que mais sofreram com a redução da Tarifa.

⁶²⁷ BRASIL. Ministro do Império. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Negócios do Império, em 1857. Marquez de Olinda**. Rio de Janeiro: Typografia Universal e Laemmert, 1858. p. 29.

⁶²⁸ FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 115.

Pelo decreto nº 2. 218, de 15 de setembro de 1858, há novas importantes reduções na Tarifa das Alfândegas.

Assentaram elas principalmente sobre artigos de alimentação e de uso das classes menos abastadas. O bacalhau, peixes secos ou salgados e as farinhas, que se achavam taxada os com 15 por cento de direitos, ficaram pagando cinco; as baetas e baetões foram aliviados da metade dos direitos a que estavam sujeitos; o sal comum, e o ferro batido e em obra para edificação foram declarados livres. Entretanto, apresentando-vos com os resultados gerais do primeiro ano de sua execução algumas considerações peculiares aos artigos, cujas taxas sofreram mais notáveis reduções, habilito-vos a apreciar se os seus efeitos conhecidos foram profícuos ou prejudiciais ao Tesouro e aos consumidores.⁶²⁹

O total da importação despachada para o consumo entre 1857-1858 foi de Rs.130.207.697\$, tendo sido no exercício de 1856-1857 de Rs.125.226.230\$, e no médio do quinquênio, Rs.95.269.175\$, isto é superior ao período de 1856 a 1857, Rs.4.981.377\$ ou 3,97%. Apesar dos números, ao longo dos anos da Tarifa em execução, outros fatores demonstraram que a rentabilidade por conta dos percentuais da Tarifa sobre estes artigos básicos para a população não foi assim tão desejável como consta na análise do Ministro.

Sem desconhecer várias outras causas mais ou menos preponderantes e transitórias que hão concorrido para que no presente exercício a importação se tenha contraído, tais como: os efeitos ainda sensíveis na Europa da crise comercial de 1857 e os receios de uma guerra continental; e no Império a falta de fixidez do nosso meio circulante, e a sempre crescente carestia das subsistências, devo todavia confessar-vos que só tenho por sérios os motivos que, como o assinalado, são de natureza duradoura e tendem a agravar-se.⁶³⁰

Estes dados serão mostrados na Tabela de importação e exportação do período para trazer uma argumentação mais contextualizada sobre a questão, tendo em vista que a documentação traz a questão do aumento da Tarifa de 1857 pautada nos dados da Corte e das províncias, e não de toda a arrecadação do Império. Como mostra a Tabela 3, da renda de exportação e importação anos 1850.

Tabela 3 - A renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1857.

Ano 1850	Exportação	Importação
1857-1858	96.247:000\$000	130.440:000\$000
1858-1859	106.805:000\$000	127.722:000\$000
1859-1860	112.927:000\$000	113.027:000\$000

Fonte: Carreira⁶³¹

Fica evidente o aumento de recursos no período da Tarifa de 1857, comparando a exportação e a importação, pois seria a renda para o Império a entrada de mercadorias. A

⁶²⁹BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da décima legislatura do ano de 1858 pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco de Salles Torres Homem.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859. p. 50.

⁶³⁰BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da décima legislatura do ano de 1858 pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco de Salles Torres Homem.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859. p. 52.

⁶³¹CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil.** Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 600.

Importação ficou com uma renda de 371.189:000\$000 e na Exportação de 315.979:000\$000. Na próxima Tarifa a continuidade do sistema mais do livre câmbio se assevera por esse fato, além da conjuntura da crise de 1864 e da Guerra do Paraguai, levando-se em conta, a diminuição das Tarifas para os produtos exportados no Império.

Nesses mesmos decretos de 26 de agosto e 27 de março achareis que, além de se regular melhor as taxas de alguns artigos, a redução de direitos assentou principalmente sobre gêneros de geral consumo e uso, como sejam a louça de qualidades inferiores, as chitas e morim, o tabaco de pinho, tão usado nas nossas edificações, o sal comum, os sacos de grossaria para condução e exportação dos produtos da lavoura, ect. Os tecidos de seda que, sendo despachados por medida de superfície, não pagavam direitos na razão do seu valor, foram taxados por peso, tendo-se em atenção as diversas matérias do seu contexto. Devo, portanto, crer, pelo que respeito à redução dos direitos de importação, que estão decretados as que até aqui pareceram necessárias, e compatíveis com os interesses do Tesouro.⁶³²

O aumento de arrecadação é o ponto alto da ideia central do Governo nesta conjuntura econômica e política, ficando caracterizada a necessidade de conseguir verbas para estancar a Crise do período e dar sustentação ao Governo, levando-se em conta toda a situação do Império. As dificuldades, quanto à arrecadação do Império, são discutidas no Senado devido ao aumento do déficit das despesas. Ângelo Moniz da Silva Ferraz que mesmo antes de assumir o Ministério da Fazenda, demonstrava a necessidade de diminuir a porcentagem da Tarifa alfandegária.

Não discutirei como devera, porque não é possível; apenas me referi ao período respectivo que diz: Convencido da dupla necessidade de reduzir alguns direitos das alfândegas, e prevenir o desequilíbrio da receita que a nova pauta possa causar, embora temporariamente, o Senado assegura a V. M. I. que acederá de bom grado às medidas indispensáveis para um fim tão vantajoso como indeclinável.⁶³³

A Tarifa de 1857 pôde propiciar uma renda satisfatória mediante a crise do período, mas logo nos anos seguintes essa já não conseguia sustentar de forma adequada o orçamento do Império e foi proposto uma nova Tarifa das Alfândegas desta vez mais forte em suas pretensões de sanar o déficit público e gerar recursos benéficos para o comércio importador.

3.2- A Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1860 e as suas mudanças na estrutura da Tarifa.

A característica marcante na década de 1860 foi o investimento do capital inglês em forma de empréstimos em companhias de seguros, estradas de ferro, mineração, serviços urbanos e bancários. De acordo Parron: “Moderar a reforma da lei eleitoral, prorrogar a reforma do Judiciário, derrubar um gabinete composto por líderes liberais, centralizar a

⁶³²BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1929. p. 8.

⁶³³BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária 9ª Legislatura. Sessão de Maio de 1856.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1856. p. 188.

emissão do papel-moeda”.⁶³⁴ Todas essas resoluções foram executadas nos anos de 1860, e os saquaremas estavam no experimento de compor um grupo político mais importante e se elegerem na Legislatura (1861-1864).

Outro aspecto foi a consolidação do caráter exportador da economia brasileira. Com o abalo da crise americana, o algodão tem alta, com 3,8% em 1860/1861 para 21,4% do total de exportação no período de 1863/1864. Neste mesmo período o açúcar teve um aumento de 70%, em contrapartida o café sofreu uma diminuição de 44,7% nos cafezais do Rio de Janeiro devido a uma praga que afetou a produção do produto, conforme Granziera: “A reforma metalista, simultânea à concessão da cabotagem, na antevéspera dessa expansão do capital estrangeiro, (...), qual seja a organização monetária sob a égide do padrão-ouro, e a ampliação do exclusivo comercial dos mares.”⁶³⁵

Com a crise de 1857, que perdurava por conta a atuação de Souza Franco e dos pluralistas, entra em cena Ângelo Ferraz de 10 de agosto de 1859 a 2 de março de 1861. Intervém-se com uma política financeira, decretando-se a Lei de nº 1033, de 22 de agosto de 1860. Consta em Faoro: “Os bancos deveriam restringir suas emissões, para o resultado futuro da circulação metálica, sob a unidade emissora”.⁶³⁶ Denunciava-se esta lei como um abuso no crédito praticado naquele período.

A Lei Bancária e Monetária de 1860 restringiu drasticamente o funcionamento dos bancos no Brasil e se constituiu no mais deplorável controle institucional. Num período de rápido crescimento do surto cafeeiro, o Brasil restringiu o desenvolvimento das atividades econômicas para o mercado interno, com a imposição de barreiras ao estabelecimento de duas instituições de maior importância; a sociedade anônima e o banco.⁶³⁷

A lei nº 1.083, de 22/08/1860, mais conhecida como a Lei de Entraves de 1860, dificultou o Banco do Brasil a manter a relação entre emissão e fundo disponível, como adverte Pelaéz & Suzigan: “A resposta de Silva Ferraz foi que o banco tinha uma data fixa para cumprir a legislação e que a conversibilidade teria que ser estendida às filiais”.⁶³⁸

⁶³⁴PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no império do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 286.

⁶³⁵GRANZIERA, Rui Guilherme. **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira**. São Paulo: Hucitec, Universidade Estadual de Campinas, 1979. p. 73.

⁶³⁶FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 490.

⁶³⁷OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed. 1992. p. 168.

⁶³⁸PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 124.

Conforme Monteiro: “Que regulamentou mais detalhamento as sociedades anônimas, caracterizando um acentuado dirigismo estatal no terreno empresarial”.⁶³⁹

A partir da Lei, a organização das sociedades anônimas deveria depender da autorização do Governo e também do Conselho de Estado. Conforme Levy: “Os critérios para a configuração das sociedades anônimas seriam: exame os fins sociais da sociedade, sua conveniência, a avaliação dos bens, indagando-se visava ao monopólio de gêneros de primeira necessidade”.⁶⁴⁰ Era exigida ainda a aprovação do Legislativo para os bancos, companhias de estrada de ferro e de navegação. O banco e as sociedades anônimas tinham sua função no que tange ao incentivo a indústria fabril e manufatureira. Segundo Oliveira: “Não representassem, durante a década de 1850/60, instrumentos efetivos no carregamento de recursos para o setor manufatureiro e fabril, a legislação eliminou o pouco de que se dispunha e bloqueou as possibilidades futuras por cerca de mais de duas décadas do século XIX.”⁶⁴¹

A dificuldade enfrentada pelo Banco do Brasil possui diversos aspectos. De acordo com Pelaéz & Suzigan: “O limite ficado para a emissão de 21.481 contos de réis forçou-o à conversibilidade a prazo médio e provocou dificuldade na retirada de circulação das notas de menor valor”.⁶⁴² O Banco ainda tinha a responsabilidade de anualmente retirar de 3 a 5% de sua emissão até que as notas fossem conversíveis. Como resultado desta Lei, além do já citado acima, acarretou a retração do sistema bancário, entre os anos de 1861-1863 e um aumento no número de falências, cerca de 105 em 1862. Em 1863 pode-se observar uma mudança na ação. Segundo Buescu: “Em 1863, o Banco do Brasil foi novamente autorizado a emitir na proporção de três vezes o fundo disponível, logo depois, a medida foi cancelada (...).Em geral, entretanto, a partir de 1862, a expansão monetária alcançou de novo taxas bastantes elevadas, sobretudo em 1864.”⁶⁴³

Ao analisar o assunto, a Lei de Entraves, segundo Levy: “para coroar a política de cerceamento ao crédito e às iniciativas empresariais, foi feita uma Revisão tarifária francamente liberal, que só no Rio de Janeiro provocou o fechamento de várias empresas”.⁶⁴⁴

⁶³⁹ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895**. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil. 1985. 168 f., Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense- UFF, Niterói, 1985. p. 37.

⁶⁴⁰ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 75.

⁶⁴¹ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed. 1992. p.168.

⁶⁴² PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 124.

⁶⁴³ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 137.

⁶⁴⁴ LEVY, op. cit., p. 77.

A Tarifa Alfandegária de 1857 foi péssima para o grupo da seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pois paralisou o movimento de desenvolvimento das indústrias no Império, um baque no crescimento das indústrias, ao contrário da Tarifa de 1844 que incentivou seu florescimento na década de quarenta.

Em 1860 foi elaborada por Ângelo Moniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana a Tarifa de 1860. Será apresentada uma breve biografia do Ministro da Fazenda com o intento de traçar o seu perfil que se encontra no anexo da tese. Em 1859 foi nomeado titular como Ministro da Fazenda e se tornou presidente do Conselho de Ministros.

Partidário da política monetário metalista, enfrentou um contexto de queda da receita após anos de estabilidade e crescimento. Em novembro de 1860, instituiu uma Tarifa alfandegária adicional de 2% a 5% a diversos produtos importados. Mandou observar os regulamentos da Recebedoria na arrecadação da taxa das heranças e legados, e do imposto do selo, e estabeleceu normas para as transações e transferências de ações e títulos da dívida pública.⁶⁴⁵

Quanto ao gabinete do período, é importante realçar os políticos que o compuseram, além de sua tônica. Os três gabinetes que vieram pós Paraná e Caxias são considerados pós-conciliação. O 14º gabinete Olinda/Bernardo de Sousa (Conciliação/Liberais de 04/05/1857 a 12/12/1858). A característica do gabinete de Olinda era estar situados na coalização de conservadores e liberais, na tentativa de continuidade da política de conciliação.

Deve-se, em termos mais gerais, segundo a literatura, ao seu comprometimento com uma política financeira controversa, em meio a uma crescente falta de coerência na administração da sua base heterogênea de apoio, o que conduziu tanto ao enfraquecimento de seu prestígio frente a Coroa como à deterioração de sua sustentação parlamentar no Senado, inicialmente, e na Câmara dos Deputados, culminando com a renúncia do Ministro.⁶⁴⁶

Já segundo Needell: “Afastado, portanto, da Coroa e antevendo sua completa inviabilidade diante do Legislativo, o gabinete perdeu os dois sustentáculos essenciais a qualquer ministério no Segundo Reinado e não teve alternativa senão retirar-se”.⁶⁴⁷

No 15º Gabinete Limpo de Abreu, visconde de Abaeté/Sales Torres-Homem (Conciliação/Conservadores 12/12/1858 a 10/08/1859), apresentavam Sérgio Teixeira de Macedo, Nabuco de Araújo e Torres-Homem na Fazenda. Conforme Ferraz: “Congregava, em seu início, um grupo de conservadores moderados”.⁶⁴⁸ A mudança dos membros dentro do Ministério revelou o intento interessante, como consta em Ferraz: “A substituição, no entanto,

⁶⁴⁵WELTTMAN, Paula Christiane Jalles; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808- 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 92.

⁶⁴⁶IGLÉSIAS, Francisco. **Vida política 1848-1868 em Buarque de Holanda, Sérgio (org). História Geral da Civilização Brasileira (5). O Brasil Monárquico: Reações e Transações**. São Paulo: Difel, 2004. p. 79-88.

⁶⁴⁷NEDELL, Jeffrey. **The Party of order. The conservatives, the state and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. EUA: Stanford Stanford University, 2006. p. 205.

⁶⁴⁸FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 122.

de Paranhos e Nabuco, nas pastas da Guerra e da Justiça, respectivamente, por Muritiba e Manuel Felizardo, nos primeiros meses de 1859, sinalizava uma guinada rumo a um claro acento mais ortodoxo, de cunho “saquarema”, da formação governamental”.⁶⁴⁹

Esta modificação dificultou a relação entre o Governo e o Legislativo e também com os liberais e com o próprio Partido Conservador. De acordo com Ferraz: “O gabinete venceu a queda de braço com a Câmara, aprovando o projeto de Torres- Homem, com suas restrições à emissão e o estabelecimento de obrigações de conversão metálica”.⁶⁵⁰

O 16º gabinete Ângelo Ferraz (Conciliação/Conservadores 10/08/1859 a 02/03/1861), era formado por conservadores moderados e por um saquarema. Ângelo Ferraz acumulava a presidência do Conselho e dirigia a pasta da Fazenda, sendo favorável à liberdade de crédito.

No período, o Senado discutia a Tarifa e o Orçamento, já que estes dois são parceiros inseparáveis na estruturação da economia do Império: a Tarifa gera a renda e o orçamento a distribuição junto aos Ministérios e as demandas do Governo. Antes da preparação de cada Tarifa a discussão se estendia da Câmara, e no Senado para que o Legislativo pudesse definir as regras já elaboradas pelo Ministro da Fazenda e fazer suas ponderações. O Conselho de Estado estende a discussão e a amplia junto ao Imperador. Segundo Fleiuss: “Opinar em todos os negócios em que o soberano houvesse por bem ouvi-lo, para resolvê-los, tal como nos casos de intervenção do Poder Moderador”.⁶⁵¹ A questão do orçamento foi discutida em Anais do Senado.

Quando foi organizado o orçamento de 1850 a 1860 não se puderam prever algumas despesas que atualmente se fazem, nem calcular as conhecidas com a mesma aproximação com que hoje o podem ser. Daqui vem a necessidade de elevar-se o crédito pedido o ano passado para os serviços do ministério dos negócios estrangeiros.⁶⁵²

De acordo com Senado, no ano de 1860 não havia contestação quanto aos impostos de Tarifa, que seriam o modo de arrecadação para a economia e que os impostos de importação ou de consumo se dividia em sistema protetor, fiscal ou misto e de livre câmbio. Fica evidenciada a luta dentro do Senado de grupo que levantam a bandeira da liberdade de comércio.

A pretexto de doutrinas econômicas, se pretendeu sob a capa de liberdade levantar um partido, firmado em uma liga de interesses, que aspira tomar posição política e

⁶⁴⁹FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 122.

⁶⁵⁰Ibid., p. 123.

⁶⁵¹FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922. p. 190.

⁶⁵²BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Em sessão em 27 de julho de 1859. Volume 2**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional e J. Villeneuve e G, 1859. p. 5.

influir nos negócios de estado, para que esses interesses possam preponderar. Este partido, ainda na sua infância, pretende para si privilégios, isenções, subvenções, e para este fim condena à morte política todos que contrariam seus pretendidos privilégios.⁶⁵³

Pode-se considerar que esta posição do Senado por grupo simpatizante da doutrina da liberdade de comércio evidencia a luta entre os sistemas na Casa, prejudicando o pensamento de proteção à indústria fabril, o que será visto no próximo capítulo. Importante ressaltar que a Tarifa das Alfândegas de 1860 ocasionou transformações na Tarifa do Império, formando-se três sistemas de pesos e medidas: o sistema métrico, as taras e as classes distintas.

Outra discussão dentro do Senado era concernente à questão da substituição do sistema de pesos e medidas pelo sistema francês. Seria um projeto apresentado ao Senado para discussão quanto ao artigo 1º que consta em Anais do Senado: “Que o atual sistema de peso e medidas será substituído em todo o Império pelo sistema métrico francês na parte concernente às medidas de extensão e de peso”.⁶⁵⁴ Uma discussão entre o Senador Sousa Franco e Souza e Mello sobre o sistema métrico francês e as dificuldades que esse poderia proporcionar a população. Será feita uma breve biografia de Manuel Felizardo de Souza e Melo que está no anexo.

Sousa Franco - O nosso país sofreria muito com ela; é a nossa população custaria muito acostumar-se, e não a vantagem real que compense os inconvenientes da mudança de um sistema conhecido para outro totalmente desconhecido. Seria melhor aproveitar a ocasião para legislar sobre aquilo que se pode praticamente executar em nosso país, pondo de parte estes melhoramentos, que na verdade o são, mas que não se poderão realizar no país senão com graves inconvenientes. Voto contra o projeto. Souza e Mello – A grande dificuldade apresentada pelo nobre senador parece consistir somente nos nomes que tem de só dar às diferentes unidades, aos seus múltiplos e submúltiplos; se as novas unidades de peso, em lugar de se chamarem quilogramas, só chamassem libras, parece que a dificuldade para o nobre senador teria desaparecido; se a nova unidade linear, em lugar de se chamar metro, se chamava vara. Começamos pela vara. A vara divide-se em 5 palmos, ao mesmo tempo que o palmo se divide em 8 polegadas, e a polegada em 12 linhas-vara? Não conheço, não há é toda arbitrária. Com a libra, unidade de peso, o mesmo se dá, ect. No sistema proposto há uma lei certa e invariável, a lei em que se base, a lei da numeração ordinária. O artigo 1º diz: O atual sistema de pesos e medidas será substituído em todo o império pelo sistema métrico francês na parte concernente as medidas de extensão e de peso.⁶⁵⁵

Esta discussão se estenderá por boa parte desta tese por conta de se referir a medição das mercadorias que chegam as Alfândegas e por definir o custo destas na entrada para a venda no mercado interno. E quanto às taras essas trouxeram benefícios para o comércio importador na Tarifa de 1860, ocorrendo mudanças para favorecer o fisco.

⁶⁵³BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Quarto ano da décima Legislatura. Sessão de 1860 de 27 de abril a 31 de maio. Volume1.** Rio de Janeiro: Typografia do Correio Mercantil de M. Barreto Filhos e Octaviano, 1860. p. 53.

⁶⁵⁴BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. 36º Sessão 1º de julho de 1861.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1861. p. 149.

⁶⁵⁵Ibid., p. 150-151.

O sistema das taras introduzido na Tarifa de 1857, para o mais pronto expediente dos despachos, foi revisto, corrigido segundo a experiência, e aplicado a maior número de envoltórios, sendo acomodado o mais possível as feições da nossa importação. Finalmente, na nomenclatura da nova Tarifa e forma adaptada para a descrição das mercadorias, preferiu-se o sistema das da França, Bélgica e Portugal, reunindo-se as mercadorias em 36 classes distintas, abandonada a forma simplesmente alfabética de 1857.⁶⁵⁶

Importante ressaltar que o modelo proposto pela Tarifa de 1860 se espelha nos países que aderiram ao Congresso Internacional da Reforma Aduaneira de 1856, realizado na Bélgica com a participação da França, de Portugal e de muitos países da Europa, estruturando suas economias no sistema do livre câmbio. A mudança da organização da Tarifa de ordem alfabética para classes também era observada nas Tarifas internacionais, que serviam de exemplo para a feitura das Tarifas no Império.

A Tarifa, pelo Decreto nº 2.684, de 4 de novembro de 1860, continha nova classificação, com 1.500 artigos subdivididos em 4.333 itens, dos quais 3.968 sujeitos à tarifa fixa, 236 ad valorem, 25 livres e 07 proibidos.⁶⁵⁷ Segundo Holanda: “Entendia que se impunha reforma aduaneira de maior profundidade, para corrigir as discrepâncias existentes, a seu ver, na legislação alfandegária em vigor”.⁶⁵⁸ Propunha-se ser uma Reforma aduaneira transformadora e assim corrigir as desconexões da Legislação anterior.

Conservando o pensamento essencialmente fiscal com que fora organizada a de 1857, sem desamparar as indústrias nacionais produtoras de artigos similares da importação estrangeira, nem tampouco auxiliá-las e protegê-las de modo gravosos ao consumidor, excluindo toda a concorrência, a nova Tarifa teve por principal objeto, segundo se depreender do complexo de suas disposições, melhorar o sistema da arrecadação a cargo das Alfândegas.⁶⁵⁹

Foi mantida a maior taxa dos direitos de consumo conforme a Tarifa de 1857, que seria de 30% geral para todas as mercadorias. Mais uma vez, o tipo de Tarifa não se assemelha a nenhum dos sistemas de sua época por possuir uma inclinação mais do livre câmbio. E por conta de toda a questão econômica traz um viés também protecionista, por expor sua ambição de exercer e salvaguardar a indústria nacional, mas, sem a proteger de maneira a não prejudicar ao consumidor. A mesma argumentação usada na Revisão de 1844, por parte do comércio importador, vê-se na Tarifa de 1857.

O barateamento dos produtos importados, quase sempre de melhor qualidade que os

⁶⁵⁶ BRASIL. Ministro da Fazenda. Ministro da Fazenda. **Relatório do Ministério da Fazenda apresentada Assembleia Geral Legislativo na Primeira Legislativa pelo Ministério e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1861. p. 30.

⁶⁵⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império.** São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001.

⁶⁵⁸ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira.** Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 89.

⁶⁵⁹ BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1929. p. 9.

similares nacionais, e a elevação dos custos de produção, ocasionada pela penalização das matérias-primas importadas, contribuíram decisivamente para uma crise generalizada, que afetou de forma diferenciada os diferentes ramos manufatureiros. Outro elemento que deve ter jogado nessa mesma direção foi a crise comercial de 1864, pois, como muitos dos proprietários das manufaturas eram também comerciantes, eles deviam ter participado da grande especulação reinante antes deste ano.⁶⁶⁰

Conforme Alencar: “Desde 1860 que, com os impostos adicionais, sempre depois consolidados as taxas da Tarifa não conseguimos os recursos precisos para saldar os orçamentos”.⁶⁶¹ Era necessário ter um aumento gradual e contínuo para o Tesouro por conta do déficit que crescia a todo o mês. Pode-se verificar no cumprimento do artigo 11º da Lei nº 1. 114, de 27 de setembro de 1860.

Criando o imposto adicional de 2 a 5 % sobre as mercadorias estrangeiras despachadas para consumo, até ao fim do exercício da mesma lei, julgou conveniente o meu ilustre antecessor publicar uma nova Tarifa para a cobrança dos direitos a cargo das Alfândegas e Mesas de Rendas, em substituição da que vigorava em virtude do decreto de 29 de março de 1857.⁶⁶²

Além desta manutenção da porcentagem de 30% sobre as mercadorias que já imperava na Tarifa de 1857, foi feita alterações em diversos artigos, muitas vezes para mais ou para menos dependendo dos preços no mercado como, por exemplo, para direitos das matérias-primas e de gêneros alimentícios.

Dentre as taxas retificadas de diversas classes de mercadorias têm-se: as drogas e produtos químicos em geral, as ferragens, o calçado, as fazendas de seda, os artigos de modas, luxo e fantasia que ao serem avaliadas se mostravam muito aquém do mercado. A indústria nacional na década de 1860 encontrava-se em pleno desenvolvimento e se articulava em direção a proteção tarifária. Segundo Iglésias: “As chamadas fábricas nacionais encontram-se no Rio e nas províncias, para tecidos, chapéus, sapatos, couros, vidros, rapé, cerveja, sabão. A contar de 1860, realizam-se exposições industriais fato significativo”.⁶⁶³ Alguns artigos seriam taxados na Tarifa de 1860 que não faziam parte da Tarifa anterior.

As classes de louças e vidros, de mobília e obras de marcenaria ficaram alteradas em sentido mais prático, e com maior desenvolvimento. Da mesma sorte de medicamentos e produtos químicos, instrumentos, ferramentas, armamento, cutelaria, relojoaria, máquinas e foram renovados, reduzindo-se ou elevando-se as taxas respectivas, conforme os preços correntes do mercado, e especificando-se

⁶⁶⁰ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 41.

⁶⁶¹ ALENCAR, L. Leonel. **Estudos sobre a tarifa das alfândegas do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1897. p. 5.

⁶⁶² BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1929. p. 9.

⁶⁶³ IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 46.

novos artigos não mencionados na Tarifa de 1857.⁶⁶⁴

Essas mercadorias seriam as mesmas favorecidas na Tarifa de 1844, por estarem em concorrência com os similares estrangeiros, ou seja, esses artigos faziam parte da produção da indústria fabril nacional que concorriam com os produtos importados. As relações destes artigos fizeram partes das demais Revisões das Tarifas por serem as que estavam mais adiantas em sua feitura no Império. Estas últimas acima citadas não faziam parte da Tarifa de 1857, mas, na atual estavam arroladas e taxadas. Na da tabela 4 abaixo é possível verificar que houve, na década, crescimento de recursos para o Império: um total de Importação de 2.196:998\$000 e de Exportação de 1.133:539\$000.

Tabela 4-A renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1860.

Anos 1860	Exportação	Importação
1860-1861	123.171:000\$000	123.720:000\$000
1861-1862	120.719:000\$000	110.531:000\$000
1862-1863	122.479:000\$000	99.172:000\$000
1863-1864	130.565:000\$000	125.685:000\$000
1864-1865	141.068:000\$000	131.746:000\$000
1865-1866	157.017:000\$000	137.777:000\$000
1866-1867	153.253:000\$000	145.002:000\$000
1867-1868	185.270:000\$000	140.611:000\$000
1868-1869	207.723:000\$000	168.510:000\$000

Fonte: Carreira⁶⁶⁵

Como o apresentado na Tabela, a Importação teve um valor maior do que a Exportação de maneira geral nestes dados e, levando em conta que a importação gerava o imposto mais rentável nas Alfândegas para a manutenção do Império, vê-se que esta Tarifa do livre câmbio pode satisfazer a necessidade do Império em uma época de grande vulto econômico.

Um ponto relevante a se discutir seria a questão do contrabando que ocorria na fronteira do sul do Império. Nos relatórios anteriores de 1859 e 1860 se discutia com respeito às dificuldades enfrentadas pela Alfândega de Uruguaiana com referência ao contrabando e ao rombo que esta prática na fronteira acarretava para a arrecadação do Império. Porém, as dificuldades enfrentadas por conta do contrabando, já enraizado no comércio junto à fronteira, e a pouca atuação do Império no combate desta prática, será vista no capítulo cinco desta tese.

Importante realçar que do ano de 1853 em diante, o Império percebe de maneira direta a questão dos limites de fronteira com os países ao redor da província do Rio Grande do Sul devido ao contrabando, que passava nos limites do Império. Essa prática acarretou uma

⁶⁶⁴ BRASIL. Ministro da Fazenda. Ministro da Fazenda. **Relatório do Ministério da Fazenda apresentada Assembleia Geral Legislativo na Primeira Legislativa pelo Ministério e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1861. p. 30.

⁶⁶⁵ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil.** Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 660-661.

grande perda de recursos para a Alfândega de Uruguaiana por conta de o contrabando favorecer aos países de fronteira e não ao Império.

Assim, todos sabem que o perigo em que se acha atualmente a barra do Rio Grande, pelo mal estado dos seus meios de socorro e da sua administração, é a causa de afugentar-se ali quase todo o comércio e dirigir-se para o lado do Rio da Prata; e então, sendo introduzidas por lá as mercadorias, o prejuízo da nação é considerável, não de dezenas de contos, é de centenas e centenas de contos de réis, porque há indivíduos que tem chegado a introduzir pelo Uruguai, em uma só fatura, até 800.000\$ de réis de fazendas sem pagar direitos! E o governo não tem meios de impedir este contrabando, nem é possível fazê-lo sem enormes sacrifícios, que não valeria a pena.⁶⁶⁶

O contrabando que ocorria de forma sistemática desde 1853 avança até a década de setenta de maneira muito consistente, trazendo um grande prejuízo a Alfândega do Rio Grande. O alto nível de estrutura dos grupos de contrabandistas, naquela ocasião, quase interrompeu o mercado interno da província. A questão da discussão quanto a Tarifa proteger o país do contrabando e gerar renda para o Império se caracteriza mais adiante.

3.3- A crise comercial de 1864 e a Revisão da Tarifa de 1869.

3.3.1- A Crise comercial de 1864.

Os anos sessenta foram identificados como um período de prosperidade, não havendo necessidade de aumento de impostos nas primeiras décadas. Os principais produtos a alcançarem um surto significativo foram: café, o algodão e o fumo.⁶⁶⁷

A partir de 1864 pode-se identificar a crise comercial de 1864, cujos antecedentes mais significativos foi uma política restritiva do crédito, com a lei de 22 de agosto de 1860, conhecida como Lei dos Entraves, que dificultava as iniciativas privadas de empreendimento, além de burocratizar todo o processo de organização de uma sociedade anônima - e a concorrência dos bancos estrangeiros, as bases para a organização de uma sociedade anônima.

O estabelecimento de qualquer sociedade anônima seria decidido pelo governo, ou seja, somente através de autorização expressa por lei ou decreto. Envio de balancetes periodicamente para exame do governo. Restrição quanto ao estabelecimento de novos bancos. O Banco do Brasil só poderia emitir o dobro de seu fundo disponível. O governo teria poder de reduzir a emissão se os bancos não atingissem a conversibilidade em seis meses. A recusa de um banco trocar suas notas por ouro à vista geraria a declaração de bancarrota da instituição. Aceitação pelos bancos da presença de um inspetor nomeado pelo governo com amplos poderes.⁶⁶⁸

Conforme Suzigan & Pelaéz: afirmava, a lei de 1860 tinha como objetivo “Assegurar a conversibilidade do papel- moeda em ouro e o pleno funcionamento do sistema do padrão

⁶⁶⁶ BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Em sessão em 27 de julho de 1859. Volume 2.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional e J. Villeneuve e G, 1859. p. 147.

⁶⁶⁷ BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado na Assembleia Legislativa na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865.

⁶⁶⁸ CROCE, Marcus Antônio. **Crises financeiras na primeira década republicana e os bancos em Minas Gerais (1889-1903).** 2013. Tese (Doutorado em Economia), PPG em economia da UFMG. Cedplar/UFMG, 2013. p. 45-46.

ouro”.⁶⁶⁹ Percebe-se que com esta lei, a quantidade de sociedades anônimas registradas ficou muito restrita. Do ano de 1860-1862, houve os registros de sociedade anônima de crédito a casas de comércio que foram: Duarte Souza Kannichfelt & Cia, em 1860; em 1861, a firma Silva Pinto Mello & Cia; e no ano de 1862 as firmas Miranda Jordão & Cia, D’lilion e Marques Braga, Caldeira Torres e Penalva. As casas estrangeiras com capital inglês foram: London and Brazilian Bank e Brazilian Portuguese Bank.⁶⁷⁰ De acordo com Faoro: “O abuso do crédito, a partir do segundo Banco do Brasil, imprudentemente dedicado à dourada prosperidade, levou ao desastre, precipitado pelas medidas violentas e repressivas de 1860”.⁶⁷¹

As instituições estrangeiras geravam no mercado do Império principalmente na Praça do Rio de Janeiro uma concorrência não antes conhecida. De acordo com Lobo: “A desorganização causada por essa concorrência desigual se generalizou no sistema financeiro nacional redundando a crise de crédito de 1864”.⁶⁷²

De acordo com as ponderações referentes aos antecedentes da crise, averigua que Guimarães: “A aplicação de uma política restritiva do crédito por parte do governo, com o Banco do Brasil restaurando seu monopólio das emissões, a presença e concorrência dos bancos ingleses e a conjuntura internacional”.⁶⁷³ Todos esses fatores foram os geradores da crise de 1864, os antecedentes que puderam impulsionar o movimento econômico e também político para as dificuldades enfrentadas nesse período.

Na análise de Lobo (1978), havia vários fatores que levaram a crise do Souto, além da questão do crédito, como: mobilização de tropas e necessidade de desviar alimentos para abastecer o Sul, a dificuldade dos fazendeiros do Vale do Paraíba de obter empréstimos dando como garantia os escravos em virtude do receio da abolição, desvalorização do preço dos escravos entre 1857 a 1864, a doença do café e a incapacidade de se obter créditos.⁶⁷⁴ Todos esses fatores ocasionaram a crise de 1864, além da especulação à venda de ações de bancos e sociedade anônimas e da conexão entre Lei de Entraves de 1860 e a Crise de 1857. Não se

⁶⁶⁹PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 133.

⁶⁷⁰LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

⁶⁷¹FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 493.

⁶⁷²LOBO, op. cit., p. 217.1978.

⁶⁷³GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 207.

⁶⁷⁴LOBO, op. cit., 1978.

pretende, no momento, encerrar a questão, apenas identificar os fatores que puderam proporcionar a crise.

Os grandes comerciantes operavam uma significativa concentração de capital mercantil, derivadas das mudanças pertinentes aos anos cinquenta com o fim do Tráfico Negreiro, o Código Comercial e a Lei de Terras e a pouca oportunidade de diversificação de capital que se pôde impulsionar este capital para a indústria. É nesta conjuntura, somando-se a grande expansão do crédito dos anos anteriores e a má distribuição do capital, que se apresenta a crise.⁶⁷⁵ Indica-se que, segundo Suzigan e Pelaéz: “Havia duas posições diversas sobre os fatores que impulsionaram a crise de 1864, em primeiro lugar a causa da crise foi devido a notícia de contração econômica na Europa e por outro lado a recessão no país foi resultado de políticas monetárias restritivas da legislação de 1860”.⁶⁷⁶

Sem questionar muito sobre as posições dos historiadores a respeito de qual seria o estopim para a crise pode-se observar a ação dos bancos na época.

Por algum tempo o crédito, que os credores continuaram a conceder aos devedores, dissimulou o mal que corria o comércio e outras indústrias: mas era chegado o momento em que, esgotados os paliativos, devia manifestar-se em toda a sua enorme o abismo onde os erros dos intermediários do crédito tinham feito sumir as economias de quase toda a população. Esta reagiu como era natural, procurando salvar o que pudesse, e o pânico lavrou tão fundo nos dias subsequentes ao da suspensão de pagamentos do banqueiro Souto, que o Governo Imperial, solicitado por múltiplos e gravíssimos interesses, que se viam ameaçados de total ruína, teve de intervir com as medidas que as circunstâncias aconselhavam para acalmar os espíritos e premunir de inevitável naufrágio o comércio que, sob a pressão do momento, não podia solver seus compromissos, embora estivesse na posição de o fazer em circunstâncias normais.⁶⁷⁷

Por fim, com o abuso do crédito estenderam-se os valores de imóveis, as contas correntes, os bilhetes ao portador e a desordem das despesas públicas. As causas se resumem em três formas, empréstimos a lavoura, o governo sustentava o principal papel e as empresas industriais fracassadas. Ao emprestar a lavoura recurso financeiros, recorreu-se aos valores depositados, as dificuldades da lavoura por questão de acidentes da natureza e a má direção e planejamento da indústria, produziram a crise de 1864. Conforme nota-se nas afirmações de Faoro: “As ações depreciaram-se, furando a bolha de sabão do surto comercial e industrial,

⁶⁷⁵ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

⁶⁷⁶ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 129-130.

⁶⁷⁷ BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise Comercial de setembro de 1864. Segundo atos do Ministério da Fazenda que lhe são relativos. Artigo extraído do Relatório apresentado ao Corpo Legislativo na sessão de 1865 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Conselheiro Carlos Carneiro de Campos**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865. p. 6.

levantada sobre o crédito, valorizando para substituir o capital: O mau hábito de reformar quase infinitas de letras vencidas, por meio de firmas de palha”.⁶⁷⁸

Conforme, Levy: “as crises de 1857 e 1864 haviam provocado um expressivo número de falência entre as casas comerciais da cidade”.⁶⁷⁹ Faoro discorre sobre a “quantidade de falência de 95 casas comerciais com um passivo de 110.111:678\$ e a concordata de dezesseis casas comerciais com um prejuízo de 16.000\$000”.⁶⁸⁰

Pode-se também perceber que mediante a afirmação de Kindleberger: “Algumas crises ocorreram imediatamente no início ou no final de uma guerra (...) E relação as do final, existem as crises de 1713, 1763, 1783, 1816, 1857, 1864, 1873 e 1920”.⁶⁸¹ Também afirma Kindleberger: que “No caso do Império do Brasil, se verifica que o somatório impulsionado pela crise econômica de 1857 no exterior, sem mencionar a Lei dos Entraves e a concorrência dos bancos estrangeiros”.⁶⁸² Segundo o autor, mudanças políticas de longo alcance seria outro fator que poderia conturbar o sistema e gerar uma desordem.

As crises comerciais não são mais do que a suspensão monetária de crédito, suspensão que altera o equilíbrio de todas as leis econômicas. A oferta e procura, os preços, o trabalho, a produção, a importação e exportação, o consumo, tudo sofre e parece abalar o comércio em seus alicerces. Contudo, se muitas vezes as crises são o resultado de empresas arriscadas e do abuso do crédito, também sucede que leis fatais podem precipitá-las.⁶⁸³

A arguição do autor que redigiu o documento tratado sobre a Crise Comercial de 1864 sugere que haveria leis, indústrias arriscadas e abuso de crédito que provocaria a crise. Podem-se notar, mediante a citação sobre as indústrias arriscadas, as discussões na Revisão da Tarifa de 1844 (concluída em 1853), quanto ao apoio dado a Indústria fabril na Tarifa de 1844, identificando-se a posição mais livre cambista que o governo insiste em apregoar nesta ocasião.

Indica-se, que a discussões quanto à proteção da Tarifa das Alfândegas de 1844 quanto às indústrias fabris persistem, pois esta seria mais protecionista, portanto a favor da indústria e consequentemente prejudicaria ao comércio. As crises de 1857 e 1864 continuavam a refletir as benesses dadas à indústria na década de 1840, segundo o mesmo autor, por esse motivo

⁶⁷⁸FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 493.

⁶⁷⁹LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 95.

⁶⁸⁰FAORO, op .cit., p. 493.

⁶⁸¹KINDLEBERGER, Carles Poor. **Manias e Crashes: um histórico das crises financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 50.

⁶⁸²Ibid., p. 50.

⁶⁸³BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 7.

identifica-se uma leitura com tom mais crítico quando se aborda o papel que a indústria ocasionou na economia mediante os benefícios alcançados nos anos quarenta.

Diante dos antecedentes apresentados, verifica-se que no dia 10 de setembro de 1864 a Praça do Rio de Janeiro viveu uma crise sem precedente, com a suspensão de pagamentos de um banqueiro, o principal depositário dos capitais da população trabalhadora, responsável por transações representativas. De acordo com Crise Comercial: “Elevava a soma de cerca de sessenta e seis mil contos, montando seus depósitos nesse dia a quatorze mil, e igual soma suas contas correntes, deu origem a profundo pânico, em virtude do qual, todos correram para salvar suas economias”.⁶⁸⁴

Quanto à crise de 1864, há duas posições na visão dos historiadores, como consta em Suzigan & Pelaéz: “uma foi definida como a contração econômica na Europa que influenciou de maneira decisiva para as questões interna e as dificuldades econômicas do Império e a outra que a recessão no Brasil foi devida as políticas restritivas da legislação de 1860”.⁶⁸⁵ De qualquer forma a crise sobreveio.

A queda da produção exportável do Rio de Janeiro, restando o ritmo importador, tornou a renda daí proveniente insuficiente para que se esboçasse um movimento de superação dos grandes déficits anteriores. Se as outras culturas puderam criar superávits nas respectivas praças exportadoras e abrir novas possibilidades de crédito, era necessário que o sistema bancário, operando no Rio de Janeiro, pudesse intermediar os títulos de crédito ali sacados, para com eles negociar na Corte, onde se concentrava a quase totalidade das liquidações do comércio importador.⁶⁸⁶

O pânico iniciou-se em 10 de setembro de 1864 com a casa bancária de Antônio José Alves Souto que fechou a escrituração e suspendeu o movimento do caixa. A questão era que a Casa Souto estava associada ao Banco do Brasil, com um volume de negócios enorme que abarcava grande parte do capital da Praça do Rio de Janeiro. O descontrole desta casa pode desencadear a reação da população em sua corrida aos Bancos, pois a desconfiança se generalizou, certamente, pelo fato de que outras casas comerciais do Rio de Janeiro também seguiram a ação da Casa Souto.⁶⁸⁷ A justificativa desta ação foi o fato de o Banco do Brasil ter se recusado a fornecer os recursos de que precisavam a Casa do Souto para a caução de títulos e desconto de letras para certos pagamentos daquele dia.

⁶⁸⁴ BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise Comercial de setembro de 1864. Segundo atos do Ministério da Fazenda que lhe são relativos. Artigo extraído do Relatório apresentado ao Corpo Legislativo na sessão de 1865 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Conselheiro Carlos Carneiro de Campos.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865. p. 5.

⁶⁸⁵ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias.** Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 129-130.

⁶⁸⁶ GRANZIERA, Rui Guilherme. **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira.** São Paulo: Hucitec, Universidade Estadual de Campinas, 1979. p. 88.

⁶⁸⁷ PELAÉZ, op. cit., 1976.

Uma Comissão foi reunida para que pudesse estudar as razões da crise de igual forma como ocorrera na crise de 1857. As causas da crise apurada pela Comissão foram: a Guerra Civil dos Estados Unidos, a Legislação de 1860 e o abuso do crédito que pôde gerar a especulação.⁶⁸⁸

O Governo agiu para deter a crise com o decreto de 17 de setembro de 1860, que contém cerca de quatro pontos. Definiu a suspensão e prorrogação por sessenta dias dos vencimentos das letras, notas promissoras, relativo às moratórias e à falência dos banqueiros e casas bancárias. Em seguida o decreto de 20 de setembro orientava sobre o modo de proceder quanto à falência dos bancos e casas bancárias. Além da verificação da falência pelo falido e de cinco credores de títulos não pagos, a sentença de abertura da falência determinou a administração quanto ao balanço da casa, estabeleceu as ações pendentes do falido e a ultimada liquidação da massa falida e mandou dar ao falido o valor da quantia necessária para a sua subsistência.

Em continuidade ao esforço, o Governo tentou frear a crise com o decreto em 22 de outubro de 1860 determinando a emissão de notas promissórias, emissão de letras, bilhetes, vales ou qualquer outro papel, que somente poderia ser pago com a autorização do Legislativo. Segundo Carreira: “Estes decretos constituíram o método de controlar a emissão e a especulação com o intuito de inibir o processo da crise”.⁶⁸⁹

A liquidação das casas bancária envolvidas de forma direta na crise ocorreu com as casas Antônio José Alves Souto & Comp. a de Gomes & Filhos, a de Montenegro & Lima e de Oliveira & Bello. Apesar desta atuação adequada do Governo cumprindo os decretos de 17 e de 20 de setembro, a situação não se acalmou. A crise no Rio de Janeiro se estendeu a Santos, à Bahia, a Pernambuco e à Londres nos estabelecimentos da Casa Souto.

A ação do Governo foi tomar medidas para socorrer a Casa Souto, como consta em Pelaéz & Suzigan: “Banco do Brasil autorizou a emissão em dobro do fundo disponível e a suspender a conversão das notas em metal. As notas do banco foram transformadas em moeda. O Banco apoiou o mercado”.⁶⁹⁰ Por mais de uma vez a Casa Souto necessitava de ajuda para não ir à bancarrota. Com todo esse susto outras casas comerciais também deixavam de fazer seus pagamentos, gerando a crise e o desequilíbrio na Praça do Rio de Janeiro.

⁶⁸⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

⁶⁸⁹ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 407-408.

⁶⁹⁰ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 130.

Conforme Carreira: “A falência de 95 casas comerciais um ativo de 93.340:575\$ e passivo de 110.111:678\$247 não se contando 22 casas cujo passivo se ignora. E a concordata com prejuízo de 16.000:000\$”.⁶⁹¹

Com essas atuações do Governo e do Banco foi possível impedir a continuidade da crise. Para que houvesse o término do pânico foi necessário um montante de recursos financeiros de emissão de 25.167 contos em agosto de 1864 e, em setembro, mais 43.168 contos. Em 1866, houve a reforma bancária que estabeleceu que o Banco do Brasil abolisse a emissão do banco, foram autorizadas a operações de depósitos, redescontos e hipotecas. Ficou responsável o Banco do Brasil de resgatar as notas de 5 ou 8% ao ano.⁶⁹²

Por sua vez, a crise comercial foi acompanhada de um movimento da população em uma corrida aos bancos em busca de salvar seus capitais. E os negociantes ficaram com a questão difícil de suspender seus pagamentos. De acordo com Crise Comercial: “Foi um dia triste tanto para o Governo como para o público. Sustou-se o trabalho, e a atividade de uma grande cidade estava paralisada diante de uma única ideia a previsão do futuro iludida pelo abuso crédito”.⁶⁹³ Interessante perceber, para defender a liberdade do crédito não é necessário ocultar os seus abusos, mas estabelecer seus limites com o objetivo de evitar uma especulação sem precedente.

Uma visão defendida pelo livre-câmbio era que a liberdade do comércio fosse instaurada a partir da luta contra os privilégios, as agências do Governo e o monopólio, pois com a eliminação dessas, o país teria as condições ideais para a livre concorrência entre as nações. Para este intuito, seria necessário que ao entrar na esfera do sistema, o país fosse alocado na realidade da livre concorrência e do controle sobre os abusos do crédito para que pudesse estabelecer o padrão ouro em seu país. Verifica-se em Manoel Lima: “Uma nova fusão dos partidos operou-se entre 1860 a 1869, quando o liberalismo se libertou completamente da pressão oficial e apareceu como partido quase antidinástico”.⁶⁹⁴

Novamente, as críticas quanto ao papel das indústrias fabris na crise de 1864 e as imposições de leis que não beneficiava o crescimento das indústrias e não trouxeram responsabilidades para os seus gestores.

⁶⁹¹CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 415.

⁶⁹²PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976.

⁶⁹³BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 9.

⁶⁹⁴LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p. 41.

Falando das empresas industriais tivemos ocasião de notar que elas foram malsucedidas por sua falta de plano, concepção e péssima administração. Mas então deixamos de tocar nas condições impostas pelo governo a tais empresas, no sistema de regulamentação que destrói a atividade e responsabilidade individual. O governo é tudo entre nós, não só cuida da segurança externa e interna, como ainda da vida industrial e comercial da nação. Ao lado da proteção e garantias que oferece, estão a sua vigilância, a nomeação de administradores locais, as medidas regulamentares que ele julga prudentes e necessárias. Arriscando maior capital, quer tudo fazer e providenciar.⁶⁹⁵

Pode-se ressaltar que o desempenho do Governo entre 1850 a 1864 foi fomentar o progresso considerando o incremento de vias férreas, navegação e o aumento de produção, além de mudanças políticas significativas com a Lei de Terras, o Fim do Tráfico de Escravos, Código Comercial e a Lei de Entraves. Consta em *Crise Comercial*: “A renda pública tem subido com o desenvolvimento das vias de comunicação, mas a produção tem de pagar juros e capitalizar gradualmente as somas que foram despendidas e que tem de vir a criar a indústria fabril e manufatureira”.⁶⁹⁶

A indústria necessitava de créditos e incentivos para sua organização e manutenção. Era alvo constante de censuras quanto a Tarifa das Alfândegas que proporcionava incremento e assegurava as condições de compra de matérias-primas e de máquinas que gerasse mais produção para o mercado interno. A grande discussão que vinha sendo travada entre os defensores de uma tarifa mais protecionista e os adversários desejosos de uma tarifa mais do livre câmbio.

Este entrave era ressaltado nas Casas Legislativas onde os defensores e adversários se orquestravam em debates que demonstravam o quanto havia no Império uma tensão quanto à posição a tomar. O historiador José Murilo de Carvalho demonstra que havia também esta discussão do Conselho de Estado sobre o Liberalismo e o Protecionismo, exatamente nestes anos de 1860, concernente à qual posição tomar junto ao Imperador.⁶⁹⁷ Aliás, essa discussão percorre por todo o Segundo Reinado. O Senado tem em seus parlamentares mais destacados uma discussão bem afiada quanto a que posição tomar, protecionismo ou livre câmbio.

Efetivamente, o governo teve sua influência sobre a indústria e também sobre todas as facetas sociais ao ponto que ambicionava interferir de modo direto na sociedade. Este se espelhava na visão da França quanto à responsabilidade individual sobre a economia. Conforme *Crise Comercial*: “Imitadores da França, a nossa atividade e responsabilidade individual nulificam-se, para chamar o grande responsável, o governo. Contrário nos Estados

⁶⁹⁵BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 11.

⁶⁹⁶Ibid., p. 12.

⁶⁹⁷CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

Unidos e na Inglaterra, o indivíduo é tudo”.⁶⁹⁸ No tocante aos interesses da classe dominante com relação à crise, Faoro aponta uma questão interessante que será exposta sem intenção de prolongar-se sobre o assunto.

Uma vez ainda, o sistema político se compraz no jogo econômico, num antigo e permanente compromisso entre o estamento e as finanças, compromisso que não se altera mesmo nos momentos de desvio da normalidade ideológica. É que sem a camada dominante, entre a si mesmo, o negócio não viça, não se expande. Essa ligação será responsável pelos atos subsequentes à crise, empreendidos para suavizá-lo, como a liquidação administrativa das casas bancárias falidas e o curso forçado das notas do Banco do Brasil, para evitar o alastramento do pânico.⁶⁹⁹

Na crise, a ação do governo foi incentivar o povo a investir e dividir seu capital de depósito criando-se Caixas Econômicas, regulamentadas por todo o Império, que pudessem oferecer segurança e confiança aos poupadores. O comércio teve a iniciativa de contornar a crise com sugestões. De acordo com Carreira: “A primeira atuação do governo foi o decreto nº 3.306, de 13 de setembro de 1864, que concedia ao Banco do Brasil elevar a emissão ao triplo do fundo disponível ocasionava um problema significativo”.⁷⁰⁰ Consta em Crise Comercial: “A expansão explica-se um fato grave, porque o excesso da emissão encontra o aumento do crédito e o fazê-lo quando o público leva as notas ao troco, o Banco requer curso forçado”.⁷⁰¹ Conforme Suzigan & Pelaéz: “a suspender a conversão das notas em metal. As notas do banco foram transformadas em moeda legal por meio de legislação apropriada”.⁷⁰²

Esta limitação tendo restabelecido a confiança, colocou o Banco em pouco tempo em sérios embaraços pela grande quantidade de ouro que tinha, ao ponto de se dizer que o curso forçado não era mais sobre as notas, porém sobre o numerário. Os bilhetes trocavam-se por ouro pagando premas. A chegada do ouro depois deste decreto obrigava o Banco a recolher precipitadamente as suas notas; e a continuar o curso forçado todas as transações que se efetuassem haviam de ser feitas em numerário. Na hora em que escrevo, o ouro tem subido, o que quer dizer já não se paga com o mesmo papel com que se pagava.⁷⁰³

Conforme Carreira: “A segunda medida foi o decreto nº 3.307 de 14 de setembro que dava curso forçado às notas, esta ação salvou o Banco e a circulação fiduciária. O papel do banco não poderia cair no descrédito, pois poderia ocorrer o mesmo com o papel do Tesouro”.⁷⁰⁴

Não encontramos nas crises tanto da América Latina como da Europa, exemplos de

⁶⁹⁸ BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 13.

⁶⁹⁹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 494.

⁷⁰⁰ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 407.

⁷⁰¹ BRASIL. op. cit., p. 14.

⁷⁰² PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p.130.

⁷⁰³ BRASIL. op. cit. p. 15.

⁷⁰⁴ CARREIRA, op. cit. p. 407.

suspender-se imediatamente o troco. A prudência exige pelo contrário que se lance mão desse expediente somente depois de se ter certeza que o pânico continuará, e que os bancos públicos terão de fazer bancarrota. Calcula-se quanto não teria subido o valor do ouro, se o decreto aparece imediatamente. Ao Banco cumpre depois de receber o benefício da suspensão do troco, proteger o comércio. Uma instituição pública desta ordem é nenhum agiota de sinistras intenções. Que procure especular com a miséria do povo.⁷⁰⁵

E mais, o decreto nº 3.308, de 17 de setembro, suspendia os pagamentos por 60 dias, somente pelo lado econômico. Consta em Lobo: “Dar tempo ao comércio de voltar do pânico para fazer face ao perigo, chamado os devedores a se conciliarem com os seus credores; suspender-se os pagamentos que estavam baseados nas casas bancárias, convidando os negociantes a consultarem os seus balaços.”⁷⁰⁶

Esta situação favoreceu a abusos e fraudes de toda a sorte, mas veio com a intenção de salvaguardar a economia do Império.

Art. 1º ficam suspensos e prorrogados por 60 dias contados do dia 9 do corrente mês, os vencimentos das letras, notas promissórias e quaisquer outros títulos comerciais pagáveis na corte e província do Rio de Janeiro; e também suspensos e prorrogados pelo mesmo tempo os protestos, recursos em garantias e prescrições dos referidos títulos. Art. 2º São aplicáveis aos negociantes não matriculados as disposições do Art. 898 do Cod. Com relativas às moratórias; as quais bem como as concordatas poderão ser amigavelmente concedidas pelos credores que representam dois terços do valor de todos os créditos. Art. 3º As falências dos banqueiros e casas bancárias ocorridas no prazo de que trata o Art. 1º, serão reguladas por um decreto que o governo expedirá. Art. 4º Estas disposições serão aplicadas a outras Praças do Império por deliberações dos presidentes de província. 5º Ficam revogadas provisoriamente as disposições em contrário.⁷⁰⁷

Observa-se assim, que os decretos de 17 e 20 e os avisos de 10 de outubro regulava a falência dos bancos e das casas bancárias. A partir da discussão sobre a falência e tudo mais que ocorria mediante a crise, pode-se atinar os pontos que levaram o pânico de 1864. De acordo com Crise Comercial: “A crise comercial de 1864 foi um somatório de várias questões, as operações malsucedidas, de empresas temporárias, jogo de fundos públicos, das ações de companhia e dos graves transtornos por que passou a lavoura”.⁷⁰⁸

De acordo com Lobo: “O decreto n º 3.309 de 20, de setembro de 1864 regula a falência dos Bancos e das casas bancárias nos termos do art. 3º do decreto nº 3.308 de 17 do mês de setembro”.⁷⁰⁹ Para essa posição do governo foi utilizada a lei n º 799, de setembro de 1854 que determina: fundada por necessidade de força maior e por ausência da Assembleia

⁷⁰⁵ BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 16.

⁷⁰⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 52.

⁷⁰⁷ BRASIL. op. cit., p. 29.

⁷⁰⁸ BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 20.

⁷⁰⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer **História político- administrativa da Agricultura Brasileira 1808-1889**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980. p. 52.

Geral Legislativa e por ter a imperativa e oficial, decreta Ministro e Secretários de Estado dos Negócios de diversas repartições.

Art.1º a falência dos bancos e casas bancárias serão reguladas pelas seguintes disposições especiais. Art. 2º verificada a falência pela apresentação do falido, pelo abandono ou fechamento do escritório, ou a requerimento de cinco credores de títulos não pagos se o falido não tiver alcançado concordata ou moratórias, nos termos do Art. 3º do decreto nº 3.308 de 17 do corrente mês, o juízo do comércio procedendo logo sumariamente as diligências necessárias, e ouvido o procurador fiscal do tesouro nacional ou tesourarias de fazenda, decretará a abertura da falência, encarregando logo a liquidação definitiva da casa a uma administração composta dos dois principais credores, e de um fiscal que o governo nomeará. Art. 3º a sentença da abertura da falência terá todos os efeitos mencionados nos Arts. 826 a 832 do Cod. com. Art. 4º A administração procederá ao balanço da casa, e sendo possível pagará logo aos credores de pequenas quantias ou com o dinheiro existente, ou por operações de direito fundadas no ativo da massa. O pagamento, porém, será feito integral ou parcialmente, segundo a natureza do crédito e o estado da casa falida. Art. 5º desde a entrada da administração em exercício todas as ações pendentes contra o devedor falido, e as que houverem de ser intentadas posteriormente a falência, só poderão ser continuadas ou intentadas contra a mesma administração, que é também competente para intentar e seguir as ações que convierem a massa. Art. 6º A administração fica investida de todos os poderes concedidos aos administradores das massas falidas pelos Arts. 862 a 867, sem dependência de autorização ou assentimento de outros credores, ouvido, porém o falido no caso do art. 864. Art. 7º só depois de ultimada a liquidação é obrigada a administração a dar conta ao juízo, procedendo-se a este respeito nos termos do Art. 868 e seguintes do mesmo código. Art. 8º ficam salvos os direitos que competem pelo Cod. Com. aos credores de domínio, hipotecários e privilegiados. Art. 9º O processo especial decretado por este regulamento não impede as ações criminais e que competirem contra o falido. Art. 10º ao falido, durante a liquidação, na forma do Art. 825 do Cod., a administração prestará a quantia necessária para seus alimentos. Art. 11º a destituição da administração terá lugar pela mesma forma que a dos administradores das outras massas falidas. Art. 12º Fica nesta parte alterado o regulamento nº 1.597 de 1º de maio de 1855. 13º Os administradores perceberão uma porcentagem, que será determinada em regulamento especial. Art. 14º Os administradores enviarão mensalmente ao governo e ao juiz do comércio uma conta desenvolvida, na forma do Art. 867 do Cod. com Art. 15º As concordatas e moratórias concedidas na forma de Art. 2º do decreto nº 3.308 de 17 do corrente mês, não excederam o prazo de três anos, salvo convindo todos os credores. E em todo o caso deverão ser homologados pelo juiz do comércio. Art. 16º Ficam revogadas provisoriamente as disposições em contrário.⁷¹⁰

Mediante este decreto há uma discussão concernente à viabilidade de execução do mesmo por esbarrar na falta de viabilidade de sua execução. Quanto à falência de um banco ou casa bancária, o decreto de nº 3.309, de 20 de setembro, deveria evitar o prolongamento da dívida, mas existiam vários meios de favorecer ao banco entretimento do correntista. Em primeiro a administração do banco ou da casa bancária não poderia transigir sobre as dívidas ativas e fazer sobre elas qualquer convênio ou mesmo reformá-la e transferi-la recebendo pagamento sobre quaisquer bens; em segundo lugar que a representação dos banqueiros fizessem parte da comissão liquidadora sem o falido obter concordata de seus credores. Em

⁷¹⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 29-30.

terceiro lugar era impossível um juiz arbitral efetuar seu juízo sem violar os princípios da ordem pública e dos direitos individuais e em quarto lugar não havia motivo de força maior para o governo agir de forma a prorrogar o prazo das moratórias.⁷¹¹

Além dessas medidas, o governo autorizava a organização de uma comissão que pudesse estudar as razões que levaram a crise de 1864. Consta em Guimarães: “As conclusões que chegaram foram: a guerra Civil dos EUA, a legislação de 1860, o abuso do crédito e com isso a especulação e o jogo de ações e o crédito fictício”.⁷¹²

Em continuidade a exposição do documento Crise comercial de 1864, encontram-se no apêndice vários documentos enviados ao governo e ao Imperador contendo solicitações do comércio com referência a crise de 1864. A comissão da Praça do Comércio, em 12 de setembro, traz esclarecimentos quanto ao fato da suspensão de pagamentos da casa bancária A. J. A Souto & Companhia.

O estado calamitoso em que se acha esta Praça em consequência da catástrofe comercial, ocorrido no dia 10 da corrente, pela suspensão que fez de seus pagamentos a casa bancária de a. J. A. Souto e Companhia. O pânico que sobre o público produziu este acontecimento não se pode bem descrever, mas pode ser avaliado por todos quantos conhecem a importância desta casa a grande quantidade de depósitos que tem em si, e o entrelaçamento em que se acha com todos os bancos e principais casas de comércio desta Praça. O susto e a desconfiança tornam-se gerais, e o resultado foi correrem os portadores de títulos, não só desta casa como de outras, a exigiram das mesmas o embolso imediato deles.⁷¹³

A turbulência que passou a Praça comercial neste dia 10 de outubro de 1864 tinha como resultado a paralisação do crédito e suscitava uma desconfiança sobre as demais casas bancárias. Consta em Carreira: “Vale lembrar que a crise de 1864 abalou grandemente a Praça do Rio de Janeiro, mas também não deixou de produzir efeitos negativos nas praças de Santos, na Bahia e em Pernambuco”.⁷¹⁴ De acordo com Crise Comercial: “Por outro lado, o Banco do Brasil, principal credor da mencionada casa, não só se acha ameaçado de graves prejuízos, como já se vê atacado por uma corrida sobre seu fundo disponível, corrida que a princípio hoje, e que não é possível prever quando acabará”.⁷¹⁵ Importante identificar um movimento relevante: enquanto os bancos nacionais passavam por dificuldades devido à

⁷¹¹CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980; BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864.

⁷¹²GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 211.

⁷¹³BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 23.

⁷¹⁴CARREIRA, op. cit., p. 413.

⁷¹⁵BRASIL. op. cit., p. 23.

concorrência inclusive com quebras, os bancos estrangeiros britânicos não sofriam pressões e conseguiam novos clientes graças ao seu nível de credibilidade.⁷¹⁶

O documento A Crise Comercial de 1864 trouxe ao conhecimento do Governo e do Imperador as questões referentes ao pânico gerado com a crise e o pedido de medidas que pudesse solucionar as graves consequências deste episódio de 10 de outubro de 1864.

A diretoria central da 1ª Seção do Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 13 de setembro de 1864, responde à Comissão da Praça do Comércio quanto a sua atuação contra a crise. Segundo Carreira: “Já que no dia anterior houve uma Representação encaminhada pela Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro endereçada ao Imperador dando ciência da gravidade do dia 10 de setembro de 1864”.⁷¹⁷

O governo conta que a conservação do Banco do Brasil na altura que lhe assinalam seu dever e seu interesse, o bom senso e firmeza dos outros bancos, dos banqueiros e negociantes, a unidade de pensamentos que os deve ligar pela solidariedade de seus interesses, ameaçados por um abalo geral, conseguiram reagir eficazmente contra o pânico e restabelecer a confiança indispensável à solução da dificuldade sem desastres irreparáveis. O governo por sua parte cumprirá seu dever velando pela segurança da ordem pública e da propriedade, mantendo os direitos consagrados na lei e prestando dentro dela todos os auxílios de que carecer o comércio.⁷¹⁸

Diante de todas essas ações estabelecidas pelo Governo com o intuito de assegurar a volta da normalidade na Praça do Comércio, os Bancos fizeram um acordo entre si para prestar auxílio ao comércio de acordo com o abaixo assinado feito pelos representantes dos seguintes bancos, segundo Guimarães: “Banco do Brasil, Rural e Hipotecário, London and Brazilian Bank, Brazilian and Portuguese Bank, Mauá Gregor & Comp. E as casas bancárias Bahia, Irmãos & Comp., e Fortinho & Mosinho. Com obrigações acordadas a cumprir”.⁷¹⁹

1º as diretorias ou gerências dos mencionados Bancos e casas bancárias nomearam uma comissão composta de um membro de cada um dos referidos estabelecimentos, a qual, por maioria de votos, formará um cadastro das firmas reputadas salvas, que pela dificuldade e gravidade das circunstâncias atuais não podem satisfazer seus compromissos. 2º As diretorias dos mesmos estabelecimentos reformaram em seu vencimento os títulos em que figurarem tais firmas, prescindindo do protesto quando nesses títulos se acharem as firmas dos banqueiros que tiverem suspendidos seus pagamentos até hoje. 3ª Os ditos estabelecimentos não receberam dinheiro a prêmio, quer por letras, quer em conta corrente, senão a prazo, nunca menor de sete dias.⁷²⁰

⁷¹⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

⁷¹⁷ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 407.

⁷¹⁸ BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 24.

⁷¹⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 212.

⁷²⁰ BRASIL. op. cit., p. 25-26.

Outro abaixo assinado de diretores de Bancos fora enviado ao Governo e ao Imperador. Desta vez o Banco do Brasil, Banco Rural e Hipotecário, ao lamentar os prejuízos na lavoura, dos industriais, do Governo e da população elencaram propostas para conter a crise.

Regular provisoriamente e enquanto o corpo legislativo se não reúne, o processo especial da liquidação dos banqueiros e dos Bancos. Sujeitar desde já a esse processo as casas bancárias que tiverem recebimentos em depósito ou simples cauções, e cujo passivo exceder de 10:000\$000, e que tenham feito ponto em seus pagamentos. Ser a liquidação referida deliberada dentro dos dez dias sucessivos á cessação dos pagamentos, por nove dos principais credores existentes no lugar, os quais só por maioria de votos poderão determiná-la.⁷²¹

O procedimento para a liquidação seria compor uma comissão de três membros, dois nomeados por credores e o terceiro pelo chefe ou gerente da casa em liquidação, mas presidida por um fiscal nomeado pelo governo. Segundo Crise Comercial: “os protestos por falta de pagamento das letras e títulos comerciais desde nove de setembro a sessenta dias após não podem dar falência outro qualquer procedimento judicial; o pagamento de títulos comerciais com um caráter de vale, não podem ser judicialmente exigido”.⁷²²

Em “Um Estadista no Império” (1897), Nabuco fez um diagnóstico surpreendente sobre a crise de 1864 e a vantagem alcançada com a crise.

No todo, a crise de 1864, como sempre tem acontecido entre nós, foi aproveitada pelos especuladores para obter do governo, sob a ação do pânico, além das medidas excepcionais em que a opinião estava concorde, favores extraordinários, em benefício exclusivo deles. É sempre esse o processo; levanta-se um clamor geral pedindo a intervenção do governo, e este, no uso da ditadura que lhe é imposta, não se limita á medida reclamada por todos; tornando-se cúmplice dos que exploram a confusão do momento, dos que jogam afoitamente contando com o Estado para salvá-los ou desobrigá-los em caso de perda, decreta providências excessivas que só aproveitam a essa classe, em favor da qual a lei não merecia ser suspensa, muito menos inovada.⁷²³

Na tentativa de evitar uma crise maior mais adiante, o Ministro da Fazenda envia uma proposta ao parlamento de conversibilidade das notas do banco, no entanto esse parecer causou debates e atritos. Outra proposta foi apresentada tendo como objetivo a suspensão das emissões do Banco do Brasil, que ficaria encarregado de operações de redesconto, depósitos e hipotecas. Finalmente, no dia 12 de setembro de 1866, a reforma bancária foi levada a efeito. Segundo Suzigan & Pelaéz: “Ficou definido a abolição das emissões do Banco; autorização

⁷²¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864. p. 27.

⁷²²Ibid., p. 28.

⁷²³NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, volume 1, 1897. p. 393.

das operações de depósitos, redesconto e hipoteca e o banco ficou encarregado do resgate das notas a taxa de 5 ou 8% ao ano”.⁷²⁴

3.3.2- A Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1869.

Será abordada a urbanização nas décadas de cinquenta e sessenta de forma concisa com a intenção de demonstrar as transformações ocorridas no Império que proporcionaram as condições para o florescimento da indústria. A partir do fim do Tráfico de escravos os recursos anteriormente empregados para essa atividade foram desviados para outros fins.

De acordo com Lobo: “A coincidência entre a abolição do tráfico, a multiplicação de instituições bancárias e o primeiro surto manufatureiro não é eventual”.⁷²⁵ Os recursos para os empreendimentos ligados à infraestrutura como estrada de ferro, telégrafo, navios a vapor favoreceram o fortalecimento da indústria.

Com relação à infraestrutura, o capital inglês em muito estimulou este desenvolvimento no Império. Em 1866, a quantidade de empresas estrangeiras e brasileiras era de 69, com 27 empresas de transporte fluvial, marítimo, linhas férreas e estradas de rodagem.⁷²⁶ Segundo Oliveira: “principalmente a partir de 1860, ficaria caracterizada pelo predomínio do capital inglês e por sua estreita vinculação à economia através construção de ferrovia, fábricas de gás, companhias de seguro e de bancos comerciais”⁷²⁷.

Com referência às estradas de ferro, telégrafo e navegação, segundo Prado Junior: “Em 1854 começa a trafegar a primeira estrada de ferro brasileira, do porto de Mauá a Fragoso. No ano seguinte, inicia-se a construção da Estrada de Ferro Pedro II. O telégrafo é inaugurado em 1852. As primeiras concessões para linha navegação”⁷²⁸. A partir das estradas de ferro pode-se ressaltar o desenvolvimento agrícola e industrial nesses vinte anos em função do escoamento da safra de café e do movimento de pessoas e mercadorias em todo o Império. Em especial, será retratada a estrada de ferro por percorrer imensas extensões, conectando cidades e pessoas, estimulando o desenvolvimento econômico regional e nacional do Brasil Imperial e assim, beneficiando também a indústria fabril.

⁷²⁴PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 131.

⁷²⁵LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 212.

⁷²⁶GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁷²⁷OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed. 1992. p. 173.

⁷²⁸PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 186.

A construção das estradas de ferro no Império teve seu início, como citado acima por Prado Junior (2012), nos primeiros anos da década de 1850, a partir do decreto de nº 641, de 26 de junho de 1852, em que foi autorizada a construção da estrada de ferro D. Pedro II, partindo do Rio de Janeiro e fazendo a ligação com Minas Gerais e São Paulo. A razão desta estrada seria ligar a região produtora de café com o Rio de Janeiro, a Corte, e o porto onde o café seria exportado para o mercado consumidor internacional. Conforme El-Kareh: “Pressionado pelo grupo escravista fluminense, desejosos de ver a zona cafeeira do Paraíba dotada de um meio moderno de transporte, capaz de aliviá-la do ônus imposto pelas tropas de mulas que tantos escravos absorviam (...), até a entrega do café nos portos da baía da Guanabara”.⁷²⁹

Fica definido na argumentação de El- Kareh, a razão da construção das ferrovias e o grupo alvo beneficiado que seria os cafeicultores com esse novo meio de transporte no Império. Os cafeicultores com a utilização da ferrovia poderiam fazer o transporte do café de forma rápida e com um custo bem inferior, comparando com as mulas e os problemas de locomoção inerente a uso desses animais. Ocasinou-se assim a oportunidade de expandir a plantação de sua lavoura sem a dificuldade de transporte para carregar esta mercadoria de maneira rápida para o porto do Rio de Janeiro.

A estrada de ferro D. Pedro II teve sua extensão ampliada ao longo das décadas de cinquenta e sessenta. Da corte a Belém inaugurada em 1860 e o terceiro trecho até Pirai em 1865. O governo estendeu em dois sentidos pelo Vale do Paraíba até São Paulo em Cachoeira descendo o rio até Três Rios. A estrada do Príncipe Grã Pará com 25 km; Cantagalo com 209; Carangol com 188; União Valenciana com 63; Ramal de Cantagalo com 66; Macaé a campos com 103; Santo Antônio de Pádua com 92; Santa Isabel do Rio Preto com 52; Piraiense com 38; Barão de Araruama com 40; Campos a São Sebastião com 18; Comércio e Rio das Flores com 24; Resende e Areias com 28; Ramal Bananalense com 12; Vassourense com 6 e Jaturnaíba com 8 . Ainda a estrada Leopoldina sobre 117 km; a Minas e Rio sobre 170 km; a de Juiz de Fora a Piauí sobre 37 e a oeste de Minas sobre 99 km.⁷³⁰

O empreendimento rodoviário também proporcionou benefícios à comunicação entre as regiões do Império. A Estrada de Santa Clara (1856), a primeira rodovia do Brasil, ligava o norte de Minas Gerais com a cidade de Teófilo Ottoni, no litoral com uma extensão de cento e setenta quilômetros. Outra estrada importante foi União e Indústria, que ligava Petrópolis a

⁷²⁹EL KAREH, Amir C. **Filha branca de mãe preta: a Cia. Estrada de D. Pedro II: 1855-1865**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982. p. 12.

⁷³⁰LAMOUNIER, Lúcia. **Ferrovias e mercado de Trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

Juiz de Fora. Esta estrada sofreu ampliação com o incentivo da lei provincial 51, de 1854, que pregava sobre o benefício quanto ao juro de 5% sobre o capital da Companhia e o incentivo de 2% dado pelo governo Imperial a fim de estimular sua extensão, pronta em 1861.

De forma resumida, foram expostos os principais fatores que determinaram o processo de urbanização que avança pelas demais décadas com um cunho de mudança, mas que em nada transforma a sociedade monocultura-escravista-exportadora, a não ser o fato que as modificações existentes vieram para dar maior agilidade na manutenção da realidade assumida pela classe dominante.

No Brasil, observa-se uma mudança significativa por conta da Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, por conta da grande oportunidade de exportar algodão para o mercado americano. Com relação ao café, apesar da retração da compra do produto pelos Estados Unidos por causa da Guerra, por outro lado tem-se a expansão europeia que favoreceu a melhoria no preço do café. De acordo com Célia Castro: “a crise de 1866 encontrou a produção de café em expansão; entravam em operação os cafezais plantados sob impulso da alta de 50% nos preços internos de 1858/1863”.⁷³¹ A safra brasileira por volta de 1870 sofre uma grande quebra por questões climáticas.

Nestes anos de 1865 a 1870, a Guerra Civil dos Estados Unidos da América pôde beneficiar a indústria fabril nacional em um momento que a economia necessitaria de recursos para suprir e manter a Guerra do Paraguai.

A guerra civil dos Estados Unidos, reduzindo a produção do país, provocou um surto notável na cultura algodoeira no Brasil e esta, por sua vez, gerou o renascimento da indústria têxtil do algodão. Este estímulo não se limitou à indústria de tecidos, atingiu também vários outros setores como o de produtos químicos, instrumentos óticos, náuticos, couros, vidros, chapéus, cigarros e papel.⁷³²

Depois de cinco anos de guerra, com bastante confronto entre a tríplice Aliança e o Paraguai, finalmente a maior derrota de Lopez no Riachuelo e a continuidade até a derrocada final, em dia 1º de março de 1870, com a morte de Lopes e a conquista do Paraguai. Com o fim da Guerra o custo foi levantado, como consta em Carreira: “o sacrifício pecuniário, segundo a liquidação do Tesouro, subiu à soma de 613.183:262\$574, assim distribuída entre: Justiça 412.328\$573, Marinha 89.014:249\$060, Guerra 306.424\$519, Fazenda 216.270:948\$503”.⁷³³

Pode-se observar a grande repercussão entre o povo e a classe política por conta do gasto e da perda de vidas nesses cinco anos de Guerra. Segundo Graham: “consolidado as

⁷³¹CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 31.

⁷³²LEVY, Maria Bárbara. **História da bolsa de valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. p. 94.

⁷³³CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 467.

forças das cidades”.⁷³⁴ a classe média alçaria novos horizontes. As mudanças ocorridas por causa da guerra foram sentidas por toda a sociedade Imperial.

A elite governamental ficou desacreditada por causa da grande demora da vitória brasileira. O atraso tecnológico do país, a imensidão das áreas esparsamente habitadas do este e os frágeis meios de comunicação, que ligavam estes extremos com os centros desenvolvidos e povoados, a ineficiência de uma burocracia cheia de favoritismos, e todos os outros defeitos de uma comunidade atrasada eram realçados e inculcados na mente não somente dos jovens oficiais militares, recrutados dos novos e promissores grupos da classe média, mas também da população urbana que sustentava as despesas do exército Brasileiro. A guerra também estimulou as forças com inclinações modernistas. Muitos escravos foram libertos para lutarem na guerra. Partidários da construção das estradas de ferro receberam financiamento para dar andamento a estudos de estradas, A produção de material de guerra atraiu capitais e estimulou o desenvolvimento fabril. O contato com instituições republicanas em outros países da América incrementou sentimentos antimonárquicos entre os jovens.

⁷³⁵

No ano de 1865, a Guerra do Paraguai é declarada dificultando ainda mais as finanças do Império com alto custo deste embate. Importante ficar claro as razões da Guerra tanto do lado do Paraguai quanto dos demais países envolvidos nessa Guerra. Em um artigo “A Guerra do Paraguai” de Vitor Izecksohn, no livro “O Brasil Imperial” (2011), o autor discute as razões da ação inconsequente gerada pela atuação do Paraguai ao estimular a guerra.

Com relação à questão econômica da Guerra, vale ressaltar as condições já difíceis quanto à economia lembrando a crise de 1857 e 1864 que deixaram para trás deformidades no campo econômico que perduraria ao longo da década de sessenta até a próxima crise a de 1875.

Quando a Guerra do Paraguai eclodiu, emissões foram necessárias para atender as solicitações bélicas, alargaram-se consequentemente os limites impostos pela capacidade de consumo. A partir daí o Banco do Brasil perdeu o direito de emissão, iniciando-se assim um regime de papel-moeda puramente governamental que perdurou até 1888, mas essa política foi largamente compensada pela inflação constante. O Governo se tornou desse modo o maior agente de crédito interno; ao mesmo tempo ele aumentava os impostos e recolhia ouro, inflacionava e comprava.⁷³⁶

Importante realçar, que no período de 1865 a 1870 os alimentos, calçados, roupas, materiais bélicos, armas, fardas em grande quantidade foram mandados para frente de batalha a fim de suprir as necessidades da tropa. Com vista nesta demanda pode-se compreender o apoio recebido com a Tarifa de 1869, mais protecionista ligada à compra de máquinas e matéria-prima barata para a indústria fabril nacional, levando-se em conta que quanto mais houvesse importação, maior seria a renda do Tesouro.

⁷³⁴ GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 36.

⁷³⁵ Ibid., p. 36.

⁷³⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 219.

O custo da Guerra foi significativo para o Império na análise de Pelaéz & Suzigan: “chegando a um total de 614 mil contos de réis, dos quais apenas 8% vieram sob a forma de empréstimo externo, 16% resultaram da emissão primária de meios de pagamentos, 28% se financiaram através de títulos da dívida pública, além de 43% que provieram da receita de impostos”.⁷³⁷

Outro movimento interessante com a Guerra do Paraguai, considerando-se o enfoque interno, pôde-se observar o aumento de preços nos valores do açúcar, café e algodão na venda para o mercado internacional e ainda foram aumentados os impostos internos e as taxas alfandegárias de importação. Segundo Lobo: “A desvalorização da moeda, a elevação das taxas alfandegárias e o aumento da demanda interna favoreceram novo surto fabril e manufatureiro”.⁷³⁸

Refletindo-se sobre a Revisão da Tarifa de 1869, é conveniente destacar uma mudança anterior a esta Tarifa que foi o decreto nº 2.684, de 03 de novembro de 1860, que manda executar a Tarifa das Alfândegas de 1860 e cria uma comissão de trabalho responsável por fazer a conversão das unidades de pesos e medidas para o sistema métrico, em consonância às regras expostas, conforme a comissão criada em 1860 determinava.

1º A classificação e bases gerais estabelecidas pela tarifa serão conservadas enquanto não for ordenada a sua revisão. 2º Na conversão dos atuais pesos e medidas da tarifa não será diminuída a taxa que pagam as mercadorias, e quaisquer frações que possam resultar dos cálculos serão sempre atendidas em benefícios da renda.⁷³⁹

A mudança, quanto ao sistema de pesos e medidas, ocorre com a lei 1.157, de 26 de junho de 1862, determinando que o atual sistema de pesos e medidas fosse substituído, de forma gradual pelo sistema métrico. Importante afirmar que haveria uma série de discussões a partir da questão desta substituição do sistema de medição para a entrada de mercadorias no Império nas Tarifas posteriores.

Art 1º O atual sistema de pesos e medidas será substituído em todo o Império pelo sistema métrico francês, na parte concernente as medidas lineares, de superfície, capacidade e peso. Art. 2º E o governo autorizado para mandar vir da França os necessários padrões do referido sistema, sendo ali devidamente aferidos pelos padrões legais; e outrossim para dar as providencias que julgar convenientes a bem da execução do artigo precedente, sendo observadas as disposições seguintes. 1º O sistema métrico substituirá gradualmente o atual sistema de pesos e medidas em todo o Império, de modo que em dez anos cesse inteiramente o uso legal dos antigos

⁷³⁷PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 142.

⁷³⁸LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 220.

⁷³⁹MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 32.

pesos e medidas. 2º Durante este prazo as escolas de instrução primária, tanto pública como particulares, compreenderão no ensino da aritmética a explicação do sistema métrico comparado com o sistema de pesos e medidas. Art 3º O governo, nos regulamentos que expedir para a execução desta lei, poderá impor aos infratores a pena de prisão até um mês e multa até 100\$000.⁷⁴⁰

Mediante a grave situação econômica decorrente da Guerra do Paraguai, o Governo foi obrigado a agir para salvaguardar naquele momento a arrecadação das Alfândegas dos efeitos da desvalorização cambial. Para tanto, a partir de 1º de janeiro de 1868 estabeleceu 15% dos direitos de importação em ouro. Segundo Vilela: “Com a Lei nº 1507 do dia 26 de setembro de 1867 o Ministério da Fazenda encarregou uma comissão para rever a Tarifa Silva Ferraz de 1860. Com um ano de trabalho da Comissão elaborou um relatório que foi apresentado e utilizado para servir de base para a Tarifa de Itaboraí de 1869”.⁷⁴¹ Existe uma discordância quanto à renda pública referente à Guerra do Paraguai.

O Visconde de Itaboraí, no seu relatório apresentado ao corpo legislativo na sessão deste ano, declara que, apesar da guerra contra a república do Paraguai, as rendas públicas não tinham decrescido, e incluídos nela o rendimento da estrada de ferro D. Pedro II de 1865 a 1866 em diante e o produto dos novos impostos criados ou aumentados pela lei de 1867, bem como o proveniente da reforma da tarifa das alfândegas, calculava a receita em 73.056\$000, e a despesa em 83.435:464\$304, resultando o déficit de 10.379:464\$304, que infelizmente ainda mais avultaria pelas despesas da guerra e liquidação do passivo que ela havia de deixar.⁷⁴²

Para salvaguardar a economia do Governo, lançou-se mão do aumento do direito de importação como elemento que poderia trazer receita, de forma a não onerar com impostos a população do Império. Para o Governo, as Alfândegas seriam o instrumento que elevaria a receita sem prejudicar a população e a exportação do Império. Segundo Carreira: “Era, pois justificado o aumento dos direitos de importação de 30 a 40%, excluídos os adicionais, revogando-se o artigo 9º da lei, de 26 de setembro de 1867, e adotando-se a clausula de alterar-se anualmente aquela porcentagem na razão da subida do câmbio acima de 18 ½”.⁷⁴³ De fato, é imprescindível salientar que quando se argumenta sobre a necessidade do aumento dos direitos das alfândegas se refere à importação que seria o instrumento de receita para o governo. Destaca-se que o Ministro da Fazenda na ocasião da preparação da Tarifa das Alfândegas de 1869, foi Joaquim Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí a biografia se encontra no anexo da tese.

⁷⁴⁰ INMETRO. Lei nº 1.157 de 26 de junho de 1862. http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/343/1/1862_lei_dometro.pdf. p. 1.

⁷⁴¹ VILLELA, André. **Política tarifária no Segundo Reinado; evolução e impactos 1850-1889**. Universidade Cândido Mendes, EPGE/FVG Nova Economia, Belo Horizonte, Janeiro/ abril de 2005. p. 42.

⁷⁴² CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p.455.

⁷⁴³ Ibid., p. 456.

Importante discorrer sobre os gabinetes e sua composição para deixar claro quais políticos exerciam poder em cada conjuntura. O gabinete Caxias e a “Liga Progressista” (1861 a 1868) do 17º ao 23º gabinete. O 17º e 18º Luís Alves de Lima e Silva, Caxias (Conservador 02/03/1861 a 24/05/1862) e Zacarias de Góes (Liga Progressista 24/05/1862 a 30 /05/1862).

Na virada de 1861 para 1862, dois movimentos complementares, e que se reforçam reciprocamente, se observam no cenário político-parlamentar: avançam, por um lado, as negociações entre liberais e dissidentes conservadores, com vistas à formação de um novo partido e, por outro, opta, decididamente, o governo por efetuar um giro político rumo à política “puritana”, entregando o controle das províncias.⁷⁴⁴

O gabinete 19º Olinda (Liga Progressista 30/05/1862 a 15/01/1864) era formado em sua maior parte de conservadores, mas distanciados do núcleo saquarema. Segundo Ferraz: “A situação da Câmara na abertura dos trabalhos de 1863, denotando ligeiro predomínio numérico para os conservadores ‘saquaremas’ e elementos moderados que se mantiveram no partido - exemplo de Paranhos e de Caxias”.⁷⁴⁵

O 20º gabinete Zacarias de Góes (Liga Progressista 15/01/1864 a 31/08/1864), conforme Ferraz: “Desde o início de 1864, com a inauguração da 12ª legislatura, de significativa fração dos ‘luzias’ ou liberais ‘históricos’ ao gabinete Zacarias, liderados por um conservador dissidente e mais próximo dos moderados proveniente dos dois partidos tradicionais que, ao se aliarem, haviam formado a chamada ‘Liga Progressista’”.⁷⁴⁶ O 21º gabinete Francisco Furtado (Liga Progressista 31/08/1864 a 12/05/1865) teve dificuldades com a crise de 1864 e a Guerra do Paraguai com estrondosos acontecimentos.

Acentuava-se a crescente decomposição da “Liga”, os históricos do Partido Liberal ganhando terreno sobre os “progressistas”, visível em tudo que Furtado estava dando impulso aos elementos do antigo bloco Luzia, afastando-se da influência “progressista”, o que se traduzia no perfil dos indicados para governar as províncias.⁷⁴⁷

O próximo gabinete de Olinda 22º (Liga Progressista 12/05/1865 a 03/08/1866) marca um retorno à hegemonia conservadora ao poder. O 23º gabinete Zacarias de Góes (Liga Progressista de 03/08/1866 a 16/07/1868).

Caxias havia assumido o comando militar dos aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) no conflito em 1866, convidado por Zacarias, a partir de pressões da própria Coroa. O afastamento de Ângelo Ferraz, desafeto daquele militar, da pasta da guerra, e a disposição- pelo menos, retórica- do presidente do Conselho de se afastar do poder

⁷⁴⁴FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 129.

⁷⁴⁵Ibid., p. 134.

⁷⁴⁶Ibid., p. 136.

⁷⁴⁷COSTA, José A. Porto. **O Marquês de Olinda e seu tempo**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia, USP, 1985. p. 187.

caso o serviço sob um ‘arranjo’ ligeiro fosse empecilho à aceitação da missão por Caxias já sinalizava a fragilidade do gabinete.⁷⁴⁸

Pode-se ver no gabinete 24º Itaboraí de 1868 a 1870, conforme Ferraz: “No entanto, a volta dos ‘vermelho’ ou ‘saquaremas’ não seria duradoura. Vencida a guerra, o endosso e a prioridade, determinadas por D. Pedro II, a agenda de reformas tendente a abolir o trabalho servil inviabilizou a continuidade dos conservadores ortodoxos no poder”.⁷⁴⁹

Mediante todas as transformações políticas e econômicas nos anos finais da década de sessenta, observa-se no Império do Brasil a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1869, autorizada sob o aviso de 22 de outubro de 1867 que tratava, segundo o Relatório da Comissão: “Para executar-se o dispositivo no artigo 9º a lei de 1507 de 26 de setembro último revisão encarregada da organização da Tarifa, que teve de ser publicado em virtude dessa lei”.⁷⁵⁰ Com referência à política econômica de Itaboraí, conforme Pelaéz & Suzigan: “Debate entre metalistas e papelistas, Itaboraí escolheu um caminho intermediário, com certa inclinação para as políticas metalistas. Suas ideias constituem um enfoque mais eclético de política econômica e um esforço pragmático de conciliar os objetivos de decisão política.”.⁷⁵¹

Conforme o já discutido anteriormente quando se abordou quais as Tarifas que estavam mais inclinadas a política metalista ou papelistas, afirmando-se que a Tarifa de 1869, seria intermediária. Com referência à Comissão, essa foi composta pelo Chefe de Seção da Alfândega da Corte, Luiz Cypriano Pinheiro de Andrade, e o 1º Conferente, Fellipe Vieira da Costa. A confecção da Tarifa foi realizada mediante uma Comissão de Revisão da Tarifa que seria encarregada de sua elaboração sob o dispositivo do artigo 9º da Lei nº 1.507 do aviso de 26 de setembro de 1867.

1º As unidades da tarifa, sobre as quais assentaram as taxas, serão as do sistema métrico, decretado pela lei nº 1.157 de 26 de junho de 1862. 2º O despacho por peso será extensivo ao maior número possível de mercadorias, preferindo-se o peso bruto ao peso líquido. 3º Sempre que for possível, serão reduzidas a um só, tornando se para isso em termo médio, as qualidades, ordinária, entre fina e fina em que se subdividem diferentes artigos da tarifa. 4º As taxas serão aplicadas de modo que abranjam o maior número de artigos de cada uma das classes em que se divide a tarifa. 5º. Poderão ser elevadas até mais 20% as taxas atuais dos tecidos de seda, porcelanas e cristais, fumo de qualquer modo preparado, madeiras em obra ou

⁷⁴⁸NEEDELL, Jeffrey. **The Party of order. The conservatives, the state and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. EUA: Stanford University, 2006. p. 241.

⁷⁴⁹FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 151.

⁷⁵⁰MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 3.

⁷⁵¹PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 72.

quaisquer objetos de luxo.⁷⁵²

Com a exposição, quanto ao sistema métrico, pode-se notar uma modificação na nova Tarifa das Alfândegas, autorizada pelo governo e mandada executar pelo decreto nº 4.343, de 22 de março de 1869 e referendado pelo visconde do Rio Branco, com os respectivos regulamentos de acordo com os propósitos dispostos para a sua composição. Conforme Relatório da Comissão: “A conversão dos pesos e medidas para o sistema métrico, fez-se aproveitando-se sempre as frações em favor da renda pública”.⁷⁵³

Para a organização dos estudos sobre a Tarifa das Alfândegas, seria necessária a permanência do sistema de classes e suas subdivisões por facilitar os despachos e os trabalhos nas Alfândegas, para, assim, contribuir para a avaliação dos trabalhos e dos dados estatísticos no Império. Tem-se a continuidade do uso de classes na divisão das mercadorias como na Tarifa de 1860 e não mais alfabética como na Tarifa de 1857. Ressalta-se o fato da Comissão ter encontrado dificuldades em buscar os valores das mercadorias das Tarifas anteriores para servir como referência nos cálculos.

Com grandes dificuldades lutou a Comissão para obter o custo ou valor de um grande número de mercadorias, e para alterar a base do cálculo ou a unidade dos direitos de todas aquelas que entenderam conveniente classificar no peso, de preferência a medida de extensão ou de superfície, e outras, com que estavam contempladas na Tarifa.⁷⁵⁴

Conforme Vilela: “Aos direitos de importação variavam entre 30 a 40% que faziam frente ao aumento de despesas provocadas pela Guerra do Paraguai, com impostos adicionais de 5% sobre o valor da maior parte das mercadorias, até o fim do ano financeiro de 1869-1870”.⁷⁵⁵ Além dessas características, essa Tarifa também oferecia isenção do pagamento de direitos a máquinas e a instrumentos para agricultura e para a indústria. Os direitos adicionais ocasionavam aumento de diversos produtos como: livros, alimentos de grande consumo com carne seca e bacalhau. Este imposto aumentaria em 50% entre 1867 - 1870 e elevaria a tarifa *ad valorem* equivalente no mesmo período de 25,5% para 31,1%.⁷⁵⁶ De acordo com Heitor Lima: “A partir desta revisão foi sugerido uma revisão quinquenal para as demais tarifas.”⁷⁵⁷

⁷⁵²BRASIL. Atas do Conselho de Estado Pleno. **Terceiro Conselho de Estado de 1865-1867. De 26 de abril de 1867 sobre a proposta da primeira comissão do Orçamento da Câmara dos Senhores Deputados para a criação do imposto.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867. p. 160.

⁷⁵³MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 3.

⁷⁵⁴Ibid., 1869. p. 4.

⁷⁵⁵VILLELA, André. **Política tarifária no Segundo Reinado; evolução e impactos 1850-1889.** Universidade Cândido Mendes, EPGE/FVG Nova Economia, Belo Horizonte, Janeiro/ abril de 2005. p. 42-43.

⁷⁵⁶Ibid., Janeiro/ abril de 2005.

⁷⁵⁷LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 265.

Serão demonstrados na tabela 5 os valores oficiais de exportação de 966.578:000\$000 e Importação de 768.814:000\$000 na vigência da Tarifa de 1869.

Tabela 5-Renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1869.

Anos 1869 até 1874	Exportação	Importação
1869-1870	200.235:000\$000	155.687:000\$000
1870-1871	166.949:000\$000	137.264:000\$000
1871-1872	193.418:000\$000	158.318:000\$000
1872-1873	215.893:000\$000	156.730:000\$000
1873-1874	190.083:000\$000	160.815:000\$000

Fonte: Carreira.⁷⁵⁸

Neste período a Tarifa mais protecionista não contribuiu de maneira determinante para o equilíbrio da renda do Império, havendo necessidade de repor e aumentar o orçamento com recursos financeiros para cobrir as imperiosas obrigações urgentes da Guerra. Um parecer da comissão de orçamento da Câmara dos Deputados expressava sua posição a favor do aumento da Tarifa para os produtos de luxo.⁷⁵⁹ De maneira geral, as mudanças na Tarifa recaíam sobre os artigos de luxo com o objetivo de repor os recursos para o tesouro. Os embates sobre o orçamento, referente ao aumento de imposto da Tarifa das Alfândegas que seria aumentado devido à Guerra, seria travado entre Souza Franco e Visconde de Itaboraí.

Souza Franco- Concorde com a reforma da tarifa e regulamentos das Alfândegas para serem postas em execução. Não acho, porém, que seja combinável a redução das qualidades de fazendas finas, entrefinas e ordinárias em uma só classe com a das taxas nestas últimas. Também não concordo na redução das taxas na louça e tecidos ordinários de algodão, no calçado comum e roupa feita. Em alguns desses objetos a redução das taxas traria o desânimo da indústria nacional. Visconde de Itaboraí- Esta persuadido de que o aumento de receita, que daí tende provir, não bastará para preencher nem metade do déficit que nos há de deixar a guerra; mais acredita também que, na mais rigorosa economia na suspensão das despesas que se puderem adiar, na reorganização de todos os ramos do serviço público por modo modesto e econômico, e finalmente na severa e escrupulosa fiscalização e arrecadação das rendas do Estado, poderá o Governo achar recursos avultados e suficientes para completar os que derem os novos impostos.⁷⁶⁰

Conforme Luz (1975) aponta, a atuação de Souza Franco em discutir a questão de algumas mercadorias serem taxadas e com uma classificação mal definida não se remeteria a sua posição a favor da indústria fabril, mas uma posição moderada quanto ao protecionismo, acastelada a sua posição fiscal e social. Já Itaboraí agia de forma a apoiar as razões econômicas para a Tarifa, mas não apoiava um aumento de impostos nessas circunstâncias de

⁷⁵⁸ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II**, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 601.

⁷⁵⁹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

⁷⁶⁰ BRASIL. Atas do Conselho de Estado Pleno. **Terceiro Conselho de Estado de 1865-1867. De 26 de abril de 1867 sobre a proposta da primeira comissão do Orçamento da Câmara dos Senhores Deputados para a criação do imposto**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867. p. 147.

guerra. Cabe enfatizar que o visconde de Itaboraí afirmava que os conceitos do liberalismo impediam o prosseguimento da industrialização do Império e a diversificação da economia.

Conforme Oliveira Lima: “Com a Revisão da Tarifa foi elevado à razão dos “excedendo a 40%, referente aos tecidos de seda, das porcelanas, cristais, calçados, roupa feita, pólvora, fumo de qualquer modo preparado, madeira em obra e objetos de luxo, com taxas adicionais elevam-se aqueles direitos a 53,4% do valor das mercadorias”.⁷⁶¹ A reforma aplicando 30% o imposto ficaria reduzido a 52% concedida o benefício de 1,4%, mesmo a gêneros entre os mais tributáveis. De acordo com Relatório do M. da Fazenda: “Os direitos extremos de 50% são os que correspondem na tarifa aos vinhos, aos licores. bebidas alcoólicas e aos móveis. Os vinhos e bebidas alcoólicas e as fermentadas, pagam 69% e os moveis 75,5%.”⁷⁶²

Verificava-se em Soares: “atualmente o calçado, a roupa, os chapéus e as mobílias (...), precisa-se, rever as taxas da Tarifa de 1860, e aumentá-la sobre os produtos estrangeiros elevando-se a 80 % sendo a elevação de 20% nos próximos anos de 1866-67”.⁷⁶³ E no decorrer dos anos de 1868- 1869 mais 20% para conformar os oitenta por cento, o intuito seria reservar o mercado interno às indústrias nacionais.

A alteração da Tarifa ocorria devido às articulações de industriais ligadas a vários setores de tecidos, de algodão, lã, linho e seda. Pelo decreto nº 4.499, de 2 de abril de 1870, alterava-se a tarifa com o fim de regularizar as taxas desses artigos com o propósito de evitar contestações.

Seguindo as ponderações de Soares (1865) e de Oliveira (2001) analisa-se que a questão do aumento do custo de gênero alimentício não se dava mediante a falta de braços para a sua produção, mas devido ao monopólio de importação, distribuição e de especulação destes elementos, portanto para o barateamento desses artigos seria necessária a produção interna. Apesar da queda de impostos dos gêneros alimentícios, o seu barateamento não ocorre para toda a população. Apenas em parte, uma vez que o decreto modificava as taxas de mercadorias consideradas de primeira necessidade como a carne seca e o bacalhau, muito consumidos pela população mais pobre do Império.

⁷⁶¹LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p. 147.

⁷⁶²BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos Visconde do Rio de Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. p. 77.

⁷⁶³SOARES, Sebastião Ferreira. **Elementos de Estatística compreendendo teoria da Ciência e sua aplicação estatísticas Comercial do Brasil**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865. p. 276.

Além disso, com outra alteração pelo decreto nº 1.750, de 20 de outubro de 1869 da Tarifa de 22 de março do mesmo ano foi criada a porcentagem de 30% e 40% sobre os direitos de importação.

Cabe aqui tratar de uma questão suscitada a respeito da inteligência da resolução de outubro de 1869 na parte em que criou a porcentagem de 30% e 40% sobre os direitos de importação. O artigo 1º dispôs que a dita porcentagem fosse alterada anualmente pelo governo na razão inversa da subida do câmbio acima de 18. Tendo-se para este fim expedido o decreto nº 4.601 de 24 de setembro do ano passado, que reduziu a 25 e 34% a mencionada porcentagem a contar de 1º de janeiro último, apareceram opiniões de que, em face da resolução a porcentagem no corrente ano devia ser somente de 17 e 23%.⁷⁶⁴

A mercadoria estrangeira importada para o consumo estava taxada pelos direitos definidos na Tarifa e mais os adicionais de 5%. No decorrer da vigência da tarifa houve modificações que interveio nas porcentagens já estabelecidas. Conforme Alencar: “A princípio seria de 40 e 30%, conforme o decreto nº 2035 de 23 de setembro de 1871, inciso 3º, artigo 11 foram reduzidas a depois de 34 e 25% chegando até 28 e 21 %”.⁷⁶⁵ De acordo com Relatório do M. da Fazenda: “A quantidade de porcentagem e a variação das mesmas prejudicava o trabalho de despachos e aumentava o trabalho da escrituração das Alfândegas prejudicando a renda e os consumidores”.⁷⁶⁶ Quanto à taxa geral dos direitos de exportação foi elevada de 7 a 9% em 1867.

1º O imposto atual não tem sobre os preços dos nossos principais gêneros de exportação; 2º A redução traria imediatamente uma quebra na renda de mais de três mil contos; 3º A lavoura está reclamando estradas, telégrafos, braços e outros auxílios, que compensarão largamente aquele tributo, dado que os 2% adicionais sejam efetivamente pagos por ela, não recaindo, nem em parte, sobre o exportador, ou antes sobre o consumidor estrangeiro.⁷⁶⁷

Além de prejudicar avaliação das mercadorias com decréscimos de porcentagem, as Alfândegas teriam dificuldade em estabelecer os percentuais devido à variação dos mesmos. Ao analisar as ponderações da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, segundo Luz:

⁷⁶⁴ FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 59.

⁷⁶⁵ ALENCAR, L. Leonel. **Estudos sobre a tarifa das alfândegas do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1897. p. 7.

⁷⁶⁶ BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos Visconde do Rio de Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. p. 74.

⁷⁶⁷ BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos Visconde do Rio de Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. p. 75.

“era de opinião que a equidade entre os produtos manufaturados estrangeiros e os nacionais só seria obtido estabelecendo-se uma taxa de importação de 100 por cento”.⁷⁶⁸

Em se tratando de definir a estrutura da Tarifa de 1869, refere-se ao sistema de classes bem como suas subdivisões de igual maneira como a tarifa de 1860. A Tarifa em vigor tinha 1.530 artigos, subdividindo-se em 4.333, de acordo com a espécie, qualidade, matéria, forma, fabrico, tecido, uso ou emprego. Desses 4.333 artigos, 3.968 são tarifados com taxas fixas, 333 ad valorem, 25 livres e 7 proibidos. Na Revisão da Tarifa foi diminuída a quantidade de artigos para 1.275 que se subdividia em 2.408, sendo 2.146 tarifados com taxas fixas, 236 ad valorem e 26 livres.

Por fim, a regularidade que se observou nas imposições das taxas, retificação dos valores, e classificações mais razoáveis de acordo com os estilos comerciais, e a igualdade que dessas medidas devem provir, resulta para o Tesouro Nacional vantagens importantes, sem ofender interesses de qualquer ordem, nem produzir clamor da parte dos importadores, ou da dos consumidores do país.

Durante o Império a quantidade de Tarifas mais protecionistas foi mais relevante, mesmo com necessidade maior de exigências por questões fiscais que assolava o Império. A princípio o Conselho de Estado tinha uma posição mais voltada ao sistema protecionista do que para o liberalismo. De fato, argumenta Carvalho: “Os conselheiros em sua maioria não se deixavam levar nem pelos exemplos ingleses, nem pelas doutrinas dos economistas. Seja pela tradição herdada por Portugal, seja pela percepção da inadequação à realidade brasileira”.⁷⁶⁹ Apesar desta posição do Conselho de Estado, os adversários da indústria se articulavam conforme Iglésias: “As leis tarifárias protecionistas tinham adversários nos agricultores e comerciantes, favoráveis ao comércio cada vez mais intenso, enquanto eram mais defendidas por industriais”.⁷⁷⁰

Como aborda Almeida: “As tarifas mais protecionistas na parte final do Império tendiam a uma certa substituição de pequenas indústrias, notando-se então o crescimento das importações de matérias-primas indispensáveis à sua manufatura”.⁷⁷¹ Observa-se assim, que apesar da Tarifa de 1869 ser mais protecionista, já que estabelece uma porcentagem que freia

⁷⁶⁸ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 37.

⁷⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p.120.

⁷⁷⁰ IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 50.

⁷⁷¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 76.

em parte a entrada de mercadorias concorrentes com as similares produzidas no Império, ao longo de sua vigência nota-se que há uma flexibilidade quanto esta ação.

Mas, ao mesmo tempo, tem uma proposta interessante, de fazer uma revisão anual com a possibilidade ainda de serem anexadas às reformas parciais com uma característica bem inovadora: a condição de serem totalmente reformadas em um prazo de cinco anos, porém com o objetivo específico de servirem aos interesses da Fazenda Pública e do comércio. Consta no Relatório do M. da Fazenda: “Para este fim muito conviria que a comissão encarregada deste trabalho fosse permanente, para com tempo e oportunidade ir colhendo os dados necessários para bem poder atingir seu fim”.⁷⁷²

Novamente, aparece a ideia de ter uma comissão permanente que pudesse analisar as necessidades da Fazenda Pública do comércio para colher os dados estatísticos anteriores, e assim terem informações mais precisas para a próxima revisão tarifária. Segundo o Relatório do M. da Fazenda: “A falta de dados estatísticos muito contribui para a imperfeição do trabalho que ora é presente a V. Ex. trabalho por sua natureza árdua, espinhoso e superior às forças da Comissão a quem foi confiada esse encargo”.⁷⁷³

Nesse trecho do Relatório, fica clara a falta de um banco de dados que contribuíssem para dar maior sustentação à análise das futuras comissões revisoras. Esta discussão aparece pela primeira vez na Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1844, quando na oportunidade se questionava o fato do governo não possuir dados estatísticos das Alfândegas do Império, necessitando de referenciais internacionais para a feitura da Tarifa.

A comissão ouviu as pessoas respeitáveis do comércio, e dos diversos empregados práticos consultou as tarifas de várias nações, cujo regimento econômico mais se assemelha ao nosso, e atendeu a diversos pareceres, e documentos que foram ministrados, para melhor apreender o seu dever, porém, para um trabalho desta ordem, V. Ex, bem o sabe, todos os estudos são poucos, e os bons desejos falham ante as dificuldades que se apresentam.⁷⁷⁴

A Comissão Revisora de 1869 trazia as discussões sobre a Tarifa de Prússia e da França. A princípio, a partir das discussões sobre as tarifas internacionais, a França foi escolhida como modelo empregado pela comissão por apresentar semelhanças com o Império. Inclusive a conversão das unidades para o sistema métrico, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselheiro Candido Baptista de Oliveira e segundo a adoção da Lei nº 1.157, de 26 de junho de 1862. Cabe grifar, que esta escolha se sustenta no fato abordado em

⁷⁷²BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado na Assembleia Geral Legislativa na segunda da décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos negócios da Fazenda. Visconde de Itaboraí.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 4.

⁷⁷³Ibid., p. 4.

⁷⁷⁴MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 5.

Saes & Saes: “A partir de 1850 delinea-se um novo perfil da indústria francesa: é certo que o peso da pequena empresa de base artesanal ainda era grande: porém já se podia observar um sistema fabril e alguns gigantes na indústria pesada (como siderurgia, mineração, química).”⁷⁷⁵

Outra característica relevante da Revisão da Tarifa de 1869 foi a de impulsionar o desenvolvimento da indústria fabril e da lavoura com a entrada de máquinas com isenção de impostos. Conforme Vianna: “Isentando de direitos as máquinas destinadas indústria fabril, a lavoura, a navegação a vapor, estradas de ferro”.⁷⁷⁶ No caso da indústria metalúrgica de ferro, a isenção foi representativa para exposição nacional, quando foi apresentados minérios das províncias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Quando um elemento tão necessário a vida das indústrias de todo o gênero em todos os países, e cuja quantidade é atualmente para a nação que o produz o indicador de seu poder fabril, e até certo ponto de sua grandeza política, as condições em que até hoje nos achamos em referência a sua extração deveriam aconselhar como uma animação importante a todos os ramos industriais do país a redução do imposto que a nossa tarifa faz pesar sobre o ferro bruto de procedência estrangeira.⁷⁷⁷

Analisando-se o Relatório da Comissão de 1869 a partir da página oito, percebe-se que se inicia uma relação de mercadorias que sofreram mudanças na base de cálculo para elucidar alguns pontos que poderiam vir a ser questionados quanto à razão de classificação dos artigos. Por ser demais extensa a relação, não se discorrerá sobre cada artigo alterado nesta Revisão, uma vez que o objetivo é expor as mudanças efetuadas nesta Revisão sobre os artigos que foram discutidos anteriormente e que serão debatidos nas Tarifas posteriores, com o enfoque na luta entre o comércio e a indústria.

Para ponderar sobre as mercadorias desta Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1869, será empregado como base teórica, em sua maior parte, o livro “História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital financeiro)”, de Eulália Lobo. A autora discorre sobre cada artigo de forma objetiva, com informações de época e, por essa razão, seus dados serão utilizados para fundamentar esta documentação. Com referência aos artigos relacionados, a autora utilizou o Almanack Laemmert 1845, 1852, 1857, 1881, Relatório da Exposição Nacional de 1861, 1866, 1873, 1875 e 1881. Além de Lobo serão usados os livros de Foot Hardman e Victor Leonardi “História da Indústria e do trabalho no Brasil” e de Stanley J. Stein “Origem e evolução da indústria têxtil 1850-1950”.

⁷⁷⁵SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 246.

⁷⁷⁶VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. p. 155.

⁷⁷⁷MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 7.

O caso do bacalhau, produto muito consumido pelas classes mais pobres no Império, ficou assim alterada nesta revisão. A taxa para este artigo na atual tarifa seria de 600 réis, a taxa sendo convertida para a unidade correspondente do sistema métrico, dá 10,3 por quilograma, o valor seria de 15 réis, tendo em atenção o valor que tem o gênero.⁷⁷⁸

Os calçados na Tarifa de 1860 continham 59 classificações e ficaram com 22 nesta revisão de 1869. Além desta mudança, a Comissão atendeu a várias reivindicações dos fabricantes e dos importadores. Sem elevar os direitos, reduziu os três tamanhos em que são divididas as qualidades, ficando somente dois tamanhos para crianças até 22 centímetros e para adultos acima desta medida. Segundo Lobo: “O ramo de calçados no Rio de Janeiro possuía 159 fábricas e lojas em 1866, com uma boa qualidade com um trabalho mecânico, com máquinas de costura, cortar sola”.⁷⁷⁹

O calçado para criança e meninos, é importado em muito maior escala, e no país as oficinas ocupam-se principalmente com o fabrico do calçado para homem e mulher. Assim, pois, se por um lado, parece que a renda das Alfândegas sofrerá com a reunião das diversas qualidades e maior comprimento que se deu as primeiras delas, por outro lado ver-se-á, que sendo a maior importação, do calçado pequeno, as taxas que lhes foram marcadas, são um pouco mais elevadas, e em vez de deficiência de renda, haverá aumento, com quanto pequeno e relativo.⁷⁸⁰

Como afirma Hardman & Leonardi: “A maior fábrica de sapatos do Rio de Janeiro empregava cem operários e possuía 135 lojas de sapatos. O problema dos calçados era que a matéria prima quase toda importada, a produção nacional de matéria prima era insuficiente”.⁷⁸¹

Já o artigo cevado foi modificado com esta revisão, por ter tido reclamações quanto a taxa da arroba de 640 réis. A argumentação foi de que a cevada não germinada ou torrificada não era a preparada para ser fazer a cerveja de que trata a tarifa, por isso a cevada passou para 200 réis a arroba. Segundo Lobo: “A única fábrica de cerveja então existente tinha uma produção de 24 a 27 mil garrafas que em 1861 se elevou para 22.750 garrafas e 123 barris com 1.543 medidas. Os operários eram em número de 16 e o valor da fábrica foi estimado nessa data em 75:000\$000”.⁷⁸²

⁷⁷⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

⁷⁷⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2 1978. p. 191.

⁷⁸⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., p. 11.

⁷⁸¹ HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos 20)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 36-37.

⁷⁸² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 188.

Conforme Lobo: “Na década de 1860 tinha 82 fábricas de chapéus de todas as qualidades no Rio de Janeiro”.⁷⁸³ Conforme Relatório da Comissão: “Uma mercadoria que apresentava sempre muitas discussões foram os chapéus independente de sua utilidade. Os chapéus de algodão, lã, linho ou seda ficaram como um classificado com taxas fixas para os chapéus lisos e despacho ad valorem para os enfeitados”.⁷⁸⁴ Os chapéus de palha italiana tinham seu preço entre 300 réis a 1\$500, a Comissão taxou em 500 réis, argumentando seguir o exemplo do Chile em que os chapéus variam muito do valor, e por esse motivo a comissão teve que fazer uma média.

Os chapéus de pelo de lebre e coelho foram pela primeira vez apresentados como um entrave nesta Revisão, pois a indústria reivindicava proteção para estes produtos. A questão dos Chapéus, na década de setenta, foi pivô da saída da seção da indústria de dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, para a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro. O alvo da discussão da crise dos chapéus tinha como referência os chapéus de pelo de lebre e a concorrência estrangeira com os chapéus de fabricação nacional, que será vista no capítulo quatro da tese. É pertinente salientar que nesta Revisão de 1869, pela primeira vez houve uma discussão sobre este tema.

Estão tributados estes chapéus com duas taxas ordinários 400 réis, e de qualquer outra qualidade 1\$200. A Comissão, tendo em atenção as reclamações que fizeram os fabricantes destes chapéus, estabelecidos nesta Corte, reduziu essas duas taxas a uma, adaptando aa de 1\$000 para todos os chapéus desta qualidade e julga assim ter satisfeito não só ao que pedirão os artistas, como a conveniência do fisco, e da renda pública, sem prejudicar a importação do estrangeiro, que geralmente é feita de chapéus de qualidade superior, que podem bem suportar essa taxa. As nossas fábricas ocupam-se principalmente com a fabricação dos chapéus ordinárias, e sendo elevados os direitos destes, a importação estrangeira não os poderá prejudicar, podendo as mesmas fábricas suprimem facilmente a todas as províncias do Império, onde não existia tal indústria. E vindo do estrangeiro somente chapéus superiores, será ainda um incentivo para as mesmas fábricas que procuraram imitá-lo afim de que mais tarde possam também ser favorecidas nesta parte.⁷⁸⁵

Neste momento a arguição da seção da indústria fabril define que tipo de chapéus produz-se no Império e a razão de se proteger os chapéus ordinários, concluindo que não haveria prejuízo ao fisco e aos importadores, e ainda reforça que seria um incentivo a indústria fabril em estabelecer metas para um dia chegar a produzir chapéus superiores. Ao sugerir tal proposta inaugura sua construção ideária de “intelectual”, pois se define para Comissão revisora e, portanto, para o Governo Imperial, levantando sua bandeira de

⁷⁸³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 189.

⁷⁸⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 12.

⁷⁸⁵ Ibid., p. 12.

desenvolvimento da indústria chapeleira para abrir concorrência com os chapéus superiores, assim que fossem protegidos os chapéus ordinários, já produzidos para o mercado interno.

Ainda é relevante salientar que na década de 1860 a fabricação até então artesanal de chapéus, inicia a mecanização com a importação de máquinas de costura, de lustrar, de engomar, de enfortir, de serras e de caldeiras. Com tudo isso, tem-se o emprego de máquinas de vapor. Por sua vez, os direitos das Alfândegas eram elevados favorecendo a indústria nacional. Hardman & Leonardi: “Observa-se assim, as razões da articulação dos chapeleiros na década de setenta por estarem bem estruturadas suas fábricas e por terem erguido seus objetivos ao longo do processo do final da década de sessenta”.⁷⁸⁶ Pode-se identificar a primeira articulação política dos industriais em solicitar junto a Comissão revisora seus intentos e proclamar sua posição. O processo de gestação de uma classe burguesa dentro do Império do Brasil se inicia com este ajuizamento. Conforme Honorato: “mais ainda: no Brasil pós-1850 estava em curso o longo processo de fazer-se de uma burguesia”.⁷⁸⁷

Nota-se que outras classes, a de ferro e aço, sofreram alterações em sua classificação e em suas taxa para se evitar as reclamações, devido às dificuldades de classificá-las. Foram elevadas as taxas de alguns artigos, reduzindo-se a de outros. Em se tratando da utilidade do ferro e do aço, afirma Lobo: “Um dos ramos mais desenvolvidos no Rio de Janeiro, era o das fundições, serralherias e estabelecimento de metal”.⁷⁸⁸ Serão arrolados como membros da Associação Industrial nos anos oitenta, industriais de fundição, serralherias e estabelecimentos de metais.

Em se tratando de materiais cirúrgicos, havia erros quanto a sua classificação e aos valores da taxa. A Comissão foi ajudada pelo senhor Blanchard que possuía uma loja de instrumentos cirúrgicos, dos quais era também fabricante. Instrumentos e objetos matemáticos, físicos, químicos e óticos, esta classe foi reorganizada se eliminado alguns artigos. Conforme Lobo: “Produziam-se também instrumentos de cirurgia de ótica, com máquinas a vapor de alta pressão até 60 cavalos”.⁷⁸⁹

Os vidros ficam como de nº 1, todos que fossem lisos, lavrados e esmerilhados e como de nº 2, todos os que fossem lapidados. Assim se evitavam muitas contestações. A louça de pó de pedra continua no projeto a ser taxada na razão de 30%, assim como os vidros lisos,

⁷⁸⁶HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos 20)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 37.

⁷⁸⁷HONORATO, Cesar Teixeira. **O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)** 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 23.

⁷⁸⁸LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 174.

⁷⁸⁹Ibid., p. 193.

lavrados ou esmerilhados, passando a porcelana e os vidros lapidados a pagarem direitos na razão de 40%.⁷⁹⁰ De acordo com Lobo: “Existiam duas fábricas de vidro na Corte que se beneficiavam da abundância da matéria-prima nacional de ótima qualidade”.⁷⁹¹

Quanto às máquinas, aparelhos e instrumentos próprios para a lavoura e para a fábrica, navios a vapor, sendo as primeiras livres de impostos e a segunda sujeita a despachos ad valorem na razão de 10%. Havia uma controvérsia quanto às máquinas a vapor, pois apesar de, por lei, ter que pagar 10%, na prática isso não ocorria e eram despachadas isentas. Fundamental para o crescimento da indústria fabril foi a isenção de taxas sobre as máquinas, o que explica de certa forma a razão do desenvolvimento da indústria, apesar da pressão sofrida por falta de incentivos do Governo quanto à tarifação mais forte sobre os produtos importados.

Com relação os produtos químicos, composições farmacêuticas e medicamentos em geral, esses sofreram alteração não somente quanto aos valores, mas também quanto a sua classificação, por ser muito extenso os produtos contidos nesta classe. Classificaram-se somente aqueles cujas taxas eram elevadas ou muito baixas, que não podiam suportar a taxa média, ou que se fazendo compreender que essa taxa prejudicava bastante os interesses nacionais Segundo Lobo: “Em 1861 havia 4 fábricas de produtos farmacêutica e químicas na Corte”.⁷⁹²

Deve-se registrar que os tecidos são subdivididos em algodão, lã, linho e seda. Foi feito um estudo com respeito a sua classificação, mesmo porque o peso seria a forma geradora de taxação. Segundo o Relatório da Comissão: “Classificação de um tão crescido número de mercadorias, e de tão grande importância que foram por si só a principal parte da renda das Alfândegas”.⁷⁹³ De acordo Stein: A quantidade de fábricas de tecidos eram de 9 no ano de 1866”.⁷⁹⁴

Esse estudo tinha por finalidade não tomar qualquer decisão de taxas sem avaliar o impacto na renda do Estado e de não se onerar o comércio. Os tecidos mistos abrangem as quatro classes e deve-se conhecer o material predominante no tecido com o objetivo de executar a taxa. E a comissão reúne em uma única classificação, com uma taxa fixa.

⁷⁹⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

⁷⁹¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 193.

⁷⁹² Ibid., p. 192.

⁷⁹³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., p. 20.

⁷⁹⁴ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 36.

Tecido de algodão, lã ou linho, com mescla de alguma destes materiais, predominante o algodão- taxa: a do tecido análogo de algodão, com o um aumento de 10%; predominante a lã- taxa: a do tecido idêntico de lã pura; predominante o linho- taxa: a do tecido idêntico de linho puro. Tecido de lã e de algodão, em partes iguais-taxa: a do tecido idêntico de linho, com o abatimento de 20%. Tecido de linho e algodão, em partes iguais- taxa: a do tecido idêntico de linho, com o abatimento de 20%. Tecido de algodão, lã ou linho, com mescla de seda, predominando a seda-taxa; a do tecido, idêntico de seda pura; concorrendo a seda com outros materiais, em partes iguais-taxas: metade da do tecido idêntico de seda pura; predominando os outros materiais sobre a seda-taxa: a estabelecida para o tecido idêntico da matéria dominante, com o aumento de 30%; tendo-se em vista as regras relativas aos tecidos mistos em que não entra a seda.⁷⁹⁵

A Comissão trazia uma sequência de informações quanto aos tecidos mistos e o trato por tarifas estrangeiras de forma a não deixar dúvidas quanto à análise com respeito ao tema. Apresenta-se de forma breve sobre as percepções que a comissão recolheu de vários países sobre a temática. A Espanha tratou dos tecidos mistos dessa forma, a que não tinha algodão pagava pelo material dominante e o seu peso, e no caso de igualdade de material, pelo maior valor. Na tarifa da Itália, os tecidos mistos em que não entram a seda, pagavam pela matéria dominante, já aqueles tecidos que a seda não constituía nem a trama e nem a urdidura, eram sujeitos a taxa de 3 francos. A tarifa francesa com referência aos tecidos mistos, em virtude do Tratado da França com a Inglaterra e a Bélgica, estabeleceu que os mesmos que predominasse o algodão ou o linho estariam sujeitos a direitos ad valorem na razão de 15% e aqueles que predominassem a lã pagariam 3 francos por quilograma. Pela Tarifa de Portugal as regras são os seguintes para tecidos mistos.

1º as mercadorias compostas às diversas matérias prima (exceto os tecidos mistos em que entram a seda) visivelmente distintos, estão sujeitos ao maior direito dos correspondentes as matérias de que são compostos. 2º Os tecidos mistos, no quais ou todos os fios da urdidura, ou todos os fios de trama forem de seda, pagaram os direitos estabelecidos para os tecidos análogos compostos unicamente de seda. 3º os tecidos mistos, nos quais metade, ou mais dos fios da urdidura, ou trama, forem de seda e os fios restantes de outras matérias, pagar maiores direitos. 4º os tecidos mistos, nos quais menos da metade dos fios de urdidura, ou da trama, forem de seda, e os fios restantes de outra matéria, pagaram uns direitos composto da 4ª parte dos direitos estabelecidos para os tecidos análogos compostos unicamente de seda e de ¾ partes de direitos para os tecidos.⁷⁹⁶

Verifica-se, que as velas stearinas, que serão bastante discutidas na Tarifa de 1874 e 1879 no capítulo quatro desta tese, por serem indústrias bem desenvolvidas, concorrerem com o artigo vindo do exterior, por estarem em contato com o grupo da seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Nesta Revisão as velas brancas custavam 240 por libra e as coloridas 260. A resolução foi que a vela de qualquer cor seria taxada por 500 réis por quilograma. Segundo Lobo: “A fabricação de sabão e velas estava representada por

⁷⁹⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869. p. 27.

⁷⁹⁶ Ibid., p. 28.

oito empresas em 1861, sendo que apenas a firma Luz Stearica produzia velas de cera. Nessa época, estava protegida por altos direitos alfandegários sobre as velas estrangeiras e tinha isenção”.⁷⁹⁷

Efetivamente, os vinhos não sofreram alterações de classificação e nem de taxa. Teve uma mudança na redação para se evitar dúvidas e questionamentos principalmente nos vinhos doces. Conforme Lobo: “Em o ramo mais importante das fábricas continuava sendo o de alimento e bebidas com 251 unidades urbanas”.⁷⁹⁸ Com relação as suas taxas passaram a pagar por unidade métrica, o litro, apenas se aproveitarão a favor das rendas as frações que se deram na conversão para a mesma unidade.⁷⁹⁹ Para a análise dos vinhos a comissão solicitou a cooperação do Dr. Matheus da Cunha, astereômetro da Alfândega da Corte que emitiu o seguinte parecer.

Dividem-se em dois grandes ramos, vinhos secos e vinhos liquorosos. Os chamados secos, e em que predominam mais ou menos as qualidades alcoólicas, são feitos da uva em seu perfeito estado de natureza, podendo-se também nesta classificação incluir os vinhos verdes obtidos da uva, ainda não perfeitamente madura, e cujo último processo de fermentação não se torna completo, e mais ainda os vinhos fermentados e os espumosos. Ainda nesta classe de secos estão compreendidos os muito alcoólicos, como os do Porto, que as vezes contém até 25% de álcool, e outros menos alcoolizados que se aproximam dos vinhos verdes, como os de Bordeaux, cuja qualidade alcoólica varia de 8 a 12 %. Neste caso se acham os vinhos chamados passados, que se obtém de passas, ou aqueles extraídos de uva por sua natureza excessivamente doce. Esta denominação de liquorosos para os vinhos doces parece que convém adaptar-se, para se evitarem contestações com os vinhos comuns secos, muito ordinários que não poucas vezes vem ao mercado, misturado com mel ou com açúcar e de cana, e que terão de ficar compreendidos na classificação de vinhos doces, se esta denominação última continuar a ser adaptada. Os vinhos liquorosos podem suportar, sem inconveniente, aumento de taxa: mas os secos se houverem de sofrer alguma alteração, deve esta ser muito pequena, porque os vinhos secos fracos comuns, como os de Bordeaux, de tão grande consumo, já se acham sobrecarregados em demasia, e uma alteração grande na taxa poderá ocasionar sensível diminuição de importação. Os vinhos secos comuns, de pasto, verdes e fermentados, a taxa não devendo ser menor que a atual de 320 réis por canada, também nunca deverá exceder a 400 réis. Os vinhos liquorosos (doces) moscatel, malvasia, Geropiga, Tockay, Constança e semelhantes o limite da taxa parece que deve ficar entre 700 réis por canada e ao máximo 1\$000. Os vinhos espumosos, como Champanhe suas variedades entre 900 réis por litro e 1\$000.⁸⁰⁰

As mercadorias já discutidas nas Tarifas de 1857, 1860 e 1869 continuaram a serem questionadas e levadas as Comissões Revisoras. A descrição se restringe a essas, por serem as mais expressivas, uma vez que suas indústrias estavam em destaque por sua qualidade e quantidade de produção para o mercado e por serem estas concorrentes dos artigos importados

⁷⁹⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 192.

⁷⁹⁸ Ibid., p. 194.

⁷⁹⁹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

⁸⁰⁰ Ibid., p. 30.

pelo comércio que disputava o mercado interno do Império com a indústria fabril. Nas Tarifas de 1874 e 1879 haverá novo embate da indústria e do comércio importador quanto à proteção das mercadorias da indústria.

4- A SOCIEDADE DE DEFESA DA INDÚSTRIA E A POLÍTICA TARIFÁRIA.

4.1- A Revisão Tarifa das Alfândegas de 1874 e a Tarifa.

Nos anos 1870, a cidade do Rio de Janeiro passou por duas mudanças importantes. A primeira de ordem econômica e geográfica oriunda da crise na lavoura cafeeira fluminense, sobretudo nas áreas pioneiras da região ocidental, que se caracterizavam por escassez crescente de terras virgens nas fazendas.⁸⁰¹ E a segunda, de ordem política e econômica, com o envelhecimento da mão de obra escrava, devido à adoção da Lei Euzébio de Queiroz em 1850, que decretou o fim do tráfico de escravos.

Com o fim do tráfico inicia assim, um processo gradual de abolição da escravatura, por meio de leis e decretos que acarretariam alterações profundas na sociedade escravista e exportadora.⁸⁰² É importante ressaltar a quantidade de escravos nesta década a fim de entender as dificuldades enfrentadas na lavoura do café devido os valores alcançados pela mão de obra neste período.

Nesse compasso de transformação, vê-se a lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que buscava a liberdade de escravos ao nascer para confirmar o processo de libertação iniciada em 1850, mas, com condições bem definida quanto à elaboração de seu texto. Os filhos dos escravos nascidos nas fazendas ficariam sobre a autoridade do senhor até a idade de 8 anos completos, depois o senhor optaria por uma indenização de 600\$000, paga por títulos a receber do Estado ou trabalharia para estes senhores até a idade de 21 anos, com esta redação pode-se observar um prolongamento da escravidão por meio indireto.⁸⁰³

No contexto dessas mudanças, ocorreu a migração de vários fazendeiros, na contínua busca por terras virgens e férteis, rumo à zona mineira, ao Espírito Santo e posteriormente para o Oeste Paulista. Para agravar ainda mais o quadro, entre 1876 e 1890, as cafeiculturas do Oeste Paulista, do Espírito Santo e de Minas Gerais aumentaram muito suas produções, duplicando-as. E juntas chegaram a ultrapassar a produção do Rio de Janeiro.⁸⁰⁴

Outro elemento que cooperou para a mudança da economia fluminense foi a transição para o regime de trabalho livre, pois este não prosperou no Rio de Janeiro, diferentemente do

⁸⁰¹ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

⁸⁰² SALLES, Ricardo. **E o Vale e o escravo. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸⁰³ BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do povo no complexo cafeeiro aspectos políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1978; SALLES, Ricardo. **E o Vale e o escravo. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸⁰⁴ AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

Oeste Paulista.⁸⁰⁵ Para Simonsen: “A partir de 1870 registrou-se um novo surto imigratório, que alcançou 19.219 indivíduos em 1872, 20.332 em 1874, 30.747 em 1876, conservando-se daí até 1886 com flutuações, numa média geral acima de 25.00”.⁸⁰⁶ Com referência a mão de obra do imigrante amarelo, além de imigrantes europeus, tinha-se ainda, chineses.

A Guerra do Paraguai (1865-1870) provocou a elevação dos direitos alfandegários para enfrentar o aumento de despesas públicas. Para cobrir a despesa ocasionadas pela guerra, o governo recorreu a emissões e ao aumento de tributação sobre os produtos importados que gerassem proteção ao mercado interno, favorecendo assim as indústrias nacionais.⁸⁰⁷

Nas décadas de 1860 e 1870, várias transformações foram realizadas no Brasil tais como: a construção da primeira estrada de ferro, o início da navegação a vapor e a construção de novos portos. Além disso, têm-se o crescimento e a ramificação do sistema ferroviário e rodoviário, a melhoria dos meios de transporte.

As obras nas instalações portuárias beneficiaram as exportações e importações. Com a Lei nº 1.746, de outubro de 1869, conforme Telles: “Autorizava o Governo a contatar e construir portos, com os necessários cais, docas e armazéns”.⁸⁰⁸ Com as transformações nos portos, a ampliação de escoamento de mercadorias se fazia de maneira mais rápida e precisa, modificando toda a engrenagem da entrada e saída de mercadorias no Império.

O porto, por assim dizer as Alfândegas, trouxe a ampliação da entrada de mercadorias favorecendo o orçamento do Império com rendosos recursos financeiros devido ao dinamismo dos artigos importados e exportados tanto quanto nas redistribuições das mercadorias que chegavam ao porto do Rio de Janeiro.

A navegação no Império apresentou uma aceleração no transporte de passageiros e das mercadorias dentro do território, proporcionando um salto no tempo do traslado entre um porto e outro dentro do Império, devido ao decreto nº 2.647, de 19 de setembro de 1860, que adequava o privilégio de transporte ao de embarcações nacionais. Já nos de 1866 a 1891, teve-se um grande debate na imprensa e no Parlamento devido à abertura da navegação estrangeira no Brasil.

Os liberais criticavam os privilégios e defendiam a modernização da navegação brasileira com a presença de embarcações estrangeiras, fazendo o transporte de

⁸⁰⁵VIEIRA, Wilson. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930)**. 2000. 128f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Unicamp, São Paulo, 2000.

⁸⁰⁶SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora da USP, 1973. p. 206.

⁸⁰⁷AZEVEDO, Jussara França de. Discursos e ideias. **A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

⁸⁰⁸TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. p. 341.

peças e mercadorias. Os nacionalistas argumentavam que a abertura arruinaria a nascente marinha Mercante e a construção naval, extinguindo companhia de navegação e estaleiros.⁸⁰⁹

Por outro lado, havia também a instalação de uma produção tipicamente fabril, organizada através da subordinação real do trabalho ao capital pela mecanização da produção, tendo a indústria têxtil se sobressaído neste período. De acordo com Leopoldi: “O empreendimento fabril brasileiro se caracterizava então por uma forte dispersão regional, atendendo às necessidades básicas das populações locais no tocante a alimentos, tecidos grossos, chapéus, fumo, sabões e velas”.⁸¹⁰

Outro autor a ponderar sobre a indústria fabril foi Almir Filho: “o aumento constatado no número de novas unidades fabris nas diversas províncias do Império, além da consolidação da Corte do Rio de Janeiro como principal centro têxtil.”⁸¹¹ Nos anos setenta, as condições eram favoráveis ao desenvolvimento da indústria fabril por conta da modernização ocorrida na cidade e das dificuldades enfrentadas na área econômica, trazendo a possibilidade de a indústria ser uma alternativa para a economia do Império. Segundo Leopoldi: “A década de 1870, eles começaram a questionar a política tarifária e os interesses a que ela servia. As medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos e Alemanha constituíram para eles exemplos de ação governamental protecionista.”⁸¹²

Em meado da década, pode-se verificar a atuação da indústria com a sua participação na Exposição de 1875, preparatória para a Exposição da Filadélfia, em 1876, nos Estados Unidos da América. Essa foi inaugurada no Rio de Janeiro, em 02 de dezembro de 1875, com o comparecimento expressivo de 605 estabelecimentos fabris e com a participação de 18 províncias, dentre as quais: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A cidade do Rio de Janeiro, por abrigar condições estruturais, materiais e sociais, por ser capital do Império e ter garantido para a sua população os meios necessários para o seu desenvolvimento, também era o centro político do Império. Abrigava a Câmara, o Conselho de Estado e o Senado, tornando-se o epicentro da política da nação. Era também, uma cidade

⁸⁰⁹FILHO, Alcides Goularti. **Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX**. XVII Encontro Regional de Economia. Anpec 11- 13 de agosto Porto Alegre, 2010. p. 1.

⁸¹⁰LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 36.

⁸¹¹FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 125.

⁸¹²LEOPOLDI, op. cit., p. 102.

referência quanto aos movimentos da causa social, lugar de acordos e favores para os políticos das demais províncias.

Com referência a Tarifa e a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1874, pretende-se averiguar o conflito entre o comércio e a indústria fabril. O primeiro e desejava o livre câmbio, defendendo liberdade de importação de suas mercadorias com uma Tarifa com taxas bem baixas. Já a indústria ambicionava obter proteção e apoio por parte do governo, a fim de garantir o amparo às mercadorias produzidas no país, com uma taxa alta aos importados, evitando-se a concorrência estrangeiras aos artigos similares nacionais. Essas seções que compunham a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional serão abordadas, de maneira específica, quando for tratada a crise na SAIN.

Cabe enfatizar que a política alfandegária desenvolvida na década de quarenta foi o alicerce do pensamento protecionista que será discutida da Tarifa de 1874 e 1879 em diante. Elaborada a Tarifa de 1844, mais protecionista, que veio trazer uma discussão quanto à proteção da indústria fabril que até então não existia no Império.

A princípio, nos anos de 1873-1874, as fábricas de chapéus, cuja matéria prima era o pelo de lebre, começaram a sofrer a concorrência dos chapéus de lã fabricados na Alemanha, onde novos processos manufatureiros faziam com que os chapéus de lã fossem confundidos com os chapéus de lebre, e vendidos com um preço inferior no Império, prejudicando, assim, a indústria fabril nacional. Essa situação se apresentou na Tarifa de 1874 por ser mais livre cambista, propiciando a entrada de mercadorias com uma baixa tarifação, trazendo, portanto, dificuldades à indústria.

Essa problemática entre a indústria fabril e o produto importado provocara o conflito que se estendeu nas discussões, dentro da Revisão da Tarifa de 1874. Organiza-se a Revisão e Tarifa de 1874, a partir da necessidade de mudanças na Tarifa anterior, a de 1869. Em razão dos gastos originados com a Guerra do Paraguai, foi necessário levantar maiores recursos para equacionar as despesas com esta empreitada.

Para levar a cabo esta análise, deve-se observar a Tarifa das Alfândegas de 1869, elaborada pelo gabinete conservador de Itaboraí, que era francamente protecionista. Foram elevados os direitos das mercadorias de luxo como porcelana, cristais, tabaco, e demais artigos como tecidos, chapéus, meias, metalurgia, vidros, vinho, luvas, roupas prontas, etc. Favorecendo, assim, a indústria fabril no Império, protegendo-a e contribuindo para a entrada de matérias-primas mais baratas para a indústria.⁸¹³ Segundo List, esta seria a forma de dar

⁸¹³ LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

continuidade de geração de renda ao Tesouro, sem propiciar dificuldades à indústria fabril nacional.⁸¹⁴ Estes artigos são os mesmos da Tarifa de 1844, que foram protegidos. Aliás, essas indústrias são as que concorreram com os artigos vindos do estrangeiro ao longo do Segundo Reinado e são as que lutaram por uma Tarifa que as protegessem. Importante destacar que na Tarifa de 1844, o sistema protecionista foi empregado devido à necessidade, como diz a professora Eulália Lobo, de o governo incentivar a substituição de artigos antes comprados da Inglaterra pelos nacionais, por conta do fim do Tratado. Segundo Lobo: “Essa mudança da política parece ter sido provocada pelo término do tratado com a Inglaterra, pelo desejo de majorar as rendas alfandegárias, pela necessidade de fomentar a produção de certos produtos indispensáveis”.⁸¹⁵ Pela primeira vez estas indústrias conseguiram ter um espaço na Revisão de 1869, ao ponto de levantar suas pretensões e larguearem suas convicções, o que resulta na ruptura com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na Tarifa de 1879.

Verifica-se que o Governo emitiu uma série de medidas transformadoras, com o intuito de alterar a Tarifa das Alfândegas de 1869. É necessário o conhecimento destas medidas para maior esclarecimento do propósito da Revisão da Tarifa de 1874. Com esse objetivo, serão apresentadas as mudanças ocorridas antes da nova Tarifa de 1874. O decreto de 4.499, de 2 de abril de 1870 que regularizava as taxas de alguns tecidos de algodão, lã, linho e seda, que se achavam em desproporção, modificava a taxa de vários artigos considerados de primeira necessidade, como a carne seca (charque), bacalhau etc... e das matérias-primas indispensáveis às fábricas e às industriais nacionais. E finalmente, adiciona à Tarifa alguns artigos que não haviam sido incluídos no ano anterior.⁸¹⁶

Segundo Heitor Lima: “Em 1869 surge a Tarifa de Itaboraí, que fez nova reclassificação das mercadorias, estabeleceu também regularidade das novas taxas e sugeriu sua revisão quinquenal”.⁸¹⁷ A sugestão de uma constante revisão da Tarifa para melhor aprimorar esta lei foi considerada necessária com o propósito de encontrar maneira de ajustar a taxa sobre as mercadorias a fim de adquirir renda para o Tesouro. Conforme Almir Filho: “O aumento das tarifas de importação e a valorização do mil réis eram os resultados, indiretos para a indústria, de uma política expansionista e protecionista adotada pelo governo

⁸¹⁴LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

⁸¹⁵LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 117.

⁸¹⁶BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870.

⁸¹⁷LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 265.

imperial”.⁸¹⁸ Pela posição do governo na Tarifa de 1869, fica evidenciada a intenção de gerar renda mais do que de proteger e incentivar a indústria fabril no período da Guerra do Paraguai.

Procurou-se identificar neste documento a intenção de alterar as taxas de forma gradual até se chegar a Revisão da Tarifa de 1874. Os tecidos de algodão, lã, linho e seda no Império foram as mercadorias alteradas em primeiro lugar. As indústrias de tecidos e de chapéus se manifestaram nesta Revisão a fim de reivindicar à Comissão revisora os favores que necessitavam. Pela primeira vez duas indústrias representativas no Império atuam de forma política mesmo sendo de maneira individual com o objetivo explícito de ser favorecida em suas necessidades.

No Relatório do Ministro da Fazenda, o Visconde do Rio Branco, em 1871, narra a respeito do decreto de, 20 de outubro de 1869. Discorre a respeito da porcentagem de direitos no Relatório do Ministro da Fazenda: “A resolução de outubro de 1869 criou a porcentagem de 30% e 40% sobre os direitos de importação. Este fim expedido o decreto nº 4.601 de 24 de setembro do ano passado, que reduziu a 25% e 34% a mencionada porcentagem”.⁸¹⁹

Ao tratar da criação desta porcentagem, a Câmara dos Deputados em sua Comissão do Orçamento emitiu o seu parecer e ainda expôs a base para a elaboração da Revisão da Tarifa, como consta Relatório do Ministro da Fazenda: “Em vez de se exigir o pagamento ao câmbio de 27, o que atualmente daria mais de 48% sobre os direitos, tome-se uma base fixa de 40%, aceite o atual câmbio de 18 e afixe o governo em publicações anuais”.

Na análise da Revisão, destacam-se as seguintes bases: 1º Retificar os valores oficiais dados às mercadorias, aproximando-os o mais possível do seu valor real do mercado; 2º Suprimir os direitos adicionais de 5% com respeito a algumas mercadorias e impor uma taxa de 10 a 50% sobre os direitos de consumo daquelas menos sensíveis a esse ônus. Sob a cláusula de redução gradual fixada, com a precisa antecedência, cessando a porcentagem de 36 a 25% .

O objetivo da Revisão da Tarifa ocorrera mediante a necessidade do Império de obter rendas mais robustas para o equilíbrio do Tesouro. O Relatório do Visconde do Rio Branco, em 1872, explana a respeito da Tarifa das Alfândegas, como consta em Relatório do Ministro da Fazenda: “Na sessão do ano passado manifestou-se em ambas as Câmaras o desejo de

⁸¹⁸ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz.** Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 124.

⁸¹⁹ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral da Terceira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda, em 1870. Visconde do Rio Branco.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871. p. 76-77.

reduzir ou suprimir algumas das imposições criadas de 1867 e 1869, ponderando-se que haviam cessado as circunstâncias extraordinárias”.⁸²⁰ Consta em Stein: “A maneira mais lógica de arrecadar novos recursos financeiros era recorrer à alfândega, tradicional fonte de renda do regime imperial. Isso ficou demonstrado com o aumento das taxas alfandegárias em 1867”.⁸²¹

A guerra terminou e com ela as suas contínuas exigências, mas não cessaram os pesadíssimos encargos que provieram desse período. O país necessitava de renda superior ao que se arrecadara anteriormente, para amortizar a grande dívida interna e externa contraída. Segundo Fontoura, além dos melhoramentos de que eram susceptíveis alguns dos impostos diretos, era na Tarifa das Alfândegas que se procurava o alívio dos contribuintes. Consta em Luz: “Em 1867, contudo, os encargos tornaram-se pesados e necessários foi recorrer ao aumento dos impostos, alegando-se as circunstâncias excepcionais em que se encontrava o país”.⁸²²

E, com a recessão do conflito, movimentos houve no Parlamento para redução ou supressão de impostos que, segundo se entendia, não mais tinham razão de ser numa situação normal. Mas a esta pretensão o Visconde do Rio Branco, novamente a pasta da Fazenda, opunha o argumento em seu relatório de 1872, de que se a guerra cessara não tinham terminado os “pesadíssimos encargos que provieram desse período excepcional”.⁸²³

Por fim, o Estado Imperial, no dia 17 de junho de 1870 o Senado discutia pela terceira vez o projeto de lei do orçamento, mediante a necessidade de fazer frente às despesas referentes à Guerra do Paraguai. Consta em Luz: “A política imperial não era orientada por nenhum sistema, mas tinha por finalidade resolver unicamente problemas do momento, foi à votação, nessa mesma época, a lei sobre sociedades anônimas, com o fito de combater a inflação e restringir os abusos da especulação”.⁸²⁴ O governo Imperial não tinha uma posição definida com respeito por qual sistema optar: protecionismo ou livre câmbio. Tudo era definido conforme as necessidades apresentadas no momento.

A princípio os senadores Bernardo de Souza Franco - o Visconde de Souza Franco, e Joaquim José Rodrigues Torres - o Visconde de Itaboraí, arguíam a respeito do assunto.

⁸²⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos. Visconde do Rio de Branco.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. p. 74-75.

⁸²¹STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 31.

⁸²²LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930.** 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 33.

⁸²³HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira.** Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 93.

⁸²⁴LUZ, op. cit., p. 31-32.

Souza Franco, em seu discurso, veementemente ponderava a respeito das necessidades de reformas sociais, políticas e administrativas para o Império. O senador Souza Franco defende ainda a urgência em incentivar a agricultura e a indústria com a intenção de gerar renda por causa dos imperativos do Império.

Estamos em uma nova era, a qual difere da anterior à guerra, em que temos hoje dividida triplicada da qual que era então: temos necessidade, portanto, de recorrer á maior economia por um lado, e pelo outro de empregar todos os meios, que tendam a facilitar a produção e a habilitar o país para pagar os pesados impostos que a guerra tornou precisos. Em uma era nova como é a que começa, a lei do orçamento devia conter todas as medidas, que tendam a habilitar o país para desenvolver seus trabalhos industriais. Em ocasião tão importante dever-se-ia reduzir as despesas improdutivas, modificar alguns impostos sem quebra para a renda pública, e facilitar o ânimo o emprego da atividade e iniciativa individual nos trabalhos da agricultura e das industriais.⁸²⁵

Importante salientar que Souza Franco não levantava a bandeira da proteção à indústria fabril no Império, apenas tinha uma posição mais moderada quanto ao livre câmbio. De acordo com Luz: “Não que Souza Franco quebrasse lanças pela industrialização do Brasil. Refletindo o espírito conservador do Império, quando conveniente, com os conceitos do liberalismo econômico (...), pelo menos num futuro próximo, a transformação industrial do país”.⁸²⁶

No tocante a discussão do orçamento no Senado, sinalizavam-se as obrigações de uma Revisão de Tarifa diante das despesas da guerra. Analisando o discurso do senador Bernardo de Souza Franco, identifica-se um viés moderado de livre câmbio que buscava abarcar as dificuldades do Império e incentivar a agricultura e a indústria fabril, com o intuito de animar o seu desenvolvimento.

Com referência ao empréstimo contraído pelo Império em 1865, em Londres, Bernardo de Souza Franco argumentava que, além da despesa decorrente da Guerra, as dívidas e juros, a serem pagas, geraram a base das dificuldades enfrentadas pelo país. Segundo o Anais do Senado: “Deste consumo de capitais, para ser mais exato se deve notar que os 365, 000:000\$000 tomados emprestados se deve deduzir os 65, 000:000\$ de capitais estrangeiros, sendo cerca de 300;000\$ as acumulações que a guerra consumiu”.⁸²⁷ A despesa de 5 anos da Guerra do Paraguai foi de renda arrecada 373.809.000\$000 e tomada a crédito, foi de 365, 000:000\$000, em um total de 738, 809:000\$000.

⁸²⁵BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura Livro I**, Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. p.181.

⁸²⁶LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 34.

⁸²⁷BRASIL. op. cit., p. 185.

Ressalta-se a questão da necessidade de aumentar os impostos a fim de assegurar a renda do Império. De acordo com Stein: “Em 1874, numa tentativa de diminuir os preços dos produtos básicos consumidos pelas classes mais pobres, os direitos alfandegários que incidiam sobre os produtos grossos de algodão foram ligeiramente atenuados”.⁸²⁸ O senador Bernardo de Souza Franco expunha a falta de posição quanto aos benefícios que a guerra trouxe para o Império. Consta em Anais do Senado: “Acredite S. Ex. que se não fossem senão as considerações que acabo de expor, pode-se querer o Brasil robusto depois da guerra, tanto ou mais, do que antes dela, mais rico, mais próspero não são pesados os impostos que paga”.⁸²⁹

Em contrapartida, o Visconde de Itaboraí, presidente do Conselho fez seus ajuizamentos a favor do governo, identificando que no período da guerra, houve um aumento de renda para o Império. No entanto, a Tabela 6, sobre a renda das alfândegas, de que trata o referido parlamentar, não confere com os dados estatísticos apresentados por Carreira (1980).

Tabela 6-Renda de Exportação e Importação no período da Guerra do Paraguai.

Guerra do Paraguai 1865- 1870	Importação	Exportação
1865-1866	137.777:000\$000	157.017:000\$000
1866-1867	145.002:000\$000	153.253:000\$000
1867-1868	140.611:000\$000	185.270:000\$0000
1868-1869	168.510:000\$000	207.723:000\$000
1869-1870	155.687:000\$000	200.235:000\$000

Fonte: Carreira.⁸³⁰

De fato, quanto a rendas das Alfândegas, o pressuposto do parlamentar se refere à exportação das mercadorias que aumentaram devido a Guerra Civil Americana que incentivou a exportação de algodão e demais mercadorias neste período e não o da importação. A discussão referente à Tarifa das Alfândegas se trata das taxas sobre as mercadorias importadas, já que essa era importantíssima para a economia, pois quase tudo que era consumido no Império advinha do exterior. Conforme Holanda: “A guerra civil nos Estados Unidos havia produzido um surto notável na cultura algodoeira do Brasil, e a expansão do cultivo do algodão, por sua vez, provocou um renascimento da indústria têxtil do algodão”.⁸³¹

⁸²⁸STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 31.

⁸²⁹BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura Livro I**, Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. p. 185.

⁸³⁰CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 601.

⁸³¹HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 48.

As contas apresentadas pelo senador Bernardo de Souza Franco seriam fictícias e Itaboraí as rebateu uma a uma. Quanto à receita, argumenta Itaboraí.

Entrou depois o nobre senador em algumas considerações para demonstrar que o Brasil está mais pobre agora do que antes da guerra; que não temos protegido antes retrogrado. Qualquer que seja a força dos raciocínios do nobre senador, eles não podem provar contra a verdade dos fatos. Já me servi deste argumento, e não tenho remédio senão insistir nele. O país que produz agora mais do que produzia há cinco anos; que de 1860- 1861, a 1868-1869 elevou a renda pública ao dobro; que de 1862- 1863 a 1868-1869 teve, descontando mesmo o aumento proveniente dos novos impostos, um acréscimo de receita de mais de 58%; um país que em seus anos tem tal aumento de renda pode dizer-se que não progride? Os raciocínios do nobre senador podem mostrar torna a dizer, podem ter muita força; podem mostrar que ele conhece muito bem os instrumentos da riqueza das nações. Mas a verdade é que os fatos mostram que temos enriquecido, que temos aumentado e progredido.⁸³²

Existia uma discussão entre o senador Visconde de Itaboraí que contestava as alegações do senador Souza Franco quanto à receita naquele período, mas não discutiam quanto à necessidade de alcançar maior renda para os anos seguintes. Não será apresentada a biografia desses dois senadores, pois já foram discutidas nas Tarifas anteriores. Confirma-se a partir da própria posição do Visconde de Itaboraí, a necessidade de aumento da receita, mesmo com a Tarifa protecionista de 1869, que gerou renda e incentivou o desenvolvimento da indústria fabril no Império. De acordo com Luz: “Outro membro do Conselho, o Visconde de Itaboraí, preconizava-o por razões econômicas. Condenava o absolutismo dos conceitos do liberalismo que impedia o Brasil de proceder a sua industrialização e a diversificação de sua economia”.⁸³³

Por conseguinte, a Guerra do Paraguai (1865- 1870), da qual o Brasil participou ativamente, obrigou o governo a elevar os direitos alfandegários para enfrentar o aumento das despesas públicas. A maneira mais objetiva para arrecadar novos recursos financeiros seria recorrer às Alfândegas que se constituíram em uma tradicional fonte de renda para o Império. Isto explica, em parte, a necessidade do aumento da renda para cobrir as despesas com o Exército e com a Marinha. Justifica-se, então, a mudança de uma tarifa protecionista de 1869 para a Tarifa Alfandegária de 1874 do livre câmbio - idealizada pelo Ministro da Fazenda José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

A Tarifa de 1874 continha em suas disposições preliminares as orientações para a sua elaboração, tais como: o direito de consumo e exportações, isenção de direito de consumo, gêneros proibidos, aplicação da tarifa, tecidos mistos, mercadorias omissas na tarifa, despacho

⁸³²BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura Livro I**, Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. p. 188.

⁸³³LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 34.

por *ad valorem* ou fatura, impugnação, abatimento, peso líquido - peso bruto- tara, avarias, quebras, formalidades das notas para os despachos e disposição diversas.

A referida Tarifa foi dividida em 36 Classes e em 1.277 artigos, com uma subdivisão em 3.349 classificações, conforme as diferentes espécies, qualidades, matéria, forma, fabrico, tecido, lavor, uso ou emprego das mercadorias que determinava a variedade das taxas e a isenção de direitos. Destes 3.349 artigos, 3.110 seriam tarifados com taxas fixas, 215 *ad valorem* e 24 livres. A Tarifa possui em seu índice a localização por assunto através das letras do alfabeto. Essa tarifa consta no Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil.⁸³⁴

Observa-se que era comum em uma Tarifa no Brasil, em especial no Segundo Reinado, apresentar uma quantidade expressiva de artigos. Conforme a visão de João Pedro Veiga de Filho, em seu livro “Monografia sobre as Tarifas Aduaneiras”, esta quantidade de artigos proporcionaria um problema para um bom entendimento e clareza em sua disposição; além de prejudicar a fiscalização na alfândega.

A Tarifa Rio Branco, de 1874, estava uniforme em 40% *ad valorem* as taxas das mercadorias e isentou de direitos a entrada de várias máquinas como alambiques, caldeira e moinhos no Império. Consta em Luz: “isentava de direitos aduaneiros, mesmo dos 5 por cento de expediente, as máquinas e aparelhamentos destinados à lavoura, às fábricas, oficinas e à navegação”.⁸³⁵ Foi uma tarifa de livre câmbio que favoreceu o comércio, contudo prejudicou a indústria fabril. Em uma análise feita de maneira objetiva, nota-se a questão da grande quantidade de artigos e de classes que provocaram discussões intermináveis entre os grupos envolvidos na elaboração da tarifa. Além de gerar reclamações e conflitos, proporcionava dificuldades na conferência das mercadorias, uma vez que o país importava quase tudo que consumia, de gêneros alimentícios a máquinas.

A Tarifa de 1874 principiou uma transformação quanto ao papel desta legislação na economia do Império. Consta em Holanda: “Essa tendência culminou na tarifa Rio Branco de 1874 que, embora presa ainda às exigências do fisco, um liberalismo moderado que não contentou os liberais e alienou os conservadores; que não satisfaz nem à lavoura nem à indústria”.⁸³⁶ De igual modo Luz: “A tarifa Rio Branco de 1874 refletia a nova orientação política do governo imperial, no último quartel do século. Enveredava-se para o liberalismo

⁸³⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

⁸³⁵ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 42.

⁸³⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 49.

moderado que não contentaria os liberais e alienaria os conservadores; que não satisfaria nem a lavoura, nem a indústria”.⁸³⁷

Os dois autores confirmam a dinâmica do emprego do liberalismo moderado, portanto um novo viés para a interpretação da política econômica do Império no Segundo Reinado. Como já foi citado no capítulo dois sobre a interpretação de Geraldo Beauclair. Levando-se em consideração a articulação dos autores citados acima, abre-se uma discussão interessante quanto ao assunto, pois aventa uma questão infinitamente discutida e diria asseverada de que o sistema do livre câmbio era a proposta do Império para as Tarifas Alfandegárias, uma vez que a maioria das Tarifas era do livre câmbio.

Pode-se observar até aqui que se têm Tarifas mais protecionistas quase empatada com as do livre câmbio. As Tarifas mais protecionistas de 1844 e 1869 contra as do livre câmbio 1857, 1860, e está de 1874, que está sendo analisada. Pode-se verificar que não há uma predominância de tarifas mais do livre câmbio, mas quase um empate. Com referência à industrialização, vê-se o pensamento do Governo segundo consta em Relatório do Ministro da Agricultura.

O Ministro da Agricultura, Fernandes da Costa Pereira Junior. Convencido das imensas riquezas naturais do Brasil, acreditava que a atividade nacional não deixaria de aplicar-se de preferência à fácil aquisição dessas riquezas e à cultura do solo, por toda parte fecundo e altamente remunerador do trabalho, ainda mesmo rotineiro, da lavoura, para tentar grandes empresas manufatureiras que em regra exigem avultados capitais e pessoal com especiais habilitações.⁸³⁸

Imperava o pensamento de Adam Smith veiculado por Cairu dentro do Parlamento e do próprio Governo que incentivava agricultura em detrimento à indústria fabril. De forma objetiva, pode-se observar a atuação do Governo em elaborar uma Tarifa mais do livre câmbio para satisfazer o comércio.

O resultado foi a promulgação em 1874 de uma nova tarifa alfandegária onde se fez sentir a influência do comércio; o governo achando conveniente, segundo as palavras do Ministro da Fazenda, visconde do Rio Branco, marcar de acordo com o comércio, quando for possível, em matéria desta ordem, consultar a Associação Comercial e os negociantes mais consideráveis da praça do Rio de Janeiro.⁸³⁹

Qualquer que fosse o tipo de Tarifa, mais livre câmbio ou mais protecionista, uma questão importante relacionada às Tarifas foram as várias taxas criadas ao longo do Segundo Reinado, e muitas estariam em vigência até a revisão de 1874. Pode-se citar como exemplos: os impostos adicionais de 2% a 5% criados pela Lei nº 1.114, de 1860 sobre o valor das

⁸³⁷ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 43.

⁸³⁸ BRASIL. Ministro da Fazenda. **Relatório apresentado à assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da agricultura Comércio e Obras Públicas. José Fernandes da Costa Junior**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 20.

⁸³⁹ LUZ, op. cit., p. 42.

mercadorias; em 1867, a Lei nº 1.507 mandou cobrar 15% dos direitos de importação em ouro; 40% sobre os direitos, ou 30% sobre os artigos cujas taxas fossem elevadas na nova tarifa, em virtude da autorização do artigo 9, da lei 26 de setembro de 1867; o decreto nº 1.750, de 20 de outubro de 1869, estabeleceu, para ter execução de 1º janeiro de 1870 em diante; e taxas e porcentagem de 28 e 21% fixadas na Lei de 23 de setembro de 1871.

A partir da Revisão da Tarifa de 1874 e da entrada em vigor da Nova Tarifa das Alfândegas, ocorreram mudanças significativas nas taxas da Tarifa das Alfândegas do Império. Cessaram os impostos adicionais de 1860 e as taxas e porcentagem de 28 e 21 % fixadas na lei de 23 de setembro de 1871. Em 1º de janeiro de 1874, as taxas anteriores a esta data foram substituídas por uma porcentagem sobre a importância dos direitos de consumo do seguinte modo: 30% para as mercadorias tarifadas a razão de 40 a 50%, 35% para as classes 18º (sedas) e 40% para todas as outras mercadorias.⁸⁴⁰

Verifica-se em Oliveira Lima: “Sentido ante fiscal que protecionista, dividindo as mercadorias em 36 classes, corrigindo certos valores oficiais e consolidando muitas taxas, percebidas à razão de 30, 10, 5 e 2 por cento, com 40 por cento de adicional”.⁸⁴¹ Esta diminuição da Tarifa com referência a sedas, tecidos, chapéus, meias, vidros, velas, luvas e demais mercadorias produzidas nas indústrias fabris nacionais gerou conflito entre o comércio importador e a indústria fabril.

Com relação às taxas, consta no Relatório da Comissão: “Todas as modificações e alterações que se tem feito, ou tem por fim evitar as contínuas contestações que sobre certas mercadorias se levantam nas alfândegas, elevar a taxa para o fim de obter renda”.⁸⁴² A diminuição em um ou outro artigo poderia ser por motivo de contrabando ou pela sensível diminuição do consumo. Esta flexibilidade em aumentar ou diminuir as taxas eram atreladas à renda e ao consumo do artigo e não à intenção de incentivar o comércio ou mesmo a indústria fabril. Conforme afirma Almeida: “Ela era acentuadamente liberal, num mundo que adentrava na segunda revolução industrial. Os países europeus e, em especial Estados Unidos, ensaiavam uma volta ao sistema de proteção industrial e a Grã-Bretanha resistia como o grande bastião do liberalismo”.⁸⁴³

⁸⁴⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

⁸⁴¹ LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. p. 175.

⁸⁴² MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., p. 7.

⁸⁴³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 159-160.

Com o mundo em constantes mudanças, o Império ainda não tinha conseguido decidir na década de setenta, no século XIX, seu rumo ao futuro. A Revisão foi autorizada por aviso de 13 de outubro de 1873, encarregada de tomar conhecimento das considerações feitas pelo comércio, pelas Tesourarias de Fazenda e alfândegas, sobre o projeto de Tarifa. Determinou o Aviso que ao trabalho da Comissão fosse junto com um relatório que demonstrasse: 1º. Se foram observadas literalmente as bases dadas no artigo 11 da Lei nº 2348 para a reforma da tarifa; 2º. Quais as reclamações que foram atendidas e quais as que deixaram de sê-la, e por que motivo; 3º. Quais as alterações feitas pela Comissão, e as que em seu conceito deveriam ainda fazer-se. Porém, que dependesse de nova autorização do Poder Legislativo.⁸⁴⁴

A configuração da equipe de preparação da nova tarifa era composta de funcionários das Alfândegas e de negociantes. Como no Relatório da Comissão: “Ouvir sobre o projeto da tarifa, não só os inspetores das Tesoureiras da Fazenda e das Alfândegas, como a Associação Comercial e a maior parte dos negociantes do Rio de Janeiro”.⁸⁴⁵ Essa Revisão tinha uma ligação direta com o comércio, pelo fato de a equipe de preparação da nova tarifa ser composta de funcionários das Alfândegas e de negociantes. Conforme Lamarão: “A crise coincidiu com a execução da reformulação tarifária de 1874, que permitiu o aumento das importações contribuíram para um novo período de dificuldades para as manufaturas, até que em 1879 voltou-se a uma orientação mais protecionista”.⁸⁴⁶

A Tarifa Alfandegária foi publicada pelo Decreto nº 5.580, no dia 31 de março de 1874, e foi reformada sobre orientação do Visconde do Rio Branco. O Visconde do Rio Branco relata em seu Relatório da Fazenda: “Nomeie em data de 24 de julho do ano de 1873, uma Comissão composta de três dos mais hábeis Conferentes da Alfândega da Corte, para fazer os primeiros estudos das reformas e organizar um projeto de tarifa”.⁸⁴⁷ Um personagem importante no Império foi José Maria da Silva Paranhos - visconde do Rio Branco sua biografia está no anexo.

Uma informação importante quanto à atuação dos gabinetes no período de 1870-1875, como o 25º gabinete José Antonio Pimenta Bueno, Visconde e depois Marquês de São

⁸⁴⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

⁸⁴⁵ Ibid., p. 5.

⁸⁴⁶ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 42.

⁸⁴⁷ BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos. Visconde do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. p. 62.

Vicente (Partido Conservador) 29/09/1870 a 07/03/1871, conforme Ferraz: “o domínio do partido conservador se estende na década de setenta com a atuação dos ‘saquaremas’”.⁸⁴⁸ O gabinete 26º José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (Partido Conservador) 07/03/1871 a 25/06/1875.

Esse gabinete, conforme Holanda: “o mais longo de toda a história do Império”⁸⁴⁹, na década de setenta, aprovou a lei do Ventre Livre em 1871, propiciando com isso um racha no Partido Conservador. Segundo Ferraz: “uma ala moderada”, fiel ao Presidente do Conselho, sobretudo à coroa, e um grupo mais ortodoxo, refratário à reforma social, identificado com o legado do velho triunvirato “saquarema”.⁸⁵⁰

No relatório eram dispostos cerca de sete artigos que deveriam ser executados pela Comissão Revisora, constituída pelo Chefe da Seção da Alfândega, Luiz Cipriano Pinheiro de Andrade e pelos primeiros Conferentes da Alfândega da Corte - Luiz Affonso de Moraes Torres, Olympio de Oliveira e o Alexandre da Rocha Sattamini. Os critérios para a elaboração de uma nova tarifa foram relatados pelo Visconde do Rio Branco, em seu relatório como o descrito no Relatório do Ministro da Fazenda.

1º O Projeto será incumbido a uma comissão composta de três empregados de fazenda e dois negociantes. 2º Os valores oficiais das mercadorias que diferirem notavelmente dos preços correntes nos mercados do Império, serão elevados ou reduzidos a um termo reduzidos a um termo médio razoável. 4º Os direitos adicionais de 5% criados pela lei nº 1.114 de 27 de setembro de 1860, bem como as porcentagens de 28 e 21% mandadas cobrar pela resolução nº 2.035 de 23 de setembro de 1871, serão substituídas por uma taxa provisória de 30 e 40% sobre os direitos marcados na tarifa para as mercadorias. 5º As mercadorias tarifadas na razão de 40 ou 50% não se aplicará maior porcentagem que a de 30%. 6º far-se-á uma nova classificação dos gêneros despacháveis por peso, a fim de executar os que por esse sejam demasiadamente favorecidos ou gravados. 7º As bases 4º e 5º poderão ser executadas independentes das outras.⁸⁵¹

No Segundo Reinado, era comum que o Ministro da Fazenda definisse os componentes de cada Comissão Revisora, que poderiam ser constituídos de funcionários das Alfândegas, negociantes ou mesmo pessoas ilustres do Império. Em cada revisão de tarifa era formado uma comissão composta por diferentes membros, de acordo com a necessidade do Império. Far-se-á uma breve explanação sobre as reivindicações do comércio, indústria e das

⁸⁴⁸FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCHUSP, 2012. p. 157.

⁸⁴⁹HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 7: O Brasil monarquia; Do Império à república II 5. São Paulo: Difel, 1985. p. 136.

⁸⁵⁰FERRAZ, op. cit., p. 162.

⁸⁵¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos. Visconde do Rio de Branco**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. p. 77-78.

Comissões das Alfândegas de todo o Império para a Comissão Revisora. De forma geral, serão relatadas as modificações que a Comissão revisora produziu, a partir desta Revisão. Muitas reclamações foram atendidas e outras excediam aos limites traçados para a reforma. Como consta no Relatório do Ministro da Fazenda.

Assim com o fim do igualar a imposição e facilitar o cálculo dos direitos, em vez das porcentagens adicionais de 30, 35 e 40%, estabelecidas provisoriamente pelo decreto n.º 5.455 de 5 de novembro de 1873, foi fixada uma só de 40% para todas as mercadorias em geral subordinada a condição de poder ser reduzida anualmente como o determinarem as leis do orçamento. A nova tarifa compreende com taxas fixas muitas mercadorias, que até aqui tem sido despachada ad valorem para assim evitar questões e delongas no seu despacho. Foram igualadas as taxas dos tecidos, que facilmente se assemelham e confundem para coibir o mais possível as controvérsias. As máquinas em geral foram concedidas isenção, não só de direitos de consumo como do expediente de 5% a que até agora tem estado sujeitos, compreendidos nesse favor os alambiques, fornalhas, retortas, caldeiras, moinhos e objetos semelhantes, para uso da lavoura e das fábricas. Também gozaram do despacho livre, entre outros gêneros, os arbustos, árvores e plantas vivas de qualquer espécie, as sementes, raízes e bolbos, próprios para horta, jardim, prado, e em geral para a agricultura. Foram ampliados os prazos para o reconhecimento das avarias; e ficou estabelecido que, nos casos de contestação, as dúvidas serão decididas por árbitros, na forma dos artigos 577, 578 e 579 do Regulamento de 19 de setembro de 1860. Entre outros gêneros, cujas taxas foram mitigadas, figuram os seguintes, que mais prestam ao contrabando, ou pertencem às classes e dos necessários ao consumo da população menos bastada: bacalhau, farinha de trigo, querosene, velas de stearina, vinhos secos, chiatas e mais tecidos de algodão estampadas. Panos de algodão cru liso, merinos, princetas, lapins, rendas, veludos, sarjas tecidos de seda, papel de imprimir e livros impressos.⁸⁵²

O objetivo da Tarifa era gerar renda para o Império, pois não se fazia necessário proteger a indústria fabril e sim gerar recursos para o equilíbrio do orçamento. Em sua argumentação, a Relatório da Comissão: “Não somos um país manufatureiro e as indústrias que temos não exigem tarifa protetora”.⁸⁵³ As alterações realizadas pela Comissão estavam relacionadas às necessidades da renda pública e dos consumidores. Segundo Relatório da Comissão: “As indústrias que temos para as quais se pede proteção, [...] basta-lhes que a matéria prima, que todas elas recebem de fora do país, seja favorecida”.⁸⁵⁴

Aparentemente, o entendimento no qual se alicerçava a Comissão esbarrava no julgamento que a indústria fabril não era substancial e significativa ao ponto de evocar proteção. Por esse motivo, as reivindicações não foram aproveitadas pela Comissão. Observa-se assim, que havia no Império adversários do pensamento protecionista, que desestruturavam toda a tentativa de traçar um projeto para a proteção da indústria fabril, de acordo com Luz:

⁸⁵² BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda. Visconde do Rio Branco.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1873. p. 69-70.

⁸⁵³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 6.

⁸⁵⁴ Ibid., p. 6.

“Os interesses britânicos o grande obstáculo ao estabelecimento de um protecionismo alfandegário, a partir dos meados do século XIX, as hostes liberais cujas doutrinas eram tão convenientes aos interesses da lavoura monocultura que, (...) a organização comercial que apoiava, dirigiam, então, os destinos do Império”.⁸⁵⁵

As dificuldades expostas pela autora definem o grau de enfrentamento que a indústria fabril no meado do século XIX teve que encarar para sobreviver no Império do Brasil. Conforme se considera a partir da Tarifa de 1857, pode-se ver uma atuação considerável das chamadas hostes liberais com a doutrina do livre câmbio que imperava e confrontava o protecionismo já defendido na Tarifa de 1844. Essas “hostes liberais”, cuja doutrina influenciou a mentalidade de parlamentares e do Governo contra a atuação da indústria fabril e sua bandeira protecionista, foram introduzidas no Império nos seus primeiros momentos.

Vale relembrar a chegada da Família Real e a veiculação do sistema do livre câmbio ventilada nas Câmaras e junto ao Governo Imperial. Através do Visconde de Cairu com suas “aulas” e com a sua literatura tão bem divulgada nos meios políticos e econômicos, foi possível influenciar as camadas sociais mais articuladoras do Império. Além é claro, do meio Acadêmico tanto do exterior quanto das nações que contribuíram para a formação da mentalidade Imperial. Conforme Carvalho: “Mas a homogeneidade gerada pelo nível educacional era ainda reforçada pelo local comum de formação”.⁸⁵⁶. A influência de Coimbra e das demais Universidades do exterior e no próprio país quanto à nova doutrina do livre câmbio ventilada no espaço acadêmico contribuíram para reforçar o posicionamento do Governo frente ao protecionismo.

Em continuidade a argumentação, Nícia Vilela Luz aponta que as necessidades do Tesouro Imperial cominaram um moderado protecionismo de caráter fiscal que se sobrepunha às dificuldades de uma indústria em expansão. Importante salientar que de acordo com Documentos da Exposição Nacional: “Em nome dessa indústria, alguns espíritos mais entusiastas e persistentes procuraram levantar a opinião pública e interessar o governo numa proteção mais eficaz, organizando exposições, como as realizadas em 1861 e 1866, apesar da “indiferença quase geral” e mesmo contra a malevolência.”⁸⁵⁷

⁸⁵⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 51.

⁸⁵⁶CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Unib, 1980. p.65.

⁸⁵⁷CUNHA, A. L. Fernandes. **Documentos oficiais. Relativos à Exposição Nacional de 1861**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1862. p. 15.

Nota-se, porém, que havia no Império uma discussão sobre a aplicação da Tarifa protetora ou a do livre câmbio. Ao longo da explanação, pretende-se identificar os conflitos existentes entre a indústria, o fisco e o comércio, no que se refere às suas reivindicações.

Interessante elaborar uma breve biografia para definir quem seria o senador Zacarias Góes de Vasconcellos que discutia sobre a necessidade de apoiar a agricultura no Império. Esta biografia se encontra no anexo. Em se tratando do Senado, no ano de 1870 era discutida a questão do apoio à agricultura em detrimento à indústria fabril. O senador Zacarias Góes de Vasconcellos argumentava que a agricultura deveria receber incentivo e que o Império não possuía um orçamento equilibrado como o Ministro da Fazenda afirmava. E ainda, o senador Zacarias comparava os Relatórios do Ministro da Fazenda com o do Ministro da Agricultura a fim de defender o apoio à agricultura.

O paralelo entre os dois relatórios. Do nobre Ministro da Fazenda página 3 “ Quanto valem os recursos naturais de que nos dotou a Munificência Divina”. Do nobre ministro da agricultura página 5 “Ainda estão quase intatos, e, portanto, sem valor, os tesouros escondidos no seio da terra, a riqueza das florestas imensas, a fertilidade sem pardo solo”. Do nobre Ministro da Fazenda página 6 “ No Brasil a renda apresenta grande elasticidade”. Do nobre ministro da agricultura página 8 “ Antolha-se temeroso o porvir da agricultura, e, quase desacorçoada, não se afouta a grandes com movimentos, que provavelmente a salvariam”. Do nobre Ministro da Fazenda página 8 “ A nossa esperançosa situação financeira tende a fazer subir o câmbio.” Do nobre ministro da agricultura página 9 “Cumprir levantar oportunamente um empréstimo destinado a fundação do crédito territorial e agrícola nas devidas condições. Pode-se asseverar que, apercibida deste viatico e de outros auxiliares, a nossa principal indústria poderá prosseguir mais desassombrada em sua jornada tão mal segura no presente, tão ameaçada de borrascas no futuro. ”A quem ler um e outro relatório, uma e outra apreciação, ocorre naturalmente perguntar qual dos dois tem razão: se o Sr. ministro da fazenda que pinta cor de rosa o estado da situação da financeira, se o Sr. Ministro da agricultura que pede para a lavoura, primeira indústria do país.⁸⁵⁸

Esta discussão quanto ao entendimento diferenciado entre os Ministros da Fazenda e o da Agricultura evidenciava a alteração entre o amparo à indústria fabril ou à agricultura. Além da referida alegação, o senador Zacarias ainda expunha as dificuldades encontradas quanto à questão da mão de obra escrava e a necessidade de capitais empregados para a lavoura, a fim de gerar o recurso necessário para o Império.

De acordo com o senador, não haveria a necessidade de ter uma tarifa alfandegária protetora, já que não possuíam o desenvolvimento efetivo que pudessem caracterizar seu valor e expressão econômica. A tarifa proibitiva seria vexatória, para o consumidor já que esta favoreceria ao contrabando e diminuiria a renda do Império, sem que essas indústrias conseguissem fabricar mercadorias perfeitas e com a quantidade necessária.

⁸⁵⁸BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Segunda sessão na Décima Quarta Legislatura Livro 2.** Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. p. 118.

Em síntese a arguição mais antiga em favor da agricultura se encontra na ideia da Comissão revisora alicerçada no pensamento difundido por Cairu. Esse afirmava que a indústria agrícola seria a atividade econômica que o governo deveria se basear. Consta em Lisboa: “Afirmar seu credo pela agricultura o melhor negócio para as Colônias”.⁸⁵⁹ Não haveria indústria fabril em número e em significância que justificasse amparo ou proteção, como alguns solicitavam. As mesmas alegações dos anos quarenta do século XIX são então realçadas pelos senadores como, por exemplo: que as indústrias fabris não teriam condições de serem protegidas por serem insignificantes na economia do Império.

Pode-se observar que a renda do Império na vigência da Tarifa de 1874 foi maior na Exportação 1.568:075\$000 do que na Importação 809.272:000\$000. Com este agravante percebe-se na Tabela 7 o retorno de uma Tarifa mais protecionista por conta da importância de geração de renda para o Império.

Tabela 7-A renda de Exportação e Importação na vigência da Tarifa de 1874.

Tarifa 1874	Importação	Exportação
1874-1875	162.484:000\$000	205.579:000\$000
1875-1876	166.209:000\$000	183.928:000\$000
1876-1877	155.073:000\$000	196.338:000\$000
1877-1878	160.187:000\$000	185.581:000\$000
1878-1879	165.319:000\$000	210.804:000\$000

Fonte: Carreira⁸⁶⁰

Conforme se verifica, no Relatório da Comissão da Revisão da Tarifa de 1874 constam, da página 5 a página 17, as apresentações das queixas e observações da Associação Comercial e do fisco, referente aos imperativos de cada um. Nas páginas posteriores, verifica-se o resultado do relatório quanto às mudanças feitas pela Comissão que atingiriam a indústria, o fisco e o comércio.

Então, nas primeiras linhas de suas considerações já salienta que para haver uma avaliação mais concreta para a Comissão Revisora seria necessário ter maiores informações sobre a realidade da indústria e do comércio em todo o Império. Como consta no Relatório Comissão: “Revisão da Tarifa só atingirá ao grau de perfeição quando reunidos coordenados exame e análise das diversas mercadorias, e sua importação [...] conseguir quadros estatísticos feitos com regularidade nas Alfândegas”.⁸⁶¹ As condições para avaliação da realidade econômica do Império não estavam claras, pois não existia qualquer controle sobre os dados

⁸⁵⁹ LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1810. p. 143.

⁸⁶⁰ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 601.

⁸⁶¹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 6.

estatísticos referentes à importação e à exportação nas Alfândegas nem a respeito das exatas informações dos valores das mercadorias. No relatório ficam evidenciadas as dificuldades enfrentadas pela Comissão.

De igual forma, o mesmo ocorre na Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1844. Naquela ocasião foi também tratada esta questão da falta de dados estatísticos nas alfândegas de todo o Império, por não possuírem a documentação necessária para a configuração de uma nova Tarifa com dados precisos. Observa-se que dos anos quarenta aos anos setenta, nada mudou quanto à organização das Alfândegas do Império, apesar da reorganização fazendária feita pelo Decreto nº 384, de 19 de abril de 1844. Como constatado no livro de Buescu (1984) “História Administrativa do Brasil. Organização e Administração da Fazenda no Império”.⁸⁶²

Para se evitar o contrabando e gerar renda para o Império a Tarifa foi reduzida de 40% e 50% para 30% para se obter uma uniformidade que facilitasse a razão de seus direitos e a entrada das mercadorias estrangeiras no Império, gerando renda. As mercadorias sujeitas a direitos na razão de 40%, eram: calçados, fumo, roupa feitas, bebida, vinhos, mobília e licores. A baixa da Tarifa sobre as mercadorias prejudica a indústria fabril e por este motivo a discussão e a Revisão Tarifária de 1879, com uma Tarifa mais protecionista.

De acordo com a lei de 26 de setembro de 1867, os direitos seriam de 20% nos seguintes artigos: tecido de seda, porcelana, cristais, madeira de obra. Esta Comissão (1874) entendia que esses produtos teriam que ter 10% de Tarifa. Consta no Relatório da Comissão: “Os artigos que estão taxados na razão de 40 e 50% faz crer que não houve outro motivo senão a suposta proteção dada às indústrias”.⁸⁶³ O método adaptado para afixar os valores oficiais foi baseado nos preços correntes do mercado do Brasil, em certos artigos. A maior parte das alterações feitas nos artigos da Tarifa foi baseada nos preços do mercado exportador, por não encontrar nas cotações de nossas praças dados suficientes para formar um juízo seguro de seus valores. Por esse motivo, ocorreram aumentos significativos ocasionando reclamações do comércio, da indústria e dos consumidores. Conforme List: “Os direitos meramente fiscais de qualquer espécie, devem sempre ser tão moderados que não restrinjam a importação e o consumo; do contrário, não apenas se enfraqueceria a força produtiva interna (...) deixaria de atingir o objetivo do aumento da renda”.⁸⁶⁴

⁸⁶²BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.

⁸⁶³MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 7.

⁸⁶⁴LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 207.

Aqui entrava o argumento feito no Relatório da Comissão: “Os defensores dizem que os preços que em muitos serviram de base para sobre eles recaírem os tantos por cento, são tão altos e superiores aos dos mercados”.⁸⁶⁵ Em contrapartida, os opositores da questão ponderavam no Relatório da Comissão: “Os que combatem este sistema alegam que é mais fácil certifica-se do preço corrente em nossos portos, do que conhecermos do mercado estrangeiro”.

Da mesma forma que ocorria nos anos quarenta, quando os importadores emitiam duas faturas, de igual modo ocorria nos anos setenta. Muitas casas estrangeiras remetiam duas faturas de seu gênero, uma com o fim de ser apresentada às Alfândegas e a outra, dos maiores ou dos verdadeiros preços, que deveria ser usada como base nas transações. Esse problema não foi solucionado, pois para o comércio importador era fundamental ter essa possibilidade para evitar o pagamento da alfândega de modo correto. Os aspectos da questão do *ad valorem* se abrigam nesta ponderação.

A discussão referente ao preço das mercadorias era fundamental para a aplicação da tarifa sobre cada artigo, porque através da fatura era identificado o valor do produto no estrangeiro e era efetivada a tarifação. Existiam duas posições propostas que deveriam ser avaliadas: uma era a mercadoria que deveria ser tarifada de acordo com os preços correntes do mercado do Brasil e a outra seria a de utilizar a faturas do estrangeiro para poder definir a taxaço. Essa discussão é recorrente durante todas as Tarifas por focar interesses diversos do comércio importador e/ou da indústria.

Para se alcançar uma definição de que posição deveria confirmar, foram utilizados os exemplos de outros países, para fazer uma reflexão sobre o assunto. Interessante notar que desde a Tarifa das Alfândegas de 1844, esta estratégia era recorrente, ou seja, utilizar a experiência dos outros países como exemplo a seguir. Com isso, percebe-se que a organização estrutural das alfândegas não foi realizada, uma vez que os mapas procurados nos anos quarenta, ainda não estavam confeccionados para terem-se os exemplos internos como referenciais. Destaca-se, a seguir, as considerações da Comissão a partir dos exemplos da Alemanha, Espanha, França e da Prússia.

A Prússia que entre as grandes potências foi a primeira que proclamou a liberdade do comércio, e que os olhos de um economista alemão passaram da abstração para a realidade da teoria de Adam Smith sobre a realidade do comércio, não se limitou a este único cometimento. Para cortar toda a discussão em um certo número de Estados, na Espanha notavelmente e nas Repúblicas da América Espanhola, tem-se imaginado pautas de avaliação oficial; mais muitas vezes elas avaliam as mercadorias acima do seu preço venal. Em França a Alfândega aceita o valor

⁸⁶⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 8.

declarado pelo negociante sob a condição de que se as mercadorias lhe parecem estimadas por preço baixo, as possa tomar por sua conta pagando ao proprietário o valor declarado em mais de 10%.⁸⁶⁶

Os organizadores da Revisão ao cumprir as orientações do Artigo 9º da Lei 1.507, de 26 de setembro de 1867, pregavam adaptação do despacho por peso, medida ou número de artigos, segundo prescrevia o Legislador. Era principalmente para a obtenção deste fim que a tarifação a peso foi aplicada em grande vantagem, protegendo as qualidades comuns, de preferência, as mercadorias finas. Todos os artigos da mesma classe, e pouco mais ou menos sem distinção de qualidade, eram submetidos a uma taxa única, e assentadas sobre uma determinada unidade. Consta em Luz: “Redigida num sentido mais liberal, consistia a nova pauta alfandegária numa simplificação dos direitos adicionais, fixando todas as percentagens anteriores numa única de 40 por cento”.⁸⁶⁷

Dessa resolução, resultaria que seriam favorecidos os artigos de luxo, no qual o trabalho excedia a matéria prima, e ficariam severamente tratados os artigos correntes, em que a matéria prima seria o principal elemento. Consta em Relatório da Comissão: “O termo médio que a lei recomendava aplicar as qualidades ordinárias, entre fino e fino, não poderia ser tomado sem se ter em vista que havia grande desproporção em preço”.⁸⁶⁸ E que não convinha sacrificar as qualidades ordinárias as de maior preço.

As reclamações feitas pelos comerciantes, pelas Associações Comerciais e pelo fisco foram levantadas com o objetivo de realizar uma análise para a elaboração da Tarifa. Foram expostas para melhor entendimento sobre a discussão a respeito da Tarifa e de suas taxas. Em particular será apresentada uma breve explanação sobre a organização da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro foi fundada em 1867 sob as bases da Sociedade dos Assinantes da Praça, que atuava na capital do Império desde 1834. A origem desta organização ocorrera desde a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, quando foi entregue a D. João VI, um abaixo-assinado por 109 negociantes que se organizaram naquele momento com o nome de *Corpo de Comércio*. Eles representavam a preocupação dos pequenos lojistas com a penetração dos produtos ingleses no porto do Rio de

⁸⁶⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 9.

⁸⁶⁷ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 42.

⁸⁶⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit., p. 9.

Janeiro.⁸⁶⁹ A história da fundação e estruturação da Associação Comercial do Rio de Janeiro foi exposta no capítulo um desta tese, por ser esta, a primeira Associação Comercial a ser fundada no Brasil. E ainda, pelo fato de se elencar a atuação dos comerciantes nacionais a favor da Associação Industrial do Rio de Janeiro nos anos oitenta.

Deve-se registrar que a Associação Comercial do Rio de Janeiro foi a primeira entidade a revelar suas ponderações e reivindicações através de ofício endereçado à Comissão com as considerações do Presidente Visconde de Tocantins.

Pelas estatísticas que os negociantes de vinhos apresentam, vê-se que os direitos elevados têm trazidos diminuição da sua importação, com grave prejuízo do fisco e da saúde pública, pois a diminuição da importação de gênero tem sido substituída pela sua nociva falsificação dentro do país. Pela representação dos lavradores e negociantes do município de Iguape chega-se a conclusão que com os atuais diminutos direitos que paga o arroz estrangeiro não pode manter-se esse ramo de cultura nacional, sobrecarregado com as despesas de fretes e transportes elevadíssimos.⁸⁷⁰

E mais, os negociantes e lavradores de arroz ambicionavam uma taxa mais alta para se livrarem da concorrência do arroz estrangeiro e os importadores de vinho desejavam uma taxa mais baixa para que pudessem importar os vinhos do exterior. Dentro da mesma Associação Comercial do Rio de Janeiro, verifica-se o antagonismo, no seio da entidade. Era plausível que isto ocorresse, por conta das características da Associação Comercial que possuíam dentro de sua entidade, um grupo ligado aos interesses do comércio nacional e outro ligado ao comércio importador e exportador. Este atributo mais tarde, contribuiria para a Crise dos Chapéus dentro da SAIN, pois havia uma representação do comércio nesta entidade que possuía uma particularidade bem definida, de ter em seus quadros o comércio importador e comércio nacional.

Ao considerar a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, constata-se um grande incômodo de ter em seus quadros a seção do comércio, que possuía integrantes do comércio importador e exportador além do comércio nacional. E ainda, era composta pela seção da indústria fabril e da agricultura que durante boa parte de sua história conviveram sem grandes conflitos internos.

Com esta linha de raciocínio, com advento da Tarifa de 1874, caracterizada por um viés mais do livre câmbio, o comércio foi favorecido com a entrada dos chapéus estrangeiros prejudicando a indústria fabril. Essa reagiu, saindo da Sociedade Auxiliadora da Indústria

⁸⁶⁹VIEIRA, Nívea Silva. **Associação comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política pública para o porto do rio de Janeiro (1869-1934)**. 2014.180 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.

⁸⁷⁰MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 11.

Nacional e fundando a Associação Industrial do Rio de Janeiro em 1881, a primeira entidade a defender a indústria fabril no Império do Brasil, no século XIX.⁸⁷¹

Será tratada a crise dos chapéus neste capítulo quando abordarmos a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Na Tarifa, se depara com inúmeras considerações quanto aos imperativos de cada província. Lembrando que todas as alfândegas do Império e as associações comerciais enviavam suas reivindicações para a comissão revisora na corte, com o propósito de serem contempladas em suas necessidades como já foi aventado no capítulo dois desta tese.

Por sua vez, a ponderação da Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul se dá através de um ofício à Comissão, reivindicando a respeito do artigo de roupas de inverno, argumentando que essas deveriam ser protegidas com uma tarifa para que pudesse contribuir para o seu florescimento. Relatório da Comissão: “Com um clima frio no inverno, muitas fazendas principalmente de lã, como panos, casimiras, chalés, fossem de peso e qualidades diversas, sofreram maior aumento tal que equivale à proibição para essa Província, que vive lutando com um contrabando”.⁸⁷²

Com relação ao contrabando, a partir da perspectiva defendia que a população rural do Rio Grande do Sul encontrava a criminalidade baseada na inserção do conceito de “fronteira-zona”.⁸⁷³ Para Flores: “O contrabando, nessa perspectiva, é visto como uma transgressão da ordem econômica oficial, uma forma de resistência ao modelo capitalista que vinha se impondo e que não deixava outras opções para a classe popular”.⁸⁷⁴ Ressalta-se que a questão do contrabando já foi discutida na Tarifa de 1860 e 1869 e o será novamente nesta Tarifa, quando tratado no Senado a problemática da questão, e que se estenderá ao longo do Segundo Reinado.

Retoma-se a apreciação feita pela Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul que configura sua posição a favor de uma taxa que protegesse as roupas de inverno, pelo fato de que a análise da comissão se faria mediante as roupas de clima fresco e não de roupas de inverno. Seriam taxadas como tecidos, chitas e outros panos que eram mais leves do

⁸⁷¹AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

⁸⁷²MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 11.

⁸⁷³THOMPSON, E. P. **La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin class? In: Tradicion revuelta y conciencia de classe**. Barcelona: Critica 1984; HOBBSBAWM, Eric J. **Rebeldes primitivos estudos sobre as formações arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX –XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁸⁷⁴FLORES, Mariana da Cunha Thompson. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. 2007. 208 f. Dissertação(Mestrado em História) – PPG em História. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 52.

que as roupas de inverno. As roupas de inverno, mais pesadas, foram prejudicadas com essa taxa. A reivindicação da Associação Comercial seria que a taxação deste artigo pudesse ser diferenciada. Afirmava ainda, que se continuasse com essa taxa para o ano seguinte, não seria possível à continuidade da compra dessas roupas no exterior, porque perderiam o mercado consumidor. Em paralelo a discussão referente à taxa, os contrabandistas eram elementos que prejudicavam o comércio dentro da província conforme Flores: “Os grandes carregamentos de contrabando eram feitos por comerciantes que buscavam abastecer suas casas de comércio com os produtos importados”.⁸⁷⁵

Em uma segunda tentativa de argumentação a favor do comércio foi redigido um ofício por uma comissão de seis membros da Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul. Foi nomeada pela Assembleia Geral que elaborou um estudo a respeito das dificuldades enfrentadas pela Província, solicitando ao Governo Imperial apoio ao principal problema que a província enfrentava: o contrabando. Além da dificuldade de determinar os limites dos países vizinhos.

E o comércio lícito sofre profundamente em seus interesses, a indústria, sua companheira inseparável, não poderá de ser contaminada do seu prejudicial contato enfraquecendo-se, se tornará menos importante, se as molas reais de seu mecanismo geral não forem cuidadas com o mais decidido zelo, e as rendas públicas deste Império, fontes principais de seu progresso econômico, sofreram com direta reprodução, o efeito do enfraquecimento dos seus primeiros tributários do comércio e da indústria.⁸⁷⁶

Cabe salientar que a Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul reivindicava a proteção do Governo Imperial, alegando que esse, durante anos, teria sido ineficaz em relação à fiscalização das fronteiras e aos abusos do contrabando realizado junto aos países vizinhos, prejudicando, desta forma, o comércio lícito na Província.

Os países vizinhos favoreceram o contrabando e, do mesmo modo, toda a população das fronteiras do Império contribuiu para a continuidade e crescimento desta prática. Com o contrabando, o fisco não arrecadava a Tarifa relativa à importação de seus produtos e ainda enfraquecia o comércio e a indústria lícita da província. A tese da província do Rio Grande de São Pedro do Sul se configurou como um assunto de relação internacional do Império. Pois, o contrabando prejudicava a economia desta província e revelava as dificuldades da guarnição das fronteiras do Império. Observa-se assim desde o relatório ao Conselho Geral de 1º de dezembro de 1830, quanto à guarnição da fronteira um problema antigo. Segundo

⁸⁷⁵FLORES, Mariana da Cunha Thompson. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. 2007. 208 f. Dissertação(Mestrado em História) – PPG em História. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 7.

⁸⁷⁶MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 12.

Miranda: “O reduzido número de soldados das tropas de primeira linha era insuficiente para guarnecer a longa fronteira e garantir a segurança da população numa região onde as povoações eram muito distantes entre si”.⁸⁷⁷

Vale ainda definir que a economia do Rio Grande do Sul se baseava em uma estrutura dual fundiária, portanto, de formação diversa e dispersa, dificultando a atuação de força de policiamento dentro de um território grande e composto por pequenas e médias propriedades.

Uma estrutura fundiária dual, que contemplava a existência de grandes e pequenas propriedades situadas em zonas espacialmente. Sua produção dirigia-se principalmente para o mercado interno brasileiro, atendendo às necessidades dos outros subsistemas. A grande propriedade não era agrícola nem escravista, que apresentava um baixo nível de absorção de mão de obra e pouca densidade ocupacional.⁸⁷⁸

Efetivamente, existia uma articulação entre a Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul e o Inspetor da Alfândega do Rio Grande do Sul quando apoiavam as ponderações e declaravam em ofício à Comissão Revisora da Tarifa: “Que julga deverem ser atendidas, algumas das alterações dos direitos de diversas mercadorias aponta na representação da Associação Comercial daquela praça levou a presenças de sua Majestade o Imperador”.⁸⁷⁹ Este apoio entre o fisco e o comércio existia e estava convenientemente de acordo com as necessidades do comércio, a fim de gerar mais renda para o Império.

E assim, o Inspetor da Alfândega da Bahia apresentou ao projeto da Tarifa das Alfândegas sua análise circunstanciada, como solicitado pela Comissão Revisora, pela portaria da Tesouraria da Fazenda nº 149, do dia 7 do mês anterior, cujo parecer deveria ser enviado até aquele mês. Consta no Relatório da Comissão: “O mau arbitramento das taxas pode trazer como consequência a diminuição da renda pública, desequilibrando assim o orçamento por serem os direitos de importação a nossa principal fonte de receita”.⁸⁸⁰

A favor da indústria fabril, o Inspetor da Alfândega da Bahia alegava que deveria haver todo o esforço possível para gerar recursos para a Fazenda, mas essa ação não poderia prejudicar a indústria nascente do Império. Como consta no Relatório da Comissão: “[...] e quando elevado, restringir ou proibir a introdução de mercadorias de geral consumo, ou por sérios embaraços as indústrias nascentes que precisam de algum conforto”.⁸⁸¹ Mais uma vez revelava-se que havia no imaginário, tanto dos comerciantes quanto dos funcionários das

⁸⁷⁷MIRANDA, Marcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 232.

⁸⁷⁸SILVA, Sérgio s. e SZMRECSAYE, Tamás. (org). **História Econômica da Primeira República**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec editora USP. Imprensa Oficial, 2002. p. 396.

⁸⁷⁹MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 14.

⁸⁸⁰Ibid., p. 13.

⁸⁸¹Ibid., p. 13.

alfândegas, o fato de que a indústria, mesmo sendo retraída e pouco expressiva, ainda ocupava um espaço na economia que não deveria ser ignorado. Conforme Suzigan & Pelaéz: “O objetivo fundamental (...) era conseguir maiores receitas fiscais para eliminar o déficit orçamentário”.⁸⁸² Apesar deste objetivo explicitado, a indústria seria uma nova oportunidade alternativa de gerar renda para o Tesouro.

Na discussão quanto ao sistema a ser adotado no Império o protecionista ou livre câmbio pode-se verificar a posição deste Inspetor da Alfândega do Rio Grande do Norte, considerando que seria necessário ser feito um estudo mais cauteloso, mas concluiu que foi um trabalho metódico e notável. Nos apelos do negociante da Praça Augusto Lehericy que avaliou o trabalho da Comissão, consta no Relatório da Comissão: “É preciso demonstrar que uma equitativa redução dos direitos, sobre artigos que não podem fazer danosa concorrência da indústria nascente do Brasil não será de menos interesse para a Fazenda Nacional do que para o comércio”.⁸⁸³ A concorrência entre dois países deveria ocorrer mediante um nível similar com referência ao grau de desenvolvimento, dado a uma paridade que não pudesse prejudicar nenhum dos dois na competição internacional.⁸⁸⁴

A defesa das doutrinas econômicas estava em ênfase e era respaldada por ser utilizada por várias nações daquela época. As considerações feitas por esse negociante levantavam a questão da necessidade de salvaguardar a indústria nascente do país, para que pudesse gerar renda para o fisco e estabelecer uma tarifa livre-cambista, capaz de suscitar recursos para a Fazenda Nacional e para o comércio, reduzindo os direitos sem prejudicar a indústria fabril, uma ponderação mais moderada deste negociante. Porém, deve-se observar o grau de alteração na Tarifa de 1874 para as mercadorias.

Reduzia certas taxas de importação, taxas essas que abrangiam três categorias de mercadorias: as sujeitas às razões de 50 a 40 por cento, como bebidas alcoólicas, cristais, porcelanas, e que foram reduzidas para 30 por cento; a razão alegada para essas diminuições era ônus excessivo a que estas categorias ficariam sujeitas, sendo que além da referida taxa estavam obrigadas a pagar também a porcentagem adicional de 40 por cento sobre os direitos; enfim, satisfazendo os clamores da lavoura cafeeira e da estrutura comercial a ela vinculada.⁸⁸⁵

⁸⁸²PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p.69.

⁸⁸³MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 14.

⁸⁸⁴LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

⁸⁸⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 42.

De acordo com as mudanças advindas pela Tarifa de 1874, percebe-se uma transformação nos direitos de 50% e 40% para 30% a favor de mercadorias bebidas, cristais, porcelanas e uma diminuição dos direitos de forma significativa nas mercadorias de primeira necessidade e para outras produzidas no Império. Para Luz: “Diminuía os direitos sobre os gêneros de primeira necessidade a ela vinculada, mesmo quando produzida no país, como vela, chitas, algodão cru e liso; o mesmo acontecia com os que recaíam sobre os artigos de luxo, mas então com o fito de neutralizar o contrabando”.⁸⁸⁶

Desta envergadura pode-se verificar o conflito entre a indústria e o comércio importador. Já os negociantes Backheuser e Meyer discutiam um ponto importante, referente ao trabalho dos Conferentes das Alfândegas. O argumento era de que muitos Conferentes das Alfândegas não possuíam as habilidades e conhecimentos teóricos e práticos quanto aos seus afazeres, e que, por esse motivo, provocavam bastantes reclamações, tanto do comércio quanto da indústria.

A falta de preparo quanto à execução das tarefas ocasionava dificuldades na avaliação dos preços taxados nas mercadorias. Isto ocorreu nos anos quarenta e persistiu até os anos setenta. Constatava-se que não havia um curso preparatório para os funcionários das alfândegas, e sim, um livro chamado “Regulamento para os Empregados das Alfândegas”, com normas a serem seguidas. Por esse motivo, havia inúmeros problemas quanto à conferência e taxação das mercadorias chegadas às alfândegas. De fato, uma reclamação expressa na Tarifa de 1844, tem como referência ao hábito de não serem honestos os funcionários das alfândegas, por não aplicarem o Regulamento de 1844 de forma correta, no que se referia à avaliação das mercadorias, nos anos quarenta.

Outro fato interessante era que os empregados das Alfândegas além de seus vencimentos, de acordo com o cargo em execução, ainda tinham direito a porcentagens e gratificações mediante o Artigo 72. Consta no Regulamento das Alfândegas: “As porcentagens e gratificações são devidas unicamente pelo efetivo exercício dos empregados”.⁸⁸⁷ Esta porcentagem era calculada devido à renda arrecadada, mas deduzida o recurso mediante critérios já estabelecidos no artigo 73. Mais adiante, o Regulamento exposto no artigo 86 amplia os direitos dos empregados das Alfândegas.

Art.86. Os empregados das Alfândegas, qualquer que seja a sua classe, os Comandantes, Guardas, Vigias, e pessoal da equipagem das embarcações fiscais, além dos vencimentos marcados nos artigos antecedentes, terão direito: 1º, ao produto das apreensões que fizerem; 2º, a metade das multas impostas em virtude de

⁸⁸⁶LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 42-43.

⁸⁸⁷BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1876**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. p. 26.

participação ou diligência sua, depois que estas se tornarem irrevogáveis, e forem liquidadas e cobradas, salvo nos casos em que por disposição expressa dos Regulamentos se dever proceder de outro modo; 3º, as ajudas de custo e gratificações autorizadas nos mesmos Regulamentos.⁸⁸⁸

Apropriado esclarecer que era legítimo o vencimento, a ajuda de custo e as gratificações dos empregados das Alfândegas que constavam no Regulamento desde a década de quarenta e possuíam este artigo possibilitando aumento de gratificações mediante as multas, apreensões feitas pelos funcionários em seu trabalho, por isso as reclamações do comércio importador.

E ainda, quanto à análise da Tarifa, Júlio Janvrot expôs seu juízo, com relação ao seu estudo, em um ofício dirigido ao Ministro da Fazenda. Esse foi um auxiliar na Revisão da Tarifa de 1869, relatando alguns apreços sobre a mudança que percebia ser necessária para o bom andamento da Revisão. A primeira sugestão emitida foi a respeito da criação de uma Comissão Permanente para a Revisão da Tarifa, no Império. Relatório da Comissão: “Os critérios para a Comissão Permanente seriam que se reunisse uma vez por semana, e que fossem auxiliados por negociantes reconhecidos com objetivo de estudar a tarifa de maneira mais profunda”.⁸⁸⁹

A referida Tarifa seria dividida em seções, com a intenção de discutir as diversas classes. Nesta sugestão, observam-se a grande dificuldade encontrada na elaboração de uma tarifa, assim como o tipo de análise que se fazia necessário, para se alcançar maior êxito em sua organização. As reivindicações dos grupos interessados - o fisco, a indústria fabril e o comércio - deveriam ser escutados e atendidos.

Um ponto conflitante nas Tarifas era o fato de não haver uma posição concreta quanto a que grupo deveria favorecer, e a qual sistema protecionista ou de livre câmbio, cada Tarifa iria pertencer. Percebe-se que a questão da gerência da Tarifa quanto ao sistema, era a raiz de todas as revisões que foram feitas ao longo do Segundo Reinado. Havia uma flexibilidade quanto a sua formação, com o intuito de abarcar as possíveis reivindicações de cada grupo interessado na elaboração da Tarifa.

Conforme Luz (1975), Holanda (2012) e Almeida (2001) abordaram a questão, afirmaram que seria uma visão diferenciada sobre a posição do Império quanto a tomada de decisão por qual sistema optar, não sendo protecionista à risca e nem um livre-câmbio consolidado, mas com liberalismo moderado. Quanto ao protecionismo tem-se ainda a posição de Versiani. Para Versiani: “Seria, porém, um erro considerar o protecionismo um

⁸⁸⁸BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1876**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. p. 229.

⁸⁸⁹MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 16.

mero subproduto de um sistema tarifário de orientação fiscal: o próprio fato de que o efeito protecionista das tarifas tenha crescido continuamente, pelo menos a partir de 1870, nos leva a crer que essa tenha sido também um objetivo intencional da política de tarifas”.⁸⁹⁰

Como já discutido anteriormente, o professor José Murilo de Carvalho já demonstrava que apesar da simpatia que o livre câmbio exercia no parlamento havia uma dificuldade que não foi ultrapassada.

No que se refere ao domínio econômico, portanto, os conselheiros em a maioria não se deixavam levar nem pelos exemplos ingleses, nem pelas doutrinas dos economistas liberais. Seja pela tradição mercantilista herdada de Portugal, seja pela percepção clara da inadequação de tais doutrinas à realidade brasileira, quando se tratava de decidir questões práticas eles optavam sempre pelo protecionismo, pela intervenção governamental, pela não confiança nos mecanismos de mercado. De alguma maneira, percebiam que o caminho brasileiro para a civilização não passava pelas direções apontadas pela Economia Política, embora não souberam dizer exatamente por onde deveria passar.⁸⁹¹

Refletindo sobre esta nova interpretação referente a pôr qual sistema optar pode-se ver que segundo Geraldo Beauclair M. de Oliveira, a posição do Império advogava uma nova forma de encarar a economia, mas por outro lado pode-se verificar que esta nova forma de fazer política econômica incentivou um conflito entre segmentos determinados, como a indústria e o comércio importador. Essa luta existente entre os dois sistemas e qual aplicá-lo no Império se ergue no fato que de maneira propositada ou sem intenção foi sendo ajustado de maneira a reinventar a forma de aplicação da Tarifa das Alfândegas do Império no Segundo Reinado.

Para se conjecturar de que forma foi elaborada a nova Tarifa, serão analisados os avanços e os retrocessos efetuados no Novo Projeto da Tarifa. A princípio serão examinados: o direito de consumo e importações, isenção de direito de consumo, gêneros proibidos, aplicação da Tarifa, tecidos mistos, mercadorias omissas na tarifa, despacho por *ad valorem* ou fatura, impugnação, abatimento, peso líquido, peso bruto, tara, avarias, quebras, formalidades das notas para os despachos e disposição diversas, além da divisão em classes.

Quanto aos direitos de consumo ou de importação, a Comissão Revisora definiu o artigo 2º estabelecendo a taxa adicional de 40% calculada pela importância dos direitos de consumo, quer fixos ou calculados *ad valorem* ou por fatura, na ordem do artigo 11 da regra 4 da lei nº 2348, de agosto de 1873 e do Decreto 5355, de novembro do mesmo ano. Consta no Relatório da Comissão: “Deste modo a taxa adicional será de 40%, indistintamente lançada

⁸⁹⁰ VERSIANI, F. R. **Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 34 (1): 3- 40 Jan/Março, 1980. p. 30-31.

⁸⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Unib, 1980. p. 120.

sobre todas as mercadorias, facilitando o cálculo e o expediente e uniformizando a imposição sob o mais perfeito pé de igualdade”.⁸⁹²

O comerciante Alexandre Taylor demonstrou em seu depoimento as dificuldades enfrentadas pelo comércio quanto à verificação dos valores das mercadorias nas alfândegas. Consta no Relatório da Comissão: “Por várias vezes que pelo processo de arbitramento nos despachos *ad valorem*, o gênero submetido ao despacho tem sido avaliado pelos senhores Conferentes a um algarismo muito superior a seu verdadeiro valor”.⁸⁹³

Contudo, não concordando com esta opinião, a Comissão restabeleceu as disposições dos artigos 16^a e 17^a da Tarifa em vigor, isto é, que o preço regulador para o despacho *ad valorem*, era do mercado exportador com aumento de todas as despesas posteriores a compra, tais como: direitos de saída, frete, seguro, comissão, até o porto desembarque, e na falta destas informações, a preço do mercado importador em grosso modo e atacado.

Referente aos tecidos mistos e sua posição, a Associação Comercial do Rio Grande do Norte argumenta, como consta no Relatório da Comissão: “Os tecidos de algodão com mescla de lã ou linho pague direitos maiores do que os de algodão puro, e que os de lã ou linho puro; o comércio acha injusto que naqueles se aumente 20%, enquanto este tem abatimento de 10%”.⁸⁹⁴ A Comissão adaptou a ideia do projeto, e nenhuma alteração foi feita, apesar de reconhecer que o meio eficaz para determinar precisamente a quantidade de seda contida em um tecido qualquer, seria a verificação por meio de peso. Mas este sistema ocasionava alguma demora no despacho.

Havia muitas discussões quanto a tecidos de algodão sejam mistos, crus ou lisos por ser a produção interna significativa no Império. Conforme Lamarão: “Entre 1870-1875, foram fundadas na região 13 novos estabelecimentos - três na província do Rio de Janeiro, seis na de São Paulo e quatro na de Minas Gerais que passou então a contar com um total de 16 industriais de tecidos”.⁸⁹⁵ E havia ainda, em Alagoas e Bahia, mais indústria de acordo com Stein: “Em 1874, as sete fábricas de algodão da Bahia e de Alagoas ainda faziam fios torcidos de algodão, panos de segunda para sacos e roupas para ‘pessoas de cor’”.⁸⁹⁶ Uma quantidade

⁸⁹² MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 17.

⁸⁹³ Ibid., p. 23.

⁸⁹⁴ Ibid., p. 20.

⁸⁹⁵ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 45.

⁸⁹⁶ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 39.

significativa de indústrias produzia tecidos por todo o Império e tinha seus interesses atrelados a proteção desta mercadoria.

Levando em conta outro aspecto com referência ao peso bruto e líquido, existem observações efetuadas pela Comissão da Tarifa da Alfândega de Pernambuco e Inspetor da Tesouraria do Ceará que apresentaram suas queixas a Comissão Revisora da Tarifa das Alfândegas, a fim de alcançarem suas petições. Quanto às questões levantadas pelo Inspetor da Tesouraria do Ceará, consta no Relatório da Comissão: “por peso bruto se de tomar o da mercadoria em um envoltório designado na tarifa que será o imediato a mesma mercadoria, caso haja mais de um envoltório”.⁸⁹⁷ Essa ressalva ocorria pelo fato de que, ao pesar a mercadoria, o importador sofria o imposto mais alto por causa do envoltório. Esse seria um ponto de discordância entre o comerciante e a alfândega.

Observa-se também o que a Comissão da Tarifa da Alfândega de Pernambuco conceituava por peso líquido, a saber, no Relatório da Comissão: “[...] o da mercadoria separada de seu envoltório tanto externo quanto interno, com exceção unicamente das matérias necessárias à sua conservação e forem com ela como parte integrante”.⁸⁹⁸ Em relação ao peso, Lackman e C^o discutiram sobre a questão do peso líquido, por compreenderem que poderia causar confusão no momento da pesagem na Alfândega.

Como consta em Relatório da Comissão: “Porque em uma, abate-se todos os envoltórios, e em outras, abate-se somente aqueles que servem para um bom acondicionamento”.⁸⁹⁹ Os importadores por mais que exigissem dos fabricantes no exterior a adaptação às disposições da Tarifa, não conseguiam. Por esse motivo, teriam que declarar o que estava na fatura, incluindo os envoltórios, ocasionando, assim, uma tarifa muito alta para os importadores. Essa questão trazia discussões intermináveis entre a alfândega e o comerciante importador. Na Tarifa mais livre cambio de 1857 o comércio conseguiu ser isenta do peso do envoltório.

Quanto à questão das avarias nas mercadorias chegadas às alfândegas, Backeuser & Meyer relata que os importadores atribuíam inúmeras questões quanto às condições das avarias das mercadorias. A primeira queixa seria que o importador só possuía três dias para reclamações contra o abatimento e avarias da mercadoria e que os negociantes não poderiam ter caixeiros em todas as alfândegas, para poder cuidar das mercadorias e verificar as condições de cada volume chegado ao porto. Backeuser & Meyer identifica que a

⁸⁹⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 25.

⁸⁹⁸ Ibid., p. 25.

⁸⁹⁹ Ibid., p. 26.

administração dos trapiches e os capatazes das Alfândegas não informavam a realidade das avarias a tempo de se tomar providências.

O Regulamento das Alfândegas instruía sobre a responsabilidade de notificar as avarias das mercadorias. No Regulamento das Alfândegas: “pelas que sofrerem as mercadorias serão responsáveis os empregados das alfândegas que as tiverem sob sua guarda, ou sujeitas a seu exame, provando-se que foram ocasionadas por culpa ou negligência sua, ou porque poderiam ter evitado”.⁹⁰⁰ Seria de responsabilidade dos empregados fazer a notificação a tempo de o importador resolver a questão, por esse motivo as queixas são fundamentadas.

Vale a pena ressaltar que as dificuldades enfrentadas na Revisão de 1874 quanto a avarias, quebras e demais problemas gerados dentro das Alfândegas já ocorriam nas Tarifas de 1844. Ao se fazer esta breve alteração sobre as questões de avarias, quebras, pretende-se apenas confirmar as discussões entre o fisco e o comércio importador.

Ainda sobre os abatimentos para quebras das mercadorias, Alexandre Taylor expôs sua posição como consta no Relatório da Comissão: “O abatimento de 3% por objeto de ferro fundido tem sido letra morta, porque opinam os Conferentes, que só deve ser concedido quando a parte se sujeitar a pagar os direitos pelo peso líquido legal e não despachado pelo peso líquido real”.⁹⁰¹ A Comissão revisora se posiciona da seguinte forma quanto à tese de Taylor – Relatório da Comissão: “Elevou o abatimento concedido pelo artigo 37 do Projeto a 5 %, por parecer justo, e primeiro os abatimentos concedidos ao líquido importados em cascos que se demorem por mais de dois meses”.

A uniformização da taxa para os abatimentos em relação à quebra de mercadorias, estabelecia o período que a mercadoria poderia ficar na Alfândega e também a que taxa de abatimento que poderia ser dada, até o limite de seis meses, conservando o abatimento de 2% e 3% para os alcoólicos sujeitos a evaporação e 5% para qualquer outra mercadoria de vidro ou de barro. Ficou determinada uma avaliação mais coerente com relação ao tempo de permanência na Alfândega para que houvesse uma liberação do espaço ocupado da mercadoria. Sobre a importância das bebidas, em particular dos vinhos, essas eram mercadorias discutidas em quase todas as Tarifas por haver fabricação interna e por ter concorrência com o mercado externo dentro do Império.

A de Pernambuco fez-se distinta por variada exposição de licores mais ou menos finos: nas aguardentes coube a palma ao Rio de Janeiro. Abundaram vinagres e vinhos; Rio Grande do Sul toma a frente fabricante de vinhos a fundar o mercado;

⁹⁰⁰BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1876**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. p. 27.

⁹⁰¹Ibid., p. 30.

mas S. Paulo desenvolve em grande escala o cultivo da parreira e a fabricação do vinho da uva. A cerveja é hoje indústria generalizada em quase todas as províncias. Nesta seção industrial a Exposição de 1873 excedeu também sob todos os pontos de vista às suas anteriores.⁹⁰²

Ainda discutindo sobre bebidas e sua importância no mercado interno, entre as diversas firmas discutindo o assunto, vê-se esta interessante visão dos comerciantes: Alexandre Taylor, Frederico Strack, e Watson Ritchie, quanto às notas de despacho. Taylor traz a discussão e faz menção de uma taxa de 5% a mais para quem não declarar de forma exata o peso, medida, quantidade e a qualidade de toda a mercadoria. Consta no Relatório da Comissão: “Esta multa será superior ao lucro que se poderia perceber no gênero submetido a despacho, na oposição ao artigo 42 que estabelece o princípio de assemelhação de gênero desconhecidos”.⁹⁰³ Conforme o Regulamento das Alfândegas: “Aos conferentes incumbe indicar as mercadorias a que devem ser assemelhadas as não contempladas na tarifa”.⁹⁰⁴

Em se tratando de identificar a questão exposta da indústria de Frederico Strack & Cº que expunham a questão da multa de 1 ½ % devido à declaração incompleta de notas de despachos, efetuada por declarantes com intenção de subtrair o imposto devido. Assim posto, inúmeras mercadorias eram inventadas por ano, e nem o negociante, muito menos o conferente as conheciam. Por esse motivo, não poderiam classificá-las sem um breve exame. O A. F. Ritchie & Cº reforçou o argumento dos demais comerciantes, em relação à taxa de 5% e 1 ½%, onerosa e infundada. Foram atendidas pela Comissão Revisora as reivindicações deste grupo de firmas que questionavam as taxas por má declaração ou por não ter especificado peso, qualidade, quantidade e medida.

De acordo com o comerciante John Moore & Cº, esse proferia em referência à questão do artigo 49 - que predizia multa devido a erros na nota de despacho. Mas ainda assim, se fazia necessário perceber que existiam mercadorias de difícil identificação quanto à classificação. Deve-se acrescentar com relação às multas, que em todos os países mais adiantados, o sistema de dividir a multa com o empregado da alfândega deixou de existir, pois se verificou que o semelhante sistema incitou muita cobiça por parte do empregado. O sistema mais reconhecido era de que toda e qualquer multa seria devolvida ao bem da Fazenda Nacional.

⁹⁰² BRASIL. Comissão Brasileira à Exposição Universal de Viena, 1873. **Relatório da Comissão Brasileira que representou a Império do Brasil na exposição de Viena D’Áustria em 1873, pelo secretário Manuel de Augusto**. Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1873. p. 20-21.

⁹⁰³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 30.

⁹⁰⁴ BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1876**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. p. 24.

Nos anos quarenta, na Tarifa de 1844, a indicação quanto à cobiça dos empregados das alfândegas com referência às multas emitidas, já existia e gerava transtornos e reclamações quanto à divisão das multas entre este e o fisco. Esta prática persistiria até os anos setenta do século XIX, trazendo dificuldades em identificar se as multas estariam corretas ou seriam por ambição do empregado que ganharia sua porcentagem em cada multa emitida. Ao longo da Tarifa de 1844 e até a Tarifa de 1874, verificar-se-á que não houve mudanças na conduta e fiscalização dentro das alfândegas do Império.⁹⁰⁵ Faz-se uma crítica quanto à atuação do funcionário conferencista da Alfândega que estabelece multa a sua livre interpretação, quando mais notória a antipatia de certos empregados aos despachos ao se verificar o peso, quantidade ou medida do gênero. John Moore & C^o utilizando o artigo 51, declarou que era quase tolhido ao comércio, o direito de fazer a verificação prévia das mercadorias.

Este arrolamento servirá para identificar a luta entre a indústria fabril e o comércio e demonstrará de forma consistente as mercadorias que mais foram discutidas na Revisão. Serão detalhadas as mercadorias mais debatidas e não todas as mercadorias que foram demonstradas. A Classe 1^a. Animais Vivos e Dessecados. Nesta classe estabeleceram-se taxas fixas para as galinhas e outras aves domésticas, para os camelos e dromedários, para os coelhos e lebres, para o gado ou caprino, suíno e vacum. Pois esses eram livres de direitos de consumo, como se viu no Projeto, e mesmo na Tarifa vigente, executados nesta, os coelhos e lebres que pagavam direitos de expedientes na razão de 5%. Assim, em vez de serem artigos favorecidos eram onerados. Com as taxas fixas e módicas lançadas pela Comissão Revisora a esses objetos, elas ficaram assim protegidas.

Com referência à classe 2^o. (Cabelos, pelos e penas), os comerciantes Fernandes Braga e C^o e mais 23 fabricantes de chapéus formularam um abaixo-assinado com as suas reivindicações a respeito de proteção tarifária para os produtos necessários à indústria fabril no Império. Fernandes Braga e C^o apareceu nas discussões quanto à indústria fabril ligada aos chapéus e ainda fez parte da Associação Industrial do Rio de Janeiro, criada no ano de 1880, após a Crise do Chapéus. Com a luta da indústria fabril, versada pelo abaixo-assinado, o que se almejava era alcançar a proteção tarifária tão necessária, e assim dar condição ao desenvolvimento e ao progresso da indústria.⁹⁰⁶

Movidos por essa forte convicção de suas reivindicações expostas no abaixo-assinado, apresentaram à Comissão Revisora da Alfândega, encarregada da confecção da nova Tarifa

⁹⁰⁵BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1876**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.

⁹⁰⁶AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

com uma cópia endereçada ao Exmo. Senhor Conselheiro, de Ministro de Obras Públicas, e do Comércio. O Ministro defende a representação exposta no documento Relatório da Comissão.

Esta representação de calar bem ao espírito dos encarregados desta melindrosa tarefa par que ouse acrescentar qualquer coisa aos bem deduzidos fundamentos que nela se acham exarados, apenas lamentarei em nome da nossa sociedade, se o poder competente ficar surdos a tão justas reclamações, ditadas todas pelo interesse que no meu entender ligam os signatários ao progresso e desenvolvimento de uma indústria, que tão vantajosa e útil, tomada elevadas proporções entre nós se for um pouco favorecida; tanto mais que para se alcançar desinteresse não se faz mister o menor sacrifício do Estado, que nesta questão tem tudo a lucrar e nada a perder. Deixando de parte outras considerações e a aqui me poderia levar o estudo dessa importante matéria, continuarei a historiar os trabalhos da seção da indústria fabril.⁹⁰⁷

Estas palavras do Ministro mostram convincentemente que o abaixo assinado nessa representação teve a oportunidade de lembrar medidas que ligariam os interesses da fazenda pública e dos consumidores com o ramo do comércio a que pertencem. Contudo, essa representação foi repelida pela Comissão Revisora. A primeira atuação da seção da indústria fabril a favor de seus interesses ocorreu na Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1869. Naquela oportunidade estava já caracterizado o conflito direto entre a seção do comércio e da seção da indústria em sua luta pelo crescimento da indústria fabril no Império e, mais uma vez, a seção da indústria fabril não alcançou êxito em suas reivindicações junto ao Governo Imperial.

As relações de forças que cobravam no Império brasileiro se coordenavam dentro do espaço político através de articulações e acordos referentes a leis e propostas das mais diversas que inferiam na direção que o Império seguiria. Para tanto a seção da indústria tentava mais uma vez uma articulação no âmbito político a fim de garantir algum benefício para as indústrias existentes.

Nota-se nesta Revisão da Tarifa de 1874 a segunda ação concreta da seção da indústria fabril, que pertencia a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, se posicionando a favor de seus interesses junto à Comissão Revisora, chegando ao ponto de elaborar uma representação junto à Comissão e ao Ministro. O objetivo era pedir proteção tarifária à Indústria fabril quanto aos materiais de consumo para as suas fábricas de chapéus. A luta dos fabricantes de chapéus no Império se configura neste momento, em que pela segunda vez se levantam para expor suas necessidades e com isso ganham a visibilidade necessária para o confronto. A continuação da relação entre comércio e indústria fabril está narrada na Revisão

⁹⁰⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 31.

da Tarifa de 1874 e com isso, pode-se identificar a continuidade da gestação da classe burguesa no Império.

A alegação feita por Joaquim Álvaro da Armada & Cº junto com mais 15 fabricantes que importavam os chapéus semielaborados - seção do Comércio- defendem a representação dos fabricantes dos Chapéus nacional - seção da Indústria fabril junto à Comissão Revisora. Segundo os comerciantes, havia uma sobrecarga na taxa das matérias primas que importavam para as suas fábricas de chapéus nacionais, tais como: galões, fitas, forros, pelúcia e pelo.⁹⁰⁸

Apresentando a considerada da Ilustrada comissão da reforma a exposição o fiel de seus sentimentos, julgam-se obrigado a fundamentar nas razões pelas quais pedem redução na taxa das principais matérias primas, aumento em algumas limitadas qualidades de chapéus que depreciam o fabrico nacional, pela semelhança a impossibilidade de competência. São tão fieis aos seus princípios de convicção que reconhecem que a necessidade de redução de algumas taxas de limitadas qualidades de chapéus, que animaram a importação em maior escala, e certamente trarão maior fonte de renda aos cofres públicos, cessam a causa que faz limitar a importação dele. O aumento pedido nas taxas limita-se aquelas qualidades que no país se fabricam, e se podem fabricar com perfeição e em competência com o estrangeiro, como sejam os de lebre, pelúcia de seda e seus estofos, os de lã e os seus tecidos.⁹⁰⁹

A defesa aberta aos fabricantes de chapéus da seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional realizada pelo comerciante Joaquim D'Armada (seção do Comércio) e seus companheiros, sinalizou que a defesa se caracterizava pelo argumento no qual os fabricantes nacionais deveriam ter acesso às matérias primas com taxas mais baixas, para a entrada desses materiais a fim de impulsionar o desenvolvimento de suas fábricas no Império. E os fabricantes nacionais afirmavam que as taxas de alguns chapéus poderiam ser baixadas para o aumento da renda para o Tesouro. Nesta situação, não havia ainda conflito de interesses, mas uma relação cordial entre os fabricantes nacionais e o comércio importador. Algumas questões serão expostas a seguir para caracterizar o conflito entre a indústria fabril e o comércio, como a questão do vinho e dos chapéus de pelúcia e de seda.

De acordo com os Conferentes da Alfândega da Bahia, a representação dos fabricantes de chapéus nacionais assim se manifestavam, segundo o Relatório da Comissão (1874, p.41), “Não nos parece regular que estes chapéus paguem a taxa dos lisos, quando os de feltros de lã, assim como os outros fabricados em outras matérias, manda despachar em *ad valorem*, sendo enfeitados”.⁹¹⁰ Ainda sobre o mesmo artigo, apresentado pelos fabricantes de chapéus da

⁹⁰⁸LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2 . 1978; LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

⁹⁰⁹MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 41.

⁹¹⁰Ibid., p. 41.

indústria fabril nacional, os Conferentes da Alfândega de Santos mencionavam uma sugestão para equacionar a taxa sobre os chapéus e sua matéria prima. Segundo Leopoldi: “A tarifa era uma das demandas mais constante dos industriais porque era através dela que se fazia a defesa contra a concorrência do produto importado”.⁹¹¹

Deve-se registrar a cobrança dos direitos dos chapéus com enfeite, sujeito a direitos por fatura, se lhe aumentasse tantos por cento sobre a respectiva taxa dos lisos, pois que a falta de faturas ou a ocultação delas não oferecem dados para uma decisão justa. Lutava-se por questões intermináveis para o conhecimento pleno dos chapéus de pelo, de lebre, de castor e de feltro. Talvez, uma taxa estabelecida do termo médio do valor oficial dos ditos chapéus fosse equivalente, sem prejuízo a Fazenda Nacional, terminando assim as questões

A sugestão do Conferente da Alfândega de Santos demonstrava a problemática quanto à taxa sobre os chapéus de feltro, chapéus de pelo de lebre e os chapéus de pelo de castor, que na próxima Revisão da Tarifa a de 1879 seria discutida de forma mais objetiva. Segundo Relatório da Comissão: “Reconhece que alguma razão assiste aos fabricantes de chapéus desta cidade, mas parece não ser a ocasião a mais acertada para elevar os direitos de certos artigos como pedem”.⁹¹² A discussão quanto à proteção dos chapéus se prolongou até a sua crise, que seria definitiva e fatal para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Consta em Leopoldi: “O primeiro movimento organizado de que se tem notícia visando a um protecionismo tarifário à indústria se deu com os produtores de chapéus no Rio de Janeiro, nos anos 70”.⁹¹³

Quanto à classe 3º, (peles e couros) no item, calçados, John Moore e Cº analisam sobre a questão conforme Relatório da Comissão: “botinas de cano alto para meninas e senhoras abordando que o aumento de 30% nos direitos que a Comissão propõe é muito alto e prejudica os importadores. A Comissão Revisora aceita a reivindicação e diminui para 20%”.⁹¹⁴ Prejudicando a indústria nacional, que nesta época possui um desenvolvimento significativo.

Conforme Lobo: “A fabricação de calçados no Rio de Janeiro era de boa qualidade, as empresas empregavam o trabalho mecânico, máquinas de costura Singer e máquinas de cortar

⁹¹¹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 95.

⁹¹²MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 41.

⁹¹³LEOPOLDI, op. cit., p. 95.

⁹¹⁴MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 42.

sola”.⁹¹⁵ Na Terceira Exposição da Indústria: “Progride não menos a sapataria; todos os louvores lhe são devidos; mas, apesar de suas belas exposições, que assemelham delicadeza e esmero de trabalho, ainda não igualam a perfeição das melhores fábricas da França e a fortaleza da Inglaterra”.⁹¹⁶ De acordo com a ponderação da Exposição de 1873, tinha-se ainda um caminho a percorrer e por este motivo a necessidade de proteção para a indústria de calçados.

Com referência ao item bacalhau, presente na classe 4º (carnes, peixes, materiais oleosos e outros produtos de animais), John Moore & Cº afirmam no Relatório da Comissão: “Como importadores em grande escala não podemos deixar de protestar contra o aumento dos direitos sobre a mercadoria. Lembremos a Comissão que o bacalhau é consumido pelas classes mais pobres”.⁹¹⁷

A Comissão julgou conveniente conservar a taxa de 10 réis, que com a porcentagem de 40%, ora estabelecida, perfazia a 14 réis. Consta em Soares: “De 15 de setembro de 1858 foram reduzidas algumas das taxas da Tarifa de 28 de março de 1857, entre as quais a do bacalhau que pagava 1\$500 em quintal”.⁹¹⁸ Já na Revisão da Tarifa de 1844 a redução da Tarifa para este item era efetuada.

Com alusão a carne de vaca seca (charque), a taxa era de 20 réis por quilograma, sujeito ao adicional de 5%, e porcentagem sobre os direitos de 28%, o que perfazia a quantia de 35, 6%. Com a taxa proposta pela Comissão que organizou o Projeto, de 30 réis, com a porcentagem de 40%, perfazia 42 réis. A Comissão revisora hesitou em escolher uma dessas posições pela importância que tinha esse artigo de grande consumo e de primeira necessidade, mas entendeu que a taxa proposta de 30 réis seria a mais adequada. Consta em Correia: “A indústria rio-grandense luta, porém, com grandes dificuldades, que se podem resumir no seguinte e que a colocam ainda em situação desfavorável na concorrência que lhe faz o gênero platino”.⁹¹⁹

Quanto ao charque durante boa parte do Segundo Reinado foi, juntamente com o bacalhau, produto muito consumido pela população mais pobre do Império daí a discussão

⁹¹⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 191.

⁹¹⁶ BRASIL. Comissão Brasileira à Exposição Universal de Viena, 1873. **Relatório da Comissão Brasileira que representou a Império do Brasil na exposição de Viena D’Áustria em 1873, pelo secretário Manuel de Augusto** Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1873. p. 22.

⁹¹⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p.43.

⁹¹⁸ SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. p. 294-295.

⁹¹⁹ CORREIA, Inocêncio. Serzedello. **O problema econômico no Brasil. Brasileira: Senado Federal.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 149.

sobre seu preço. De acordo com Soares: “Estas taxas da Tarifa de 1844 foram reduzidas pela Tarifa de 1857 em 10%, visto, que as suas taxas se calcularam na razão de 15%, quando eram antes da reforma calculadas na de 25%, mas ainda pelo decreto de 1858 tornaram a ser reduzida”.⁹²⁰

Ao mencionar as velas sterarinas, Alexandre Taylor faz uma análise com relação à Tarifa. Segundo Relatório da Comissão: “Afirmando que a Comissão revisora e seus membros reconheciam que o valor da taxa era alto para este artigo. E que a quantidade de vela não abarcava a necessidade de todo o Império”.⁹²¹ Tem-se uma discussão quanto à qualidade e à quantidade de produção de velas nos anos setenta.

No final da década de 1870, os estabelecimentos produziam apenas velas ordinárias por encontrarem um mercado garantido para elas. Só a partir da instituição de uma política tarifária mais protecionista em 1879, os estabelecimentos de sabão e velas puderam competir com os produtos importados e superar as dificuldades, dando então início à produção de velas de melhor qualidade e em condições de concorrer com as similares europeias.⁹²²

Mais tarde, na Revisão de 1879, haveria uma ação mais significativa da indústria fabril com relação a este assunto, retornando ao debate quanto a sua proteção. De acordo com o autor com o decorrer da década houve mudança transformadora com uma Tarifa mais protecionista e uma discussão mais acalorada quanto às reivindicações dessa indústria.

Mas, em se tratando de outro artigo, o arroz, presente na classe 7ª (Legumes, Farinha e Cereais), os lavradores e comerciantes dos municípios de Iguape, Xiririca e Cananeia da província de São Paulo, pediram o aumento de direitos sobre o arroz importado do estrangeiro, pela concorrência vantajosa que enfrentava este gênero, com o produzido nos municípios, pois julgavam que sua produção era suficiente para abastecer o Rio de Janeiro. Consta em Correia: “Gênero de extraordinário consumo em nossa alimentação, não há casa de pobre ou rico onde todos os dias, no almoço e no jantar, não apareça o arroz. Com tristeza confesso que o importamos quase todo do estrangeiro”.⁹²³ Até mesmo nos primeiros anos do século XX tem-se ainda uma discussão sobre a importação de arroz para o Brasil.

Independente das argumentações, a Comissão julgou que não seria necessário atender a reclamação, uma vez que esses municípios não poderiam suprir o mercado de todo o

⁹²⁰ SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. p. 295.

⁹²¹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 45.

⁹²² LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 61.

⁹²³ CORREIA, Inocêncio. Serzedello. **O problema econômico no Brasil. Brasileira: Senado Federal**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 183.

Império. Um dos critérios da Comissão Revisora de 1874 se alicerçava no fato de que a mercadoria produzida no país para ser protegida pela Tarifa deveria poder abastecer todo o mercado do Império. Se não fosse possível tal fato, esta mercadoria não poderia ter o privilégio da proteção.

Outras mercadorias muito discutidas, pertencentes à classe 9ª (sumos ou sucos vegetais, bebidas alcoólicas e fermentadas e outros líquidos) nas Tarifas de 1844 a 1889, foram bebidas, vinhos, cerveja e as demais fermentadas por ser de indústrias em franco desenvolvimento, que defendiam espaço no mercado do Império com capacidade de enfrentar à concorrência estrangeira. A taxa dos artigos - álcool, brandy, rum e conhaque - era de 600 réis o litro e a razão de 50%. A Comissão julgou conveniente reduzir a taxa de 500 réis, e a razão dos direitos de 30%, atendendo as reclamações que lhe foram feitas, tendo em atenção o fato de serem artigos que também serviam a indústria. A taxa da cerveja foi reduzida para 120 réis o litro, e mais tarde foi elevada para 130 réis, pela Comissão que organizou o Projeto. Já os licores comuns e doces, teve a razão dos direitos alterada para 30%, conservando a taxa atual que era de 400 réis por litro. O vinagre comum ou de cozinha pagava pela Tarifa atual, 50 réis o litro e pelo Projeto, essa taxa foi elevada para 60 réis.

Cabe registrar o artigo vinho, que por ser de primeira necessidade, alterou-se também a razão dos direitos de 40% para 30% para assim ficar mais adequado o valor do mercado. A respeito deste artigo, José Antônio Alves de Carvalho & Cª argumentava.

Esse ônus exorbitante constitui um obstáculo insuperável a esse ramo do comércio. E por isso bastante eloquente ao fato que a importação de vinhos não excede hoje a de trinta anos. Verdade que existem várias fábricas de vinhos nacionais, e que novas se estabelece diariamente e querem os partidários da doutrina protetora ver nisso a justificação de enorme imposto que pesa sobre os produtos de origem estrangeira. Não desconhecemos que a indústria nacional ainda na infância, carece de amparo, e de favores. No caso vertente quer-nos, todavia, parecer, que essa proteção é de resultado negativo, por quanto é fato geralmente reconhecido que os vinhos nacionais, de vinho só têm a denominação. Assim, pois temos que o legítimo comércio não só, mas também os interesses do fisco são lesados por falsificações nacionais, sempre prejudiciais e não poucas vezes perigosas a saúde pública.⁹²⁴

Na análise do importador, a indústria nacional do vinho não possuía condições de abastecer o mercado do Império. O vinho nacional poderia ser prejudicial aos consumidores por causa da falsificação desse produto. E acrescentava que o pensamento protecionista atrasava o desenvolvimento da indústria e ocasionava a perda do mercado para o vinho estrangeiro. A taxa alta do vinho estrangeiro lesava o fisco e prejudicava o comércio.

⁹²⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 48.

Tem-se na Exposição da Indústria de 1873 realizada no Rio de Janeiro o grau de desenvolvimento dos vinhos e das demais bebidas no Império.

De Pernambuco fez-se distinta por variada exposição de licores mais ou menos finos: nas aguardentes coube a palma ao Rio de Janeiro. Abundaram vinagres e vinhos; aqueles de diversos processos, estes em período de noviciado. O Rio Grande do Sul toma a frente como fabricante de vinhos a fundar mercado; mas S. Paulo desenvolve em grande escala o cultivo da parreira e a fabricação do vinho da uva. A cerveja é hoje indústria generalizada em quase todas as províncias. Na seção industrial a exposição de 1873 excede também sob todos os pontos de vista as duas anteriores.⁹²⁵

Identifica-se então: a luta entre o comércio importador e a indústria nacional quanto à questão de ser livre cambista ou protecionista. A Tarifa que estava sendo elaborada era forjada pelo pensamento do livre câmbio, e por essa razão havia um conflito entre os dois pensamentos. O Conselheiro Ferraz, depois Barão de Uruguaiana, em seu relatório na Revisão de 1853 já discutia e sinalizava a questão e as dificuldades de estabelecer um valor médio para a taxa dos mais diversos tipos de vinho que entravam no Império.

As dificuldades de estabelecerem-se distinções minuciosas e exatas nesse artigo de diferenciar-se essa mercadoria pelas suas qualidades finas, entre finas, boas e ordinárias é patente; e a sua adaptação em uma Tarifa seria por certo um motivo de continuas questões. O terreno, o clima, o bom ou o mal fabrico, as misturas, a antiguidade, a cor, o aroma, o sabor, e outras muitas circunstancias determinam a existência e uma variedade quase infinita de qualidade de vinhos e essa variedade de um sem número de diferença de preço neste artigo.⁹²⁶

Percebe-se que ao reduzir as taxas de vinho, a Comissão tinha em vista algumas considerações: promover sua maior importação chamando ao nosso mercado melhor produtos e evitar a sua falsificação, quer no estrangeiro, quer dentro do País. No entanto, para se obter esse resultado, era preciso que as municipalidades tratassem de examinar o grande número de fábricas existentes que fabricavam este produto com matérias nocivas à saúde pública. A elucidação dada pela Comissão afirmava a visão livre cambista da Revisão e corroborava as críticas levantadas pelos fabricantes nacionais.

Com respeito aos artigos algodão, chalés, mantas e lenços, presentes na classe 15ª, os Conferentes da Alfândega da Bahia solicitaram à Comissão revisora que fossem despachados *ad valorem* para facilitar o envio destes. Isto era necessário para se evitar a demora na análise de cada mercadoria, uma vez que era preciso pesá-la e avaliá-la para se encontrar a taxa correspondente. Para se evitar que fossem despachados ora pela taxa ou *ad valorem*, os chalés e lenço de paninho ou ganga vermelha bordada eram sempre despachados *ad valorem*, por

⁹²⁵ BRASIL. Comissão Brasileira à Exposição Universal de Viena, 1873. **Relatório da Comissão Brasileira que representou a Império do Brasil na exposição de Viena D'Áustria em 1873**, pelo secretário Manuel de Augusto Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1873. p. 20-21.

⁹²⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 53.

não haver taxa dos respectivos para tecidos bordados. No Relatório da Exposição da Indústria de 1873 traz as províncias que produziam tecidos e seus diversos tipos de produtos.

A de tecidos de algodão falou pelo órgão das fábricas de Minas gerais, que tem a glória da iniciativa e talvez ainda a de melhoria apenas sensível, do Rio de Janeiro e da Bahia, que produzem superior algodão trançado, mas lutam dificilmente com a concorrência importadora do gênero da mesma ordem. Incontestavelmente o algodão trançado do Brasil é em qualidade superior ao estrangeiro, onde os fios mais finos e suaves vão misturar-se com as sedas, e só os mais grosseiros se destinam ao pano muito menos delicado que não se destina ao luxo.⁹²⁷

Quanto a outro artigo feito de algodão, a meia, a Associação Comercial da Cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul argumentava que a Comissão Revisora tinha aumentado o preço médio baseado nos valores do custo da mercadoria, pois seria fácil pedir os preços correntes na Alemanha, França e Inglaterra. Mas lembrava de que a maior parte das meias que vinha para o Brasil era das fábricas da Saxônia. Esta entidade retrucava, expondo suas críticas ao trabalho da Comissão Revisora. Argumentava que com a obra ilusória procurava desculpar o aumento dos direitos em um artigo de grande consumo e de grande necessidade, julgando que haveria compensação, uma vez que uma meia dúzia de ricos podia pagar pelo luxo, e a maioria do povo teria que pagar o dobro pelo par de meias que usavam.

Já quanto ao artigo chitas de morim, Emil Fraeb, T Fraeb, C. T. Titzck de Rannig Titzck, da Cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul expunham a situação do contrabando na fronteira do Império e afirmavam que se não houvesse interferência com guardas para controlar as fronteiras, o contrabando arruinaria o comércio do Rio Grande de São Pedro do Sul. Ainda afirmavam que o comércio estava entregue à Praça de Montevideú. O contrabando na província do Rio Grande de São Pedro do Sul interferia no bom andamento da indústria e comércio do Império quando estes aceitavam a interferência de contrabandistas nas fronteiras.

No Império, a chita de morim pagava os direitos de consumo na razão de 80 a 89%, inviabilizando o comércio no Rio Grande de São Pedro do Sul, abrindo espaço para o contrabando já que os valores eram bem menores na fronteira e na mão dos negociantes e contrabandistas. Juntando juros e a comissão ao preço de 9\$392, uma casa importadora não poderia vendê-la por menos de 10\$500 a 11\$000 por peça, dinheiro à vista; e desta forma, ganhava pouco.

O recurso financeiro era arrecado na província por quatro alfândegas espalhada pelo território. Conforme Flores: “As Alfândegas tinham a finalidade de arrecadar os direitos de importação. O Rio Grande do Sul apresentava uma singularidade dentre as demais províncias

⁹²⁷BRASIL. Comissão Brasileira à Exposição Universal de Viena, 1873. **Relatório da Comissão Brasileira que representou a Império do Brasil na exposição de Viena D’Áustria em 1873, pelo secretário Manuel de Augusto** Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1873. p. 21.

do Império por ser a única que possuía quatro Alfândegas”.⁹²⁸ Segundo a autora a quantidade de alfândegas se dá pelo fato da grande extensão de fronteira sendo uma tentativa de controlar a importação das mercadorias.

Nas casas de Montevideu e nas fronteiras que vendem essas mesmas chitas a preço de 8\$000 postas em casa do comprador em qualquer parte da província (sendo os preços perto das fronteiras ainda mais barato), assinando este último documento meses do prazo, depois de terem recebido as mercadorias. Dessa forma o vendedor corre todo o risco, que se faz com a maior facilidade, e os compradores não podem comprar esses e mais artigos em casa dos importadores que se ocupam de negócios ilícitos. Este negócio ilícito de contrabando está se desenvolvendo de tal forma, que não há dúvida alguma, que em pouco tempo a chita vai se reexportada da província do Rio Grande do Sul para os outros portos do Império se terem pago os direitos. A mesma coisa acontece com outros vários artigos. Para destruir o contrabando são precisos ao menos 1000 guardas das fronteiras a cavalo ou uma tarifa especial. Esta última não poderá trazer males para as outras províncias porque estas não estão lutando contra o contrabando. Atualmente o negócio da província do Rio Grande do Sul está diminuindo sempre mais, passando todos os capitais para a banda oriental enriquecendo-se os negociantes de Montevideu e os contrabandistas da fronteira. O comércio da província está entregue a praça de Montevideu. Onde os negociantes importadores recebem sortidas de fazendas destinadas de antemão a campanha da província. Pode se dizer que o Rio Grande pertence ao Brasil em teoria, ao Estado oriental de fato.⁹²⁹

Fica caracterizada a situação da província que se encontrava rendida a Montevideu e ao comércio de fronteira. Assim, colaboraram para a crise no Rio Grande de São Pedro do Sul, devido à sua grande extensão e a pouca atuação da Guarda Nacional. O contrabando era intensivo nas fronteiras do sul do Império. Segundo Marcus Costa: “No século XIX estas distâncias pareciam insuperáveis devido às dificuldades, péssimas estradas, precários transportes e rios nem sempre navegáveis”.⁹³⁰ Além disso, tem-se o fato do autor suscitar a questão de que três rotas distintas de contrabando que passavam pelo território da província até a fronteira. Uma das rotas de contrabando segundo Marcus Costa: “Um terceiro caminho, via rio Uruguai ou até Restauração (Passo de Los Libres), Confederação Argentina e daí para Montevideu e para Buenos Aires.” Este curso era de ida e vinda facilitando a entrada de mercadorias na província do Rio Grande de São Pedro do Sul, ocasionando assim, perda de controle do comércio da chita de morim, além de outros artigos.

O contrabando era feito à luz dia, por mascates italianos contrabandistas que se organizavam em companhias de 70 e 80 membros, tendo feito depósitos em Bagé e em outros pontos da província. A Comissão Revisora reduziu a taxa dos morins estampados (chitas) para

⁹²⁸FLORES, Mariana da Cunha Thompson. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. 2007. 208 f. Dissertação(Mestrado em História) – PPG em História. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 89.

⁹²⁹MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 64.

⁹³⁰COSTA, Marcus Vinicius. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé**. Santa Catarina: UFSC, 2013. p. 121.

1\$200, assim como em todos os tecidos semelhantes, levando em consideração as justas reclamações do comércio da Corte - das Províncias e principalmente do Rio Grande de São Pedro do Sul.⁹³¹

Outra discussão, com referência as mercadorias como as meias e os tecidos da cidade do Rio Grande de São Pedro do Sul, se estenderia por várias Revisões até a Tarifa de 1889, quando, finalmente teriam uma tarifa móvel, capaz de salvaguardar as mercadorias da ação dos contrabandistas de fronteira. Essa luta foi discutida nas demais Tarifas e aos poucos, com uma ação política mais afiada, seria equacionada.

Sobre os tecidos de lã, Pacheco & Hill defendiam que pagavam uma taxa bastante alta e teriam que pagar ainda mais, ou seja, 500 réis por quilo e os lavados ficariam a 800 réis. Não acharam esse aumento conveniente ou necessário, especialmente em vista dos custos destes artigos. A Comissão revisora, de acordo com os membros que organizaram o projeto, modificou as taxas destes tecidos para 1\$800 e 2\$400, ficando assim satisfeitas as reclamações do comércio referente a tal assunto.

Conforme David Huber & C^a expunham à Comissão revisora, chales de lã e seda estavam incluídos nesta classificação de pouco valor. Eram muito decaídos em consumo, por causa de sua má qualidade. O aumento proposto pela Comissão revisora de 80% era baseado em má informação. A disposição da Comissão revisora foi de reduzir a taxa desse tecido de 5% por quilograma, pois reconheceu que a taxa de 9% era excessiva.

A respeito do artigo caxemira, William Ford & C^a argumentavam que essas fazendas eram manufaturas de lã e algodão, em partes iguais. Tiveram um abatimento de 20%, uma vez que o de 10% marcado no artigo 11 - segunda parte, não era suficiente e não era em proporção ao valor da lã e do algodão. A Comissão Revisora achando ainda elevada a taxa de 2\$600, com que foram contemplados todos esses artigos no projeto, modificou-a para 2\$400, esperando que esta redução não influenciasse na diminuição da renda e propiciasse um aumento na importação.

Com referência aos artigos compreendidos na classe 17^a (linho, lençóis, fronha e colcha), os Conferentes da Alfândega da Bahia pediam que a taxa de 40% impostas a esses artigos, fosse reduzida a 30%. Assim, a Comissão entendeu que seria razoável. Quanto às outras observações relativas aos lençóis lisos, deveriam pagar mais 10% sobre os direitos respectivos. Nesse caso, a Comissão não concordou com essa alteração.

⁹³¹MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

Em se tratando dos chapéus de Pelúcia de Seda, presentes na classe 18ª (Seda), Álvaro da Armada & Cª e mais 15 fabricantes (montadores de chapéus que trabalhavam com matéria-prima semielaborada) eram a favor de uma tarifa mais livre cambista que pudesse ampliar seus negócios. É importante deixar claro que estes comerciantes que compravam os materiais semiprontos iriam conflitar com as fábricas de chapéus nacionais que trabalhavam com matéria-prima crua.

O chapéu de pelúcia de seda, que a ilustrada Comissão há de reconhecer que nada mais se pode desejar em perfeição, está sendo pedido em larga escala para a Europa, pela competência que hoje lhe faz com baixa do câmbio porque é geralmente sabido que uma boa parte de público dá a preferência a pôr ostentação de comparem artigo estrangeiro, e casa há em grande número que vendem o chapéu nacional por francês desprestigiando um dos artigos nacionais que mais se tem apurado. Se não for sobrecarregada a taxa destes chapéus, obrigará a reduzir muito o trabalho de fábricas importantes que hoje conta o país. O favor que pedem na redução de chapéus sem guarnição irá trazer trabalho constante a muitas famílias que vivem dessa ocupação, especialmente as famílias operários que lutam já hoje com muita dificuldade para obterem trabalhos das fábricas.⁹³²

A crítica feita por Álvaro da Armada e seus companheiros era relacionada ao fato da indústria nacional estar vendendo seus chapéus fabricados no Império como se fosse o francês, e assim trazendo prejuízo ao comerciante importador. A questão da fábrica de chapéus será abordada mais à frente quando se discutir a Crise dos Chapéus. Neste subitem, sinaliza-se o conflito de interesses que já havia na Revisão de 1869 e 1874. Conforme Leopoldi afirma, há mudança na área de produção de chapéus e na concorrência internacional.

Na década de 1870, contudo, a situação começou a mudar. O chapéu importador passou a inundar as lojas do Rio de Janeiro, com preços melhores que os dos nacionais. Por outro lado, a estrutura fabril do setor também estava mudando para uma etapa industrial, com prenúncios do desaparecimento do artesão chapeleiro, que trabalhava numa pequena oficina em que produzia e vendia os chapéus. Começavam a ser instaladas no Rio de Janeiro fábricas de chapéus que utilizavam máquinas a vapor e maior número de trabalhadores.⁹³³

A Comissão Administrativa da Associação Comercial do Rio Grande do Sul expunha suas considerações quanto aos tecidos de seda que pagavam menos de 18\$000, que foram reduzidos a 16\$300. Destaca-se que as novas regras para os tecidos mistos de seda eram muito menos favoráveis que as antigas. Os fios de seda eram geralmente muito finos e leves. Já os de lã e algodão, grossos e pesados e, desta forma, influíram nos fios de seda, os mais delgados, para aumentar a taxa dos tecidos mistos.

Quanto à classe 19ª (Papel e suas Aplicações, Livros e Obras impressas), a Comissão que organizou o Projeto reduziu a taxa dos livros impressos, que pagavam os brochados 100

⁹³²MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 75.

⁹³³LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 96-97.

réis por quilograma, e os encadernados a 150 réis. Mas, adaptados à taxa mais elevada, a comissão revisora aceitou a fusão feita e adaptou a taxa mínima, de 100 réis o quilo, para favorecer a introdução em maior escala dos livros e obras impressas em geral, tão necessárias à instrução pública.

Ao detalhar os artigos acima expostos, foram demonstrados os itens que alcançaram o benefício de redução das taxas concedidas pela Comissão. Além de serem identificadas as mercadorias, as indústrias, os comerciantes importadores e os representantes das alfândegas que apoiaram as reivindicações junto à Comissão revisora, com a intenção de demarcar os espaços e limites na Tarifa de 1874, de mais livre câmbio.

Ao final da Revisão, a Comissão fazia uma análise global dos temas abordados, procurando atender as reclamações do comércio e das repartições fiscais. Sempre que reconheciam que os direitos estabelecidos eram superiores ou iguais ao custo da mercadoria no país produtor, quanto aos gastos da importação, procurou estabelecer a taxa segundo a porcentagem deduzida do seu valor venal, sem aumentar as razões estabelecidas na tarifa atual como prescrevia a lei.

A Tarifa especial para as Alfândegas do Rio Grande Rio Grande de São Pedro do Sul requerida nesta revisão, e que muitos negociantes sinalizaram como o meio mais eficaz de proteger a província do contrabando, ofereceu tantos inconvenientes na prática que por ora não teria sido aceita esta reivindicação. A Comissão ponderou a respeito da apreciação que os negociantes renomados do Rio Grande Rio Grande de São Pedro do Sul fizeram quanto à questão do contrabando, porém não aceitaram sua proposta.

Na Revisão da Tarifa de 1874 fica evidenciada a discussão sobre os Chapéus entre o comércio e a indústria fabril. Essa se apresentou como o estopim para a Crise dos Chapéus que se configurou a partir da luta entre as duas seções. A seção da indústria fabril conseguiria uma Tarifa mais protecionista, a Tarifa das Alfândegas de 1879. Já a seção do comércio, indo contra esta Tarifa, demandou do Governo uma nova Tarifa: a de 1881, mais livre cambista.

4.2- Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1879.

A década de 1870 foi um período bastante conturbado com várias mudanças no Império do Brasil em inúmeras áreas: econômica, social e política, portanto uma ocasião em que poderia gerar novas propostas para o país. Abrigo para inovações e propostas para um novo país, com valores e ideais ligados ao “Repertório”. Segundo Alonso: “São criações culturais aprendidas, ganharam forma como resultado de propaganda política; eles emergem

da luta e designam um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos”.⁹³⁴ Eram ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos que fervilhavam o imaginário da elite intelectual na década de 1870, levando-a a questionamentos a respeito da sociedade e de suas forças políticas e sociais.

Os acontecimentos internacionais são relevantes para entender a conjuntura do período e sua influência na política e na economia dos anos setenta. Importante perceber que a iluminação foi muito importante nas fábricas devido ao emprego das máquinas adquiridas no exterior e nas exposições industriais que nesta ocasião foi organizada como a Exposição Industrial de 1875, preparatória para a Exposição de Filadélfia, em 1876 representando o Império do Brasil.

A Grande Depressão, principiada em 1873, teve recuperações ao longo de 1880 - 1888 e ao seu término, por volta de 1895. Foi um conflito forte entre o crescimento do poder produtivo e do lucro comercial. As razões da Grande Depressão segundo Dobb: “a uma saturação parcial das oportunidades de investimento no primeiro dos sentidos em que a examinamos - a uma queda na taxa de lucros devida à rapidez da acumulação de capital”.⁹³⁵

O pânico de 1875 inicia uma recessão que vai do período de 1874 a 1876, refletindo na queda do estoque de moeda. De acordo com Pelaéz & Suzigan: “O estoque de moeda continuou a declinar ao longo de 1875, ao mesmo tempo em que as relações aumentaram, parecendo ter havido alguma recuperação na primeira metade de 1876”.⁹³⁶ No Brasil, a falta de moeda em circulação, devido à conexão ao lastro do ouro e mais pela sazonalidade da agricultura exportadora, trazia dificuldades aos comerciantes nas Praças do Império.

Na tentativa de acalmar o mercado, o governo agiu no sentido de impedir o pânico com medidas para assistir os bancos de redescontos com a Lei em 29 de maio de 1875. Foi autorizada a emissão de até 25.000 contos de réis em bilhetes no prazo de 12 meses a um juro de 5% e, mais tarde, mais a emissão de 25.000 contos em dinheiro. Todas essas emissões foram efetuadas com o objetivo de contornar a crise. Entre 1873 a 1877, o número de transações sofreu queda acentuada, o que culminou a crise de 1875.

A crise econômica mundial de 1875 repercutiu no Brasil, levando vários estabelecimentos de crédito à falência. O país entraria num longo período de mal-estar econômico. Os preços internacionais se elevaram impulsionados pela quebra da safra

⁹³⁴ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 39.

⁹³⁵ DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 336-337.

⁹³⁶ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 147.

brasileira de café, bem como a expansão do consumo mundial. O crescimento ganha impulso em 1870, quando uma forte geada assola os cafeeiros no Brasil, ocasionando aumento nos preços internacionais. Este aumento refletiu nos preços internos do café no país, elevando de 20 a 40 mil réis. Em 1874, caem os preços internacionais devido à depressão mundial, o câmbio, os preços internos e as condições climáticas, ocasionando a crise.⁹³⁷

Toda essa conjuntura política e econômica favoreceu o despertar de um grupo de industriais fabris que julgavam ter uma proposta de mudança para o Império. As discussões entre o comércio e a indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ocasionaram disposições divergentes, resultando em uma crise que evidenciava a fragilidade do órgão por causa da proteção tarifária beneficiando à indústria ou ao comércio, foi o boom que desencadeou a crise dentro da SAIN.

Com a crise chapeleira, ocorrida dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na década de 1870, e a sua falta de posição quanto a que grupo apoiar, precipitou-se, com essa situação, a crise. Apesar de a SAIN ter em sua composição a indústria fabril, ela tinha seu pensamento ainda ligado à agricultura e ao desenvolvimento de objetos e artefatos manufaturados que pudessem viabilizar os seus interesses. A Crise dos Chapéus impulsionou a cisão da referida entidade e a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Em 1877, percebe-se um conflito dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entre a seção do comércio e da indústria fabril com relação à proteção da Tarifa das Alfândegas do Império que era mais livre cambista, favorecendo ao comércio importador e prejudicando a indústria fabril nacional. Essa situação acarretou uma cisão dentro da entidade gerando uma nova representação da indústria fabril nos anos oitenta a Associação Industrial do Rio de Janeiro que será tratada a princípio neste capítulo e continuará no posterior.⁹³⁸ Segundo Stein: “Os industriais têxteis queixavam-se com frequência, de que o volume de mercadorias estrangeiras negociadas pelos importadores locais dificultava a venda de seus tecidos. Reclamavam também das práticas comerciais rotineiras”.⁹³⁹

Serão delineadas as Tarifas que foram o estopim para a Crise dos Chapéus. As Tarifas que impulsionaram a crise dos Chapéus foram as Tarifas das Alfândegas de 1874 e de 1879. A primeira era mais livre cambista que prejudicava a indústria fabril no Império, já a Tarifa das Alfândegas de 1879 estabeleceu uma Tarifa mais protecionista e essa disputa entre as

⁹³⁷MELLO, João Manuel Cardoso. O capitalismo tardio. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁹³⁸WEID, Elisabeth Von Der. **Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Centro Industrial, 1977.

⁹³⁹STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 80.

seções dentro da SAIN favoreceu a cisão e a tomada de uma nova direção da seção da indústria fabril.

Efetivamente, a proteção tarifária era de suma importância para o desenvolvimento da indústria fabril, pois a entrada de mercadorias oriunda da Inglaterra e da Alemanha, que abarrotava o mercado imperial, prejudicava a venda do produto nacional e impedia, portanto, o crescimento da indústria. Segundo Levy: “As condições tarifárias e cambiais protegiam a produção nacional, havia um surto de produtividade industrial permitia às empresas acumularem capital para importar máquinas. Essas condições mudavam as importações ficavam mais baratas, gerando um surto de investimentos”.⁹⁴⁰

A seção da indústria fabril, quanto à questão chapeleira no que se refere às suas reivindicações levadas ao Governo Imperial, foi vitoriosa. Dentre as reivindicações destaca-se o apoio para a promoção do desenvolvimento industrial e para o amparo das fábricas já existentes por meio de uma tarifa adequada. O comércio importador inicia suas reivindicações junto ao governo Imperial a fim de reverter o ganho da Tarifa mais protecionista e assim o conflito fica declarado.

Com a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1879 foi concretizado o intento da seção da indústria em defesa da indústria fabril nacional a partir da elaboração de uma tarifa mais protecionista e com uma participação mais dinâmica no curso de sua efetivação. Importante relembrar que nas Tarifas anteriores a seção da indústria fabril não teve uma ingerência determinante como nesta ocasião.

Mediante autorização dada pelo governo Imperial, pelo artigo 11 da lei nº 2.670, de 20 de outubro de 1875, nota-se que após a elaboração da Tarifa de 1874 e a sua execução, o governo já autorizava a próxima Tarifa: a de 1879. Esta apresentava alterações necessárias para serem realizadas na Revisão, que julgaram convenientes e acertadas, no modo de redigir e de subdividir. O Relatório da Comissão: “Os artigos como também as taxas com o intuito de fazer uma boa classificação de mercadorias e para trazer facilidades para o comércio, ou a indústria nacional ou pelo receio que teve de uma baixa na renda da Alfândega”.⁹⁴¹

Nesta Revisão da Tarifa de 1879, observa-se que a indústria fabril era pela primeira vez mencionada como um grupo a ser satisfeito pela Revisão de Tarifa; de igual modo, o fisco e o comércio. Até então, a indústria fabril se pronunciava nas Revisões, mas sem fazer parte oficial dos grupos a serem contemplados pela Revisão. Nesse sentido, identifica-se que a

⁹⁴⁰ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 98.

⁹⁴¹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. p. 5.

seção da indústria fabril e a seção do comércio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional se articulavam dentro da Revisão. Esta Revisão da Tarifa de 1879 teria o objetivo de proteger a indústria fabril. Pode-se observar que nos anos setenta a instalação da indústria fabril utilizava a mecanização na produção. Segundo afirma Monteiro: “Na década de 1870, teve início a instalação de uma produção tipicamente fabril, organizada em estabelecimento onde se verificava a subordinação real do trabalho ao capital pela mecanização da produção, possibilitada pelas importações”.⁹⁴²

Mediante esta ratificação da autora, é razoável uma competição com os produtos estrangeiros de forma maciça por ter existido uma transformação nas indústrias existentes com o emprego de máquinas e o processo de mecanização para a dinamização da produção. Para identificar o grau de seu desenvolvimento nas indústrias nos anos setenta, segundo Almir Filho: “E, confirmando a tendência já delineada anteriormente, o uso do vapor tornava-se cada vez mais uma alternativa ao uso da força hidráulica, especialmente para as fábricas fundadas na década de 1870 e localizadas nos, ou próximos aos centros urbanos e comerciais”.⁹⁴³

Conforme ocorre a modificação dentro da indústria nesta década, percebe-se articulação da seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pelo fato de terem conseguido uma Tarifa que defendesse a indústria fabril. Assim, puderam adquirir o espaço necessário junto ao Governo Imperial e no Senado - a favor da empreitada da indústria fabril no Império.

A essa política francamente protecionista solicitada pela seção de indústria fabril, opunha-se a seção de comércio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Afirmava o seu parecer, baseando-se na opinião de financistas brasileiros, que a tarifa alfandegária era puramente fiscal, que só o exagero de certas taxas dava-lhe um certo laivo de protecionismo e que nenhuma nova circunstância aconselhava o Brasil.⁹⁴⁴

De acordo com Luz (1975), esta política protecionista veio acarretar um conflito dentro da SAIN entre as duas seções, da indústria fabril e do comércio. A articulação do Ministro da Fazenda junto ao Senado beneficiou a indústria fabril, mas suscitou o levante do comércio a favor de uma tarifa do livre câmbio.

⁹⁴²MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil**. 1985. 168 f., Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense- UFF, Niterói, 1985. p. 4.

⁹⁴³FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 179.

⁹⁴⁴LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 54.

Em 8 de fevereiro de 1879, Affonso Celso de Assis Figueiredo tinha assumido a direção da pasta da Fazenda e estava por concluir o trabalho da Revisão da nova Tarifa. A Comissão da Revisão foi composta pelo presidente, Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro - o Conselheiro Antônio Pedro da Costa Pinto, e por negociantes importantes em várias especialidades.

As críticas que a Tarifa da Alfândega de 1879 enfrentou se referia à sua opção pelo sistema protecionista que trouxe censuras por parte do comércio, como fica claro no Relatório do Ministro da Fazenda, do dia 06 de março de 1880. O Inspetor da Alfândega encaminha ao Tesouro as informações a respeito da Tarifa.

A Tarifa tem provocado censuras, já por ter sido elaborada sob a influência das ideias protecionistas, e já elevação das taxas de algumas mercadorias; e defendendo-se, quanto a primeira parte, com a opinião de notáveis economistas, de que nessa matéria nada há de absoluto, e que na organização de uma tarifa muito convém atender as condições especiais do país; propõem a respeito da segunda algumas alterações sugeridas posteriormente pela experiência não só nas disposições preliminares e tabela C, como também na própria tarifa. Autorizando o artigo 21 nº 1 da lei nº 2.940, de 31 de outubro do ano passado, a redução das taxas que na importação estavam pagando os vinhos comuns teve o governo por conveniente isentar, pelo decreto nº 7.555 de 26 de novembro do mesmo ano, o imposto adicional de 50% até ulterior deliberação, os vinhos secos comuns, de pasto e fermentados compreendidos no artigo 146 da nova Tarifa, com a clausula de começar a vigorar essa medida, depois de decorridos três meses, contados da data, em que fosse decretado.⁹⁴⁵

Assim que a Tarifa das Alfândegas de 1879 foi posta em execução, os favoráveis ao livre câmbio iniciaram suas reivindicações junto ao Governo. A questão do vinho que acarretara discussões na Tarifa de 1874 voltava à cena a partir da revisão e demandava um conflito entre os importadores que desejavam uma Tarifa de livre câmbio favorável à importação da mercadoria com um nível de taxação bem baixa. Já a Tarifa de 1879 elevaria a taxa sobre esse artigo, ocasionando a discussão e a querela. De acordo com Carone: “Animados pela Tarifa de 1879, alguns industriais brasileiros tomaram alento, e trataram, desde logo, de dar, uns mais desenvolvimentos às suas empresas, e outros de estabelecer novas fontes de trabalho e produção”.⁹⁴⁶ A Tarifa proporcionou estímulo e um incremento ao florescimento da indústria no Império por protegê-la da concorrência estrangeira.

Consta em Monteiro: “Em 1879, a Comissão Revisora das Tarifas Alfandegárias, presidida por Costa Pinto, elevou de maneira geral as Tarifas e certa proteção foi concedida as

⁹⁴⁵BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório que a S. Ex. o senhor Conselheiro José Antônio Saraiva Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Conselho de Estado apresentado ao passar-lhes a pasta o Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880. p. 19.

⁹⁴⁶CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 151-152.

indústrias”.⁹⁴⁷ Esta proteção, de maneira geral a todas as mercadorias, causou um reboiço no comércio importador do Império, por esta razão seria visto um conflito de interesse quanto a Tarifa mais protecionista e a atuação de políticos contra ou favor da indústria no Senado. Para Leopoldi: “Em 1879, uma nova tarifa elevou os direitos sobre os produtos importados. Há que se levar em conta o caráter fiscal desta tarifa, mas o próprio presidente da comissão incumbida desta reforma (Costa Pinto) afirmou a intenção protecionista da tarifa de 1879.”⁹⁴⁸

Para identificar o grupo que exercia o poder no momento, será importante ressaltar os gabinetes do período da elaboração e execução da Tarifa de 1879. O segundo quinquênio Liberal do 28º (1878 a 1881), conforme Ferraz: “Após quase uma década na oposição, voltam os liberais a organizar ministérios, em 1878, a título de introduzir reforma eleitoral no império (...). A questão social adquirirá enorme efervescência no transcurso da década de 1880”⁹⁴⁹. O 28º gabinete de João Luís Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu Partido Liberal, 05/01/1878 a 28/03/1880), em cuja vigência a questão da reforma constitucional e a Revolta do Vintém foram o estopim para a saída de Cansação. O 29º gabinete de José Antônio Saraiva (Partido Liberal de 28/03/1880 a 21/01/1882), nesse espaço político liberal Saraiva realizou a reforma eleitoral e enfrentou a demissão coletiva do Ministério.⁹⁵⁰

A biografia do Ministro da Fazenda Afonso Celso de Assis Figueiredo esta no anexo da tese. Para Paula, Lattman- Weltman: “Na proposta orçamentária de 1879, aprovada pela Câmara, instituiu novos impostos e aumentou os antigos. A nova tarifa para as Alfândegas taxou os escravos, os títulos nobiliárquicos, o fumo, o vinho e o comércio”.⁹⁵¹

Já a atuação de Visconde do Rio Branco, argumenta-se como consta em Anais do Senado: “[...] objetos que eram livres de direitos pela Tarifa de 1874, como alambique, caldeiras e outros instrumentos destinados ao serviço da lavoura, pela tarifa do nobre ex-ministro da fazenda foram taxados”.⁹⁵² O Visconde do Rio Branco - responsável pela Tarifa de 1874 - fez sua objeção quanto às mudanças patrocinadas pela Tarifa de 1879. A alegação

⁹⁴⁷ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil.** 1985. 168 f., Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 1985. p. 61.

⁹⁴⁸ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 99.

⁹⁴⁹ FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889).** 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 171.

⁹⁵⁰ Ibid., 2012.

⁹⁵¹ WELTMAN, Paula Christiane Jalles ; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808- 2008.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 101.

⁹⁵² BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Conclusão da Sessão Extraordinário da Sessão da Décima Sétima Legislatura de 1880 livro 2.** Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1880. p. 203.

se esbarrava no juízo de Affonso Celso de Assis Figueiredo que argumenta em Anais do Senado: “Para rever a tarifa que era já do tempo de V. Ex”.⁹⁵³

As discussões no Senado quanto à Tarifa das Alfândegas eram debatidas pelos Ministros da Fazenda que foram substituídos ou por senadores com formação intelectual que proporcionassem uma experiência a qual pudessem agregar maior amplitude aos debates. Verifica-se o embate entre Affonso Celso e o Visconde do Rio Branco quanto à Tarifa e o sistema que deveriam ser mais adequados ou não para o Império.

O Sr. Visconde do Rio Branco: - Os instrumentos da lavoura, que a poucos mencionei, estavam isentos de direitos; o revisor da tarifa lhes impôs uma taxa. Sobre outros objetos fez o mesmo ministro elevar taxas, como proteção à indústria nacional, o que não foi autorizado pelo poder legislativo. O sistema protetor foi discutido em nossas câmaras? Não recuso absolutamente a proteção; não sou extremado partidista da livre permuta; mas entendo que a proteção deve ser prestada só a indústrias que tenham elementos de propriedade no país e que interessem a segurança nacional ou possam concorrer para considerável aumento da riqueza pública; e essa mesma proteção deve depender das circunstâncias gerais do mesmo país e muito especialmente das do tesouro, e não pode ser dada senão em virtude de lei. A liberdade comercial deve ser o princípio, e o favor a exceção. Por via de regra o que deve ter em vista é favorecer ao consumidor; a proteção, quando mal-entendida pode prejudicar a massa geral da população e até a outras indústrias nacionais. Mas não quero agora discutir e comparar os dois sistemas; o que afirmo é que matéria é muito importante, que foi objeto de larga e porfiada discussão nas câmaras francesas. O sr, Affonso Celso - Há autorização especial.⁹⁵⁴

Affonso Celso afirma que possuía autorização para a elaboração da tarifa por parte do Legislativo. Interessante perceber a posição do Visconde do Rio Branco, que discursava ser ele complacente com os dois sistemas. Todavia, no percurso de sua explanação, apresentava um viés do livre câmbio, quando argumentava a respeito de dar apoio à indústria fabril e, também, realizar uma tarifa com o intuito de beneficiar os consumidores e o Tesouro. Conforme Buescu: “Visconde do Rio Branco, manifestamente mais liberal (reduzindo alíquotas para produtos produzidos dentro do país) permanecer a ideia de auxiliar a indústria incipiente, isentando, inclusive da taxa de expediente de 5% de máquinas, caldeiras, fornalhas, moinhos”.⁹⁵⁵ Em continuidade, Rio Branco persistia em fazer suas ponderações e o senador Silveira da Motta o apoiava em suas argumentações.

O Sr. Visconde do Rio Branco: - A autorização existia, mas dela já tinha usado o nobre ex-ministro, executando o trabalho dos seus prepostos, não refletiu sobre esse ponto, ou mudou mais tarde de parecer. Creio que o nobre ministro da fazenda terá recebido representações contra as alterações da nova tarifa; e não é possível que as coisas continuem assim, sendo sujeitos a direitos objetos cuja importação era inteiramente livre desse ônus. O governo não podia taxá-lo; se o fez errou; deve ser

⁹⁵³BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Conclusão da Sessão Extraordinário da Sessão da Décima Sétima Legislatura de 1880 livro 2**. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1880. p. 203.

⁹⁵⁴Ibid., p. 203-204.

⁹⁵⁵BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 104.

corrigido, mas a disposição da lei, que é respeitável e obrigatória para todos. Sr Affonso Celso- Não duvido que haja um ou outro erro. O Sr Silveira da Motta: - Nisso estou eu há muito tempo.⁹⁵⁶

Neste momento de discussões no Senado, principia a altercação entre a seção do comércio e seção da indústria fabril dentro da SAIN, ocasionando a Crise dos Chapéus, como será visto ao término da explanação da Tarifa das Alfândegas e de sua Revisão de 1879. A Crise dos Chapéus foi denominada de manifesto dos chapeleiros. Segundo Almeida: “Da mesma forma, as campanhas por proteção tarifária contra produtos estrangeiros (é conhecido o manifesto dos chapeleiros de 1877, considerado pela literatura nativa sobre a industrialização como um marco nacionalista) nem sempre lograram resultados efetivos.”⁹⁵⁷

Além da crítica feita pelos adeptos ao livre câmbio, contrários à ideia protecionista, alegava-se que uma Tarifa não poderia favorecer apenas a indústria fabril, mas ela deveria ser ampla, o suficiente, para abrigar as necessidades do fisco e do comércio do país. Consta em Carone: “É assim que as Tarifas de 1844, 1879, (...) refletem esta tendência, fato que não impede indiretamente, um benefício para a classe dos industriais, na medida em que as pautas tarifárias elevam o preço da mercadoria estrangeira importada”.⁹⁵⁸

No Senado, a discussão entre Affonso Celso e o Visconde do Rio Branco concentrava o conflito de ponto de vista entre o pensamento protecionista e do livre câmbio. Affonso Celso de Assis Figueiredo, em seu Relatório do dia 27 de março de 1880, recebeu críticas quanto a sua posição protecionista.

A nova Tarifa está em vigor desde 1º de janeiro do corrente ano. Censuram-me uns, porque no conceito dos mais notáveis economistas, nestas matérias nada há de absoluto, devendo-se em qualquer solução atender muito às condições especiais do país, para que se legisla. Outros arguem-lhe disposições protecionistas, o que não será nunca um defeito em países novos como o nosso cuja indústria não tem ainda a força necessária para lutar com a estrangeira. Magnífica em teoria, a escola da livre permuta não pode deixar a ser apregoada e seguida por aqueles países cuja produção, superior ao consumo, carece de achar mercados francos por toda a parte. A livre concorrência supõe igualdade de condições; a inferioridade a excluem e impossibilita. A este respeito, parece-me, que não são os exemplos do Velho Mundo que mais nos convém, há quem os combata e repudio. No sistema adaptado pelos Estados Unidos está o segredo de sua imensa prosperidade, e ali que devemos aprender. Representa, entretanto, incontestável melhoramento e poderá ser corrigido, à proporção que a experiência revelar as lacunas ou inconvenientes que pela tenham escapado, como seria pratica nos países mais adiantados.⁹⁵⁹

⁹⁵⁶ BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Conclusão da Sessão Extraordinário da Sessão da décima Sétima Legislatura de 1880 livro 2**, Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1880. p. 204-205.

⁹⁵⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 287.

⁹⁵⁸ CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 150.

⁹⁵⁹ BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório que a S. Ex. o senhor Conselheiro José Antônio Saraiva Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Conselho de Estado apresentado ao passar-lhes a pasta o Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880. p. 19-20.

A análise a respeito do Relatório do Ministro da Fazenda Affonso Celso de Assis Figueiredo se caracterizava por uma posição protecionista que fora censurada no período. A alegação relacionada a ser um país novo, seria necessária uma Tarifa que pudesse estimular as fábricas nacionais e assegurar seu desenvolvimento. Buescu: “Mas Affonso Celso defendia-se dizendo que a livre concorrência supõe igualdade de condições- inferioridade a exclui e impossibilita”.⁹⁶⁰ Essa ponderação demonstrava que a narrativa do Ministro da Fazenda tinha sido inspirada no sistema protecionista de List.

Esta discussão sobre o tipo de sistema que deveria ser adotado continuaria a ser discutida nas Tarifas posteriores. Essa problemática segundo Graham: “A crença no livre câmbio atrasou os esforços para industrializar o Brasil. Quando os industriais brasileiros começaram a levantar a questão da proteção tarifária na década de 1880, eles foram vencidos”.⁹⁶¹ Uma discussão pertinente, mas pode-se verificar o esforço de luta a favor da indústria fabril nacional com o advento da Crise de Chapéus e da organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

De acordo com List, as taxas protecionistas agiam como estimulantes em todos aqueles setores da indústria nacional cujos produtos, embora pudessem ser obtidos com maior facilidade do exterior, poderiam ser fabricados no próprio país. Tais medidas asseguravam uma recompensa para o homem de empresa e para o operário, que dessa forma se animavam a adquirir novos conhecimentos e qualificações, oferecendo ao capitalista nacional e estrangeiro meios para investir seu capital, durante um período definido e certo, de forma particularmente compensadora.⁹⁶² Para sustentar essa posição, List afirmava que a teoria do livre câmbio somente se adequaria quando houvesse igualdade de condições entre a indústria nacional e estrangeira.

A livre concorrência entre duas nações altamente civilizadas só pode ser mutuamente benéfica no caso de ambas estarem em um grau de desenvolvimento industrial mais ou menos igual; ao contrário, qualquer nação que, em razão de reveses, estiver atrasada em relação a outras, do ponto de vista industrial, comercial e naval, embora possua os meios mentais e materiais para desenvolver-se, deve antes de tudo aumentar e consolidar seus próprios poderes individuais para aparelhar-se a entrar na livre concorrência com nações mais evoluídas.⁹⁶³

Assim, o exemplo livre cambista do Velho Mundo não poderia ser um caminho a seguir. A opção pelo exemplo dos Estados Unidos da América, como modelo possível ao

⁹⁶⁰BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 104.

⁹⁶¹GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 115.

⁹⁶²LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

⁹⁶³Ibid., p. 3-4.

Império do Brasil, era adequada por ser protecionista. O emprego deste país como modelo, se ampara no fato da própria história dos Estados Unidos da América do Norte, em relação às Tarifas das Alfândegas, por terem aplicado a proteção à indústria fabril como método de prosperidade para a nação. A necessidade de proteção à indústria fabril no Império estava consagrada pelo fato de o Ministro da Fazenda fazer uma arguição tão intensa, se utilizando do pensamento de List para tal empreitada.

Como consta em Stein: “Todo protecionismo antes de 1879 teve caráter accidental, pois o aumento das taxas alfandegárias visava, acima de tudo, cobrir as crescentes despesas governamentais”.⁹⁶⁴ Uma posição forte, já que a Tarifa de 1844 é considerada como sendo a primeira Tarifa mais protecionista no Segundo Reinado, afirmação também feita por diversos autores. Mas levando-se em conta a pressão efetuada junto ao Governo e ao Parlamento pela seção da indústria com a Crise dos Chapéus, pode-se discutir tal afirmação do autor, deixando-se essa questão sobre a mesa.

Cabe enfatizar e serão expostas, sucintamente, as circunstancias na história dos Estados Unidos da América do Norte quanto à validação do protecionismo em seu território, conforme relatado por List em sua obra.

Após o Tratado de Gand, o Congresso, lembrando-se da experiência de 1786, decretou que, para o primeiro ano, as taxas alfandegárias anteriores fossem aumentadas de 100%, e durante esse período o país continuou a crescer. O mesmo Congresso, porém, pressionado por poderosos interesses privados opostos aos dos manufatores nacionais, e deixando-se levar pelos argumentos dos teóricos, resolveu, em 1816, operar uma considerável redução das taxas aduaneiras; com isso, automaticamente reapareceram os mesmos efeitos sentidos de 1786 até 1789, ou seja, ruína das manufaturas, falta de mercado para a produção nacional, queda do valor da propriedade territorial, e calamidade geral entre os proprietários da terra. Depois de o país ter desfrutado, pela segunda vez, das bênçãos da paz em período de guerra, passou a sofrer, pela segunda vez, maiores males em tempo de paz do que a guerra poderia ter causado. Foi somente no ano de 1824, depois que os efeitos das leis inglesas sobre importação de cereais manifestaram-se em toda a extensão de sua insensata tendência- obrigando assim o interesse agrícola dos Estados Centrais, no Norte e do Oeste a aliar-se aos interesses da atividade manufatureira- que o Congresso aprovou taxas alfandegárias pouco mais elevadas. Mesmo essa elevação demonstrou-se insuficiente, razão pela qual o Congresso aprovou, em 1828, tarifas ainda superiores, depois, aliás, de violentos debates.⁹⁶⁵

O exemplo de luta dos Estados Unidos da América do Norte por uma tarifa protecionista foi empregado no Império do Brasil pela seção da indústria fabril dentro da SAIN, para demarcar os benefícios que o protecionismo poderia suscitar para as indústrias fabris existentes. Esse padrão seria utilizado como argumentação, nos anos oitenta, na nova organização da indústria fabril: a Associação Industrial do Rio de Janeiro. Desde a Revisão da

⁹⁶⁴STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 24.

⁹⁶⁵LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 75.

Tarifa de 1844, tratada no item dois da tese, foi demonstrada a questão do modelo dos Estados Unidos da América para o Império. No referido capítulo, os sistemas protecionista e livre-câmbio foram demonstrados e apresentados os seus mentores, Georg Friedrich List e Adam Smith. Ao longo desta Tese, será tratada sistematicamente a discussão da principal questão relacionada à política aduaneira do Império do Brasil: as tarifas protecionistas e de livre câmbio, instaladas no Império e a falta de apoio à indústria fabril.

A Revisão da Tarifa das Alfândegas é justificada mediante o delicado momento que o Império enfrentava com o fim da Guerra do Paraguai e a despesas que este episódio pôde gerar para a economia. Segundo Graham: “A guerra também estimulou as forças com inclinações modernistas. A produção de material de guerra atraiu capital e estimulou o desenvolvimento fabril”.⁹⁶⁶ Para ajustar a questão orçamentária ficou definida pela Câmara e pelo Senado a necessidade da Revisão da Tarifa.

A Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1879 sofreu revisão e serão abordadas as principais discussões e reivindicações da indústria, do comércio e do fisco. A Tarifa seria elaborada e dividida em classes e artigos que tratariam das mercadorias importadas e exportadas no Império. Foram selecionadas as mercadorias mais favorecidas com a Tarifa das Alfândegas de 1879, francamente protecionistas e confirmadas algumas alterações sobre as mercadorias mais significativas na Tarifa e Revisão de 1874, que foram desfavorecidas. Almeja-se com isso configurar a diferença entre a Tarifa mais protecionista e a de mais livre câmbio, em relação às mercadorias mais sensíveis à proteção, e, com isso, identificar as mercadorias que o comércio importador tinha interesse em contemplar.

Inicia-se, então, com a classe 2º. (cabelos, pelos e penas). O artigo 16 (chapéus) que limitou a elevação a 30%, o abatimento de 20%, constante na nota número 1 para os chapéus abatidos. No artigo 20 (escovas) foi verificado que não haveria a necessidade de modificar as taxas do projeto, e redigir o artigo de modo a fazer desaparecer as questões de embutidos nas escovas de osso e chifre. Foi alterada uma taxa, em uma subdivisão, para os espartilhos, leques e pincéis.

Com a mudança ocorrida na classificação do artigo calçado, presente na classe 3ª - artigo 37, as taxas dos calçados se equilibraram com os valores médios. Entretanto, eram tão diversos os tipos, que era difícil evitar a oneração dos calçados de preço ínfimo, reivindicação realizada pela indústria de calçados. Esta indústria foi favorecida nesta Revisão. Mais ainda, a Comissão revisora limitou a questão da subdivisão de calçados entre homens e crianças.

⁹⁶⁶ GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 36.

Foram atendidas as justas reclamações contra o limite estabelecido no projeto para o calçado de até 20 cm e fez vigorar a antiga classificação, pois que o limite era de até 22 cm; abrangendo calçados para crianças que não podia, nem devia pagar tanto, como o calçado para o homem. Não foi aceita a subdivisão de calçados de menino e menina e de homens proposta pela indústria de calçado. As esferas das indústrias de chapéus e calçados foram as que mais se transformaram durante os anos de setenta e oitenta e por esse motivo pode-se perceber a luta por mais proteção.

Os setores têxteis, de fabricação de chapéus e de calçados foram os que mais sofreram transformações nos anos de 1870-1880. Por um lado, a indústria de tecidos se consolidava em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Por causa dos grandes investimentos exigidos para sua instalação, o empreendimento têxtil da época tendia a ser permanente.⁹⁶⁷

Com esta organização, o empenho de capitais destas duas indústrias estava em franco desenvolvimento, possuindo, então, mais condições de lutarem por uma tarifa mais protecionista. Com relação ao artigo 47^a (luvas), no projeto proposto para a revisão, nenhuma divisão se fazia entre diversas espécies dessa mercadoria, que ficava sempre sujeita a taxa de 4\$000 por dúzias de pares. Entretanto, os valores das de pelúcia eram muito diferentes das de outras peles. E então, a Comissão definiu que as taxas deveriam proteger uma indústria já estabelecida no país, alterando, assim, esse artigo, realizando duas divisões. Essa modificação, em nada dificultou o expediente, portanto as mercadorias eram daquelas que com mais ligeiro exame deixavam claras as diferenças.

Observando o artigo 48^a (malas), percebe-se que a Comissão, ao atender ao pedido da indústria de malas, declarou segundo o Relatório da Comissão: “Acrescentei a palavra sola, por ser essa uma das matérias de que são elas feitas, [...] em vez de mandar despachar como baús, as malas fabricadas de madeira cobertas de couro ou pano, são despachadas como malas, porque as duas tem o mesmo custo”.⁹⁶⁸ No artigo 50^a (selim) foram feitas alterações no modo da classificação e assim, acabando com a distinção entre os lisos e os bordados. Foram alteradas as taxas, de forma, a fazer com que elas correspondessem aos valores de mercado.

Já os artigos da classe 4^a (carnes, peixes, matérias oleosas e outros produtos animais), sofreram alterações nas taxas, conservadas as classificações do projeto, nos seguintes artigos: banha de porco, leite em conserva e manteiga de vaca. Quanto ao artigo 69^a (peixe), a Comissão aumentou a taxas, não ficando a de 1^a divisão correspondente ao custo na razão de

⁹⁶⁷LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 40.

⁹⁶⁸MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. p. 7.

10%, por entender que o gênero mais comum - o bacalhau - que constituía a base da alimentação das classes pobres, especialmente no norte do Império. Se não fosse essa prerrogativa, o aumento da taxa seria de 30 réis. Atendeu-se, então, o pedido do comércio e feito o amparo do consumidor. De modo geral o setor de alimentos era representativo no escopo da relação de mercadorias em 1875, como consta em Lobo: “Segundo os dados do Almanack Laemmeert relativos a 1875, total de 1.049 fábricas, setor de alimentos e bebidas com 256 unidades representavam 24,405”.⁹⁶⁹

No caso do artigo 74^a (stearina), a taxa que devia pertencer às velas de stearina, constantes da 2^a classificação do artigo, foi motivo de divergência. De maneira geral, as discussões sobre o comércio e a indústria fabril.

Os propagadores das ideias de livre permuta opinaram no sentido de redução das taxas do projeto, fundamentando a sua opinião com os seguintes: que a indústria de fabricação de velas stearinas é apenas representada por uma única fábrica de velas existente no país, pertencente a Companhia Luz Stearica, não sendo uma indústria desenvolvida e capaz de suprir às necessidades de consumo de todo o Império; que longe disso a mencionada fábrica não fornece a metade da quantidade de velas necessária para o consumo da cidade do Rio de Janeiro; que deve-se ter em vista que a tarifa é feita para todo o Império, não se devendo portanto onerar uma mercadoria de tanta utilidade, só com o fim de dispensar extraordinária proteção a uma fábrica que, mesmo em consequência dessa proteção, não tem tido o cuidado de melhorar os seus produtos pela certeza que tem de os vender, não podendo com eles competir em preços em razão dos excessivos direitos que pagam os produtos da melhor qualidade fabricados no estrangeiro; sendo coisa já provada que nunca prosperam as indústrias protegidas por direitos proibitivos, como os que tem sido lançados sobre a mercadoria em questão; que a proteção bem entendida é aquela que assenta na grande redução de direitos ou mesmo na isenção deles para as matérias primas, deixando depois livre a concorrência no mercado aos produtos quer nacionais quer estrangeiros, levando a vantagem aquele que em igualdade de preços fabricações apresentar.⁹⁷⁰

A discussão continuava em relação ao pensamento protecionista e a argumentação de que a indústria de velas não teria a qualidade e a quantidade de produtos para abastecer todo o mercado do Império. E mais, que a condição que favorecia essa fábrica era muito injusta. A denúncia seria que a fábrica não teria se desenvolvido, apesar dos incentivos de uma tarifa protecionista. Outra alegação efetuada pela posição do comércio seria que a isenção ou a redução de direitos sobre a matéria prima, não favoreceu ao desenvolvimento dessa fábrica.

Além das discussões entre o comércio e a indústria fabril que estão sendo expostas, pois as indústrias no Império de maneira geral sofriam com a falta de matéria prima, máquinas, peças de manutenção das máquinas, instrução para os trabalhadores, também será exposta a luta entre o pensamento protecionista e do livre câmbio que existia na Câmara e no

⁹⁶⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 196.

⁹⁷⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. p. 9.

Senado. Quando elaboravam Tarifas protecionistas, as projetavam com grandes erros e lacunas quanto a este sistema, ou seja, não provocavam as condições para um amplo desenvolvimento das indústrias, prejudicando, assim, todo o projeto do sistema.

Para a seção da indústria fabril, o comércio importador oprimia e bloqueava o desenvolvimento industrial no Império. Consta em Carone: “É feroz ataque ao imperialismo, que abusa do seu poder; ao mesmo tempo, defesa da indústria nacional, a pretexto da mudança de pautas alfandegárias, discutidas no Parlamento”.⁹⁷¹ Para Graham: “Consequentemente, a crença no livre comércio atrasou os esforços para industrializar o Brasil”.⁹⁷²

Como discorria List, o comércio interno de uma nação surge principalmente em consequência da proporção da atividade de suas manufaturas internas, aos meios de transporte aperfeiçoados, provocados por elas. E também, ao aumento da população, atingindo a importância de dez a vinte vezes maiores que o comércio interno de uma nação puramente agrícola. E de cinco a dez vezes maiores do que a do mais florescente comércio externo.⁹⁷³

A importância da infraestrutura relatada por List seria o respaldo necessário para a continuidade do sistema protecionista no Império, pois satisfaria a projeção de uma fidedigna condição de custeio da indústria fabril em franco desenvolvimento. Quando elaboravam as Tarifas do livre câmbio, o faziam de maneira moderada, com algumas flexões para abarcar as reclamações protecionistas das indústrias fabris.

Não tomavam uma posição conceitual quanto a que sistema iriam se fundamentar. Com isso, havia Tarifas que não conseguiam permanecer por muito tempo, pelo simples motivo que existia sempre um grupo que acusava o outro por não conseguirem obter o satisfatório desempenho em sua proposta econômica.

Ressalta-se que havia no Senado um grupo de parlamentares que se posicionavam a favor do sistema protecionista e outro a favor do sistema do livre câmbio. Suas ponderações levantavam, exatamente, as fissuras que cada tarifa protecionista ou do livre câmbio, proporcionavam ao Império. Na Tarifa e Revisão de 1844, observa-se a discussão no Senado, devido a estas ponderações, e da mesma forma, na Tarifa e Revisão de 1874. O Senado se mostrava irresoluto quanto a que tipo de sistema seria mais eficiente para o Império. Em razão desta oscilação, ocorria uma mudança permanente entre as Tarifas.

⁹⁷¹CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 150.

⁹⁷²GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 115.

⁹⁷³LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

Quanto à questão da discussão da política aduaneira, será utilizada a tabela abaixo, para identificar a questão da renda da Tarifa apresentada. A tabela 8 mostra que a Importação gerou maior renda neste período 353.749:000\$000, favorecendo o Tesouro do Império, apesar de poucos anos a sua duração e a Exportação rendeu 347.779:000\$000.

Tabela 8-A renda de Exportação e Importação na vigência da Tarifa de 1879.

Anos 1870	Receita de Importação	Receita de Exportação
1879-1880	172.744:000\$000	221.928:000\$000
1880-1881	181.005:000\$000	125.851:000\$000

Fonte: Carreira.⁹⁷⁴

O livro “História Financeira e Orçamento do Império no Brasil”, de Liberato de Castro Carreira, Tomo II, elaborado em 1980, aborda os rendimentos da importação e exportação. Nesse, consegue-se identificar a renda das Alfândegas do Império durante a década de 1870, a respeito das rendas alcançadas em cada Tarifa das Alfândegas, confeccionada neste período e nos anteriores, que já foram apresentados. Nota-se que houve na década de 1870 duas Tarifas Alfandegárias, uma mais livre cambista, a de 1874 que apresentou uma arrecadação de exportação maior que a Importação e a Tarifa de 1879, mais protecionista com rendimento da Importação maior que a Exportação.

Pode-se perceber que existe um aumento real de crescimento quando a importação em uma tarifa protecionista e um menor na do livre câmbio. Por exemplo, na vigência da Tarifa de 1869 até 1874 temos um aumento de arrecadação na importação de forma crescente. Entre 1874 a 1879 um aumento pequeno e nos anos 1879 a 1880 um aumento significativo. De acordo com Carone: “Se até 1879, perante a indiferença da lei, (...) dessa data por diante os que tinham visto atendidas algumas de suas justas reclamações, não pouparam sacrifícios de capitais, tempo e trabalho, para melhorarem as condições de seus estabelecimentos e com elas o estado econômico do país.”⁹⁷⁵

As Tarifas do Segundo Reinado alternavam entre o sistema mais do livre câmbio e do mais do protecionista. As Tarifas das Alfândegas mais protecionistas foram as de 1844, 1869, 1879, 1887 e 1889. E as tarifas mais do livre câmbio foram as de 1857, 1860, 1874, 1881. Diferentemente do que se afirma na literatura, houve no Império do Brasil mais Tarifas do sistema protecionista do que do livre câmbio. Pode-se observar que o Estado atendia interesses tanto da indústria como o comércio sem, contudo, prejudicar os cafeicultores. Observa-se também que a frações de classe são beneficiadas de acordo com os seus interesses.

A estabilização do regime após a Maioridade ocorreu sob a hegemonia de uma

⁹⁷⁴ CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 601.

⁹⁷⁵ CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 152.

fração escravista agroexportadora, a cafeeira fluminense, num bloco histórico do qual participavam outras frações escravistas e a burguesia que se constituía, num amplo projeto de conciliação em que, a cada momento e em cada caso participar, o Estado atendia às demandas de cada umas dessas frações, tendo como sua prioridade o atendimento dos interesses dos cafeicultores.⁹⁷⁶

As dificuldades das Tarifas do Império resultavam da má direção conceitual e da falta de condições para gerar uma infraestrutura que pudesse melhorar e desenvolver a tarifa proposta seja no sistema protecionista ou do livre câmbio. Até mesmo quando determinava que uma tarifa fosse do livre câmbio a considerava como “fiscal”, sem um endurecimento quanto ao conceito. Os problemas das tarifas protecionistas se configuravam mediante o fato do governo não prover as condições estruturais para a sua execução. As mudanças constantes perduravam, exatamente, por não haver as ditas necessidades supridas, como estão presentes em suas revisões e nas ponderações de seus organizadores. Sem contar, com o embate efetuado na Câmara e no Senado, e junto à opinião pública, com a divulgação das reivindicações do comércio e da indústria fabril e as pressões derivadas dos Congressos Internacionais Reformas Aduaneiras do período que influenciavam o comércio importador.

A discussão em relação à argumentação contra a indústria fabril foi descrita no Relatório da Comissão, apresentado por Visconde de S. Salvador de Mattosinho, apresentando as suas reflexões sobre a indústria fabril. Afirmava ele que o primeiro dever da sociedade era desenvolver o trabalho nacional, que nas condições de desenvolvimento em que se achava a indústria europeia, que superabundava em diversos países da Europa, era impossível que a indústria no Brasil prosperasse, ou mesmo se estabelecesse, sem a proteção da Lei.⁹⁷⁷ O Visconde de S. Salvador Mattosinho não discutia a questão do aumento da renda pública, através da tarifa aduaneira, mas, se era o momento de favorecer as indústrias nascentes do país. Ele sinalizava que este problema teria que ser resolvido pela Câmara, Senado e pelo Governo, defendendo a indústria fabril.

O que ele observa em relação ao ponto de divergência é que a fábrica pertencente a companhia Luz Stearica representa um capital de 600:000\$000 e é elemento de trabalho para um numeroso pessoal, inclusive crianças; que além disso desenvolve a riqueza no país com o grande consumo de produtos de indústria nacional por ela emprega como matéria prima [sebo, a graxa e o fio], ext. Protesta contra o juízo manifestado de que a dita fábrica não tem procurado melhorar os seus produtos, e diz que se ela não tem aumentado mais a sua produção, é devido isso a concorrência estrangeira, que se tornará tanto mais irresistível quanto mais fáceis se lhe tornarem as condições de nosso mercado, e está inteiramente convencido que se for aceita a taxa indicada pelos seus colegas de comissão, a consequência será a morte da companhia, e aconselha a esta para dispensar o privilégio que tem, aceitando a

⁹⁷⁶ HONORATO, Cesar Teixeira. (Coord.). **O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)** 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 49.

⁹⁷⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879.

concorrência da indústria nacional.⁹⁷⁸

Apesar do apoio recebido pelo Visconde de S. Salvador Matossinho, a Comissão resolveu atender a essas considerações da Companhia Luz Stearica, elevando a taxa de 350 a 400 réis, que ainda assim, era menor que a da tarifa vigente. Não favorecendo a fábrica e prejudicando o bom desenvolvimento da indústria fabril e os seus operários. Cabe ressaltar que a posição do Visconde de S. Salvador Mattosinho defendia esta indústria e ainda manifestava sua alegação quanto à problemática do tipo de tarifa que deveria ser resolvido pela Câmara, Senado ou pelo Governo. Conforme Luz: “Esses argumentos empregados pelo visconde de São Salvador, isto é, necessidade de desenvolver a produção do país e amparar o trabalho e o capital brasileiros, serão frequentemente utilizados no desenrolar da campanha em prol da industrialização do Brasil”.⁹⁷⁹

O ramo de velas foi prejudicado com as tarifas de 1857 e 1860, conforme Lamarão: “Além da redução da tarifa para os produtos similares europeus ter causado um sensível incremento de sua importação, a revogação da isenção de direitos alfandegários para as matérias-primas importadas”.⁹⁸⁰ Já na década de 1870 inicia sua ação a favor de uma tarifa protecionista. Apesar das dificuldades narradas pelo autor, a Companhia Luz Stearica conseguiu implantar um sistema de máquinas para agilizar o processo de produção no ano de 1873, e com o decorrer da década sua produção era significativa ao ponto de haver a defesa do visconde de S. Salvador Mattosinho.

Com referência à classe 9ª (sumos ou sucos vegetais, bebidas alcoólicas fermentadas e outros líquidos), foi a que obteve maior discussão quanto à mercadoria vinho. A Comissão reconheceu que a taxa de 100 réis para os vinhos comuns, aceitava a razão de 40%, correspondendo ao custo médio do gênero, que era de 241 réis por litro. O comércio solicitou de forma unânime, a redução da razão para 30%, e a consequente diminuição de taxa. No ajuizamento do comércio, o grande decréscimo na importação do vinho, poderia ser atribuído aos elevados direitos que se pagava sobre o artigo. Esta medida animava os fabricantes de vinhos artificiais ou falsificados. Naquele momento, era mais vantajosa a posição do fabricante de vinhos artificiais do que a do negociante importador, uma vez que o primeiro se entregava livre e desembaraçadamente a sua indústria, sem ônus algum, imposto

⁹⁷⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. p. 10.

⁹⁷⁹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 56.

⁹⁸⁰ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 61.

pelos fiscais; e o segundo via-se sobrecarregado com direitos de 40%, além do aumento de 50% e outras despesas aduaneiras.

Os importadores alegavam que os fabricantes nacionais colocavam à venda, como vinho, o produto fabricado no país. Argumentavam, também, que a sua fabricação não era realizada com higiene e ainda, poderia ser prejudicial à saúde. Na concepção dos comerciantes importadores, o produto era uma fraude, pois o que era vendido, não era vinho.⁹⁸¹ A Comissão introduziu um novo sistema de cobrança de direitos para os vinhos comuns secos ou de pasto, vinagre, azeite doce, em pipas ou frações de pipas. Sendo a unidade da pipa até 500 litros cobrados em proporção correspondente às frações de pipa. Para rechaçar esta alegação de que o vinho nacional não era de qualidade consta em Exposição de Filadélfia.

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, só na Ilha- dos - Marinheiros, e nas colônias, fabricam-se, anualmente, mais de 400.000 litros de vinho, empregando-se de preferência a uva americana. Com quanto ainda não se possa considerar este produto de primeira qualidade é, não obstante, consumido todo nas províncias, que o fabricam, sendo esses procurado à vista de sua pureza, relativamente a muitos dos vinhos importados.⁹⁸²

Conveniente perceber que a argumentação do comércio importador sinalizava que a qualidade do vinho nacional era ruim para concorrer ao vinho estrangeiro, mas em um evento internacional, a Exposição da Filadélfia, o vinho nacional foi bem aceito. Pode-se observar a pressão do produto externo e seu esforço para entrar no mercado nacional. Mais uma vez se caracteriza o choque de interesses entre a indústria fabril e o comércio importador.

Quanto à classe 15^a, se referia ao algodão, que sofreu muitas alterações em suas mercadorias: os artigos algodão em caroço e em fio torcido. As indústrias de tecelagem e da fiação solicitaram o aumento da taxa, para evitar a concorrência do fio estrangeiro.

Têm eles que a conservação das taxas os obrigue a abandonar a indústria da fiação para se entregarem exclusivamente a indústria da tecelagem, que lhes dará mais vantagens em detrimento da lavoura e dos consumidores das fazendas que produzem, pois que serão elas feitas de fio preparado com algodão de baixa qualidade quase sem fibra, que é o geralmente importado do estrangeiro, perdendo eles nesse caso com o empate dos capitais empregados em máquinas de fiar, que são os mais caros. Os que têm somente fábrica de tecelagem sustentam que devem ser baixas as taxas do fio preparado, pois que deve ser considerado matéria prima para uma indústria, resultando disso vantagem para o consumidor, que pode obter produtos por mais baixos preços. Contestam que o fio nacional não possa concorrer com o fio estrangeiro, portanto eles obtêm fio da Bahia por menos preço que o importado da Inglaterra. Empregam nos seus tecidos o fio tinto estrangeiro, levando vantagem aos que somente empregam o fio nacional, porque a falta de fixação nas cores é o ponto fraco no fio nacional. Estes e outros argumentos aduzidos pelos

⁹⁸¹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879.

⁹⁸² BRASIL. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadélfia**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875. p. 295.

interessados em favor da causa, que cada um deles defende, me fez opinar por um pequeno aumento na taxa, sendo ela igual quer para o fio branco, que assim ficará em condição de não poder tão facilmente concorrer com o nacional, quer para o fio tinto, que pela falta de aperfeiçoamento na indústria de tingir deve ainda ser animada a sua introdução. Fixei-a em 110 réis por kilog e equiparei a taxa para o torcido, próprio para pavios.⁹⁸³

Em se tratando do algodão, especificamente, serão abordadas as meias de fio, de que trata o artigo 508^a. Foi eliminada a designação especial fio da Escócia, pois as que apareciam no mercado, fabricadas de algodão, eram, apenas imitação; sendo as taxas, as mesmas dos originais. Não se afastaram muito das taxas do projeto, reuniu todos os tecidos de custo mais ou menos igual em uma divisão do artigo. A conservação da razão de 30% traria como consequência a redução em algumas taxas, e, portanto, a diminuição da renda. Para evitar a diminuição da renda, teve que passar de 30% para 40%.

Ao final desta classe, assim como nas outras de tecidos, foi estabelecida uma nota, impondo aos tecidos e obras bordadas enfeitadas ou com rendas, não especialmente classificadas, um acréscimo de mais de 40% de imposto, independente da importância do bordado. Desta forma, a uniformidade no modo de despachar a mercadoria foi conseguida. E o comércio entendia quanto era prejudicial, e ao mesmo tempo, inevitável, a desigualdade nos despachos *ad valorem*.

Em relação à classe 17^a (linho), no artigo 570^a (xales, mantas e lenços), se verifica as mudanças ocorridas na tarifa de 1874 para a tarifa de 1879. Assim ficou definida pela Comissão, declarando que pelo projeto, estas mercadorias pagariam as mesmas taxas dos tecidos. Sobre os chapéus, quase todos possuíam pequenos enfeites, para evitar questões e acabar com a distinção entre eles.

Quanto ao artigo 591^a (roupa feita), ficou definido que todas as taxas desse artigo seriam reduzidas à exceção das não especificada. Qualquer outro tecido que não fosse renda, o valor de 2\$800 seria elevado a 3\$000, por ser essa a média do dobro das taxas de tecidos. Conforme consta no Relatório da Comissão: “a evitar reproduzir o abuso de despachar-se como aniagem, pagando a taxa de 15 rs, tecidos de linho sujeitos a taxa de 800 rs. A aniagem e tecidos de fio de estopa, próprios sacos de café”.⁹⁸⁴

A Comissão compôs o artigo 606^a (mantas, xales e lenços), da classe 18^a (seda), abrangendo todas as espécies e formas; não dando abatimentos às mesclas. Uma taxa baixa foi aplicada quando tivessem enfeites de metal, pela simples razão de muito influir no peso. No artigo 622^a (renda), a Comissão revisora alterou algumas taxas e acabou com a distinção nos

⁹⁸³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. p. 17.

⁹⁸⁴ Ibid., p. 20.

tecidos, lisos, com flores e outros ornamentos. Conforme consta no Relatório da Comissão: “Altereí algumas taxas e acabei com a distinção nos tecidos, de lisos, com flores e outros, ficando quer uma qualidade quer outra, sujeita as mesmas taxas estabelecidas no projeto para os lisos”.⁹⁸⁵ As modificações, feitas na mercadoria tecidos de qualquer tipo, foram favoráveis à indústria fabril, pois foram concedidas as mesmas taxas dos tecidos lisos.

O nível do algodão produzido no Império segundo a Exposição da Filadélfia era capaz de concorrer com o produto europeu e americano, pois foi representativo nesta Exposição Internacional, como consta em Exposição de Filadélfia: “O algodão de Pernambuco pode substituir perfeitamente, nos mercados europeus, o da Luiziana e o de Fernando de Noronha, como se observou, não é inferior ao melhor Sea- Island da Georgia”.⁹⁸⁶ Conforme fica claro nesta documentação, o algodão produzido no mercado interno era concorrente da mercadoria importada, justificando assim o conflito entre a indústria fabril e o comércio importador. Necessário é ressaltar que do algodão produzia-se: tecidos, meias, roupas, chalés, luvas e inúmeros outros artigos que vieram sendo discutidos ao longo das demais tarifas anteriores.

Importante identificar a classe 16^a (lã), no artigo 531^a (Chapéus de feltro), a Comissão elevou os direitos e suprimiu a classificação dos de Braga e semelhantes, ficando, todos, sujeitos a mesma taxa. Nota-se comparativamente a forma como a Tarifa de 1879 tratou a mercadoria chapéus, protegendo-a da concorrência estrangeira, sendo que na Revisão de 1874, este artigo não foi favorecido. No Relatório da Comissão: “[...] proteção à indústria do país, e embora nele não se fabriquem ainda chapéus de lã, a importação em longa escala desse artigo, inutilizava ou impedia o trabalho nacional na fabricação dos chapéus de pelo”.⁹⁸⁷ Os chapéus apresentados na Exposição possuíam características interessantes e demonstravam o empenho da indústria chapeleira em se qualificar a partir de uma escola para aprendizes para o trabalho nas fábricas, como consta na Exposição da Filadélfia.

Fundou, igualmente, o Instituto uma fábrica de chapéus, a imitação dos do Chile, alguns dos quais tão primorosamente feitos, que foram premiados na Exposição Universal de Viena d’ Áustria, e devem figurar na Filadélfia. A matéria empregada no fabrico desses chapéus, é extraída da palha da bombonassa, planta importada, a anos, do Peru, e cultivada, em grande escala, na fazenda-normal. A essa fábrica, onde servem de aprendizes, e operários meninos pobres, quase todos da Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio de Janeiro, acaba de anexar-se uma escola pratica de ensino, não só do método de criar o bicho da seda, da espécie asiática *Bombix mori*, e da nacional denominada *Saturnia*, mas também do processo da extração da

⁹⁸⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. p.21.

⁹⁸⁶ BRASIL. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadélfia**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876. p. 294.

⁹⁸⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA, op. cit., p. 19.

seda.⁹⁸⁸

O grau de desenvolvimento dos chapéus das indústrias no Império pode ser identificado no relato do Relatório da Exposição da Filadélfia, com a premiação obtida na Exposição Universal de Viena d' Áustria e a organização de uma escola para aprendizes para a indústria fabril.

Era, em verdade, também, uma grande “ Fazenda Escola”, eis que foram instituídos até cursos de zootecnia e silvicultura. Realizavam-se pesquisas acerca de plantas têxteis, descobertas nas matas das províncias do Rio de Janeiro e Minas gerais, as quais forneciam fibras de primeira qualidade, cuja excelência foi reconhecida em Londres e Manchester.⁹⁸⁹

Quanto à questão da proteção dada aos chapéus de feltro, essa foi muito importante para o desenvolvimento da indústria fabril, pois com a Tarifa das Alfândegas de 1874, este artigo foi sobrecarregado de taxa, favorecendo a entrada de chapéus estrangeiros no mercado do Império, que sofreu uma invasão de chapéus vindo da Alemanha e da Inglaterra, embaraçando o crescimento da indústria fabril no Império. Será abordada a questão dos Chapéus no próximo item deste capítulo, uma questão definitiva para o florescimento da indústria fabril no Império do Brasil. Para ficar clara a importância do ramo chapeleiro será visto o exposto na Exposição da Filadélfia.

Há, igualmente, muitas fábricas de chapéus, algumas essas consideráveis, nas quais trabalha-se com tanta perícia, que dispensam, a anos, em não pequena parte, a importação estrangeira. Vinte e quatro mais notáveis de chapéus de seda; feltro; palha, e fantasia empregam, aproximadamente 550 operários, além da força do vapor em algumas, produzindo, anualmente, termo médio, 34.000 chapéus de seda; 406.000 de feltro; 30.000 de palha, e de fantasia, no valor total de 1.600:000\$000.⁹⁹⁰

A partir deste relato pode-se identificar a força da produção de chapéus no Império e sua divisão além da renda apresentada no documento. Já no caso da classe 19ª (papel), houve outra discussão. Suas aplicações no caso da taxa para o papel liso e o pautado ou riscado, causaram divergências de opiniões quanto a sua proteção à indústria fabril no Império. Alguns industriais solicitaram o abatimento na taxa do liso e o aumento na do pautado, como medida de proteção a uma indústria já criada no Império.

Entendi que tanto o papel liso como o pautado podem ser considerados matéria prima e que, aceita a distinção, apareciam embaraços no expediente, não sendo a diferença de preços entre um e outro tal que exija taxa diversa para um dos artigos, ainda mais que, tendo-se procurando dar elemento de vida a indústria da impressão, litografia, encadernação, ect, essas podem convergir os esforços e a atividade dos que se empregam no trabalho da pautaçaõ. Nesse artigo ainda se fizeram algumas alterações, ou nas taxas ou mesmo retirando dele algumas mercadorias que tiveram impressão. Foi nessa classe criado um artigo especial para obras impressas ou

⁹⁸⁸BRASIL. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadélfia**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875. p. 309-310.

⁹⁸⁹OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 113.

⁹⁹⁰BRASIL, op. cit., p. 320.

litografadas, sendo aplicadas taxas, que embora pareçam altas, consultam os verdadeiros interesses do país, onde a arte de impressão vai adquirindo forças para prosperar.⁹⁹¹

Outra discussão seria na classe 21^a (louça e vidros). Um caso especial seria o aparelho de louça que foi mantida a divisão em seis qualidades, compreendidas neste artigo. Existiam graves interesses que se chocavam na aplicação das taxas mencionadas. Os importadores dos produtos desta classe (artigo louça) invocavam medidas especiais, segundo a procedência ou origem da mercadoria.

Não é luta entre a indústria nacional e estrangeira que aqui se trata, mas sim dos esforços que fazem as diversas fabricações para vencerem no nosso mercado. A louça de pó de pedra, de origem principalmente inglesa, faz considerável concorrência á porcelana comum de procedência francesa. Há ainda outra diversidade, que aumenta as dificuldades da concorrência para a porcelana francesa, é a louça de granito, que com o adiantamento e aperfeiçoamento da fabricação confunde-se até mesmo no peso com a porcelana. Assim pois, vemos que os importadores de louça de pó de pedra ou de granito de origem inglesa, satisfazem-se com a lei, que lhes afugenta a concorrência, por meio da diferença das taxas, da porcelana francesa.⁹⁹²

O debate abrangia a questão da procedência da mercadoria no comércio importador e a luta para ganhar o mercado nacional. Existia um conflito entre as louças das várias procedências: a Inglaterra com a louça de pó de pedra que fazia concorrência com a porcelana francesa. O importador da louça inglesa ficou satisfeito com a taxa, já o importador da louça francesa, não. Na busca pelo mercado do Império, os comerciantes importadores entravam em conflitos e esta questão teria que ter a intervenção da Comissão revisora para que houvesse um fim mais justo às rendas do Império. Todo e qualquer problema quanto à importação de mercadorias teria que passar pela Comissão. Atesta-se a importância deste trabalho para o bem das rendas públicas.

A classe 35^a (máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos) abrangia uma quantidade de mercadorias significativa e foi a que mais sofreu alterações, pois essas mercadorias, que gozavam de isenção de direitos, foram privadas desse benefício.

A indústria nacional precisa de elementos protetores para prosperar; da prosperidade dela depende o engrandecimento do país e a menor proteção que o Estado pode a ela dispensar ou é a isenção completa na matéria prima de qualquer espécie que o país ainda não produz, ou então a imposição de direitos nos artefatos ou produtos estrangeiros iguais aos que oneram a matéria prima de que são fabricados. A não se aceitar alguns desses dois alvitre, fica de pé a superioridade dos artefatos estrangeiros em relação aos similares nacionais. As fábricas nacionais, além de lutarem com a carestia dos salários, lutam também com a desigualdade nos preços das matérias primas, sendo esses carregados dos respectivos direitos e mais despesas na Alfândega. Assim ao artigo 103, alambiques, fornalhas, retortas, caldeiras, moinhos e quaisquer outros objetos semelhantes não classificados, gozam pela atual

⁹⁹¹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. p. 23.

⁹⁹² Ibid., p. 23.

e gozariam pelo projeto de completa isenção de direitos enquanto que a matéria para a fabricação desses objetos que é o cobre laminado paga 180 réis por quilograma. Assim pois a aplicação da taxa de 180 réis para aquele artigo constitui uma proteção devida e justa do Estado para as fábricas do país, que limitam presentemente as suas a pequenas encomendas de peças para substituir outras estrangeiras inutilizadas, ou a fazer consertos.⁹⁹³

A problemática quanto às máquinas e as matérias-primas foram essenciais para o florescimento da indústria fabril. Por esse motivo, cita-se este trecho com as reivindicações da indústria a fim de demonstrar as dificuldades quanto à produção das mercadorias no Império. Fazia-se necessário não apenas a isenção das taxas sobre as máquinas, mas também, sobre as matérias-primas, no intuito de poder trabalhar com as referidas máquinas. E, então, fazer prosperar a indústria fabril nacional. As correias taxadas para máquinas foram favorecidas nessa revisão, já que a taxa existente trazia para essa mercadoria prejuízos para as indústrias nacionais. Houve uma reivindicação contrária, mas não atendida. Conforme consta no Relatório da Comissão: “a taxa do projeto que é mesma lançada para a matéria prima, apesar das reclamações de aumentá-la por causa da mão de obra; que como acessório de máquinas deve gozar do favor de ser tarifada na razão de 10% e nesta razão a taxa cabível é de 300 réis”.⁹⁹⁴

A isenção de taxas referentes à matéria-prima de consumo para as indústrias fabris foi importante para o seu crescimento no Império. Ao longo desta Revisão, foi possível averiguar as oportunidades que a indústria fabril obteve com este trabalho, elaborado por um corpo de comerciantes, industriais e funcionários do fisco. Entre a Tarifa de 1874 e a Tarifa de 1879, observa-se a luta para o favorecimento da indústria fabril no Império, com a Crise dos Chapéus.

4.3- O conceito de indústria do ponto de vista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

A Sociedade Auxiliadora Indústria Nacional, sendo um órgão científico e consultivo ligado ao Governo Imperial, pôde ser o parâmetro da noção básica quanto ao conceito de indústria no século XIX no Brasil. Isso se deve ao fato de estar em reformulação constante o seu Estatuto. Atestando a posição de entidade consultiva do Governo Imperial, conforme Maria Martins: “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, consultada pelo governo sobre quase todos os negócios relativos à agricultura e à indústria geral do país”,⁹⁹⁵ também

⁹⁹³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. p. 33-34.

⁹⁹⁴ Ibid., p. 34.

⁹⁹⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 152.

contou em seus quadros de membros e fundadores, em épocas diversas, com a maioria dos Conselheiros de Estado. A mesma autora afirma que a elite Imperial do Segundo Reinado se fazia representar dentro da SAIN, como foi o caso dos Conselheiros de Estado, Ministros da Fazenda, Viscondes, Barões, políticos, industriais e fazendeiros.

Esse foi o caso de Sousa Franco em fins da década de 1850, de Torres Homem na década de 1860, de Sousa Dantas em 1870 e de Rodrigues Pereira nos anos de 1880. Principalmente em virtude da influência crescente do Poder Executivo, as nomeações seguiram obedecendo a uma lógica de manter o equilíbrio que se procurava ou se julgava obter no Parlamento, favorecendo moderados conservadores e liberais, bem como aqueles que se destacavam tanto na política quanto na economia, abarcando novos setores empresariais e bancadas partidárias dissidentes, como a de São Paulo na década de 1880.⁹⁹⁶

Nesse trecho, se pode observar os integrantes da entidade e sua diversificação em âmbitos dos mais diferenciados. Exatamente por esse motivo, a flexibilidade quanto a sua posição com referência ao pensamento sobre indústria. Portanto, utilizar-se-á o Estatuto para demonstrar as mudanças no conceito de indústria nessa época. Segundo Oliveira: “Como se pode facilmente imaginar a ‘Indústria Nacional’, com que se preocupava era a atividade produtiva em geral, no sentido corrente da época”.⁹⁹⁷ Conforme o autor esboça, coube a SAIN racionalizar o processo produtivo, mas que não pudesse chocar com os interesses da agricultura e do comércio. Na mesma direção para Marquese: “O objetivo central da SAIN era estimular o melhoramento da indústria brasileira, entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril”.⁹⁹⁸

Conforme a primeira reformulação do Estatuto da SAIN em 1831, os membros entendiam por indústria a utilização de máquinas, tão fundamentais na época, tendo em vista que a agricultura necessitava de inventos constantes para a maior produção de seus produtos. De acordo Sturz: “É o ofício das máquinas receber e distribuir o movimento recebido d’algum agente, não há máquina que seja capaz de produzir ou gerar dentro em si a força e poder motriz. Posto que sejam estas as fontes de toda a força importante artificialmente empregado”.⁹⁹⁹ No decorrer da década de 1840, este conceito sofreu mudanças já com os diversos ramos da indústria. Segue o significado do termo, segundo a reformulação do Estatuto, em 1848.

⁹⁹⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 153.

⁹⁹⁷ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 107.

⁹⁹⁸ MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 267.

⁹⁹⁹ FIRJAN. STURZ, João Diogo. **Efeito das máquinas e suas vantagens na riqueza pública e necessidade de sua introdução no Brasil, e da execução de direitos que se lhes deve dar, bem como ao combustível para elas necessário, oferecido à Sociedade Auxiliadora da Agricultura e Indústria do Rio de Janeiro e Bahia**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835. p. 4.

A Indústria, mãe de todas as ciências e artes, e causa primária da opulência e grandeza das Nações, em geral se reduz à ação das forças físicas e morais do homem aplicadas à produção. Quando se tem por objetivo maior desenvolvimento das forças naturais, ou a colheita dos produtos que o Criador espontaneamente nos apresenta, dá-se-lhe (o nome de agrícola; quando se tem por fim dar novas formas às produções da natureza, submetendo-as complicados processos para que estas nos sejam mais úteis, chama manufatureira; e se um valor qualquer procura-se dar aos produtos tanto naturais como artefatos, e os leva aos mercados para serem consumidos, denomina-se comercial. Tais são os três grandes ramos em que os autores dividem a indústria, cada um dos quais ainda compreende outros muitos. Ora, se em países bem povoados parece que a experiência mostra a impossibilidade de se cultivarem, com o mesmo esmero, os três ramos de indústria, evidentemente se manifesta que com muito mais razão o Brasil, com uma diminuta população disseminada em vastíssima superfície, deve escolher um ramo especial, sem, todavia, abandonar os outros. Qual deve ser entre nós este ramo, altamente a esta proclamando a fertilidade de nosso abençoado território. Por longos anos cumpre, pois que seja o Brasil muito especialmente agricultor.¹⁰⁰⁰

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional evidenciava os diferentes ramos da indústria, seja fabril, ligada à confecção de artefatos em complicados processos, como assim define; ou o ramo comercial, com a venda dos produtos naturais e os artefatos produzidos, como também a indústria agrícola que segundo sua análise, ideal para a situação do Império. Demarca sua posição, aferindo seu parecer nesta época quanto à indústria que seria desenvolvida com maior atenção. De acordo com Oliveira: “Quando defendia a ‘indústria fabril’ ora era mais incisiva, ora mais moderada, preferindo as chamadas ‘indústrias naturais’, isto é, as que prescindiam de favores governamentais, mormente as isenções alfandegárias”.¹⁰⁰¹

Especial interesse apresentam alguns itens dos dispositivos estatutários de 1848 referente à aplicação dos fundos da Sociedade. Ao falarem em “prêmios que estimulem”, os Estatutos diferenciaram explicitamente o agricultor do fabricante, do artista e do negociante; todos eles capazes de promover a indústria, e com esta o bem do país. De acordo com o Estatuto 1848: “Com a Sociedade Auxiliadora estaria em consonância com ‘o uso das nações mais adiantadas na civilização’”.¹⁰⁰²

Na revisão de 1857 do Estatuto da SAIN, tinha-se como fim promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria do país. Neste período, já consta no Estatuto o fato da SAIN auxiliar o governo sempre que por ele fosse consultado sobre todas as questões concernentes àquele fim.

¹⁰⁰⁰MAIA, Emílio Joaquim da Silva. **Introdução. Auxiliador da indústria nacional. Nova série I, 1846/47**, Rio de Janeiro: Tipografia J. S. Cabral, nº 1, junho de 1846. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 1846. p. 3-6.

¹⁰⁰¹OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 108.

¹⁰⁰²FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1848**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1848. p. 15.

A indústria é a ação das forças físicas e morais do homem, aplicada à produção. Consiste ela em receber uma coisa num estado; e a entregá-la noutra em que tenha mais valor. Divide-se ordinariamente a indústria em três classes: A indústria agrícola, que se aplica principalmente em solicitar e provocar a ação produtiva da natureza quer nos vegetais, querem nos animais, ou em colher os seus produtos. A indústria comercial que aumenta o valor das coisas, pondo-as ao alcance do consumidor. A indústria manufatureira, que dá valor às coisas, pela transformação que nelas opera. Na linguagem vulgar, chama-se simplesmente indústria, a indústria manufatureira, e designam-se os três modos principais da produção pelas três palavras correlativas: Agricultura, Indústria, Comércio. É neste sentido que aqui tomamos palavra Indústria.¹⁰⁰³

O Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que foi reformado em 1869, vigorou até 1891. Neste momento, o tema “indústria” esteve presente na discussão dentro da SAIN. Havia os que o entendiam de uma forma mais ampla. Consta em Silva: “O trabalho social ou das ‘artes’ do homem, em relação à indústria agrícola ou extrativa, indústria comercial ou mercantil ou em indústria manufatureira ou fabril, ligado à utilização das máquinas”.¹⁰⁰⁴ O conceito de indústria ora exposto ao longo do Estatuto de 1831, 1848, 1857 e 1869 da SAIN tinha encontrado dificuldade dentro do órgão, tendo em vista seus membros, que compunham grupos sociais tão diversificados, tais como: comissários de café, deputados, senadores, eclesiásticos, capitalistas, ministros, cafeicultores, médicos, advogados, generais, industriais, Conselheiros de Estados e negociantes. Trata-se de grupos muito diversificados e, por conseguinte, de interesses divergentes dentro da SAIN.

Para a SAIN, o termo indústria era ainda utilizado de forma genérica, abarcando uma definição de 1813. Conforme o Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado por Silva: “arte, destreza, para granjear a vida, engenho, traça, em lavrar e fazer obras mecânicas”.¹⁰⁰⁵ Já o conceito de indústria no Dicionário da Língua Brasileira: “Destreza em fazer as coisas”.¹⁰⁰⁶ Com referência a industriar “Adestrar, ensinar”, abrangendo as especificidades agrícola, industrial e comercial. Em contrapartida temos o termo indústria empregado nas Exposições Internacionais com uma especificação bem estreita.

Na episteme contemporânea à *Great Exhibition*, o termo indústria podia ser equivalente às artes, mais especificamente às artes mecânicas ou úteis que comandavam, em seu conjunto, a atividade produtiva. Mas ele podia ser, também, equivalente à arte, como sinônimo de habilidade, de trabalho, do esforço humano,

¹⁰⁰³ FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. L Vianna e Filhos, cap.1º, 1857. p. 1.

¹⁰⁰⁴ SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que parece. A sociedade auxiliadora da indústria nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A Conjuntura de 1871-1877**. 1979. 293 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1979. p. 134.

¹⁰⁰⁵ SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Lisboa: Lacédina, 1813. p.1.

¹⁰⁰⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832. p. 613.

enfim, para continuar ou representar a obra da natureza.¹⁰⁰⁷

Portanto, tendo em seu meio muitas divergências, é a partir da década de 1870 que se iniciou uma posição teórica e prática a favor da indústria fabril, que pôde gerar dentro do órgão uma grande discussão sobre o papel primordial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Neste momento verifica-se a configuração mais concreta do “Intelectual” que romperia com a condição submissa da indústria fabril no campo da entidade.

Essa transformação dentro da SAIN ocorria em termos, devido às mudanças no meio econômico e político. De acordo com Alonso: “A proibição do tráfico negreiro nos anos de 1850 produziu um boom de desenvolvimento interno, gerou novas atividades econômicas, novos grupos sociais e novas hierarquia”.¹⁰⁰⁸ ocasionando conflitos internos dentro do corpo da entidade.

Na década de 1820, a palavra indústria ainda se mantinha ambígua, conforme pode se ver no artigo 1º, capítulo 5º do Estatuto da SAIN. Consta no Estatuto: “É dever desta Sociedade a aquisição, arrecadação e conservação das Máquinas, Modelos e Inventos adquiridos, e de quanto por este meio possa concorrer, para o aumento e prosperidade da Indústria Nacional”.¹⁰⁰⁹

Conforme se observa, não utilizavam o conceito de indústria no sentido moderno, isto é, o da reprodução extensiva de mercadorias pela máquina, ou seja, na divisão social do trabalho e na inserção cada vez maior na especialização do trabalho. Esta opção entre proteger a indústria fabril ou a indústria agrícola resultou em discussão na Sociedade Auxiliadora quanto à prioridade da primeira.

Já se tem discutido e indagado em que proporção deve estar a população agrícola e a população manufatureira num estado bem que semelhante questão nos parece ociosa, diremos, contudo que entre dois países colocados em circunstâncias perfeitamente iguais, mais poderoso será o que tivesse maior população agrícola. Indústria é enfrentando um excelente auxiliar para a agricultura, porque obriga a continuamente a produzir mais objetos de subsistência, e matéria-prima, do que consome; e em troca dá-lhe a indústria objetos de luxo de toda a espécie, utensílios, vestuários, etc.¹⁰¹⁰

A ponderação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional quanto à indústria era que pudesse auxiliar a agricultura. Observa-se que o entendimento da SAIN fora construído

¹⁰⁰⁷SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso. As Exposições Universais Internacionais no século XIX. A circulação transoceânica de ideias e técnicas e a participação do Império do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1889.** 1992. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, 1992. p. 60.

¹⁰⁰⁸ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 77.

¹⁰⁰⁹FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1827.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1828. p. 2.

¹⁰¹⁰FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1854.** Rio de Janeiro: Firjan, 1854. p. 15-16.

por uma noção pautada na visão de um Império em que sua economia era alicerçada na agricultura e que a indústria fabril poderia ser um apoio secundário que viabilizaria o fortalecimento da agricultura. A indústria fabril era um instrumento de apoio para a feitura de objetos que resultava em aprimoramento para a agricultura, sendo fundamental para a continuidade do seu aperfeiçoamento. Portanto, não teria uma função objetiva e relevante para a economia, tendo sua participação reduzida a cooperar com a agricultura no que fosse proeminente. Pode-se observar que este propósito se alicerça na visão de Cairu quando defende que a agricultura seria a atividade econômica que o Império deveria se fundamentar, como já exposto no capítulo dois desta tese.

Em relação ao conceito de Indústria de Marx, esse diverge quanto ao entendimento da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pois seu conceito se refere à indústria fabril como superior da manufatura. A tentativa aqui é de conceituar indústria e fazer uma distinção entre artesanato, manufatura e fábrica, segundo Marx, que entendia o significado teórico-conceitual, a transformação que se opera nas matérias-primas até a conversão em um produto acabado na formação do capitalismo. O artesanato, segundo Marx, era um processo em que o artesão desenvolvia todas as etapas de confecção da mercadoria. Consta em Soares: “Artesanato era o processo de trabalho essencialmente manual em que o trabalhador, realizava todas as operações necessárias para a elaboração do produto final, não existindo a divisão social do trabalho”.¹⁰¹¹

Eulália Lobo, em seu livro “História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro” (1978), adota o termo artesanato, no século dezenove, para caracterizar o processo de trabalho manual em que o produtor tem a propriedade dos meios de trabalho e é o responsável pelo acabamento total de um bem. Exercendo funções diversificadas para a conformação da feitura de um objeto, portanto, executando todas as faces da produção. Já para Francisco Iglesias (1996), o artesanato era uma atividade rústica, elaborada por uma pessoa ou um grupo reduzido que se incumbe de uma tarefa em todas as fases. Os dois autores convergem ao tratar o conceito no período.

Em relação ao artesanato, a produção tem um caráter individual, na medida em que o operário trabalha ao seu modo, sendo as ferramentas uma extensão de si próprio; a produção depende diretamente da habilidade do operário. O artesão dispõe de seus ferramentais e efetua seu trabalho de uma forma independente. Diferentemente na manufatura, há uma cooperação

¹⁰¹¹SOARES, Luís Carlos. **A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880.** 1980. 415 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1980. p. 101.

de diversos trabalhadores para a finalização de uma mercadoria. Para Marx: “Na manufatura, a cooperação era fundamental, pois os trabalhadores reunidos executavam uma determinada tarefa, de uma forma articulada. À medida que a manufatura se desenvolvia a divisão do trabalho se intensificava”.¹⁰¹²

A manufatura distinguiu-se do artesanato pela quantidade de trabalhadores, pelo volume dos meios de produção concentrado e pelo capital empregado. De acordo com Soares: “Ao ampliar-se a base da produção manufatureira, surgiu a possibilidade de utilização de máquinas, sobretudo para certos processos simples”.¹⁰¹³ A divisão social do trabalho tomou por base as habilidades dos trabalhadores gerando especialistas em determinada função.

A manufatura, portanto, se origina e se forma a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalho especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou de aperfeiçoamento, ora combina ofícios anteriormente distintos.¹⁰¹⁴

O emprego da mão de obra na manufatura, contava com diversos trabalhadores que desenvolviam tarefas específicas e especializadas, articulando num processo global, por um trabalhador coletivo, o mestre, que coordenava o trabalho na manufatura. Segundo Lamarão: “A divisão do trabalho dá origem a especialização e os critérios básicos são destreza manual, a concentração mental e a força física”.¹⁰¹⁵

Decompondo o ofício manual, especializando as ferramentas, formando os trabalhadores parciais, agrupando-os e combinando-os num mecanismo único, a divisão manufatureira do trabalho cria a subdivisão qualitativa e proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção; cria assim determinada organização do trabalho social e, com isso, desenvolve ao mesmo tempo nova força produtiva social do trabalho. Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais valia relativa ou de expandir o valor do capital.¹⁰¹⁶

A manufatura tinha um caráter capitalista de produção, portanto a quantidade de trabalhadores seria diferente da do artesanato. Além da utilização de máquinas e da divisão social do trabalho, a manufatura se apresentava de duas formas distintas: a manufatura

¹⁰¹²MARX, Karl. **El capital**. Volumen 1. Trad. Wescslao Roces, México: Fundo de Cultura Económica, 1974. p. 270-281.

¹⁰¹³SOARES, Luís Carlos. **A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880**. 1980. 415 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro. 1980. p. 103.

¹⁰¹⁴MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p. 388-389.

¹⁰¹⁵LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 30.

¹⁰¹⁶MARX, op. cit., p. 417.

heterogênea e a manufatura orgânica. Na manufatura heterogênea, os trabalhadores não necessitavam estar em um mesmo recinto, pois em sua produção eram parcialmente independentes. A tarefa era executada cada qual em sua residência. Na manufatura orgânica, o objeto produzido era o resultado da ação de vários trabalhadores que executavam suas tarefas de forma harmonizada e entrelaçada, em um mesmo estabelecimento, sobre as ordens de um capitalista.

Segundo Luís Carlos Soares, em sua dissertação (1980) “A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880”, consta em Soares: “Estas duas formas da organização manufatureira do processo de trabalho, desempenharam um papel muito distinto na transformação posterior das manufaturas europeias na grande indústria mecanizada”¹⁰¹⁷. O fato é que a manufatura orgânica se aproximava muito mais da grande unidade de produção da indústria mecanizada (a fábrica).

A fábrica se diferenciava da manufatura por causa do capital empregado e pela mecanização. De acordo com Silva: “É na fábrica que a separação entre o trabalhador e os meios de produção, era a chave do sistema capitalista”.¹⁰¹⁸ Para Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira, em seu livro “Raízes da Indústria no Brasil” (1992), a fábrica era uma organização de maior porte que uma oficina. Utilizava, a princípio, um conjunto de máquinas independentes umas das outras, que com o tempo se transformou num verdadeiro sistema de máquinas.

Conseguiu, portanto, segundo Oliveira: “derrotar os diversos processos de trabalho baseados na arte manual, na habilidade e na destreza dos trabalhos”¹⁰¹⁹. O termo fábrica que era utilizado no século XIX, quando se remetia ao significado das organizações de maior porte, ou seja, “oficinas bem montadas” de hoje; enquanto manufaturas, consistiam num conjunto de fábricas. Os trabalhadores nas fábricas exerciam a função de complementos junto ao sistema operante. De acordo com Marx: “Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles”.¹⁰²⁰

¹⁰¹⁷ SOARES, Luís Carlos. **A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880**. 1980. 415 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1980. p. 104.

¹⁰¹⁸ SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e a origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1985. p. 82.

¹⁰¹⁹ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed. 1992. p. 17.

¹⁰²⁰ MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p. 483.

Segundo o Dicionário (1813), fábrica chama atenção para o sentido de construção monumental, para qualquer construção ou estrutura. Ação ou efeito de fabricar, oficina que se fabrica ou prepara qualquer produto (Silva, 1813). Com relação à indústria moderna, Marx: “A indústria moderna apoderar-se de seu instrumento: a máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, a maquinaria se faz da fabricação das máquinas-ferramentas”.¹⁰²¹

A indústria moderna de Marx não se aplicava à indústria fabril de maneira geral na adequação da visão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para tanto, quando se escreve Indústria fabril, compreende-se a visão de Marx quanto à diferenciação conceitual para o artesanato, a manufatura e a fábrica, enquanto formas de trabalho industrial, qualitativamente diferentes quanto aos aspectos de sua organização e o seu nível de desenvolvimento. Diferente do juízo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que abarcava um conceito genérico sobre indústria que englobava comércio, agricultura e indústria fabril.

4.4 - A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e sua Crise.

A seção do comércio e a seção da indústria fabril por estarem em luta se encontram em dois polos, possuindo espaço definidos dentro de entidade. A seção da indústria fabril rompe com a entidade anterior e funda uma com um caráter único de defesa da indústria fabril no Império do Brasil. A relação de forças ocorre quando dentro do bloco do poder renasce uma raiz que arrebenta o casulo em que todos estão sujeitos e mediante a força empregada no conflito esse se liberta.

A “Crise dos Chapéus” foi o primeiro movimento organizado em prol da indústria chapeleira no Rio de Janeiro. Tinha por objetivo o protecionismo tarifário que pudesse viabilizar o desenvolvimento dessa indústria na década de 1870. O crescimento da indústria chapeleira no Rio de Janeiro se firmou graças à vida social e política da capital do Império, que criava um mercado consumidor de chapéus finos. Consta em Luz: “A partir de 1873-1874, as fábricas de chapéus, cuja matéria-prima era o pelo de lebre, começaram a sofrer a concorrência dos chapéus de lã fabricados na Alemanha, onde novos processos manufatureiros faziam-se tão perfeitos a ponto de se confundirem com os de lebre”.¹⁰²²

No início da década, entre os anos de 1873 e 1874, os chapéus de lã da Alemanha e da Inglaterra foram importados para o Brasil. Como seus preços eram mais baratos e possuíam a

¹⁰²¹MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989. p. 438.

¹⁰²²LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 51.

mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pelo de lebre, o seu consumo cresceu muito.

Em verdade, a indústria nacional não podia deixar de ressentir-se de uma tão profunda e tão rápida transformação, motivada pelos novos aperfeiçoamentos de navios a vapor, que, encurtando as viagens e cobrando fretes mais baratos, convidavam qualquer fabricante a enviar seus produtos a este lado do oceano, tanto mais fácil, que, nos seus próprios países.¹⁰²³

Consta em Lamarão: “No início dos anos de 1870, começaram a entrar no país chapéus de lã alemães e ingleses, baratos e de boa aparência, e que em pouco tempo conquistaram boa fatia do mercado”¹⁰²⁴. Prejudicando a indústria fabril de chapéus e trazendo um conflito entre a seção da indústria fabril e a seção do comércio dentro da SAIN.

Como afirma Luís Carlos Soares: “a reformulação tarifária empreendida sob as ordens de Visconde do Rio Branco em 1874, contribuiu para agravar a crise dos estabelecimentos de chapéus de feltro”.¹⁰²⁵ A tarifa de 1874 proporcionou a entrada dos chapéus europeus no país. A importação do produto foi maciça, levando a uma redução brutal da produção nacional por não conseguir concorrer com o chapéu estrangeiro, acarretando uma grande crise na chapelaria no Rio de Janeiro.

De acordo com Eulália Lobo (1978), outra dificuldade havia quanto à matéria-prima utilizada nas fábricas de chapéus, pois esta era importada e classificada como um artigo acabado, o chapéu já pronto, sendo que a matéria-prima era semielaborada. Com isso o imposto de entrada do produto incidia de forma pesada.

Segundo essa classificação errônea, esse produto custava 1\$800 e pagava de imposto 1\$740 quando o custo da montagem do chapéu feita no Brasil era de 4\$000. Portanto, apenas o revestimento externo importado custava quase tanto quanto toda a montagem da carcaça do chapéu, elevando o preço deste para 7\$540. O preço do chapéu estrangeiro importado era de 6\$240, beneficiando-se de uma diferença de 1\$300 a menos em relação ao nacional porque pagava de 1\$740, tanto quanto a chemise- manchon ou simplesmente revestimento.¹⁰²⁶

Além da tarifa, a estrutura artesanal do setor de chapéus estava mudando para uma etapa industrial (fabril). Com isso, o desaparecimento da função de artesão chapeleiro iniciou seu processo. A nova estrutura configurava o uso de máquinas a vapor e maior número de

¹⁰²³ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 14.

¹⁰²⁴ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920).** 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 53.

¹⁰²⁵ SOARES, Luís Carlos. **A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880.** 1980. 415 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1980. p. 166.

¹⁰²⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 197.

trabalhadores. Segundo Leopoldi (2000), em torno da “questão chapeleira” havia diversos interesses em disputa.

Os comerciantes importadores, interessados em tarifas baixas para venderem o chapéu importado; os industriais de chapéus de lebre, ameaçados de desaparecer em virtude da concorrência dos similares importados e do alto custo da matéria-prima, que elevava o preço final do chapéu; os artesãos, ameaçados pelas altas tarifas pela concorrência do produto importado e pelo desenvolvimento das manufaturas, que anunciavam o fim da produção manual de chapéu. Havia também os fabricantes de chapéus de seda, que se aliaram ao comércio importador no combate à elevada carga tarifária sobre os chapéus de lã e de pelo de lebre da Europa.¹⁰²⁷

No decorrer da crise chapeleira, alguns estabelecimentos de chapéus de feltro fecharam suas portas, e os chapéus de patente transformaram-se em estabelecimentos montadores de chapéus em carcaças importadas. Com isso, houve uma redução de metade dos operários empregados e os seus proprietários se transformaram em vendedores dos chapéus de lã importados.

A princípio, os chapeleiros apelaram para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, não encontrando repercussão, se voltaram para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que entre 1876 e 1877, foi o palco encontrado para os debates entre os proprietários da indústria de chapéus de feltro, os operários chapeleiros e os comerciantes de chapéus de lã importados.

Num manifesto, com a data do 1º de agosto de 1876, endereçado pelos fabricantes de chapéus à benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual era a nessa ocasião Presidente o sempre lembrado Visconde do Rio Branco. Cabe a esta distinta classe, dos chapeleiros, a glória da iniciativa da propaganda, que presentemente nos preocupa, e que, felizmente, já tem despertado a atenção de muitos homens eminentes do país. Em presença das diversas questões levantadas no seio da Sociedade Auxiliadora, e que deram lugar a divergências de opiniões, as duas seções de indústria fabril e de comércio intervieram com seus pareceres, sendo a primeira totalmente favorável à ideia de proteção.¹⁰²⁸

Os proprietários das indústrias de chapéus de feltro defendiam que havia necessidade de uma tarifa protecionista, e a elevação dos impostos de importação dos chapéus estrangeiros de lã a fim de defender seus negócios, iniciando assim, a querela entre a seção fabril e a seção comercial dentro da SAIN. Os fabricantes nacionais dependiam dos produtos importados, como as drogas para tintas, gomas-laca, forros, fitas de lã e de seda, para a finalização de seus produtos. Segundo Lobo: “Fabricantes de chapéus de lebre e lã precisavam importar tintas,

¹⁰²⁷LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97.

¹⁰²⁸BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 15-16.

sujeitos a tarifa alfandegária, cobrar direitos elevados sobre o produto acabado estrangeiro para garantir a sobrevivência da indústria”.¹⁰²⁹

Os operários chapeleiros reclamavam sobre o desemprego ocasionado com a redução da capacidade produtiva da indústria chapeleira. Com a necessidade de aperfeiçoamento que as fábricas precisavam alcançar para conseguirem concorrer com os produtos importados que inundavam o mercado nacional. Esta situação gerou uma redução na quantidade de trabalhadores nas fábricas, prejudicando ainda mais os operários chapeleiros.

Em virtude da falta de proteção a fabricação de chapéus entrou em declínio e os artistas chapeleiros, que são só empregados nas fábricas de chapéus de preço baixos de 1\$100 a 3\$000 único com que os estrangeiros não podem concorrer resultando por tanto diminuição no salário do artista de 40 a 50%. Acresce ainda que o fabricante, a fim de concorrer em preços com o chapéu estrangeiro, tem sido obrigado a introduzir na fábrica máquinas dos sistemas os mais aperfeiçoados com os quais acabou maior quantidade de obra e dispensam número considerável de operário.¹⁰³⁰

Os comerciantes importadores defendiam o livre-câmbio, afirmando combater o protecionismo da indústria. Para os comerciantes, os industriais de chapéus nacionais não tinham nenhuma condição de produzir este artigo com habilidade e conhecimento adequado, para formar um objeto com excelência para o mercado consumidor. Para equacionar a questão, o representante da seção da indústria fabril, José Pereira Rêgo Filho, encaminhou um requerimento sobre o assunto no qual as seções de agricultura, de comércio e de indústria, deveriam estudar um parecer sobre uma solicitação ao Governo Imperial, a respeito da alteração da tarifa da alfândega.¹⁰³¹

Com o objetivo de favorecer a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril, em 21 de junho de 1876, as questões que abordavam, eram referentes à tarifa e aos artigos que deveriam ser alterados; além dos termos precisos da alteração. O segundo requerimento foi encaminhado em 05 de julho de 1876 à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pela seção de comércio.

Requerimento do Sr. Joaquim d'Armada (documento nº2) apresentado a 05 de julho, afim de que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional achando procedentes as razões, que o suplicante alega, haja de remeter uma cópia do requerimento ao Ex.^{mo}. Snr. Ministro da Fazenda, ou a quem de direito para ser tomado em consideração, como for de justiça a bem da indústria nacional dos chapéus, no sentido de que o Governo Imperial diminua de o imposto de importação carapuças ou capas de pelo

¹⁰²⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 198.

¹⁰³⁰ FIRJAN. Confederação nacional das indústrias. Arquivo. **A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typografia. Econômica de Machado, 1876. p. 158.

¹⁰³¹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

de lebre ou coelho, a que os franceses chamam chemises.¹⁰³²

A seção da indústria fabril argumentava quanto à posição da seção de comércio, pois colocava em dúvida o tipo de indústria que o comerciante D'Armada possuía e seu valor para o desenvolvimento da indústria fabril no Império. O confronto entre as seções da indústria fabril e do comércio se acirrava por argumentar que a seção de comércio possuía produtos que não contribuíam para o crescimento da indústria.

Um protesto, a 1º de agosto (documento nº 3) assinado pelos proprietários de 15 fábricas de chapéus de lebre, estabelecidas nesta Corte em que pede a nomeação de uma comissão para visitar as fábricas de chapéus de lebre e informar a Sociedade se as carapuças ou capas, que o senhor Armada importa e emprega são ou não fábricas dos signatários de protesto, sendo estes produtos de fabricação nunca inferior aos que vem do estrangeiro, segundo ficou provado na última exposição nacional.¹⁰³³

Neste debate, entre fabricantes de chapéus e comerciantes importadores, advém o conflito mais significativo da Crise dos Chapéus, pois incorre na desconfiança da seção da indústria fabril com referência a que tipo de produto a seção do comércio vende no Império. Havia um espaço ainda para a situação dos artistas chapeleiros que possuíam, nessa ocasião, suas reivindicações a fazer na SAIN.¹⁰³⁴ Os fabricantes de chapéus de acordo com Lobo: “A primeira solicitava que a Sociedade intercedesse junto ao Governo para elevar os direitos alfandegários sobre os chapéus estrangeiros de lebre e lã”.¹⁰³⁵

Os artistas chapeleiros redigiram uma representação para a diminuição das matérias-primas compradas no exterior, junto a SAIN, tendo sido prejudicados pela tarifa alfandegária. Segundo em Lobo: “Os fabricantes nacionais de chapéus de lebre e de lã precisavam importar drogas para tintas, gomas, forros, fitas tanto a lã como a seda, sujeitos a tarifas alfandegárias”.¹⁰³⁶ Neste emaranhado de posição e interesses, os artistas chapeleiros se defenderam contra seus opositores enviando suas reclamações.

Uma representação a 1º de agosto (documento nº 4) assinado por um grande número de artistas chapeleiros, residentes nesta Corte, solicitando que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional mostre ao Governo Imperial a necessidade de argumentar consideravelmente os direitos dos chapéus importados, e diminuir os das matérias-primas, de que a fabricação carece do estrangeiro.¹⁰³⁷

¹⁰³² **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹⁰³³ *Ibid.*, p.2.

¹⁰³⁴ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁰³⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 198.

¹⁰³⁶ *Ibid.*, p. 198.

¹⁰³⁷ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

Joaquim Álvaro D'Armada e outros comerciantes especificaram as razões de sua proposta e pediram, novamente, uma diminuição dos direitos de importação de carapuças para os chapéus de lebre e castor e referente à questão da Tarifa, o estudo proposto pela seção da indústria fabril em que foi solicitada a análise, alusiva ao assunto para um parecer da seção da agricultura. A discussão dentro da SAIN continuava com relação ao assunto e a seção de agricultura se posicionou.

A seção de agricultura (Documento nº 8), emitindo suas razões acerca deste assunto, entende não ser da sua competência qualquer dos pontos de vista, sob que for encarada a questão que lhe parece dever ser resolvida pelas seções da indústria fabril e de comércio: pondera, entretanto, que, em relação à indústria dos chapéus não ainda informadas, ou as tais carapuças nunca deverão equiparar os respectivos direitos com os de chapéus acabado.¹⁰³⁸

A partir da posição da seção da agricultura dentro da SAIN, a luta entre as seções da indústria fabril e do comércio se intensificava, pois, o conflito e as argumentações evoluíram para a questão da tese da nova pauta: a tarifa de 1879.¹⁰³⁹ Sob a alegação de a tarifa poder favorecer ou não à indústria fabril, sendo protecionista ou livre-cambista, a ideia que agradaria em muito a seção do comércio, seria a do livre-câmbio.

No documento, ora utilizado, fica bem explícito a argumentação de que o Império deveria se posicionar quanto ao sistema a privilegiar: o protecionista ou o livre-cambista. Esta narrativa remete ao exemplo de duas nações, a Inglaterra e os Estados Unidos da América. Mais adequado para o crescimento da indústria fabril no Império, mediante a realidade de desenvolvimento nos Estados Unidos da América protecionista quanto as suas indústrias, favorecendo, assim, o mercado interno. A alegação da seção da indústria fabril confrontava a situação dos dois países como algo a ser reconhecido e analisado e indicava sua disposição.

No estado atual da atividade industrial das nações, duas são os sistemas em que se debate o comércio: o liberal, ou da Escola de Manchester; e o protetor ou proibitivo, ou dos Estados Unidos. O primeiro é o ideal, o qual deve tender todas as nações cultas da mesma forma que para o positivo tendem todas as questões científicas elaboradas no vasto domínio inteligência humanas. A Associação universal, isto é, uma associação em que todas as nações obedecem mutuamente a um mesmo regime legal, só pode ser realizável, quando elas tenham

¹⁰³⁸ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹⁰³⁹ SOARES, Luís Carlos. **A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880**. 1980. 415 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, p.166,1980; SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que parece. A sociedade auxiliadora da indústria nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A Conjuntura de 1871-1877**. 1979. 293 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1979.

chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder. O segundo sistema o protetor, é ao contrário do procedente, o mais seguro de elevar os países novos ao nível da nação preponderante, e sob este ponto de vista constitui os mais poderosos promotores de associação dos povos por consequência, da verdadeira liberdade comercial, para atender ou deve tender. Numa nação, cujo poder industrial não está firmado, em que as indústrias apenas começam a aparecer acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é de certo o sistema liberal, que lhe poderá dar vida e vigor; não é, portanto, o sistema liberal, que lhe convém.¹⁰⁴⁰

A argumentação da seção da indústria fabril demandou uma análise por parte da SAIN quando enfatizou a necessidade de seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, em proteger a indústria nacional contra os produtos estrangeiros. A seção do comércio discutia contra a posição da seção da indústria fabril quanto ao protecionista, por entender ser um exagero tal pretensão. A proposta de fazer o Império adotar o sistema protecionista alteraria todo o pensamento político.

Pode-se observar a relevância da Crise dos Chapéus por abarcar duas posições teóricas quanto a qual sistema aderir o Império. E como esta discussão, que se estabelece na Tarifa das Alfândegas de 1844 e nas posteriores, se arrastam até o clímax da Crise instaurada na entidade consultiva a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, quanto à indústria produtiva no Império. No documento Conflito entre negociantes: “Quer os primeiros socorrer no exclusivismo de só eles prepararem tal produto para outras fábricas suas coirmãs. Dizem eles: quando mais caro vos ficar essa matéria-prima de que fazeis uso, mais depressa batereis as nossas portas que guarneceremos com a imposição. Esta que é a questão e a verdade”.¹⁰⁴¹

Para a seção de comércio, o favorecimento da indústria fabril os levaria a ruína, portanto, o que adiantava uma seção, iria prejudicar a outra. A seção da indústria fabril trazia à SAIN sua necessidade de apoio para a indústria e seu desenvolvimento. Havia um confronto de opinião quanto à mudança na postura do governo referente ao sistema a ser adotado. A proposta da seção fabril seria seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, que protegia suas indústrias da concorrência estrangeira. Pode-se perceber de forma concreta a luta e a iniciativa da indústria em instaurar seus ideários no Império com uma proposta protecionista para assegurar o amparo devido ao seu crescimento. Este grupo de industriais formaram a

¹⁰⁴⁰ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877.** p. 5. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹⁰⁴¹ FIRJAN. **Conflito entre negociantes e fabricantes de chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Álvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877.** Rio de Janeiro: Tipografia de J. Paulo Hildebrandt. 1877. p. 5.

burguesia, se constituindo a primeira leva de industrialistas no Império. A articulação política e econômica ficará evidenciada com a organização da AIRJ, as exposições nacionais e internacionais, o inquérito industrial requerido pela AIRJ nos anos 1880, museu, biblioteca, o periódico *O Industrial*, as Tarifas Alfandegárias mais protecionistas, os Deputados e Senadores que apoiavam os industriais.

Conforme afirma Werner, em seu livro (1975) “A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil”, consta Werner: “Durante a maior parte da existência do Império do Brasil, 1822-1889, a política comercial baseava-se no livre-cambista, o que tornava extremamente difícil o estabelecimento de indústrias no país em face de concorrência”.¹⁰⁴² A proposta da seção da indústria fabril era uma reivindicação muito complexa para um contexto agroexportador em que a economia era alicerçada em um único produto: o café. Por este motivo, o conflito era inevitável entre as duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Para a indústria fabril, sua afirmação não era um exclusivismo absoluto no Império, e sim uma combinação de ambos; isto segundo a natureza do objeto, ou do estado da indústria. De certa forma a indústria consegue identificar a necessidade de se ter uma articulação de medidas protecionistas e do livre câmbio como uma maneira de harmonizar a luta de braço com o comércio, de acordo com o pensamento original do professor doutor Geraldo Beauclair. Mas para a realidade de uma indústria nascente no Brasil era necessário protegê-la. Tem-se uma flexibilidade por parte da indústria fabril, isto pôde indicar como foi possível, por tanto tempo, a convivência dentro da SAIN de duas seções tão distintas.

Os comerciantes importadores questionavam o fato de a Tarifa de 1874 taxar a matéria-prima semielaborada importada para suas fábricas, tendo um imposto alto, entendendo que este material já seria um produto acabado. Este outro conflito, entre os comerciantes e o próprio entendimento da alfândega, fazia parte deste emaranhado da crise chapeleira.

Para o representante da seção do comércio, Joaquim d’Armada, a própria seção da indústria fabril concordava com a questão errônea da tarifa de 1874, taxar os produtos semielaborados como produto final. Segundo Conflito entre Negociantes: “A própria seção da indústria fabril reconhece que alguma razão assiste ao preponente, porque lembra a

¹⁰⁴² WERNER, Baer. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975. p. 9.

necessidade de extremar na tarifa essa mercadoria da taxa que lhe é aplicada, por não ser chapéu abatido”.¹⁰⁴³

Outra argumentação por parte dos comerciantes importadores era que a indústria nacional não seria prejudicada com a importação de matérias-primas, pois a concorrência poderia gerar maior eficiência por parte da indústria fabril. De acordo com Conflito entre Negociantes: “A indústria nacional lucraria sempre porque estabeleceria uma concorrência muito legítima e leal com os chapéus importados”.¹⁰⁴⁴

Os comerciantes importadores expunham sua tese e analisavam o que percebiam da indústria fabril, alegando que estas indústrias não possuíam conhecimento e habilidades desenvolvidas para a feitura do chapéu e para a concorrência estrangeira.¹⁰⁴⁵ Além de afirmarem que a proteção que a seção da indústria fabril almejava, poderia prejudicar o Império por serem indústrias fictícias. Consta em Conflito entre Negociantes: “Tenho o dever opor o meu voto a toda a ideia que, apoiando-se na proteção de proteger indústrias fictícias, venha ferir a liberdade do comércio o tributar sem vantagem 9 milhões de habilidades das 20 províncias do Brasil em provento a particular de 15 fábricas de chapéus de lebre na Corte.”¹⁰⁴⁶

A seção do comércio admoestava a seção da indústria fabril questionando que suas indústrias eram fictícias e, por isso, prejudiciais para o Império, por não contribuírem para o desenvolvimento econômico.¹⁰⁴⁷ A crise ocorrera pelo conflito de interesses entre duas seções: a de comércio e a da indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para essa argumentação a análise teve resposta no documento da seção da indústria fabril, não fictícias, mas inferiores, segundo seu próprio pensamento.

Atualmente muito de nossos produtos são inferiores aos similares do estrangeiro mais isto consequência de que os produtos superiores, que poder-se-ia fabricar, custam mais caros, ou o mesmo preço que os estrangeiros, deixando infelizmente de ser preferidos: entretanto, apesar de todos estes obstáculos alguns artefatos vão lutando em certos lugares, e ganhando algum terreno sem, contudo, atingirem o desenvolvimento, de que seriam capazes. Os lucros são geralmente insignificantes, e por isso estas indústrias arrastam a vida raquítica e mesquinha, sem poderem renovar a sua matéria nem aperfeiçoar os seus processos, à proporção que aparecem os aperfeiçoamentos, como na Europa se faz, resultando muitas vezes, que no fim de

¹⁰⁴³FIRJAN. **Conflito entre negociantes e fabricantes de chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Álvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877.** Rio de Janeiro: Tipografia de J. Paulo Hildebrandt. 1877. p. 5.

¹⁰⁴⁴Ibid., p. 5.

¹⁰⁴⁵LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

¹⁰⁴⁶FIRJAN. op. cit., p. 7.

¹⁰⁴⁷LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1999.

algum tempo trancam as portas.¹⁰⁴⁸

Os comerciantes importadores tinham um braço estendido para a agricultura, pois em seu discurso, foi exposto o entendimento quanto à visão que tinham sobre o valor dessa em detrimento à indústria fabril. Consta em *Conflito entre Negociantes*: “As indústrias que nos devem merecer os mais assolados cuidados são: indústria agrícola em seus variados ramos”.¹⁰⁴⁹ O pensamento de Adam Smith refletido por Cairu fica aqui exposto de forma cabal e a sua aderência no meio político e econômico caracteriza tal posicionamento da seção do comércio a favor da agricultura e discriminação do papel da indústria fabril como descrita “indústrias fictícias”.¹⁰⁵⁰ A oposição ficou bem definida: quem era a favor ou contra a indústria fabril. A proposta de Joaquim d’Armada era oposta à da indústria fabril. Eis a proposta para o Conselho Administrativo da SAIN, por parte da seção do comércio.

1º. Que quando se tenha de reforma a tarifa das alfândegas se procure isentar, ou menos, reduzir as taxas de todos os objetos que constituem matérias-primas para as indústrias criadas no país em via de progresso e adiantamento. 2º. Que toda e qualquer indústria seja, isenta de impostos diretos. 3º. Que toda a vez que o Governo Imperial tenha de comprar artefatos que se fabriquem no país lhes dê a preferência, embora mais caros que os similares estrangeiros. 4º. Que sejam abolidos os direitos interprovinciais nos artefatos de produção nacional para que possam estabelecer-se os princípios gerais da permuta. 5º. Que auxílio 12 artistas habilitados em concurso escolhido dentro daquelas indústrias que tenham distinguido no país para irem a Europa e Estados Unidos as despesas do Governo Império para estudar a teoria e a prática das mesmas indústrias, devendo voltar no período de três anos com os seus títulos na habilitação, não só para regerem por dois anos cada um as aulas da nossa sociedade, como para reformarem o roteiro sistema de trabalho, aplicando-lhe todos os melhoramentos da arte moderna.¹⁰⁵¹

As reivindicações da seção da indústria fabril foram levadas à Comissão Administrativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seriam: 1º. Conservar os direitos atuais para os chapéus até 9% m. - 2º. Duplicar os direitos aos que excederem de 9% m. - 3º. Aumentar consideravelmente aos direitos nos chapéus de lã e 4º. Manter direitos elevados para forros já cortados, carcaças e outra espécie apropriados aos chapéus.

O interesse da seção da indústria fabril se configurava na tentativa de proteger suas indústrias dos produtos estrangeiros, conservando as vantagens já conferidas e almejando auxílio do governo. A seção do comércio apetece isenção ou reduções de tarifas que pudessem ocasionar um cometimento ao comércio importador e abolição dos impostos

¹⁰⁴⁸ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹⁰⁴⁹ FIRJAN. **Conflito entre negociantes e fabricantes de chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Álvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Paulo Hildebrandt, 1877. p. 5.

¹⁰⁵⁰ LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999.

¹⁰⁵¹ FIRJAN, op. cit., p.14-15.

interprovinciais no princípio da permuta. Gerando assim, um maior domínio do comércio importador e de seus produtos no mercado interno no Império.

Esse debate durante 1876-1877, dentro da SAIN, refletiu de maneira clara a crise do setor fabril no Rio de Janeiro e proporcionou que em 1877 o presidente da SAIN, o Visconde do Rio Branco, pudesse elaborar um documento conciliatório entre as partes: a seção do comércio e a seção da indústria fabril. Esse defendia a liberdade de comércio, sem prejuízo das indústrias. As reivindicações seriam as seguintes: redução das incidências tarifárias sobre a matéria-prima não produzida no país, quando destinada às indústrias; proteção razoável para a instalação de novos estabelecimentos industriais necessários ao país; isenção de impostos para os produtos manufaturados nacionais exportadores; obtenção de créditos agrícolas e industriais; preferência do produto nacional nas compras do Governo; divulgação das estatísticas agrícolas e industriais e organização do ensino agrícola e industrial.¹⁰⁵²

Em 1878, uma comissão de dois funcionários da Alfândega foi enviada pelo Governo Imperial para a Europa e os Estados Unidos, a fim de visitarem fábricas e alfândegas, com o objetivo de racionalizar o serviço no Império. Consta em Stein: “Os dois concessionários foram incumbidos de se informar sobre os métodos mais aperfeiçoados de classificação dos produtos taxáveis e de tomar nota das inovações realizadas em várias indústrias, bem como das alfândegas”.¹⁰⁵³ Os funcionários voltaram da Europa e dos Estados Unidos convencidos da importância do desenvolvimento da indústria fabril. A partir desta posição, o Governo Imperial mudou sua relação quanto à Tarifa e o protecionismo de forma “moderada”. No Relatório da Assembleia: “Neste ponto, senhores, aguardando a fidelidade que devemos a história destes fatos, sermos-á lícito dizer-vos que o elemento predominante desta comissão foi tirado da classe dos negociantes importadores; e por esta simples causa, podeis compreender quão poucos foram atendidas as reclamações dos industriais.”¹⁰⁵⁴

A nova tarifa de 1879, de caráter mais protecionista, parecia ter conseguido o atendimento parcial de suas reivindicações pela elevação dos direitos dos chapéus importados. Os fabricantes de chapéus tiveram condições mais favoráveis para aumentar seus

¹⁰⁵²LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁰⁵³STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 31.

¹⁰⁵⁴BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 19.

investimentos. Os estabelecimentos de chapéus de feltro se reaparelharam para a produção de chapéus de lã.

Conforme Nícia Vilela Luz: “os adversários do protecionismo, entretanto, não silenciaram suas críticas e movimentaram-se para obter a anulação dos resultados conseguidos na pauta de 1879”.¹⁰⁵⁵ Em 1880, sobre a influência dos comerciantes importadores, o Governo formou uma nova comissão para a revisão da Tarifa de 1879. “Se essa tarifa não estava no caso de satisfazer as necessidades da maior parte das indústrias, elas iam ficar em mais precária posição com a nova revisão no meio do ano de 1880 estava procedendo na alfândega da Corte uma nova comissão nomeada Sr. Ministro da Fazenda, o Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva.”¹⁰⁵⁶

Com a pressão exercida pelos comerciantes importadores para a revisão da tarifa de 1879, o grupo da seção fabril se retirou da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a partir desta posição do Governo Imperial, tão sujeito a pressões sociais. A indústria fabril decidiu congrega-se, unindo os diversos ramos: chapéus, calçados, curtumes, tecidos, roupas feitas, doces, sabão, velas, cola, chocolate, móveis, metalurgia, tipografia e papel. Iria se organizar como uma Associação Industrial, voltada para luta pela indústria fabril nacional.

A posição ambígua quanto à indústria fabril na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tanto no seu Estatuto, bem como nas suas ações, refletia em parte o conflito dentro deste órgão no Império do Brasil na década de 1870. A sua dificuldade de tomada de decisão, veio em parte pela composição de seus membros, que possuíam inúmeros interesses que divergiam dentro do órgão e por seus compromissos com o Governo Imperial.

Por esta razão, ver-se-á a seguir a luta pela indústria fabril, já na década de 1880 do século XIX, com a organização da primeira entidade a favor da indústria fabril, e de que forma utilizariam todos os meios possíveis para o seu crescimento e visibilidade, em relação ao Governo Imperial e à esfera pública, na década de oitenta.

¹⁰⁵⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 50.

¹⁰⁵⁶BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 20.

5- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO FRENTE À POLÍTICA TARIFÁRIA.

5.1- A Formação e estruturação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

O processo de libertação dos escravos desencadeado no Brasil dá seu primeiro passo com o fim do tráfico negreiro de 1850, provocando uma corrida interprovincial pela mão de obra e, assim, o encarecimento deste indivíduo.¹⁰⁵⁷ Observa-se também, que em 1871 a Lei do ventre livre definiu que o elemento servil no Império deveria gozar o direito de usufruir de liberdade e tinha como critério, conforme Luna & Klein: “Quando a criança completava oito anos. O proprietário tinha a opção de receber uma indenização imediata ou manter a criança até os 21 anos, que em pagamento deveria prestar serviços ao proprietário”.¹⁰⁵⁸

De igual modo, a Lei do Ventre Livre contribuiu para a redução da população escrava no Império que começou com o fim do tráfico de escravos e continuou até a conclusão de todo esse processo de liberação de mão de obra com a Lei Áurea. Este procedimento pôde ser ampliado graças ao constante movimento desde 1850 com modificações na estrutura política econômica.

Nos anos oitenta a crise do Império, e as condições estruturais da cidade do Rio de Janeiro como, por exemplo: o serviço de telégrafo, as indústrias fabris, as estradas de ferro, os bondes, o banco e a eletricidade. Sem contar com as manifestações a favor da liberdade do negro no Império, com o movimento Abolicionista, a Lei do Sexagenário, a Lei Áurea e a chegada dos imigrantes. O clímax de todo esse movimento foi a Proclamação da República ao instaurar um novo tipo de governo no país.

A diversificação econômica provocou conflito e dificuldades entre as províncias no Império. De uma parte, têm-se províncias que eram voltadas ao mercado interno e que por sua vez não estava alicerçada de forma total sobre a mão de obra escrava e outras províncias voltadas ao mercado externo, portanto dependente do trabalho escravo para uma maior rentabilidade de suas mercadorias. Havia uma disputa entre as províncias que dependiam de apoio do governo, além de créditos para as suas plantações. Assim, a necessidade de desenvolver infraestrutura para o Império ficava evidenciada.¹⁰⁵⁹

Nota-se, porém, que o conflito foi além das questões provinciais de fazendeiros e suas opções sobre manejo da terra e a emprego da mão de obra, criou-se nos anos oitenta grupos

¹⁰⁵⁷COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹⁰⁵⁸LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Edusp, 2010. p. 321.

¹⁰⁵⁹BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: De 1870 a 1930. Volume V, 1ª ed.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

com interesses bem distintos, diferentes das questões dos fazendeiros. Conforme Bethell: “Criaram grupos de interesses ligados às estradas de ferro, às indústrias, aos bancos, às empresas de seguro, às companhias de imigração e aos serviços de utilidade pública”.¹⁰⁶⁰ Anteriormente, foram citados alguns elementos da modernização, como: o serviço de telégrafo, as indústrias fabris, as estradas de ferro, os bondes, o banco e a eletricidade.

Em meio a estes acontecimentos a Associação Industrial do Rio de Janeiro (AIRJ) organizou-se em um momento de cisão, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. E, portanto, sua formação ocorreu mediante uma grande crise, que levou a uma tomada de decisão de se estreitar os laços da indústria fabril no Império do Brasil. Esta questão foi descrita no capítulo quatro da tese, caracterizada nas seções da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que entraram em confronto mediante suas necessidades e convicções.

A historiografia faz referência quanto à fundação da Associação Industrial e até demarca o ano de seu término, 1883. Pretende-se demonstrar a sua formação, os seus ideários e o período de sua existência, que foi maior do que afirmam as pesquisas anteriores, sendo a primeira entidade, de representação de um grupo de industriais, a defender a indústria fabril no Império ainda na década de 1880. A labuta da entidade quanto à visão protecionista que almejavava introduzir no meio econômico e político, valendo salientar que a bandeira protecionista levantada foi uma inovação em meio ao pensamento livre cambista existente no Império. Estes industrialistas foram os primeiros a se organizarem e se estabelecerem como burguesia, com proposta política e econômica para o desenvolvimento industrial no Império.

Entre os autores que reconhecem a existência da Associação Industrial e sua luta pela proteção Alfandegária encontram-se Edgard Carone, Antonieta P. Leopoldi, Ângela Maria de Castro Gomes, Stanley J. Stein além de Maria Inez Turazzi.

Edgard Carone em seu livro “O Pensamento Industrial do Brasil: 1880-1945”, (1977) afirma a existência da Associação Industrial por meio do documento intitulado O Manifesto da Associação Industrial, compreendendo que a entidade fora inexpressiva e breve em sua duração. Nesse mesmo pensamento, Antonieta P. Leopoldi, no livro “Política e Interesses: As Associações Indústrias, a Política Econômica e o Estado na Industrialização Brasileira” (2000), conclui que a Associação Industrial foi uma entidade que não sobreviveu aos anos de 1880-1883, portando, de curta duração, mas deixou uma semente do pensamento industrial no Rio de Janeiro. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes em seu livro “Burguesia e Trabalho:

¹⁰⁶⁰BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: De 1870 a 1930. Volume V, 1ª ed.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 713.

Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937” (1979), em 1904, com a organização do Centro Industrial do Brasil, ocorrera a formação da primeira entidade que defendeu a indústria no país.

Segundo Stanley J. Stein no livro “Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850 -1950”, Stein: “A Exposição Industrial de 1881, planejada e executada pelos empresários da Associação Industrial, como instrumento de propaganda, deu ênfase ao conceito de proteção como meio de equilibrar a concorrência no mercado interno”.¹⁰⁶¹ Em seu livro “A Euforia do Progresso e a Imposição da ordem a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX”, Maria Inez Turazzi: “confirma a organização da Associação Industrial bem como do Clube de Engenharia no ano de 1880 serão parceiras na estruturação do trabalho no Império do Brasil”.¹⁰⁶²

No entanto, convém demonstrar que esta Associação Industrial do Rio de Janeiro, iniciada no ano de 1880 a permaneceu até o ano de 1889, sendo a gênese da luta pelo processo de industrialização no Brasil. Foi a primeira entidade que pôde elaborar o pensamento industrial, ainda no Império na década de 1880 com uma disposição de defesa da indústria. Uma entidade que apresentou uma atuação bem definida junto à opinião pública através das Exposições Industriais nacionais e sua participação nas Exposições Internacionais representando o Império; com o periódico *O Industrial*; nas Revisões das Tarifas Alfandegárias; no Inquérito Industrial e com o lobby no Parlamento. Com todas essas atividades, fica evidenciada sua articulação na sociedade Imperial.

No período de 1877 a 1880, pode-se observar a formação da Associação Industrial, suas principais metas, os meios para a sua coesão, tanto interna quanto externa e a busca de seus objetivos a serem alcançados ao longo de sua trajetória. Em 1878, com as dificuldades do Tesouro, foi elevada para 50% a Tarifa sobre os direitos adicionais de importação, que pela Tarifa Rio Branco tinham sido anteriormente fixadas em 40%. Foi nomeada uma nova revisão da tarifa alfandegária, incumbida de conciliar, quando possível, os interesses da Fazenda com os do comércio.¹⁰⁶³ Em 1879, saiu a nova Tarifa que trouxe discussões quanto ao protecionismo brasileiro. Para Holanda: “Nova tarifa foi baixada com o decreto nº 7.552 de

¹⁰⁶¹STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 93.

¹⁰⁶²TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 15-16.

¹⁰⁶³LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

22 de novembro de 1879 quando Afonso Celso geria a pasta das finanças. Era a primeira tarifa, após a referendada em 1844 que poderia ser tida como protecionista.¹⁰⁶⁴

O antagonismo entre os fabricantes de chapéus que solicitavam um aumento da Tarifa e os importadores de chapéus que queriam a redução da mesma causou um conflito de interesses que pôde impulsionar a formação da Associação Industrial, pois estas duas seções entraram em disputa dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. De acordo com O Auxiliador da Indústria Nacional: “os artistas chapeleiros protestando contra as baixas tarifas em relação ao produto estrangeiro acabado e elevadas para a importação da matéria-prima”.¹⁰⁶⁵ O aumento da Tarifa não satisfaz a ninguém. Segundo Luz: “A Tarifa de 1879 não foi muito satisfatória em relação a vários desses interesses, mas acalmou os industriais”.¹⁰⁶⁶ De igual posição afirmava quanto a Tarifa de 1879 a professora doutora Eulália Lobo: “Concedia alguma proteção à indústria nacional”.¹⁰⁶⁷

Para apreciação quanto à discussão na Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1879, concernente à indústria que se apresentava dependente da matéria-prima estrangeira, conforme a crítica de Heitor Lima: “A completa dependência dos manufaturados estrangeiros em que vivíamos, e por outro as dificuldades por eles enfrentadas devido à ausência de medidas adequadas que não somente protegessem a produção fabril nacional como também estimulassem o seu desenvolvimento”.¹⁰⁶⁸ Essa completa falta de apoio por parte do Governo e a ausência de matéria-prima desencadeou a ação impulsionadora da união dos industriais dentro do Império.

Com a vitória da seção da indústria fabril quanto à questão chapeleira e as suas reivindicações, estas foram enviadas ao Governo Imperial sendo solicitados a promoção do desenvolvimento industrial e o amparo às fábricas já existentes por meio de uma tarifa adequada. Apesar do ganho dos industriais quanto a esta nova Tarifa, os seus opositores, os importadores de chapéus, não se calaram e ainda fizeram pressão sobre o Governo Imperial com o objetivo de se reverter o ganho alcançado.

Inicia-se assim a crise dos chapéus, discutida no capítulo cinco desta tese. Segundo Leopoldi (2000), com a crise chapeleira dos anos de 70, formou-se no seu interior uma ala

¹⁰⁶⁴HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 96-97.

¹⁰⁶⁵FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1877**. Rio de Janeiro: Firjan, 1877. p. 324.

¹⁰⁶⁶LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 56.

¹⁰⁶⁷LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 26.

¹⁰⁶⁸LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 268.

industrialista, que abriu espaço numa área antes ocupada pelos comerciantes e agricultores. Para autora este foi o núcleo original do movimento industrialista do centro-sul.

As cisões no interior (SAIN), que também atingiam a Associação Comercial do Rio de Janeiro, eram indicativas de que o rápido processo de transformação econômica, social e política que o país vivia iria levar a mudanças nas entidades representativas dos vários setores econômicos. Rompia-se a ampla coalizão de interesses econômicos. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz as suas demandas.¹⁰⁶⁹

Em 1880 foi nomeada uma nova Comissão para a Revisão da Tarifa Alfandegária, com isso, a indústria fabril resolveu se unir. A posição dos importadores era pressionar o Governo Imperial para a diminuição dos direitos sobre os artigos. Os fabricantes de chapéus reuniram-se e resolveram, por meio de uma representação, buscar forma de negociação junto ao governo Imperial. Segundo Relatório da Assembleia: “A representação, conforme foi lavrada, concluía pedindo providências no intuito de promover no Império a fundação das indústrias fabris e manufatureiras, e de impedir a ruína daquelas que já tinham suficientes indícios de vida”.¹⁰⁷⁰

Essa representação junto ao Governo Imperial não obteve o seu propósito alcançado como a própria Associação narrou em seu Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro: “nunca teve um despacho, não mereceu uma ligeira menção nos relatórios dos nossos Ministros: morreu como muitos outros documentos desta ordem, asfixiada no pó dos arquivos das Secretárias de Estado”.¹⁰⁷¹ Os fabricantes de chapéus, solícitos na defesa de seus interesses, sabendo que os importadores de chapéus estavam na Comissão de Revisão da Tarifa de 1879, trataram de congregar-se novamente e endereçaram ao Governo Imperial uma nova representação, pedindo proteção para a indústria fabril e seu espaço no cenário econômico no Império.

O Comendador e Vereador Malvino da Silva Reis teve a iniciativa de unir os industriais para a defesa dos chapeleiros em uma Associação para melhor lutar por seus interesses. Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo despertar a esfera pública e o Governo Imperial para a indústria fabril.

Com o fim de assegurar o resultado das pretensões destes industriais, e ao mesmo tempo chamar atenção pública para semelhante assunto, foi a ideia de interessar em todas as industriais nesta questão, tratando-a de um modo geral no dia 02 de

¹⁰⁶⁹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 63.

¹⁰⁷⁰BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 17.

¹⁰⁷¹Ibid., p.18.

setembro de 1880, ele e diversos industriais fizeram uma reunião no escritório do Snr. Conselheiro Antonio Pedro da Costa Pinto.¹⁰⁷²

Nesta reunião, formularam uma circular que devia ser assinada por 21 firmas de industriais de diferentes ramos. A convocação seria para os interessados pelo desenvolvimento do “trabalho nacional” que ocorreria em 06 de setembro, no salão da Praça do Comércio, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Segundo Holanda: “Vários discursos, que enfocavam a instabilidade da Tarifa aduaneira, a necessidade de um inquérito industrial e a urgência de uma política que animasse a indústria fabril”.¹⁰⁷³ Conforme Carone: “Em 1881 nasce no Rio de Janeiro, Associação Industrial, dirigida por Antônio Felício dos Santos, no momento em que a indústria brasileira está nos seus primórdios”.¹⁰⁷⁴

O objetivo da Associação era a defesa da classe e seus interesses.¹⁰⁷⁵ Pela primeira vez, os industriais do Brasil associaram-se, segundo Stein: “fundando, em 1881, uma organização que defendesse os seus interesses particulares.”¹⁰⁷⁶ Iniciando suas atividades, organizando estatísticas industriais, discutindo seus problemas pela imprensa, realizando conferências com o Ministro da Fazenda.

No ano de 1880, foi nomeada uma diretoria provisória da Associação Industrial composta pelos senhores Comendador Malvino da Silva Reis, Manoel Diego Santos, José Maria Teixeira de Azevedo, Angelo Agostini e José Luiz Fernandes Braga. Na mesma reunião foi organizada uma comissão para elaboração do projeto de Estatuto da Associação Industrial, esta composta pelos senhores Dr. Henrique Hargreaves, Henrique Leuzinger e José Alves Ferreira Chaves.

No dia seguinte, tendo lugar uma nova reunião no salão Prealle, a fim de discutir-se sobre o projeto de estatutos apresentada pelos senhores, Dr. Henrique Hargreaves, ficou resolvido, entre outros pontos, que a Associação seria composta unicamente de industriais; e, não estando nestas condições o senhor Comendador Malvino Reis, embora fosse lamentável a perda de um tão prestimoso auxiliar, não podia ele ter parte na mesma Associação, exceto como sócio honorário.¹⁰⁷⁷

De acordo com Trabalho Nacional: “Os sócios deveriam ser industriais brasileiros ou estrangeiros, ora residentes no Império, com firmas ativas e contribuintes para a manutenção

¹⁰⁷²BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 21.

¹⁰⁷³HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira.** Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 51.

¹⁰⁷⁴CARONE, Edgard. **O centro Industrial do Rio de Janeiro. E a sua importante participação na economia nacional (1827-1977).** Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p. 27.

¹⁰⁷⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930.** 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

¹⁰⁷⁶STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 33.

¹⁰⁷⁷BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. op. cit., p. 23.

da Associação Industrial”.¹⁰⁷⁸ Tendo em vista que, diferentemente da SAIN, a Associação não possuía nenhuma ligação econômica com o Império, portanto podia questioná-lo e buscar ajuda para as suas Exposições Industriais, quando representativa para o Governo Imperial.

Outras reuniões foram realizadas com o fim de elaboração do Estatuto e a organização da estatística que foram encaminhados para o Ministro da Fazenda, com uma representação que conseguiu o apoio do ilustríssimo Senador do Império João José de Oliveira Junqueira, o qual se dizia disposto a interpelar junto ao Governo quando se discutisse o orçamento. Este foi o primeiro parlamentar a apoiar a causa da indústria fabril, neste momento embrionário da Associação Industrial.

Apressou-se em discutir pela imprensa os interesses da indústria nacional, organizando estatísticas que lhe diziam a respeito, teve conferência com o Sr. Ministro da Fazenda e, finalmente, redigido uma representação que foi incorporada apresentar ao Senado, onde tiveram ocasião de registrar os sentimentos de adesão do ilustrado Senador o Sr. João José de Oliveira Junqueira o qual se dizia disposto a interpelar o Governo quando se discutisse a lei orçamentária.¹⁰⁷⁹

O Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro foi aprovado pelo Decreto nº 8006, de 26 de fevereiro de 1881. A seguir foi eleita a diretoria definitiva composta por Dr. Antônio Felício dos Santos, presidente; Manoel Diego Santos, 1º vice-presidente; Francisco Antônio Maria Esberard, 2º vice-presidente; Francisco Antônio Ignácio de Oliveira Aguiar, 1º secretário; Henrique Leuzinger, 2º secretário; Francisco Marques da Costa Braga, tesoureiro; Belmiro José da Costa, adjunto; João Gomes Pereira e Antônio Gonçalves de Carvalho.¹⁰⁸⁰

O autor Edgard Carone a princípio afirmava que a Associação Industrial teria existido sem muita expressão, entretanto, no livro “O Pensamento Industrial no Brasil”, Carone questiona: “O singular é ter nascido no Brasil uma associação profissional favorável à industrialização antes de existir uma indústria propriamente dita. Depois em 1880 com Antônio Felício dos Santos e sua Associação Industrial, o termo começa a ser praticado no seu sentido completo.”¹⁰⁸¹ Ao ponto de afirmar que “a primeira geração de industrialistas” nasce com a Associação Industrial, conforme argumenta, a “segunda geração de industrialistas” surge na década de 1920 após o alicerce ter sido efetivado nos anos oitenta do século XIX.¹⁰⁸²

¹⁰⁷⁸BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 15.

¹⁰⁷⁹Ibid., p. 19.

¹⁰⁸⁰BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882.

¹⁰⁸¹CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 6.

¹⁰⁸²FERNANDES, Suzana Cristina. **Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas São Paulo, 2001.

Para Lamarão: “Entidade de classe fundada em 1881 para defender o protecionismo alfandegário, foi sendo progressivamente atendida, mediante a adoção, pelo Estado, de uma política aduaneira cada vez mais sensível aos clamores dos grupos industriais”.¹⁰⁸³ Esta conclusão do autor se alicerça no fato das demais Tarifas das Alfândegas, posteriores a de 1887 e 1889, terem adotado o sistema mais protecionista. O que se pode atestar ainda neste capítulo quando será tratado as Tarifas das Alfândegas desses anos.

A questão do protecionismo existente nas Tarifas no Segundo Reinado e a discussão quanto a sua eficácia não pode descaracterizar a atuação benéfica da Associação Industrial a favor da indústria fabril nacional, por conseguinte pode-se verificar sua atuação a favor da indústria ainda como seção da indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nos anos setenta como o verificado no capítulo anterior.

No capítulo dois foi discutido o assunto do protecionismo e do liberalismo com respeito à influência dos sistemas no Império e às casas Legislativas. No que se refere à Tarifa Alfandegária, no momento o assunto será abordado de forma mais breve. Conforme Buescu: “A incidência média sobre o imposto de 22% para as matérias-primas, de 9% para os equipamentos e de 45% para os produtos manufaturados”¹⁰⁸⁴. Como descrito pelo autor era um protecionismo aplicado no Império sem grande repercussão quanto a estruturação do mercado interno sem proporcionar maquinários e matérias primas em abundância que favorecesse o desenvolvimento da indústria fabril. Parece que a intencionalidade era, a princípio, romper com a entrada de mercadorias estrangeiras. O governo não tinha um projeto industrializante para o país, daí a proposta do protecionismo por parte da Associação Industrial se torna relevante em meio da conjuntura econômica e política em que se encontrava.

De acordo com Almeida: “Em outros termos, a política comercial, como de resto a política econômica *tour court*, foi essencialmente pragmática, o que pode ser confirmado, na questão específica das tarifas alfandegárias, e sua flexibilidade.”¹⁰⁸⁵ Segundo o autor, outros fatores, como sociais e culturais, teriam que ser enquadrados nesta questão para abarcar toda a problemática concernente às razões do Império do Brasil em aderir ou não ao protecionismo, como informa Almeida: “a ausência de estruturas de inovação e de disseminação de

¹⁰⁸³ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 120.

¹⁰⁸⁴ BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 225.

¹⁰⁸⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 163.

progressos técnicos ou a insuficiência do aparato educacional de base, a inexistência pela opção pelo mercado, regulação estatal e a manutenção de um sistema agro mercantil de base escravocrata”.¹⁰⁸⁶ Entre outros fatores abordados no capítulo terceiro desta tese.

Versando quanto à estruturação como entidade, pode-se observar que o Estatuto expõe que haveria sócios ilimitados na AIRJ, tendo sua sede na Corte e duração de 90 anos. Seus membros seriam industriais, os membros honorários seriam pessoas que tivessem contribuído de maneira relevante para o bem da indústria, protegido ou auxiliado nos grandes congressos, parlamentos ou na imprensa. Ainda no Estatuto havia o anseio de criar uma biblioteca industrial, um museu para as exposições de produtos e um periódico dedicado à indústria nacional, além do Manifesto da Associação Industrial.

Conforme Carone: “Já em 1881 a Associação Industrial lança um Manifesto onde resume os valores essenciais da indústria nacional”.¹⁰⁸⁷ Para tanto, organiza uma Associação Industrial, elabora estatuto, se sustenta através de mensalidades e anuidades em separado do Governo, independente e, portanto, livre das subordinações que pudessem figurar um controle por parte das autoridades constituídas. Com isso, conforma a integração do grupo de industrial então difusa pelo Império.

A performance da Associação Industrial em levantar a bandeira protecionista no Império já estava sinalizada mesmo quando este grupo de industriais faziam parte da SAIN, e com a ruptura estabelece seus ideários de forma definitiva. Com a atuação da Associação Industrial e suas pretensões observa-se uma diligência definida em favor da divulgação de seus ideários: empregavam seu periódico e a imprensa para fazer a ligação entre a entidade e a esfera pública.

1º Representar a indústria Nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários se conveniente, defendendo-a e protegendo-a. 2º Fomentar a criações de idênticas associações nos centros mais populosos do Império e corresponder-se com elas. 3º Publicar com seu relatório anual uma estatística industrial. E mais quando possível criar uma biblioteca industrial, criar um museu industrial para exposição de produtos da indústria nacional, criar um periódico dedicado à indústria nacional a indiscutível utilidade da Associação.¹⁰⁸⁸

A Associação Industrial tinha a desígnio a criação de um museu permanente para as exposições de seus produtos, e para tanto endereçou sua proposta de construção para o Governo Imperial no dia 1º de dezembro de 1881. Enviada a proposta, esta foi projetada

¹⁰⁸⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 164.

¹⁰⁸⁷ CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 7.

¹⁰⁸⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. **O Industrial de 1881 e 1882**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. 1882. p. 2.

porque o referido terreno estava desocupado, podendo requerê-lo ao Governo Imperial, alegando que a ideia merecia a aceitação da esfera pública e dos governos de todos os países.

Os abaixo-assinados crentes que a ideia aquisição de um palácio destinado às exposições periódicas ou permanentes da indústria manufatureira do Brasil vai, felizmente, achando o simpático acolhimento, não só da parte do Primeiro Cidadão do país, como de todos os bons patriotas e devotados ao engrandecimento deste belo torrão, vem submeter à consideração e discussão de seus colegas a seguinte: 1º Para que a Associação Industrial officia ao Clube de Engenharia dando-lhe conhecimento da presente proposta, e se solicite dessa digna e patriótica corporação o levantamento de uma planta e seus respectivos orçamentos, de um edifício próprio para as exposições periódicas ou permanentes da indústria manufatureira do Brasil. 2º Para que se solicite da Ilma Câmara Municipal da Corte, ou do Governo Imperial, logo que se precise a capacidade, que será indicada na planta que ora pede o terreno necessário a esta edificação, cujo local poderá ser na área que se está desocupando pela remoção do Matadouro para a Imperial Fazenda de Santa Cruz. 3º Logo que se reunir o Corpo Legislativo a Associação Industrial submeterá ao seu patriotismo o pedido da garantia de juro de 6% ao ano, para o capital em que for orçada a projetada edificação, isto pelo espaço de 30 anos. 4º Finalmente, a Associação tomar a seu cargo e com o maior empenho levar a afeito tão patriótico quanto útil ideia.¹⁰⁸⁹

A Associação Industrial do Rio de Janeiro elaborou seu projeto de construção do edifício do Palácio Permanente de Exposição, apesar das dificuldades encontradas referentes ao apoio do governo e até de verbas, mas a visão era ampla para com seu projeto de desenvolvimento da indústria no Império. Nota-se uma proposta de elevar a indústria fabril a um grau de expansão ao ponto de ser capaz de influenciar o Parlamento e a esfera pública a fim de conseguir o espaço necessário para o seu desenvolvimento no Império.

Em 1881, o Estatuto da AIRJ foi elaborado e passado mais tarde por reforma pela própria Seção de Negócios do Império. Esse definia o objetivo central da Associação Industrial, a defesa da indústria e a representação como entidade, além de proporcionar a união da classe, com reuniões periódicas, a construção de um museu, uma biblioteca e a edição de um periódico para a divulgação de suas ações.

A partir da organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro e da atuação como uma entidade de classe com um projeto definido de caráter protecionista, identifica-se o início da classe burguesa no Império. Com o objetivo de alcançar seu intento da união da classe se utilizava do periódico *O Industrial*, do Estatuto, das Exposições Nacionais e Internacionais, da imprensa para divulgação de seu ideário, da articulação políticas de deputados, vereadores e senadores a favor da Indústria. Além disso, lutava a favor de Tarifas protecionistas para salvaguardar a indústria nacional da concorrência estrangeira. Por conta de tudo isso, vê-se então o início da formação da classe burguesa no Império do Brasil. De acordo com Cezar Honorato: “Uma burguesia que, embora ainda não se constituísse em ‘classe para si’,

¹⁰⁸⁹ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 65-66.

participava do bloco histórico sob a hegemonia do setor escravista cafeeira do sudeste”.¹⁰⁹⁰ A posição de conflito entre a indústria e o comércio demarca a crise dentro do bloco de poder e a tentativa de hegemonia da classe burguesa no Império.

Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro como objetivo despertar a atenção da esfera pública e do Governo para as necessidades das indústrias fabris além de trazer informações e pressionar os dirigentes do Império. Em seu livro “A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem”, Turazzi: “os industriais interessados em reservar o mercado brasileiro para a produção nacional, defendiam rigorosamente a adoção de uma política alfandegária protecionista, que freasse a invasão maciça dos artigos produzidos no estrangeiro”.¹⁰⁹¹ Já no primeiro ano de existência, a Associação demonstrava que a imprensa era um meio eficaz.

Ao transmitir à nova administração os poderes de que se achava revestida, a Diretoria Provisória fez uma resenha dos fatos passados no seu tempo, tornando saliente o progresso que havia grandeado, na opinião pública, nossa propaganda, inclusive no Parlamento, em cujo seio alguns membros mostravam-se convencidos da necessidade de proteger as nascentes industriais do país.¹⁰⁹²

A imprensa era empregada para exercer a função de fazer a ligação entre a Associação e a esfera pública, pois era essencial para a exposição de suas ideias e princípios, os quais desejava incutir no pensamento de seus leitores. A distribuição do periódico *O Industrial*, órgão da Associação, era um meio de se alcançar o maior número possível de pessoas. Importante ressaltar que este periódico exerceu sua função de propagador das ideias da AIRJ durante os anos de 1880 a 1882, depois desse momento os industriais lançam mão de artigos a serem veiculados em diversos jornais.

Os documentos aqui utilizados serão O Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro de 1881, publicado no seu periódico *O Industrial* e depois compilado no documento O Trabalho Nacional e seus Adversários de 1881. Este fazia parte da Biblioteca da Associação Industrial do Rio de Janeiro, além dos documentos Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro de 1882 e 1884, que narram a problemática encontrada para a estruturação da Associação e seus ideários.

Segundo Nícia Vilela Luz em seu livro “A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930” o Manifesto, Luz: “era essencialmente um instrumento de propaganda e não defendia

¹⁰⁹⁰HONORATO, Cesar Teixeira. **O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)** 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 23.

¹⁰⁹¹TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 52.

¹⁰⁹²BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 26.

nenhuma doutrina econômica; constituía um libelo contra os doutrinários, os acadêmicos que, por convicção ou por interesse, queriam condenar o Brasil a permanecer um país agrícola”.¹⁰⁹³

Por que se reunir como uma Associação? E qual o fim desta entidade? Perguntas relevantes quando se almeja identificar as razões que levaram este grupo de homens a se congregarem. A defesa da indústria fabril e as suas necessidades.

A defesa eficaz dos direitos legítimos que poderiam ser cuidados isoladamente acresce o estudo das leis econômicas, que regem os fatos, indicando o bom caminho do progresso e apartando dele as utopias e desvios insensatos, a conciliação dos interesses confessava que evita as lutas apaixonadas e mutuamente ruínas, substituídas pelo estímulo ao trabalho e nobre emulação do aperfeiçoamento com o contraste e utilização das descobertas científicas e habilidade na execução dos planos.¹⁰⁹⁴

A ideia de desenvolvimento, melhoramento e transformação presente na palavra “progresso”, traz consigo a ideia de continuidade, que os “fatos” podem ser mudados, sendo o trabalho proposto como um agente de riqueza e transformação, tanto na área econômica quanto na social. Segundo Dicionário da Língua Brasileira: “Continuação de coisas, que se seguem uma as outras. Progresso, série”.¹⁰⁹⁵ De acordo com Azevedo: “As permanências de uma dada economia e sociedade que se adequam às mudanças, a ideia de civilização que se desenvolveu no século XIX intercambiou com a ideia de cultura, de cultivo do espírito, de desenvolvimento estético, moral e intelectual”.¹⁰⁹⁶ O autor argumenta que a Associação Industrial possuía um objetivo associativo com um foco de discussões e divulgação de suas ideias, a fim de motivar e ganhar espaço junto aos industriais fabris.

Outra grande vantagem intuitiva de nossa Associação será cultivo das relações pessoais entre os cidadãos constituindo uma classe detinha como operários da mesma função social. Desnecessário é encarecer a utilidade desse resultado e quanto os convém criar um centro de reunião de nossas forças.¹⁰⁹⁷

Para os industriais, o fato de estarem isolados - um desconhecendo o outro, poderia ser a causa do Governo Imperial ignorar suas necessidades e ideias para com a economia do Império, restando apenas os impostos a serem pagos. A vantagem de associar-se era a força que poderiam exercer como classe junto à esfera pública e ao Governo Imperial. O periódico

¹⁰⁹³LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 67.

¹⁰⁹⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 16

¹⁰⁹⁵PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832. p. 109.

¹⁰⁹⁶AZEVEDO, André Nunes de. **Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906**. (Tese Doutorado em História Social da Cultura) PUC RJ: Rio de Janeiro, 2003. p. 37.

¹⁰⁹⁷BRASIL. op. cit., p.16.

O Industrial ao afirmar em 1881, segundo Stein: “industriais mais ativos para servir à campanha pelo progresso da indústria nacional e para defender os seus justos interesses”.¹⁰⁹⁸

A crítica feita pela Associação Industrial quanto ao pensamento econômico do Império, influenciado pela Escola Inglesa, era a razão da grande dificuldade do desenvolvimento da indústria fabril.

A ideia arraigada no espírito dos nossos homens políticos, educados, pela maior parte, nos princípios da escola inglesa, que tem vigorado nas nossas academias detivera o Império Brasileiro na mais completa abstinência das vantagens resultantes do exercício simultâneo das diferentes industriais dentro de uma nação.¹⁰⁹⁹

Para a Associação, a consequência foi que o Brasil, como que por uma convenção científica, ficou sendo sempre uma nação agrícola - favorável aos interesses ingleses que viam na continuidade desta situação uma porta aberta aos seus produtos. Uma das argumentações contra o pensamento livre câmbio seria o fato, Trabalho Nacional: “Uma nova doutrina, que nasceu na Inglaterra, e para a Inglaterra foi criada por um de seus mais ilustres filhos Adam Smith, levada a todos os ângulos da terra por uma propaganda bem organizada e para a qual contribuíram de boa-fé muitos homens distintos”.¹¹⁰⁰

Esta propaganda difundida entre a classe dos políticos pôde dificultar assim o desenvolvimento e o florescimento da indústria fabril. Em defesa da indústria, a Associação Industrial se manifesta de maneira crítica quanto aos homens públicos responsáveis pela direção e crescimento do Império. Interessante destacar que a ideia da escola Inglesa foi divulgada pelo Visconde de Cairu, apresentada no capítulo três dessa tese, quando argumentara que para o Brasil a agricultura seria a atividade econômica mais rentável. De acordo com Lisboa: “O melhor negócio para as novas colônias.”¹¹⁰¹

Os homens incumbidos a 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil só se tem ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intelectuais desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoais sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. Nelas consome-se a atividade nacional que devera empenhar-se na concorrência industrial com outros países criando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente.¹¹⁰²

O juízo por parte dos políticos era de protegerem a agricultura em detrimento a indústria fabril. Na visão da Associação, era um erro haver a dependência econômica baseada

¹⁰⁹⁸STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 33.

¹⁰⁹⁹BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 8.

¹¹⁰⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 4.

¹¹⁰¹LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1810. p. 95.

¹¹⁰²BRASIL. op. cit., p. 18.

em um único produto: o café, e esse de exportação, pois poderia a qualquer momento caracterizar-se um grande golpe na economia do Império se esse produto caísse de valor na economia mundial. Com um modelo primário-exportador cujo caráter decorre, segundo Mello: “exportações representavam o único componente autônomo de crescimento da renda”.¹¹⁰³ A estrutura produtiva é composta, basicamente, por dois setores: o setor externo, o centro dinâmico da economia; e o setor interno, composto pelas atividades industriais, pela agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas e pelas atividades de subsistência, cuja característica era de dependência ao setor externo.

A Associação Industrial sinalizava com uma proposta o incentivo à indústria fabril, como um braço alternativo na economia que pudesse desencadear crescimento e trabalho para os desocupados do Império. Interessante perceber que a AIRJ traz uma proposta de ser um braço alternativo para a economia pautada na agricultura, diferentemente da literatura historiográfica que, ao contrário, afirma que havia uma rivalidade entre a agricultura e a indústria fabril. Nota-se que esta informação não se configura na proposta da Associação Industrial do Rio de Janeiro, pelo contrário, a complementaridade que era sugerida pela entidade para livrar o Império da dependência econômico de um produto exportador. No capítulo dois pode-se perceber a relevância dessa discussão pelo fato de ser distinta sobre o comércio versus indústria fabril.

A visão de progresso e de competição entre os diversos países e suas indústrias era o juízo sugestionado em seu Manifesto. Aqui a crítica da Associação realça sua pretensão de se enquadrar no presente século XIX, como uma nação moderna e civilizada em via de se harmonizar com as demais nações. Segundo Neves: “Ser moderno significa viabilizar uma nova ordem presidida pelos valores do progresso e da civilização”.¹¹⁰⁴ E, analisando a questão do trabalho industrial, seria instrumento de progresso. Conforme Turazzi: “A organização do trabalho industrial foi sempre reforçada como um instrumento para a consecução do progresso e toda a sociedade, através da criação de riqueza pelo trabalho, pela produção de bens de consumo”.¹¹⁰⁵ E de acordo com Azevedo: “Na segunda metade do século XIX, a ideia de

¹¹⁰³MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 31-32.

¹¹⁰⁴NEVES, Margarida de Souza Pereira das. **O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro**. In: **As vitrines do progresso**. 1986. 80 f. Tese(Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986. p. 17.

¹¹⁰⁵TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 16.

progresso vai ganhando novos contornos caracterizando-se como desenvolvimento do progresso técnico, da industrialização e de todo o desenvolvimento material”.¹¹⁰⁶

Ao confrontar-se com o pensamento dos homens de negócios, argumenta Trabalho Nacional: “Tamanho erro provém em linha reta da educação viciosa bebida de Academias pelos diretores do país, teóricos puros, sem conhecimentos positivos mais literatos do que homens de ciência”.¹¹⁰⁷ Conforme Carvalho: “A formação acadêmica da elite do Império, ora mais ligados à literatura do que à ciência era identificada como um obstáculo para o entendimento da necessidade de se aventurar no apoio à indústria fabril no Império”.¹¹⁰⁸ Importante perceber que pela atuação do pensamento, mais ligado à teoria e menos à prática, se transformou em mais um empecilho para a vanguarda da indústria fabril de forma mais homogeneia no Império, pois, breiou a atuação dos industrialistas da AIRJ evitando que o país adentra-se no circuito das nações industrializadas.

A Associação teve no Congresso um *lobby* para conseguir alcançar algum incremento de ações que pudessem sinalizar algum espaço para a indústria fabril.¹¹⁰⁹ Relevante ressaltar que a atuação de políticos que defendiam a indústria nas Câmaras foi determinante para o êxito da articulação junto ao Governo e à esfera pública. Como em Honorato: “A Monarquia brasileira, ao mesmo tempo, transformou alguns desses comerciantes, banqueiros e industriais em membros da nobreza brasileira, ocupando cargos de relevo na própria administração pública”.¹¹¹⁰ Entre eles, pode-se citar por sua importante atuação, o médico Antônio Felício dos Santos, deputado e senador, primeiro presidente da Associação Industrial e o primeiro líder no Congresso a favor da Indústria fabril. A biografia de Antonio Felício dos Santos e sua família se encontra no anexo.

Após esta exposição fica evidenciada a razão da rápida inserção de Antônio Felício dos Santos, presidente da AIRJ e atuante no meio político do Império, onde pode transitar com alguma expressão devido à influência de parentes: Ministros, senadores, deputados, Bispo e industriais. O contato com a imprensa fica a cargo da experiência de seu tio Joaquim

¹¹⁰⁶AZEVEDO, André Nunes de. **Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906.** (Tese Doutorado em História Social da Cultura) PUC RJ: Rio de Janeiro, 2003. p. 44.

¹¹⁰⁷BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 20.

¹¹⁰⁸CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Brasília: Unib, 1980. p. 99.

¹¹⁰⁹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹¹¹⁰HONORATO, Cesar Teixeira. **O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)** 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 46.

Felício dos Santos (1828-1895), autor do livro “Das Memórias do Distrito de Diamantino” e do projeto do Código Civil, advogado, jornalista, deputado geral e senador.¹¹¹¹

Pode-se observar a tônica da Associação Industrial do Rio de Janeiro em divulgar seus ideários através da imprensa por causa dessa influência do jornalista Joaquim Felício dos Santos, tio do Dr Antônio Felício dos Santos, primeiro presidente da entidade, com o objetivo de ganhar as mentes e os corações da esfera pública e do parlamento. Além disso, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional utilizou-se do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* como informa José Silva: “No dia 15 de 1833, a Sociedade Auxiliadora - já então com setenta e cinco sócios- começou a editar o seu jornal mensal”¹¹¹² que tinha por objetivo propagar seus ideários junto à esfera pública e às Câmaras durante o período Imperial.

O primeiro a apoiar a causa da AIRJ no Senado foi João Ignácio Silveira da Motta, Senador João José de Oliveira Junqueira e Vereador e Comendador Malvino da Silva Reis. A biografia desses apoiadores da Associação Industrial do Rio de Janeiro se encontra no anexo. A Associação Industrial reuniu a primeira leva de industrialistas que formaram o pensamento industrial no Império, semeando a gênese da luta pela industrialização, sendo intelectuais que puderam expressar o seu ideário e a sustentar-se na luta contra os adversários - a própria elite, o comércio importador e o pensamento da escola inglesa no Império, tão determinante quanto à política econômica que imperava no período da década de 1880 no Brasil Imperial. Consta em Honorato: “Uma burguesia que se fazia como classe, participando em certos processos decisórios do Estado Imperial. A ênfase recaiu nas transformações ocorridas na Corte, maior centro urbano que, ao longo do século, se transformou também no maior centro financeiro e industrial do país.”¹¹¹³

Os políticos anteriormente mencionados e a suas biografias descrevem os articuladores que adentravam nas Casas Legislativas defendendo os ideários da Associação Industrial e, portanto, pode-se entender a atuação política da classe burguesa dentro do corpo do Império do Brasil. Em sua dissertação de Mestrado, na Unicamp, sobre o industrialista, “Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira” (2001), a autora Suzana Cristina Fernandes confirmou que o primeiro grupo de líderes industrialistas se formou ainda na

¹¹¹¹GOMES, Patrícia Regina Mendes Mattos Correa. **Pensamento e ação de Joaquim Felício dos Santos: um projeto de Código Cível oitocentista**. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Pós-Graduação Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹¹¹²SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que parece. A sociedade auxiliadora da indústria nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A Conjuntura de 1871-1877**. 1979. 293 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1979. p. 80.

¹¹¹³HONORATO, Cesar Teixeira. **O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)** 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 28.

década de 1880, com a Associação Industrial do Rio de Janeiro, sobre a liderança do Dr. Antonio Felício dos Santos, estes comprometidos com o pensamento industrial no Império.

A segunda leva de industrialistas se configurou da década de 1890 em diante com inúmeros personagens como: Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa, Alcindo Guanabara, Jorge Street, entre outros, influenciados pelos industrialistas na década de 1880, com suas reivindicações junto ao Governo Imperial.¹¹¹⁴ Para os industrialistas da Associação, o trabalho na indústria traria inúmeras vantagens para o Império. Consta em Relatório da Assembleia: “Podem-se assegurar senhores, que até bem pouco tempo, ou mesmo, até o presente, a indústria, esse poder imenso que moralista os povos, lhes dá bem estar e paz, promovendo, ao mesmo tempo, a riqueza e a força das nações”.¹¹¹⁵

O pensamento de civilização e de progresso, já muito divulgada no século XIX, criara as condições fundamentais para o desenvolvimento da produção e da ordem no trabalho na fábrica. O conceito de civilização estrutura-se também em longa duração, associado ao progresso, que se remete à Revolução Filosófica científica do século XVII que conforme Bessa: “seus atributos principais são a razão, como um instrumento de ação sobre o universo e o caminho para o conhecimento, uma tese de um universo em contínua expansão”.¹¹¹⁶ Conforme Schwarcz: “Parecia necessário mudar a imagem externa do país e impor a sua ‘real face’: a civilização. Por sua vez, a participação do imperador não poderia ser mais direta”.¹¹¹⁷ A vantagem levantada pela Associação Industrial revela sua intenção e sinaliza sua visão de estarem entre as nações civilizadas e sempre concorrentes entre si, para o progresso da sociedade e das nações.

Segundo a autora Turazzi: “pelas ideias de progresso, civilização, trabalho, ordem, que de uma forma ou de outra iriam repercutir em suas ações - figuravam engenheiros, militares, médicos, industriais e intelectuais de modo geral”.¹¹¹⁸ Esta gama de atores sociais propiciou um momento de transformações na área do trabalho e da indústria no século XIX no Rio de Janeiro. Vale lembrar que o presidente da Associação Industrial em 1888, Dr. José Américo dos Santos exercia a profissão de engenheiro e era membro fundador do Clube de Engenharia.

¹¹¹⁴FERNANDES, Suzana Cristina. **Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas São Paulo, 2001.

¹¹¹⁵BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 8.

¹¹¹⁶BESSA, Mônica Leite. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **Entre a Monarquia e a República: Imprensa, pensamento político e Historiográfico (1822-1889)**, Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 222.

¹¹¹⁷SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p. 394.

¹¹¹⁸TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 39.

A primeira articulação política da AIRJ foi a organização da Exposição da Indústria Nacional de 1881, no Rio de Janeiro. Foi o início da estruturação da entidade, tendo em vista que necessitariam se organizar em seções de acordo com os objetos apresentados, requerer do Governo Imperial verbas, transporte dos produtos até a Corte, formação de júri para avaliação e premiação, prédio para a exposição, iluminação e demais necessidades. Conforme Turazzi: “A Associação Industrial foi a entidade responsável pela organização de uma exposição preparatória da participação brasileira na Exposição Continental de Buenos Aires, realizada em 1882”.¹¹¹⁹

A Associação Industrial do Rio de Janeiro recebeu convite do Clube Industrial de Buenos Ayres para participar deste encontro, motivando assim esta primeira Exposição da Indústria Nacional, dirigida e organizada pela Associação Industrial. Ainda, faria uma Exposição da Indústria Nacional, em 1888, preparatória para a Exposição Universal de Paris, em 1889. Até onde se tem registro, esse foi último grande evento realizado por esta Associação, que também será contemplado nesta tese, neste capítulo, junto às demais Exposições Industriais.

Em seu Relatório, a Assembleia Geral da Associação do Rio de Janeiro, em 1882, expõe seu entendimento quanto às razões para a apatia da indústria fabril no Império, trazendo uma breve explanação de suas convicções, quanto a este assunto, consta em Relatório da Assembleia.

A puberdade do solo brasileiro, a abundância de suas colheitas, a grande exportação de exportação de metais e pedras preciosas, a facilidades de ter braços baratos, essas máquinas que cediam ao menor impulso dos feitores conservaram este país na apatia industrial, de que ainda hoje se ressenste. É certo que os homens do interior, até uma época não remota, usufruíam lucros estupendos, com que alcançou fazer grandes fortunas, tornando-se eles, como consequência imediata da posição que haviam adquirido verdadeira influência políticas, chamando para sua indústria todas as vistas e atenções dos aspirantes aos altos postos públicos. Por aqui é fácil compreender como as outras indústrias foram esquecidas, e como os industriais passaram a ser considerados os párias da atividade nacional.¹¹²⁰

A Associação Industrial, em sua narrativa, expõe o que assimila da situação econômica e política de um Império submisso a um só produto, o café, de uma “classe social” afortunada pela exploração da mão de obra escrava e da exportação do café, produto que gerou uma riqueza substancial para os cafeicultores, senhores de terras e escravos. Segundo

¹¹¹⁹TURAZZI, Maria Inês. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 149.

¹¹²⁰BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 9.

Alonso: “A estrutura sociopolítica era de uma sociedade do antigo regime: possuía uma estrutura e de uma sociedade de corte”.¹¹²¹

Para os industriais, a razão do esquecimento da indústria fabril, advinha da renda gerada para o Governo e para esta camada da sociedade. Para os industriais o café cairia em um abismo. Relatório da Assembleia: “A questão era de tempo: a escassez de braços, a concorrência com os outros países e a depreciação do seu valor, são os fatores desta obra de destruição”.¹¹²² Todo o contexto econômico da década de 1880, com a crise do café, serviu como argumento para a posição política da Associação quanto à necessidade de assegurar à indústria fabril algum espaço no cenário econômico, trazendo à tona a realidade do desenvolvimento da indústria fabril neste início de década.

Uma das finalidades da Associação Industrial era levar à discussão a posição do Império do Brasil em relação à indústria fabril, e o seu papel como uma atividade econômica, útil ao crescimento financeiro do Império que, para tanto, reivindicava uma proteção para suas indústrias, como as demais nações civilizadas já o faziam. De acordo com Holanda: “Pretendia, ao contrário, fundar-se na situação real do país, atingindo apenas as indústrias viáveis, conceito um tanto vago que sancionaria a existência de um regime de favoritismo”.¹¹²³

Eis um dos fins da nossa Associação. Nos países novos, não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados começaram assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerram em seu seio. A moralização das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta política.¹¹²⁴

A Associação desenvolve uma noção de proteção à indústria muito semelhante a dos Estados Unidos da América, que promovera através de seu próprio Governo uma intenção de proteger suas indústrias dos concorrentes estrangeiros, facilitando assim o florescimento de sua indústria nacional. Conforme Saes & Saes: “Em 1816, prevendo a extinção das indústrias nacionais frente à concorrência inglesa, o Estado retomou as tarifas para proteção da indústria têxtil”.¹¹²⁵

De 1816 a 1832 as tarifas aduaneiras aumentam progressivamente sob pressão do

¹¹²¹ ALONSO, Ângela. **Crítica e contestação. O movimento reformista da geração de 1870**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.15, nº 44 out. 2000. p. 59.

¹¹²² BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 10.

¹¹²³ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012. p. 51.

¹¹²⁴ BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 22.

¹¹²⁵ SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 266.

movimento protecionista, conduzido por Henry Clay. Os argumentos deste são os seguintes: é preciso proteger as indústrias nascentes; estas devem absorver uma parte dos produtos agrícolas e das matérias-primas fornecidas pelo país e que não devem ser inteiramente exportadoras. Enfim, é preciso liberar a América de sua dependência com relação ao mercado dos europeus, melhorando as vias de comunicação interiores, mas, também, elevando as barreiras aduaneiras contra o exterior. Nesta crise de 1837 trouxe uma reação protecionista: a tarifa de 1842 reproduziu, em algumas coisas, a de 1832.¹¹²⁶

Para os industriais do Império seria necessário bloquear ou mesmo taxar nos portos os produtos concorrentes, garantindo assim a sobrevivência da indústria fabril. A Associação expunha o que idealizava como entidade quanto ao caminho a seguir neste processo de luta pela indústria fabril: identificava os Estados Unidos da América como modelo a seguir, por ser uma nação protecionista, pois assim seria garantido o desenvolvimento da indústria fabril. Importante destacar que a AIRJ quando se referia aos Estados Unidos se espelhava no protecionismo empregado pelo Governo entre 1816 a 1842.

Enquanto que as outras nações vão à via de progresso com o desenvolvimento do trabalho de seus povos, mais ou menos protegidos por seus Governos a nossa indústria têm sido amesquinhas em todas as suas tentativas e em todos os sentidos porque ela tem pretendido manipular-se; e não são poucos, cumpre aqui consignar, os mártires desta cruzada na qual o soldado vai ao campo de batalha quase certo de perder a vida.¹¹²⁷

A ação da Associação Industrial se fazia através do uso da imprensa, com o seu órgão *O Industrial*, meio de propaganda distribuído a população em diversos lugares como botequins, cafés e praças, a fim de levar à esfera pública conhecimento quanto à indústria fabril no Império e o seu adiantamento. Em razão disto, os artigos na imprensa não cessavam, pois era a estratégia utilizada para se alcançar alguma visibilidade como grupo, além do movimento no Congresso.

Era necessário unir-se para lutar contra a redução dos direitos alfandegários conquistados com a Tarifa de 1879. Seus opositores, os importadores de chapéus, argumentavam em *O Industrial*: “Um regime protetor só serviria a meia dúzia de fabricantes, em prejuízo da grande massa de consumidores”.¹¹²⁸ Os industriais continuavam a luta através de artigos e nos bastidores da política, na tentativa de mostrar o quanto a indústria fabril iria trazer progresso, riqueza, melhorias em geral, para a massa de trabalhadores necessitados de emprego e de uma situação melhor de vida. Conforme Honorato: “Também participando da vida política da época, está burguesia em formação, embora ainda sem hegemonia,

¹¹²⁶MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. p. 184-185.

¹¹²⁷BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 13.

¹¹²⁸BIBLIOTECA NACIONAL. **O Industrial de 1881 e 1882**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882. p. 1.

pressionava o Estado para o atendimento de suas demandas”.¹¹²⁹ A burguesia que se organiza no Império tem convicções estruturadas quanto à necessidade de se orquestrar atuações junto as Câmaras e a esfera pública com o fim de alcançar seus intentos. Considerando a argumentação dos industriais da AIRJ, de acordo com Holanda: “Refutando as acusações dos que advogavam um regime proibitivo, alegavam os industrialistas que as taxas solicitadas eram moderadas, pois reconheciam que taxas exageradas isolariam o país e não era isso o que desejava a indústria nacional”.¹¹³⁰

Outra discussão contra a indústria fabril no Império pode-se verificar na posição de Ângela Maria de Castro Gomes em seu livro “Burguesia e Trabalho. Política e legislação social no Brasil” (1979). Consta em Gomes: “O desenvolvimento industrial como o parasitário na sociedade brasileira, pois vivendo à custa de tarifas alfandegárias. É como o Estado realizasse uma “doação” das condições de sobrevivência da indústria a qual estaria afastada da luta e conquista destas condições, sendo uma beneficiária passiva”.¹¹³¹

Quanto a esta posição observa-se que Maria Antonieta P. Leopoldi (2000) defende que houve uma articulação política para se alcançar alguns benefícios para a Associação Industrial. Para conseguir tais adiantamentos era preciso ter representantes no Congresso que pudessem pelejar pela causa industrialista, com uma visão um tanto divergente. Consta em Leopoldi: “Projetado na cena pública como porta voz dos industrialistas, Antônio Felício dos Santos elegeu-se parlamentar e passou a usar o Congresso como tribuna para a defesa do protecionismo à indústria. Aos poucos um grupo de industrialistas foi se agregando a ele no Congresso.”¹¹³²

Interessante notar que Antônio Felício dos Santos fez sua argumentação quanto a indústria fabril referente sua importância no cenário econômico e político nos anos oitenta como aborda Holanda.

Sua argumentação a favor da industrialização do país resumia-se no seguinte: o Brasil, graças a ela, não só obteria a independência econômica, mas resolveria alguns dos seus problemas, pois atrairia para o país braços e capitais estrangeiros, ocuparia uma população urbana desocupada que poderia suscitar uma questão social, livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora e, abastecendo o

¹¹²⁹HONORATO, Cesar Teixeira. **O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)** 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 39.

¹¹³⁰HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 51.

¹¹³¹GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 48.

¹¹³²LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 100.

mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial.¹¹³³

A questão realçada de que o regime protetor só serviria a um pequeno grupo e este se aproveitaria das benesses das Tarifas Alfandegárias, não caracterizaria um transtorno ao Império, tendo em vista que em muitos países os poderes públicos já sinalizam a necessidade e urgência do desenvolvimento da indústria fabril para o próprio bem-estar da população. Consta em Trabalho Nacional: “Nos países novos não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes públicos. Todos os governos civilizados começam assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial. A moralização das classes pobres pelo trabalho e, quando mais não seja uma questão política”.¹¹³⁴

Em diversos artigos publicados acerca do entendimento da Associação Industrial ser protecionista para o bem da indústria nacional, fica claro que de acordo com os próprios exemplos de países desenvolvidos, a Associação em seus argumentos invoca a lógica da ação e a necessidade de se seguir os bons exemplos e vingar como nação civilizada e próspera. Conforme Saes & Saes: “Assim os conflitos entre Estados Unidos e Inglaterra, durante os anos de 1808-1815 viabilizaram um contexto de proteção à produção nacional, permitindo que a manufatura norte-americana registrasse um relevante salto quantitativo”.¹¹³⁵ Consta em Trabalho Nacional. “Para alcançar se uma verdadeira independência, e os americanos homens experientes, abandonaram os meios paliativos e, em 1870, formaram a sua verdadeira tarifa, aquela que promoveu a felicidade desse grande povo. Os direitos de entrada foram calculados de 50 a 96 por cento.”¹¹³⁶

O sentimento patriótico americano era a garantia do desenvolvimento da nação e o bem estar do povo, além, é claro, crescimento industrial e maior lucro para os industriais. Com o quase fechamento de seu mercado interno, os Estados Unidos da América começaram a ser livre-cambistas entre seus estados, gerando concorrência e assim estimulando seu próprio crescimento.

Como Alexander Hamilton em seu Relatório sobre as Manufaturas (1791), o Estado teria papel fundamental no estabelecimento das bases para o crescimento econômico. No que diz respeito à indústria nascente, acreditava que o Estado deveria fomentá-la por meio de incentivos e políticas protecionistas, enquanto para a economia de maneira geral, Hamilton foi o idealizador do primeiro Banco dos Estados Unidos, instituição responsável pela condução da política monetária

¹¹³³HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 51.

¹¹³⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 22.

¹¹³⁵SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 265.

¹¹³⁶BRASIL. op. cit., p. 58.

nacional.¹¹³⁷

O juízo da Associação e sua proposta não eram tão radicais como nossa irmã americana. Tinham o objetivo de proteção mais harmonizada com as necessidades de cada produto e com o desenvolvimento da indústria. De acordo com Relatório Geral da Assembleia da AIRJ: “Julgamos que nos países novos devem ser fomentadas as indústrias que ali podem prosperar, e para isso é necessário acariciá-las e protegê-las até que por seu desenvolvimento possam sustentar a luta com a indústria dos países velhos”.¹¹³⁸

Segundo Landes: “Enquanto Alexandre Hamilton convocava uma jovem América para desenvolver a indústria e competir com a Europa, o Visconde de Cairu, no Brasil, acreditava supersticiosamente na ‘mão invisível’ e repetia: laissez faire, laissez passer, laissez vendre”.¹¹³⁹ O autor ainda faz conjecturas com relação à atuação de estrangeiros na economia do Império; que apesar da independência das nações da América do Sul, continuava a depender das nações industrializadas, não somente isto, mas, dos empréstimos e da construção de ferrovias e dos demais melhoramentos nas cidades. No Império a política tarifária era contrária às pretensões da AIRJ.

O padrão geral de política tarifária em todo o Império foi atender às necessidades da receita fiscal do governo e aos interesses dos importadores. Respondendo por cerca de dois terços da receita tributária do governo, a tarifa era alterada de acordo com as necessidades do tesouro. Isto explica em parte o grande número de revisões tarifárias no Império. Comissões indicadas pelo Ministro da Fazenda faziam as reformas da legislação tarifária. Elas eram formadas por funcionários do Ministério da Fazenda e da Alfândega e por representantes dos setores econômicos dominantes, com o predomínio do comércio importador. A cada reforma tarifária elas se constituíam num fórum de debate entre protecionistas e livre-cambistas.¹¹⁴⁰

O que acontecia no Brasil era a luta entre o protecionismo e o livre-câmbio. O governo, pressionado pelos países desenvolvidos e mais por pressão dos grandes fazendeiros e dos comerciantes importadores. Os industriais pressionavam através de Exposições e com seus argumentos através da imprensa, para esfera pública e de seus líderes no Congresso a proteção da indústria. Segundo Mello: “As economias periféricas enquanto exportadores de produtos primários, não dispõem, assim de comando sobre seu próprio crescimento, que ao contrário depende em últimas instâncias do vigor da demanda Cêntrica”.¹¹⁴¹

¹¹³⁷SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 266.

¹¹³⁸IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1884. p. 25.

¹¹³⁹LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 353.

¹¹⁴⁰LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.100.

¹¹⁴¹MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 15.

Nesse debate a Associação Industrial se inseria e lançava sua bandeira a favor do protecionismo que tinha a intenção de proteger a indústria fabril no Império do Brasil da concorrência estrangeira. Ao difundir seu ideário fomentava uma nova proposta de atividade econômica para o Império, que seria de parceria com a agricultura e não de disputa. Consta em Luz: “A lavoura nunca fora propriamente contrária ao desenvolvimento industrial do país, preferindo, contudo, que ele se processasse lentamente para que não viesse agravar os problemas da falta de capitais e mão de obra que afetavam as atividades agrícolas”.¹¹⁴²

Como o apresentado no capítulo quatro, com a disputa entre as seções da indústria fabril e do comércio dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a seção da agricultura se posiciona “neutra” apesar da seção da indústria requerer sua atuação para tentar evitar a fissura dentro da entidade. Pode-se observar que havia restrições da seção da agricultura quanto ao apoio à indústria ficando na neutralidade entre a seção do comércio e da indústria fabril e, portanto, não havendo disputa entre a agricultura e a indústria fabril.

A dificuldade quanto à dependência do Império em relação às economias cênicas resultou em um atraso no descolamento da economia agroexportadora, para a tentativa de uma gênese na economia industrial, pois os europeus pressionavam o Governo para a continuidade da situação.

A questão do Governo era o fisco e o controle das contas, e a dos industriais era fazer ouvir seus argumentos e suas metas para o desenvolvimento industrial sustentável. Os industriais chamavam a atenção da vulnerabilidade de uma economia assentada sobre um único artigo, o café. Sobre esta argumentação foi usada a crise que a agricultura passava no período, no início da década de 1880, além da diminuição da safra de açúcar e do algodão, e da oscilação do câmbio.

Outro fator para despertar os dirigentes sobre a necessidade de amparar o trabalho industrial seria o desenvolvimento da imigração e o aumento progressivo das cidades, pois a população não tinha trabalho fixo, os homens vendiam hortaliças, frutas e peixes. As mulheres se prostituíam, o furto era comum e muitos até viviam de esmolas. Com a população sem emprego e com a crise na lavoura, essa situação contribuiu para “o despertar” dos dirigentes.

O problema ecoava na Câmara dos Deputados, onde o Duque Estrada Teixeira o atribuía à indústria e à instabilidade das tarifas aduaneiras, não incentivando o trabalho

¹¹⁴²LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 61.

nacional e condenando as populações urbanas “ao parasitismo” e a miséria com prejuízo da riqueza nacional e da ordem pública.¹¹⁴³

O comércio importador agia nos bastidores do Executivo, pois tinha seus interesses quanto a mudanças das tarifas; como ocorreu em 1874 e em 1881, quando conseguiram mudar a mesma. A alegação era que os consumidores estavam sendo explorados pelos industriais e que as indústrias fictícias prejudicariam o Império.

Segundo Ângela Maria de Castro Gomes em seu livro “Burguesia e Trabalho. Política e Legislação social no Brasil 1917-1937”: “A política tarifária governamental proporcionaria um estímulo virtual à indústria, pois seu objetivo principal estaria não diretamente no desenvolvimento deste setor da produção, mas no desestímulo às importações”.¹¹⁴⁴ Entretanto, para Leopoldi: “Por vezes uma tarifa tinha intenções protecionistas em outras ocasiões; as taxas eram estabelecidas com vistas a obter rendas para o governo. No entanto, por de trás de cada tarifa ou de cada revisão tarifária parcial, havia sempre um grupo de industriais tentando sobreviver com o apoio de barreira alfandegária.”¹¹⁴⁵

Essa luta por Tarifas Alfandegárias, que pudessem proporcionar melhores condições de sobrevivência à indústria, era realizada pelo *lobby* dos industriais no Congresso. A articulação política era percebida por causa das vantagens das revisões parciais, conseguidas no processo da década de 1880. As revisões parciais não trouxeram grande polêmica como as Tarifas de 1879 e 1881. Essas trouxeram benefícios graduais aos industriais que possuíam fábricas de produtos têxteis.

Em 1886, o governo isentou as máquinas compradas para as instalações de novas indústrias do pagamento de importação. Ainda, a Revisão de 1886 e da Tarifa de 1887 resultaram num certo protecionismo à matéria-prima nacional, sem contar com a Revisão de 1888 quando a AIRJ conseguiu uma tarifa móvel na Tarifa das Alfândegas de 1889, beneficiando os industriais da fronteira do sul do Império que há muito requeria uma Tarifa Alfandegária que trouxesse proteção às mercadorias produzidas nas províncias fronteiriças. O objetivo era que pudessem ficar protegido da ação dos contrabandistas, como já abordadas no capítulo quatro desta tese. Finalmente alcançaram este benefício através da Associação Industrial do Rio de Janeiro na Tarifa das Alfândegas de 1889.

¹¹⁴³LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

¹¹⁴⁴GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 62.

¹¹⁴⁵LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 94.

Segundo Stein: “O interesse do governo imperial pela indústria manufatureira nacional, cada vez mais evidente a partir de 1879, evoluía na mesma proporção que a veemência e a franqueza com que os industriais brasileiros dos anos 80 expunham suas ideias”.¹¹⁴⁶ Esta atuação do governo, segundo Stein, se fez por causa da articulação dos industriais no meio político através de seus representantes nas Câmaras, com as exposições nacionais e internacionais, com a imprensa divulgando seus ideários como ocasionara ao longo dos anos oitenta. Fica explicitado o empenho da AIRJ em apresentar uma proposta protecionista. Consta em Leopoldi: “A elevação dos índices referentes às matérias-primas no país, representou uma vitória do lobby dos industriais sobre o governo. As indústrias de tecidos de algodão e de juta foram também protegidas contra as concorrências do tecido importado através da elevação dos direitos alfandegários.”¹¹⁴⁷

Mesmo com toda a articulação no Congresso, ainda assim a Associação Industrial perdeu com a mudança e a Tarifa Alfandegária de 1881 e sua reforma. Porém conseguiu se manter viva e sensibilizar os dirigentes do Império e a esfera pública quanto à necessidade de atender as carências de emprego e de amparo da população para o trabalho industrial fabril, solução mais adequada para o crescimento em meio à crise na agricultura pela qual o Império passava. Apesar dos comerciantes importadores terem conseguido a modificação da Tarifa Alfandegária, claro é que houve apoio interno que viabilizou a sustentação para tal fato.

Crescia ao mesmo tempo um sentimento nacionalista causado pelo grande fluxo de imigrantes e pela crise do café e do desemprego. Consta em Luz: “Acusava-se o comércio estrangeiro de explorar o consumidor nacional e de trazer à ruína o comerciante brasileiro”.¹¹⁴⁸ Outro grupo estrangeiro era visto de forma particular: os bancos estrangeiros. Isto se deu pelo fato da especulação ocorrida entre 1870-1875.

A Associação Industrial entendia que os comerciantes importadores, e até mesmo os fazendeiros eram como parasitas no Império, não produziam para o bem estar e crescimento de toda a população. A crítica feita pela AIRJ também se estende ao livre-cambista. Segundo Heitor Lima: “memorial da Associação Industrial ergue-se com veemência contra o livre-câmbio o que praticávamos, o que nos colocava sob a dependência da produção estrangeira,

¹¹⁴⁶STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 33.

¹¹⁴⁷LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 100.

¹¹⁴⁸LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 64.

citando o exemplo norte- americano de progresso pelo protecionismo”.¹¹⁴⁹ No documento intitulado O Manifesto, da Associação Industrial do Rio de Janeiro, argumenta-se que a união dos industriais iria trazer benefícios à população e possibilidade de mudança na área econômica. Consta em Trabalho Nacional: “O resultado positivo das associações desta espécie não é simplesmente a soma dos esforços individuais, mas, a multiplicação de reações coletivas proveniente da discussão e escolha dos meios de progresso, do conhecimento das necessidades e deficiências de cada um, auxiliado pela energia de todos.”¹¹⁵⁰

O Manifesto não continha uma doutrina econômica com soluções simples, mas se configurava como um instrumento de propaganda e denúncia quanto a questões econômicas no Império, trazendo questionamentos quanto à realidade social e política. O que almejava era expor suas pretensões e divulgar suas argumentações quanto a possíveis modificações na política econômica. Segundo Bastos & Fonseca: “denunciar a ‘beatitude fisiocrática’ dos governantes, menciona os Estados Unidos como paradigma, onde convivem o ‘sistema protetor material’ da nação”.¹¹⁵¹

O conflito existente no seio econômico e a realidade da posição do governo quanto aos industriais eram um ataque ao liberalismo e a política do Governo Imperial, com a intenção de influir na dinâmica da economia com uma bandeira protecionista a favor da indústria fabril. Para Holanda: “Os argumentos protecionistas destaca-se o do desequilíbrio, no comércio exterior do Brasil, do balanço de pagamentos, argumento que talvez tenha sido o mais decisivo para uma certa mudança na orientação da política econômica brasileira no fim do Império.”¹¹⁵²

As argumentações para a necessidade da indústria fabril eram as seguintes: pela industrialização o Império não só obteria a independência econômica, mas resolveria alguns dos seus problemas. Pois traria para o Império braços e capital estrangeiro, ocuparia uma população urbana desocupada, que poderia suscitar uma questão social, e livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora, abasteceria o mercado interno e diminuiria a importação aliviando a balança comercial. Segundo Carone: “O equilíbrio entre a produção nacional e a importação estrangeira está, porém, principalmente no regime aduaneiro”.¹¹⁵³

¹¹⁴⁹ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 267.

¹¹⁵⁰ BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 16.

¹¹⁵¹ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo; Editora Unesp, 2012. p. 31.

¹¹⁵² HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 52.

¹¹⁵³ CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 22-23.

No artigo “O nosso Sistema Aduaneiro” era enfocado a necessidade de se idealizarem leis que fossem boas para os cofres públicos, mas que fossem boas também para os trabalhadores industriais e comerciantes nacionais.

Organizados assim constantemente remendado por empregados do fisco que geralmente só tem em mero argumento da renda para lhe caiba a máxima cota da arrecadação, o nosso sistema aduaneiro tem sido e continua a ser um verdadeiro caos, um conjunto de medidas tumultuadas que tem até hoje tolhido o progresso do país e pode cavar-nos a ruína se lhe não aplicarem quanto antes alguma reforma salutar.¹¹⁵⁴

Esse artigo exemplifica o que a entidade defende: o espaço dos industriais no cenário econômico e político do Império, que para esses significava proteção para as indústrias existentes e amparo e incentivo para o florescimento das possíveis indústrias que viriam a existir, com a ênfase no progresso como alvo a ser atingido. Esta Associação Industrial teve, a princípio, na sua formação a composição de 21 firmas que fariam parte desde sua fundação em 1880. Em 1881, a entidade passou por uma crise econômica devido a seus poucos sócios e por conta de suas despesas tanto para sua manutenção, quanto para a Exposição da Indústria Nacional de 1881. A entidade sobrevivia à custa de anuidades, donativos e joias e, por último, com as verbas alcançadas na Exposição da Indústria Nacional com o *lobby* no Congresso. Segue, na tabela 9, as receita e despesas alcançadas pela Associação Industrial do Rio de Janeiro em 1882.

Tabela 9 -Receita e Despesa do ano de 1882.

Receita	Valor
Juros e mensalidades dos sócios...	5:692\$840
Auxílio do Ministério da Agricultura á Exposição...	20:000\$000
Produto das Entradas dos visitantes na Exposição...	32:607\$000
Dito da venda de diversos gêneros, etc..	655\$770
Importância com que o Ministério da Agricultura concorre para a Seção Brasileira em Buenos Ayres	120:000\$000
Transporte...	178:855\$610
Despesa	Valor
Impressão de <i>O Industrial</i>	895\$620
Aluguel da casa, honorários do cobrador, gás, etc.	713\$953
Móveis e utensílios	238\$500
Entregue ao Tesoureiro da Seção Brasileira	120:000\$000
Adiantamento feito a mesma Seção	1:764\$470
Importância das despesas feitas com a Exposição	47:587\$140
Patrimônio da família do Conselheiro M. Buarque de Macedo	655\$000
Dito do Visconde do Rio Branco	303\$500172:158\$183
Saldo em poder do Tesoureiro	6:797\$427

Fonte: Relatório da Assembleia.¹¹⁵⁵

¹¹⁵⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 144.

¹¹⁵⁵BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 33-34.

Com um recurso financeiro insuficiente para a manutenção da entidade, já que em seu Estatuto indicava a necessidade de museus, biblioteca, seção de estatísticas, além do aluguel da sede, do pagamento de um funcionário que ali ficava à disposição, do periódico *O Industrial*, despesas fixas que acarretariam a necessidade de adquirir uma quantidade maior de sócios para a sobrevivência da Associação. Consta em Relatório da Assembleia: “Para enfrentar as indispensáveis despesas da Associação, com o seu expediente e publicação de sua revista, acertado que vos esforceis por adquirir maior número possível de sócios, lançar mão com proveito será convidar os agricultores a fazerem parte da Associação”.¹¹⁵⁶

Com o objetivo de sobreviver no Império, submetido em um contexto agroexportador, fazia-se necessário apelar para os agricultores e até mesmo aos pequenos comerciantes nacionais para fazerem parte da Associação. A mudança ocorrera no Estatuto em 21 de maio de 1881, publicado no periódico *O Industrial*, órgão da Associação Industrial do Rio de Janeiro. A manutenção da entidade dependia das anuidades, e com as poucas firmas associadas se tornara impossível a continuidade de seu projeto, o desenvolvimento da indústria fabril no Império. A abertura para estes novos sócios reafirma sua determinação quanto aos seus ideais e sua luta para conscientizar a esfera pública e o Governo Imperial das necessidades da indústria fabril. Segue o extrato do Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro dia 21 de maio de 1881.

Artigo 1º A Associação Industrial será constituída com número ilimitado de associados, terá a sua sede nesta Corte e durará por 90 anos. Artigo 2º Só será parte desta Associação: 1º Os nacionais ou estrangeiros que exerçam qualquer indústria produtora no país e dela paguem ao Estado.

2º As firmas sociais que exercem qualquer indústria nas condições do 1º, representadas por um dos sócios ou gerente, legalmente autorizados a administrar a sociedade.

3º As sociedades anônimas industriais nas condições do inciso 1º, representada cada uma por um dos seus diretores ou gerente. Artigo 5º Os Associados podem ser: 1º Honorários 2º Remidos 3º Contribuintes 4º Correspondentes Artigo 7º Podem ser honorário 1º Os nacionais ou estrangeiros que por suas notáveis descobertas tiveram dado impulso á indústria nacional

2º Os que a tiverem protegido e auxiliado nos grandes congressos, parlamentos, meeting ou na imprensa.

3º Os que por seus esforços ou donativos concorrerem para o desenvolvimento desta Associação. Artigo 8º Só serão admitidos associados honorários por proposta da diretoria ou do Conselho, aprovada em assembleia geral. Artigo 9º Os associados honorários não votam nem podem ser votados, salvo se além de honorário forem remidos. Artigo 10º Serão associados remidos os que, de conformidade com estes estatutos, pagarem por uma só vez 3000\$000. Artigo 11º Serão associados contribuintes os que, de conformidade com estes estatutos, pagarem de joia 30\$000 e anualmente 24\$000 por semestre civil adiantados. Artigo 12º Serão associados

¹¹⁵⁶ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de junho de 1882.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882. p. 35.

correspondentes os que perderem a qualidade de sócio por não exercerem mais a indústria e neste caso ficam equiparados em regalias aos sócios honorários a juízo do Conselho. Artigo 13º Todos os associados são obrigados a aceitar os cargos para que tiverem sido eleitos, salvo motivo justificado. Artigo 14º Todos os associados de qualquer categoria poderão assistir às sessões do Conselho, discutir os assuntos de que se tratar, tendo somente o direito de voto aqueles que forem membros do mesmo Conselho.¹¹⁵⁷

A partir da reformulação do Estatuto, observa-se a ênfase na questão econômica por conta da crise financeira que passava a entidade. O grande aumento de sócios que se verá a seguir demonstra a necessidade e o empenho da diretoria em garantir a continuidade da Associação.

Há um aumento na quantidade de sócios de 21 firmas para 181 em 1882. E em 1884 há uma significativa redução do número de sócios: caiu para 146. Nota-se assim a contínua dificuldade de permanência dos sócios. Contudo, a Associação Industrial continua até 1889 com a Exposição Preparatória de 1888 para a Exposição Universal de Paris, de 1889 - mais uma vez a Associação garante sua participação em um evento internacional representando o Império do Brasil. Além disso, pode-se constatar as Tarifas de 1887 e 1889 mais protecionistas, o que caracterizaria a força de articulação junto ao Governo Imperial.

A luta dos industriais fabris continuava, apesar de todas as dificuldades de sobrevivência. A primeira entidade, que em seu discurso e seu projeto defendia a indústria fabril na década de 1880 no Império, teve que se adequar para garantir a sua própria continuidade, como entidade representativa dos industriais em um contexto de pressões econômicas em sua época.

No entanto, sua diretoria era composta de empreendedores industriais fabris, majoritariamente, e de pequenos comerciantes nacionais ligados à tipografia, construção naval e mecânica. Tendo esta composição, entende-se a utilização da imprensa para fins de sua divulgação. Na diretoria há médicos, jornalistas, engenheiros e comerciantes, que exerciam profissões diversas e também injetavam recursos próprios em suas indústrias e lutavam pela gênese do processo industrial no Império. Intelectuais que para o período em que a economia agroexportadora era o sustentáculo do Império. Seguem as Diretorias encontradas no Almanak Laemmert Administrativo Mercantil e Industrial de 1880-1889, em uma pequena biografia, levando em consideração que estes agentes são os pioneiros nesta empreitada de gênese da luta no processo da indústria fabril no Império.

¹¹⁵⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. **O Industrial de 1881 e 1882**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882. p. 2.

Quadro 3-Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1880-1881.

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
Presidente	Antonio Felício dos Santos	Natural da Província Minas Gerais, da cidade de Diamantina, nasceu em 1843 e faleceu em 06 de setembro de 1931. Filho do Major Antonio Felício dos Santos e dona Marianna Fernandes dos Santos, tradicional família mineira. Cursou Humanidades no Seminário de Mariana. Em 1865 venceu pleito eleitoral, presidiu a Câmara Municipal de Diamantina até 1867. Quando foi eleito Deputado Geral, ardoroso Republicano. Legislatura de 1868, 1870 e 1885. Fez o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em 1863; exerceu a clínica, a princípio na cidade de Diamantina, e depois na Corte, instituindo, uma casa de Saúde que mais tarde passou a outro, representou sua província na Câmara. Em 1874 fábrica de produto farmacêutico do RJ, tendo fundado a de tecidos de Berybery em Diamantina. Em 1884, fundou a Fábrica tecidos Pau Grande, conhecida comércio fabril. Conselheiro de Estado. Em 1891 estabeleceu em Mendes, a fábrica de papel Itacolony. Presidiu o BB. Jornalista fundou a União Diário Católico.
1º vice-presidente	Manoel Diego Santos	Dono de fábrica de móveis.
2º vice-presidente	Francisco Antonio Maria Esberard	Francês, Dono de fábrica de Louça
1º secretário	José Maria Teixeira da Azevedo	Comendador, dono de vários prédios na praia de São Cristovão, dono de fábrica de tecidos.
Adjuntos	João Gomes Pereira; Antonio Gonçalves de Carvalho	João Gomes Pereira, dono da fábrica de Chapéus de sol; Antonio Gonçalves de Carvalho. Nasceu em 31/08/1844, faleceu em 1897, português da Ordem 3ª Nossa Senhora de Monte do Carmo, Comendador, acionista do Banco Comercial do Rio Janeiro e do Banco da República Brasil, casado, sem filhos distribuiu sua herança a afilhados, bacharel em Ciências Sociais e jurídicas pela Faculdade de São Paulo, do entrou na Magistratura sendo juiz em Carabá. Conselheiro da Ordem da Rosa. Estrada de Ferro Mato Grosso e Bolívia. Dono da fábrica de calçado.
2º secretário	Henrique Leuzinger	Dono de tipografia
Tesoureiro	José Alves Ferreira Chaves; Francisco Marques da Costa Braga	José Alves Ferreira Chaves. Faleceu em 05 de Junho de 1891, solteiro, Português, deixou caixa e móveis como herança a afilhados e a Santa Casa de Misericórdia. Francisco Marques da Costa Braga, dono de fábrica de chapéus. Casado com Adelaide Tasso Maciel Braga, em 28 de dezembro de 1922 faleceu.

Quadro 4 -Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882-1885.

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
Presidente	Henrique Eduardo Hargreaves	Nasceu da Grã-Bratonha, é brasileiro naturalizado, Engenheiro Civil, sócio do Instituto Politécnico Brasileiro e da SAIN. Fez parte Hargreaves Irmãos, estabelecimento no Rio de Janeiro de máquinas para indústria, lavoura e marinha, comerciante britânico importador de tecidos de algodão.
1º Vice-presidente	Carlos Moreaux	Construção Naval
2º Vice-presidente	José da Silva Sertori	Dono de fábrica de luvas

“continua”

“conclusão”

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
1º secretário	Alberto J.P. Hargreaves	Dono de fábrica de tecidos
2º secretário	Joaquim Rodrigues Moura	Filho de Joaquim Rodrigues Moura e dona Henriqueta de Moraes Moura, com 37 anos, nascido no dia 08 de agosto em 1860, na freguesia nossa Senhora Bambino Glória, morador na rua bambina nº 24, dono de uma fábrica de calçados.
Tesoureiro	Henrique Ulique Delforge	Dono fundição e mecânica.
Adjuntos	J. L. Fernandes Braga Alfredo Michel	Alfredo Michel, dono de uma fábrica de velas.

Quadro 5- Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1885.

Função institucional	Nome	Breve biografia
Secretário	Alfredo Michel	Alfredo Michel, dono de uma fábrica de velas.

Quadro 6-Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1886.

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
Presidente	Dias da Silva Junior	
Secretário	Henrique Lombaerts	Comerciante, negociante, francês, casa do com Constance Emberger, dono de tipografia.

Quadro 7-Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1887.

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
Presidente	Alfredo Michel	Dono fábrica de velas
Secretário	Henrique Lombaerts	Comerciante, negociante, francês, casa do com Constance Emberger, dono de tipografia.
Tesoureiro	Henrique Ulique Delforge	Dono fundição e mecânica.

Quadro 8 - Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1888.

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
Presidente	Dr. José Américo dos Santos	Nasceu no Rio de Janeiro em 08/12/1848 e faleceu em 18/08/1918. Bacharel em Ciências e Letras Colégio D Pedro II em 1865, Engenheiro geógrafo em 1869, Bacharel em Ciências Físicas e Matemática em 1870, Engenheiro Cível em 1871. Depois de praticar engenharia hidráulica, foi ajudante das Docas do Rio de Janeiro E.F Mogiana em 1875-1876. Fundador do Clube de Engenharia e sócio do IHGB em 1899.
1º Vice-presidente	M.F. Dias da Silva Júnior.	

“Continua”

“conclusão”

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
2º Vice-presidente	Alfredo Michel	Dono fábrica de velas
1º secretário	Henrique Lombaerts	Comerciante, negociante, francês, casa do com Constance Emberger, dono de tipografia.
2º Vice-presidente	Alfredo Michel	Dono fábrica de velas
Tesoureiro	Henrique Ulique Delforge	Dono fundição e mecânica.

Quadro 9 - Diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1889.

Função na Diretoria	Nome	Breve biografia
Presidente	Dr. José Américo dos Santos	Nasceu no Rio de Janeiro em 08/12/1848 e faleceu em 18/08/1918. Bacharel em Ciências e Letras Colégio D Pedro II em 1865, Engenheiro geógrafo em 1869, Bacharel em Ciências Físicas e Matemática em 1870, Engenheiro Cível em 1871. Depois de praticar engenharia hidráulica, foi ajudante das Docas do Rio de Janeiro E.F Mogiana em 1875-1876. Fundador do Clube de Engenharia e sócio do IHGB em 1899.
1º secretário	Henrique Lombaerts	Comerciante, negociante, francês, casado com Constance Emberger, dono de tipografia.

Fonte: Almanak Laemmert.¹¹⁵⁸

A configuração da diretoria ora apresentada demonstra o tipo de perfil social que constituía esta Associação Industrial. A partir da análise de Alonso: “o movimento intelectual expressaria anseios de grupos sociais novos, surgidos com o processo de modernização econômica do país [...] grupos modernos como ‘as classes médias’, ou a burguesia”.¹¹⁵⁹ Tem-se na composição deste grupo de intelectuais da Associação uma mistura de “classe média” e de imigrantes e/ou de descendentes.

Na análise de Sérgio Silva no livro “Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil” o autor afirma que os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente. Os imigrantes e a classe média eram os agentes na construção do pensamento intelectual da Associação Industrial do Rio de Janeiro, na década de 1880, pois constituíam parte significativa da diretoria.

Quanto ao capital para o desenvolvimento da indústria, este se formou ainda antes da década de 1880, como afirma Wilson Suzigan em seu livro “Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento”. Consta em Suzigan: “De fato os dados e a evidência qualitativa, apresentados neste estudo, mostram que ocorreram investimentos substanciais na indústria

¹¹⁵⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. **Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro. Coleção microfilmada 1844-1915.** Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1900.

¹¹⁵⁹ ALONSO, Ângela. **Crítica e contestação. O movimento reformista da geração de 1870.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, nº 44 out. 2000. p. 28.

antes de 1886 e mesmo antes da década de 1880, particularmente em fábricas de tecidos, calçados, chapéus e metal mecânica”.¹¹⁶⁰

Os capitais investidos nas fábricas do Rio de Janeiro parecem terem vindos de atividades comerciais e, especificamente, do comércio importador, onde predominavam ingleses e portugueses, além de bancos e mercado de ações. Importante salientar o papel dos investidores estrangeiros em empreendimentos industriais no Rio, como em moinhos de trigo (capital britânico) e refinarias de açúcar (capital francês). Já para Eulália Lobo (1978) e Maria Bárbara Levy (1994) a indústria teve sua origem na acumulação comercial, em especial do comércio importador e não no capital cafeeiro, decadente desde a década de 1880.¹¹⁶¹

Embora não excluía a existência de vínculos entre a acumulação de capital no comércio da capital e na cafeicultura fluminense em seus primeiros tempos, a Associação Industrial expressava o sentido de classe social como o próprio órgão se qualifica devido suas ideias em comum. O fato de reunirem-se constantemente e por lutarem por objetivos ligados à defesa dos princípios fundamentais da indústria fabril, estes se configuravam com uma nova proposta para a economia e o pensamento do “progresso” do Império que viria através do protecionismo.

Defendendo ideias de fração de grupo quando expõem seu pensamento e propõem uma mudança na tônica da economia, trazendo uma proposta de seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, de caráter protecionista, oposto quanto ao rumo utilizado no Império desde então. Se referindo aos Estados Unidos como exemplo, pode-se verificar no capítulo três desta tese, a primeira vez que foi levantada a proposta protecionista no Império pelo Ministro Alves Branco com a Tarifa das Alfândegas de 1844. A partir daquela época foi alicerçada a ideia protecionista no Império do Brasil, sendo, portanto, um exemplo a seguir pela seção da indústria fabril dentro da SAIN, estruturando assim a base do pensamento industrialista da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Na Tarifa de 1844, vê-se uma mudança na tônica da política tarifária saindo do livre câmbio para o sistema protecionista devido ao fim dos Tratados e à necessidade de produzir no Império as mercadorias antes compradas em grande quantidade da Inglaterra.¹¹⁶²

¹¹⁶⁰SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 45.

¹¹⁶¹LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2. 1978; LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

¹¹⁶²LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

A partir desta necessidade o pensamento do sistema protecionista ganhou expressão no meio político e econômico do Império podemos acender e a estar em discussão nas Revisões Tarifárias durante todo o Segundo Reinado com a expressiva articulação da seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional até chegar à criação dentro desta entidade e, posteriormente, o surgimento da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

A historiografia afirma que a primeira entidade que defendeu o interesse dos industriais só aconteceria no início do século XX, com o Centro Industrial do Rio de Janeiro (1904). Para Edgard Carone, em seu livro “O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)” (1978), não havia possibilidade de ter força política, por entender que a indústria tinha um papel subordinado ao interesse agroexportador. Não tinha organização suficiente para poder ganhar expressão a partir de 1904, com o Centro Industrial do Brasil.¹¹⁶³

Entretanto, Ângela Maria de Castro Gomes, em seu livro “Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937” (1979), afirma que somente em 1904 é que surge no Rio de Janeiro uma entidade que tem o objetivo de defender os interesses dos industriais, o Centro Industrial do Brasil.

Bárbara Levy em seu livro, “A Industrialização do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas” (1994), atesta a organização de um grupo de industriais forte e disposto a lutar por seus interesses. Os agentes industriais reagiram através da organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro, com o objetivo de atuar a favor de uma política protecionista para os industriais fabris no Império.

Para Nícia Vilela Luz (1975) e Maria Bárbara Levy (1994), a industrialização deu-se já no século XIX, apesar de seus atropelos. Na verdade, as dificuldades foram tantas para a superação de seus adversários que no processo de sua formação como classe, seu começo foi um tanto pressionado pelas circunstâncias da conjuntura política e econômica no Império.

Tem-se com os argumentos até aqui tratados, que a Associação Industrial do Rio de Janeiro, tinha sua posição quanto ao que propor ao Governo. Sua proposta era de proteção para a indústria fabril, podendo gerar uma indústria forte e apoiada pelo Império, como as demais nações civilizadas na Europa.

¹¹⁶³CARONE, Edgard. **O centro Industrial do Rio de Janeiro. E a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

5.2- A proposta Protecionista da Associação Industrial do Rio de Janeiro e seus métodos de propaganda.

Nesta etapa do capítulo verifica-se um aprofundamento quanto à forma de articulação política da entidade por adentrar na discussão quanto ao protecionismo na esfera pública e nas Câmaras, com a utilização da imprensa e do periódico *O Industrial*, do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito junto ao Legislativo e as Exposições da Indústria Nacional e Internacionais exercendo percussão junto a esfera pública, ao Governo e as Câmaras.

Para fundamentar a sua proposta protecionista para o Império do Brasil, a Associação trazia nos seus artigos argumentos quanto à necessidade de proteção à indústria fabril e uma mudança na política do Império. Serão tratados apenas os argumentos protecionistas, que permitiram que a Associação pudesse expressar seu pensamento político através de seus diversos artigos vinculados pela imprensa e seus documentos oficiais.

Para Francisco Iglesias em seu livro “A industrialização Brasileira” (1988), há setores que procuram um novo caminho brasileiro livre de tutelas. Aos setores ligados à indústria, como a Associação Industrial, faltava-lhes consciência do que devia ser feito, satisfazendo-se com auxílios mínimos, sem pretensão de ampliar o quadro industrial. O primeiro documento que apresenta a visão política da Associação Industrial foi “Informações sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”, em 1877.

A seção da indústria fabril expunha seu pensamento quanto as suas necessidades e suas pretensões para a economia. Antes mesmo da organização da Associação Industrial, a seção da indústria fabril tinha uma posição definida. A construção da entidade AIRJ inicia-se naquele momento, quando a seção da indústria fabril dentro da SAIN se reúne e lança seu pensamento protecionista para o Império. Importante destacar que a seção da indústria fabril se estruturou a partir do pressuposto das discussões da Tarifa das Alfândegas de 1844, do Ministro da Fazenda Alves Branco e do pensamento de List. Por esse motivo se fez necessário abordar a Tarifa das Alfândegas de 1844 no capítulo dois para demonstrar de onde vinha o pensamento protecionista divulgado pela AIRJ no Império.

A seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que seria futuramente a Associação Industrial do Rio de Janeiro, fez uma síntese dos dois sistemas de pensamento orientadores de ações; primeiro Liberal da Escola de Manchester que se alicerça em Adam Smith e o segundo, Protetor ou Proibitivo dos Estados Unidos da América, advindo do pensamento protecionista de Georg Friedrich List.

O primeiro é o ideal para o qual devem tender todas as nações cultas da mesma forma que para o segundo tendem todas as questões científicas elaboradas no vasto domínio da inteligência humana. De acordo com Informação do Estado da Indústria: “A associação universal, isto é, uma associação em que todas as nações obedecem mutuamente a um mesmo regime legal, só pode ser realizável quando elas tenham chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder”.¹¹⁶⁴ Este parecer da seção da indústria fabril esta pautado em List: “Rejeita o livre comércio, mostrando que a mão invisível de A. Smith é necessariamente protetora dos países mais desenvolvidos industrialmente”.¹¹⁶⁵

O segundo sistema, o protecionista era o mais adequado de acordo com a seção da indústria fabril por argumentar que os países novos não teriam condições de concorrer com os países mais velhos da Europa, com produtos mais desenvolvidos. Consta em Informações sobre o Estado da Indústria: “Numa nação, cujo poder industrial não está firmando, em que as indústrias apenas começam a aparecer acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é de certo o sistema liberal, que lhe poderá dar vida e vigor; não é, portanto, o sistema liberal que lhe convém”.¹¹⁶⁶

A seção da indústria fabril não tinha em vista o exclusivismo do sistema protetor. Seria a combinação dos dois, segundo a natureza do objeto ou o estado da indústria. Entendendo que o protecionismo americano taxou os produtos estrangeiros entre 50% a 90% nos portos de seu país, a proposta da Associação era bem moderada, tendo em vista a realidade do Império. As taxas seriam utilizadas para inibir a entrada de produtos estrangeiros que pudessem oferecer perigo à indústria fabril no estado embrionário que se encontrava. A História demonstra que as restrições à liberdade de comércio segundo List: “são antes consequências naturais da diversidade de interesses e anseios das nações por suas independências”.¹¹⁶⁷ Por questões nacionais os atores sociais fazem suas escolhas baseadas nas suas necessidades e interesses.

A crítica feita pela Associação, com relação à política econômica da Inglaterra, era pelo fato de que no início de sua estruturação econômica, a mesma pregava o protecionismo e ao se fortalecer como nação, mudou seu discurso para o livre-câmbio para as demais nações,

¹¹⁶⁴ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**, p.6. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹¹⁶⁵ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.19.

¹¹⁶⁶ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹¹⁶⁷ LIST, op. cit., p. 85.

isso porque traria maior facilidade de entrada de seus produtos no mercado internacional. Consta em *Informações sobre o Estado da Indústria*.

E como começou a prosperidade da Inglaterra senão sob o influxo real duma proteção radical, ainda em 1721 a fala do trono proclamava o princípio econômico- É evidente, que nada contribua tanto para a prosperidade pública, como a exportação dos objetos manufaturados e a importação das brutas; portanto excluía a importação dos objetos manufaturados; e digam os liberais os que quiserem os frutos deste princípio são palpáveis.

Ademais,

É ainda digna atenção a sagacidade, com que o princípio do corrente século, por ocasião do bloco continental, a Inglaterra soube monopolizar o comércio de quase todo o Mundo, mediante o concurso de sua poderosa marinha: é dali, que ela começou a estabelecer essas fábricas colossais, que ainda hoje fazem inveja a todos o resta da Europa sem grande possibilidade duma poderosa concorrência.¹¹⁶⁸

A Inglaterra era vista como um vilão que iria engolir o mercado interno, portanto um opositor do desenvolvimento da indústria fabril do Império. Conforme List apregoa quanto à importância do mercado interno para o desenvolvimento do país. Segundo List: “A escola não pode negar que o mercado interno de uma nação é dez vezes mais importante para ela do que seu mercado exterior”.¹¹⁶⁹ Para Oliveira: “O objetivo de List era criar um setor de liberdade comercial em toda a Alemanha que, ao mesmo tempo, ficasse protegido contra a concorrência do exterior”.¹¹⁷⁰ List (1986) tinha a pretensão de proteger a Alemanha das mercadorias do exterior para favorecer o crescimento da indústria, da mesma forma a AIRJ tinha a mesma intenção e, para tanto, seria necessário um exemplo de país que trouxesse essa experiência para o Império do Brasil. A AIRJ advogava que o sistema livre-cambista seria uma ameaça a nascente indústria fabril, fazia-se necessário apegar-se a um exemplo de país próspero mais adequado ao sistema protecionista que pudesse impulsionar nossa indústria.

Só os Estados Unidos tentaram fazer-lhe frente, e para isso serviram-se dos direitos protecionistas, e embora se apregoasse por toda a parte, que os Estados Unidos poucos progressos faziam em ciência políticas, eles só pensavam nas pátrias e na sua prosperidade. A primeira tarifa americana a de 1789, fracos direitos da importação estabeleceu sobre os objetos fabricados mais importantes; depois foi aumentada pouco a pouco à proporção que a indústria inglesa ia preponderando à custa dos melhoramentos introduzidos nos processos de fabricação. Hoje alguns produtos que saem de suas fábricas chegam até os próprios mercados ingleses a fazerem concorrência com a banqueira universal.¹¹⁷¹

¹¹⁶⁸ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877.** p. 6-7. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹¹⁶⁹ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 130.

¹¹⁷⁰ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 123.

¹¹⁷¹ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877.** p. 7. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

Os Estados Unidos, no século XIX, não necessitavam de lançar mão de meios protecionistas para firmar seus produtos, já que o seu desenvolvimento interno iniciou-se no século XVIII. No século XIX, puderam expor sua indústria à concorrência com os ingleses e demais europeus, sem o receio de serem engolidos. Observando a conduta da “irmã americana” a Associação Industrial afirma que se fazia necessário imitá-la, não se deixando escravizar por teorias muitas vezes sustentadas por interesses especulativos.

A leitura das recentes obras inglesas e francesas sobre a matéria oferece para o Brasil mais interesse científico do que prático: não é na atual Inglaterra, que se encontram os melhores exemplos para o sistema comercial do Brasil; é na Antiga Inglaterra ou na história da indústria inglesa desde o seu princípio, que se descobre a marcha que o Brasil deve trilhar, antes de entregar-se aos rigores da teoria e pôr o seu futuro à mercê de experiência.¹¹⁷²

Na história da indústria da Inglaterra, o sistema protecionista fora utilizado de maneira radical para o fortalecimento e engrandecimento do país. Não obstante, a atual Inglaterra livre-cambista era favorável à concorrência total no mercado internacional, podendo gerar assim aniquilamento das indústrias nos países mais novos, como é o caso do Império. List discute esta questão e afirma não ser possível uma nação mais jovem estar aberta para o livre-câmbio sem prejuízo a ela.¹¹⁷³

A Associação Industrial expunha no documento ora demonstrado o caso do empenho das indústrias do Império, que apesar do sistema livre-cambista atual ainda assim tinha conseguido ganhar visibilidade e concorrência na Exposição da Filadélfia, nos Estados Unidos da América, em 1876. Em pleno início da Crise dos Chapéus, a indústria conseguiu levar mercadorias para uma exposição internacional e representar o Império, ficando assim explicito a força da seção da indústria fabril dentro da SAIN. A Exposição preparatória de 1875 caracteriza a eficácia e a dinâmica da indústria fabril em todo o Império. Segundo Almir Filho: “Em 1875 a participação das 18 províncias, incluindo a Corte do Rio de Janeiro, no grupo da indústria fabril era bem mais equilibrada. Estiveram presentes fábricas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul”.¹¹⁷⁴ A defesa da AIRJ no documento exposto contém informações sobre o Estado da Indústria.

O Brasil não é hoje apenas um país agrícola, como geralmente se supõe; ele já conta em seio diversas indústrias, diversas fábricas que tem honrado nos certames internacionais realizado nestes últimos tempos: em tecidos de algodão conta cerca de trinta fábricas, espalhadas, pelo Império; em chapéus, sapatos, curtumes, velas,

¹¹⁷² **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**, p. 9. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹¹⁷³ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

¹¹⁷⁴ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 129-130.

chocolates, cerveja, móveis, livros, tinta, cimento, cera. Vê-se ainda na obra impressa pelo Governo Imperial- O Império do Brasil não seja propriamente nação industrial, nem por isto, sua indústria manufatureira tem deixado de progredir em muitos de seus diferentes ramos. Importantes fábricas existem na Capital do Império e nas províncias, sendo muitas a vapor e dando trabalho a numerosa pessoal. Alguns pelo maquinismo e perfeição dos produtos competem com as das nações mais adiantadas.¹¹⁷⁵

Como poderiam afirmar que o Brasil é somente agrícola, quando se reconhecia o contrário, não só fora como dentro do Império que a indústria poderia ser representada em uma Exposição Internacional de maneira grandiosa? Segundo Almir Filho: “No Brasil, escravista e agrícola de meados do século XIX, foram realizadas seis Exposições Nacionais: a de 1861, 1866, 1873, 1875, 1881 e 1888. Elas serviam como preparatórias para escolha de representantes brasileiros às de Londres, Paris, Viena, Filadélfia, e a Continental de Buenos Aires em 1882.”¹¹⁷⁶

A quantidade de Exposições Nacionais e Internacionais demonstrada por Almir Filho atesta que havia uma movimentação por parte da indústria fabril a favor do desenvolvimento da atividade industrial bem antes da década de oitenta. A indústria fabril tinha seu projeto de se organizar e lutar por oportunidades de cooperar com o crescimento econômico no Império, conseguindo um espaço até então nunca alcançado.

No documento “O Trabalho Nacional e seus Adversários”, de 1881, que consta na biblioteca da Associação Industrial, expõem-se outros aspectos quanto ao protecionismo que deveria ser aplicado às indústrias fabris. Na visão da Associação, o Império, se restringindo a ser apenas uma nação agrícola, resultaria como consta no Trabalho Nacional: “A nação agrícola, conserva-se perpetuamente em estado de colônia das nações mais adiantadas e nunca será rica, porque a aquisição dos artefatos estrangeiros sugará todo o valor de seu trabalho”.¹¹⁷⁷

Segundo List: “As taxas protecionistas agem como estimulantes em todos aqueles setores da indústria nacional cujos produtos, embora possam ser obtidos com maior facilidade do exterior, podem ser fabricados no país”.¹¹⁷⁸ Aquele que apenas permutasse com o estrangeiro os gêneros naturais por artefatos, ficaria sempre preso ao desenvolvimento do

¹¹⁷⁵ **Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877**, p. 10. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

¹¹⁷⁶ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 94.

¹¹⁷⁷ BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 261-262.

¹¹⁷⁸ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 205.

estrangeiro e ao valor cobrado por este, sem condições de se exigir qualquer benefício. De forma objetiva, a Associação Industrial do Rio de Janeiro conceituava o livre-cambista.

Livre-cambista a doutrina que manda franquear as barreiras de uma nação à entrada livre, ou com direitos quase nulos, de mercadorias ou artefatos estrangeiros, embora eles sejam fabricados no país, abrir os rios à navegação devassadora de todas as nacionalidades e deixar o trabalho nacional desamparado de qualquer proteção.¹¹⁷⁹

O livre-câmbio pôde acarretar para o Império uma crise nas indústrias fabris que floresciam por toda a parte. Pode-se observar pela própria Exposição de Filadélfia, de 1876, mencionada anteriormente, que havia indústrias em condição de concorrer em uma exposição internacional e serem premiadas. Existiam 18 fábricas de fundição com 700 operários, fabricação de chapéus, sabão, velas de sebo, esteriarina, cera, feltro, palha, fantasia e mais de 30 fábricas têxtil. Apesar dessa expressão na Exposição de Filadélfia, em 1876, havia a necessidade da Associação articula-se por meio de dois artigos em jornais e com o seu próprio periódico *O Industrial*, a fim de trazer à esfera pública a problemática por que passavam sem apoio por parte do Governo e das Câmaras.

O Império se identificava com a doutrina liberal, trazendo conflitos entre os interesses dos agentes industriais e do comércio importador. O artigo sobre o “Livre Câmbio e o Protecionismo”, expõe a posição do chefe da escola liberal na França, o ilustre J. B. Say, sobre o assunto de ciência econômica. Em sua interpretação segundo Trabalho Nacional: “a economia política é a ciência que mostra como as riquezas se distribuem e se consomem”.¹¹⁸⁰ Mas o que era riqueza para a escola liberal? Para a escola liberal, a riqueza tinha um sentido puramente material e imaterial e ainda como serviços, e os trabalhos intelectuais não deveriam fazer parte das riquezas.

Para a Associação, a economia política é uma ciência social, subordinada às leis sociais, leis favoráveis à diversificação de produção de mercadorias e artefatos que tem por finalidade promover os interesses da sociedade - que levaria o Império à independência em relação aos países europeus. De acordo com o Trabalho Nacional: “Os países que se entregam unicamente aos trabalhos agrícolas são os que estão menos aptos para eventuais permutas com os outros países, isto é, para desenvolverem o seu comércio, por isso que se ocupam em um número muito limitado de indústria”.¹¹⁸¹ Conforme List: “Uma nação que troca produtos agrícolas por manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um

¹¹⁷⁹BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 268.

¹¹⁸⁰Ibid., p. 283.

¹¹⁸¹Ibid., p. 288.

braço estrangeiro. Esse apoio pode ser-lhes útil, mas não tanto como se possuísse ele mesmo dois braços”.¹¹⁸²

Para que se desenvolver o seu comércio, cada nação deveria esforçar-se para desenvolver as suas indústrias. Outro aspecto da escola liberal é a chamada livre-concorrência, que para eles era a forma de se evitar o monopólio e para a Associação Industrial era a forma mais rápida de se chegar a ele. Segundo List: “A Escola (livre- câmbio) não reconhece nenhuma distinção entre as nações que atingiram um estágio superior de desenvolvimento econômico e as que ainda estão em estágio inferior de evolução”.¹¹⁸³ A palavra “hábil” utilizada pelos livre-cambistas refere-se àquele que consegue expelir o outro da concorrência e é aquele que ilude o consumidor, oferecendo-lhe mercadorias parecidas com as dos outros concorrentes, porém inferiores; é o que emprega todos os meios a seu alcance para embaraçar as permutas de outros produtos e aniquila assim as suas indústrias.

A entidade defendia o protecionismo e em seus argumentos demonstrava seu potencial como o ideário possível e necessário a ser empregado no Império, uma alternativa que poderia viabilizar a indústria fabril.

O protecionismo admite é verdade o sistema aduaneiro como meio eficaz e necessário para desenvolver o comércio interno de um país; mas a sua principal influência manifesta-se, no emprego de medidas tendentes a garantir as liberdades nos auxílios, no melhoramento dos meios de transporte, na execução de leis sábias, no cultivo da ciência, letras e artes, etc.¹¹⁸⁴

As funções do protecionismo seriam facilitar e regularizar as operações comerciais, estabelecer a harmonia dos interesses, equilibrar as forças produtivas dos diferentes grupos sociais e oferecer um campo ilimitado às conquistas das atividades humanas. Outra vantagem do protecionismo seria conforme Trabalho Nacional: “em todas as nações, em todas as épocas e por qualquer modo que tenha sido praticado, a história nos mostra o protecionismo reerguendo-as do abatimento em que se achavam, restabelecendo a paz interna, promovendo o desenvolvimento das indústrias, do comércio”.¹¹⁸⁵ Contra a posição protecionista erguem-se seus opositores.

Os industriais, interessados em reservar o mercado brasileiro para a produção nacional, defendiam vigorosamente a adoção de uma política alfandegária protecionista, que freasse a invasão maciça dos artigos produzidos no estrangeiro. Esta política contrariava outros interesses, que por sua vez defendiam a adoção do livre-câmbio e de quebra ainda acusavam os industriais de viverem às custas do setor agrícola, bem como de serem responsáveis pelo encarecimento do custo de

¹¹⁸² LIST, Georg Friedrich . **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 113.

¹¹⁸³ Ibid., p. 120.

¹¹⁸⁴ BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 294.

¹¹⁸⁵ Ibid., p. 294.

vida que tanto prejudicava a população pobre.¹¹⁸⁶

Repetidas vezes era empregada a posição de Adam Smith para sustentar os interesses do comércio importador e de igual modo a AIRJ usava as teorias de List. Este confronto se estabelecia desde a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1844 por inaugurar a aplicabilidade do sistema protecionista no Império. Segundo Luz: “Condenando as doutrinas liberais que arrastavam o país para o ‘abismo’, pleiteava uma tarifa protecionista como medida imprescindível para o desenvolvimento industrial do Brasil”.¹¹⁸⁷

Em seu discurso protecionista, a Associação Industrial erguia sua bandeira a favor do desenvolvimento fabril, alegando que sem a mudança do sistema livre-cambista para o protecionista, as indústrias iriam continuar a sobreviver e a lutar muito para a continuidade de seus labores, dependente o resto de sua existência, da boa vontade do Senhor Ministro da Fazenda e do *lobby* no Congresso, portanto não assegurada a estabilidade para o acréscimo de recursos para o crescimento das indústrias fabris.

Sua principal vantagem e importância, é, que na hipótese a mais desfavorável, isto é, sob o regime proibitivo, enriquecendo-se as nações pelo desenvolvimento do comércio interno, prosperam as indústrias, florescem as ciências e artes, e reina a paz. Vimos o protecionismo recomendando pelos próprios livre-cambistas, como meio promover o desenvolvimento do comércio interno.¹¹⁸⁸

A defesa do protecionismo como sistema que contribuiria para o crescimento e nascimento de novas indústrias se alicerçava no fato de que a própria Inglaterra a apregoou em suas indústrias, ainda em 1721, para o seu próprio proveito e crescimento econômico. De acordo com Dobb: “Na Inglaterra, é verdade que o comércio livre, tanto interna quanto externamente, ter-se-ia tornar no século XIX uma parte essencial da ideologia de um capitalismo maduro”.¹¹⁸⁹ A Associação se justificava argumentando ser necessário seguir esta prerrogativa para que no futuro, já com suas indústrias fortes, pudessem um dia estar em situação de livre-cambista como na Inglaterra.

As ideias do livre cambismo, que a Inglaterra adotara, eram divulgadas em toda a Europa e discutidas, fervorosamente, seguindo os princípios de Adam Smith. O argumento que se defendia era que o protecionismo não seria viável para o desenvolvimento econômico e que a saída dos demais países seria o livre-câmbio. Segundo Relatório da Assembleia: “A Rússia e os Estados Unidos eram os principais alvos dessas discussões, como territórios

¹¹⁸⁶TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 52-53.

¹¹⁸⁷LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 53.

¹¹⁸⁸BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 295.

¹¹⁸⁹DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 238.

férteis e apropriados à cultura de cereais. Queriam desta forma, fechar estas nações agrícolas como conseguiram de nós”.¹¹⁹⁰

Essas duas nações repeliram a escola livre-cambista e alcançaram desenvolvimento do comércio e da indústria em seus territórios. No caso dos Estados Unidos da América, de acordo com Mauro: “De 1816 a 1832 as tarifas aduaneiras aumentaram progressivamente sob pressão do movimento protecionista conduzido por Henry Clay”.¹¹⁹¹ Por essa razão o modelo americano ora utilizado pela Associação se revela em muito viável levando em consideração o exemplo dado pelo senador da República da França Sr. Poiyer Quertier, economista renomado em seu país, que apresentando um relatório ao Senado, no ano de 1881, se exprimia nestes termos.

Há dez anos a população dos Estados Unidos já era de 40 milhões de habitantes. O último recenseamento, efetuado em 1879-1880, eleva-se a mesma população a mais de 50 milhões. A progressão do comércio exterior dos Estados Unidos é espantosa e destrói todas as regras da nossa ciência econômica, que pretende que a permuta se restringe pelos direitos das alfândegas. Pois bem, apesar das tarifas de 20 a 60 e 80 por cento, a importação dos Estados Unidos, que era de 353.616,119 dólares em 1859-1860, subiu a 667.886,565 dólares em 1879-1880. Quanto à exportação, ela elevou-se no mesmo período de 333.576,057 dólares a 835.793,924 dólares. Eis aqui uma nação que tem praticado em sistema contrário à ciência econômica, que tem empregado a ultra proteção, que não tem tratados de comércio, entretanto que a França, de 1859-1879, abaixou as tarifas e estabeleceu convenções comerciais com todas as nações que consentiram a se ligar a ela. No mesmo período de 1859-1879, o comércio exterior das duas nações, que seguiram linhas a diametralmente opostas, é o seguinte: França, Estados Unidos - 1859 Importação. 1.641:000,000 frs. 1.768:000,000 frs. Exportação. 2.266:000.000 frs. 1.667:000,000 frs. 1879 Importação... 4.594:000,000 frs. 3.349:000,000 frs. Exportação... 3.163:000,000 frs. 4.173:000,000 frs.¹¹⁹²

A argumentação do senador Quertier remonta à situação dos Estados Unidos, que os direitos elevados não impediram que o país comprasse ao estrangeiro tudo quanto necessitavam, resultando com isso uma elevação de importação de 1.768 milhões para 3.349 milhões, enquanto a sua exportação de 1.667 milhões passou para 4 milhões em muito à frente da França. Para um país que estaria condenado a ser agrícola, como fora identificado pelos livre-cambistas, este ganhou um novo impulso em sua economia graças aos seus homens de Estado que não se deixaram conduzir pelos conselhos do livre-câmbio gerado em uma atmosfera de discussões, determinando o rumo de cada país.

Por isso é que o exemplo a seguir seria o dos Estados Unidos da América, pois ao optar pelo sistema protecionista se desenvolveu economicamente, podendo gerar riqueza e bem-estar a sua população, favorecendo assim suas indústrias e o seu Governo. As

¹¹⁹⁰ IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 10-11.

¹¹⁹¹ MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. p. 184.

¹¹⁹² IHGB. op. cit., p. 11-12.

argumentações favoráveis ao protecionismo, divulgados na imprensa pela Associação, caracterizam o seu projeto de mudança para o Império, enquanto uma classe em construção.

O uso da imprensa foi fundamental para a articulação política, pois expressaria suas intenções com repercussões na esfera pública e no seio político, por estar em pauta a causa da indústria fabril no Império e os seus conflitos. Poder-se-á perceber a necessidade do Inquérito da indústria fabril dada as reivindicações que se faziam necessárias e conhecer a realidade e expressão da indústria no Império, entre 1882-1883.

5.2.1- O Periódico O Industrial e a sua luta em propagar a ideia protecionista da AIRJ.

A imprensa tinha seu papel na política como divulgadora de enfoques novos, em caráter econômico. A *Gazeta do Rio de Janeiro* iniciou sua circulação em 10 de setembro de 1808 e seu término em 1822, executando seu papel como um jornal oficial da Corte. Conforme Gilberto Oliveira: “A única tipografia permitia no Rio de Janeiro estava sob censura imediata das autoridades. Por meio dela só se informava com toda a fidelidade ao público do estado de saúde dos príncipes da Europa (...), eram ilustradas com alguns documentos ofício”.¹¹⁹³

Já o *Correio Brasiliense* de 1808- 1822, idealizado e editado por Hipólito José da Costa, um fascículo de circulação mensal, era considerado combativo com 129 páginas. Segundo Gilberto Oliveira: “Trazido periodicamente para o Brasil, o periódico tinha boa acolhida, essencialmente por não sofrer censura, como a decretada pela Corte. Dividia-se nas seções de política, comércio, artes, literatura e ciência, além de matérias diversas”.¹¹⁹⁴

Nos anos vinte do século XIX pode-se verificar o aparecimento de *Aurora Fluminense* por Evaristo da Veiga, ideólogo do liberalismo moderado, que conforme Morel: “Pode-se considerá-lo um ‘formador de opinião’ e afirmar que tenha sido mais jornalista, no sentido moderno do termo”.¹¹⁹⁵ e do Jornal do Comércio em 1827.

O início da imprensa que buscava na construção de um discurso de cunho político a base de sua produção editorial. No momento seguinte, irrompem os debates em torno da questão republicana e abolicionista, e o jornalismo será, nessas interpretações, palco fundamental para a ampliação dos grandes embates discursivos nacionais. Ampliando a nova cultura política, os jornais amplificam as discussões, construindo ideias dominantes num jornalismo de viés exclusivamente opinativo.¹¹⁹⁶

¹¹⁹³ OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. **Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)**. 2006. 335 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. p. 14.

¹¹⁹⁴ Ibid., p. 21.

¹¹⁹⁵ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP e A, 2003. p. 530.

¹¹⁹⁶ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 25.

O Jornal do Comércio se diferenciava dos demais por conta de sua atuação que segundo Sodré: “A ação do Jornal do Comércio afirma-se então intensa e eficaz no terreno político, como no literário e artístico. Como sempre, o Jornal do Comércio, não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido”.¹¹⁹⁷

Em 1874, com o desenvolvimento do sistema telegráfico, instala-se no Rio de Janeiro a primeira agência de notícias: a *Havas*, *A Gazeta de Notícias* de 1874, cujo proprietário era Ferreira de Araújo, e *O Jornal do Comércio* passaram a publicar os telegramas internacionais que a agência distribuía nas suas páginas. O desenvolvimento dos Correios e a malha ferroviária contribuíram para atingir lugares longínquos do Império, facilitando assim a chegada dos periódicos nas mãos dos leitores. Com a facilidade da chegada dos periódicos, tem-se, no período, o desenvolvimento do hábito da leitura nas cidades. As leituras sucediam-se então nos cafés, nos espaços de trabalho e nas salas de visitas das casas.

A diversificação da imprensa nos grandes centros urbanos, na década de 1880, era um marco do período ao lado das edições dos jornais diários. Proliferaram revistas mundanas, periódicos críticos e literários e impressos que falavam do mundo do trabalho comum em um momento de grande movimento político e social.

No Rio de Janeiro o movimento de ampliação da imprensa é muito expressivo. No ano de 1881, houve o aparecimento de 95 novos periódicos e no ano seguinte mais 64. Até o final da década esses números permaneceram nos mesmos níveis, já em 1883 aparecem mais 56 novos jornais e no ano seguinte mais 37. Em 1888 o número aumentou para mais 45 novos jornais e revistas.¹¹⁹⁸

Quando se escreve algo sobre imprensa deve-se reportar ao período que se deseja tratar, local e episódio aos quais se refere. A década é de 1880, no Rio de Janeiro, e a questão é quanto à formação de uma Associação Industrial que se organiza e utiliza da imprensa como metodologia para se atingir a esfera pública e o Governo Imperial. Importante informar que esta metodologia era já empregada por seus membros por força de seu trabalho cotidiano como, por exemplo, Agostini. Além do fato de a própria família Felício dos Santos terem em seu seio familiar um jornalista, como já antes mencionado neste capítulo. Portanto a imprensa não era um método desconhecido.

Característica que se reforçava nesta fase do século XIX: homens de letras eram com frequência homens públicos, isto é, seguiam carreira política. Esta interseção entre uma esfera literária, a ocupação de espaços públicos de sociabilidade e a gestão da coisa pública explica-se na medida em que os letrados, com base em suas distinções já citadas e dos instrumentos de saber e poder a que tinham acesso, constituíam

¹¹⁹⁷SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 189.

¹¹⁹⁸FONSECA, Godin da. **Biografia do jornalismo carioca (1808- 1908)**. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

camada restrita da população que se apresentava como apta a manejar os cordões do poder da sociedade.¹¹⁹⁹

Dentre seus objetivos, o Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro teria como alvo a ser alcançado e a confecção de um periódico, que seria mensal com características próprias - a propaganda para a Associação e a defesa dos interesses da indústria. Segundo o periódico *O Industrial*, consta em Trabalho Nacional: “Com a publicação desta folha, a Associação Industrial procurou o meio mais eficaz de propaganda e defesa das indústrias e industrial do Brasil, revelando aos seus concidadãos o adiantamento das primeiras e reclamando dos poderes públicos a devida proteção aos seus legítimos interesses.”¹²⁰⁰

A publicação do periódico tinha como fim chamar a atenção dos espíritos esclarecidos e amigos do progresso do país, para a discussão dos meios próprios para se alcançar o desenvolvimento necessário para as indústrias já existentes e espaço para o florescimento de tantas outras, fundamentais para o suprimento do mercado interno, com produtos que pudessem abastecer a população do Império.

O Industrial objetivava discutir todos os assuntos relativos aos interesses da indústria e para tanto publicava artigos que questionavam a posição do Governo quanto à falta de apoio e incentivo para a indústria. Conforme Luz: “Não se dando, contudo, por vencidos, continuaram os industriais, pela imprensa e por meios de opúsculos distribuídos gratuitamente, a defender a sua causa”.¹²⁰¹ A forma de distribuição era gratuita, sem fim lucrativo, patrocinado pelos industriais através de suas próprias contribuições mensais, pois a entidade tinha o objetivo em divulgar seus ideários. Consta no Trabalho Nacional: “Nessa fonte o leitor encontrará minuciosas informações, às vezes repetidas pela necessidade de controvérsias que são dignas da sua reflexão e apreço antes de formular um juízo definitivo”.¹²⁰²

A discussão pela imprensa com o uso do periódico caracterizava a intenção de ser ouvido pela esfera pública e também pelo Governo, concernentes as suas reivindicações para a solução de suas pendências e necessidades. O periódico foi compilado no documento O Trabalho Nacional e seus Adversários de 1881 e será utilizado para a configuração desta parte do capítulo. Segundo Turazzi: “A Associação Industrial, em 1881, já reconhecia que a ‘opinião pública’ era indispensável para fortalecer a cruzada em torno das novas ideias e todas as associações patronais da indústria que surgiram posteriormente souberam usar a

¹¹⁹⁹MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 184.

¹²⁰⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 155.

¹²⁰¹LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 54.

¹²⁰²BRASIL. op. cit., p. 156.

imprensa”.¹²⁰³ A AIRJ inova quando se utiliza da imprensa como um instrumento de pressão junto a Câmaras e à esfera pública lançando uma nova metodologia para a exposição de seus ideários sendo um exemplo a seguir por partes dos grupos representativo da indústria.

Nas argumentações o periódico *O Industrial* esclarece: “O atual estado da indústria?” “Poderá entre nós vingar a Indústria?” “Quais os embaraços que impedem o seu desenvolvimento?” “Como combater seus obstáculos?” Questões respondidas no periódico a fim de explicar à esfera pública a situação da indústria no Império.

Em relação ao estado da indústria, *O Industrial* discorre sobre o assunto afirmando que devido às condições de boa terra e da mão de obra escrava, a indústria fabril ficou sem o apoio necessário, mas, que apesar disso as fábricas estavam se expandindo por todo o Império. As fábricas encontradas pelo Império eram de sabão, tecido, velas, óleos e azeite, vinagres, licores, doces, chapéus, tecidos de algodão, metalurgia, luvas, meias, chalés, charutos e de mil outros variados produtos, cuja quantidade em algumas províncias era tal que conseguia atender seu consumo interno e à exportação, quer para outras províncias, quer para fora do Império.

Até 1875 havia nas províncias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo 30 fábricas de fiar algodão. De então para cá muitas outras se tem fundada nas províncias e na capital do Império. Além destes estabelecimentos, muitos outros existem de não menos importância e que seria fastidioso enumerar, nos quais se fabricam todos os produtos que a ciência e as artes têm inventado. Com o que fica dito julgamos ter demonstrado suficientemente que a indústria entre nós é embrionária, antes vai, embora com dificuldade, ramificando-se por todo o Império e caminhando para o estado de virilidade, ao qual chegará, sem dúvida, se lhe derem o necessário auxílio a aqueles que têm o rigoroso dever de fazê-lo.¹²⁰⁴

Nas observações feitas, o periódico *O Industrial* descreve ainda o valor dos brins utilizado pelas fábricas de roupas no Império, sendo de melhor qualidade e mais duradouro que a do estrangeiro. Segundo Trabalho Nacional: “O fabricante nacional só tem em vista bem servir o público, fazendo acreditar os produtos de sua fábrica, o estrangeiro mira unicamente próprio interesse”.¹²⁰⁵ Adverte para o fato de não possuir todas as informações quanto à quantidade de fábricas no Império, mas comunicava que o movimento de crescimento continua. Dentre as questões levantadas no periódico há ainda o informe: Poderá entre nós vingar a Indústria? O emprego de perguntas objetivadas pelo órgão tencionava esclarecer à esfera pública de maneira didática as razões pelas quais a Associação Industrial lutava pela indústria fabril no Império.

¹²⁰³TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 63-64.

¹²⁰⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos. 1881. p. 108.

¹²⁰⁵Ibid., p. 111.

Nesse artigo, quando se refere à pergunta a ser respondida, antes há a intenção de explicar as bases para o progresso de qualquer indústria, quais sejam. Segundo Trabalho Nacional: “1º matéria-prima abundante e de preço módico, 2º perfeição e barateza dos produtos, 3º existência de bons mercados consumidores”.¹²⁰⁶ A Associação Industrial através de seu periódico argumenta.

Não basta, porém, que esta seja abundante, é também preciso que seu custo seja módico, e para isto convém que esteja, por assim dizer, às portas das fábricas; portanto, se, para obtê-la, tiver o fabricante necessidade de fazer grandes despesas, não poderá, com certeza, introduzir no mercado produtos baratos, ficando destruída a segunda condição de progresso. Ainda não é tudo: se os produtos não tiverem também pronta saída, e ficarem acumulados nas fábricas, a consequência natural e inevitável será a falta de meios para continuarem os fabricantes a produção pela diminuição dos seus capitais.¹²⁰⁷

A circunstância assim narrada advinha da preocupação quanto à venda dos produtos nacionais e a concorrência de produtos estrangeiros, razão da necessidade de expor a luta que a indústria enfrentava no Império, trazendo à esfera pública, abordando este tema com a perspectiva de possibilidade de mudança. Segundo Trabalho Nacional: “Se, para que a nossa indústria se desenvolva, fosse bastante somente a existência daquelas condições gerais, diríamos com toda a convicção: Sim, entre nós a indústria há de progredir”.¹²⁰⁸

Percebe-se que o meio encontrado pela Associação Industrial para divulgar seus ideários e objetivos era largamente utilizado na imprensa. Conforme expõe Carolina Paes Barreto da Silva em sua dissertação “A Trajetória D’ O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: Os Discursos Impressos de Antonio Borges da Fonseca sobre a Política Imperial”, segundo Barreto: “Os impressos passaram a transmitir doutrinas, opiniões ou contendas. Eles eram um instrumento indispensável para os grupos que pretendessem exercer alguma influência política”.¹²⁰⁹ Na década de 1830 já possuíam essas características, em 1880 já bem mais organizados com um jornalismo profissional, o papel e a influência da imprensa eram exercidos com maior campo de penetração junto aos leitores das cidades e do interior.

Outro artigo que trouxe entendimento para a esfera pública foi o que abordou o subsequente tópico: “Há embaraços que impeçam o desenvolvimento da indústria nacional?” Pergunta pertinente quando se almeja explicar os pontos de relevância para com a indústria

¹²⁰⁶BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p.112.

¹²⁰⁷Ibid., p. 113.

¹²⁰⁸Ibid., p. 115.

¹²⁰⁹SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória D’ O República no fim do primeiro reinado e início da regência: Os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política Imperial 1830-1832**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. p. 14.

nacional e a esfera pública. Consta em Trabalho Nacional: “Um dos embaraços que mais entorpecem, ou antes, convergem para o aniquilamento da indústria nacional, são as nossas tarifas aduaneiras que se encarregam de tributar com direitos calculados sob a mesma razão, tanto algumas matérias-primas como os artefatos com ela fabricados.”¹²¹⁰

O periódico *O Industrial* argumenta como a matéria-prima estaria sujeita aos mesmos impostos, como fora o de um artefato já concluído. Questionando como uma indústria poderia sobreviver com tão pesado imposto. Em suas indagações continua em seu artigo a crítica para com o Governo Imperial.

Mas, que importa aos nossos governos que a indústria desapareça que centenas de indivíduos, homens, mulheres e crianças, que tiram dela o seu sustento, fiquem sem pão e procurem na embriaguez o esquecimento dos seus sofrimentos, ou na prostituição e no roubo os meios de satisfazer as mais imperiosas necessidades da vida, se as nossas alfândegas despejam mensalmente nos cofres do tesouro enormes somas.¹²¹¹

Outro embaraço para o progresso da indústria seria se o cálculo dos direitos da tarifa, feito de maneira a prejudicar a indústria fabril. Segundo Trabalho Nacional: “Entre nós, a base para o cálculo dos direitos tem sido promiscuamente os preços do mercado importador do Rio de Janeiro para uns gêneros, e o do exportador aumentado de todas as despesas para outros”.¹²¹² Isto estaria prejudicando as classes menos afortunadas e o desenvolvimento da indústria no Império, pois este cálculo, não definido, geraria um descontrole nos orçamentos das fábricas desencadeando dificuldade de se obter matéria-prima do exterior, acarretando um desequilíbrio no confronto com os produtos estrangeiros que alcançaria um lugar melhor no mercado interno no Império. Esta argumentação fora descrita e erguida na Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1881, que será discutida neste capítulo.

O último ponto com relação às indagações até aqui expostas pelo periódico *O Industrial* seria: como combater os obstáculos que impedem o desenvolvimento da indústria nacional? Na análise da Associação Industrial, era através da história de outras nações, que ao optarem pelo protecionismo, puderam incentivar suas indústrias e assim alcançar um desenvolvimento mais adequado para com a competição de produtos estrangeiros em seu território. Consta em Trabalho Nacional: “Quando mais atentamente lemos a história da indústria das outras nações, quanto mais aprofundamos o estudo das causas que lhe deram

¹²¹⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 118.

¹²¹¹Ibid., p. 119.

¹²¹²Ibid., p. 120.

impulso, mais inabalável se torna em nosso espírito a intima convicção de que foi à sombra de sistema protetores que ela se desenvolveu e prosperou.”¹²¹³

Os países aos quais se referiram o periódico foram a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América que na década de 1880 eram livre-cambistas, mas em sua história tiveram um passado protecionista e até proibitivo, como fora o caso dos Estados Unidos da América, que serviam de exemplo para a Associação Industrial. Alega Mauro: “O protecionismo se desenvolve desde 1814. E as leis de 2 e 5 de julho de 1836 baixam certos direitos, por exemplo que atingem os ferros(...), os fios de algodão fino”.¹²¹⁴ No caso da Inglaterra o periódico alegou que sua mudança ocorreria mediante sua organização e estruturação de suas indústrias para a competição com as demais nações.

Os continuadores da obra inventada por Adam Smith, entusiasmada pela ideia de liberdade, continuaram a propaganda sob o domínio da mesma confusão de ideias. As novas doutrinas, que tiveram por móvel libertar o povo inglês do jugo a que se achava preso, tomaram incremento, e hoje com tanta ou maior tenacidade são proclamadas, quanto maior é a necessidade que tem aqueles países de conservar mercados consumidores para os seus produtos.¹²¹⁵

Conforme assegura *O Industrial*, o obstáculo a ser vencido seria a ideia livre-cambista espalhada pela própria Inglaterra que iria influenciar e dominar as nações novas. De acordo com Hobsbawm: “O livre comércio parecia indispensável, pois permitia que os fornecedores ultramarinos de produtos primários trocassem suas mercadorias por manufaturados britânicos, reforçando assim a simbiose entre o Reino Unido e o mundo subdesenvolvido”.¹²¹⁶ Para o autor a base primordial do controle exercido pelo Reino Unido sobre as nações subdesenvolvidas advinha do fato de sua aderência ao livre comércio que se processava de forma desigual devido à falta de estrutura das indústrias nos países subdesenvolvidos. De acordo com professor Ilmar de Mattos, a Inglaterra almejava na segunda metade do século XIX estender sua ação política e econômica por todos os países em seu tempo. Para Mattos: “No decorrer do século XIX, segunda metade, a Inglaterra expandiria seus interesses sobre a face da Terra, tanto em termos estritamente comerciais, nos quais o capital começava a aparecer como a mais importante das mercadorias exportadas, quanto no quer diz respeito a ideias e valores.”¹²¹⁷

E para evitar esse fato se fazia necessário apreender a necessidade da luta dos industriais pela proteção do mercado interno do Império. Para tanto, o Governo teria que

¹²¹³BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 123.

¹²¹⁴MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. p. 65.

¹²¹⁵BRASIL, op. cit., p. 126.

¹²¹⁶HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 71.

¹²¹⁷MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 26.

proteger as indústrias através de uma tarifa que garantiria a sobrevivência da indústria existente e incentivasse as que iriam florescer.

Na continuidade do artigo que expõe o tema da necessidade de combater os obstáculos para o desenvolvimento da indústria para a esfera pública, o periódico *O Industrial* assegurava que entre os sistemas existentes (o proibitivo, o protecionista e o livre-cambista) o que mais se adequaria seria o protecionista, por ser um sistema que consistia em gravar com taxas especiais os produtos similares estrangeiros e deixar livre a entrada de matérias-primas que não se achassem explorada no país, ou que pudessem por qualquer eventualidade escassear.

Definindo sua proposta quanto ao rumo que o Governo deveria tomar, para assim incentivar a indústria nacional, a Associação Industrial expôs seus ideários em um periódico, a fim de instruir a esfera pública quanto à direção que ela mesma entendia como mais viável para o crescimento da indústria no Império. No livro “As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial 1820-1840”, de acordo com Morel: “Quando se fala em educação e imprensa como canais dirigidos aos ‘Povos’, não é difícil verificar quem são os educadores e redatores. Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República da Letras, os letrados, os esclarecidos.”¹²¹⁸

Os industriais empregaram a imprensa como uma metodologia para abordar o “povo” de uma forma objetiva dentro do costume da época, quando era comum exemplares de jornais fixados em redações e o povo comentando em voz alta as últimas notícias. A Associação tinha entre seus sócios certo número de jornalistas e oficinas de tipografia, caracterizando assim a facilidade de ser ter um periódico, pois haveria pessoas habilitadas para a confecção deste meio de comunicação.

Artigos do periódico *O Industrial* também eram publicados em jornais importantes da Corte, como *O Jornal do Comércio*. Em 29 de dezembro de 1881 foi publicado um artigo sobre “A Nova Tarifa Alfandegária e a Indústria Nacional”. Esse narra as dificuldades encontradas pela indústria nacional, quando foi anunciada a revisão alfandegária de 1881 que reverteu os ganhos alcançados com a Tarifa de 1879. Menciona ainda as consequências que ocorreriam com as fábricas nacionais afetadas com a concorrência estrangeira.

Veio então uma nova tarifa desfechar golpe certo nessa indústria facilitando de um modo inaudito a entrada aos chapéus de lã e lebre fabricados no estrangeiro com todas as aparências chapéus de lebre pura, e crendo uma insidiosa classe com o

¹²¹⁸MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 208.

título de chapéus de Braga e semelhantes sob a qual se abriu campo às fraudes e a mais desleal concorrência a produção nacional. As consequências não se fizeram esperar, muitas de nossas fábricas tiveram de fechar as suas portas e grande cabedal de fortuna e de energia lá se foi por água abaixo, graças a tarifa. As 15 fábricas da Corte ficarão reduzida a 10, e as províncias a 17, sendo RS 4, Santa Catarina 1, 5 na províncias de São Paulo, 2 em Minas Gerais, 2 na Bahia, 2 em Pernambuco, e 1 no Paraná.¹²¹⁹

A revelação da realidade enfrentada pela indústria fabril tinha como alvo sensibilizar a esfera pública para as suas necessidades e sinalizar o andamento do crescimento e do desenvolvimento da mesma no Império. Podendo assim expressar para o Governo as dificuldades encaradas pela indústria, com a intenção de influenciar os homens da política. A forma encontrada para esta relação era a imprensa porque alcançava a esfera pública e a política ao mesmo tempo.

No artigo de *O Industrial*, publicado no documento “O Trabalho Nacional e seus Adversários”, há a exposição do convite feito pela Associação Industrial de Buenos Ayres para a participação da Associação Industrial na Exposição Continental de Buenos Ayres que ocorreria em 1882, afirmando a grandeza das exposições e seu papel como um centralizador de técnicas e progresso das nações, local onde a relação de confraternização e inteligência dos povos ganhava corpo.

Para tanto, era preciso a organização de uma exposição preparatória em que se selecionam os objetos que representariam o Império na mencionada Exposição. Outra proposta feita pela Associação Industrial fora um Inquérito Industrial, a fim de se conformar a realidade da indústria, em que como se verifica neste capítulo, este pedido fora alcançado junto ao Parlamento.

Os direitos protetores, que reclamamos, devem ser impostos depois de maduro exame das indústrias do país, e depois de uma rigorosa análise das que oferecem mais elementos de vitalidade, para que não aconteça protegerem-se as que não merecem proteção, e prejudicarem-se as que são dignas de auxílio. Assim acaba de fazer Portugal, que não quis renovar o tratado com a França. Como aqui, também lá se dizia que o país era agrícola; mas, apesar disso, a indústria seu sinal de vida, seus representantes chegaram a fazer-se ouvir dos poderes públicos, o inquérito foi decretado e parece que a chegada a ocasião de obterem justiça.¹²²⁰

O periódico *O Industrial* se confirmava como um meio de comunicação e integração dos industriais, com a circulação de assuntos em geral. Para Barbosa: “No final do século XIX, os jornais referendam a missão do jornalista e o sacerdócio dos jornalistas, cuja tarefa principal é fiscalizar os poderes públicos, denunciar e, sobretudo ser a voz dos fracos e

¹²¹⁹BIBLIOTECA NACIONAL. **O Industrial de 1881 e 1882**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882. p. 2.

¹²²⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 168.

oprimidos”.¹²²¹ O papel do periódico seria denunciar as arbitrariedades das autoridades que não contribuíam para o florescimento da indústria fabril no Império.

Até as exposições e o pedido de um Inquérito Industrial junto ao Governo eram apregoados através deste instrumento de contato e propagação de suas ideias. O argumento da Associação Industrial quanto à necessidade do inquérito se afirmar a partir da experiência de Portugal quando a “Associação promotora da indústria fabril em Lisboa”, em 1881 solicitara um inquérito para se verificar a realidade do desenvolvimento da indústria em Portugal, vale salientar que a AIRJ se espelhava no modelo desta entidade.

No periódico era declarado o projeto da Associação Industrial que defendia a proteção para as indústrias já existentes e incentivos para as que haveriam de se organizar. Para a inserção destas ideias na esfera pública a divulgação era feita de forma a se repetir todo o questionamento feito, tudo era exposto pelo periódico. Segundo Luz: “Não se dando, contudo, por vencidos, continuaram os industriais, pela imprensa e por meios de opúsculos distribuídos gratuitamente”.¹²²² O estandarte protecionista era evidenciado a partir do periódico *O Industrial* para levar à esfera pública a realidade da indústria no Império e a proposta protecionista que tinha como argumento proteção e amparo a indústria.

Veja-se a relação entre o periódico *O Industrial* e o *Rio News*, opositor quanto às ideias protecionistas ventiladas pela Associação Industrial. Causava admiração na Associação Industrial o dito jornal ser contra o protecionismo, entendendo que o seu próprio redator, sendo americano, tinha conhecimento que o seu próprio país fora protetor em relação às suas indústrias em um dado momento de sua história.

O *Rio News* gemeu sob a impressão desagradável que lhe causou a nossa propaganda: fez inventário das misérias que vão levar o nosso país ao abismo, e, até denunciou que as taxas da tarifa de 1879 são protecionistas, ultra protecionista mesmo! O ilustre colega tudo receia, que o pão encareça, que as vestimentas, as casas, os confortos da vida, atinjam um preço fabuloso: que a renda do tesouro não possa mais fazer face às despesas; em fim no tinteiro do jornalista um só desses argumentos do velho mundo com que costumam aconselhar às nações novas que se resignem á sorte de seus colonos.¹²²³

Em seguida *O Industrial* argumenta que a proteção de 30% exercida na Tarifa de 1879 não protegeu a indústria nacional como se fazia necessário, e que os Estados Unidos da América foram proibitivos e não protecionistas como rezam as ideias da Associação. Segundo o Trabalho Nacional: “É, pois, sem fundamento, que o *Rio News* assevera que temos direitos

¹²²¹ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 130.

¹²²² LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 54.

¹²²³ BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 58.

protetores, visto como as indústrias nacionais têm de lutar com as semelhantes estrangeiras, que são protegidas pela nossa legislação aduaneira”.¹²²⁴

Durante todo o artigo do *Rio News*, havia um confronto de pensamento entre esse e o periódico *O Industrial*, que julgava ser necessária sua apresentação para realçar o entendimento que a Associação Industrial divulgava para a esfera pública, com a intenção de informar e formar todos que pudessem ter acesso ao periódico. De acordo com Carvalho: “Falar de grupos políticos, projetos e atuações políticas implicam, antes de tudo, em abordar a imprensa, que era o principal veículo de atuação e propaganda política no espaço público. Além disso, fornece preciosas informações sobre as atividades das associações, do Parlamento e das manifestações políticas.”¹²²⁵

As críticas de ambas as partes percorreram um longo caminho. Serão expostas algumas delas com a intenção de configurar o conflito, em demonstrar a luta que a Associação Industrial travou a fim de terem reconhecidas e ouvidas suas reivindicações.

Órgão do comércio anglo-americano e principalmente interessado na importação de mercadorias estrangeiras desde as locomotivas Baldwin que não podemos tão cedo fabricar até os bancos para escola que alguns vereadores da Câmara Municipal preferem mandar buscar em New York, desde as máquinas da lavoura que tão úteis nos são até a salsaparrilha de Ayer que já podemos perfeitamente dispensar, graças ao Sr. Marques de Holanda, o *Rio News* não pode ser ao mesmo tempo agente consciencioso das fábricas americanas e inglesas e bom advogado da indústria brasileira.¹²²⁶

A afirmação do periódico *O Industrial* é de que o *Rio News* era um órgão associado ao comércio importador, existente entre 1879 a 1901. Segundo O Trabalho Nacional: “O protecionismo direto só é conveniente quando necessário para o desenvolvimento industrial: convém à face embrionária da indústria, como uma circulação planetária”.¹²²⁷

A alegação da escola de que o sistema de proteção gera interferências injustas e antieconômicas, por parte do poder do Estado, contra o emprego do capital e do trabalho dos indivíduos particulares, demonstra-se destituída de valor se considerarmos que são os regulamentos comerciais estrangeiros que permitem haver tais interferências em nosso trabalho particular, e que somente por meio do sistema protecionista conseguimos defender-nos contra essas operações perniciosas da política comercial estrangeira.¹²²⁸

Passada essa época, os auxílios deviam ser indiretos e aconselhados mais pela política do que pela ciência econômica. Confirmava seus ajuizamentos, quanto a sua disposição de

¹²²⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 58.

¹²²⁵CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania, tipos e percursos**. In: Estudos Históricos. V.9 nº18. Rio de Janeiro: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 341.

¹²²⁶BRASIL, op. cit., p. 63.

¹²²⁷BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 64.

¹²²⁸LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 118.

propor um protecionismo, a princípio, com o objetivo de ajudar a indústria fabril para que tivessem fôlego necessário para encarar a concorrência estrangeira, então seria o momento de mudar de posição. O argumento foi alterado para a questão de superioridade de raças, ordinário para o período e utilizado pelo *Rio News*. Consta em Trabalho Nacional: “O Industrial esquece a diferença entre a raça anglo-saxônica e a latina... Segue-se o cético paralelo, mostrando a superioridade da primeira que ainda com o sistema chinês de non intercourse, teria produzido nos Estados Unidos o mesmo desenvolvimento industrial”.¹²²⁹

O pensador Herbert Spencer foi lembrado na argumentação do periódico *O Industrial*, junto ao *Rio News* para refutar a fim de analisar o objeto e buscar subsídios para que pudessem desconfigurar seus pressupostos. Como segue no Trabalho Nacional: “esse vício constitucional dos anglo-saxônicos supondo o seu sangue privilegiado e em tudo superior ao dos outros povos, [...] dos mais graves prejuízos que falsificam completamente a apreciação histórica”.¹²³⁰

Prossegue as considerações agora argumentando sobre o valor do posicionamento de nossa irmã americana, que ao proteger sua indústria pôde sair do controle que a Inglaterra exercia. Conforme Hobsbawm: “A conversão dos Estados Unidos na potência econômica mundial em que logo se tornaria: o conflito entre o norte agrícola e industrial e o sul semicolonial. O sul era favorável ao livre câmbio e o norte quase desde 1816 protegia indústria”.¹²³¹ De acordo com Trabalho Nacional: “Reconhecendo que a proteção foi o estímulo da organização industrial da poderosa república nossa conterrânea, pergunta o *Rio News* qual seria o estado atual daquele país se seu regime do livre-câmbio houvesse presidido a sua evolução”.¹²³²

Para *O Industrial*, se os americanos não tivessem se curado da sua autonomia industrial com mais cuidado, os Estados Unidos seriam ainda uma simples feitoria europeia, sujeita a todo o tipo de exploração e vivendo à custa de benesses da Inglaterra. De acordo com Landes: “Em 1870, os Estados Unidos tinham a maior economia do mundo e os melhores anos ainda estavam por vir. Em 1913, a produção americana era duas vezes e meia a do Reino Unido ou da Alemanha, quatro vezes a da França”.¹²³³ A pretensão de seguir de perto os passos americanos era o ideário da Associação Industrial, ambicionado pelo órgão durante sua

¹²²⁹BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 65.

¹²³⁰Ibid., p.67.

¹²³¹HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 286.

¹²³²BRASIL, op. cit., p. 68.

¹²³³LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 344.

permanência na luta pela indústria fabril nacional, até mesmo pela ascensão obtida pelos Estados Unidos durante o período protecionista que veio a ser explicitado ainda nos anos 1870, conforme Landes demonstra.

Ao término deste artigo a Associação Industrial através de seu órgão *O Industrial* teve uma disposição patriótica quando expressou seu juízo a respeito de estrangeiro e de brasileiros que com voracidade exploravam seus próprios conterrâneos.

Agradecemos ao nosso contemporâneo os conselhos que nos dá e o zelo que mostra pelos interesses do Brasil apesar de estrangeiro. Mas há estrangeiros e estrangeiros. Para nós muito mais importa o estrangeiro que vem exercer indústria no país e aqui fundar família, compartilhando a sorte presente e futura do Brasil do que o próprio brasileiro que manda falsificar na Europa e na América os produtos da indústria nacional, sacrificando interesses desta por não poder resistir às seduções de uns tanto por cento que ganha nisso.¹²³⁴

A crítica feita pelo periódico através da imprensa sinaliza a distinção entre os adversários da indústria, que seriam alguns estrangeiros e até brasileiros ávidos por lucros, chegando até mesmo a prejudicar o bom andamento da indústria nacional. A serventia da imprensa na identificação das dificuldades enfrentadas se fazia imprescindível para informar à esfera pública a realidade da luta da Associação Industrial.

A partir de 1880, num longo processo os diários, ao lado de outras instituições da sociedade civil, formulam e sedimentam imagens. Entre essas construções, destacam-se, como já enfatizamos, as considerações em torno da visão da imprensa. O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, porque representam o pensamento da sociedade, graças à sua popularidade. O jornal é também a própria verdade, porque impresso transforma-se em documento, o que, a priori, identifica o que está contido em suas páginas com a verdade absoluta.¹²³⁵

A imprensa constitui neste período um instrumento de articulação política de defesa de propostas de grupos que pertencem à classe dominante. Cabe aqui expressar a relação entre os industriais e os engenheiros que juntos exerciam o enfoque a favor do desenvolvimento no Império. Segundo Turazzi: “desenvolvimento da indústria no Brasil e a prosperidade e coesão das duas classes- engenheiros e industriais”.¹²³⁶ De acordo com a autora havia grupos da classe dominante que possuíam projetos semelhantes, inclusive tinham indivíduos da AIRJ que exerciam a profissão de engenheiros e faziam parte do Clube de Engenharia. Pode-se verificar esta informação com a Exposição da Indústria no ano de 1888, que ainda neste capítulo será abordada.

¹²³⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 73.

¹²³⁵BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 131.

¹²³⁶TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 39.

Pode verificar-se o entrave entre industriais brasileiros e os importadores, pois suas questões estão explicitadas no embate destes grupos cujo assunto era a opção quanto ao sistema protecionista e o livre-cambista, acerca da mudança na política tarifária do Império. Para Barbosa: “A imprensa cria condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos grupos que irão exercer a própria dominação. A vida intelectual passa a ser dominada pela grande imprensa.”¹²³⁷

Outro jornal que combatia a proposta protecionista da Associação Industrial, revelando sua disposição em discutir o assunto pela imprensa, era a *Gazeta de Notícias*. Em se tratando de explicitar um pouco sobre a *Gazeta de Notícias*, conforme Nelson Werneck Sodré: “de formato modesto e coluna estreitas, mas com o que quer fosse, em todo o feitio, que já revelava para os do ofício a folha que havia de ficar. A *Gazeta de Notícias* era, realmente, jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar”.¹²³⁸

Suas críticas eram referentes à falta de matéria-prima para o desenvolvimento da indústria no Império, com isso questionava a necessidade de se ter uma indústria fabril e sua compreensão que a doutrina livre-cambista era a mais adequada para as novas nações. Eis seus argumentos: Trabalho Nacional: “A *Gazeta* diz: que a proteção chegou a tomar as proporções de um delírio, e sem estudo, sem reflexão, todos se pronunciam por suas teorias, quer sejam industriais, quer sejam consumidores”.¹²³⁹ Em seguida expôs *O Industrial* sua luta pela indústria a partir de suas prerrogativas.

Por outro lado, se o *Industrial* se apresenta de frente, na luta das ideias propagadoras do desenvolvimento do trabalho do povo, e nesta gloriosa atitude, ele se mostra crente, tenaz e perseverante, é porque a convicção do seu apostolado está na altura da raiva dos importadores, receosos de perderem um freguês de ordem superior. É ele, o industrial, o primeiro que sente os efeitos da concorrência estrangeira, quem conhece mais a fundo os ardis de que ela se serve para lhe embargar os passos nas suas primeiras tentativas.¹²⁴⁰

Confirmando seu pensamento livre-cambista, a *Gazeta de Notícias* afirmava concluindo que a riqueza de um país estava em importar mais do que exportar. Mencionava o fato do Império não possuir matéria-prima para abastecer suas fábricas. A raiz desta discussão quanto a matéria-prima para as indústrias estava pautada nas teorias de Cairu que divulgou no Brasil o sistema do livre câmbio. Lisboa: “Não é absolutamente (ainda que muito oportuno)

¹²³⁷ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 141.

¹²³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 224.

¹²³⁹ BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 182.

¹²⁴⁰ Ibid., p. 185.

que os gêneros de subsistência, e matérias primeiras das artes, sejam produzidas no país, para se introduzirem e prosperarem as suas manufaturas”.¹²⁴¹ E o próprio periódico *O Industrial* fez um questionamento quanto a esta posição liberal. Segundo Trabalho Nacional: “A Gazeta é injusta com o país que a sustenta, apesar de suas contradições... Falta-nos a matéria-prima perto de nós? O que é o Ferro? [...] Até o carvão, a Gazeta desconhece a sua existência neste solo onde tudo há de abundância”.¹²⁴²

O Industrial assegurava que o que faltava a essas matérias-primas unicamente era a indústria que lhe desse o devido valor e utilidade, e que havia necessidade de quem as explorasse para o bom desenvolvimento da indústria no Império e proveito para a população.

Note mais a Gazeta, que a tarifa de 1879, tendo dispensado, por este modo, uma diminuta proteção a certas indústrias do país, não está, contudo, no caso de dizer-se protetora, porque, além de outras razões, ela sobrecarrega também as matérias-primas, ou sem fabricadas de que se servem as nossas indústrias. Entretanto, onerando mais um pouco o fabricante estrangeiro, de modo que não lhe deixa margem para tornar-se arbitro absoluto dos preços da indústria nacional, quando lhe convenha guerreá-la, ou sob o pretexto da menor alteração de câmbio, as fábricas do país podem contar com alguma estabilidade de existência e os consumidores com a maior justeza de preço.¹²⁴³

O pensamento da Associação Industrial era moderado quanto à serventia da Tarifa de 1879, pois apenas alguns ramos da indústria puderam se beneficiar, aspirando a uma nova tarifa que viesse a contribuir de uma forma mais adequada a todos os ramos de indústria existentes no Império. A AIRJ tinha suas reservas quanto aos benefícios alcançados com a Tarifa das Alfândegas de 1879, já que essa não abarcou toda a necessidade da indústria fabril quanto a proteção do mercado interno no Império. Com o passar do tempo segundo consta em Stein: “O interesse do governo imperial pela indústria manufatureira nacional, cada vez mais evidente a partir de 1879, evoluía na mesma proporção que a veemência e a fraqueza com que os industriais brasileiros dos anos 80 expunham suas ideias”.¹²⁴⁴

Para amparar a indústria fabril, a Associação Industrial fez uma escolha: o sistema protecionista. E, para tanto, propunha sua defesa através da imprensa não só pelo *O Industrial*, mas por vários jornais como: *Jornal do Comércio*, *O Cruzeiro*, *Folha Nova*, e *O Globo*. As discussões com os jornais que se posicionavam contra suas convicções favoreciam ao intento de formar e informar à esfera pública sobre a necessidade do apoio à indústria fabril no Império. Para Morel: “A opinião pública ganhava, assim, uma tarefa política bem-

¹²⁴¹LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 65.

¹²⁴²BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 185.

¹²⁴³Ibid., p. 188.

¹²⁴⁴STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 33.

definida, materializada na expansão da imprensa periódica e se traduzindo numa pressão por mais publicidade (no sentido de publicitação) dos negócios públicos”.¹²⁴⁵

O elemento usado para a conexão entre a esfera pública e a Associação Industrial era a imprensa que, na década de 1880, já possuía um espaço acentuado, graças ao entrosamento que este meio de comunicação tinha com a esfera pública. Para Morel: “Os construtores dessa opinião pública são os membros da chamada República da Letras, os letrados, os esclarecidos. A opinião vista como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e tornada pública uma vez que visava propagar as Luzes do progresso e da civilização.”¹²⁴⁶

O apoio alcançado pela Associação Industrial se refletia em considerável manifestação pela imprensa da Corte e das províncias que demonstravam o poder de influência alcançado com o seu periódico *O Industrial*.

A aceitação que tem tido na imprensa das províncias os artigos da imprensa da Corte, revela que as ideias neles contidos são a aspiração geral da nação. Atrair a colonização espontânea, desenvolver as vias férreas, igualar os estrangeiros naturalizados aos nacionais pela homogeneidade de direitos e deveres, dar incremento ao trabalho do país por meio de bem entendida proteção, regular o nosso sistema tributário estabelecendo claramente as linhas divisórias das atribuições do Governo geral e das assembleias das províncias, tais são as momentosas questões que com tanta proficiência, o Jornal do Comércio, O Globo, e a Províncias de S. Paulo tem tratado ultimamente. É certo que não pode o Governo atender de pronto a todas as necessidades: mas entre elas algumas existem, cuja satisfação interesses políticos, industriais e comerciais há muito reclamam.¹²⁴⁷

Apesar do *Jornal do Comércio* não ser um órgão protecionista, citava as palavras de Alves Branco quanto ao perigo de ser uma nação exclusivamente agrícola. Afirma o *Jornal do Comércio*: “Reconhecia a necessidade de certa proteção e a impossibilidade de se pautar, na prática, por princípios absolutos, isto é, aplicar integralmente ao Brasil os princípios do liberalismo econômico”.¹²⁴⁸ Por outro lado, havia dois jornais que apoiavam os ideários da Associação Industrial, os jornais *O Globo* e *O Cruzeiro*, que fizeram a cobertura da Exposição Continental de Buenos Ayres, divulgando a presença de sua Majestade D. Pedro II. De acordo com Trabalho Nacional: “Acompanhando a nosso turno O Cruzeiro, sobre as vantagens da visita de Sua Majestade aos povos da Prata, parece-nos que seria ela de grande alcance político”.¹²⁴⁹ Os jornais *O Globo* e *Folha Nova* foram os órgãos que continuaram a publicar os artigos da Associação Industrial com o fim do periódico *O Industrial* ocorrido em Relatório da Assembleia: “A Diretoria finda, tendo cessado com a publicação do nosso órgão

¹²⁴⁵MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 202.

¹²⁴⁶Ibid., p. 208.

¹²⁴⁷BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 172.

¹²⁴⁸JORNAL DO COMÉRCIO. **Retrospecto Comercial de 1883**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. p. 4.

¹²⁴⁹BRASIL, op. cit., p. 175.

Industrial, era de urgência continuar com este único meio de propaganda para a Associação, e de defesa para os interesses da indústria. Além das considerações econômicas, teve a Diretoria outros motivos para não continuar a publicação de um jornal seu.”¹²⁵⁰

O fim da impressão do periódico não se configurou o término da luta, mas a sua ampliação, porque através dos artigos publicados em diversos jornais da Corte e das províncias foram divulgados seus ideários por todo o Império. Com o periódico da Associação Industrial fazia a divulgação dos ideários da entidade como é relatado por Luz.

Era um ataque ao liberalismo e a política do governo, opondo as objeções dos adversários da industrialização uma argumentação que pretendia se basear em fatos concretos e nas condições econômicas e sociais do Brasil. Resumia-se essa argumentação nos seguintes pontos: pela industrialização o Brasil não só obteria a independência econômica, mas resolveria alguns dos seus problemas, pois atraía para o país braços e capitais estrangeiros, ocuparia uma população urbana desocupada que poderia suscitar uma questão social, livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora e, abastecendo o mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial.¹²⁵¹

Na discussão sobre o sistema adotado pela entidade, o artigo VIII sobre a tese que desvendava as razões da defesa de ser protecionista, a Associação Industrial considerava não ter sido compreendida por seus opositores, a *Gazeta de Notícias* e o *Rio News*, e levantava suas queixas. Em seu entendimento assegurava que, conforme Trabalho Nacional.

Não queremos, no nosso país, a doutrina do livre-câmbio, porque, para admiti-las seria necessário dar entrada livre aos artefatos estrangeiros, anulando a existência das alfândegas, de que resultariam dois grandes male, um na época presente, tal como privar repentinamente o Estado da sua maior renda, e o outro o aniquilamento da futura prosperidade da nação, que se nos impede pelo desenvolvimento gradual do trabalho das indústrias reunidas.¹²⁵²

A Associação Industrial fundamentava sua maneira de atuar pretendendo discutir as argumentações da *Gazeta de Notícias*, que compreendia o protecionismo empregado como: 1º) A proteção redundava em prejuízo do consumidor; 2º) A proteção prejudica o Estado porque dá origem ao contrabando e 3º) A proteção leva os fabricantes à falsificação dos seus produtos. Serão destacadas argumentações dos dois lados para configurar o debate. Eis o primeiro Trabalho Nacional: “A proteção redundava em prejuízo do consumidor, porque os fabricantes do país, garantidos pelo Estado, não deixariam de impor e exigir altos preços pelas

¹²⁵⁰BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro**. Sessão de 9 de junho de 1884. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger & Filhos, 1884. p. 8.

¹²⁵¹LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 68.

¹²⁵²BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 195.

suas mercadorias, e o consumidor, para beneficiar a poucos industriais, privava-se do seu bem estar, criando-se, assim, dificuldades.”¹²⁵³

Conforme o periódico descreve o Trabalho Nacional: “A proposição seria verdadeira se desse o fato de só existir um fabricante para o fornecimento da grande massa, que nenhuma concorrência lhe fosse permitida resultando em monopólio”.¹²⁵⁴ O corretivo para o monopólio seria a concorrência, porém esta deveria ser leal com níveis de desenvolvimento técnico compatível com os opositores. Esse dito da Associação demonstrava o juízo que possuíam sobre a doutrina liberal e seu desígnio de absorver os países novos, tornando-os dependentes e, portanto, submissos aos seus ditames. O desígnio da Inglaterra era manter a dependência do Império com relação à importação como afirma Mattos: “O Império do Brasil manteria relações profundas com o armazém e a oficina britânica. Deles eram importados produtos alimentícios. Mas, sobretudo eram importados tecidos”.¹²⁵⁵ Confirmando esta posição de Ilmar de Mattos, pode-se ver em Hobsbawm.

O entusiasmo pelo comércio livre internacional é, à primeira vista, mais surpreendente, exceto entre os ingleses, para os quais significou, em primeiro lugar, que lhes era permitido vender livremente a preço mais baixo em todos os mercados do mundo e, em segundo lugar, que assim encorajavam os países subdesenvolvidos a vender seus próprios produtos- basicamente alimentos e matérias-primas- barato e em grande quantidade, de forma a conseguir as divisas necessárias para comprar as manufaturas inglesas.¹²⁵⁶

A segunda tese não se assentava em bases mais seguras. A questão do contrabando que ocorrera no Império, segundo o periódico da Associação Industrial não teria uma relação direta com ser ou não protecionista, tendo por análise que até produtos que não tinham imposto alto sofriam com a ação dos contrabandistas. Segundo Trabalho Nacional: “Ninguém dirá que as joias e as sedas estejam sujeitas, as primeiras a direitos altos, e as segundas a direitos baixos, entretanto, o contrabando destes dois artigos dá-se igualmente e em grande escala”.¹²⁵⁷

Seu fim único era usufruir de lucros superiores ao do comércio lícito, para este fim escolhia itens que possuíssem procura significativa. Logo para o Trabalho Nacional: “o contrabandista é pura e simplesmente o maior interesse, que o guia em cujo jogo entra a escassez das mercadorias, facilidade dos agentes fiscais ou as condições topográficas do teatro de suas operações”.¹²⁵⁸

¹²⁵³BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 196.

¹²⁵⁴Ibid., p. 197.

¹²⁵⁵MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 26.

¹²⁵⁶HOBBSAWM, Eric J. **A Era do capital, 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 73.

¹²⁵⁷BRASIL, op. cit., p. 198.

¹²⁵⁸Ibid., p. 199.

Quanto ao último inciso, o referente à falsificação de produtos, o periódico *O Industrial* questionou a atitude da *Gazeta de Notícias* que condia o tema interrogando-os quanto à própria ação do comércio importador. Porventura serão altos os direitos dos tecidos de algodão, tais como brins e semelhantes? Não foram os seus direitos estabelecidos com anuência do comércio importador? Não tem estado até agora sob o domínio dos fabricantes estrangeiros todos os nossos mercados?

Apesar de todos os direitos que possuíam, o periódico mencionou a falsificação do algodão vindo do estrangeiro. Afirmou que o comércio importador teria sua cota de contribuição neste item. E as apreciações do periódico *O Industrial* acomodava o fato que o livre-câmbio não era uma doutrina relevante para o Império nesta ocasião.

Antes o colega diga que o livre-câmbio, é a maior mina que os governos têm descoberto para benefício de seus fabricantes. A ganância, na exploração de um país inocente, é a sua mira. Quando não lhes bastam os proventos de taxas quase sempre abaixo da razão da lei, eles são aumentados pela falsificação. E diga o colega, com a sinceridade de suas convicções, como lutar com este, protegê-lo de nova espécie, que surge de todos os ângulos do mundo, para esmagar as tentativas do trabalho nacional? Deixemos provado que as falsificações não são privativas do protecionismo, como também, mais justos do que o colega, não o lançamos exclusivamente a conta da escola oposta, apesar de que esta dá mais chance à demasiada ambição da classe importadora.¹²⁵⁹

Esta disposição do periódico *O Industrial* em debater através da imprensa seu programa favorecia o intento de multiplicar sua inserção junto à esfera pública. E a utilização da imprensa era relevante pelo próprio entendimento que se tinha sobre o jornalismo. Segundo Barbosa: “O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, porque representam o pensamento da sociedade, graças a sua popularidade”.¹²⁶⁰ O espaço encontrado pela Associação junto à esfera pública identifica a contribuição que a imprensa podia conferir à causa industrialista. Em relação ao comércio importador, pode-se identificar agentes que faziam parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro que apoiavam a causa da indústria fabril no Império.

Com relação ao comércio importador, a Associação Comercial do Rio de Janeiro tinha em sua instituição uma divisão quanto ao entendimento em relação à indústria no Império. O discurso apresentado pelo Sr. Dr. Thomas Alves demonstra a divergência no órgão. Em seu pronunciamento defendeu o sistema de livre-câmbio afirmando ser a melhor escolha para as nações novas que almejavam desenvolvimento para as suas indústrias. Consta em Trabalho Nacional: “Todo imbuído nas doutrinas da escola inglesa, ele quer que nos condenemos á

¹²⁵⁹BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos. 1881. p. 201.

¹²⁶⁰BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 131.

imobilidade, que sejamos indiferentes aos progressos das nações, visto como não podemos ser senão agrícolas, porque assim nascemos! O Sr Dr. Thomas Alves entende que não é pela proteção, e sim pela liberdade comercial, que a indústria há de desenvolver-se.”¹²⁶¹

Conforme aponta Baer: “Durante a maior parte da existência do Império (1822-1889), a política comercial baseava-se no livre cambismo, o que tornava extremamente difícil o estabelecimento de indústrias do país face à concorrência externa”.¹²⁶² Por esta razão a bandeira protecionista era um marco na história econômica do Império, pois estabelece uma nova visão que traria uma transformação na economia com a atuação dos agentes da indústria fabril.

Diferentemente da disposição do Sr. Dr. Thomas Alves, a Associação Comercial do Rio de Janeiro tinha em seus quadros homens contrários à doutrina liberal como os Comendadores Malvino da Silva Reis, Pinheiro e Souza Ferreira além do Conde Matosinho e muitos outros que defendiam a proteção para a indústria no Império. Vale lembrar que os apoiadores da AIRJ eram ligados ao comércio interno e os opositores à indústria fabril eram ligados ao comércio importador. Para configurar este arranjo verificar-se o apoio dado à Associação Industrial por parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Assim entende também a Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro, a qual, no seu relatório, diz: Não pode, pois, a Diretoria deixar de lamentar que na confecção das Tarifas não se atenda jamais às dificuldades com que luta a nossa ainda embrionária indústria, que não pretende nem reclama em seu favor todas as regalias do protecionismo, mas unicamente a opção de um sistema aduaneiro francamente definido, que sem prejuízo da introdução dos produtos estrangeiros não desalente os poucos indivíduos que tem a coragem de procurar introduzir no país os elementos que hão de constituir no futuro a nossa riqueza industrial. Para a consecução deste grande resultado bastará, como primeiro passo, que sejam modificados os direitos estabelecidos para as matérias-primas, que formam a base das nossas indústrias, continuando a subsistir, como é de razão, e sem gravame, os que oneram os produtos manufaturados no estrangeiro. É também indispensável que os direitos uma vez criados e sob a proteção dos quase algumas indústrias são iniciadas, não sejam irrefletidamente alterados, aniquilando-se ao nascer o que em prazo mais ou menos longo poderia robustecer-se e prescindir de qualquer proteção ou amparo.¹²⁶³

O apoio recebido da Associação Comercial do Rio de Janeiro na defesa da causa da indústria fabril foi aceito com restrições pela Associação Industrial, pois expunha em seu periódico *O Industrial* seu juízo a fim de demarcar sua direção quanto ao caminho a seguir e definia as suas divergências segundo a sua explanação.

Não nos parece bastante para o desenvolvimento da indústria a modificação dos direitos sobre as matérias-primas julgou necessária igualmente a elevação dos

¹²⁶¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 177.

¹²⁶²BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. p. 9.

¹²⁶³BRASIL, op. cit., p. 170.

direitos sobre os produtos similares, ou ao menos a escrupulosa execução da lei na aplicação de impostos, para o que convém examinar com a máxima atenção os preços de tais produtos, para que não entrem no Império, como dissemos em nosso último número, com direitos inferiores aos devidos. Adaptar este último sistema não é gravar os produtos estrangeiros, mas unicamente fazer a justiça, a que a indústria do país tem incontestável direito.¹²⁶⁴

O tema sobre a concorrência entre produtos similares nacionais e importados foi a causa do desacordo entre as duas entidades. Entre os membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro, há comerciantes nacionais que apoiaram a causa da Associação Industrial em sua organização, como o Comendador Malvino da Silva Reis, seu idealizador e outros que se opunham ao incentivo à indústria.¹²⁶⁵ As discussões entre as duas entidades foram realizadas através da imprensa. O periódico fazia essa relação entre a Associação Industrial e diversos assuntos que tivessem arrolamento com a tese da causa industrialista.

O artigo “Associação Comercial” publicado no periódico *O Industrial* demonstrava a discordância entre o grupo vinculado especificamente à indústria naval e da marinha mercante e os importadores. Estes possuíam posições díspares quanto ao assunto proteção. Em uma dada reunião esplanada no artigo identifica-se esta desavença: o ilustrado Senhor Comendador Malvino da Silva Reis que manifestava seu juízo quanto à necessidade de apoio a indústria almejando seu desenvolvimento.

Do debate entre o Senhor Comendador Malvino Reis e o secretário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o secretário argumentou não ser necessário o apoio solicitado pelo parecer, se estendeu por três horas e a diretoria da Associação Comercial assentou em votação o assunto levantado. Com a vitória da proposta mencionada pelo Sr. Malvino Reis ao apoio requerido, um grupo da diretoria se ausentou da direção dos trabalhos configurando sua posição. Desta maneira uma fração da diretoria teve pareceres divergentes quanto ao assunto.

Formulando-se, deste modo, as aspirações da indústria nacional, ninguém dirá que se pede uma proteção absoluta e que se pretende criar monopólios; como se vê, pretende-se o que é justo e razoável, deixando-se ao patriotismo e a ilustração dos representantes do povo, a glória de decidir estas questões, de magno interesse do país, e que somente poderão ter uma cabal solução, depois de um inquérito e de larga discussão. Ninguém ignora quanto é prejudicial ao comércio a mudança continuada das tarifas aduaneiras e por isso muitos negociantes estrangeiros, que, aliás, não se quiseram envolver nestas questões, queixam-se das discussões que podem demorar a promulgação da tarifa em projeto. Entretanto, é necessário observar-lhes que, demorando-se mais um ano a tarifa atual, e adaptada as providências que ora reclamadas, chegará a uma conclusão definitiva, que habilitará

¹²⁶⁴BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 171.

¹²⁶⁵VIEIRA, Nívea Silva. **Associação comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política pública para o porto do rio de Janeiro (1869-1934)**. 2014.180 f. Tese(Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.

o governo a estabelecer uma lei.¹²⁶⁶

O Inquérito Industrial solicitado pela Associação Industrial do Rio de Janeiro através da imprensa ganha cooperadores proeminentes que exerceram um papel diferencial junto à averiguação. O referido destaque ocorrera quando as duas entidades articularam, cada qual ao seu favor, no inquérito industrial de 1883, solicitações distintas com seus próprios intentos, por compreender que se fazia necessário que se conhecesse a realidade da indústria no Império. Na continuidade do capítulo o inquérito industrial será o objeto de exposição.

5.2.2- O Relatório Apresentado ao Ministro da Fazenda pela Comissão Industrial de 1882 e Informações apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura em 1883.

O relatório apresentado a Sua Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial de 1882 estudava a necessidade da indústria. No ano que ainda estava sendo elaborada a Tarifa das Alfândegas de 1881, o Inquérito Industrial estava executando uma reivindicação da AIRJ ao governo Imperial. Este Inquérito fora composto de um questionário que tinha por finalidade averiguar o imperioso estado da indústria. Possuindo a princípio a quantidade de indústrias existentes em cada província e entendendo que o questionário não era obrigatório, ficando, portanto, a cargo de cada industrial responder ou não as questões do inquérito. Assim, fica atestada a atuação política da AIRJ quando reivindicou um inquérito industrial na Revisão da Tarifa de 1881 e alcançou o pedido junto ao Governo Imperial.

Por aviso de 15 de dezembro do ano próximo passado o Senhor Conselheiro José Antônio Saraiva, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, dignou-se nomear uma comissão composta do abaixo-assinado para proceder a minucioso inquérito, estudar o estado das indústrias do país e conhecer quais as que, tendo elementos para prosperar, careciam de qualquer proteção.¹²⁶⁷

A comissão de Inquérito Industrial era composta pelos seguintes membros: Fabio Alexandrino Carvalho Reis, Alexandre A. R. Sattamini e Honório A. Baptista Franco. A comissão iniciou seus trabalhos na Exposição de 1881 utilizando o espaço e o contato com os industriais. A metodologia utilizada para a comunicação com os interessados quanto ao assunto foi a imprensa da Corte. Segundo Relatório da Comissão de Inquérito: “convidando por anúncios, que foram publicados nos jornais de maior circulação desta Corte, todos os industriais e pessoas interessadas no assunto [...] apresentarem verbalmente ou por escrito as

¹²⁶⁶BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 318.

¹²⁶⁷MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela comissão de inquérito industrial**. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 mai 2010.

observações e reclamações”.¹²⁶⁸ Este momento do Inquérito Industrial e da Exposição era marcado por um surto industrial. Segundo Prado Junior: “Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-1889), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país”.¹²⁶⁹ Este surto ocorre exatamente no momento da organização da entidade que defende a indústria fabril no Império com uma proposta protecionista que elevaria a condição de independência de um só produto para uma nova abertura para a indústria fabril alcançar seus degraus mais importantes.

A princípio, o trabalho iniciou-se em 22 de dezembro ficando aberto durante toda a Exposição da Indústria Nacional de 1881 com o intento de receber as observações e reivindicações dos industriais. Não alcançando o êxito esperado, a comissão elaborou uma carta circular a todos os fabricantes da Corte. Em Relatório da Comissão de Inquérito: “para que a coadjuvassem com informações precisas que pudessem guiá-la no desempenho da tarefa que tenha a cumprir tanto mais quanto o inquérito fora solicitado em nome dos industriais”.¹²⁷⁰ A Associação Industrial ratifica sua articulação política com a constatação do contato com o Governo Imperial através da solicitação de um pedido expresso por meio da imprensa e de líderes no Parlamento, com referência ao dado Inquérito Industrial, caracterizando assim a ingerência da Associação Industrial junto ao Governo Imperial. Percebe-se que com o periódico *O Industrial* também se tinha caracterizado essa atuação política junto à esfera pública e ao Parlamento.

A expressão de grupo e de seu projeto de mudança para o Império configurou sua identidade como expressão política dentro da sociedade Imperial como um Partido que se alicerçava no sistema protecionismo como proposta de transformação da economia nos anos oitenta do século XIX. De acordo com Lamarão: “A tarifária - alvo das atenções da Associação Industrial, entidade de classe fundada em 1881 para defender o protecionismo alfandegário- foi sendo progressivamente atendida, pelo Estado com uma política aduaneira cada vez mais sensível aos reclamos dos grupos industriais.”¹²⁷¹

¹²⁶⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela comissão de inquérito industrial**. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 mai 2010.

¹²⁶⁹ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 16ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1972. p. 259.

¹²⁷⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA op. cit., p. 4.

¹²⁷¹ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 120.

Conforme aborda Lamarão (1997), a transformação do espaço político e econômico alcançado pela Associação Industrial vai se estruturando com o passar dos anos oitenta com as Tarifa das Alfândegas mais protecionistas, como foram as de 1887 e 1889, sem contar com as Tarifas Alfandegárias anteriores de 1844, 1869, 1879, alcançada com a articulação da seção da indústria fabril. Durante os anos oitenta a Associação Industrial conseguiu modificar a política tarifária do Império por duas vezes consecutivas com uma Tarifa mais protecionista.

Para a comissão seria necessária uma estatística que pudesse confirmar o real estado da indústria no Império. Entre as indústrias arroladas pela comissão, o total seria de 136 na Corte e 32 nas províncias. Segue a quantidade de indústrias do Município da Corte: 1 fábrica de tecidos de algodão, 3 fábricas de bebidas alcoólicas e fermentadas, 24 fábricas e oficinas de marcenarias, 6 fábricas de calçados, 4 fábricas de arreios, 6 fábricas de selins, 2 fábricas de baús, 12 tipografias, litografia e encadernação, 34 fábricas de fundição e oficinas de laborar metais, 9 fábricas de chapéus de feltro, 4 fábricas de óleo, sabão e velas, 2 fábricas de luvas de pelica, 2 fábricas de flores artificiais, 2 fábricas de caixas para joias, 3 serrarias a vapor, 2 fábricas de massas alimentícias, 4 fábricas de papelão e papel de embrulho, 1 fábrica de tecido e meias e 15 fábricas diversas.

As Províncias registram: Pará - 1 fábrica de sabão, 2 fábricas de chocolate e 1 fábrica de fundição; Pernambuco - 1 fábrica de genebra, 1 fábrica de carvão animal e 1 fábrica de velas; Bahia - 1 fábrica de tecidos de algodão; Espírito Santo - 1 fábrica de gás de iluminação, 1 fábrica de cerveja, 1 fábrica de sabão e velas e 2 fábricas de preparar fumo; Rio de Janeiro - 2 fábricas de tecidos de algodão; São Paulo - 1 fábrica de meias e 1 fábrica de penol; Paraná - 1 fábrica de refinação de açúcar, 1 fábrica de café, 1 fábrica de pólvora, 2 fábricas de telhas e tijolos, 1 fábrica de sabão e velas, 1 fábrica de tecidos de algodão feitos à mão, 4 fábricas de erva mate e 1 estabelecimento de criação; Rio Grande do Sul - 1 fábrica de teares de lã.

A quantidade de fábricas existentes na Corte explica em parte a facilidade de articulação entre as indústrias no Império. E o Inquérito pode dar uma visibilidade para o Governo e o Parlamento quanto às dificuldades enfrentadas pela indústria. Este documento apresentado ao Ministro da Fazenda pôde trazer dados mais concentrados da Corte. Para a análise do inquérito a comissão pôde elaborar uma série de questões que puderam trazer informações objetivas quanto à organização das indústrias.

1º Localização onde está situada a fábrica ou estabelecimento. 2º Nome do proprietário da fábrica. 3º Data da fundação. Apontamentos históricos. 4º Capital. 5º Natureza do motor, sua força, consome de combustível se o exigir data em que foi adquirida. 6º Quantidade, qualidade, valor procedência das materiais primas empregadas. 7º Quantidade, qualidade, nomes e procedências das máquinas empregadas para a fabricação. 8º Números de operários maiores e menores de cada

sexo. Salários respectivos. 9º Quantidade e qualidade de produtos fabricados anualmente, seus preços de venda por grosso na fábrica. Mercado de consumo. 10º Dificuldade que se encontrem para obter capitais ou braços para o trabalho e desenvolvimento da fábrica, ou para adquirir maquinismo mais perfeitos. 11º Quais são os direitos da tarifa atual ou outra disposição da lei, cuja conservação ou alteração considera necessária para a sua indústria e por que. 12º Qual o estado de instrução do pessoal operário.¹²⁷²

O alcance junto aos industriais foi efetivo na Corte, mas sem expressão nas demais províncias. Para tanto a comissão de inquérito industrial se ampliou sobre a gestão do Parlamento, pretendendo reconhecer as necessidades da indústria em todo o Império. A respeito do documento “Informações Apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislativa, de 30 de agosto de 1883”, este indica a realidade que pode ser constatada pela comissão parlamentar de inquérito que tinha como proposta averiguar as condições da indústria fabril, do comércio e dos meios possíveis de circulação das mercadorias produzidas no Império, além das alfândegas.

Para tanto foram nomeados deputados, um conselheiro e um comendador para dirigir este afazer. Os seguintes senhores foram responsáveis pela coordenação de todo o processo de investigação: Dr. Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira, Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, Dr. Antônio Felício dos Santos, Conselheiro Franklin Américo de Menezes Doria e o Comendador Manoel José Soares. Ao se referi ao deputado e presidente da AIRJ, Antônio Felício dos Santos, aponta Levy: “No ano seguinte integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para informar sobre a necessidade de revisão de tarifas Alfandegárias para proteger a indústria nascente”.¹²⁷³

Desta lista de nomes dos senhores da comissão Dr. Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira e Dr. Antônio Felício dos Santos este último, inclusive, foi o primeiro presidente da Associação Industrial do Rio de Janeiro e continuaria no combate a favor da causa industrialista no Império junto ao Governo e as Câmaras.

Requeiro que esta Augusta Câmara eleja uma comissão especial de cinco membros que, no intervalo das sessões, instaurando um inquérito sobre as condições do nosso comércio, da indústria fabril e do serviço das nossas alfândegas, dê minucioso parecer a respeito da Tarifa das Alfândegas, mandato executar provisoriamente pelo Decreto nº 8360 de 31 de Dezembro de 1881.¹²⁷⁴

¹²⁷² MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela comissão de inquérito industrial**. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 12. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 mai 2010.

¹²⁷³ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 102.

¹²⁷⁴ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, p. 3, 1883. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio de 2010.

O requerimento da Indústria fabril quanto ao Inquérito Industrial foi atendido. Sendo o estudo vasto, para uma comissão executar, foi pedido a vários colaboradores, como presidentes de províncias, deputados, inspetores das tesourarias e alfândegas, corporações e associações, que pudessem prestar serviços para com a comissão. Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Devendo o inquérito estender-se a todo o Império e não sendo possível a comissão fazê-lo por si só, solicitou a colaboração de comissões auxiliaadoras compostas, em todas as províncias, de deputados e mais colaboradores por eles escolhidos”.¹²⁷⁵ Segue a relação das comissões auxiliares divididas em Corte e Províncias e subdivididas por áreas a serem avaliadas. Um grupo significativo de líderes das comissões era de conselheiros, comendadores, barões e doutores, além de serem do corpo legislativo, sendo alguns membros da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Comissões nomeadas para a Corte: Bancos e Meios Circulantes: Barão de Andarahy, Comendador J. C. Ramalho Ortigão, Conselheiro José Machado Coelho de Castro e Dr. Manoel de Oliveira Fausto. Companhias de Seguros: Comendador José Justiano Rodrigues, Luiz Guedes de Moraes Sarmento. Transportes Marítimos e Fluviais: Comendador Euzébio José Antunes, Comendador Jacomo N. Vincezi, Comendador Antonio Gomes de Mattos, Comendador Malvino da Silva Reis, Comendador José Augusto Vinhaes e Comendador Carlos Moreax. Transporte terrestres: Dr. Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, Dr. Antonio Maria de Oliveira Bulhões e Dr. Francisco Pereira Passos. Companhias Comerciais e Industriais: Comendador Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro, Manoel José da Fonseca e Henrique Joppert. Comércio de Importação: Antonio Alves Ferreira, Comendador Antonio da Costa Chaves de Faria, Pedro Lecoq, Barão de S. Francisco Filho, Bernardino Rodrigues Cardoso, José Antonio Soares Pereira e Wenceslau Guimarães. Comércio de Exportação: Emílio Berla, Eduardo H. Fattle, Joaquim Dias Custódio de Oliveira, Francisco Sawen, Augusto Wiglem E. Pradez e Comendador Francisco de Paula Magrinck. Comércio Intermediário de Exportação: Barão de Araújo Ferraz, José de Souza Lima, Pedro Gracie, Francisco Eugenio de Azevedo Carlos Justiniano das Chagas e Luís de Andrade. Comércio a Retalho e a Varejo: Visconde de S. Thiago de Riba d Ul, Comendador Francisco salgado Zenha, João Francisco Fróes da Cruz e Domingos da Silva Mendes. Serviços das Alfândegas: Conselheiro Antonio Pedro da Costa Pinto e o Comendador Carlos Pinto de Figueiredo.¹²⁷⁶

As comissões auxiliares da Corte que foram subdivididas por sessões de acordo com cada função pelas quais iriam estar responsáveis, sinalizam o grau de abrangência que esta comissão parlamentar deveria exercer. Para tanto, puderam receber dos senhores especialistas em cada análise e das reivindicações das associações. Seguem ainda as comissões auxiliares nomeadas para as províncias espalhadas pelo Império.

Amazonas: Dr. Antonio do Passos Miranda e Dr. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel. Pará: Dr. Guilherme Francisco da Cruz e Dr. Samuel Wallace MacDowel. Maranhão: Dr. Sinval Odorico de Moura e Dr. Antonio Olympio Gomes de Castro. Ceará: Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil. Paraíba: Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia e Dr. Manoel Carlos de

¹²⁷⁵ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883. p. 5. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁷⁶ *Ibid.*, p. 16.

Gouveia. Pernambuco: Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela, Dr. José Mariano Carneiro da Cunha e Ulysses Machado Pereira Vianna. Alagoas: Dr. Teophilo Fernandes dos Santos e Barão de Anadia. Sergipe: Barão da Estância e Dr. José Luiz Coelho e Campos. Bahia: Barão do Guahy, Conselheiro Antonio Carvalho da Rocha e Dr. João Ferreira de Araújo pinho. Espírito Santo: Dr. Leopoldo Augusto Diocleciano de Mello e Cunha e Alphio Adolpho Monjardim de Andrade e Almeida. Rio de Janeiro: Dr. Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, Dr. Manoel Rodrigues Peixoto e o Conselheiro João de Almeida Pereira. São Paulo: Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrade e o Conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva. Paraná: Conselheiro Manoel Alves de Araújo e Dr. Generoso Marques dos Santos. Rio Grande do Sul: Conselheiro Francisco Antunes Maciel, Dr. José Francisco Diana, Dr. Antonio Eleutério de Camargo, Dr. Antonio Antunes Ribas e Dr. Felisberto Pereira da Silva. Minas Gerais: Dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pennas, Dr. Joaquim Vieira de Andrade, João de Matta Machado, Dr. Francisco Ignácio de carvalho Rezende, Dr. Eduardo Augusto Montardon, Dr. Olympio Oscar de Vilhena Valladão, Barão da Leopoldina, Dr. João Nogueira Penido e Dr. Carlos Vaz de Mello. Goiás: Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim.¹²⁷⁷

As comissões auxiliares das províncias tinham por finalidade levantar as necessidades da indústria e do comércio, assim como as comissões auxiliares da Corte. Para este arrolamento se fazia imperativo possuir uma lista de temas a serem respondidos a fim de configurar a realidade da indústria fabril e do comércio.

O documento traz inúmeras perguntas quanto à alfândega, à tarifa, à indústria fabril, aos bancos, aos meios circulantes, aos transportes e aos seguros. As questões apresentavam a finalidade de avaliar o estado atual da indústria e do comércio, abrindo as discussões sobre suas necessidades e tendo a possibilidade de ajustes que pudessem dar algum ganho a indústria fabril e ao comércio. Necessário se fazia averiguar o grau de controle do capital estrangeiro sobre o mercado Imperial.

A questão da penetração de capitais estrangeiros está intimamente relacionada com o tipo de crescimento industrial que o país iria conhecer, desde suas origens até os dias atuais. Por isso, é importante observar ainda o seguinte: além das ferrovias, os ingleses controlavam as maiores firmas exportadoras e importadoras, as companhias de navegação, as agências de seguro e os bancos financiadores.¹²⁷⁸

Segundo o autor, a Inglaterra exercia um controle sobre a importação e exportação de mercadorias. Por assim dizer a Associação Industrial estava lutando com um adversário articulado e financiador da economia do próprio Império. Por essa razão o Inquérito Industrial era tão importante para trazer visibilidade da real instrumentalidade que seria necessária para desempenhar a proteção das mercadorias produzidas pelas indústrias no Império.

Entre as perguntas, serão alçadas algumas com a intenção de se traçar um perfil quanto às dificuldades encontradas na época, referente aos itens já mencionados, pois estas seriam o

¹²⁷⁷ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883. p. 16. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>. > Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁷⁸ HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos 20).** São Paulo: Ática, 1991. p. 47.

roteiro a ser respondido pela indústria, pelo comércio e pelos especialistas indicados pela Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial. As questões estão divididas com relação aos itens: Tarifa, Alfândega, Indústria Fabril, Bancos, Meio Circulante, Transportes e Seguros.

Tarifa: A classificação das mercadorias adaptada por nossa Tarifa aduaneira é satisfatória? Se tiver defeitos quais são eles? Como corrigir tais defeitos e remediar tais inconvenientes? Os preços oficiais das mercadorias diferem notavelmente dos preços correntes dos mercados exportadores e dos do nosso mercado? Quais são os aumentos ou diminuições de taxa a que pode e deve dar lugar a revisão de nossa tarifa? É possível por um bem pensada revisão de a tarifa aumentar a renda do Estado sem aumentar os atuais ônus do nosso comércio e indústria? Como? Das reformas efetuadas nos últimos vinte anos, quais as que maiores inconvenientes para a indústria nacional, resultaram das modificações que a Tarifa atual fez na de 1879? Alfândega: A organização, número, condições de habilitação e vencimentos do pessoal das nossas alfândegas e mesas de rendas são satisfatórias? O modo de verificação da qualidade das mercadorias para o cálculo do imposto é o melhor, segundo as disposições vigentes? Qual o melhor meio de impedir o contrabando? O nosso sistema de despacho, carga e descarga e armazenagem de mercadorias são satisfatórios? Quais os melhoramentos que necessitam as nossas alfândegas em relação aos edifícios e respectivos maquinismos para o bom desempenho dos serviços que lhes pertencem? Indústria Fabril: Qual a localização da fábrica ou estabelecimento, nome do proprietário, sociedade ou companhia, histórico de estabelecimento? Qual o capital empregado? Qual a natureza do motor empregado, sua força, consome de combustível e despesa anual? Data em que foi adquirido? Quantidade, qualidade, valor e procedência das matérias-primas? Quais as máquinas empregadas, seu número, procedência e custo aproximado? Qual o número de operários, sua idade, sexo, estado e nacionalidade? Sistema de trabalho e salário? Quais as dificuldades para se obter braços máquinas, capitais e transporte? Bancos, meio circulante, transporte e seguros: O banco quer do Norte quer do sul do Império, criando caixas filiais e agencias, poderão facilitar as transações comerciais e, portanto, as remessas de numerário? Convém o Banco do Brasil alargue o círculo de suas operações de crédito real, emprestando sob hipoteca a outros mutuários além dos cafeicultores e mesmo a outros industriais, como o fabril? O nosso comércio intermediário de importação luta com dificuldades que podem ser removidas por medidas legislativas ou administrativas? Quais as medidas legislativas e administrativas necessárias ao desenvolvimento de serviço dos transportes marítimos e fluviais?¹²⁷⁹

Estes pontos foram discutidos ao longo do Inquérito pela Associação Industrial, pelos especialistas que por experiência em cada item puderam auxiliar a Comissão e pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. Importante destacar que com progresso industrial revelado no Inquérito industrial, fica claro o grau de desenvolvimento da indústria no Império.

Esta fase de progresso industrial prolongar-se-á na República, correspondendo à febre de iniciativas dos primeiros anos do nosso regime. O brusco declínio de câmbio que então se verifica ainda virá reforçar a situação próspera da indústria; e o rompimento do equilíbrio conservador do Império abrirá as portas para uma política de mais consciente amparo à produção do país. As Tarifas das Alfândegas serão sucessivas e grandemente elevadas, e já desta vez com o objetivo deliberado de protecionismo industrial.¹²⁸⁰

¹²⁷⁹ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional.1883. p. 7-15. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br/>> Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁸⁰ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 16º edição, São Paulo: Editora Brasiliense. 1972. p. 259.

De acordo com o autor, as condições do desenvolvimento se alicerçam nessas assertivas geradas no momento socioeconômico do Império. Em continuidade as argumentações do documento, a exposição dos fatos com relação ao conselho da Associação Industrial, composta de delegados eleitos pelas indústrias, estudou as reclamações apresentadas e encaminhou à comissão. Segundo Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Crê que desta vez triunfará o espírito esclarecido e prático do oportunismo sobre as teorias falazes do radicalismo da livre-permuta”.¹²⁸¹ Para afirmar que a razão do pouco capital empregado nas indústrias advinha do alto risco que esta empresa demonstrava ser no Império, sem apoio de leis que a protegessem e a incentivassem. Para List: “A escola econômica dominante cometeu grandes erros ao julgar as condições simplesmente segundo a teoria dos valores, quando deveria tê-las avaliado segundo a teoria das forças produtivas”.¹²⁸² De acordo com Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Desde que o Estado auxilie, e que ela prospere, capital e braços procuraram o país para concorrerem ao campo vastíssimo da produção”.¹²⁸³

A Associação Industrial se espelhava no pensamento protecionista de List e divulgava seus ideários por conta de sua necessidade de proteção e da precisão de capitais para suprir as condições para o desenvolvimento e a continuidade do processo de crescimento da indústria de maneira sustentável no Império. De acordo com List: “A prosperidade de uma nação não aumenta, como acredita Say, na proporção em que esta acumulou maior riqueza (isto é, valores de troca), mas na proporção em que mais desenvolveu suas forças de produção”.¹²⁸⁴ Esta foi a posição que a Associação Industrial expressara de maneira objetiva neste inquérito, expondo ao Parlamento sua pretensão quanto a sua mais definitiva reivindicação que seria uma proteção que pudesse alavancar a indústria no Império.

Em cada reclamação a Associação Industrial respondia aos itens expressos no questionário do Inquérito. Outra tese seria em referência aos preços que as mercadorias teriam no comércio interno, e que as indústrias beneficiariam a população com trabalho, bem-estar e desenvolvimento. A defesa feita pela Associação junto ao Parlamento coligou seu desígnio de demonstrar sua real condição. Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “A

¹²⁸¹ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional.1883. p. 345. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁸² LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 104.

¹²⁸³ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura,** Rio de Janeiro: Typografia Nacional.1883. p.368. Disponível em:< <http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁸⁴ LIST, op. cit., p. 103.

população terá os produtos por preços razoáveis, o povo terá profissões honestas e lucrativas para seus filhos, e a nação terá criado a sua indústria e multiplicará sua riqueza e será feita a sua autonomia”.¹²⁸⁵

As reclamações da Associação Industrial, concernente à indústria de vidros, que foram expostas no Inquérito traz em especial a Fábrica de Vidros de Esberard, até então única fábrica de vidros no Rio de Janeiro. Conforme Lamarão: “A Luz Sterica implantou em 1873 um sistema de máquinas - máquinas a vapor, máquinas de cortar e sabão, máquinas de lustrar velas, máquina de imprensar e mascar o sabão, máquinas de cortar fundir velas”.¹²⁸⁶ Expôs sua dificuldade quanto à Tarifa de 1881 que prejudicava seu desenvolvimento. Argumentou que a utilidade da fábrica estava revelada no fato de gerar emprego para os homens e mulheres e de ser um local de possível acesso à alfabetização dos operários. Consta em Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Os operários que a fábrica tem em seu serviço são na quase totalidade analfabetos. Esta consciência de todos que o nosso pessoal empregado na indústria fabril é destituído dos necessários conhecimentos técnicos”.¹²⁸⁷

Este problema desvendou a urgência da fábrica em instruir seus operários, e para que fosse possível a solução da demanda, requisitou da comissão de Inquérito Industrial apoio de lei e incentivo para a possibilidade da instalação de escola na fábrica. Esta reivindicação já era solicitada pela SAIN em 1865, com a escola industrial que nunca saiu do papel. Conforme Weid: “Em julho de 1865, o Comendador Joaquim A. de Azevedo apresentou um projeto de criação de uma escola industrial que funcionaria a expensas da Sociedade. Fazia-se necessário a formação de operários e mestres capazes de dirigir os trabalhos de oficinas”.¹²⁸⁸ No documento, Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Estes conhecimentos poderiam obtê-los, se cada fábrica tivesse escolas nas quais os motivos referentes à especialidade de que se ocupassem, ali fossem ensinados”.¹²⁸⁹ A particularidade aqui é requerida para o rendimento do trabalho. A Associação Industrial em sua reclamação junto à

¹²⁸⁵ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 368. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁸⁶ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920).** 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 61.

¹²⁸⁷ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** 1883. p. 355. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁸⁸ WEID, Elisabeth Von Der. **Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Centro Industrial, 1977. p. 18.

¹²⁸⁹ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** 1883. p.356. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio de 2010.

comissão esclarecia que não seria possível a fábrica arcar com as despesas porque os industriais não teriam recursos.

Por último, se referindo à fábrica de vidros de Esberard é solicitado ao corpo Legislativo uma proteção à matéria-prima utilizada na confecção dos artefatos, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos e a garantia de concorrência com os produtos estrangeiros. Este pedido se calça pelo fato da Inglaterra ser o exportador dessa mercadoria e de inúmeras outras que entravam no Império prejudicando a indústria fabril. Pode-se observar que os produtos que aparecem de forma repetitiva nas Revisões das Tarifas Alfandegárias são os mesmos que tem a concorrência inglesa em solo brasileiro.

O vidro era importado em abundância e de várias espécies: vidro ordinário; vidro fino; para portas e janelas. Vidro lapidado; cristal; vidro sob forma de óculos; lunetas. Os artigos de ferro também assumiam grande importância no comércio dos ingleses, além dos de aço, cobre, folhas de flandres; foices; pregos; parafusos; tesouras; canivetes e cutelaria em geral. Também o papel (de carta, de embrulhos, de parede) além do pergaminho para patentes e cartas de bacharel. As tintas, de pintar parede e de escrever, também vinham da Inglaterra.¹²⁹⁰

Outra fábrica citada no Inquérito foi a Companhia Industrial Óleos que solicitou à comissão alguma reflexão quanto à importação segundo a tarifa cobrada por óleos e azeites. Expõe que os acionistas até aquela data não tiveram nenhum ganho, ao contrário. Fora pedido aos mesmos que pudessem injetar mais recursos para a manutenção da dita fábrica. Faz suas alegações a fim de expor suas reais condições.

O prejuízo que sofre a Companhia é devido não somente a concorrência, dos azeites importadores do estrangeiro, mas principalmente ao fato de que homens poucos escrupulosos, apresentam à venda tais azeites que pelo seu paladar parecem nocivos. O Governo tome precauções necessárias para se evitar a fraude. A Companhia pede, pois, que se considere conveniente de elevar a taxa do art. 135, a 120 réis restabelecidos que vigorará em 1879.¹²⁹¹

A Associação Industrial expôs suas reclamações referentes a estas fábricas que reivindicaram junto ao conselho da diretoria um protesto quanto as suas necessidades. Segundo Turazzi: “O Rio de Janeiro liderou o processo de crescimento industrial brasileiro, que se fazia acompanhar na cidade pela criação e articulação entre si de associações de classe defensoras da indústria”.¹²⁹² Seguem as considerações feitas por Francisco Rebello de Carvalho, empregado do Fisco. Sua análise de itens expostos, a princípio, quando se alude à Alfândega e à Tarifa.

¹²⁹⁰HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos 20)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 45.

¹²⁹¹**Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 364. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁹²TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 29.

Em sua avaliação, a Alfândega deveria ser vistoriada para um melhor entendimento quanto às tarefas que efetuavam em cada província, pois havia no período alfândegas mistas que executavam as tarefas de importação, exportação, recebedoria e pagadoria, que desempenhavam múltiplas tarefas e outras que trabalhavam com importação e exportação.

Onde o trabalho torna-se notável pela variada cobrança das rendas internas e extraordinárias, pondo-as na arrecadação, em pleno contato com todas as classes sociais, e na despesa com todos os ministérios, portanto, se aquelas que se consideram pela renda. Assim é que em geral pode-se dizer que os mais importantes e notáveis empregados fiscais são aqueles que praticam nestas Alfândegas mistas [...] e a prova do que avanço verifica-se principiando pelo atual inspetor da Alfândega da Corte, cuja aptidão e conhecimentos profissionais correspondem ao elevado cargo que com justiça exerce.¹²⁹³

Com referência à função de inspetor, são expostas algumas demandas que seriam o empreguismo como artifício eleitoral, a necessidade dos funcionários falarem idiomas como o inglês e o francês e o concurso que não era considerado. Conforme as Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “A vontade do Governo superior da Lei, nomeando como tem nomeado empregados de 3ª entrância indivíduos contra a expressa disposição do mesmo, [...] sem exames de português [...] preterindo funcionários competentemente habilitados”.¹²⁹⁴ De acordo com este ajuizamento, traria inúmeras dificuldades ao Governo que seriam: funcionários sem condição de exercer o posto que desempenhavam desmoralização e anarquia no trabalho das Alfândegas. Esta discussão ocorrera na Revisão da Tarifa de 1844 e nas demais Revisões, assim como a falta de pessoal de controle de fronteira, mencionada no capítulo cinco.

Vale lembrar que os funcionários das Alfândegas foram alvos de inúmeras reclamações nas Tarifas anteriores devido à falta de capacitação demonstrada no manejo dos trabalhos nas Alfândegas do Império desde a Tarifa das Alfândegas de 1844. Importante ressaltar que este Inquérito somente ocorreu pelo esforço por parte da Indústria e de sua entidade representativa. E as discussões quanto ao desempenho de funcionários das alfândegas se dá por causa da mudança no sentido de adentrar o Império para a ala dos países civilizados. Conforme Decca: “A gênese e o desenvolvimento da nação com a evolução da indústria, posto que esta última representa o barômetro do progresso e da marcha da civilização”.¹²⁹⁵

¹²⁹³ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 25. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br> > Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁹⁴ *Ibid.*, p. 3.

¹²⁹⁵ DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das Fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 165.

Foi ainda demonstrado o caso de uma desconfiança entre fiscais e comerciantes, por causa de contrabando efetuado por parte de alguns comerciantes. Conforme Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “porque um ou outro abuso ou fraude de medíocre importância não pode servir de base para julgar negociantes que em sua totalidade são honestos”.¹²⁹⁶ Entende-se que não deve ser modificada a severidade da Lei que pune o contrabandista. Na Tarifa de 1844, essa questão já tinha sido levantada, além do caso de funcionários das Alfândegas ganharem um percentual sobre cada multa emitida, gerando conflito entre o comércio importador, a indústria e o fisco. Fora arguido sobre os principais serviços a que convinha simplificar nas alfândegas e quais as modificações que poderiam contribuir para o comércio, sem que com isso procedesse em abuso ou fraude. O processo de despacho nas alfândegas era um importante serviço diário, vantajoso tanto para o fisco quanto para o comércio.

O processo e tramites destes despachos devem ser iguais aos que venho de indicar, somente acrescentando a entrada e saída no armazém. Assim observado este processo, é incontestável vantagem para o serviço público, renda de Estado, e para o comércio que conquanto mais sobrecarregado de serviço fiquem seus despachantes, acolhem esta medida, que dá em resultado a facilidade com que obtém a mercadoria pelo processo de uma só conferência, que se observa hoje em todo o universo. Tanto assim é que, uma vez feita à experiência, obteve-se o mais satisfatório resultado, dando o justo impulso de animação ao comércio honesto.¹²⁹⁷

Quanto à tarifa, foi considerado o fato de que fora um instrumento de renda para o Governo. Segundo a ponderação feita, argumentava-se que a tarifa oferecera maior vantagem para o fisco do que para a população. E que a função do funcionário fiscal era se sustentar de maneira íntegra para assegurar uma honestidade junto ao comerciante e ao Governo. Para magnitude de sua função se fazia necessário um salário digno que pudesse proporcionar uma melhor condição para o exercício de suas atribuições.

A conclusão que faz o senhor Francisco Rebello de Carvalho, empregado do fisco, é que compete aos comerciantes e aos industriais alargar seus direitos e provar as suas necessidades. Assertivo ao fato de que houvesse uma reforma sobre a indústria nacional e o comércio direto, se fazia imprescindível a opinião dos profissionais que seriam os consultores do próprio Governo e dos representantes da nação. Conforme Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Pela maneira emaranhada em que se acham todas as questões fiscais nesse vasto oceano de dificuldades, esta ilustre Comissão só pode obter reformar ao

¹²⁹⁶ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 883. p. 26. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br> > Acesso em: 20 maio de 2010.

¹²⁹⁷ *Ibid.*, p. 4.

que é urgentemente discriminando assuntos e tratando de cada um deles em separados por meio de um estudo permanente.”¹²⁹⁸

Pela primeira vez a Associação Industrial expõe suas queixas quanto a fiscalização das Alfândegas realizadas por funcionários que durante as Tarifas anteriores foram mencionadas sobre a má conduta, como por exemplo, na Tarifa das Alfândegas de 1844. Na visão da indústria fabril, esses funcionários eram tendenciosos para agradar ao Governo e prejudicar os industriais. A proposta do fiscal da Alfândega encarregado de investigar as questões da Tarifa e da Alfândega encerrava afirmando que competia aos interessados, os industriais e os comerciantes, pelegarem por suas posições junto ao Governo e ao Parlamento, compreendendo que estes foram os reclamantes e fiscais da Associação Industrial do Rio de Janeiro e a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

A questão da proteção do mercado interno fazia parte da ação política da Associação Industrial, segundo Hardmam & Leonardi: “a concorrência feita pelas mercadorias inglesas aos produtos similares nacionais no século XIX, em particular aos produtos têxteis, foi responsável, pelo menos em parte, pelo desenvolvimento precário desta indústria em nosso país”.¹²⁹⁹ Apesar do desenvolvimento dessa indústria no Império, em muito foi precário por conta da concorrência com os similares ingleses. Pode-se verificar tal fato com as discussões em cada revisão tarifária quando se levantava as reivindicações das indústrias de tecidos de algodão, meias, chalés, roupas e muitas outras.

Até então, na apresentação fica evidente que este Inquérito Industrial tem por objetivo levantar as reclamações e necessidades da indústria e do comércio, com a intenção de gerar algum resultado que possa beneficiar os reclamantes. Não se pode esquecer que este Inquérito Industrial foi solicitado pela Associação Industrial e um membro da comissão Antonio Felício dos Santos, presidente da entidade, verificando-se, então, que pela terceira vez a entidade alcança um espaço político e econômico articulador no meio social. A primeira vez que a Associação Industrial alcançou a ingerência neste aspecto foi com a Tarifa das Alfândegas de 1879, quando conseguiu afirmar uma Tarifa mais protecionista para o Império e segunda vez com a Exposição da Indústria Nacional de 1881. Será visto que haverá novas atuações da AIRJ com a Exposição Continental de Buenos Aires de 1882, Tarifa Alfandegária de 1887 e 1889, Exposição de 1888, preparatória para a Exposição Internacional de 1889.

¹²⁹⁸ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 883. p. 26. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br> > Acesso em: 20 maio de 2010. p. 7.

¹²⁹⁹ HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos 20)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 44.

O Dr. Pedro Ferreira Viana foi outro especialista convidado pela Comissão para realizar uma análise com o arrolamento dos quesitos apresentados no princípio desta exposição. Seguem alguns quesitos que foram revelados com o propósito de identificar alguns pontos relevantes para que se possa perceber a atual situação da indústria fabril, dos bancos, dos transportes da circulação de mercadorias e do comércio.

O quesito 3º que se refere à tarifa e trata da seguinte indagação: Quais são os aumentos ou diminuições da taxa a que pode e deve dar lugar a revisão da nossa tarifa? A apresentação dos argumentos, protecionista e livre-câmbio, narrados demonstram o grau de dificuldade encontrado em se definir por qual sistema optar como melhor proposta para o Império. Com a mostra seguem os exemplos de países que fizeram uma escolha protecionista e livre-cambista.

Diz Caurdes na obra *Curso de Economia Política* impressa em 1880, no volume 1º página 675: “Se o reinado da liberdade comercial universal deve vir um dia, esse dia esta ainda afastada. Os Estados Unidos constituem debaixo das nossas vistas, graças ás proteção, um imenso poder industrial; a Rússia a votada ao sistema restritivo: a Áustria, Hungria, a Espanha, a Itália e a Suíça levantam suas tarifas, a Alemanha parece disposta a proceder do mesmo todo, depois de ter fundado sobre a unidade aduaneira sua unidade política. Em consequência de uma série de reformas realizadas com uma audácia e boa fortuna sem exemplo, a França e a Inglaterra, arrastando a Bélgica na sua órbita, são as únicas que falam em adiantar-se mais na senda da liberdade comercial.”¹³⁰⁰

A contribuição desta obra configura o estado das nações à época concernente ao tema “o sistema livre-cambista e protecionista” e pede, portanto, uma posição da Comissão de Inquérito Industrial. A afirmativa era que a escolha do sistema dependia das circunstâncias. A causa da indústria nacional está contrária aos interesses fiscais do Governo. Consta em Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “levantar barreiras à importação será diminuir a renda das alfândegas, e as finanças não se acham no caso de suportar desfalques”.¹³⁰¹

No quesito 5º que segue sobre a tarifa, interroga: É possível pensar que a revisão da tarifa pode aumentar a renda do Estado sem aumentar os ônus do nosso comércio e indústria? Como? Não é possível. Discorre sobre o assunto com relação a possíveis alterações de mercadorias que pudessem ser mais tributadas para compensar outra já muito taxada.

Suspender as isenções de direitos que tem sido concedidos a muitas companhias e particulares, favores para a administração não esta obrigada a fazer indefinidamente. O aumento da renda do Estado seria certo por este lado, e não haveria ônus para o comércio e indústria, mas unicamente a aplicação da lei da igualdade para todos. Mas antes de concluir, direi: que julgo mais acertado mudar de sistema; em lugar de fazer uma revisão total sobre a tarifa, o que convém é fazer uma revisão anual, elevando o imposto dos gêneros que durante o ano tenham aumentado de consumo,

¹³⁰⁰ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 12. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br> > Acesso em: 20 maio de 2010.

¹³⁰¹ *Ibid.*, p. 12.

e diminuído o imposto no caso contrário.¹³⁰²

Quanto ao aspecto que indica um imperativo de ter no Império uma revisão anual que pudesse proporcionar uma maior mobilidade dos gêneros e seus impostos, fora alcançado esta pretensão do Inquérito Industrial junto ao Governo. Ao longo do período foram alcançados estes benefícios, pois havia uma articulação junto ao Governo para que pudessem ser garantidos os interesses da indústria. Conforme afirma Paulo Roberto de Almeida em seu livro “Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As Relações Econômicas Internacionais no Império”, segundo Almeida: “Em 1887, a Tarifa Belizário de Souza é abertamente protecionista, tratando de reduzir as taxas sobre as matérias-primas necessárias às indústrias nacionais e discriminado os gêneros de produção semelhantes aos brasileiros”.¹³⁰³ Como almejava a proposta que se referia a Tarifa a ser cobrada no Império.

Quanto ao quesito 9º segue a alegação: Podem e como os poderes públicos facilitarem o movimento interprovincial de fundos destinados ao pagamento de impostos aduaneiros e às transações mercantis? Ao içar este pressuposto fora criticada a ação do Banco do Brasil que se concentrava na Corte e na província do Rio de Janeiro sem se estender para as demais províncias, prejudicando assim a circulação de recursos no Império.

Na argumentação 10ª é publicado: O que mais convém: uma Tarifa geral uniforme, firmada por lei ou Tarifas convencionais estabelecidas segundo estipulações de tratados internacionais? Estabelecida a tarifa geral, quais as concessões que por meio de tratados convém obter em bem do nosso comércio e indústria?

Conforme exposto no documento, o que convinha ao Império seria tarifa geral uniforme, porque tarifas fundadas em tratados internacionais diminuiriam a renda das Alfândegas, aumentando a necessidade de pessoal e dificultando o expediente. Quanto às concessões, não seriam possíveis por pena de anular os tratados. Consta em Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Mas a estas considerações se poderá opor que temos de seguir a Inglaterra e a França, porque é com estes povos que mantemos maior comércio, e que ainda neste sentido faremos ajustes com os Estados Unidos, nosso principal consumidor”.¹³⁰⁴

Em relação ao contrabando, prática constantemente exercida como já anteriormente referido, a pergunta a ser respondida seria: Qual o melhor meio de impedir o contrabando? As

¹³⁰² **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 12. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio de 2010. p. 14.

¹³⁰³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império.** São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 160.

¹³⁰⁴ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 12. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br>.> Acesso em: 20 maio de 2010.

medidas adaptadas ao Regulamento e mais disposições em vigor são suficientes? O melhor meio de controlar o contrabando seria aumentar a polícia fiscal dos mares territoriais, costas e rios. Este pedido foi feito na Tarifa das Alfândegas dos anos anteriores a fim de impedir a circulação das mercadorias de um país para o outro, trazendo prejuízo a indústria fabril no Império.

Convém que o Banco do Brasil alargue o circuito de suas operações de crédito real, emprestado sob-hipoteca a outros mutuários além dos fazendeiros de café, e mesmo a outras indústrias como a fabril? O objetivo principal do banco seria o de depósito e o de desconto com a taxa mais moderada para o desenvolvimento do Império. De acordo com as Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “O serviço que presta um banco nestas condições é extraordinário, ele serve de regulador a taxa dos descontos, e não permite que os outros bancos, na luta da concorrência, abaxiem os descontos até arruinarem-se uns aos outros, e que os últimos que se salvarem entrem em um acordo prejudicial ao comércio”.¹³⁰⁵

Em continuidade ao caso dos bancos e dos capitalistas, veio a tese: por que razão os bancos e capitalistas recusam adiantar dinheiro sob caução de gêneros de produção nacional, não só de consumo, como de exportação? De acordo com a análise realizada ficou constatado que a legislação comercial e aduaneira oferecia, sem dúvida, toda a segurança ao credor. Mas para se conseguir convencer o capital que encontrara fonte boa de lucro, afirmava que demoraria resolver essa questão.

Sobre o tema de transporte terrestre foi indagado: Em que condições se acha o serviço de transportes terrestres entre nós? Com que dificuldades lutam? Qual a parte com que para tal serviço contribuem a indústria nacional e a estrangeira? Que medidas legislativas ou administrativas são necessárias ao desenvolvimento desse serviço? De acordo com as Informações da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Na opinião do Dr. Pedro Ferreira Viana, o serviço das estradas de ferro é o que reclama medidas administrativas e estas não podem ser outras senão dar o Governo maior desenvolvimento à fábrica de ferro de S. João de Ipanema, habilitando-a para todas as espécies de obras”.¹³⁰⁶ Por fim o último quesito exposto é referente a banco e circulação de numerário.

Quanto à circulação e os bancos, fora feita a seguinte tese: A falta de numerário que em certas épocas se sente na Praça do Rio de Janeiro, e em outras do Império, provém de

¹³⁰⁵ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 28. Disponível em: < <http://memoria.nemesys.org.br> > Acesso em: 20 maio de 2010.

¹³⁰⁶ *Ibid.*, p. 29.

deficiência do meio circulante ou é causada pelas dificuldades das remessas de numerário? Há outras?

Em 1881 expositores para as províncias mais de vinte e dois mil contos, e em 1882 mais de quinze mil contos. Suponha que este fato deve ser principalmente atribuído as seguintes razões: 1º quando o câmbio nas províncias do Império está mais alto, os compradores de saques remetem para elas numerário, para fazerem a passagem de fundos para a Europa; 2º quando é tempo de safra nas províncias remete-se também numerário para a sua compra.¹³⁰⁷

A justificativa para os motivos alegados seria a falta de numerário por estas Exposições realizadas na Corte e em Buenos Ayres, com o envio de recursos, mas segundo o especialista, não haveria ensejos para tal situação, pois alegava que se a falta fosse real expediente, seriam utilizadas as moedas de ouro e prata para substituir, o que já seria uma deslocação monetária de forma temporária.

Os assuntos até aqui tratados têm como indicativo demonstrar a atuação política da Associação Industrial do Rio de Janeiro junto à esfera pública através da imprensa, relativo ao objetivo de explanar suas ideias e seu projeto de defesa da indústria fabril no Império, configurando a gênese do processo de industrialização no Brasil. A Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial teve por finalidade alçar as reivindicações da indústria fabril, comércio e tudo mais relacionado ao seu desenvolvimento no Império, com a intenção de revelar ao Parlamento o real estado da indústria e suas necessidades de amparo e proteção.

5.2.3- As Exposições Industriais de 1881, 1882, 1888 e 1889 e o experimento de demonstrar a ação política da AIRJ.

A Associação Industrial do Rio de Janeiro foi a primeira entidade a representar os industriais fabris no Império do Brasil. Ela pôde lutar pela defesa da indústria nacional e articular seus líderes no Senado e nas Câmaras, com a alta liderança no Império, para lançar luz sobre as necessidades de proteção à indústria na época em que se encontravam em estado “embrionário”, como a própria Associação Industrial se definia, precisando de apoio do governo Imperial e da esfera pública, de reconhecimento.

Para a Associação Industrial, as exposições industriais foram a possibilidade encontrada para alcançar seus objetivos e incentivar os industriais de todo o Império para o exercício do trabalho nacional, além do periódico *O Industrial*, importante ferramenta na divulgação de seus ideários. As Exposições Industriais eram a manifestação do progresso e da civilidade de um país, no século XIX, visto como o vislumbrar do “ser moderno”. É relevante

¹³⁰⁷ **Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 24. Disponível em: < <http://memoria.nemesis.org.br> > Acesso em: 20 maio de 2010.

destacar que segundo Plum: “As exposições mundiais eram auto representações populares da burguesia industrial, rica em ideias e plena de criatividade, no século XIX”.¹³⁰⁸

No caso do Império do Brasil, a possibilidade era ainda mais adequada, pois a indústria fabril nacional necessitava ser reconhecida pela “esfera política” e pelo Governo Imperial. Para isto se fazia urgente “aparecer” no cenário nacional e internacional, para ganhar a vital visibilidade da indústria nacional fabril, tendo como objetivo absorver o mercado interno para os seus produtos e “competir” com os similares internacionais que abarrotavam o mercado imperial brasileiro. Segundo Almir Filho: “Exposições Nacionais, preparatórias para as grandes Universais e Continentais que, embora pautadas na mesma ótica europeia e buscando definir internamente os ideais da modernidade burguesa, assumiam, no entanto, por força de uma realidade não burguesa nem capitalista, novos significados”.¹³⁰⁹

As exposições funcionavam como uma grande festa do trabalho, da ciência e da instrução, pois a esfera pública poderia ser instruída no mundo do trabalho fabril, e com isso, trazer novas possibilidades de expansão para os produtos nacionais. Segundo Schwarcz: “É nessa mesma época que nosso imperador começa a investir, mais e mais, em uma viagem ‘progredida’ para o país no exterior. O ‘monarca inventor’ e adepto das vogas científicas combinava com o cidadão do mundo que viajava como um ‘turista’”.¹³¹⁰ Segundo a autora, o objetivo era passar uma ideia de país civilizado para o exterior, o que a elite brasileira via com simpatia.

Na tese de doutoramento de José Luiz Werneck da Silva “As Arenas Pacíficas do Progresso. As exposições Universais Internacionais do século XIX. A circulação Transoceânica de ideias e técnicas e a Participação do Império do Brasil na Exposição Universal Internacional de Paris de 1889”, segundo José da Silva: “Nunca uma ideia especulativa, como a do progresso, concretizada externamente pelas evidências da evolução da cultura material, penetrara tanto na memória social coletiva”.¹³¹¹ Sandra J. Pesavento, em seu livro “Exposições Universais. Espetáculos da Modernidade do século XIX”, discorre sobre as Exposições Universais e seu intento.

¹³⁰⁸ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX. In: Espetáculos das transformações sócias culturais.** Bom: Friedrich Ebert Stifting, 1979. p. 6.

¹³⁰⁹ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz.** Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 93.

¹³¹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p. 385.

¹³¹¹ SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso. As Exposições Universais Internacionais no século XIX. A circulação transoceânica de ideias e técnicas e a participação do Império do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1889.** 1992. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, 1992. p. 61.

As Exposições funcionaram como a síntese e exteriorização da modernidade dos “novos tempos” e como vitrine de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de “efeito- demonstração” das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica.¹³¹²

Segundo Almir Pita Freitas Filho, ao se referir as Exposições Universais e Internacionais, as Exposições tinham um caráter didático e interdisciplinar. Consta em Almir Filho: “As Exposições também foram palco de encontros didáticos e interdisciplinares; um mercado onde circulavam ideias e experiências provenientes dos mais diferentes setores, atividades e nacionalidades”.¹³¹³ O autor ainda salienta que as Exposições Nacionais possuíam uma semelhança com as exposições europeias. Segundo Almir Filho: “a dimensão econômica, o caráter de mostruário, de feira de mercadorias, também estava presente nas exposições Nacionais”.¹³¹⁴

Importante destacar que a indústria fabril necessitava urgentemente de visibilidade para alcançar junto à esfera pública e às Câmaras o espaço político e econômico para levar avante sua proposta protecionista. Para tanto, as Exposições Nacionais no século XIX e as províncias representadas nesses eventos ratificam o grau de importância da indústria.

Tabela 10-As províncias representadas nas Exposições de 1861 a 1889.

Províncias	1861	1866	1873	1875	1881	1888/9	Total
Pará	1	10	2	17	-	8	38
Ceará	34	16	2	39	-	14	105
Pernambuco	3	17	9	40	27	79	175
Bahia	7	12	6	40	6	15	86
R J	19	16	12	46	41	14	148
M. Neutro	63	73	53	67	178	51	485
São Paulo	7	8	8	60	18	9	110
Paraná	2	9	4	94	11	6	126
S. Catarina	4	11	1	28	2	13	59
R. G. do Sul	6	34	14	80	97	19	250
Minas G	13	9	10	28	41	35	136
Outras	4	25	9	66	28	21	133
Total	163	240	130	605	449	274	1861

Fonte; Prefeitura do Distrito Federal.¹³¹⁵

Pode-se observar a atuação da indústria fabril em preparação para as Exposições Internacionais que fizeram parte representando o Império na “Festa da Civilização”. No caso da Exposição da Indústria Nacional do Rio de Janeiro de 1881, inaugurada em 12 de

¹³¹²PESAVENTO, Sandra Tatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 14.

¹³¹³FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 92.

¹³¹⁴Ibid., p. 94.

¹³¹⁵PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Notícia sobre o desenvolvimento da Indústria fabril no Distrito Federal e sua situação atual**. Brasília: Tipografia Fratelli Treves, 1908. p. 60.

dezembro de 1881 e encerrada em 30 de janeiro de 1882, no antigo prédio do Ministério da Agricultura, atual praça quinze no Rio de Janeiro, concorreram 1.120 expositores, com cerca de 8.000 objetos. A Associação Industrial teve o apoio do Clube de Engenharia e segundo Telles: “Muito contribuíram para o êxito da Exposição da Indústria Nacional os engenheiros Antônio Augusto Fernandes Pinheiro presidente do Clube de Engenharia e Antônio Paulo de Mello Barreto”.¹³¹⁶

Essa Exposição foi preparatória para o evento intitulado “Exposição Continental de Buenos Ayres”, ocorrido em 1882, primeira oportunidade da Associação Industrial do Rio de Janeiro de demonstrar suas necessidades para o governo imperial e para expor seu grau de adiantamento na confecção de produtos para o mercado interno.¹³¹⁷ Segundo a imprensa da época, a Exposição realmente industrial, segundo a *Gazeta de Notícias*, de 12 de dezembro de 1881. De acordo com a *Gazeta de Notícias*: “de todas quantas se tem realizado entre nós, julgamos poder assegurar ser esta exposição a mais completa e que mais perfeita ideia pode dar dos diversos ramos da indústria no país”.¹³¹⁸

A *Gazeta de Notícias* do mesmo ano ainda argumenta se referindo ao Governo Imperial quanto ao Inquérito Industrial. De acordo com a *Gazeta de Notícias*: “Ao Estado cabe agora completar a obra, devendo para bem desempenhar a sua missão, aproveitar este ensejo, para fazer um inquérito industrial, que seja como que um balanço do estado de nossa indústria”¹³¹⁹. Como na entrada da Exposição estavam os informes do Inquérito Industrial, já mencionado a acima, no item anterior, a *Gazeta de Notícias* nos exemplares a seguir dos meses de dezembro e janeiro expõe de forma resumida em seus artigos a estrutura da Exposição e as indústrias mais representativas que trouxeram surpresa aos visitantes da Exposição.

O prélio pelos recursos para a realização da Exposição foi conseguido graças à articulação junto à Câmara e ao Senado, através do deputado Antônio Felício dos Santos, dos senadores João José de Oliveira Junqueira e João Ignácio Silveira da Motta e do vereador e comendador Malvino da Silva Reis. A partir da articulação política nas Câmaras fica evidenciado a força da Associação Industrial em se fazer presente junto ao Parlamento e à esfera pública.

¹³¹⁶ TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. p. 193.

¹³¹⁷ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

¹³¹⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta de Notícias**. 12/12/1881. Rio de Janeiro, 1881. p. 1.

¹³¹⁹ Ibid., p. 1.

A Exposição Continental de Buenos Ayres, inaugurada em 15 de março de 1882, foi um convite do Clube Industrial Argentino à Associação Industrial do Rio de Janeiro, que pôde então apresentar seus objetos em uma Exposição Continental, oportunidade de ter a tão importante visibilidade, num momento inicial da indústria nacional fabril. Além da Exposição Continental, havia um Congresso Pedagógico que se realizou dentro da Exposição, uma oportunidade de conhecer e reconhecer a instrução e os avanços das técnicas da feitura dos objetos, além de demonstrar o grau de adiantamento na educação para o trabalho.

Por ter sido a Associação Industrial convidada a participar da Exposição Universal de Paris, em 1889, pelo governo francês, a Associação elaborou um projeto para a construção de um Memorial, “O Memorial da Exposição Industrial de 1888”. Com o planejamento a executar, sendo uma exposição preparatória para o evento internacional, deixando claras sua intenção de efetuar está empreitada, convida o Clube de Engenharia para em parceria poderem realizar esta grande obra. A Exposição da Indústria Nacional de 1881, narra a luta e as razões pelas quais se fazia necessário ter a proteção da Indústria Nacional, e como se poderia crescer e gerar riquezas para a nação se fosse levado a contento.

Considera-se então a importância de uma Exposição Industrial para delinear seu perfil como entidade, que necessitaria de apoio por parte do Governo com Tarifas mais protecionista, que pudesse contribuir para o desenvolvimento da indústria fabril no Império. Segundo Almir Filho: “Confirmando a dimensão multifacetária destes eventos, a exposição foi uma ocasião propícia para o exercício de autoafirmação por parte dos interessados em alterar a situação econômica do país, e assegurar a sobrevivência e mesmo a expansão da atividade industrial”.¹³²⁰

Durante a década de 1880, houve grandes defensores da Indústria Nacional: Antônio Felício dos Santos (deputado e senador), João José de Oliveira Junqueira (senador), João Ignácio Silveira da Motta (senador), além do comendador e vereador Malvino da Silva Reis, que puderam demonstrar a necessidade de incentivo à indústria e tomaram empréstimos públicos para incentivar o crescimento da indústria. Consta em Turazzi: “Para a defesa da indústria nacional, alguns industriais se reuniram para a preservação de seus interesses, formando a primeira organização exclusivamente industrial em 1880 – a Associação Industrial do Rio de Janeiro”.¹³²¹

¹³²⁰FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz.** Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 153.

¹³²¹TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX.** Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 53.

A peleja pelos recursos para a realização desta Exposição foi desempenhada por esses líderes, que expuseram para o Governo Imperial o grande potencial da Indústria Nacional, graças à grande capacidade dos industriais de se reunirem e traçarem objetivos claros quanto ao rumo que a indústria deveria seguir.

A discussão se deu nas Câmaras dos Deputados e no Senado, pela Indústria Nacional na tentativa de conseguir aprovações de leis e decretos em favor da indústria. Ministros e líderes enfrentaram esse longo processo que continuou durante a década de 1880, almejando favorecer a indústria quanto as suas necessidades de apoio e incentivo para o seu desenvolvimento e visibilidade junto à esfera pública e ao governo.

A Exposição da Indústria Nacional, inaugurada a 12 de dezembro de 1881, e levada a efeito pela solicitude e energia da Associação Industrial do Rio de Janeiro, eficazmente auxiliadora pelo Governo Imperial e por distintos cavalheiros, teve por fim reunir produtos da nossa indústria para remiti-la à Exposição Continental de Buenos Ayres, anunciada para 15 de fevereiro de 1882.¹³²²

Essa foi a primeira Exposição Industrial realizada pela Associação Industrial do Rio de Janeiro, tendo em vista que o surgimento da Associação se deu em 7 de setembro de 1880.¹³²³ Em pouco tempo eles conseguiram se organizar e se lançaram na luta pela Indústria Nacional. Em fevereiro de 1881, a Associação Industrial foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 8006.

Com menos de um ano de existência esta Associação tornou-se favoravelmente conhecida no país e no estrangeiro; mereceu muitas provas de consideração do Primeiro Cidadão do Império e de seus ministros. Os ecos da sua propaganda repercutiram nas margens do Prata, onde um coro de vozes amigas, dos nossos irmãos de trabalho, saudou com entusiasmo a nossa aparição. O nosso tempo não foi perdido; os nossos esforços refletiram-se na Praça do Comércio, na Câmara Municipal deste corte, e nas Câmaras Legislativas.¹³²⁴

E ainda na Exposição da Indústria Nacional de 1881:

A Associação Industrial, que tanto mereceu do país pela realização desse belo e proveitoso consentimento, foi fundada por alguns dos nossos mais ativos industriais para promover o adiantamento dos [] nacional e defender os justos interesses deste. Essa utilíssima associação mantém um jornal que, com o título de Industrial, foi por ela criada para defender a nobre causa da indústria nacional e fazer propaganda em prol dos interesses do país, representado na prosperidade daquela indústria.¹³²⁵

A serventia da imprensa está aqui caracterizada, pois a Associação, no seu primeiro ano de fundação, já mantinha um jornal específico sobre a indústria nacional, *O Industrial*. Era um relevante objeto para divulgação das ideias e projetos para a indústria nacional, tentando atingir com *O Industrial* a esfera pública e o governo, visto que esse era distribuído

¹³²² IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 8.

¹³²³ CARONE, Edgard. **O centro Industrial do Rio de Janeiro. E a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

¹³²⁴ IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 42.

¹³²⁵ IHGB, op. cit., p. 11.

em vários locais públicos. Vê-se nos itens anteriores o emprego do periódico *O Industrial* e seu papel na divulgação dos ideários da AIRJ. Segundo Morel: “Estas três categorias juntas, representam a larga maioria do grupo: 73%, comerciantes, militares e eclesiásticos formavam, por assim dizer, a base social da opinião pública”.¹³²⁶

Os industriais já expunham que seu objetivo era o mercado interno, e que no momento se fazia necessário lutar pelo desenvolvimento da indústria no país, e juntar esforços para vencer a indústria estrangeira, que vendia seus produtos por aqui.

Nossa nascente indústria manufatureira terá que vencer em longo estágio antes de poder lutar nos mercados estrangeiros com a produção de países mais adiantados do que o nosso e onde a mão de obra é mais barata. Por ora a nossa indústria só pode aspirar a parar, os golpes que no próprio seio da pátria, nosso próprio mercado lhe é atirada pela indústria estrangeira: só quando, bem firmado no nosso mercado, ele conseguir dar maior expansão as suas forças é que então lhe será lícito pensar na luta desse mercado.¹³²⁷

As exposições nacionais tinham objetivos bem definidos, segundo Maria Inês Turazzi, em seu livro “A euforia do progresso e imposição da ordem” Para Turazzi: “onde progressivamente a indústria nacional procurou afirmar-se enquanto realidade econômica e uma vantagem social”.¹³²⁸ Para a nação, na divulgação de seus produtos, no estímulo à competição e à concorrência industrial, no meio de educar a população e na valorização do que era fabricado no país. Essas vitrines do capitalismo serviam para o lançamento de novos equipamentos industriais ou de produtos utilitários como um modelo do conforto da vida burguesa.

A iniciativa particular da Associação em fazer parte da Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882, foi uma forma de trazer visibilidade e atenção para o desenvolvimento da indústria e a necessidade de ser atendida em seus clamores, posto que na referida exposição pudessem concorrer em igualdade de condições com os demais países e, para isto, se fazia necessário dar condições internas para seu crescimento como indústria fabril.

Eles bem sabem, conhecem que, com exceção dos produtos das nossas indústrias agrícolas, florestal e extrativista, para os quais felizmente já se acham abertos os mercados do mundo inteiro, e, portanto, a melhor política o seu comparecimento no Rio da Prata, só a satisfação de lá mostrarmos que também já temos indústrias manufatureiras e mecânicas pode encaminhar os produtos destas, a uma exposição. Aqui está o nosso interesse; lá nosso amor próprio.¹³²⁹

E ainda segundo Neves:

Nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz, nas suas relações, seja de ordem

¹³²⁶MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 201.

¹³²⁷IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 9.

¹³²⁸TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 103.

¹³²⁹IHGB, op. cit., p. 12.

interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza própria, ao menos, suficiente para socorrer as necessidades normais do Estado e das diversas classes da sociedade. O povo, onde assim não sucede, mostra-se por isto mesmo incapaz de bem-estar e progresso aos olhos do mundo civilizados; daí a pouca consideração com que serão tratados pelos outros povos, todos os quais cada dia redobra de esforços para adquirir ou aumentar os fatores de riqueza e consequente enfraquecimento.¹³³⁰

Os industriais necessitavam de apoio por parte do governo Imperial para poder representar a indústria de forma a concorrer em condição de igualdade com os industriais estrangeiros. Este argumento faz lembrar ao governo Imperial a necessidade de proteção à indústria nacional, pois esta iria representar o país em Buenos Ayres e iria concorrer de forma igual com os demais países que compareceriam às exposições de 1882 e, portanto, se fazia necessária atenção especial à indústria fabril. Segundo Turazzi: “Grandes exposições transformaram-se em sinônimos de ‘festas do trabalho e do progresso’, ‘olimpíadas dos tempos modernos’, inventários da humanidade”.¹³³¹

Para se conseguir a realização da Exposição Industrial no Rio de Janeiro foi celebrado um contrato com o governo Imperial cujo gasto inicial foi de vinte contos de réis que o governo Imperial custeou. Também cedeu o palácio da Agricultura, mandando construir anexos aos edifícios e providenciou transporte gratuito em estradas de ferro aos produtos remetidos à Exposição. De igual modo foi custeada a ida para a Exposição Continental em Buenos Ayres pelo governo Imperial em cento e vinte contos de réis. O crescimento do número de industriais que participaram da Associação Industrial passou de 21 – desde sua fundação – para 181 em 1882 e a 146 em 1884. Os argumentos relativos aos serviços prestados pelas Exposições Industriais.

Elas desenvolvem as forças vivas da nação; colocaram o consumidor na mais imediata relação com o produtor; estabelecem uma luta franca e leal entre as indústrias pelo aperfeiçoamento de seus produtos; lançam as bases de novas indústrias e do melhoramento das já existentes; praticamente convencem o público dos recursos que no próprio país ele pode encontrar; e oferecem às classes dirigentes o mais vasto campo para o estudo das necessidades e recursos do país. [...] A civilização é uma luz, e a luz faz-se sempre mais intensa. A civilização é uma, e consiste num processo de desenvolvimento que sempre tende na direção de um mesmo fim. O melhoramento da humanidade.¹³³²

E ainda segundo Exposição da Indústria Nacional de 1881:

Se nos países de indústria já muito adiantada as exposições industriais trazem esses maravilhosos resultados, com mais forte razão naqueles onde a indústria, ainda nascente, é por muitos desconhecidos. Nestes países o povo habituado por necessidade à importação dos artefatos estrangeiros só muito lentamente, sem essas

¹³³⁰ NEVES, Margarida de Souza Pereira das. **O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. In: As vitrines do progresso.** 1986. 80 f. Tese (Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986. p. 18.

¹³³¹ TURAZZI, Maria Inês. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 26.

¹³³² NEVES, op. cit., p. 25-28.

exposições, terá conhecimento só que já em seu próprio seio se fabrica, resultando daqui para a indústria uma vida precária, amargurada pelos mais tristes desenganos.¹³³³

O objetivo da Exposição foi tirar da ignorância nossa população e o próprio governo, pois ao demonstrar nossas indústrias e seus objetos já não se fazia necessário procurar produtos estrangeiros, visto que eles foram produzidos aqui mesmo, movimento que aventava, com isso, um crescimento para nossa indústria ainda nascente. Para surpresa de muitos a Exposição Industrial trouxe novidades com referência à realidade do desenvolvimento industrial no Império. Segundo a *Gazeta de Notícias*: “Temos como certa surpresa de todos quantos forem visitar a exposição; para muitos haverá verdadeiras revelações, e para todos a agradável impressão que não pode deixar de despertar-lhes o grandioso espetáculo que se lhes oferece”.¹³³⁴

As exposições industriais foram, portanto, um dos mais poderosos elementos de progresso para um povo, e ninguém que as cerceie em seu devido valor, pode deixar de levantar um reconhecimento à grande Revolução Francesa que, no meio de luta a mais rendida pelos direitos do homem, pôde estabelecer a inauguração da primeira exposição industrial de 1798.

Foi em 28 de agosto de 1798 que, pela primeira vez, os industriais foram convocados a apresentarem seus produtos em uma exposição industrial. Consta em Exposição da Indústria Nacional: “Com a esplêndida ideia as exposições industriais tinham [] um caráter nacional, mas já com a intenção de ser internacional, de [] foi ganhando importância, a ponto de ser reconhecida como uma necessidade indeclinável e como o mais poderoso fato do processo industrial dos povos .”¹³³⁵ Nas palavras de Turazzi: “O discurso em torno das exposições apresenta-se cada vez mais identificado com o discurso industrialista, articulando a linguagem de negociantes, industriais, engenheiros e intelectuais. Esses setores defendiam um tipo de exposição onde o público pudesse ver exatamente o que se fabrica.”¹³³⁶

A Exposição Industrial de 1881 foi do custo de 67.587\$140 ao total, com 62.000 visitantes. Concorreram 1.120 expositores, com 8.000 objetos com a presença de 6.200 visitantes. A partir destes números, fica clara a grandiosidade da Exposição da Indústria Nacional, realizada pela Associação Industrial: uma preparação para a Exposição Continental de Buenos Aires de 1882. Segundo Plum: “Em exibições globais sinópticas, a ubiquação da

¹³³³ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 12.

¹³³⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. *Gazeta de Notícias*. 12/12/1881. Rio de Janeiro, 1881. p.1.

¹³³⁵ IHGB, op. cit., p. 13.

¹³³⁶ TURAZZI, Maria Inês. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 139.

nova civilização industrial, mediante a reunião de muitas manifestações particulares da técnica, das ciências naturais, do comércio, da arte que de outro haviam ficado isolados e totalmente dispersos”.¹³³⁷ Sua principal vantagem foi demonstrar a necessidade de que a Indústria Nacional fosse eficazmente protegida pelas tarifas aduaneiras.

Esta atuação política expôs para a sociedade Imperial a bandeira protecionista como uma ferramenta de mudança no viés econômico. O que traria uma considerável disposição para o crescimento e desenvolvimento do Império e um novo braço alternativo para gerar renda e emprego para a população ociosa das cidades no Império.

Nossos industriais, que se lançam em patrióticos cometimentos, fiados em que encontraram apoio no governo do país, a opinião pública, depois de esclarecida com os resultados já alcançados pela nossa indústria e reconhecidos hoje, graças às Exposições, os elementos de que dispõem muitas indústrias, juntar seus votos aos industriais, para reclamar tarifas protetoras, únicas que podem assegurar ao Brasil um próspero futuro industrial.¹³³⁸

A respeito da necessidade de proteção ou não da indústria ora nascida, os industriais desenvolvem uma crítica às escolas superiores da época. Pois, proclamavam o livre-câmbio, mas com um discurso dos economistas Ingleses e Franceses, que em seus países mais desenvolvidos já foram por um pouco protetores, e agora, já desenvolvidas suas indústrias, são capazes de concorrer com os demais países; se proclamam livre-cambistas e expõem a necessidade de todos os outros países se tornarem. Para List “O sistema protecionista, na medida em que constitui a única maneira de colocar as nações ainda atrasadas em pé de igualdade com a nação predominante, apresenta-se como o meio mais eficaz para fomentar a união final das nações, e portanto, também para promover a verdadeira liberdade de comércio.”¹³³⁹

O confronto entre os dois sistemas e suas ideias ventiladas no Império se caracterizavam como um dos empecilhos para o incentivo para a indústria fabril no Império, pois, os homens das Câmaras ao beberem nos ideários do livre-câmbio se posicionam como articuladores na empreitada contra a proteção à indústria fomentando uma discussão acirrada com os defensores da proteção à indústria dentro das Casas Legislativas. De forma oposta, pode-se verificar que segundo Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira havia no interior das Câmaras uma posição não de caráter rígido quanto ao sistema protecionista ou do livre câmbio e sim uma postura original, pois, segundo o autor, mesclava os dois sistemas dentro de cada Revisão Tarifária e nas Tarifas das Alfândegas do Segundo Reinado.

¹³³⁷ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX. In: Espetáculos das transformações sócias culturais.** Bom: Friedrich Ebert Stifting, 1979. p. 11.

¹³³⁸ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 21.

¹³³⁹ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 93.

O Conselho de Estado possuía uma versão distinta quanto a que sistema a apoiar. Segundo Carvalho: “De alguma maneira, percebiam que o caminho brasileiro para a civilização não passava pelas direções apontadas pela Economia Política, embora não soubessem dizer exatamente por onde deveria passar”.¹³⁴⁰ Os Conselheiros não se posicionaram de forma objetiva quanto por qual sistema a optar, mas, sabiam que o pensamento do livre câmbio não seria o caminho a seguir, portanto, a mescla dos sistemas poderiam ser uma opção.

A proposta da Associação Industrial seria redirecionar a Política tarifária para uma posição protecionista como uma nova forma de conduzir a economia do Império, já que anteriormente, na Tarifa de 1844 a ênfase seria de uma Política Alfandegária aplicada ao sistema do livre câmbio. Após a Tarifa, vê-se uma mudança que acarretaria neste embate entre a Indústria e o Comércio. Por conta disso tem-se a configuração de uma nova entidade a Associação industrial e de luta aberta a favor da proteção da indústria e, portanto, a organização da Burguesia no Império ao ponto de trazer para si a organização de Exposições Industriais e de Tarifas mais protecionistas.

As Exposições nacionais e internacionais se configuravam em momentos de demonstrar a realidade do desenvolvimento da indústria dentro dos espaços sociais no Império. Segundo Schawarcz: “A cada feira, reacendia-se uma nova competição entre as nações participantes, e, acima de tudo, entre aquelas que sediavam os eventos”.¹³⁴¹

No Brasil, onde os nossos economistas pouco têm escrito a mocidade que nas escolas superiores estuda a economia política, o cidadão que deseja adquirir conhecimentos sobre essa ciência, o legislador pouco preparado que a cega fortuna política ou o caprichoso acaso da sorte elevou até o parlamento, veem-se reduzidos aos livros estrangeiros, e principalmente aos franceses e ingleses, escritos quando aquelas sociedades já tinham chegado a um alto grande progresso, para o qual as teorias da livre-permuta não mais podiam ser um embaraço e antes deviam ser um elemento de aperfeiçoamento.¹³⁴²

A crítica contínua levou alguns políticos a esboçarem sua posição, levando em consideração as publicações estrangeiras, que só poderiam cooperar e exemplificar as vitórias do livre-câmbio, fato agora já vivido por esses países no desenvolvimento alcançado. Segundo Exposição da Indústria nacional: “Nem que com solicitude nos mostre que essa evolução só ali teve lugar quando a indústria já estava muito desenvolvida e adiantada, graças

¹³⁴⁰CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: A política Imperial**. São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 120.

¹³⁴¹SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p. 389.

¹³⁴²IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 22.

ao regime de protecionismo sob o qual a mesma indústria conseguiu adquirir forças para a luta da concorrência”.¹³⁴³

A proteção existiu de fato em toda parte, ora mais, ora menos, segundo a necessidade da indústria e conforme o maior e/ou menor receio de concorrência estrangeira: a proteção existe onde havia tarifas aduaneiras, qualquer que fosse o seu molde. De acordo com List: “Essas taxas só devem ser aumentadas na proporção em que o capital, as qualificações técnicas e o espírito empresarial aumentarem no país (...), na proporção em que o país estiver em condições de aproveitar seu excedente de matérias-primas e de produtos naturais que até agora exportava”.¹³⁴⁴

Mais uma vez os industriais criticaram o livre-câmbio e questionaram a posição de alguns, quanto à necessidade de o Brasil advogar ser livre-cambista, como se estivesse em pé de igualdade com Inglaterra e França quanto ao desenvolvimento industrial, pois estes países tinham razão de apregoar o livre-câmbio. Segundo Hobsbawm: “No período 1880-1914, o protecionismo não era nem geral nem, com exceções ocasionais, proibitivo e, como se restringia ao comércio de mercadoria e não afetava os movimentos de mão de obra e de transações financeiras”.¹³⁴⁵ Por conseguinte, o protecionismo solicitado pelos industriais não faria um estrago no circuito internacional não haveria problemas no movimento do capital.

Comprendemos belamente que a Inglaterra e a França preguem hoje ao mundo inteiro as suas teorias de livre permuta, pois com estas elas tem tudo a ganhar quando adaptadas em países de indústrias menos adiantadas e nos de adiantamento igual nada tem a perder. Os bonitos princípios de liberdade comercial e da economia para o consumidor são a bandeira que cobre a carga; no fundo o que aqueles países advogam é o seu único interesse, portanto sob esse regime, aos abundantes produtos de sua adiantadíssima indústria ainda mais se franquearam os mercados estrangeiros, e graças a esse adiantamento de sua indústria, a concorrência que os seus produtos irão fazer matará, ou pelo menos enfraquecerá, toda a tentativa de indústria nos países mais atrasados, que se deixarem levar por suas enganosas palavras.¹³⁴⁶

Os industriais expõem a realidade por eles vista quanto à luta pela indústria nacional: se abrir será engolido pela concorrência, daí a necessidade de primeiro se estruturar como indústria – nesse caso o mecanismo exposto seria o protecionismo, usado também pelos Estados Unidos e até mesmo por países que agora condenam o livre-câmbio. Consta em List: “Escola não percebe que, em um regime de total livre concorrência com nações manufatureiras mais adiantadas, uma nação menos adiantada, embora bem aparelhada para a

¹³⁴³ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 23.

¹³⁴⁴ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 209.

¹³⁴⁵ HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 76.

¹³⁴⁶ IHGB, op. cit., p. 26.

manufatura, jamais conseguirá atingir uma força manufatureira própria perfeitamente desenvolvida, se não recorrer ao sistema protecionista”.¹³⁴⁷

Baseado nas ponderações de List a Associação Industrial traz uma discussão sobre a que sistema a ser adotado no Império e detalha as razões para ter uma mudança quanto ao pensamento econômico do Império. O juízo quanto ao protecionismo é exposto de forma clara. De acordo com a Exposição da Indústria Nacional: “O protecionismo não pede nem quer direitos proibitivos; ele também reclama a concorrência de igualdade de forças. Este equilíbrio de forças só pode vir de direitos de entrada estabelecidos e com prudência graduados segundo o adiantamento da indústria no país.”¹³⁴⁸ Ainda é possível considerar que a Exposição da Indústria Nacional: “Em apoio do que pede a opinião pública no Brasil, nunca será demais citar o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, onde, graças a uma política francamente protecionista, as indústrias se firmaram e desenvolveram de modo a fazerem hoje frente às da velha metrópole.”¹³⁴⁹

O exemplo norte-americano foi a indicação dada pelos industriais brasileiros que entendiam que o mesmo processo efetuado lá deveria ser realizado aqui: proteção às indústrias até o seu fortalecimento para uma futura concorrência com os produtos estrangeiros, levando-os assim a uma concorrência justa com os produtos nacionais. Conforme Luz: “Invocando o exemplo dos Estados Unidos cujos recursos comparavam-se com os do Brasil e condenando as doutrinas liberais que arrastavam o país para o abismo, pleiteava uma tarifa protecionista como medida imprescindível para o desenvolvimento industrial do Brasil”.¹³⁵⁰

Segundo os industriais, a Indústria Nacional era como um arbusto: suas raízes apenas se principiaram a afundar; seus galhos, ainda muito novos, vergam e se quebram aos menores ventos, se sobre ela seria arrebatada, e com ela as mais caras esperanças da pátria. A tentativa de florescer ocorre com a organização da entidade. Stein: “No final dos anos 80, o pequeno grupo de empresários brasileiros proclamou que a indústria nacional já não era embrionária e que seu progresso deixará de ser uma vaga inspiração”.¹³⁵¹ A Exposição foi vista como uma oportunidade de chamar a atenção para a necessidade de uma política francamente protecionista. Segundo Schwarcz : “Os dados indicam o forte atrativo que essas ‘festas da

¹³⁴⁷ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 213.

¹³⁴⁸ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p.27.

¹³⁴⁹ Ibid., p. 26.

¹³⁵⁰ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 53.

¹³⁵¹ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 34.

modernidade' representavam, e mesmo sua relevância econômica e sociocultural".¹³⁵² De forma explícita a Exposição da Indústria Nacional: "Não nos deixemos, iludir com bonitas teorias: sejamos brasileiros; amparemos o que no país já se fabrica ou se pode fabricar, e quando as nossas indústrias houverem adquirido forte alento, elas puderem dispensar a proteção, mas só então, a palavra aos livres-permutistas".¹³⁵³

Ainda os industriais continuavam em sua argumentação, alegando que funcionaria o livre-câmbio só para os países já estruturados em seu setor industrial, para os países que possuísem uma indústria nascente se faria necessário uma política protecionista por parte do Estado, pois sem este apoio esse setor ficaria relegado à inferioridade na livre-concorrência internacional. De acordo Saes & Saes: "A 'indústria nascente' necessitava de proteção até que atingisse um grau de desenvolvimento que a permitisse competir com a indústria de outras nações é particularmente relevante nesse momento de consolidação da industrialização retardaria".¹³⁵⁴ E ainda outra razão de proteção seria a necessidade de incentivo a indústria por causa da grande diversificação da indústria fabril no Império. Segundo Antonieta P. Leopoldi: "A indústria do Rio de Janeiro apresentava também uma grande diversidade, produzindo, além de alimentos e têxteis, muitos outros bens manufaturados".¹³⁵⁵

Quanto ao futuro industrial do país, a Exposição da Indústria Nacional de 1881 criticou "a moda de dizer que o Brasil é essencialmente agrícola".¹³⁵⁶ Isto foi um grande mal, pois gerou descrença e falta de apoio à indústria ainda nascendo. Esta foi uma forma de desestimular as tentativas, pois cada indústria que surgia com novas ideias esbarrava nessa questão e se desanimava. Consta em Luz: "A indústria é a primeira riqueza, a maior glória das nações civilizadas [...] qualquer que seja a riqueza natural de uma nação, por mais fértil que seja seu solo, seu estado de pobreza é a consequência inevitável de seu comércio escasso, da penúria de sua indústria e de sua agricultura rudimentar".¹³⁵⁷

Interessante ressaltar que os industriais usaram a necessidade do Estado de elevar as tarifas alfandegárias e ganharam novo fôlego.

Foi preciso que as urgências sempre crescentes do Estado fossem pedir à alfândega o indispensável elemento para serem providos; foi preciso que os direitos se

¹³⁵²SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p. 390.

¹³⁵³IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 27.

¹³⁵⁴SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 286.

¹³⁵⁵LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 59.

¹³⁵⁶IHGB, op. cit. 1881.

¹³⁵⁷LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 60.

elevassem em virtude daquelas necessidades do Estado para que as tentativas industriais encontrassem alguma probabilidade de sucesso. Desde então, muitas indústrias se estabeleceram no país e o preconizado essencialmente agrícola foi pouco a pouco passando de bandeira a farrapo.¹³⁵⁸

Com a crise do café, no início da década de oitenta, a indústria soube utilizar-se desse argumento para a defesa de sua política. Numa representação que dirigiu à Câmara dos Deputados, a Associação Industrial chamava a atenção para a vulnerabilidade de uma economia assentada sobre um único produto, o café, cujos preços se depreciavam. E invocou o passado, citando o exemplo do que já acontecera com o açúcar, o algodão, as madeiras e as pedras preciosas que haviam sido sustentáculos da economia brasileira, e que agora nada valiam. Segundo List: “Uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturado estrangeiros é um indivíduo de um braço só, sustentado por um braço estrangeiro”.¹³⁵⁹ A dependência econômica de um único produto exportador geraria um atrelamento com o estrangeiro e freiaria o desenvolvimento das demais atividades econômicas do país.

É preciso, portanto, dar mão forte à indústria nacional, é preciso ampará-la, protegê-la para que ela possa lutar com a importação, adquirir novas forças, desenvolver e consolidar-se; Se essa providente política for com solicitude abraçada por aqueles que dirigem os nossos destinos, o futuro industrial do Brasil será seguro; se, porém, continuarmos no desgraçado sistema de constantes incertezas, se as tarifas aduaneiras não forem revistas com pensamento francamente protetor, se essas tarifas uma vez assim revistas não tiverem alguma estabilidade, a Indústria Nacional declinará até afundar-se em completo desânimo, arrastando consigo as esperanças da pátria, e quando em breve nos virmos diante da crise, não teremos para onde recorrer, não nos [...], a crise vem próxima e tremenda. É tempo ainda, e resguardemo-nos de seus efeitos. A indústria será o nosso porto de salvação para a crise do café que se aproxima.¹³⁶⁰

Além dos argumentos a favor do protecionismo e de crescimento e geração de riquezas, os industriais levantaram suas razões quando ao amparo às indústrias, citando o *Jornal do Comércio*, por ser, segundo eles, insuspeito, pois não era protecionista.

Se a redução dos preços (do café) continuarem, dia virá em que a cultura do café deixará de ser remunerada; os lavradores a abandonarão e o país terá de passar por uma tremenda crise, porque não cuida de outro produto, nem a indústria fabril é favorecida em seu desenvolvimento. [...] Não somos protecionistas, mas pensamos desde muito tempo que não há povos exclusivamente agrícolas. No estado atual das relações internacionais, querer que um país, convidado aos festins de civilização, espere resignado na ação dos séculos a sua passagem da fase extrativista à fase pastoril, desta à agrícola, desta à fabril e à comercial, é apenas alimentar uma utopia.

Ademais:

Uma nação, que quer ser independente, tem o rigoroso dever de fomentar, de proteger, de criar os ramos de indústria que afixam esta independência. O pretendido princípio de livre-permuta absoluta que, para ser princípio deveria ter aplicação constante e invariável, o que nunca tem acontecido em país nem em época

¹³⁵⁸ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 30.

¹³⁵⁹ LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 113.

¹³⁶⁰ IHGB, op. cit. p. 31.

nenhuma, não pode fazer calar a voz potente do interesse nacional. Os que repetem a todo o momento que as nações ricas importam muito esquecem que essas nações não enriqueceram por terem importado muito, mas importam hoje muito porque já enriqueceram. Sejamos ricos e seremos grandes importadores.¹³⁶¹

Assim se esgrima o ilustrado e consciencioso autor daquele interessante trabalho com que anualmente o *Jornal do Comércio* balanceia a propriedade comercial do Brasil. Ao final deste artigo, os industriais exclamaram segundo Exposição da Indústria Nacional: “oxalá a sua voz, mais autorizada do que a nossa, consiga ser ouvida”¹³⁶² - uma tentativa de demonstrar a situação em que estava o país quanto à necessidade de fomentar a indústria nacional. Esse artigo, colocado no livro da Exposição da Indústria Nacional de 1881, vinha trazer à vista de todos que um observador mais independente poderia verificar qual era a real situação do país, e a saída mais adequada para a circunstância ora detectada. Segundo Almeida: “O Brasil era convidado a se fazer representar, significava a necessidade de apresentar, de maneira atraente, os principais produtos de exportação do país, ao mesmo tempo em que se deitava um olhar atento sobre o lançamento de novos manufaturados”.¹³⁶³

As exposições industriais não serviam unicamente para demonstrar o grau de adiantamento de um país, essas apresentavam outras formas benéficas, como levantar os problemas e apontar possíveis soluções. Consta em Plum: “As Exposições Mundiais organizadas na segunda metade do século XIX foram manifestações da universalidade das mudanças na técnica e na ciência, na cultura e na arte, na política social e nas relações internacionais.”¹³⁶⁴

Segundo Turazzi: o desejo de ser conhecido pela exposição de nossas riquezas, de nossa “atividade e civilização”, tinha como referência e como meta o que era apresentado pelas nações mais adiantadas.”¹³⁶⁵ O Brasil estabelecia seus confrontos e suas comparações mais estudadas com os produtos que eram expostos pela Inglaterra, França, EUA, etc.. Mesmo que tais estudos acentuassem a longa distância que “ainda” nos separava destes países, essa distância, na lógica linear da teoria do progresso, era apenas um percurso a ser seguido “sempre em frente”.¹³⁶⁶ Dentre os variados problemas e necessidades urgentes que vieram à luz com a Exposição de 1881-1882, cabe o primeiro lugar às Tarifas Aduaneiras.

¹³⁶¹ IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 4-5.

¹³⁶² IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 32.

¹³⁶³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 233.

¹³⁶⁴ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX. In: Espetáculos das transformações sócias culturais**. Bom: Friedrich Ebert Stifting, 1979. p. 28.

¹³⁶⁵ TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989. p. 134.

¹³⁶⁶ *Ibid.*, 1989.

Outra necessidade era o estabelecimento de escolas profissionais e aulas de desenho para os operários e o incremento à indústria. Ficou definida a base de sustentação da proposta protecionista que seguia por gerar condição econômica e intelectual para uma atividade da indústria fabril sustentável para o Império.

Os industriais com esta Exposição almejavam que o mercado interno no Império pudesse reconhecer e valorizar o produto nacional, decorrendo com isso um aumento significativo de vendas dos produtos produzidos pelas indústrias nacionais que poderiam suprir o mercado fornecendo artigos que pudessem beneficiar a população.

Outra necessidade demonstrada pela Exposição de 1881-1882 foi a de um edifício e um terreno apropriado para a Exposição. Os industriais entendiam que era necessário serem feitos os edifícios e seus anexos, devido ao interesse de haver Exposições Industriais de caráter permanente como expressa seu Estatuto em relação ao Museu das Exposições Industriais.

As razões para estas Exposições Permanentes foram citadas pelos industriais. Saber-se-ia mais rapidamente sobre os objetos novos financiados, sem ter que esperar Exposições Industriais que só aconteceriam em vasto espaço de tempo; e a venda imediata de seus objetos, gerando renda para os industriais fazerem seus produtos conhecidos no caso dos pequenos industriais.

Os industriais continuaram a esboçar suas observações quanto às dificuldades e necessidades quanto aos principais problemas e as mais palpitantes necessidades, e sobre todas, a do desenvolvimento da viação pública aperfeiçoada. Segundo Exposição da Indústria Nacional: “Para a boa solução deste problema um projeto consciencioso, bem estudado sobre a rede geral da nação pública no Império é a primeira das necessidades”.¹³⁶⁷

Os industriais fizeram várias críticas à falta de planejamento quanto às Estradas de Ferro, e quais deveriam ser seus trajetos, levando em consideração o interior e as cidades mais desenvolvidas, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção tanto quanto a agricultura, quanto aos objetos fabricados pelas indústrias. Segundo a Exposição da Indústria Nacional: “Não basta, porém, para os produtos da lavoura e indústrias dar-lhes boas vias de comunicação: é ainda preciso que os fretes não venham amesquinhar o benefício. A questão de tarifas de transporte reclama, pois, a maior atenção do governo”.¹³⁶⁸

Por fim, os industriais levantam a questão do preço do frete, e os benefícios que isto iria proporcionar aos preços das mercadorias. Este documento a respeito da Exposição da

¹³⁶⁷ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 31.

¹³⁶⁸ Ibid., p. 35.

Indústria Nacional de 1881 conseguiu levantar várias frentes de questões quanto ao fomento da indústria no país, e era, por conseguinte, uma forma de pressão para a opinião pública e para o Governo Imperial.

A narrativa de problemas, necessidades, e as questões do bom desempenho da indústria e suas pressões, que tentam fazer para serem beneficiados com incentivos financeiros, dão o tom a este relatório. A luta pelo trabalho fica clara quando em vários momentos expõem suas críticas e apontam possíveis soluções para o benefício de todos e para o enriquecimento do país enquanto trabalho, abrindo uma nova porta para a economia do país à indústria nacional.

Mediante a inauguração da Exposição da Indústria Nacional de 1881, esta preparatória para a Exposição Continental de 1882, em Buenos Ayres, a Associação Industrial continuou em sua intenção de usar todos os meios para incentivar e proteger a indústria fabril nacional, como reza seu Estatuto que está no periódico *O Industrial*: “1º art. Representar a indústria nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários e convenientes, defendendo e protegendo-a”.¹³⁶⁹ De acordo com o Relatório da Assembleia: “Íamos ali confraternizar com os homens de trabalho, nossos companheiros nas lutas do progresso e aos quais devíamos a retribuição do amável e gracioso convite para assistirmos e compartilharmos na sua esplêndida festa”.¹³⁷⁰

Segundo Maria Inez Turazzi, em seu livro “Poses e trejeitos. A fotografia e as exposições na era dos espetáculos 1839-1889” (1995), segundo Turazzi: “a competição entre indivíduos e nações era vista como algo benéfico para a solidariedade entre os povos no século XIX, um sentimento que inspirava o progresso social e a harmonia entre os homens”.¹³⁷¹ Conforme Almeida: “No auge do exibicionismo em matéria de exposições universais, os países (e os príncipes) competiam entre si para montar uma feira ainda mais grandiosa do que aquela precedente no país vizinho”.¹³⁷² As Exposições industriais representavam espaços de ostentação das nações e um ambiente fechado para quem não participava do evento.

No decorrer do século XIX as ciências aplicadas e a indústria ganharam espaços cada vez mais amplos nas Exposições Internacionais. Suas múltiplas dimensões permitiam que funcionassem, dentre outros, como locais de exibição do novo, dos

¹³⁶⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. *O Industrial de 1881 e 1882*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882. p. 3.

¹³⁷⁰ IHGB. *Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 97.

¹³⁷¹ TURAZZI, Maria Inês. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 139.

¹³⁷² ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 242.

saberes e conhecimentos mais atualizados do mundo técnico científico. Expondo e divulgando as mais recentes inovações e invenções, tais amostras funcionavam como um espaço perfeito para publicidade e familiarização do conhecimento científico e tecnológico, assim como da sociedade industrial que se estruturava no século XIX.¹³⁷³

De acordo com José Murilo de Carvalho “Pontos e bordados, escritos de História e política” (1999), consta em Carvalho: “este entende progresso como uma ênfase à ciência e à técnica como fatores de transformação social e de mudança econômica”.¹³⁷⁴ Segundo Echaudemaison (2001), Progresso, em sentido geral, é uma nação com dupla dimensão, quantitativo, ação de avançar (sentido etimológico), qualitativo, melhoramento de qualquer coisa. Aqui o conceito se encontra relacionado ao avanço da técnica, da indústria, em um sentido linear e de projeção.¹³⁷⁵ De acordo com Pinto (1832) “‘Adiantamento’. Desvendado o conceito de progresso no século XIX.¹³⁷⁶

Por conseguinte, a Associação recebeu um convite do Clube Industrial de Buenos Ayres para a participação na Exposição Continental, cuja abertura se daria no dia 15 de fevereiro de 1882. Segue abaixo a citação do ofício do referido Clube Industrial.

Buenos Ayres, 7 de junho de 1881.

Sr. Presidente da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Sr. Presidente encarregado pela comissão administrativa do Clube Industrial Argentino, a que tenho a honra de presidir, com satisfação levo ao seu conhecimento que na sessão ordinária de 31 de maio próximo passado, depois de ter obtido do superior governo da nação a cessão da praça “Onze de Setembro para a celebração da Exposição Continental, ficou resolvido definitivamente que a abertura da Exposição terá lugar impreterivelmente no dia 15 de fevereiro de 1882, sendo os pedidos de lugares para objetos a expor recebidos de 15 do corrente ano”. Não duvidando de que os sentimentos que germinam em todos os povos da América do Sul, a emancipação do consumo pela proteção do trabalho próprio, são os mesmos que assinam a Associação que V. Ex. preside se confiado, além disso, no grande certamente prepara na metrópole do Prata para a honra e glória deste continente, tomei a liberdade de marcar o posto que nesta luta corresponde a esse país, e mui participante a essa distinta Associação [...].¹³⁷⁷

O reconhecimento da representatividade da Associação Industrial como uma entidade que congregava a indústria fabril nacional no Brasil, já se faria notar tendo a mesma as melhores relações com quase todas as corporações científicas e humanitárias nesta Corte, e de algumas províncias, das quais se tinham provas de simpatia pela Instituição.

¹³⁷³FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 95.

¹³⁷⁴CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados escritos de história e política**. Minas Gerais: Ed. UFMG, 1999. p. 109.

¹³⁷⁵ECHAUDEMAISON, C. O. **Dicionário de Economia e Ciências Sociais**. Porto: Dicionário temático, 2001.

¹³⁷⁶PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832.

¹³⁷⁷IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 72.

Cabe, porém, o dever de fazer menção especial do Clube de Engenharia desta Corte, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dos Clubes Industriais de Buenos Ayres e Montevideu, e do Clube Paulistano de Engenharia e Indústria, o qual, em ofício de 25 de fevereiro, comunicou à diretoria que a Assembleia Geral havia conferido o título de sócios honorários a todos os membros da Associação Industrial.

Afirma Schwarcz em seu livro “As barbas do Imperador D. Pedro II, um monarca nos trópicos”, segundo Schwarcz: “as exposições nos ensinam muito, independente do grau de instrução dos mesmos, porque elas se ‘revelavam uma lição das coisas’”.¹³⁷⁸ Do progresso que estavam exposto nos objetos demonstrados em cada exposição.

Ela nos assinala outro lado mais vantajoso e positivo, e é o das lutas pacíficas do saber com o saber; lutas que em vez de humilhar, nobilitam e sublimam aos filhos do trabalho, dando-lhes o posto que a razão e o direito lhes tenham designado. Contando, pois, que a Associação que V. Ex. preside se achará em seu posto a honra no dia das justas, peço permissão para anexar a este os regulamentos que devendo servir para 1880. Esperando a sua breve e favorável resposta, me é grato oferecer a V. Ex. os sentimentos da minha mais distinta consideração. (Henrique Orien – Valentim M. Curutchet).¹³⁷⁹

A Associação Industrial recebeu tal convite e o então comendador e vereador Malvino da Silva Reis se ofereceu para intermediar junto ao Senhor Ministro da Agricultura. A diretoria conferenciou com os presentes à reunião, e ficou resolvido que a Câmara Municipal empreenderia a Exposição Industrial nesta Corte, e que à Associação caberia o encargo de levá-la a Buenos Ayres com os auxílios recebidos de que o Senhor Ministro da Agricultura pudesse dispor. Para isso uma comissão foi nomeada com os seguintes senhores comendadores: Antonio Thomaz Quartim, Malvino da Silva Reis e Antonio da Costa Chaves Faria, com o intuito de planejar a Exposição Industrial.

Para Alda Lucia Heizer em sua tese de doutorado “Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889”, segundo Heizer: “Os organizadores das exposições industriais eram membros de sociedades, de indústria, do comércio, eram políticos e intelectuais que participavam nas comissões e selecionavam os objetos a serem expostos”.¹³⁸⁰ Portanto, eram os intelectuais que geravam e coordenavam o que era apropriado à determinada exposição, o que poderia representar uma nação com inventos e/ou objetos que pudessem concorrer na dita exposição.

¹³⁷⁸SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p. 389.

¹³⁷⁹IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 73.

¹³⁸⁰HEIZER, Alda Lucia. **Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na exposição de Paris de 1889**. 2005.233f. Tese (Doutorado em Geociência) - Instituto de geociências: Pós Graduação em História e Ensino da Terra, UNICAMP, 2005. p. 28.

Ficando clara a relação entre o intelectual construtor de pensar e repensar a situação econômica e social e, no caso específico, a articulação entre o corpo do Estado e a entidade. Isso se realizava através do *lobby* junto ao Congresso e ao Ministério da Fazenda, que a Associação Industrial realizava através de seus líderes políticos. De acordo com o Relatório da Assembleia: “Este plano foi malogrado como sabeis, pois que o Senhor Ministro do Império entendeu que a ilustríssima Câmara da Corte não podia aplicar nenhuma de suas verbas a despesas da Exposição projetada”.¹³⁸¹

Nessa situação, a Associação prevaleceu-se da favorável disposição do Senhor Ministro da Agricultura, o conselheiro Manoel Buarque de Macedo, autorizando a Diretoria a levar a efeito a ideia de uma Exposição Industrial nesta corte, cujos produtos seriam levados para a Exposição Continental de Buenos Ayres, como parecia o Governo Imperial desejar.

Segundo Schwarcz (2010) adverte, a presença constante do Brasil nas exposições diz muito do esforço do Imperador e das elites da Corte para veicular uma imagem diversa desse país distante, agrícola, monárquico e escravocrata, mas que queria se ver representar como uma nação moderna e cosmopolita. Bem se pode perceber segundo a autora o interesse do Império em uma Exposição francamente da indústria fabril.

Com esta posição, parece bem definida a articulação entre a Associação e a Câmara Municipal, através do comendador e vereador Malvino da Silva Reis, sócio honorário da Associação e o elemento articulador na organização da Associação Industrial em 1880, que novamente se colocou em posição de apoio à indústria fabril.

A Associação Industrial, senhores, não ignorava as dificuldades com que tinha de lutar no seu arrojado empenho, cujo êxito chegou a ser posto em dúvida por muitas pessoas; porém um nobre pensamento a guiava, qual o dever que se tinha imposto os modos ao seu alcance, os altos interesses de indústria nacional, e esta era, sem dúvida, a ocasião aís propícia para libertá-la dos preconceitos oficiais e da indiferença da opinião pública.¹³⁸²

Conforme afirma Margarida de Souza Neves (1986), em sua tese de doutorado “As vitrines do progresso”, “O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro”. As exposições nacionais deviam ser entendidas como verdadeira síntese do progresso do país, ao mesmo tempo em que se constituiriam em certames de cujo resultado dependeria a participação do Brasil nas grandiosas Exposições Universais.

Interessante perceber o fundamento das Exposições, seus ideários, e como estes pueram mudar o papel de um país no cenário internacional, projetando-o como uma nação

¹³⁸¹ IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 74.

¹³⁸² Ibid., p. 75.

culta e civilizada. Para a Associação, a Exposição Industrial era o meio mais adequado de demonstração do potencial econômico que se poderia gerar com a indústria fabril nacional, tendo em vista que poderia ser uma saída para a economia do país, até então submetida ao controle do café, seu principal produto de exportação.

Segundo os industriais, as exposições serviriam para atrair a atenção do público para a grande variedade de produtos nacionais, para apontarem a sua procedência e condições de vitalidade, comparar as suas forças e qualidades com os similares estrangeiros, dando ao mesmo a conhecer as suas faltas e necessidades.

A formação da Associação Industrial se fundamentou na necessidade deste grupo de emergir tendo em vista todas as mudanças ocorridas na década de 1880, as quais puderam aflorar novos ideais de pensar o Brasil, pois todo o mundo da época já estava engajado no “repertório”.¹³⁸³

O movimento reformista da geração de 1870, se referindo a pensar o Império quanto aos conceitos tão difundidos pelo mundo industrial e capitalista, refletiu sobre a ideia de “progresso” e de civilização. Um processo que desencadearia em uma nação culta, ligada à indústria de bens e de seus possíveis benefícios para toda a população. Portanto, a intenção de apoiar as exposições estava respaldada nessa nova atmosfera de ser moderno.

O Senhor Ministro da Agricultura, pondo à disposição da Associação luz, motores, água, edifício de tipografia para a Exposição, bem mais tarde o próprio observou que o espaço não seria adequado para a quantidade de objetos a serem expostos. Para a Exposição, diversas companhias de estrada de ferro e navegação, em consequência do pedido endereçado em circular de 22 de agosto, se dispuseram a fornecer transportes gratuitos aos produtos destinados ao Palácio da Exposição. Tendo sido aceito tal pedido, a Associação Industrial enviou diversas cartas de reconhecimento pelos serviços prestados à causa da indústria fabril nacional.

Em sessão de 12 de agosto de 1881, achando-se, preside o Snr. Abraham Asulag, enviado a esta corte pelo Clube Industrial no intuito de promover a maior concorrência possível dos produtos da indústria brasileira à Exposição Continental o Snr. Presidente declarou aquele cavaleiro que os sentimentos da Associação Industrial em referência ao Clube eram os mais íntimos e amistosos, tanto mais quando o mesmo Clube se apressará em saudar e reconhecer oficialmente a autonomia da Associação Industrial e a dirigir-lhe o mais generoso convite para a grande luta que, felizmente, começava a agitar-se em favor do trabalho e da indústria no seio dos povos que a Associação cumpria um grato dever aceitando ao honroso convite do Clube, ao mesmo tempo em que nutria ardentes desejos de fazer-se representar nessa grandiosa festa, por alguns dos membros da sua Diretoria, conseguido, por este modo dar o abraço de união e fraternidade em que deviam viver

¹³⁸³ ALONSO, Ângela. **Crítica e contestação. O movimento reformista da geração de 1870.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, nº 44 out. 2000.

as duas nações sul-americanas.¹³⁸⁴

Como afirma Neves: “as exposições patenteiam o caráter superior e universal da indústria”.¹³⁸⁵ Para a Associação Industrial, uma oportunidade de fazer parte da Exposição Continental e poder demonstrar à opinião pública e ao Governo Imperial o quanto andava a indústria fabril nacional era fundamental questão para o fortalecimento da entidade no período. Conforme Schwarcz: “O princípio é que a exposição consiste em uma espécie de troféu, e seu sucesso era sinônimo de prestígio perante as demais nações. As exposições universais são para o gênero humano o que eram para os gregos, os jogos olímpicos.”¹³⁸⁶

A Associação Industrial aceitou o convite do Clube Industrial de Buenos Ayres e expressou seu desejo de fazer parte desta grande festa do trabalho e da indústria, como diz o documento “*no seio dos povos*”. A ideia de união e fraternidade entre as duas nações são expostas tendo em vista a recente guerra.

A partir do aceite, a Associação começou seus preparativos para a Exposição da Indústria Nacional de 1881, tendo em vista que esta seria fundamental para a escolha dos produtos a serem levados para a Exposição Continental de Buenos Ayres, em 1882.

Em 12 de fevereiro, foram designados para representar a Associação em Buenos Ayres os seguintes senhores: Presidente, Dr. José Pereira Rego Filho; secretário, Alfredo Camarati; tesoureiro, Abel Pereira Guimarães. Foram nomeados membros honorários desta comissão os Srs. Barão de Araújo Gondin, nosso Ministro em Buenos Ayres; Dr. João Adrião Chaves, cônsul geral na mesma República; comendador Joaquim P. da Rocha, vice-cônsul; capitão de Fragata Luis Pelippe Saldanha da Gama, comandante da corveta Parnahyba.

A inauguração da Seção Brasileira na Exposição Continental de Buenos Ayres de 1882 se deu em 1º de abril com o dito discurso do Sr. Manoel Diego Santos, presidente, que segue em algumas partes recortadas aqui.

Os industriais do Brasil abrem as portas da sua seção, que conservaram até hoje fechadas por causas estranhas à sua vontade. Até agora o Brasil apareceu em todas as suas exposições ostentando as suas riquezas naturais; hoje é a indústria brasileira que aparece com seus modestos produtos a submeter-se ao julgamento de seus irmãos da América. Os industriais do Brasil esperavam com ansiedade a ocasião oportuna de poder enviar o abraço fraternal a seus irmãos do Prata, e, graças a sua boa vontade do governo de sua Majestade, que para tal fim nos deu todos os recursos de que careciam, estamos hoje reunidos para celebrar uma festa própria de países cultos, que roubam existências procuram a trabalho, à sombra do maior dos

¹³⁸⁴ IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 78.

¹³⁸⁵ NEVES, Margarida de Souza Pereira das. **O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro**. In: **As vitrines do progresso**. 1986. 80 f. Tese (Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986. p. 26.

¹³⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p. 389.

benefícios, a paz.¹³⁸⁷

Segundo Lilia Schwarcz ao escrever sobre o Imperador D. Pedro II e a sua relação com as Exposições, o Imperador pôde construir o imaginário científico da época. Segundo Schwarcz: “Significava uma boa ocasião para que a imagem externa do país se impusesse e nos redimisse da marca da escravidão e da própria monarquia emancipada por meio da cultura”.¹³⁸⁸ Isto explicaria o apoio de D. Pedro II à Exposição Industrial realizada pela Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Em seu discurso de inauguração da Seção Brasileira na Exposição Continental de Buenos Ayres, o presidente da Associação Industrial sinalizou estranheza ao fato de, por muitos anos, os industriais do país não terem tido uma oportunidade como essa, de expor seus produtos fabris para os demais países e concorrer a prêmios referentes aos objetos fabricados no Brasil. E uma crítica até ao fato das Exposições anteriores realçarem em grande parte as riquezas naturais e não incentivarem a indústria fabril brasileira.

Segundo a Associação Industrial, havia uma grande expectativa quanto a demonstrar seus objetos e se inteirarem dos últimos acontecimentos referentes ao desenvolvimento de máquinas e os demais objetos. Esta oportunidade pôde concretizar-se a partir do convite para a Exposição Continental de Buenos Ayres e o fato da boa vontade do governo de sua Majestade que providenciou todos os recursos necessários para a Exposição Industrial de 1881.

A ideia de congratular-se com os demais povos a partir da celebração do trabalho e da indústria era um alvo a ser alcançado pelos participantes da Exposição Continental, visto que, para estes, a festa dos países cultos era essa, a concorrência e as vitórias da indústria de cada país. No discurso ainda houve questionamentos referentes à utilidade de materiais inventados pela indústria e o objetivo das Exposições, que seriam a competição entre os povos de maneira harmoniosa e respeitosa, sem guerra. Conforme o Relatório da Assembleia: “Trazemos o carvão para agente do movimento mecânico, e não a pólvora para derribar muralhas. Fomos arrancar o ferro às entranhas da terra para transformar o nosso instrumento com que se sulca o solo, e não com que se destroem os homens.”¹³⁸⁹

Como templo do progresso, as Exposições criaram sua própria liturgia, seu ritual e seus símbolos. Segundo Turazzi: “A abrangência e o cosmopolitismo das exposições

¹³⁸⁷ IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 99-100.

¹³⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p. 389.

¹³⁸⁹ IHGB, op. cit. p. 101.

conferiam materialidade ao caráter econômico universal pretendido pelo sistema industrial e comercial capitalista”.¹³⁹⁰ As cerimônias de inauguração mobilizaram e atravessaram as cidades que abrigaram as mostras, a imprensa fazia a cobertura e os vencedores eram vistos como heróis: recebiam medalhas e diplomas.

Os símbolos mais expressivos da modernidade nasceram à sombra das Exposições Internacionais. A “Estátua da Liberdade” presenteada pela França aos Estados Unidos da América como memorial a sua Constituição em 1878 na Exposição Mundial de Paris. Outro símbolo foi a Torre Eiffel, símbolo por excelência da Exposição Internacional de Paris em 1889.¹³⁹¹ O apego às exposições estava acomodado como um espaço de exibição do denodo de cada povo e seu desenvolvimento. De acordo com Turazzi: “A exposição configura-se, por isto mesmo, em encarnação do progresso. E progresso, no século XIX, era também sinônimo de uma determinada visão do tempo e da história”.¹³⁹²

Depois de declarada aberta a seção brasileira em um momento do hino argentino, o Senhor Orien, presidente da Exposição Continental de Buenos Ayres, fez a explanação de seu discurso em congratulações quanto à seção brasileira.

Se não ostentam as galas deslumbrantes da natureza e da arte, exibem neste certamento riquezas positivas, indústrias radicadas, capitais bem empregados, trabalho para o povo, moral para as massas, paz, progresso e rendas para a nação que protege vossa adiantada indústria, protegendo-se a si própria. Por isso celebramos hoje o grande acontecimento de julgar a força e o adiantamento da indústria brasileira, que honra ao seu povo e ao seu monarca, o qual soube ajudá-la para que as suas esplêndidas manifestações realcem neste congresso industrial da América do Sul.¹³⁹³

De acordo com o discurso do senhor Orien, presidente da Exposição Continental de Buenos Ayres, de 1882, a indústria traria para a nação que a apoia, trabalho para o povo, paz, progresso e renda para os cofres públicos, protegendo a economia do país.

O entendimento quanto aos objetivos de uma Exposição Industrial ficou claro, pois os mesmos ideários de progresso e crescimento econômico estavam inseridos no pensamento do período, tanto na Europa, quanto na América do Sul, justificando em sua fala a posição.

Segundo a narrativa do Senhor Presidente da Exposição Continental, esse agradeceu à Associação Industrial do Rio de Janeiro a participação no evento e exclamou, segundo o Relatório da Assembleia: “nos votos que fizestes, de que toda a América siga o nosso

¹³⁹⁰TURAZZI, Maria Inês. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 27.

¹³⁹¹NEVES, Margarida de Souza Pereira das. **O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. In: As vitrines do progresso. 1986.** 80 f. Tese(Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986.

¹³⁹²TURAZZI, op. cit., p. 28.

¹³⁹³IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 102.

exemplo, para que desapareçam as preocupações e os erros, e sejam a paz e o trabalho os credos deste continental na segunda etapa da sua independência”.¹³⁹⁴

Ao final de seu discurso, sinalizou seu entendimento de que o processo de independência continua entendendo que ao ficar presa a questões anteriores ligadas à área agrária, estariam ainda dependentes de produtos estrangeiros, dificultando o crescimento da indústria fabril nacional.

A Exposição Continental da Seção Brasileira ocupou 600 metros quadrados do Palácio da Rivadavia, tendo 673 volumes de produtos expostos, sendo pouco o espaço para a quantidade de objetos ali apresentados. A Imprensa do Rio da Prata noticiou a chegada da corveta Parahyba, dando maior brilho à festa, além de 17 homens do corpo de bombeiros e um oficial que foram liberados pelo Governo Imperial para acompanharem a Seção Brasileira.

Para maior realce da Seção Brasileira, o Senhor Ministro da Agricultura enviou também os aparelhos de luz elétrica utilizados na Exposição da Corte em 1881, ora oferecida pelo Barão de Capanema.

A Seção Brasileira participou da Exposição Continental conseguindo medalhas de ouro nas mobílias, na cerâmica e no café. A mineralogia foi mal classificada; a tecelagem foi vencida pelo Chile; a tipografia, a cromolitografia, as belas artes, os doces, as tintas e o algodão foram classificados; o vinho e as féculas não foram classificados; os instrumentos geográficos não foram julgados; sessão de Marinha; as luvas não foi possível classificar; roupas feitas receberam dois prêmios; os chapéus foram classificados sem conjecturas; os calçados alcançaram uma medalha; os biscoitos não alcançaram medalhas; o mate não obteve medalha; meio de transportes Companhia de Carris Urbanos recebeu medalha de ouro; a fundição de chumbo recebeu medalha de prata; as flores receberam medalha de ouro; a fábrica de camisas concorreu com Montevideu e perdeu a medalha de ouro; o cacau recebeu medalha de bronze; construção naval também recebeu medalha de ouro.

Pela primeira vez apresentaram uma Exposição estrangeira tão completa em objetos da indústria nacional em diversos ramos. Conforme Giddens: “A característica principal do industrialismo é o uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinados ao papel central na maquinaria no processo de produção. O industrialismo pressupõe a organização social regularizada na produção.”¹³⁹⁵

¹³⁹⁴ IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 104.

¹³⁹⁵ GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. p. 61.

A Associação Industrial apreendia que todo o processo industrial existente no mundo se fazia através de técnicas para uso das máquinas e a sua aplicação na produção de bens. E que para estar sintonizado com este movimento, se fazia necessário pertencer a este grupo de países engajados neste processo de industrialismo. Segundo Saes & Saes: “Em suma, ao longo do século XIX, o comércio internacional sofreu profundas mudanças tanto em relação às principais mercadorias que o compunham, como em relação aos países ou regiões produtoras”.¹³⁹⁶ A Associação precisaria competir e conhecer os processos novos do movimento da era do capitalismo. Para isso, as Exposições industriais seriam o cenário ideal, para serem vistos e para verem o progresso da indústria fabril pelo mundo. Segundo José Silva: “as exposições mundiais estimularam a identificação do outro, contribuindo, por conseguinte, para que a consciência de classe social de ampliasse, pressionando o acesso à cidadania.”¹³⁹⁷

Por meio das exposições, a burguesia encontrou um veículo adequado para a circulação não só de mercadorias, mas de ideias em escala internacional. Ou seja, as exposições não visavam apenas ao lucro imediato, advindo do incremento das vendas ou do estímulo à produção industrial pela comparação entre os potenciais das diferentes nações. As exposições foram também elementos de difusão/aceitação das imagens, ideias e crenças pertinentes ao ethos burguês. Neste sentido, elas procuravam passar as nações de que empresários triunfavam porque eram competentes, o progresso era necessário e desejável, o capitalismo procurava bem-estar, a fábrica era lugar de harmonia e não de conflito, a fraternidade entre os povos era possível de ser mantida, etc...¹³⁹⁸

Outro lado da Exposição Continental foi o Congresso Pedagógico, que tinha o intuito de demonstrar os avanços educacionais ligados à indústria e a importância de formar mão de obra para a indústria e o desenvolvimento de novos objetos.

Se a América quer ser industrial e livre, necessito antes de tudo, de educar seus filhos. A indústria não é mais do que a aplicação do trabalho inteligente, e as instituições livres tem na escola primária a pia batismal. Nesse congresso se achou igualmente representada a nação brasileira. Ouvimos a exposição de seus adiantados escolares, consultamos os seus livros de ensino e conhecemos com vivo interesse até dos melhoramentos que nele se projetam para educar número maior de homens.¹³⁹⁹

Os industriais, em sua organização, evidenciam sua posição quanto à necessidade de instrução da população para ser mão de obra e assim alcançar seu ideal de progresso e

¹³⁹⁶SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 179.

¹³⁹⁷SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso. As Exposições Universais Internacionais no século XIX. A circulação transoceânica de ideias e técnicas e a participação do Império do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1889. 1992**. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, 1992. p. 157.

¹³⁹⁸PESAVENTO, Sandra Tatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 14.

¹³⁹⁹IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 33-34.

civilidade para a nação. Tendo em vista o alvo de alcançar o maior número possível de homens educados no viés da indústria fabril nacional.

A Associação Industrial necessitou de apoio por parte do Governo Imperial para ir à Exposição Continental e por isso agradeceu. Em seu periódico *O Industrial*, de 15 de fevereiro de 1882, a Associação Industrial do Rio de Janeiro agradeceu a Majestade D. Pedro II e as demais autoridades o auxílio e o empenho para que a Seção Brasileira pudesse representar bem o Império do Brasil na Exposição Continental de Buenos Ayres.

Sua Majestade o Imperador, a Associação agradece a proteção que dispensou a todos seus atos, e bem assim que interesse que lhe mereceram as oficinas e fábricas das exposições, que ele visitou e examinou com a maior atenção. A alta administração do Estado representada nos senhores conselheiros Saraiva Martinho Campos Alves de Araújo, Pedro Luiz e Doria, nos quais a Associação encontrou sempre decidido auxílio todas as vezes que se tratou das necessidades da Exposição. Aos dignos chefes superiores do Ministério da Agricultura pelos favores que lhe concederam a bem da facilidade e boa execução da mesma Exposição.¹⁴⁰⁰

A articulação com o Governo Imperial se expressou de forma objetiva. Em *O Industrial*, a Associação celebrou o apoio recebido e divulgou para a esfera pública as manifestações ora alcançadas pelas autoridades constituídas, realçando o apoio e o comparecimento de sua Majestade D. Pedro II, e o seu interesse em conhecer os objetos expostos que iriam para a Exposição Continental de Buenos Ayres.

As altas autoridades do Estado e o Ministro da Agricultura auxiliaram fornecendo condições financeiras: luz, motores, Palácio de Exposição e transportes gratuitos para os objetos vindos do interior, além da oportunidade de representar o Governo Imperial em uma Exposição Continental. Pela primeira vez a indústria fabril teve seu espaço no cenário nacional e internacional tendo em vista a Associação Industrial, recém-formada no início da década de 1880, sem a experiência necessária para um tão grandioso espetáculo da indústria fabril continental.

Em meio a toda essa situação, vê-se a Exposição da Indústria Nacional de 1888, o movimento industrialista da década de oitenta, a queda dos preços do café, as oscilações cambiais, a situação econômica do país, toda uma conjuntura enfim. Uma conjuntura que refletia as grandes transformações por que passava o país, contribuindo para levar o governo imperial a encarar, de um modo geral, o problema da necessidade de amparo à produção nacional em todos os seus aspectos e, em particular, o fomento dos recursos naturais do Brasil.

¹⁴⁰⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. *O Industrial de 1881 e 1882*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882. p. 2.

Assim, em 1883, Henrique d'Ávila, ministro da agricultura, afirmava ser imprescindível o desenvolvimento da indústria brasileira pelo aproveitamento das nossas riquezas naturais, a fim de diminuir a importação, procurando-se, por outro lado, aumentar a exportação. Preocupava-o, pois, o desequilíbrio da balança de pagamentos, conforme Luz: “problema cuja solução, o Governo Imperial não pode deixar de prestar a mais sua atenção”.¹⁴⁰¹

Três anos mais tarde, em 1886, outro ministro da agricultura, Antonio Prado, estava também preocupado com o aproveitamento de nossas riquezas minerais. Preocupou-se, ademais, o Ministro da Fazenda Belizário Soares de Souza, em reajustar os valores oficiais dos artigos importados, estes tornados inadequados com a queda do câmbio, e em alterar as classificações das mercadorias, pois, por causa do progresso industrial e das transformações da moda, eram absolutas as classificações vigentes na tarifa brasileira. A necessidade de fomentar a produção nacional levou, entretanto, o senhor Belizário Soares de Souza a introduzir certas modificações nas razões alfandegárias. Esta questão será vista, mais adiante, na análise da Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1887, neste capítulo.

Assim, de modo geral, foram diminuídos os direitos de matéria-prima que o Brasil não possuía, particularmente, substâncias químicas empregadas na indústria nacional. Tendo em vista “nacionalizar” a indústria de tecidos de algodão, foram elevados os direitos de fios tintos, favorecendo as fábricas de fiação, em detrimento das de tecelagem. Segundo Leopoldi: “as revisões de 1886-1888 resultaram num certo protecionismo à matéria-prima nacional. A elevação dos índices referentes às matérias-primas produzidas no país (fio de juta, fio tinto de algodão)”.¹⁴⁰² Confirma compor uma vitória do *lobby* dos industriais sobre o governo.

No ano de 1888, em maio, ocorreu a libertação dos escravos, que transformou em assalariados milhares de trabalhadores. A necessidade de amparar, por meio de créditos, a influente classe de ex-proprietários de escravos, levou o governo imperial a adotar uma política de facilitação de créditos. Essa política aliada à prosperidade do país, graças à enorme safra de café de 1888-1889 e o capital estrangeiro que entrou no país sob a forma de empréstimo governamental, provocou expansão nos negócios e a formação de empresas comerciais e industriais.¹⁴⁰³

¹⁴⁰¹LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 165.

¹⁴⁰²LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.100.

¹⁴⁰³LUZ, op. cit., 1975.

A pressão desses industriais aumentou e o Congresso votou a lei de 24 de novembro de 1888, que deu certa satisfação aos industriais, favorecendo as fábricas de tecidos de algodão e juta. Tendo em vista esta conjuntura político-econômica, pôde-se perceber a luta desses industriais em fazer valer sua força enquanto grupo, pressionando o Governo Imperial para que as leis pudessem ser aprovadas para o bem das indústrias, apesar do esforço do confronto com os interesses do fisco e também da lavoura cafeeira. Até então estes industriais já estavam mais coesos, e tinham tido vitórias na Exposição da Indústria Nacional de 1881 e 1882, no Rio de Janeiro e em Buenos Ayres, como se percebeu na narrativa do Memorial relativo à Exposição da Indústria Nacional de 1888.

Segundo Sandra Pesavento em “Exposições Universais: espetáculos da modernidade no século XIX”, os intelectuais brasileiros consideravam que, Pesavento: “o progresso não era apenas algo que se ouvia falar, mas uma meta que o país deveria perseguir para atingir o status de moderno”.¹⁴⁰⁴

Os industriais questionam o silêncio quanto ao convite feito pelo governo da França de participação da Associação Industrial do Rio de Janeiro, ou seja, dos industriais brasileiros, fazerem parte da Exposição Universal de Paris de 1889, e a Associação teve a iniciativa de levar adiante a ida desses industriais a Paris. Para isso, entregaram um Memorial relativo à Exposição da Indústria Nacional em 1888, posto que se fizesse necessário ter uma Exposição preparatória para que se obtivesse uma estimativa do volume dos objetos a serem levados. Consta no Memorial da Exposição: “Entende a Associação Industrial que não lhe cabe, por forma alguma, inquirir das razões que desde já reputa poderosa e justíssima para a obtenção do comparecimento oficial por parte do governo, se é que se possa interpretar como deliberada obtenção o silêncio até agora mantido a tal respeito”.¹⁴⁰⁵

A Associação Industrial do Rio de Janeiro começou a expor as razões pelas quais seria importante o comparecimento dos industriais nesse evento, e levantou o fato de várias nações do mundo se representarem. Fez clara a solicitação de ajuda por parte do governo, pois exemplificou que as demais nações tiveram ajuda de seus governos, pois foi para o crescimento da indústria e riqueza do país, além da ênfase atribuída à nação civilizada com relação à ida para uma Exposição deste porte, como a Exposição Universal de Paris de 1889, ano do centenário da Revolução Francesa. Consta no Memorial da Exposição: “Por diversos

¹⁴⁰⁴PESAVENTO, Sandra Tatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 63.

¹⁴⁰⁵BIBLIOTECA NACIONAL. **Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 1.

governos como os da Alemanha, Áustria, Rússia e Itália, os quais, entretanto, prometeram proporcionar todas as facilidades dos negociantes e industriais de seus respectivos países que quisessem concorrer à dita exposição”.¹⁴⁰⁶ Segundo Olender: “As exposições eram locais privilegiados de realização e efetivação da modernidade da prática burguesa de efetivação de seu projeto político-social. A participação do Império do Brasil nesses eventos foi uma tentativa de reconhecimento no concerto das nações civilizadas.”¹⁴⁰⁷

A Associação Industrial do Rio de Janeiro expôs que não ficaria de braços cruzados ante os interesses dos industriais, e começou a desejar saber o que o governo faria quanto ao fato deste evento, e colocou que necessitava saber qual era o tipo de ajuda que teria do governo, para assim poder tomar suas providências.

De acordo com o Memorial da Exposição: “Seja qual for o pensamento do governo sobre o assunto, o tempo urge e a Associação Industrial, obediente à sua missão, sente que não pode cruzar os braços e deixar de promover o interesse da Indústria Nacional”.¹⁴⁰⁸ Não lhes competia, portanto, adiantar o passo, certos de conhecer até onde iria a iniciativa oficial.

Quando se referiu à sua missão, fica claro no Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, onde estava exposta a necessidade de promover a indústria nacional, tendo, para isso, de lançar mão de vários métodos para o crescimento da indústria no país.

1º art. Representar a indústria nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários e convenientes, defendendo e protegendo-a;

2º art. Fomentar a criação de idênticas associações nos centros mais populosos do Império e corresponder-se com elas;

3º art. Publicar com seu relatório anual uma estatística universal. E mais, quando possível.

Criar uma biblioteca industrial;

Criar um museu industrial para exposições de produtos da indústria nacional;

Criar um periódico da Indústria nacional a indiscutível utilidade da associação [...]¹⁴⁰⁹

A diretoria da Associação Industrial argumentou com o governo com base neste documento – Memorial relativo à Exposição Industrial de 1888 – apresentando-o ao Senhor Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no dia 1º de

¹⁴⁰⁶BIBLIOTECA NACIONAL. **Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Pública pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 3.

¹⁴⁰⁷OLENDER, Marcos. **No livro do futuro.** 1992. Vol. 1. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. p. 36.

¹⁴⁰⁸BIBLIOTECA NACIONAL, op. cit., p.5.

¹⁴⁰⁹BIBLIOTECA NACIONAL. **Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 1.

agosto de 1887. E trouxe à lembrança a Exposição Industrial de 1881 e seus benefícios para a indústria do país, além de ter mostrado a eficiência dessa Associação nos eventos do Rio de Janeiro e na Exposição Continental de Buenos Ayres, em 1882. Consta no Memorial da Exposição: “Ela conservou-se em ansiosa expectativa desde que teve conhecimento dos primeiros regulamentos expedidos pelo governo Francês, das primeiras providências tomadas pela comissão encarregada de levar o efeito aquela exposição universal e do começo de execução das obras para este fim”.¹⁴¹⁰

A Exposição preparatória para a Universal de Paris de 1889 foi executada no Rio de Janeiro, no prédio do Liceu de Artes em ofício. Segundo Filho: “Seu objetivo, além de procurar divulgar os progressos alcançados pelo setor industrial, era também o de mostrar no exterior que o país ingressara no grupo das nações civilizadas”.¹⁴¹¹ Conforme *Jornal do Comércio*: “A atual exposição não visa somente a conquista de honrosos prêmios para a nossa indústria (...) visa também fazer propaganda imigratória para a lavoura como para a indústria; esta requer menos número de braços, mas em compensação mais hábeis e adestrados.”¹⁴¹²

Os industriais, na expectativa para a Exposição Universal de Paris, em 1889, ano do centenário da República Francesa, vislumbraram uma oportunidade de vencer mais um obstáculo em sua luta pelo progresso da indústria nacional, podendo dar visibilidade à indústria brasileira em um espaço tão importante no cenário internacional. Consta em Memorial da Exposição: “Viva recordação do bem sucedido esforço com que se inicia na existência realizada com feliz êxito 1881, a 5ª Exposição da Indústria Nacional, julgo, deveria ir se preparando para a eventualidade de ser novamente incumbida de efetuar idêntico cometimento em 1888.”¹⁴¹³

A experiência anterior afortunada efetuada pela Associação Industrial na exposição de 1881 gerou expectativas, quando da representação da Associação no cenário internacional, através da participação na Exposição Universal de Paris, de 1889.

A respeito das Exposições Internacionais, segundo Asa Briggs, historiador inglês, transmite uma dupla mensagem. Por um lado, tratava-se de afirmar a boa nova do trabalho

¹⁴¹⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. **Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881. p. 6.

¹⁴¹¹ FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 194.

¹⁴¹² JORNAL DO COMÉRCIO. **Exposição brasileira preparatória**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 2.

¹⁴¹³ BIBLIOTECA NACIONAL. **Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 7.

como fator de dignidade para todos os homens. De acordo Briggs: “O evangelho do trabalho é a primeira grande mensagem. A exposição está idealizada para glorificar as abelhas laboriosas da colmeia do mundo. Os trabalhadores de todos os tipos eram ali reconhecidos como grandes homens”¹⁴¹⁴. Por outro lado, segundo Briggs: “para além de honesta invalidade da indústria e da habilidade, os países encontrariam uma nova fraternidade. A ênfase na paz estava colorida com os matizes do que muitos percebiam como duas facetas de uma mesma filosofia: cristianismo e livre-comércio”.¹⁴¹⁵

Nas palavras de Neves: “o progresso como lei universal. Trabalho como fundamento de uma nova ética. Paz universal como resultado de um sistema cuja bondade intrínseca, harmonia e racionalidade dos idealizadores parecem também convencer os visitantes”.¹⁴¹⁶ A tentativa de se encontrar com o progresso para a civilização e, finalmente, com o reconhecimento internacional que o país ganharia com a participação das Exposições Internacionais, levou o governo a injetar recursos públicos nas Exposições.

Como acontecera na Exposição de 1881, preparatória para a Exposição Continental de Buenos Ayres, o governo imperial investiu nestas exposições com objetivo definido: se lançar como uma nação civilizada à vista do mundo da época.

A Associação Industrial tinha celebrado, na sua ausência, um contrato com o governo imperial, para levar a efeito a Exposição da Indústria Nacional, e outro para ir à mesma Associação Industrial representar o Brasil na Exposição do Rio da Prata. Ora, sendo ele presidente da mesma Associação, entidade que fazia contratos com o governo, embora desses contratos não viessem interesses pessoais, todavia ele por escrúpulo, em face de lei eleitoral, que não garantia que um Deputado fizesse ou tivesse contratos com o governo do país, quer individualmente, quer coletivamente.¹⁴¹⁷

Por isso o presidente da Associação Industrial do Rio de Janeiro pediu para se afastar da liderança da associação, pois havia sido eleito para o cargo de deputado.

Não censurava os atos do governo, muito pelo contrário, achava que tanto ele, como a Associação Industrial, cumpriam um dever de patriotismo, esforçando-se, tanto um como a outra, em levar às tendas do grande certame do trabalho que a República Argentina, naquele momento, provaria os produtos da nossa indústria, armas pacíficas que civilizam e estreitam as relações dos povos.¹⁴¹⁸

Com o conhecimento das intenções do governo imperial de se lançar como nação civilizada, em contínuo progresso como gostava de expor, a Associação Industrial pautou suas

¹⁴¹⁴BRIGGS, Asa. **The bagstel palace and the men of 1851. In: Victorian people.** Middlesex: Penquina Boats, 1982. p. 49.

¹⁴¹⁵Ibid., p. 40.

¹⁴¹⁶NEVES, Margarida de Souza Pereira das. **O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. In: As vitrines do progresso.** 1986. 80 f. Tese(Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986. p. 41.

¹⁴¹⁷IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. 31.

¹⁴¹⁸Ibid., p. 31.

arguições na própria história das Exposições anteriores, e, é claro, na conjuntura político-econômica em que se encontrava o país, com o fim da escravidão e a grande necessidade de trabalho assalariado para este contingente de pessoas ociosas pelas ruas em busca de seu ganha-pão. Assim, a Associação Industrial continuou sua argumentação expondo para o governo imperial seus planos para a realização da exposição preparatória para a Exposição de Paris.

A diretoria caso verificasse não ter ainda o governo encarregado de semelhante cometimento, outra associação fosse incumbida de estudar o assunto, e elaborar um plano de execução de uma exposição da indústria nacional com caráter preparatório a representação da mesma indústria na grande exposição industrial de Paris. Resolvi organizar o projeto cuja descrição junta em anexo. Foi no desempenho desse encargo que a diretoria abaixo assinala reconhecendo não haver probabilidade de na época apropriada poder obter para a exposição proposta à ocupação temporária de algum edifício público convenientemente situado. Resolvi organizar o projeto cuja descrição junta em anexo. É um edifício de caráter provisório, que não obstante ter na forma a elegância compatível com a necessária solidez e imprescindível economia fosse construído com material que se obtivesse por meio de empréstimo, ou depois devolvido o edifício vendido, reembolsa uma grande porcentagem do seu primitivo custo.¹⁴¹⁹

A sugestão da Associação Industrial era ainda a utilização de trilhos, ferro, vidro, telhas, peças de ferro fundido para a construção do dito edifício. Para o barateamento do custo, poderia ser obtido na Estrada de Ferro D. Pedro II, além da isenção de direitos para os materiais que tivesse que importar para o mesmo edifício, o que, aliás, não redundava em um prejuízo para o Estado.

Não tendo o governo imperial tomado a frente da organização da Exposição Industrial, a Associação Industrial elaborou um projeto onde descrevia como seria a exposição - em um edifício provisório - e fez o levantamento de custo, e de visitantes, estabelecendo o período da Exposição e demais necessidades descritas também neste documento.

Como preparatória da exibição com que a indústria nacional brasileira tem de se fazer representar no grande concurso internacional de Paris em maio de 1889, propõe-se que se organize aqui na capital do Império uma exposição prévia, um edifício de caráter provisório na área desocupada da praça de aclamação e situação em frente à secretaria da guerra. Esta exposição que receberia os diversos produtos e artefatos das diferentes províncias do Império [...] promovida pelas comissões delegadas desta Associação, podendo ser inaugurada a 29 de julho de 1888, e encerrada a 4 de dezembro do mesmo ano.¹⁴²⁰

Quando se referia ao edifício provisório da Exposição Industrial de 1888, este era um dos objetivos expostos no Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, que tratava da necessidade de haver um museu das Exposições Industriais, um local próprio para as

¹⁴¹⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887*. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 7-8.

¹⁴²⁰ Ibid., p. 3.

Exposições, tanto de caráter eventual, como de caráter permanente. A Associação Industrial fez o orçamento.

Com efeito, a construção do projetado edifício exigindo a quantia de 305.000\$000, o auxílio para promover a organização das exposições parciais nas províncias usando 18.000\$000, e a subvenção dos industriais para a organização e expediente da exposição da seção brasileira em Paris, a de 180.000\$000, compreende-se facilmente que vai muito além das forças de qualquer associação desta guerra tão considerável espaço.¹⁴²¹

Quanto às quantias necessárias para promover as exposições parciais nas províncias e para a subvenção aos industriais, a Associação Industrial entendeu dever dizer com toda a franqueza e lealdade que não via ainda de que forma poderia fazer reverter para os cofres públicos, a não ser indiretamente, por meio dos resultados que fossem colhidos para o desenvolvimento industrial do país, do comparecimento do Brasil à exposição internacional de 1889. Conforme no Memorial da Exposição: “Parece também que nenhum governo se preocupa de reaver de outro modo as quantias voltadas para tais aplicações”.¹⁴²² E argumentou que ainda se faria melhor do que foi a Exposição de 1881 e 1882, visto que se teriam mais visitantes pagantes, expositores e lucros maiores para se repor ao erário público. Estas foram as colocações dos industriais.

Assim, para a última exposição, inaugurada a 12 de dezembro de 1881, precursora da Continental de Buenos Ayres, convite da exposição e a inauguração e o espaço de tempo durante o qual se conservou aberto ao público 49 dias 1.820 expositores não pagaram pelo espaço ocupado for visitada por 46.944 pessoas, entras 15.000 entradas gratuitas, 1888 agora seria 3.000 expositores, franqueadas ao público 120 dias, 120.000 o número de visitantes. Compra-se uma contribuição ao metro quadrado usado pelos expositores, será inferior 20\$000 total será 50.000\$000. Entrada dos visitantes 1000\$ por 120.000 entradas devem resultar 140.000\$000.¹⁴²³

Os industriais continuaram em sua explanação: a exposição brasileira tanto dentro do país, como no vasto campo da batalha do progresso se travaria em 1889, no campo de Marte da cidade de Paris; que não carecia a Associação de procurar argumentos para convencer aos poderes públicos dos benefícios que dela adeririam para a nossa indústria, seja agrícola, manufatureira ou extrativista; e de quanto concorreriam para melhorar a situação financeira do país, porque semelhante convicção já estava profundamente arraigada no ânimo de todos.

Uma das primeiras argumentações que o próprio governo imperial fez em relação à importância das Exposições veio do Ministro da Agricultura, quando falou a respeito da educação industrial. Consta no Memorial da Exposição: “Com clareza expõe um relevo de

¹⁴²¹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887*. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 13.

¹⁴²² Ibid., p. 9.

¹⁴²³ Ibid., p. 16.

urgentes necessidades de nossos artistas e industriais aperfeiçoarem na educação técnica, habilitando-os a melhorarem os processos de fabricação e com a importância se recomenda a criação dos museus industriais”.¹⁴²⁴

Conforme o Memorial da Exposição: “De certo modo se transformam em Exposições permanentes são precedidas pelas exposições periódicas, as quais eles de toda não dispensam e que com eles servem para o estudo comparado dos diversos gêneros de industriais”.¹⁴²⁵ A necessidade da criação de museus decorreu do fato de expor os objetos inventados e a feitura da ligação entre as invenções e a vida cotidiana da população, a questão educacional se fez representar nesta vitrine do progresso. Conforme o Memorial da Exposição: “Elas surgiram em 1851, com as ideias de livre-câmbio, sir Robert Peel, o inaugurador, e iniciaram-se amparadas pelo ilustre Príncipe Alberto Consorte da Rainha da Inglaterra, cujo espírito liberal lançou seu reflexo brilhante nos resultados daquelas exposições”.¹⁴²⁶

No livro de “As grandes festas didáticas, a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922),” o autor apresenta três grandes objetivos.

A análise de como, no interior das Exposições internacionais foi-se atribuindo à educação o signo da civilização, de progresso, de sociedade moderna, e a participação brasileira nesse processo [...] se exibia a educação principalmente nos congressos internacionais e nacionais ocorridos durante as exposições, quando vários setores discutiam e formulavam propostas para as instituições educacionais, e, finalmente, as propostas pedagógicas veiculadas nas Exposições. Uma arena de propostas para o ensino técnico e para a educação na época.¹⁴²⁷

Os industriais, em sua argumentação de vinte páginas, realçaram os ideais das Exposições. Neste caráter, elas contribuíram para a obra democrática da confraternização dos povos, abateram as carreiras que as separaram da comunhão das ideias civilizadoras e encaminharam a humanidade para o seu grande destino: a harmonia, unidade da raça humana, e afirmou os grandes princípios econômicos da liberdade e divisão do trabalho, da livre-permuta e da associação e cooperação dos industriais. A aproximação dos industriais e consumidores de todas as partes do globo, em um mesmo ponto, por um espaço de tempo, embora curto, permitem progressos das ciências e das artes, o estudo e o confronto dos produtos e artefatos, e a comparação dos mais aperfeiçoados processos de fabricação, bem como o despertar a criação de nossos industriais.

¹⁴²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. **Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 17.

¹⁴²⁵ Ibid., p. 10.

¹⁴²⁶ Ibid., p. 11.

¹⁴²⁷ JUNIOR, Moysés Kuhlmann. **As grandes festas didáticas, a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922).** Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. p. 20-21.

A concorrência entre os países presentes nas Exposições foi concebida como uma arena ou olimpíada pacífica, e pôde ser verificada nos quadros dos prêmios distribuídos aos expositores.

O espetáculo das Exposições acaba por ser uma forma de sublimação dos conflitos entre os Estados modernos do século XIX. O aspecto da disputa por tecnologias e mercados está implícito no sofisticado sistema de premiação aos melhores exibidores nas diversas categorias. Desde a Great Exhibition são lançados votos, dos patrocinadores aos participantes, para que a paz entre os povos de boa vontade se eternize. Trata-se de adaptar a insolúvel sociabilidade dos Estados – indivíduos num intercâmbio duradouro próspero e pacífico, baseado em competições amistosas, espécie de olimpíadas das proezas industriais.¹⁴²⁸

Ficou expressa de maneira bem definida a importância das Exposições para o amadurecimento da indústria no país. O fato de concorrer nas Exposições Internacionais gerou uma competição entre os industriais, que os levou a ganhar em criação e produtividade, pois a partir do fato que os consumidores puderam ver os produtos, e eles desmistificaram o fato do produto brasileiro ser pior do que o estrangeiro. Com isso, abriu-se caminho para o consumo dos produtos nacionais, postos que o ocorrido com a exposição de 1881 com alguns industriais resultou em conseguirem lutar vantajosamente no mercado do país com os artefatos da mesma espécie dos de sua produção e importados do estrangeiro. No Memorial da Exposição: “Escapado a qualquer que dotado de espírito observador as tenha visitado, o progresso gradualmente operado pelas indústrias já criadas ou a aclimação de outras novas, cujos produtos têm logrado fazer seria concorrência no mercado aos similares importados do estrangeiro e até mesmo em alguns casos anular esse importado.”¹⁴²⁹

A Associação cumpriu o seu dever, pondo à disposição do governo imperial, como já o teria feito em 1881, sua cooperação para levar a efeito esse cometimento, e no caso de ser aceito o plano que expôs no corpo desse Memorial 1888, pediu a V. Ex. Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que, deliberando por si, sobre o caber na alçada de V. Ex., ou pedindo às câmaras as medidas que dependessem de ser dignas desta Associação Industrial para desempenhar-se da incumbência, se lhe fosse confiada, concedendo-lhe os meios que em seguida resumidamente seriam expostos.

O uso temporário da área não ajardinada da Praça da Aclamação, em frente à secretaria de Guerra, para nela erigir o edifício para uma exposição da indústria nacional.

¹⁴²⁸ HARDMANN, Francisco Foot. **O trem fantasma. A modernidade na selva**. São Paulo: Companhia da Letras, 1988. p. 60-61.

¹⁴²⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. **Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Pública pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 12.

Isenção de direitos para todo o material necessário à construção, montagem, desmontagem, conservação e iluminação do edifício. Uso dos trilhos de aço com acessórios pertencentes à Estrada de Ferro D. Pedro II, e seu prolongamento que fossem necessários à construção do edifício.

Transporte gratuito nas Estradas de Ferro para a vinda e volta dos produtos e artefatos que tivessem de figurar na Exposição. Autorização para que as companhias subvencionadas, ou que gozassem de garantias, ou juros, pudessem fazer o mesmo transporte em iguais condições. Autorização para que os fornecimentos de água, gás e outros idênticos fossem feitos nas mesmas condições em que o eram para os edifícios de Estradas. Concessão de fundos para a realização da exposição e distribuição para a construção do edifício.

180:000\$00. O título de adiantamento que voltarão aos cofres do Estado com o produto da venda dos materiais depois da Exposição. 120:000\$000. O título da subvenção e que em parte voltarão para os cofres públicos do Estado, tanto quanto o permitirem o subcrédito saldo. 180.000\$000 para as despesas nas províncias 180.000\$000 para o auxílio dos expositores, afim de que seus produtos e artefatos vão representar a Indústria Brasileira na Exposição Industrial Internacional de Paris de 1889.¹⁴³⁰

A Associação Industrial do Rio de Janeiro conseguiu a verba necessária para a Exposição Industrial de 1888 no Rio de Janeiro, e para a ida à Exposição Universal de Paris, em 1889, e mais: a participação no Clube de Engenharia, SAIN, Centro da Lavoura e Comércio e do Centro da Indústria, Comércio de Açúcar, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Sociedade de Imigração.¹⁴³¹ No qual era solicitada sua participação na exposição parisiense.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1888.

Ilmo. Srs.

A Comissão Central brasileira, organizada nesta Corte para a Exposição Universal de 1889, em Paris, e composta dos abaixo-assinados, certa da grande utilidade que advirá ao Brasil de se fazer representar sua referida Exposição, e do valioso auxílio do Clube de Engenharia, de que é V. Dr. Digno Presidente, pode prestar à realização dessa ideia, convida a essa Associação a concorrer na medida de seu trabalho e de suas forças àquela grande festa de civilização e progresso.

Outrossim, comunicar a V. Sr^a. que, para a convém escolha dos produtos, efetuar-se a primeiro nesta Corte uma exposição preparatória, cuja abertura está marcada para o dia 11 de novembro do próximo futuro.

Deus guarde a V. Sr^a.

Ilmo. Sr. D. Antonio Paulo de Mello Barreto, Presidente do Clube de Engenharia.

¹⁴³⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. **Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887.** Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888. p. 13.

¹⁴³¹ FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1888.** Rio de Janeiro: Firjan, 1888.

A Comissão.¹⁴³²

Fica assim demonstrado que a Associação Industrial conseguiu, mais uma vez, como grupo industrial, persuadir pessoas do governo imperial, como foi o caso do Senhor Ministro da Agricultura para conseguir as verbas necessárias para esta Exposição. É interessante perceber que a Associação Industrial sempre entrava no vácuo, na necessidade do governo, como foi o caso da abolição da escravatura. O importante era gerar trabalho para a população, e riquezas para o país em uma conjuntura tão adversa.

5.3- A Revisão da Tarifa de 1881 e a reação do Comércio contra a Indústria Fabril.

Vale lembrar que foi nos anos sessenta, com a Tarifa das Alfândegas de 1869, que adveio a primeira ação da indústria fabril em fazer escutar suas reclamações junto à Comissão Revisora e ao Governo Imperial, como se encontra no capítulo quatro desta tese. Com referência a questão de proteger os chapéus, a indústria fez sua argumentação e alcançou algum benefício. Já naquele momento, observa-se uma articulação junto à Comissão Revisora com relação aos interesses do grupo da indústria de chapéus de forma específica.

A partir dos anos setenta, com a luta entre a seção da indústria fabril e da seção do comércio por causa da invasão de chapéus dentro do Império - já ponderado no capítulo cinco - foi “descortinada a Crise dos Chapéus”. Essa se configurara em um embate que ocasionou a ruptura da seção da indústria fabril e a formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.¹⁴³³

A Tarifa das Alfândegas de 1879, mais protecionista, desencadeou um conflito entre as seções da indústria fabril e do comércio dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.¹⁴³⁴ Pode-se verificar que a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1881 foi o estopim para a organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro. A Tarifa mais livre cambista motivou a reação do comércio contra a Tarifa das Alfândegas de 1879 que por ser mais protecionista, aumentou a renda do Império. Conforme Sodré: “Em 82 novas alterações são introduzidas, em vista da insistência do comércio”.¹⁴³⁵ Segundo Simonsen: “De fato, o regime

¹⁴³² HONORATO, Cesar Teixeira. (Coord.). **O Clube de engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1996. p. 135.

¹⁴³³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978.

¹⁴³⁴ AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁴³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1939. p. 216.

tarifário, praticamente livre-cambista até 1844, oscilou entre as influências liberalistas e as ideias protecionistas até 1888”.¹⁴³⁶

Pode-se observar ao longo desta tese até a presente Tarifa a oscilação que o autor faz referência. No Senado a discussão quanto à posição de ser protecionista ou livre cambista se assevera quando a Tarifa mais do livre câmbio foi estruturado no ano de 1881, logo após a Tarifa mais protecionista de 1879, pelo então Ministro Afonso Celso de Assis de Figueiredo e seu embate com José Ignácio Silveira da Motta. A biografia José Ignácio Silveira da Motta esta no anexo.

O Sr. Silveira da Motta- Donde concluiu que sou protecionista a outro assim? O Sr. Affonso Celso estima saber que S. Ex. não é; mas pelo que ouviu-lhe acreditou que fosse. Já foi, quando moço, sectário de uma escola exclusivista, e não carece acrescentar do free trade; mas a experiência e o melhor estudo dos fatos convenceram-se de que nem doutrina, nem as que lhe é oposta tem o monopólio da verdade. Ambas são uteis, poderão ambas ser nocivas, não só conforme o país e a época em que se applicarem, senão também o objeto ou questão que se trata de resolver. O Sr. Cruz Machado- apoiado. O Sr. Afonso Celso é protecionista, mas no sentido que vai explicar. As indústrias não se criam em parte alguma ao influxo da vontade do legislador ou da ação dos governos; nascem, progridem e morrem naturalmente. Mas não menos absurdo, é mais que isso até, praticar aquele que deixar sem amparo e sem auxilio as indústrias existentes no país e que nele se criarem por encontrarem elementos naturais de desenvolvimento e prosperidade. O Sr. Cruz Machado; - Muito bem.¹⁴³⁷

Pode-se aqui atestar a posição de Geraldo Beauclair M. de Oliveira quando traz sua teoria quanto ao pensamento original em que afirma, segundo Oliveira: “Não obstante, insistimos sobre a existência no Brasil de um pensamento original, que ora procura superá-lo ora simplesmente completá-lo”.¹⁴³⁸ Articulavam-se medidas protecionistas e liberais na estruturação das Tarifas do Segundo Reinado. Esta discussão perdurou durante todo o período em que Senadores, Conselheiros de Estado e Ministros não conseguiam se posicionar de forma definitiva em um ou outro sistema. Desta forma pode-se confirmar a posição de Geraldo Beauclair quanto à articulação entre os dois sistemas do pensamento original brasileiro.

Este grupo social que se constituiu como um corpo, com função determinada, vem ao longo dos anos sessenta até o seu ápice, nos anos oitenta, com a ruptura completa referente à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Resulta daí a formação de uma nova entidade com objetivo bem fundamentado na proteção da indústria fabril no Império, com ideário

¹⁴³⁶SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora da USP, 1973. p. 11.

¹⁴³⁷BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Primeira Sessão da Décima oitava Legislatura de 26 de dezembro de 1881 a 28 de fevereiro de 1882**. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 119.

¹⁴³⁸OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed. 1992. p. 45.

estruturado e com uma divulgação expoente: a Associação Industrial do Rio de Janeiro. Verifica-se esse fato no Relatório da Exposição Industrial do Rio de Janeiro: “Aqui, os nossos industriais precisam mostrar o direito que tem a proteção que reclamam; lá, eles terão e concorrer em igualdade de condições com os industriais estrangeiros”.¹⁴³⁹

A princípio, a Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1881 será exposta com o objetivo de explicitar as mudanças ocorridas, que poderia prejudicar a indústria fabril; a atuação da Associação Industrial com o documento a “Representação da Associação Industrial do Rio de Janeiro junto ao Ministro da Fazenda” que tinha como objeto evidenciar as necessidades da Indústria fabril e, de que forma uma Tarifa das Alfândegas mais livre cambista poderia prejudicar a indústria no Império.¹⁴⁴⁰

A Revisão das Alfândegas de 1881 foi elaborada em um clima de discussão entre a seção da indústria fabril e a seção do comércio quanto à proteção ou não da indústria. O objetivo desta Revisão seria cessar as reclamações do comércio e atender as solicitações que fizeram contra a Tarifa das Alfândegas, promulgada com o decreto nº 7.552, de 22 de novembro de 1879.

Mediante o aviso de 10 de janeiro de 1880, afirmou Fontoura: “foi mandado que os líquidos acondicionados em meia garrafa e frações de garrafas pagassem os direitos na proporção das taxas estabelecidas para acondicionado em garrafas inteiras e não para as dúzias destas”.¹⁴⁴¹ Essa era uma das mudanças pedida pelo comércio à Comissão. Segundo Almeida: “A Tarifa Saraiva (1881) com vistas a aumentar os recursos do erário: algumas reduções são compensadas na prática por taxas artificiais dos valores em moedas estrangeiras e diversos aumentos de menor importância foram feitos para aumentar a renda, não por razões protecionistas.”¹⁴⁴²

Importante destacar que a Tarifa de 1881 foi elaborada rapidamente e seria provisória, mais acabou se estendendo até a Tarifa das Alfândegas de 1887. Segundo Vilella: “Ainda que adotada em caráter provisório, a tarifa que sucedeu (Saraiva) iria vigorar até 1887. Suas

¹⁴³⁹ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 1.

¹⁴⁴⁰ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Representação dirigida ao Ex Sr. Ministro da Fazenda pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. Relativamente ao projeto da Tarifa das Alfândegas, e de conformidade com os relatórios dos representantes de diversas indústrias**. Rio de Janeiro: Typografia Central, 1881.

¹⁴⁴¹ FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 79.

¹⁴⁴² ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. p. 160.

disposições gerais não trouxeram alteração substancial ao texto da tarifa anterior”.¹⁴⁴³ Diferente da afirmação de Vilella, a própria documentação salienta que a Tarifa de 1881 foi redigida de igual modo à Tarifa das Alfândegas de 1874 que era mais do livre câmbio.

O critério do Aviso, de 29 de maio, definia quais os artigos deveriam ser corrigidos, por estar estabelecido na lei nº 2792, de 20 de outubro de 1877, artigo 11, nº 2; foram elevados os adicionais, estipulados em 50% pelo decreto 6.829, de 26 de janeiro de 1878 e o artigo 21 nº 1 da lei nº 2.940, de 31 de outubro de 1879 a redução das taxas que na importação estavam pagando os vinhos comuns.¹⁴⁴⁴

A Comissão reformava a Tarifa sob as bases estabelecidas pelo artigo 22, inciso 1º da Lei nº 3018, de 5 de novembro de 1880, autorizado pelo governo para substituir por outra Tarifa então em vigor. As bases para a elaboração da Revisão serão aqui apresentadas.

Não fossem elevadas as razões dos direitos nelas estabelecidos; aumentando-se ou diminuindo-se a um termo médio os valores oficiais das mercadorias, que diferissem notavelmente dos preços correntes nos mercados importadores; fazendo-se nas classificações as alterações necessárias; e seguindo-se o quanto possível o plano da Tarifa promulgada pelo decreto nº 5. 580 de 31 de março de 1874, foi esse trabalho incumbido a uma comissão composta de empregados do Tesouro e da Alfândega, sob a presidência do Diretor Geral das Rendas Públicas, o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Foram ouvidas a respeito desse trabalho as Associações Comerciais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Santos e Rio Grande do Sul.¹⁴⁴⁵

Importante notar, que a Tarifa de 1879 possuía taras legais obrigatórias em uma grande parte de suas mercadorias tarifadas e ainda adaptou para a base de direitos ao peso bruto. A razão da contestação referente à Tarifa de 1879 se estabelecia no fato de que os envoltos das mercadorias eram bem diferentes em espécie e em qualidade. Por esse motivo raramente correspondia exatamente ao real peso da mercadoria, ocasionando prejuízo ao comércio importador e ao fisco, não sendo possível o despacho da mercadoria pelo preço real. Para Vianna: “Em 1881 o Ministro da Fazenda ordenou as mercadorias importadas em 35 classes e 1.129 artigos, modificando a anterior quanto aos preços que tivessem sofrido alterações nos mercados”.¹⁴⁴⁶

Para reverter esta situação, houve um retorno à Tarifa mais livre cambista, a de 1874. Seus moldes foram copiados e até mesmo as Associações Comerciais foram consultadas para a elaboração da nova tarifa. Era posta na Tarifa de 1874 que as mercadorias seriam calculadas sobre o peso líquido das mercadorias, entretanto, quando convinha para as partes, a tara legal

¹⁴⁴³VILLELLA, André. **Política tarifária no Segundo Reinado; evolução e impactos 1850-1889**. Universidade Cândido Mendes, EPGE/FVG Nova Economia, Belo Horizonte, Janeiro/ abril de 2005. p. 44.

¹⁴⁴⁴FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

¹⁴⁴⁵Ibid., p. 79.

¹⁴⁴⁶VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. p. 155.

era empregada. Essa posição da Comissão e do Ministro da Fazenda representava uma afronta à indústria fabril que viu modificados todos os ganhos alcançados com a Tarifa de 1879. A partir desta atuação do Governo, os industriais se organizaram em uma entidade representativa.¹⁴⁴⁷ Vale lembrar o posicionamento quanto ao pensamento protecionista no Império.

Não há propriamente no Brasil política protecionista em toda a sua acepção. O que existe é a incidência de altas tarifas onerando indistintamente variados produtos de importação, quer se tratem de matérias-primas, produtos manufaturados ou de gêneros alimentícios. Uma política protecionista organizada para o desenvolvimento das indústrias desonera as matérias-primas, pouco grava os produtos semimanufaturados, fazendo incidir os impostos aduaneiros principalmente sobre os produtos manufaturados.¹⁴⁴⁸

Apesar da efetiva ação do comércio dentro da gestão da elaboração da Revisão da Tarifa, têm-se representantes da indústria demonstrando as necessidades dos mesmos. Conforme o Relatório da Comissão Revisora da Tarifa: “Essas observações esclarece a Comissão sobre alguns fatos, de que ela não tinha seguro conhecimentos, por deficiência de dados positivos, ou fornecer lhe maior cópia de documentos”.¹⁴⁴⁹ Após a avaliação dos documentos apresentados, a Comissão, mediante as reclamações, configurou um projeto de Revisão de Tarifa em um tempo reduzido. Importante salientar que segundo Heitor Lima: “Evolução das nossas tarifas alfandegárias, seu caminho foi cheio de sinuosidades, de altos e baixos, refletindo os antagonismos que o nosso desenvolvimento desigual ia provocando”.¹⁴⁵⁰

Interessante destacar que a indústria fabril foi beneficiada em um item neste projeto de Tarifa. Por esse motivo, emprega-se o termo “mais” livre cambista ou “mais” protecionista por causa da Tarifa estar sempre mesclada e não ter uma posição teórica definida de um lado, ou de outro. Uma das alterações do projeto foi a redução dos direitos das matérias-primas de que carecia a indústria. Quanto as demais alterações sugestionadas para este trabalho, não foram possíveis efetuar modificações relevantes para a indústria fabril neste Projeto de Revisão de Tarifa. Esta nova Tarifa das Alfândegas foi promulgada sob o decreto nº 3.860, em 31 de dezembro de 1881, pelo então Ministro da Fazenda tendo sido executada em maio de 1882.

¹⁴⁴⁷ AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁴⁴⁸ SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora da USP, 1973. p. 58.

¹⁴⁴⁹ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p.6.

¹⁴⁵⁰ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 266.

Atendendo a opiniões manifestadas por comerciantes e pessoas competentes, ao mesmo tempo divergentes, quanto às bases preferíveis na formação da tarifa, e quanto aos meios de proteger o comércio e a indústria nacionais, tomou um dos meus antecessores a prudente e acertada providência de mandar executar provisoriamente a atual tarifa, deixando ao vosso critério e patriotismo o encargo de adaptá-la definitivamente ou reformá-la. Segundo o plano e sistema que melhor entenderdes em vossa sabedoria. As decisões proferidas e as providências tomadas tem sido quase sempre de acordo com o inspetor da Alfândega da corte, Conselheiro Carlos Américo de Sampaio Vianna, que, além de haver colaborado na organização da tarifa vigente, no desempenho dos deveres a seu cargo tem dado bastantes provas de zelo, manifestando ao mesmo tempo habilitações e conhecimentos especiais para resolver e informar o Governo a respeito das variadas questões, que se suscitam nas Alfândegas, sobre classificação e valor das mercadorias.¹⁴⁵¹

Cabe aqui uma breve biografia sobre o Ministro da Fazenda José Antônio Saraiva que se encontro no anexo. No 30º gabinete de Martinho de Campos (Partido Liberal 21/01/1882 a 03/07/1882), na Legislatura 18ª (1882-1884) de acordo com Ferraz: “A unidade conservadora e o tamanho da dissidência liberal respondem, assim, pela queda da gestão Martinho de Campos”.¹⁴⁵² No 31º gabinete de João Lustosa da Cunha Paranaguá, teremos o 2º visconde e depois marques de Paranaguá (Partido Liberal 03/07/1882 a 24/05/1883), a semelhança entre o gabinete atual e o anterior por conta da derrota na Câmara dos Deputados com referência a duas questões: a competência tributária e a discriminação de renda entre o governo central e as províncias.

No 32º gabinete Lafaiete Rodrigues Pereira (Partido Liberal de 24/05/1883 a 06/06/1884), a atuação de Lafaiete se configurou de forma diferenciada. Como jurista e intelectual pode compor pasta com mais diálogo com as principais lideranças do partido. Conforme Ferraz: “As propriedades de gestão apresentadas por Lafaiete em seu pronunciamento inicial na Câmara não diferiam das diretrizes pelos gabinetes liberais precedentes combinando a preocupação com problemas de ordem financeira e fiscal, mantida a meta do equilíbrio orçamentário, a agenda de reformas inspiradas no ideário liberal”.¹⁴⁵³

No 33º gabinete de Manuel de Sousa Dantas do Partido Liberal 06/06/1884 a 06/05/1885 na Legislatura 19ª (1885), entre as muitas questões do momento uma deve-se ressaltar: segundo Ferraz: “Em clima de comoção - em que a propaganda abolicionista começava a crescer na corte e no resto do Império-quando traduzido em conflitos entre populares, foi o pretexto para a emergência de protestos no Senado e na Câmara”.¹⁴⁵⁴ No

¹⁴⁵¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Visconde de Paranaguá.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. p. 66.

¹⁴⁵²Ibid., p. 182.

¹⁴⁵³FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889).** 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012. p. 186.

¹⁴⁵⁴Ibid., p. 193.

gabinete 34º de José Antônio Saraiva (Partido Liberal de 06/05/1885 a 20/08/1885), na legislatura 19ª (1885), houve a aprovação da Lei do Sexagenário, mas com dificuldades de passar no Senado tal lei, Saraiva entrega a demissão coletiva do ministério.

A estrutura da Revisão da Tarifa encontra-se as disposições preliminares do projeto da Tarifa. Observam-se várias alterações que serão consideradas para uma análise geral do documento. Será exposta a questão do peso bruto, líquido legal e da tara. A primeira reclamação que o comércio fez foi com relação aos envoltórios das mercadorias, que ao serem pesadas em peso bruto gerava prejuízo aos comerciantes e ao fisco.

A atuação do comércio foi redigir uma representação, apoiada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e encaminhada ao Governo Imperial. Pode-se notar que a Associação Industrial do Rio de Janeiro no momento em que essa Tarifa estava sendo formulada redigiu uma representação ao Ministro da Fazenda expondo suas necessidades e a razão pela qual necessitaria de uma Tarifa mais protecionista. Aqui se encontra o confronto entre o comércio e a indústria e suas reivindicações. A atuação da Comissão seria analisar cada questão e aceitar ou rejeitar as reivindicações de cada lado. Os fabricantes nacionais reagiram se organizando em entidade. Para Bethell: “A reação da indústria local foi consolidar sua participação no mercado interno ou iniciar novas linhas de produção. Esses movimentos aumentaram o tamanho do lobby pró- indústria, que se organizou com mais eficiência.”¹⁴⁵⁵

É fundamental abalizar a data da organização da Associação Industrial do Rio de Janeiro, em 02 de setembro de 1880, com uma diretoria provisória e mais tarde com a sua diretoria e estatuto decretado em 26 de fevereiro de 1881. Em um período breve de sua organização já se pode notar a atuação pela primeira vez realizada em defesa da indústria fabril nacional, em 4 de julho de 1881 a se posicionar junto ao Governo Imperial e à Comissão Revisora da Tarifa, a favor das reclamações e necessidades da indústria fabril no Império do Brasil. Segundo Bethell: “Decerto, os importadores não estavam sozinhos no protesto contra mudanças sucessivas nas taxas sobre importação ou contra a reclassificação dos projetos alfandegários. Os fabricantes expressaram queixas semelhantes”.¹⁴⁵⁶

Interessante perceber que não havia uma política protecionista no Império. Segundo Simonsen (1973) e Heitor Lima: “Nunca tivemos um governo que se dispusesse, resolutamente, por tempo útil, como fizeram os governos norte-americanos, a seguir uma

¹⁴⁵⁵BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. Volume III e IV 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 147.

¹⁴⁵⁶BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. Volume III e IV 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 148.

política nitidamente protecionista”.¹⁴⁵⁷ Observa-se a posição da Associação Industrial do Rio de Janeiro com uma bandeira inovadora, com uma proposta protecionista. Que se fosse colocado a cabo, teria uma parceria entre a agricultura e a indústria fabril no Império, pois traria uma nova possibilidade de ter outra atividade econômica que pudesse trazer aos cofres públicos mais renda para o Tesouro, já que este seria o alvo predominante concernente às alfândegas. Em se tratando da discussão sobre o confronto entre a indústria fabril e a agricultura, no decorrer deste capítulo será exposto o pensamento industrial fabril da Associação Industrial quanto à parceria entre essas duas atividades econômicas.

A Associação Industrial definiu para o Governo Imperial e para a Comissão que estava redigindo a nova tarifa, seu entendimento quanto ao papel de uma lei tão importante para a economia como a Tarifa das Alfândegas.

Cumpra-se leal e sinceramente a lei, que muitas indústrias poderão prosperar e entrar em concorrência com os produtos estrangeiros sendo estes tributados na proporção de 30%. Redija-se a tarifa com a necessária simplicidade e clareza de modo a não ofereçam dúvidas as classificações legais, e ter-se-á evitado assim o abuso frequentemente repetido de desclassificar-se para categoria inferior mercadoria de valor superior, vindo a pagar por semelhante processo direitos que nem são fiscais, nem protetores, salvo do interesse do importador. E quando o Governo Imperial entenda dever modificar essa parte do nosso direito, não lhe poderão ser indiferentes as seguintes considerações: 1º, que em uma tarifa deve haver um pensamento dominante, que harmonize todas as suas disposições; 2º, que, seja esse pensamento inspirado pela escola liberal ou pela protecionista, ele não poderá ser traduzido em lei sem minucioso inquérito, e aprofundado estudo do estado econômico do país e das indústrias nele fundadas. A Associação Industrial, com pouco tempo de existência, ainda, sem relações próprias em todas as províncias, e, demais, urgindo dar cumprimento ao honroso mandato, que lhe foi benignamente cometido pelo Exm. Ministro da Fazenda, não pode obter os esclarecimentos precisos, relativos a todas as indústrias, que se acham disseminadas as em todo o Império; e, por isso, longe está que este trabalho se ser completo. Entretanto, das poucas, que acudiram ao seu chamado, cujos representantes lhe forneceram exatas informações, a associação apresenta, em resumo, as suas reclamações e necessidades em vista do projeto da tarifa das Alfândegas.¹⁴⁵⁸

Deliberava nesta primeira parte do documento, “Representação dirigida ao Exm. Ministro da Fazenda”, para o Governo Imperial e para a Comissão revisora que deveria haver um pensamento prioritário na elaboração desta Tarifa e mencionava a necessidade de se tomar decisão por qual sistema optar, pelo protecionista ou o liberal. E ainda, institui o imperativo de um inquérito industrial que pudesse identificar a realidade da indústria fabril para que com esse material a Comissão elaborasse a nova Tarifa. Quanto ao Inquérito Industrial solicitado,

¹⁴⁵⁷ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 266.

¹⁴⁵⁸ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Representação dirigida ao Ex Sr. Ministro da Fazenda pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. Relativamente ao projeto da Tarifa das Alfândegas, e de conformidade com os relatórios dos representantes de diversas indústrias**. Rio de Janeiro: Typografia Central, 1881. p. 11.

esse foi efetuado como já apresentado neste capítulo. O pensamento protecionista este aventado pela Associação Industrial como um sistema a ser adotado no Império.

Extraordinariamente, ainda nos seus primeiros passos, como articuladora do pensamento protecionista industrial fabril no Império conclamou o Governo a tomar uma posição para que não houvesse debates e conflitos entre a indústria fabril e o comércio com relação a esta nova Tarifa. Necessário lembrar que as divergências existentes nas Revisões Tarifárias desde a Tarifa de 1844 até então se formulava exatamente a fundamentação teórica concernente a que tipo de sistema adotar. Sob a argumentação, Bethell: “Os aumentos de tarifa com a finalidade de elevar a receita alteraram inevitavelmente os diferenciais entre os preços dos produtos importados e os custos de produção interna”.¹⁴⁵⁹ Essa discussão se estendeu e se estenderá durante todo o Segundo Reinado por causa da proposta protecionista da seção da indústria fabril e devido à organização da Associação Industrial.

Com toda essa confrontação de ideários na elaboração da Tarifa das Alfândegas de 1881, conjuga-se a “relação de forças” que se dá mediante a consideração do possível confronto entre as ideias e as posturas dos grupos que representavam e possuíam a intencionalidade de virada do jogo no poder. O espaço social se encontrava em conflito determinado, em que os grupos difundiam seus ideários e os proclamavam com a intenção definida de ganhar espaço político e, ao longo da luta, o espaço econômico para assim fazer parte de forma concreta do “grupo do poder”.

A questão prioritária do comércio importador seria o abatimento do peso do envoltos das mercadorias que foram contempladas pela Comissão, ficando estabelecido que a Comissão voltaria a utilizar a Tarifa de 1874 como exemplo a ser seguido. Consta no Relatório da Comissão Revisora da Tarifa: “O sistema da Tarifa de 1874, que seria avaliar o preço dos gêneros sem atenção à qualidade e natureza do seu acondicionamento, acha-se sempre incluído o custo dos envoltórios”.¹⁴⁶⁰ Como forma de resolver a questão, as taxas foram calculadas mediante o peso líquido da mercadoria deixando a tara legal quando convinha a ambos, ao comércio e ao fisco.

Com o retorno ao sistema da Tarifa de 1874 deu-se continuidade as dificuldades no manejo do serviço, ocasionando reclamações e trazendo sempre prejuízos ao fisco. Interessante perceber que a descontinuidade do protecionismo breiou o desenvolvimento da

¹⁴⁵⁹BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. Volume III e IV 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 147.

¹⁴⁶⁰BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 7.

indústria no Império, pois não havia uma política protecionista no Império, como afirma Heitor Lima: “Nunca tivemos um governo que se dispusesse, resolutamente, por tempo útil, como fizeram os governos norte-americanos, a seguir uma política nitidamente protecionista”.¹⁴⁶¹

Mediante a afirmação do autor citado, é possível identificar os adversários da indústria fabril no Império nos anos de 1840 a 1880. A própria Associação Industrial em seus documentos abordavam estes e outros opositores como: o sistema do livre câmbio, a formação da elite imperial concernente ao conhecimento acadêmico recebido no país e no exterior, a falta de capital empregado na indústria fabril, a má formação dos operários, a falta de apoio do Governo e da opinião pública, a ausência de leis que protegessem à indústria (Tarifa das Alfândegas), falta de um projeto político de proteção à indústria nacional e por último a falta de apoio político por parte do Parlamento Brasileiro. Todos esses opositores fizeram com que a Indústria fabril não conseguisse prosperar de forma contínua no Império, com uma luta constante contra esses inimigos do florescimento e desenvolvimento da indústria.

Em continuidade, será apresentada uma explanação geral sobre a Tarifa das Alfândegas de 1881, de forma a apresentar as mercadorias mais discutidas pela indústria e pelo comércio. Em primeiro lugar a classe 3º - mercadoria, calçados, foi debatida na Representação da Associação Industrial dirigida a Comissão se referindo também a peles e couros.

As reclamações dos industriais se alicerçavam não na porcentagem do imposto que seria de 30%, mas na arbitrariedade do valor oficial de algumas classificações do artigo 39. A argumentação da Associação Industrial se referia às botinas e aos coturnos de mais de 22 cm, tributados na razão de 1\$600 o par que tem o valor pouco mais de 5%, enquanto o valor era de 7% %, sendo necessário pagar ao fisco 2\$100.

A Comissão argumentou que o método utilizado pelos industriais para o cálculo apresentado não correspondia aos fatos e que não tinha noção do método empregado para se chegar a esta conclusão. Conforme Relatório da Comissão da Tarifa: “A comissão jamais poderia adaptar para o valor oficial de botinas na Tarifa a média de 7%, quando ninguém ignora que no mercado se encontram elas a venda e a retalho a razão de 5% e 6% o par e que o bom calçado inglês custa 10% o par, o valor de 2\$400”.¹⁴⁶² O argumento do comércio,

¹⁴⁶¹LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. p. 266.

¹⁴⁶²BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 8.

segundo Relatório da Comissão da Tarifa: “tem de sujeitar-se ao pagamento de uma taxa que, a mercadoria não pode suportar, porque tem de pagar de direitos e adicionais 2\$4000 por par que é vendido a 5\$000”.¹⁴⁶³

Apesar de todo o processo de desenvolvimento desta indústria ao longo das décadas, ainda assim existia uma resistência na avaliação dos cálculos propostos. Segundo Suzigan: “A concentração da produção em fábricas aumentou a partir da década de 1870, com a crescente utilização de máquinas de costura e outras máquinas. A principal fase de desenvolvimento foi nas décadas de 1880 a 1890.”¹⁴⁶⁴ Esta mercadoria fazia parte do grupo de industriais que organizariam a Associação Industrial nos anos de 1880.

Com toda essa discussão a Comissão não atendeu à solicitação da Associação e aprovou o interesse do comércio. Vale lembrar que este artigo tinha uma expressão na década de 1880. Conforme Graham: “Os calçados Clark estavam também sendo anunciados em São Paulo, e, nos fins do século XIX, trinta filiais de propriedade da família espalhavam-se por todo o país, desde o Amazonas até ao Rio Grande do Sul”.¹⁴⁶⁵ Esta fábrica exemplifica a extensão desta mercadoria no Império, mesmo assim não foi atendida pela Comissão.

As luvas foram uma das mercadorias discutidas pela Representação da Associação Industrial. Esta mercadoria sofreu uma observação quanto ao fato de ser um artigo de luxo, como se afirmou no Relatório da Comissão da Tarifa: “de sorte que reduziu consideravelmente as razões sem intuito provavelmente de alargar o consumo, e com ele a renda, pois se trata de objeto que não é de primeira necessidade”.¹⁴⁶⁶ A reclamação veio através da Exposição Industrial do Rio de Janeiro de 1881.

Lemos a pouco a impugnação da comissão de tarifas a essa reclamação, e nos permitirá essa digna comissão dizer-lhe que a sua argumentação assenta sobre base completamente falsa e, portanto, depois de se iludir, induz, sem dúvida na maior boa fé, o governo em erro. A comissão para justificar o valor oficial tomou os preços de fábricas europeias cujos produtos variam do mais ordinário ao melhor e dali deduziu um preço médio.¹⁴⁶⁷

As luvas pagavam de direitos apenas 3\$600 por dúzia e eram vendidos por par ao valor de 3\$500. Alegava-se ainda que as fábricas de luvas francesas, inglesas chegavam a

¹⁴⁶³BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 8.

¹⁴⁶⁴SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento.** 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 110.

¹⁴⁶⁵GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914.** São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 151.

¹⁴⁶⁶BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 9.

¹⁴⁶⁷IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 203.

produzir ao custo de 2 francos o par e as luvas portuguesas chegavam ao Rio de Janeiro pelo preço de pouco mais de 1\$200 réis. Consta em Relatório da Comissão da Tarifa: “A taxa de 4\$800 corresponde exatamente ao termo médio dos valores das luvas, de maior consumo, calculados os direitos na razão de 30%, razão que se tornaria muito mais subida se fossem descontados os gêneros, que ficam deteriorado”.¹⁴⁶⁸ A taxa atual da tarifa para esse artigo seria proibitiva, ainda que fosse motivo justificado conservar essa taxa por haver fábricas na Corte. A Comissão não aceitou o argumento da Associação Industrial.

A massa alimentícia pedia isenção tarifária para os seus artigos, argumentando que, segundo o Relatório da Comissão da Tarifa: “De expediente ou não esse imposto de 5% é excessivo na opinião do reclamante, para a mercadoria de que se trata, e mantém o preço da farinha manipulada no país em certa desproporção com a similar estrangeira”.¹⁴⁶⁹ A comissão não aceita a argumentação e não isenta o artigo.

As indústrias da classe 9º solicitavam que fossem elevadas as taxas de Licores ou doces, vinagre, bebidas alcoólicas xaropes e da água mineral. Pediam ajuda ao Governo Imperial para salvaguardar os fabricantes desses gêneros a fim de poderem competir com as mercadorias estrangeiras. Consta no Relatório da Comissão da Tarifa: “Insistem em que o governo, inspirando-se em verdadeiros sentimentos de patriotismo, deve dispensar-lhes franca e decidida proteção legal, promovendo assim pela propagação do trabalho e o desenvolvimento do país”.¹⁴⁷⁰ No caso do vinagre fica evidenciado a sua importância na Exposição Industrial: “A julgarmos pelo que foi exposto, notável progresso tem feito essa indústria. O expositor Francisco Pinto Brandão; o vinagre que fabrica esse industrial é realmente excelente”.¹⁴⁷¹

De forma geral a comissão não atendeu à solicitação mediante a reclamação dessas fábricas trazendo o argumento que a o aumento das mercadorias já eram suficientes mediante a legislação tarifária. Novamente, uma indústria tão representativa não conseguiu que suas reclamações fossem atendidas. De acordo com o Relatório da Exposição da Indústria: “Concorreram com 16 expositores licores e xaropes. Grande foi a variedade de licores e xaropes expostos, e dentre eles alguns de excelente qualidade”.¹⁴⁷²

¹⁴⁶⁸ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 9.

¹⁴⁶⁹ Ibid., p. 11.

¹⁴⁷⁰ Ibid., p. 12.

¹⁴⁷¹ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 107.

¹⁴⁷² Ibid., p. 106.

Importante demonstrar que quanto às bebidas alcoólicas, a comissão não partilhou da visão de que as bebidas ditas artificiais seriam prejudiciais à sociedade, por não haver possibilidade de vetar a produção nacional.

Mas sobrecarregar ainda mais os direitos da tarifa, no intuito de proteger tão somente esta espécie de indústria, é doutrina de que jamais se convenceria a comissão, embora a advogassem razões de mais sabido interesse. Esses direitos têm sido mantidos, e mesmo agravados, em uma sequência de longos anos, e foi sob a ação de seu regimento que se estabeleceram no Império as primeiras fábricas, e que prosperaram, de forma a atrair capitais para empresas semelhantes, que atualmente são numerosas e que retiram lucros avultados da produção que exploram.¹⁴⁷³

Interessante notar que havia vinhos de outras frutas vendidas no Império. Eram conhecidos como “vinhos artificiais” que foram expostos e discutidos nas Tarifas anteriores como mercadorias reprováveis. Para a realidade do Império, estes geravam rendas e ganhavam prêmios. Conforme a Exposição da Indústria Nacional: “Na exposição de vinhos notamos a escassez de vinhos de uva e a prodigiosa variedade de vinhos de outras frutas”.¹⁴⁷⁴

Um exemplo com relação à atuação de um comerciante importador, ligado a Associação Comercial do Rio de Janeiro que apresentou documentos que comprovavam a história do vinho. Este material foi um mapa com dados sobre importação de vinhos dos últimos 22 anos.

Quase 80% do custo deste líquido na França, Espanha e Portugal (o custo regula cerca de 100\$ ao câmbio 21), o que pouco tempo matará a importação do mesmo, visto o baixo preço de 100\$ a 120\$ por pipa pelo qual se vendem os vinhos artificiais fabricados no país. Diferentemente do que nos anos setenta nesta Tarifa de 1881 não se trata mais sobre o vinho dito pelo comércio importador como artificial. Na Exposição Industrial de 1881 foi identificado “25 expositores de vinhos e 35 de bebidas alcoólicas e 9 de vinagres”.¹⁴⁷⁵

Por conseguinte, pode-se verificar a quantidade representativa desta mercadoria no Império e a luta do comércio para se evitar a concorrência do vinho nacional. Apesar de a comissão confirmar que a porcentagem dos direitos sendo 40% e a razão oficial dos vinhos aumentada de 20% a 50% adicionais e ainda dos impostos 10% a 12% de armazenagem, capatazes oneravam a soma total do custo do produto, que chega a 80%. Entende-se que a redução da taxa aliviaria os encargos sobre o gênero e diminuiria o valor, proporcionando maior venda e circulação do produto estimulando a importação e gerando renda ao fisco.

A classe 12ª era da mercadoria madeira, que segundo a Associação Comercial do Rio de Janeiro seria necessário para o setor a continuidade de calcular a madeira por metro cúbico e não por metro quadrado, por trazer dificuldade na conferência e taxação da mercadoria.

¹⁴⁷³ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 12.

¹⁴⁷⁴ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 106.

¹⁴⁷⁵ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL, op. cit., p. 13.

Apesar da argumentação, a comissão atendeu e conservou as disposições da Tarifa de 1879. Consta em Relatório da Comissão da Tarifa: “A Comissão não pode compreender em que consiste a facilidade para o comércio de pagar direitos de taboas pelo metro cúbico, em vez de ser pelo metro quadrado, (...), possa produzir a adaptação desta última unidade na execução da Tarifa”.¹⁴⁷⁶

Outra mercadoria derivada da madeira que se pôde verificar foram as folhas delgada de madeira que como a Associação Industrial do Rio de Janeiro argumentava, não seria necessário importar madeira, para ser usada nas marcenarias, pois existiam variadas espécies e, por esse motivo, seria conveniente elevar a taxa para importação de madeiras.

Não lhe foi possível, porém, atender á outras reclamações contidas naquela exposição, e relativas aos artefatos e obras de madeira, cujas taxas e classificações, dizem os fabricantes representam um verdadeiro golpe de morte vibrado a sua indústria, sobretudo pela inferioridade dos valores oficiais, que a Comissão tomou por base dessas classificações. Na opinião dos mesmos fabricantes, diminuídos os direitos como se projeta, os preços baixarão a um nível tal que tornará impossível a concorrência do trabalho nacional.¹⁴⁷⁷

Apesar da argumentação referente à qualidade e à quantidade da madeira nacional, a comissão não aumentou a Tarifa de importação, prejudicando a indústria nacional. Na Exposição Industrial: “de madeiras o Brasil tem direito de ser muito exigente, porquanto a sua riqueza florestal não tem rival no mundo, pela prodigiosa quantidade, variedade, beleza, resistência e duração”.¹⁴⁷⁸

Algumas madeiras foram alteradas passando o carvalho e a nogueira para o número de finas conservando seus valores. Essa foi a única modificação feita pela Comissão, levando em consideração a madeira como taboas. Outro tipo de artigo que era empregado como madeira eram a mobília e os móveis que sofreram mudanças com a Revisão da Tarifa de 1881.

De que em geral os valores oficiais adaptados pela Comissão para base das taxas dos moveis e mobília não são médias baixas e insignificantes, dão testemunho, além das faturas de tais gêneros, que qualquer pessoa pode facilmente consultar, os catálogos respectivos, como sejam o da casa Loutil, e o grande catalogo ilustrado, em dois grossos volumes, de importante fábrica Colin, Damon & de Paris, de que a Comissão serviu-se para a revisão de que foi encarregada.¹⁴⁷⁹

Uma crítica recorrente contra a Comissão da Revisora da Tarifa no Segundo Reinado, que também fora feita pela indústria fabril, e até mesmo pelo comércio, era o fato de que as demais Comissões das Tarifas anteriores utilizaram documentos e informações de outros

¹⁴⁷⁶BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 14.

¹⁴⁷⁷Ibid., p. 15.

¹⁴⁷⁸IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 47.

¹⁴⁷⁹BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 16.

países para organizar seu trabalho de Comissão no Império do Brasil. Nas demais Tarifas Alfandegárias de 1844, 1857, 1860, 1869, 1874 e 1879 pode-se perceber uma continua falta de organização estatística sobre as mercadorias que passava pelas Alfândegas, ficando sem material de referência para analisar a realidade das Alfândegas.

Em todo o Segundo Reinado, pode-se afirmar que apesar das reorganizações fazendárias e suas reformas nas Tarifas de 1844, 1850, 1859 e 1868, as Alfândegas não possuíam uma organização das estatísticas com respeito às mercadorias importadas e exportadas do Império. Voltando a questão da mobília de madeira, levando-se em conta a atuação na Exposição da Indústria Nacional: “os móveis que a exposição do 2º grupo e 3º grupo mais brilhou e maiores aplausos colheu”.¹⁴⁸⁰ Diante da significativa atuação na Exposição da Indústria Nacional, fica evidenciada a importância econômica dessa mercadoria, mas mesmo assim não foi concedido o pedido feito à Comissão.

Em continuidade a exposição do Relatório da Comissão Revisora da Tarifa, tem-se a classe 15º Algodão. Importante mercadoria para a Associação Industrial já que um grupo articulado dentro da entidade era composto de indústrias que fabricavam tecidos para elaboração das mais diversas mercadorias. Segundo Correia: “Durante os cinco anos que vão de 1882 a 1887 exportou o Brasil mais ou menos 129.000.000 de quilograma de algodão bruto, representando um valor de cerca de 60.000 contos”.¹⁴⁸¹ Além de produzir-se para o mercado interno exportava-se a mercadoria e os fios de algodão bruto.

Os fabricantes de fio de algodão remetiam à Comissão da Revisão da Tarifa de 1881 e solicitava a elevação dos direitos dos fios, argumentando que a taxa em vigor não correspondia ao valor real da mercadoria. Segundo Lobo: “De 1873- 1881 houve uma grande transformação nessa atividade, o trabalho manual foi substituído por máquinas de fabricação europeia”.¹⁴⁸² No Relatório da Comissão da Tarifa.

Desta reclamação teve a comissão, e, como de seu dever, procurar verificar a proporcionalidade desses direitos, quando estudou a parte da tarifa, em que se acha classificado o referido gênero. Desde logo, certificou-se, em vista das faturas que lhe foram apresentadas, que com efeito os preços das diferentes sortes e qualidades, que vem aos nossos mercados, não podiam fornecer uma média tão elevada, e depois de calcular o mais aproximadamente que foi possível as quantidades que se importam de cada sorte de fio, crus, brancos e tintos, a Comissão firmou-se na taxa de 80 Rs,

¹⁴⁸⁰ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 75.

¹⁴⁸¹ CORREIA, Inocêncio. Serzedello. **O problema econômico no Brasil. Brasileira**: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 230.

¹⁴⁸² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro: IBMEC, volume 2, 1978. p. 202.

correspondente ao valor oficial de 800 RS, por quilograma.¹⁴⁸³

O apoio do Estado seria essencial para o desenvolvimento da Indústria têxtil. Segundo Stein: “Tendiam a identificar a indústria com o progresso da nação; auxiliar a indústria representava, por extensão, um ato de patriotismo”.¹⁴⁸⁴ Outra reclamação foi levantada pela Associação Industrial, desta vez com relação ao gasto que os industriais fizeram com a Tarifa de 1879 ao comprar máquinas para fiação, pelo fato de almejar concorrer com a mercadoria estrangeira.

Os donos de fábricas de tecelagem animados pela Tarifa de 1879 montaram máquinas para a fiação, evitando assim a dependência estrangeira. O Projeto reduz de novo os direitos dos fios, de sorte que colhe de surpresa os fabricantes e arruiná-las o trabalho e dispêndio de capitais que eles haviam realizado confiante na lei. E como consequência: Parece de muita conveniência estabelecer-se a classificação da tarifa de 1874 quanto ao cru e tinto, mantendo para o primeiro a taxa de 100 Rs, e para o segundo estabelecendo-se a de 140.¹⁴⁸⁵

Mediante esta argumentação da Associação Industrial, a Comissão emitiu seu parecer em adaptar um termo médio de valores um pouco mais elevado conservando a taxa em 100 Rs para se evitar prejuízo maior às indústrias de fiação. Deste ponto em diante será tratado: tecido de algodão, meias de algodão e roupas de algodão.

Se tratando ainda de fios de algodão, mas agora se referindo a tecidos de algodão, eram as fontes de impostos de importação que geravam recursos para o fisco e abundavam o Império desta mercadoria.

Destinado ao consumo de todas as classes pela primorosa e infinita variedade de suas qualidades, das quais umas servem para vestir o rico e opulento, outras os mais desfavorecidos da fortuna, o seu comércio é sempre dos mais importantes, quer nos florescentes mercados das cidades do litoral, quer dos mais distantes e pequenos povoados do interior.¹⁴⁸⁶

Um exemplo de família de industriais produtores de tecido foram os irmãos Hargreaves, filhos de comerciantes britânicos. Começaram a fabricar máquinas para beneficiamento de café e partir de 1877 e estabeleceram uma tecelagem empregando máquinas e vendendo para industriais de algodão.¹⁴⁸⁷ Esta família se tornou membros fundadores da Associação Industrial.

¹⁴⁸³ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 17.

¹⁴⁸⁴ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 92.

¹⁴⁸⁵ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL, op. cit., p. 17.

¹⁴⁸⁶ Ibid., p. 17.

¹⁴⁸⁷ GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

Para explicar o valor dos tecidos de algodão na importação do Império, pode-se apenas aventar o montante em réis de entrada deste artigo nos anos de 1879 a 1880 pela Alfândega do Corte.

Com efeito, o valor dos tecidos de algodão importados no exercício de 1879-1880, pela Alfândega da Corte, elevou-se ao enorme algarismo de Rs.20.715:000\$, tendo sido o da totalidade dos produtos que entraram pela mesma repartição de Rs. 95.022:000\$000. É fácil conjecturar, portanto, e muito naturalmente, com que cuidado e solícitude tem de ser estudada esta classe da Tarifa quando se trata de reforma, e com que circunspeção não devem ser feitas as alterações de taxas, aconselhadas pelas conclusões, a que uma série de exames ou pesquisas sobre a verdadeira proporcionalidade das mesmas taxas tenham conduzido.¹⁴⁸⁸

Uma alteração interessante com respeito à mudança na taxa devia ser muito bem avaliada, pois traria prejuízos para o fisco e para os consumidores. E se a taxa fosse exageradamente elevada ambos perderiam. No caso do consumidor, por estar sobremaneira exagerado o valor da mercadoria, não consumiria e partiria para uma mercadoria de inferior qualidade. A questão para o comerciante seria ao não encontrar mercado consumidor a mercadoria deixaria de ser importada e o Estado perderia a renda do imposto proveniente de seu consumo.

A Comissão afirmava que o sistema liberal seria o mais conveniente para o desenvolvimento do Império. Segundo o Relatório da Comissão da Tarifa: “Em relação a produtos desta a Tarifa das Alfândegas deve ser fiscal, e unicamente fiscal. Qualquer desvio deste caminho pode levar-nos a embaraços e complicações irremediáveis para o futuro”.¹⁴⁸⁹ Para Stein: “Se os países evoluídos industrialmente haviam esposado a doutrina do livre cambio (...), e se os produtores estrangeiros estrangular a indústria nacional, a adesão a esta doutrina constituía um ato impatriótico”.¹⁴⁹⁰

A razão de o sistema ser fiscal seria o fato de nossa maior receita estar pautada na importação de produtos para o Império, daí a necessidade de se realizar uma reforma na Tarifa bem estudada para não gerar falta de receita para o Tesouro. Por esse motivo a Comissão ouvia todas as partes interessadas na Revisão da Tarifa. Será demonstrado na Tabela 11 as importações e exportações do Império nos anos da gestão da Tarifa das Alfândegas de 1881, para especificar a renda derivado da mudança.

¹⁴⁸⁸ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 18.

¹⁴⁸⁹ Ibid., p. 18.

¹⁴⁹⁰ STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 92.

Tabela 11 - Renda de Importação e Exportação da Tarifa de 1881.

1880 - 1885	Importação	Exportação
1880-1881	181.005:000\$000	125.851:000\$000
1881-1882	182.251:000\$000	209.851:000\$000
1882-1883	185.861:000\$000	195.498:000\$000
1883-1884	194.222:000\$000	202.434:000\$000
1884-1885	174.431:000\$000	226.268:000\$000
1885-1886	197.501:000\$000	194.961:000\$000

Fonte: Carreira¹⁴⁹¹

Salientando-se esses dados, definiu-se que no período da Tarifa das Alfândegas de 1881 foi alcançada uma renda muito boa, mas sem discrepância de um ano para o outro com um aumento modesto levando em conta as Tarifa mais protecionista de 1844, 1887 e 1889. O total de receita gerada no período apresentado na importação 1.115:271\$000, e na exportação 1.154.630:000\$000. Pode-se observar que houve um equilíbrio entre a exportação e a importação, apesar de ser uma tarifa mais do livre câmbio. A questão sobre por qual sistema optar se estendeu por todo o Segundo Reinado na Revisão da Tarifa das Alfândegas em meio a toda a discussão da escravidão e do trabalho livre, mediante as pressões internacionais inferidas sobre o Império, já que quase toda a América Latina se havia rendido a influência da Grã-Bretanha e a sua imposição ao padrão ouro.

Concernente à reclamação dos fabricantes de tecidos de algodão, representada pela Associação Industrial do Rio de Janeiro, destacava-se a questão dos tecidos grossos de algodão e a concorrência estrangeira. Logo após esta explanação da Associação Industrial e sua defesa a Comissão aceitou sua arguição mediante a importância da mercadoria para a economia do Império.

Por isso mesmo está sofrendo guerra do seu concorrente estrangeiro, e se não vierem em seu auxílio providências legislativas, fundada é o receio de que terão de se inutilizar todos os esforços até hoje empregados, e de se perder a grande soma de capitais que tem procurado a aplicação a aplicação desta indústria. É assim que as fábricas estrangeiras expõem para o nosso mercado de tecidos grossos de algodão imitando perfeitamente os padrões do produto nacional, mas tais modos fabricados que manifestam no peso notável diferença. Essa diferença aproveita em extremo aos importadores visto como é sobre a unidade de peso que pagam os direitos respectivos.¹⁴⁹²

Importante ressaltar que a indústria de algodão (tecidos, meias, roupas prontas e demais variedade de mercadorias) junto com a metalurgia (ferro), luvas, chapéus, velas,

¹⁴⁹¹CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 661.

¹⁴⁹²BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 18.

vidros e calçados eram as mais representativas no Império.¹⁴⁹³ Por esse motivo são as que mais se repetem nas demais Comissões Revisoras de Tarifa em todo o Segundo Reinado e serão os articuladores na formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro. Quanto à indústria de algodão declara Suzigan: “Os principais surtos de investimento nessa indústria ocorreram nos seguintes períodos; entre fins da década de 1860 e meados da de 1870; na década de 1880 e início da de 1890”.¹⁴⁹⁴ A explicação referente à razão do apoio da Comissão para este seguimento de industriais no Império se apoiou na exuberância e rentabilidade alcançada ao longo das décadas.

Não sendo sem razão que uma das indústrias mais antigas, a de algodão, e a mais expressiva no Império do Brasil, se caracterizava por se dividir em várias mercadorias como meias, jutas, roupas prontas, fios, tecidos, chalés, e inúmeros outros artigos empregados dentro e fora de recintos da casa grande ou da senzala. Os tecidos grossos, que estavam sendo discutidos nesta fração do Relatório da Comissão, se ativeram a roupas de escravos, que abrangia um grande mercado no Império, por esse motivo que se tinha a luta da indústria fabril nacional e o comércio importador, que vem se alongando desde o capítulo dois.

Outra mercadoria derivada do algodão era meia que, segundo a Associação Comercial de Pernambuco, estava sendo prejudicada por não estar igualada ao cumprimento de meias de algodão, como de lã, e linho com 20 cm, com calçados com o cumprimento fixado em 22 cm. A solicitação da indústria de meias.

O projeto da tarifa admite somente a distinção deste gênero sob o ponto de vista do comprimento no pé. O fabricante entende que além desta outra distinção convém estabelecer quanto à qualidade ou modo do fabrico. Como é sabido, o custo das meias nas fábricas europeias é muito variável. As meias sem costura, curtas, regulam de 4\$ a 12\$ e algumas vezes mais por dúzia, e as que têm costura de 2\$200 a 3\$500. Tomando-se, pois, o termo médio na razão de 30%.¹⁴⁹⁵

De acordo com a Comissão, nada poderia justificar a oneração da população inteira do país para proteger os interesses de um ou dois fabricantes do Rio de Janeiro. E argumentava que não havia um número de fábrica espalhada pelo Império que justificasse o aumento da taxa. Na Exposição da Indústria em 1881, a Associação Industrial afirmou que, em seu a

¹⁴⁹³BRASIL. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Parecer do Presidente Interino da seção do comércio sobre a reforma da tarifa das Alfândegas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1877.

¹⁴⁹⁴SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 109.

¹⁴⁹⁵BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. *Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 21.

Relatório da Exposição da Indústria: “Constituem uma indústria nova no país e, já por esse fato, já pela sua boa qualidade, são dignos de muito apreço”.¹⁴⁹⁶

Em se tratando de outra mercadoria, a Associação Industrial que representava as indústrias de baetas e baetões (tecido de lã grossa), afirmava que o projeto de Tarifa trouxe uma discussão quanto ao valor da Tarifa de 1879, que tinha fixado em 80 réis. Essa taxa se devia a uma concessão especial, por ser um fio penteado semelhante à lã bruta.

Foi um erro econômico essa taxa de 80 réis, porque anima a exótica indústria de simples tecelagem em detrimento da renda aduaneira do Império, da indústria que emprega matéria prima nacional e consequentemente da criação de ovelhas, tão digna de ser animada. Quando tão desejável se torna o desenvolvimento de novos produtos de exportação, parece um grande erro animar, mediante taxas baixas sobre o fio importado, a simples tecelagem de tal fio, que pouco proveito dá ao país porque emprega pequeno pessoal e apresenta as desvantagens aludidas no período antecedente. Acontece, porém, que, existindo dois modos completamente distintos de fabricar o fio de lã, um o cardado e outro penteado, necessita esta indústria, importar a última classe para a urdidura de certos tecidos. Mesmo na Europa são em proporção rara as fiações do fio penteado, suprimindo quase sempre uma destas a dezenas de outros estabelecimentos.¹⁴⁹⁷

O pedido das fábricas desta mercadoria fez uma reclamação longa e parecia se contradizer, mas esboçava uma divisão de baetões, que não fora feita na Tarifa de 1879 e agora descrevia existir a necessidade fazê-lo. A proposta da Associação Industrial seria que aumentasse para 300 réis por quilograma sobre o fio cardado. A definição da Comissão foi dar aos 150 réis para ambas as qualidades.

Outra mercadoria, já muito discutida no capítulo cinco, foram os chapéus, que neste documento do Relatório da Comissão Revisora de 1881 retornou com voga quanto à questão da classificação e taxa. Interessante, que no discorrer do documento, a Comissão fez uma exposição sobre a história da indústria dos chapéus no Brasil quando defendia que os chapéus já eram produzidos há mais de 30 anos, portanto não necessitando de proteção à concorrência estrangeira.

É explicitado o desenvolvimento das fábricas de chapéus da Inglaterra e Alemanha, que na década de 1870 inicia sua venda para mercados consumidores do Brasil e do mundo. A invasão deste artigo no mercado do Império resultou na concorrência do produto nacional e enfim na crise dos chapéus. A solicitação da Associação Industrial, feita em nome dos fabricantes de chapéus, seria proteger o mercado do Império com a taxação dos chapéus de lebre em 1\$200 réis, já a Comissão analisava outro lado do comércio. Segundo Oliveira: “Na década de 1880 as fundições ganharam maior vulto. Já ascendiam em 34, com um emprego de

¹⁴⁹⁶ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 96.

¹⁴⁹⁷ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 22-23.

1.030 operários”.¹⁴⁹⁸ Segundo o Relatório da Exposição da Indústria: “Com uma expressiva quantidade de indústrias somente os concorrentes representados na Exposição da Indústria Nacional de 1881 foram 22 expositores”.¹⁴⁹⁹

A versão dos importadores de chapéus de lã era que os impostos sobre o produto se encontrava excessivo e atingiam 122% do seu custo real, para tanto expuseram sua argumentação junto a Comissão e ao Corpo Legislativo.

Os impostos sobre chapéus de lã são excessivos, de tal sorte que atingem a 122% mais ou menos do seu custo real. Custando na Europa o termo médio das qualidades de chapéus por nós importados o preço de 24 shillings que ao câmbio de 24 é igual a 12\$ por dúzia, e que aumentados de cerca de 10% para as despesas de embarque, seguro e frete, vem a custar 13\$200, pagam pelos direitos atuais 10\$800 por dúzia que, com 50% adicionais, elevam-se a 16\$200, ou como dissemos 122% de seu custo real, cuja porcentagem sobe enormemente nas qualidades mais baixas, do custo primitivo de 9\$ a dúzia, destinadas ao suprimento das classes menos favorecidas da fortuna.¹⁵⁰⁰

Nesta discussão, os argumentos foram dispostos frente aos interesses de ambos os lados, a Comissão mediante sua posição mais livre cambista, como fora revelado nas primeiras linhas, estabeleceu uma unidade de valor para todos os tipos de chapéus, de igual forma foi feita na Comissão Revisora da Tarifa de 1874.

A comissão cumpria verificar os fundamentos desta asserção, e convenceu-se após os exames de muitas faturas, tanto da Inglaterra como da Alemanha, que havia, com efeito, exageração na taxa da tarifa para os chapéus de lã. Procurando, porém, proceder com a máxima circunspeção, tratando de assunto que ia afetar a interesses tão importantes e encontrados, entendeu dar satisfação a todos eles dividindo a classificação da tarifa, e conservando com a taxa de 800 réis.¹⁵⁰¹

A questão dos chapéus é importantíssima para a tomada de decisão para a organização de uma entidade que defenderia os industriais contra o comércio importador e o próprio fisco. Afirmando a posição de Oliveira e de Suzigan: “Mas foi somente na década de 1880 e de 1890 que os investimentos realmente aumentaram, com o estabelecimento de várias fábricas de chapéus. Ao final do século XIX o desenvolvimento dessa indústria já se havia completado”.¹⁵⁰² Com esses dois autores, definiu-se a importância das indústrias de chapéus.

¹⁴⁹⁸ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed. 1992. p. 172.

¹⁴⁹⁹ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 9.

¹⁵⁰⁰ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Representação dirigida ao Ex Sr. Ministro da Fazenda pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. Relativamente ao projeto da Tarifa das Alfândegas, e de conformidade com os relatórios dos representantes de diversas indústrias**. Rio de Janeiro: Typografia Central, 1881. p. 13.

¹⁵⁰¹ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 25.

¹⁵⁰² SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento**. 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 110.

A proposta, referente à fita, sugeriu um aumento na taxa por serem muito baixo, a sugestão seria 8\$ a ser de 12\$ e a de 12\$ a ser de 14\$000. Foi apresentado documento que comprovaria a necessidade desde aumento que provocaria uma proteção à indústria nacional referente à seda pura e à seda de algodão. A Comissão não aceitou a alteração proposta.¹⁵⁰³

As indústrias de encadernação trouxeram reclamações para a Comissão Revisora concernente a classificações e a taxa.

A abstenção da Tarifa em distinguir os encadernados, tratando dos livros de leitura, priva-os de um trabalho que em todos os países é a principal ocupação das oficinas pequenas. A taxa de 100 réis o kilo ou 10% por tão extraordinariamente baixa não pode dar para as encadernações simples, muito menos para as de marroquim ricas, de beiras douradas, que não estão classificadas, fazendo-se somente menção das de ornamentos de madrepérola, ouro e prata. A encadernação de um livro por mais simples que seja custa sempre 1\$000, logo se por um livro brochado pesando um kilo a taxa é calculada em 100 réis ou 10%, quando ele for encadernação com o mesmo peso deveria pagar 200 réis, o que não seria mais do que dar o devido valor ao trabalho. Esta reclamação não é nova, e sempre que ela tem sido apresentada, por ocasião das muitas reformas da Tarifa, tem-se respondido que o fim desta isenção era não dificultar o desenvolvimento intelectual do país, oferecendo livros baratos as classes menos favorecidas da fortuna, porém a experiência de tão longos anos tem-nos demonstrado que tais resultados têm sido negativos e que são unicamente em proveito da indústria e da literatura estrangeira.¹⁵⁰⁴

A argumentação dos fabricantes é que o valor dos livros estava oneroso e que a taxa dos encadernados, por esse motivo, não poderia ser aumentada. Quanto à tipografia e a impressão o projeto estabeleceu uma taxa única de 900 réis por quilograma. Apesar da indústria de encadernação ser representativa no Império, decorrente da apresentação na Exposição da Indústria Nacional: “Tornaram-se notáveis os trabalhos dos Srs. Leuzinger & Filhos, Lombaerts & Comp. e Laemmert & Comp. Devemos, porém fazer um reparo: a encadernação de livros ainda é caríssima no Brasil”.¹⁵⁰⁵

A apresentação dessas mercadorias constituiu uma amostra do conflito e dos interesses diversos entre o comércio e a indústria fabril dentro desta revisão mais livre cambista. Com o conflito gerados dentro desta Comissão revisora pode-se explicitar as dificuldades enfrentadas na tentativa da indústria fabril em alcançar o espaço no mercado interno com Tarifa das Alfândegas que pudessem proteger a Indústria no Império. A existência desta Tarifa, que deveria ser mais breve por conta de ter sido provisória, acabou por se estender por causa do momento de grande turbulência no Império.

¹⁵⁰³ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Representação dirigida ao Ex Sr. Ministro da Fazenda pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. Relativamente ao projeto da Tarifa das Alfândegas, e de conformidade com os relatórios dos representantes de diversas indústrias.** Rio de Janeiro: Typografia Central, 1881.

¹⁵⁰⁴ BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feita contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882. p. 27.

¹⁵⁰⁵ IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. p. 114.

5.4- A Associação Industrial do Rio de Janeiro e a sua Luta pela Indústria Fabril através da Revisão da Tarifa de 1886/7 e 1888/9.

5.4.1- A Revisão da Tarifa de 1886 e a Tarifa de 1887.

A labuta da Associação Industrial estava alicerçada na necessidade de demonstrar a importância de proteger a indústria nacional no Império. Por esse motivo como já percebido, as Tarifas seriam um dos pontos de apoio para a sua empreitada vingar. Observa-se que o periódico *O Industrial* e as exposições nacionais e internacionais vislumbravam os efeitos apoteóticos do empenho da entidade, mas nas Tarifas se abrigavam os efeitos práticos da continuidade da indústria no Império, tendo em vista que estas poderiam estimular e dar maior permanência das indústrias existentes, propiciando o florescimento de outras.

Dadas as demais Tarifas até aqui apreciadas, pode-se ver a luta da Associação Industrial em discutir a importância de uma Tarifa mais protecionista, com o intento de proporcionar um vento mais favorável à indústria já existente. Em meio ao conflito entre o comércio importador e a indústria no Segundo Reinado, pode-se verificar a luta da Associação Industrial. Na continuidade de sua atuação, vê-se que em plena conjuntura do processo de abolição da escravatura e da crise na Monarquia, os atores da entidade conseguem uma Tarifa das Alfândegas mais protecionista, a de 1887, como será visto a seguir.

Em plena elaboração da Tarifa de 1887, tem-se, em 1885, uma questão grave na relação governo e exército. Uma fiscalização realizada na Companhia Isolada, em Piauí, provocou uma grave crise. O coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos constatou um extravio de fardas e sugeriu mudança na liderança da Companhia. O responsável no comando, o capitão Pedro José de Lima, afirmava que havia tido parcialidade na sugestão do Coronel. O desmembramento deste episódio foi a repercussão na Câmara dos Deputados.

O caso Cunha Matos, coronel atacado na Câmara dos Deputados e que revida pela imprensa, provocará reações profundas na alta hierarquia militar, levando-a ao divórcio final com o sistema servil. O gabinete, com base num aviso de 1884, adverte e prende o coronel, ato que, pela palavra do visconde de Pelotas, senador e ex-oficial do exército, foi denunciado como ofensivo a toda a corporação. O problema seria, agora, de honra militar, posto, pelo chefe ilustre, acima da lei. A questão, espalhando-se dos casos particulares, atinge caráter mais amplo, com publicações no Rio Grande do Sul, da lavra de Sena Madureira. Formam-se os primeiros esboços do direito de discutir assuntos militares e políticos pela imprensa, a margem das proibições restritivas.¹⁵⁰⁶

Uma questão interna do exército vazara para a imprensa através de seus representantes, gerando conflito e punição. Em Porto Alegre, o Comandante das Armas, o Marechal de Campo Manuel Deodoro da Fonseca protestou contra a proibição das discussões

¹⁵⁰⁶FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 543-544.

pela imprensa de questões do exército, sendo chamado ao Rio de Janeiro e festejado por militares e alunos da Escola Militar. Procurando equacionar a questão o governo mudou de posição e afirmou, Vianna: “os militares, como quaisquer cidadãos, podiam discutir pela imprensa, mas que era contrária à disciplina toda e qualquer discussão pela imprensa entre militares sobre objeto de serviço”.¹⁵⁰⁷

Deodoro da Fonseca sai deste episódio fortalecido e apoiado. Em 2 de fevereiro de 1887, reuniu-se com duzentos oficiais que o apoiaram e delegaram-no poderes de representá-los junto ao governo. Nessa ocasião estava firmando-se como líder de uma futura ação política contra o Império e a organização de uma República.¹⁵⁰⁸ Como afirma Carvalho: “O general Deodoro da Fonseca, ex- combatente no rio da Prata e futuro proclamador da República, era um desses abolicionistas. Em 1887, como presidente do clube Militar, solicitou à regente Isabel que seus colegas não fossem empregados na tarefa de capturar escravos fugidos”.¹⁵⁰⁹

O movimento abolicionista cresceu com a divulgação de seus ideários através de associações e de jornais. Sobre o comando de pessoas influentes no Império, como Joaquim Nabuco (parlamentar, escritor de uma família de políticos e grandes proprietários de terras em Pernambuco); José do Patrocínio (era filho de um padre e um fazendeiro e de uma negra, possuía a *Gazeta da tarde*, jornal abolicionista no Rio de Janeiro); André Rebouças (engenheiro, professor de botânico, cálculo e geometria da Escola politécnica da Corte), defensor da distribuição das terras para os escravos libertos e da criação do imposto territorial e Luís Gama (foi escravo, soldado, poeta advogado e jornalista) que conseguiu simpatizantes para a causa abolicionista.¹⁵¹⁰ O movimento abolicionista era essencialmente urbano, a população rural não se incomodava com a questão da escravidão. Importante perceber a ação de negros e libertos em propagar as ideias abolicionistas.

A propaganda abolicionista e as perspectivas de libertação tornaram o cativo mais difícil de suportar. A coexistência do trabalho livre e escravo fazia saltar aos olhos a injustiça da instituição. Viajando pelas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1883, tinha-se a impressão de que era iminente uma revolução social por toda parte havia sinais de inquietação: fugas, revoltas, crimes cometidos por escravos aumentavam, muitas vezes, apoio e simpatia entre a população livre.¹⁵¹¹

¹⁵⁰⁷VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. p. 217.

¹⁵⁰⁸FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

¹⁵⁰⁹CARVALHO, José Murilo de. (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. A construção Nacional 1830-1889. Volume 2. São Paulo: Objetiva, 2012. p. 213.

¹⁵¹⁰FAORO, op. cit., 2001.

¹⁵¹¹COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 333.

De acordo com Prado Junior: se referindo ao movimento abolicionista, a “insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo, e o acúmulo de interesses opostos à escravidão propiciam o seu término”.¹⁵¹² Já Costa (2010) faz uma apreciação com respeito às províncias a favor e contra a abolição. Consta em Costa: “A partir de 1880, manifestou-se uma oposição na Câmara entre a maioria dos representantes das províncias do Nordeste, favoráveis à discussão da questão escravista no Parlamento e a ampliação das medidas emancipadoras e os representantes das províncias cafeicultoras, favoráveis, na sua maioria, à manutenção do status quo”.¹⁵¹³

É importante notar, que de 1880 em diante o valor da mão de obra escrava caiu em 50%, diante do movimento abolicionista e o valor do café também, assim não podiam servir como garantias bancárias. Além disso, tem-se a queda do valor das terras por estarem sendo utilizadas de forma a desgastá-las ao longo do tempo.

Frente ao processo abolicionista, foi necessário levantar recursos financeiros para agir de acordo com seus ideários. Para tanto, os abolicionistas se utilizavam de quermesses, conferências, festas beneficentes, comícios em praça pública para a divulgação de seus ideários e a arrecadação de recursos para a compra de escravos. Outra ação metodológica dos abolicionistas era os preparativos de fugas dos escravos, o que ocasionava a desorganização do trabalho nas fazendas.

De acordo com Salles (2008), que salienta que no período de 1850 a 1887 existia já uma queda acentuada aos cativos. Segundo Salles: “a população escrava negra no Império do Brasil, de 2.500.000 para 723.419 de cativos em 1887, portanto uma queda de 71,06%”.¹⁵¹⁴ De acordo com o autor, a queda era registrada com declínio lento, mas constante após a Lei do Ventre Livre, o que demonstra ser um marco inicial da crise do regime escravista. Com a lei do Sexagenário em 1884, este declínio se intensifica. Além, das questões política e as necessidades econômicas das províncias, tem-se ainda as leis que passaram nas Câmaras que impulsionaram todo o processo de libertação dos escravos.

A Lei do Sexagenário foi outra lei dita conservadora que propiciou mais uma etapa do processo de libertação dos escravos no Império do Brasil. Segundo Beiguelman: “Em 15 de julho de 1884 o projeto foi trazido a Câmara com a seguinte proposta artigo 1º que o escravo

¹⁵¹²PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: e outros estudos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 93.

¹⁵¹³COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 337.

¹⁵¹⁴SALLES, Ricardo. **E o Vale e o escravo. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 57.

de 60 anos, cumprido antes ou depois da lei, tornaria livre”.¹⁵¹⁵ Segundo Vianna: “O Conselheiro José Antônio Saraiva ‘propôs a libertação de todos os escravos de mais de 65 anos’ que foi apoiado pelos principais conservadores”.¹⁵¹⁶

O Conselheiro conseguiu aprovação na Câmara e no Senado sendo logo substituído pelo Barão de Cotegipe do Partido Conservador. A lei foi promulgada em 28 de setembro de 1885. Segundo Fausto (2002) e Gorender: “Esta lei concedia liberdade aos cativos maiores de 60 anos e estabelecia normas para a libertação gradual de todos os escravos mediante indenização. A lei foi pensada como forma de deter o abolicionismo radical e não alcançou seu objetivo”.¹⁵¹⁷ O artigo 3º do projeto fazia incorrer em multa de quinhentos mil réis a um conto de réis os que seduzissem ou a contassem escravos alheios.

Segundo Beiguelman: “O Partido Liberal vê-se induzido a levar a cabo uma mudança relevante do ponto de vista político, ao alterar do *status quo* legal escravista”.¹⁵¹⁸ A ação política do partido foi efetuar a Lei do Sexagenário, mas sem confrontar a sociedade agrária. Interessante perceber que, ao libertar os cativos idosos foi antes definido como: os cativos deveriam prestar serviço ao senhor até completar 65 anos e a sua libertação seria condicionada ao trabalho de 3 anos ao fazendeiro.

Neste momento a elaboração da Tarifa das Alfândegas estava sendo redigida com uma pressão significativa devido às transformações econômicas, políticas e social no Império. De certa forma, propicia uma vantagem para a articulação política para uma nova proposta, com um viés mais protecionista. Importante ressaltar que com a ruptura com a Inglaterra tem-se a nossa primeira Tarifa mais protecionista, a de 1844, e o desencadear de outras. Em meio às crises econômicas e políticas como a de 1857 e 1864 e até mesmo com a Guerra do Paraguai, o grupo de industriais da seção da indústria fabril, dentro da SAIN, alcançou sua Tarifa mais protecionista, a de 1869. Parece que em cada vácuo existente dentro do bloco de poder os industriais alcançavam seu intuito.

De igual forma, a seção da indústria fabril conseguiu a elaboração da Tarifa de 1879, mais protecionista, devido às dificuldades encaradas com a crise de 1875 e seu reflexo com a crise do café. O grupo de industriais da seção da indústria fabril alcançou por duas vezes uma Tarifa mais protecionista, mesmo não estando organizado como uma Associação representativa.

¹⁵¹⁵BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil Volume 1 e 2**. São Paulo: Editora Pioneira, 1967. p. 130.

¹⁵¹⁶VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. p. 214.

¹⁵¹⁷GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 3ª Edição, São Paulo: Ática, 1980. p. 517.

¹⁵¹⁸BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do povo no complexo cafeeiro aspectos políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1978. p. 137.

Pela primeira vez, depois de organizada como instituição, a Associação Industrial consegue uma Tarifa mais protecionista. Essa advém com a Revisão da Tarifa, em 16 de outubro de 1886, pelo artigo 9º da Lei de nº 3.313 concernente à autorização para rever a Tarifa, o que se configuraria na Tarifa de 1887, mais protecionista. Conforme Leopoldi: “Alguns, ministros, por convicção ou por influência dos industriais, manifestaram-se em favor de um protecionismo tarifário à indústria, mas a permanente variação das tarifas, em função de pressões diversas, prejudicou muitos investimentos em fábricas”.¹⁵¹⁹ Na situação do Império, com o processo abolicionista a pleno vapor com a Lei do Sexagenário e a crise do Império, mais uma vez o grupo de industriais alcançam seus objetivos. Segundo Luz: “Preocupou-se o Ministro da Fazenda, Belizário Soares de Souza, em reajustar os valores oficiais dos artigos importados, valores tornados inadequados com a queda do câmbio, e alterar as classificações das mercadorias, pois, por causa do progresso industrial”.¹⁵²⁰ Ao mesmo tempo os valores baixos prejudicariam o Tesouro e os elevados valores poderiam dificultar o crescimento das indústrias.¹⁵²¹ A biografia do Ministro da Fazenda Francisco Belizário Soares de Sousa se encontra no anexo.

Defendeu a instituição de um banco emissor com o lastro ouro, que substituísse as notas do Tesouro pelas conversíveis em ouro. Realizou operação de crédito interno e externo que converte as apólices de juros 6% em títulos de juros de 5%, consolidou a dívida flutuante, instituiu a Lei da receita que autorizava o governo a anexar a qualquer repartição pública as Caixas Econômicas que não tivessem renda suficiente, fixou taxas de juros, e regulamentou o Imposto do Selo e sua aplicação.¹⁵²²

O período do gabinete 35º de João Maurício Wanderley o Barão de Cotegipe (Partido Conservador, 20/08/1885 a 10/03/1888), ficou conhecida a lei Saraiva- Cotegipe ou dos “Sexagenários”. A imigração europeia foi incentivada com o objetivo de substituir a mão de obra devido à extinção total do trabalho escravo, sem falar na dívida grave do erário público.

A Legislatura 20ª 1886-1889 possuía a maioria conservadora, com 103 cadeiras, e uma minoria Liberal com 22 cadeiras.¹⁵²³ Pode-se verificar na Tabela 12 a renda do Império no

¹⁵¹⁹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 101.

¹⁵²⁰LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 104.

¹⁵²¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco Belizário Soares de Souza**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887.

¹⁵²²WELTTMAN, Paula Christiane Jalles; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808- 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 107.

¹⁵²³FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012.

período da vigência da Tarifa de 1887 em que fica identificada a exportação maior do que a importação, apesar da Tarifa ser mais protecionista.

Tabela 12 - Renda de Exportação e Importação da Tarifa de 1887.

Tarifa de 1887	Importação	Exportação
1886-1887	209.406:000\$000	263.519:000\$000

Fonte: Carreira¹⁵²⁴

Importante revelar que com a Tarifa de 31 de dezembro de 1881, que seria provisória, permaneceu até 1886. Como se pode observar no tocante ao processo industrial de produção de mercadorias de certos produtos de consumo. Houve uma transformação na qualidade, natureza da matéria prima e no preparo com a intenção de fazer com que esses gêneros fossem aprimorados para ganhar o mercado interno do Império, e assim concorrer com as mercadorias estrangeiras.¹⁵²⁵

É sabido que o valor oficial de uma mercadoria representa o termo médio dos preços das diferentes sortes ou qualidades dessa mercadoria, que na ocasião são importadas, levada em conta a maior ou menor quantidade, que de cada uma das qualidades vem ao mercado. Sucede então, que a taxa lançada na tarifa para essa mercadoria, e que assenta sobre o termo médio do valor assim obtido, é sempre benigna para as qualidades superiores do gênero, mas onerosa para as mais ordinárias.¹⁵²⁶

De acordo com essa questão, quanto às mercadorias mais desenvolvidas, em termos de aprimoramento, vê-se a luta das indústrias em obter o espaço necessário a seus ideários. Conforme Relatório do M. da Agricultura: “A solução do problema econômico brasileiro exigia a execução de um vasto plano que atingisse mesmo, pela educação, todo o nosso sistema de trabalho”.¹⁵²⁷ De acordo com a argumentação do Ministro de Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, seria necessário intervir de forma incisiva na educação do operário para que houvesse uma reforma estrutural na dinâmica da produção industrial do Império.

Pode-se observar nos ideários da Associação Industrial este intuito de ter uma biblioteca, um museu, Exposição permanentes nas províncias, participação em Exposições Nacionais e Internacionais, o periódico *O Industrial*, a fim de incentivar em todo o Império o entendimento quanto à necessidade de instrução para o desenvolvimento da indústria. Com o

¹⁵²⁴CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Tomo I e II.** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 661.

¹⁵²⁵BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco Belizário Soares de Souza.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887.

¹⁵²⁶FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 80.

¹⁵²⁷BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na Segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Rodrigo Augusto da Silva.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887. p. 42-43.

desígnio de rever a estrutura da Tarifa, fica assim estabelecida, quanto à finalidade de sua elaboração.

1º corrigir os valores oficiais que diferissem dos preços correspondentes das mercadorias na atualidade. 2º Modificar as razões dos direitos que pagam algum gênero, cuja situação comercial houvesse variado nos últimos anos, com o desenvolvimento da produção nacional, diminuindo-se as razões dos mesmos direitos sobre as matérias primas indispensáveis à indústria, que estivessem muito tributadas. 3º Cobrar direitos de importação sobre o sal comum não excedentes de 10 réis por litro. 4º consolidar nas taxas da Tarifas o imposto adicional de 60%. 5º Rever a tabela dos gêneros livres de direitos de consumo que o são também dos de expediente, excluindo-se os que estivessem em condições de prescindir desse favor.¹⁵²⁸

A conformação da Revisão da Tarifa foi elaborada a partir do Ministro, com a participação do inspetor das Alfândegas e seu auxiliador, além do diretor da renda públicas do Tesouro. O objetivo se alicerça em primeiro lugar na verificação dos valores oficiais das mercadorias tarifadas e comparadas com os valores de mercado. Conforme Tarifa das Alfândegas: “Procurando-se ao mesmo tempo reconhecer a influência resultante das classificações da Tarifa vigente sobre o desenvolvimento da importação e o consumo dos gêneros, e progresso da renda.”¹⁵²⁹

A tarifa Belizário de Souza não deixava de oferecer aspectos realmente favoráveis ao desenvolvimento de certos ramos da indústria nacional, dificultando a entrada do similar estrangeiro e criando condições propícias à importação das matérias primas a ela destinadas. Mas, por outro lado, com a correção dos valores oficiais das mercadorias, adaptados à situação cambial e outras circunstâncias de mercado, além da consolidação, nas taxas da tarifa, do imposto adicional de 60%, vinha a reforma atender, com vantagem, à necessidade de maior receita tributária.¹⁵³⁰

A Tarifa de 1887 proporcionou um estímulo à indústria nacional para o seu crescimento e desenvolvimento. De acordo com Luz: “A necessidade de fomentar a produção nacional levou, entretanto, Belizário de Soares de Souza a introduzir certas modificações nas razões alfandegárias”¹⁵³¹. O que segundo Lamarão: “Em 1887, por intermédio da chamada tarifa de Belizário de Souza, os empresários fabris conseguiram ver em execução uma nova tarifa de cunho levemente protecionista, contendo alguns dispositivos de franca proteção”.¹⁵³² Observa-se que havia uma posição protecionista, mas com uma face não proibitiva como anteriormente era discutida nas Tarifas, em que o grupo de industriais tinha um cunho

¹⁵²⁸ BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1929. p. 16.

¹⁵²⁹ Ibid., p. 16.

¹⁵³⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 99.

¹⁵³¹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 167.

¹⁵³² LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997. p. 120.

proibitivo, no entanto com a organização da Associação Industrial fica este problema resolvido.

A discussão da Tarifa afirma que, em consequência de produtos nacionais sem apoio por parte do governo com uma tarifa que incentivasse a indústria nacional, ter-se-ia pouco a pouco a eliminação de nossos produtos face ao produto estrangeiro. Pois esse, cada vez mais tecnológico e barato, trazia uma queda substancial na venda da mercadoria nacional dentro do Império. Consta em Tarifa das Alfândegas: “A consequência é irem pouco a pouco desaparecendo do mercado as qualidades mais inferiores, sendo substituídas por outras de valores mais elevados, que pagando os mesmos direitos, facilmente encontram no comércio preço remunerador”.¹⁵³³

Como decorrência, com o propósito de salvaguardar a indústria, a Lei nº 3.348 de 20 de outubro de 1887 forneceu a possibilidade de isenção de máquinas para incrementar a indústria nacional e proporcionar as condições para a feitura de suas mercadorias com a mesma perfeição das mercadorias estrangeiras. De acordo com Stein: “A última revisão tarifária importante do Império, realizada em 1886, favoreceu a indústria têxtil aumentando as taxas que agravavam os tecidos de algodão importados”.¹⁵³⁴ Relevante relembrar que a Associação Industrial, ainda em seus primórdios como seção da indústria fabril na SAIN, reivindicava a proteção dos tecidos de algodão para suas indústrias, somente alcançadas na Tarifa de 1887.

De acordo com a ponderação do Ministro da Fazenda Francisco Belizário Soares de Souza, quanto ao mercado interno e atuação do estrangeiro.

À medida que o desenvolvimento industrial das nações produtoras atinge as mais vastas proporções nas multiplicações dos produtos, e desde aos últimos limites no abaixamento dos preços e, quando uma luta encarniçada se trava no mundo comercial para a conquista e posse de novos mercados consumidores, que absorveram a profusão de artefatos acumuladores em gigante pletora em quase todos os países industriais, originando crise quase universal; se possam elevar os valores oficiais dos produtos manufaturados sem manifesta clamorosa injustiça.¹⁵³⁵

Pode-se perceber que a qualidade das mercadorias vinda para o Império, a princípio seria de qualidade inferior, mas com o adiantamento da produção técnica se acirravam a concorrência entre os iguais na Europa, proporcionando um aumento gradual do seu

¹⁵³³BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1929. p. 17.

¹⁵³⁴STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 94.

¹⁵³⁵BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco Belizário Soares de Souza.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887. p. 23.

aperfeiçoamento. Com o passar do tempo, essas mercadorias chegavam ao mercado interno com uma qualidade maior e com um custo inferior, ocasionando dificuldade para a indústria nacional, podendo, em muitos casos, automaticamente excluir produtos nacionais devido a concorrência com as mercadorias estrangeiras.

Tal fato ocorreu com os chapéus vindos da Europa na vigência da Tarifa de 1879, ocasionando a Crise dos Chapéus e a organização da Associação Industrial, como já visto no capítulo cinco desta tese. Segundo Sodré: “A política tarifária devia influir, como não podia deixar de ser, na balança comercial. Ela contribuiu para o equilíbrio entre a importação e exportação e, mais, adiante, para o saldo favorável de uma em relação à outra”.¹⁵³⁶

A transformação sucessiva é incessante das qualidades e espécies de mercadorias importadas nos mercados brasileiros, como em geral em todos os mercados do mundo, não é de hoje. Não há muitos anos recebia-se em todo o Império, em larga quantidade, grande número de mercadorias de qualidade inferior. Os seus preços em extremo baixos preponderaram na formação dos valores oficiais aconteceu, porém, que com o progredir superiores e entre finos dos mesmos gêneros, e ficando estas mais ao alcance das classes populares, cresceu o seu consumo e desenvolveu-se em vasta escala a respectiva importação.¹⁵³⁷

A causa da inexatidão com referência aos valores oficiais das mercadorias era por conta da oscilação do câmbio que acarretava inúmeras revisões nas Tarifas. Assim, a necessidade de estarem, de uma forma ou outra, sendo aprimorada de maneira a não sobrecarregar os direitos. Consta em Buescu: “A lei 3.313 de 16/10/1886 autoriza alteração da tarifa adaptando os valores e diminuindo direitos sobre matérias primas industriais”.¹⁵³⁸ Na Tarifa de 1887, vê-se uma inclinação em favorecer o crescimento da indústria no Império como, por exemplo, a Lei 9.746 de 22/04/1887 que adaptava os preços aumentando as mercadorias com similares nacionais. E ainda a Lei de 3.348 de 20/10/1887 que dava isenção para artigos sem similar nacional para a instalação a gás (Rio de Janeiro), fábricas de papel, fio de ferro e juta.¹⁵³⁹ Com todas estas leis, a proteção à indústria da concorrência estrangeira foi, finalmente, conseguida pela Associação Industrial. No entanto, os gêneros alimentícios eram colocados em condições difíceis de serem importados.¹⁵⁴⁰

No cálculo dos respectivos preços correntes procurou-se estabelecer como base, para

¹⁵³⁶SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1939. p. 216.

¹⁵³⁷BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1929. p. 17.

¹⁵³⁸BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 113.

¹⁵³⁹BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.

¹⁵⁴⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco Belizário Soares de Souza**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887.

redução da moeda estrangeira a nacional, não a taxa do câmbio mais baixa que vigorava na época, porém uma taxa do câmbio, não ficassem os direitos desproporcionais. Este fato deu causa ao lançamento do imposto adicional ainda hoje arrecado nas alfândegas e que, como se sabe foi decretado em 1870, quando o câmbio se nos conservou por longo tempo desfavorável, para neutralizar o prejuízo da renda resultante de serem as taxas da tarifa inteiramente nominais. A taxa de 24 dinheiros por mil réis foi a adaptada na última revisão, segundo se vê dos valores de muitas mercadorias não sujeitas a variação considerável de preços.¹⁵⁴¹

Havia uma discussão quanto até que ponto a questão do câmbio determinou ou poderia determinar uma posição definida do governo quanto a que tipo de Tarifa era mais adequada para a realidade do Império. A questão da ambiguidade da política tarifária do Império continuava apesar de termos uma tarifa mais protecionista.

Não deixava de oferecer aspectos realmente favoráveis ao desenvolvimento de certos ramos da indústria nacional, dificultando a entrada de similares estrangeiro e criando condições propícias à importação de matérias primas a ela destinadas. Mas, por outro lado, com a correção dos valores oficiais das mercadorias, adaptação à situação cambial e outras circunstâncias de mercado, 60%, vinha a reforma a tender, com vantagem, a necessidade de maior receita tributária.¹⁵⁴²

Já Maria Antonieta P. Leopoldi apresenta sua conclusão quando a Revisões Tarifárias de 1886 e 1888 quando afirma, segundo Leopoldi: “Revisões tarifárias de 1887 e 1888 resultaram num certo protecionismo à matéria prima nacional. A elevação dos índices referentes às matérias primas produzidas no país (fio de juta, fio tinto de algodão) representou uma vitória do lobby dos industriais têxteis sobre o governo”.¹⁵⁴³

Mas, desde que se promulgou a Tarifa atual, a taxa do câmbio esteve constantemente abaixo dessa cotação, apresentando, um certo período diferença muito sensível para menos; como por enquanto não se pode com segurança presumir que dentro de pouco tempo atinja e se mantenha em semelhante algarismo é indispensável, para obstar ao prejuízo do Tesouro, computar-se a moeda estrangeira pelo preço da atualidade. A taxa de 21 dinheiro era a que vigorava quando se retificaram os valores oficiais da tarifa.¹⁵⁴⁴

Por conta destas argumentações, vê-se a necessidade de obter maior renda das Alfândegas, estas serviam de subsídio para a elevação dos valores oficiais para a Tarifa, excetuados alguns gêneros de luxo e artigos de seda, porcelanas e religiosos, por conta do contrabando. As demais mercadorias citadas foram conservadas a elevação das taxas dos valores oficiais em termo médio 1,1/2 % a 2%. As modificações nos valores oficiais, quanto à

¹⁵⁴¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco Belizário Soares de Souza.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887. p. 24.

¹⁵⁴²DEVEZA, Guilherme. **Política tributária no período Imperial. In: O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império.** Edição 8ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1974. p. 82.

¹⁵⁴³LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 100.

¹⁵⁴⁴FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 82.

qualidade e à natureza das mercadorias, foram feitas novas classificações e atendida a reforma estabelecida, conservando alguns itens, em especial na classe de tecidos.

Estas alterações ocorreram principalmente nas classes dos tecidos procurando-se não só atender as notáveis transformações que a moda nestes últimos anos tem introduzido nas diversas espécies de fazenda, mas também por terno as repetidas dúvidas em que labora o comércio e mesmo algumas vezes as Alfândegas, na determinação das taxas de certas mercadorias sendo ouvida a opinião dos comerciantes importadores desta capital.¹⁵⁴⁵

Pode-se observar que na oportunidade de rever a Tarifa, a classificação dos tecidos foi conservada, com uma taxa fixa para os tecidos crus, brancos e tintos diferentemente das demais Tarifas anteriores em que a questão dos tecidos era extremamente difícil na relação com o comércio importador. Segundo Massafra: “Nos anos de 1882 a 1889, ciclo final do Império, alcançou-se o equilíbrio orçamentário com as receitas cobrindo despesas. A área tributária sofreu alterações”.¹⁵⁴⁶ Pode-se exemplificar com a isenção de direitos de importação e expediente às máquinas e outros objetos. Foi regulamentada a cobrança do imposto do selo, os serviços das mesas de renda, a cobrança das tarifas alfandegárias, arrecadação do imposto de indústrias e profissões, além de outras modificações que trouxeram benefícios para a indústria no Império.¹⁵⁴⁷

Neste momento na década de 1880, tem-se a facilitação da importação de fios necessários para a fabricação dos tecidos pela indústria nacional. Esta reivindicação apresentada era antiga, pois foi exposta nas Tarifas anteriores sem o êxito necessário. Um pressuposto relevante se abriga no fato de que a indústria têxtil se estabelece no Rio de Janeiro, com uma representação significativa, além da labuta do lobby da Associação Industrial junto as Casas Legislativas. Conforme Versiani & Versiani: “Grandes comerciantes portugueses de tecidos aparecem de modo importante como financiadores do setor, a partir de 1880, seja fundando fábricas novas, sejam assumindo participação e postos de direção nas empresas pré-existentes”.¹⁵⁴⁸

Uma reclamação da indústria de tecidos foi apresentada a Comissão referente ao tingimento dos tecidos, pelo fato de haver diminuição dos direitos das substâncias empregadas. Os tipos de tecidos crus e branco nesta Comissão Revisora.

¹⁵⁴⁵BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Francisco Belizário Soares de Souza.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887. p. 23.

¹⁵⁴⁶MASSAFRA, Lara Sciani. **Proteção comercial e proteção tarifária na origem da indústria no Brasil, 1857 a 1920.** 2014. 76 f. Dissertação(Mestrado em Ciência e Economia), Universidade Federal de Alfenas, 2014. p. 18.

¹⁵⁴⁷Ibid., 2014.

¹⁵⁴⁸VERSIANI, F.R; VERSIANI, Maria Teresa R. **O. A Indústria brasileira antes de 1930: Uma contribuição.** Rio de Janeiro, 1978. p. 127.

Sem embargo do exposto separando-se na classificação dos fios os tintos dos crus e brancos, e dando-se aquelas taxas mais elevadas, teve-se em vista antes acentuar a necessidade de atrair para este assunto a atenção dos interessados, e indicar a norma que, segundo parece, em ulterior trabalho desta natureza, deve ser guardada com o princípio, que o proveito imediato de renda; portanto, para não molestar interesses estabelecidos e por isso respeitáveis nem abalar estabelecimento, onde se acham empenhados avultados capitais e empregados centenas de operações, não se conservaram as taxas, que ora pagam os fios crus e brancos, como as novamente criadas para os tintos, poucos diferem dos atuais, ficando além disso compensada essa pequenas diferenças de direitos dos fios com a subida das taxas que pagam os tecidos correspondentes.¹⁵⁴⁹

Pode-se averiguar neste resumo da Revisão da Tarifa que havia uma posição definida quanto aos produtos similares podendo ter aumento da taxa, mas que não acarretassem problemas para a renda do Tesouro, nem prejuízos para o consumidor e que não prejudicasse as indústrias taxando-as conforme sua capacidade de suportar o aumento de direitos para que a elas se evitasse prejuízos. Conforme consta em Versiani & Versiani: “A década de 1885 a 1895 foi reconhecidamente um período de intenso investimento em manufatura têxtil, seja pelo número de fábricas fundadas, seja pelo aumento da capacidade instalada nas fábricas existentes”.¹⁵⁵⁰ Os produtos que estariam também nestas condições seriam: carne seca, arroz, milho e forragens. A Comissão estabelece critérios para o aumento das mercadorias nesta Tarifa.

A maior parte das mercadorias consideradas matéria prima da indústria, ou destinadas a alimentação tem na tarifa de 10%, mas quando essa mercadoria tem similar ao país ou constitui já por si produto fabricado de outra indireta, a razão da tarifa de 20% ou mais. É de presumir que essas alterações contribuirão satisfatoriamente para dar maior desenvolvimento a produção nacional, sobretudo a dos números estabelecimentos colônias, sem prejudicarem de qualquer forma a importação dos similares estrangeiros, portanto a insignificância do aumento realizado nas taxas não pode influir para diminuição das entradas.¹⁵⁵¹

O Corpo Legislativo teve um desempenho favorável à diminuição nas razões e direitos das mercadorias necessárias à indústria. Desta forma propiciou seu crescimento e desenvolvimento. Com o atuar da Associação Industrial no meio político, como já foi discutido anteriormente, na Tarifa de 1887 foi alcançada proteção para a indústria de forma mais vigorosa. Interessante observar análise da Comissão quanto à indústria química e a sua solicitação.

O desenvolvimento da química industrial abaixa continuamente os preços desta categoria de produtos, porque a grande procura de que são objeto estimula os fabricantes a repetidos descobertas, que tendem a diminuir o custo desses gêneros tão profusamente empregados. As taxas da tarifa lançadas há cinco anos já eram

¹⁵⁴⁹ BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1929. p. 18.

¹⁵⁵⁰ VERSIANI, F.R.; VERSIANI, Maria Teresa R. **O. A Indústria brasileira antes de 1930: Uma contribuição.** Rio de Janeiro, 1978. p. 129.

¹⁵⁵¹ BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL, op. cit., p. 19.

pesadas, não obstante haverem então sido reduzidas razão porque eu as fábricas solicitavam com instancias nova diminuição.¹⁵⁵²

A Revisão da Tarifa de 1887 se alicerça na modificação da Tarifa anterior para aumentar as taxas sobre as mercadorias na porcentagem de 48%, 50%, 60%, resultantes da consolidação das razões oficiais de 30% e 40%, com a taxa adicional de 60%. Os critérios para a aplicação das taxas da Tarifa nas mercadorias.

Mas em uma época em que a situação financeira do Império reclama o aproveitamento de todas as fontes de renda que possam fornecer impostos legítimos e pouco onerosos, em nenhuma circunstância justifica a dispensa concedida a esses gêneros da ligeira quota com que podem contribuir para a renda geral, a título de expediente, remuneradora do grande trabalho que dão nas alfândegas, onde o seu despacho, necessitando de prévio exame para reconhecimento da mercadoria, é mais complicado que o de qualquer outro gênero sujeito a direitos de consumo, tanto mais que a taxa do expediente é tão módicos, que pouco altera o custo dos objetos desta categoria.¹⁵⁵³

Na tabela A foi separado os gêneros que não podiam deixar de ter entrada livre no Império e as demais mercadorias sofreram um reajuste para 5%. Uma situação discutida na Revisão se esbarra no fato que as mercadorias que se encontram nesta Tabela estão sendo produzidas por indústrias no Império.

Facultada como é presentemente atais gêneros a entrada livre de todo e qualquer imposto, ficam as numerosas fundições que existem espalhadas por todo o Império colocadas na mais singular situação, para poderem concorrer com os seus produtos no mercado, portanto, além de outras desvantagens de competência, que não cabe aqui enumerar, pagam elas direitos de consumo da matéria prima de que se servem o que não sucede ao produto estrangeiro. A prosseguir o atual sistema, extinguir-se-iam em poucos anos muitas das grandes fundições existentes e ficaríamos reduzidas com relação a uma indústria tão útil e considerável a oficinas de pequenos concertos e obras grossas sem importância.¹⁵⁵⁴

Em se tratando de outra parte da Revisão, as mudanças na Tabela B com as mercadorias sujeitas a direitos especiais de importação para as províncias do Rio Grande do Sul e Mato Grosso foram conseguidas com o intuito de proteger as mercadorias destas províncias das práticas do contrabando. O Senado discute a questão da proteção da fronteira e a atuação do exército.

O Sr. Ribeiro da Luz (ministro da guerra): Diz o honrado senador pela província do Rio Grande do Sul que tanto deve mandar apressar o alistamento e proceder ao sorteio, que temos no exército, presentemente, 800 e tantas vagas. Disse o honrado senador que o governo confia demasiado na paz que possa ter a Império com os Estados vizinhos; que a guerra do Paraguai nos deverá ter convencido de que não devemos depositar tanta confiança no amor da paz por parte deles, e que deveríamos estar acautelados porque a imprensa do Rio da Prata nos era muito hostil e procurava por todos os modos incitar a opinião pública contra o Brasil. O Sr. Visconde de

¹⁵⁵²BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1929. p. 19.

¹⁵⁵³FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 86.

¹⁵⁵⁴BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL, op. cit., p. 20.

Pelotas- e um desses jornais é oficial. O Sr. Ribeiro Luz (ministro da guerra):- Penso que o governo do Brasil não deve descuidar-se nem do exército nem da armada: precisamos sem dúvida da força armada, não só para manter a paz interna, a tranquilidade pública, como para nos defender de qualquer ofensa a nossa honra e direitos por parte de alguma potência estrangeira: mas um modo termo e o nobre senador a de reconhecer comigo que o excesso e a exageração têm gravíssimos inconvenientes.¹⁵⁵⁵

A discussão do senador com o ministro de Guerra demonstra de forma explícita a questão da falta de guarnição para a proteção das fronteiras com os países vizinhos, ficando identificada a dificuldades enfrentada na província do Rio Grande do Sul. A biografia do Ministro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz encontra-se no anexo. O pedido do Visconde de Pelotas seria a manutenção do exército nas fronteiras para se evitar o avanço de contrabandistas. O visconde de Pelotas chamava-se José Antonio Correia da Câmara sua biografia esta no anexo. Esta proposição já estava sendo levantada e discutida na Tarifa de 1860, 1869, 1874 e 1879 com o avanço de contrabandistas na fronteira do Império e o arraso que esta situação proporcionava a indústria e ao fisco. Consta Anais do Senado: “Disse o honrado senador pela província do Rio Grande do Sul que convinha que tivéssemos um exército regular, para que em caso de guerra pudéssemos aumentá-lo e combater com vantagem qualquer inimigo do Brasil”.¹⁵⁵⁶ Em referência aos direitos especiais de importação, haja vista, que foram solicitadas pelas Tarifas anteriores, mas nunca alcançadas esta proteção. Na Tarifa de 1887 conseguiram em parte certa proteção tarifária.

De há muito que os inspetores das Alfândegas dessas províncias reclamam contra a desarmonia existente entre as classificações da tabela que são ainda as da tarifa de 1881, de que resultam dúvidas e surgem questões quando se trata de determinação dos direitos de entrada, dúvidas e questões prejudiciais à fiscalização, e fonte inesgotável de queixas, para o comércio que, como é natural defende, com ardor a interpretação mais favorável aos seus interesses. As disposições preliminares da tarifa poucas alterações sofreram, a não ser as que têm sido determinada pela legislação, já hoje em vigor, e sancionadas pela prática. A parte referente a isenção de direitos de consumo foi posta de harmonia com as últimas leis das Alfândegas e mesas de Rendas suprimindo-se, outrossim as disposições que tornavam dependente de autorização do Ministro da Fazenda a concessão de despacho livre, para os objetos de uso e consumo dos ministros estrangeiros, residentes no Império, por não estarem há muitos anos.¹⁵⁵⁷

Dentre as modificações efetuadas na Revisão, finalmente tem-se a Tarifa das Alfândegas de 1887, com o decreto nº 9.746, de 22 de abril de 1887 que entrou em vigor em 1 de julho do mesmo ano e a modificação apresentada na lei 3.348, de 20 de outubro de 1887 com o alargamento a proteção das indústrias. Para Luz (1975) a pressão exercida pelos

¹⁵⁵⁵ BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislatura. Segunda sessão da 20ª Legislatura de 1 a 30 de junho de 1887. Volume 2**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 151.

¹⁵⁵⁶ Ibid., p. 152.

¹⁵⁵⁷ BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1929. p. 20.

industriais de tecidos de algodão e de juta contra a Tarifa de 1887. Pois essa havia aumentado os direitos sobre as matérias-primas, e havia reduzido os direitos sobre os sacos de algodão e de aniagem com o propósito de favorecer a agricultura, uma vez que essa mercadoria era muito empregada para embalar o café e os demais produtos agrícolas.¹⁵⁵⁸

Nas solicitações da seção da indústria fabril dentro da SAIN encontra-se a questão do contrabando na Tarifa de 1860, 1869, 1874 e 1879, um problema que vinha se arrastando até a presente Tarifa. A província do Rio Grande do Sul conseguiu uma tarifa especial que tinha por objetivo proteger as indústrias locais contra o comércio importador e o contrabando de fronteira. Com essa medida ficou assegurada a renda do Tesouro, além do mercado interno, mas sem a abrangência necessária para a proteção de todas as indústrias do Império. Mediante esta consideração pode-se perceber a orquestração da Associação Industrial do Rio de Janeiro e seus atores políticos obrarem junto à esfera pública e ao Legislativo, para alcançarem seus intentos.

5.4.2- A Revisão da Tarifa de 1888 e a Tarifa de 1889.

Com relação à economia conjugam-se, em 1882, a reformulação da lei das sociedades anônimas. Estabelecia-se que para a organização de empresas não seria mais necessária a aprovação do Legislativo, apenas os bancos de depósitos, companhia de seguros, atacadistas de alimentos, entidades religiosas e negócios estrangeiros estariam sujeitos a essa aprovação.¹⁵⁵⁹ Segundo Schulz: “Esta lei de 1882 proporcionou uma expansão industrial no Império”.¹⁵⁶⁰ Foram estabelecidas as regras para a organização da empresa e a responsabilidade que o diretor das empresas teria aumentaria conforme esta nova lei de sociedade anônimas, rezavam segundo Levy: “atos de infringir a lei, a responsabilidade sobre o valor integral das ações da empresa, a obrigação dos administradores da empresa em restituir os dividendos indevidamente recebidos e pena sobre o estelionatário por fraudes fiscais.”¹⁵⁶¹

Essa lei de nº de 4 de novembro de 1882, enquanto não permita células bancárias, representou, em relação à responsabilidade limitada, uma revogação parcial da Lei de Entraves, de 1860. O artigo 2º prevê a responsabilidade limitada para todos os acionistas. O artigo 3º requer que 100% do capital seja subscrito e que 10% do capital seja depositada em um banco ou junto a indivíduo devidamente qualificada para que a empresa possa dar início a suas atividades. O artigo 7º determina que as

¹⁵⁵⁸ LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

¹⁵⁵⁹ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

¹⁵⁶⁰ SCHULZ, John. **A Crise financeira da abolição**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 136.

¹⁵⁶¹ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 115.

ações sejam nominais até que sejam pagas integralmente, momento em que elas poderão ser convertidas em ações ao portador.¹⁵⁶²

Com o estabelecimento do gabinete de Visconde de Ouro Preto que tinha como proposta a reforma monetária de 1888, baseada nos seguintes pressupostos, segundo Pelaéz & Suzigan: “a autorização da criação de bancos de emissão e de contratação de um empréstimo oficial de 100,000 contos de réis para serem usados na lavoura”.¹⁵⁶³ Em continuidade, Suzigan & Pelaéz: “Os bancos poderiam ser estabelecidos para emitir notas conversíveis em moeda do Império, e não poderiam exceder o valor dos títulos depositados, e ainda as notas seriam convertidas em ouro”.¹⁵⁶⁴ O Banco do Brasil foi um dos beneficiados com a lei de 5 de janeiro de 1889.

O objetivo da reforma monetária, de 1888, era possibilitar que alguns bancos (pudessem) emitir papel moeda em proporção as suas reservas metálicas sobre a liderança de um banco emissor. Ao mesmo tempo foram criados bancos para dar auxílio à lavoura. Segundo Levy: “foram criados os bancos de auxílio à lavoura, como forma de contornar a oposição parlamentar contra a indenização pretendia pelos fazendeiros escravistas, e subsidiar a agricultura, abalada pela abolição, através da concessão de empréstimos com recursos fornecidos pelo Tesouro”.¹⁵⁶⁵ Os bancos para auxiliar a lavoura tinham a função.

A solução encontrada para auxiliar a lavoura foi distribuir crédito subsidiado por intermédio do setor bancário. O Tesouro forneceria quotas do capital para os empréstimos, proporcionais ao capital dos bancos organizados com esta finalidade, a juros nulos e por prazos que variam de sete a 22 anos. Esses bancos, por sua vez, se obrigavam a emprestar à lavoura o dobro da quantia recebida, por prazos de uns 15 anos, a juros de 6%.¹⁵⁶⁶

Ao reger o Império pela terceira vez, a princesa Isabel tinha uma posição bem definida quanto ao que fazer ao substituir o gabinete presidido por João Mauricio Wanderley, o Barão de Cotegipe, pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, que esteve juntamente com visconde do Rio Branco na execução da Lei do Ventre Livre. Na Fala do Trono na reunião da Câmara dos Deputados, no dia 3 de maio de 1888 segundo a princesa Isabel.

A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a

¹⁵⁶² SCHULZ, John. **A Crise financeira da abolição**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 136.

¹⁵⁶³ PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. p. 151.

¹⁵⁶⁴ Ibid., p. 151.

¹⁵⁶⁵ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p. 118.

¹⁵⁶⁶ Ibid., p. 119.

única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições.¹⁵⁶⁷

Este ano seria marcado por uma transformação significativa com a Abolição da Escravidão no Império, demarcando definitivamente uma ruptura na questão da mão de obra escrava e categoricamente se caracterizou o impulso para se obter a mão de obra livre. Segundo Gorender (1980), Antônio Prado seria o responsável por redigir a lei de Abolição, que abordava os seguintes critérios: conforme Gorender: “incluía a compensação monetária pela perda de mão de obra, expunha a obrigação dos ex- escravos de trabalharem para o seu senhor durante três meses para fazer a colheita do café e a obrigação de residirem por seis anos no município onde forem emancipados”.¹⁵⁶⁸ Este projeto não foi executado e a Princesa Isabel extinguiu a escravidão pela Lei Áurea.

De acordo com Vianna: “apresentou o Ministério um projeto simplesmente declarando extinta a escravidão no Brasil. Aprovado entre entusiásticos aplausos a 13 de maio de 1888 e sancionada D. Isabel”.¹⁵⁶⁹ Foi determinante para a História do Império a Abolição da Escravatura, em 13 de maio, que segundo Furtado: “A abolição da escravatura, à semelhança de uma ‘reforma agrária’, não constitui per se nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade.”¹⁵⁷⁰

Apesar de toda essa modificação, pode-se perceber que ao longo do tempo esta ruptura não foi tão significativa assim para a população, conforme Libby & Furtado: “Assim as esperanças de que a Lei Áurea de 1888 pudesse ser ‘uma ruptura fundamental com o passado’ foram desfeitas, dada a persistência do monopólio da terra e do poder por uma minoria, a miséria e a marginalização política e econômica da grande maioria da população”.¹⁵⁷¹

Com todo esse movimento, pode-se notar que a chegada dos imigrantes se acelera na década de oitenta. No início no século XIX houve uma tentativa de trazer nações estrangeiras para o Império como ocorrera com a colônia de Nova Friburgo, nascida em 16 de maio de 1818, que obteve favores de isenção de impostos, terra e outros benefícios. Em 1824, fundaram-se a colônia alemã de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, com 126 indivíduos e a colônia de Petrópolis, também cidade de veraneio de D. Pedro II e da família imperial e dos nobres da época.

¹⁵⁶⁷COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 124-125.

¹⁵⁶⁸GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 3ª Edição, São Paulo: Ática, 1980. p. 572.

¹⁵⁶⁹VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. p. 215.

¹⁵⁷⁰FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 199.

¹⁵⁷¹LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (org). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 82.

Interessante levantar a questão da atuação dos imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, por volta de 1824. Ao longo do século na prática da agricultura de subsistência em pequenos lotes, que a princípio produzindo para a sua região, inicia uma comercialização mais significativa. De acordo com Pesavento: “A agricultura dos imigrantes foi capaz de gerar um excedente comercializável, que passou a ser vendido para o mercado regional e, posteriormente, nacional, mais ou menos a partir de 1870”¹⁵⁷², mediante essa transformação ocorrida na agricultura, com os imigrantes produzindo variadas mercadorias como: tecidos, azeite, licores, farinha, vinho, chapéus de palha, sapatos, feijão e milho. Com referência aos artigos milho e feijão.

Por exemplo, na do Rio-Grande do Sul, que hoje em dia a que maior quantidade de milho e feijão remete para o grande mercado desta corte; e ainda mais, porque naquelas províncias em que se sente a diminuição dos gêneros alimentícios não provém ela de falta de braços que se possam empregar nessa lavoura, mas de terem sido mais procurados pelo nosso comércio exportação.¹⁵⁷³

A Revisão da Tarifa, diferentemente do que se poderia pensar, estava pautada num assunto discutido na relação diplomática do Império do Brasil com os Estados Unidos da América, devido à atuação de D. Pedro II em sua viagem a este país em 1876, por conta da Exposição da Filadélfia quando então foi tratado sobre a importação de produtos dos Estados Unidos. O que veio a desembocar anos mais tarde no artigo 2º da Lei nº 3.396 de 24 de novembro de 1888. O que veio a desembocar anos mais tarde no artigo 2º da Lei nº 3.396 de 24 de novembro de 1888. Ao se rever a Tarifa modifica-se na parte relativa aos gêneros importados dos Estados Unidos, conforme os acordos que foram celebrados com esta nação para obter vantagens, pelo menos recíprocas, para gêneros de produção nacional por ela importados.¹⁵⁷⁴

A questão da produção e da proteção dos gêneros alimentícios era muito importante para várias províncias. E de forma especial para a província do Rio Grande do Sul por produzir mercadorias significativas para o mercado interno. Consta em Luz: “A pressão desses interesses aumentando, o Congresso votou a lei de 24 de novembro de 1888 que veio dar certa satisfação aos industriais de tecidos de algodão e juta, autorizando o governo a aumentara taxa”.¹⁵⁷⁵ A lei de 24 de novembro de 1888, artigo 2º autoriza o governo.

1º a manter, na cobrança dos direitos sobre gêneros, para cuja produção existisse no país fábricas, que empregassem nas respectivas industriais matéria prima nacional,

¹⁵⁷²PESAVENTO, Sandra Tatahy. **História da indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: Riocell, 1985. p. 27.

¹⁵⁷³SOARES, Sebastião Ferreira. **Elementos de Estatística compreendendo teoria da Ciência e sua aplicação estatísticas Comercial do Brasil**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860. p. 19.

¹⁵⁷⁴BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870.

¹⁵⁷⁵LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 168.

tarifa móvel, acompanhando a elevação do câmbio acima da taxa de 22 ½ dinheiros por 1.\$000.2º aumentar a taxa sobre a artefatos de algodão e de juta, afim de que não sofressem com a concorrência iguais produtos de fábricas nacionais.3º a modificar a tarifa na parte relativa aos gêneros importados dos Estados Unidos, nos termos do acordo que celebram com essa noção, afim de obter vantagens, pelo menos recíprocas, para os gêneros de produção brasileira, por ela importados.4º a proceder a nova revisão da tarifa geral. 5º a conceder a província do Rio Grande do Sul tarifa especial integral.¹⁵⁷⁶

Esta Tarifa especial integral, conseguida através da pressão exercida pela indústria, tinha uma abrangência reduzida, pois somente abarcava alguns gêneros similares produzidos e a matéria-prima nacional, deixando de fora uma grande parte das mercadorias importadas para o Império. A luta da indústria se fazia por parte em cada Tarifa, pois a pressão tinha que ser exercida de maneira direta para cada mercadoria. Importante destacar que as mercadorias cujos similares nacionais não eram suficientes para abastecer o Império continuaram a ser importadas.¹⁵⁷⁷

Segundo Tarifas das Alfândegas: “Para modificar a tarifa na parte relativa aos gêneros importados dos Estados Unidos, nos termos do acordo que celebra com essa Nação, a fim de obter vantagens, pelo menos recíprocas, para os gêneros de produção brasileira”¹⁵⁷⁸ - tentativa de trazer igualdade de condição quanto à entrada de produtos do referido país. A Tarifa de 1889 pôde de forma específica garantir solicitações da indústria do Rio Grande do Sul, reivindicadas nas Tarifas anteriores, como proteção de fronteira para salvaguardar a economia da província contra o contrabando e a proteção dada aos gêneros alimentícios nacional contra os produtos importados.

Têm-se outras características desta Revisão que se encontram no documento Tarifa das Alfândegas: “Na cobrança dos direitos sobre gêneros para cuja produção existia no país fábricas que empreguem nas respectivas industriais matéria-prima nacional, na tarifa móvel, acompanhando a elevação do câmbio acima da taxa de 22 ½ dinheiros por 1\$000”.¹⁵⁷⁹ A Tarifa móvel foi conseguida no dia 4 de julho de 1888, dentro do Senado, como se pode verificar na discussão referente este assunto, porém sem abranger todos os gêneros necessários para se proteger as mercadorias produzidas da província.

A experiência provou que renda da província duplicou com a tarifa especial, que verdadeiramente nem o eram, pois estendia-se apenas a certa classe de gêneros. Mas, agora o Rio Grande do Sul e o orador, que é seu órgão, não se contenta mais com

¹⁵⁷⁶FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 89.

¹⁵⁷⁷LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. p. 168.

¹⁵⁷⁸BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1929. p. 20.

¹⁵⁷⁹Ibid.,p. 20.

essa tarifa; querem que se dê uma tarifa para todos os gêneros no Rio Grande do Sul e também que não possa ser alterada discrinamente, como foi aquela.¹⁵⁸⁰

A comparação feita no Senado se refere à Tarifa de 1889, que como já discutido promoveu proteção aos gêneros alimentícios em parte permitindo que algumas mercadorias ficassem de fora. Em continuidade a luta da Associação Industrial, vê-se a organização de uma nova Tarifa que esboçava objetivos claros de proteger os gêneros alimentícios produzidos no Império.

Nessa Tarifa os ganhos alcançados foram referentes às indústrias mais expressivas como a de tecidos de algodão e de juta que foram discutidas e amparadas nesta Tarifa de 1889. Nos anos oitenta, a estrutura fabril se consolida e continua a desempenhar seu papel articulador e laborioso a favor do protecionismo para as indústrias no Império com a direção da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

As décadas de 1870 e 1880 corresponderam a um período de consolidação do setor fabril e de maturação política dos industriais no Rio de Janeiro. As oficinas ainda tinham peso econômico, mas a estrutura fabril gradualmente consolidou a posição dos estabelecimentos industriais de maior porte. Ao mesmo tempo, a insegurança do setor fabril levava alguns industriais a oscilarem entre a indústria e a casa de importação.¹⁵⁸¹

Um problema sério para a conformação da indústria foi a insegurança de uma política tarifária existente no Império, o que gerava uma disputa interminável entre a indústria e o comércio importador. A Associação Industrial defendia a proteção dos tecidos de algodão e da juta com o propósito de salvaguardar o mercado interno da concorrência estrangeira.

Pode-se ver de forma definitiva a força exercida pelos industriais até conseguirem tal amparo. Esta proposição estava sendo almejada, desde Tarifa de 1844 percorrendo cada Tarifa esta discussão para o amparo da indústria mais desenvolvida do Império e sem dúvida para as demais, mais discutidas, ao longo das Tarifas anteriores como: metalurgia, chapéus, meias, luvas, vidro, roupas feitas entre outras.

De acordo com Leopoldi: “A proteção à indústria durante o Império foi sempre oscilante, e tendeu à concessão de benefícios isolados a um setor ou a um estabelecimento fabril”.¹⁵⁸² Com este pressuposto da autora, pode-se compreender a necessidade do primeiro grupo burguês a se solidificar e a lutar pela organização de uma entidade que possuísse o intento de defender a indústria no Império. A busca do espaço político e econômico, com uma proposta protecionista, veio a existir pelo fato destes conjecturarem a partir dos exemplos de

¹⁵⁸⁰BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Terceira sessão da vigésima Legislatura de 1º a 30 de junho de 1888. Volume II**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 16.

¹⁵⁸¹LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 102.

¹⁵⁸²LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 100.

países industrializados, como Estados Unidos e a Alemanha. Pois esses estabeleceram indústrias fortes a partir de período de proteção do mercado interno para as suas indústrias se desenvolverem e só depois de se solidificar, adotaram o sistema do livre câmbio.

A luta da indústria, por condições de permanência na esfera econômica no Império, era de uma dificuldade cabal por conta da pressão exercida por parte do comércio importador e das necessidades do fisco, que por muito tempo, se associavam ao comércio contra a indústria. Sem se esquecer do fato de o Império estar assentado sobre a escravidão e a monocultura do café, que absorvia grande parte dos recursos do Governo em equipar de forma modernizadora o país pautado nas necessidades das figuras mais economicamente ativas os cafeicultores.

Importante demonstrar o perfil do parlamentar que se posicionou a favor da indústria de forma mais objetiva. O do Rio Grande do Sul foi o senador Silveira Martins a biografia esta no anexo da tese.

Para aumentar a taxa sobre os artefatos de algodão e de juta, afim de que não sofram com a concorrência iguais produtos de fábricas nacionais; para modificar a tarifa na parte relativa aos gêneros importados do obter vantagens, pelo menos recíprocas, para os gêneros de produção brasileira, por ela importados; para reduzir ou suprimir as taxas sobre os produtos químicos aplicáveis, como adubo ou corretivo à indústria agrícola.¹⁵⁸³

Os produtos químicos, de algodão e de juta eram protegidos pela Tarifa e ganharam expressão, bem como alcançaram na Tarifa de 1887. Pode-se perceber a necessidade da indústria de algodão e de juta de ter proteção, pelo menos reciprocidade. Na indústria química, era necessária proteção total para os produtos que viessem a ser utilizados pela agricultura. De certa forma, houve nesta Revisão um equilíbrio entre os interesses da indústria e da agricultura, apesar da Associação Industrial estar ativa na luta pela indústria dentro do âmbito da Revisão. Os itens aqui definidos demonstram o tipo de protecionismo.

A indústria se alicerçava no protecionismo de List, divulgado no Império durante seus primeiros anos, de igual forma o comércio fazia o mesmo com o livre câmbio derivado das ideias de Adam Smith. Por conta disso vê-se o conflito de posição e a luta entre ambas. A pressão também era exercida através das Exposições Industriais Internacionais e dos Congressos Internacionais da Reforma Aduaneira de 1856, 1863, 1870 e de 1880 na Bélgica, divulgando o pensamento do livre câmbio. Acredita-se que devido à exposição continuou o sistema do livre câmbio, propagado no mundo do século XIX. A literatura afirmava que o livre câmbio seria a posição do Governo Imperial para a economia e, como foi averiguado, o

¹⁵⁸³BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Terceira Sessão da vigésima Legislatura de 1 a 31 de julho de 1888. Volume III**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 16.

Governo não teria esta posição: tem-se no Império uma mescla entre os dois sistemas. E ainda como foi exposto, as Tarifas mais protecionistas eram em número maior do que as de livre-câmbio.

Discutia-se de forma específica, em especial, a Tarifa móvel no Relatório do Ministro da Fazenda João Alfredo Correa de Oliveira no dia 8 de maio de 1889. Percebe-se, analisando a Exposição preparatória de 1888, no Rio de Janeiro para a ida para Exposição Universal de Paris de 1889, que nessas ocasiões tem-se a atuação da Associação Industrial em sua labuta de requerer oportunidades de proteção à indústria e ter a visibilidade alcançada.

A biografia do Ministro João Alfredo Correa de Oliveira cabe neste momento em que serão apresentadas algumas considerações sobre a vida e obra do mentor da Tarifa de 1889 que esta no anexo da tese. O gabinete 36º de João Alfredo Correa de Oliveira, do Partido Conservador 10/03/1888 a 07/06/1889, conforme Barman: “A princesa nomeou pessoalmente o chefe do novo gabinete, João Alfredo Correia de Oliveira, um senador conservador de Pernambuco que, quando ministro do gabinete de Rio Branco, havia conduzido a Lei do Ventre Livre”.¹⁵⁸⁴ No dia 8 de maio apresentou um projeto de lei abolindo a escravidão, aprovada pelo Legislativo que se transforma em lei, sendo assinada no dia 13 de maio de 1888. Nos primeiros dias de maio de 1888 foi aprovada a Abolição da Escravatura que desencadearia logo a seguir, em novembro de 1889 a instauração da República. Neste período, pode-se verificar na Tabela 13, com números simples, os valores da Importação e Exportação do ano de 1888.

Tabela 13-Renda de Importação e Exportação da Tarifa de 1888.

Tarifa de 1888	Importação	Exportação
1888	260.998:000\$000	212.592:000\$000

Fonte: Carreira¹⁵⁸⁵

Em meio a essas transformações sucedidas no Império nos aspectos políticos e econômicos aqui expostos, será visto a discussão no Senado quanto à problemática da fronteira da província do Rio Grande do Sul, em decorrência do contrabando das mercadorias que entravam no Império sem a devida cobrança de Tarifa, acarretando prejuízos para a renda do Tesouro. Essa questão se estende desde Tarifa de 1860 quando foi requerida proteção à fronteira, por conta do contrabando. É importante perceber que a reivindicação da indústria, em busca de proteção, foi alcançada em meio a uma situação conturbada na política e na

¹⁵⁸⁴BARMAN, Roderick J. **Imperador Cidadão**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 482.

¹⁵⁸⁵CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 661.

economia dos anos oitenta. A pressão exercida dentro das Casas Legislativas pode ocasionar, no dia 6 de junho de 1888, a discussão no Senado quanto à questão da fronteira.

Duas dessas reclamações são, uma quanto aos caminhos de ferro, e outra quanto aos pontos, porque a província deve ter fácil acesso não só por terra como também por mar. A terceira é a questão de tarifa; o grande princípio que tem sustentado sempre: condições diferentes, circunstâncias opostas, requerem leis diferentes, instituições opostas; e em país tão vasto de territórios, como é o Império do Brasil, é um erro funesto o parlamento legislar sempre uniformemente, como se o Pará estivesse nas mesmas condições da província de Minas e estas nas outras. A respeito da tarifa, observa o orador, que a província do Rio Grande do Sul, em concorrência com o porto de Montevideo, não pode ser regida pela tarifa fiscal da província do Rio de Janeiro, salvo se quiser entregar a província do Rio Grande do Sul como subserviente a Montevideo. A nossa política deve ser votar leis especiais para a província do Rio Grande do Sul, tanto mais necessárias quanto ela cabe diante da concorrência dos vizinhos, porque entre os homens, como entre os animais, a regra invariável é a luta pela vida.¹⁵⁸⁶

Importante expor o fato de a fronteira estar sem guarnição apropriada, como se discutia na Tarifa de 1874, causando dificuldades à indústria nacional decorrente da concorrência desleal com o contrabando dos comerciantes de Montevideu. No relato da Tarifa, ficava exposto que a província do Rio Grande do Sul estava às raias, tendo quase destruídas as indústrias existentes em seu território. Esta foi uma das muitas discussões sobre o assunto, mas esta pôde resultar na Tarifa móvel de 1889. A Tarifa de 1889, de acordo com Almeida: “Era de tipo móvel, ou seja, acompanhando o câmbio; ela reforçou os impostos fixados sobre as manufaturas estrangeiras e suprimiu as taxas sobre os produtos químicos, com a finalidade de favorecer a agricultura”.¹⁵⁸⁷

A labuta da Associação Industrial em defesa da Indústria foi alcançada graças à continuidade da articulação dentro das Casas Legislativas, que ao seu tempo pode contribuir para a defesa da indústria em detrimento ao comércio importador e ao contrabando. Pode-se atestar que a proteção tarifária foi expressiva nos anos oitenta.

A proteção tarifária aumentou na década de 1880, e essa proteção foi reforçada pela depreciação da taxa de câmbio em 1880-1886. Mas o contínuo declínio dos preços de importação, a queda dos preços internos e, mais ao final da década de 1880, a valorização cambial compensou o aumento na proteção tarifária, particularmente em 1884-1889, quando caiu o preço real das importações (inclusive direitos aduaneiros).¹⁵⁸⁸

A execução da Tarifa das Alfândegas, no dia 26 de janeiro, pelo decreto lei nº 10.170, de 26 de janeiro de 1889, tinha conseguido a aplicação de tarifa móvel, acompanhando a variação do câmbio. Reforçou a cobrança de direitos nos gêneros com similar nacional. Essa

¹⁵⁸⁶ BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. **Assembleia Geral Legislativa. Terceira Sessão da vigésima Legislatura de 1 a 31 de julho de 1888. Volume III**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 39.

¹⁵⁸⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo: Funag, 2001. p. 160.

¹⁵⁸⁸ SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento**. 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 81.

Tarifa evidenciava a vitória da Associação Industrial na empreitada de proteção da indústria nacional. De forma mais específica, com a proteção das indústrias da província do Rio Grande do Sul, tão discutida nas Tarifas de 1860, 1869, 1874 e 1879, com a questão do contrabando de fronteira e da Tarifa que não protegia as indústrias da província. Percebe-se também que ao longo das Tarifas a Associação Comercial do Rio Grande do Sul e os empregados das Alfândegas da província abordam que necessário seria que houvesse proteção especial tanto de Tarifa quanto de guarnição de soldados por conta das dificuldades dos contrabandistas. Consta no Relatório do Ministro da Fazenda: “Na expedição desse ato teve o governo dois alvitres a seguir: Acrescentar à taxa dos direitos toda a diferença, que houver com a subida progressiva do câmbio sobre o valor oficial do gênero, ou reuni-lhe apenas a percentagem correspondente aos direitos dessa diferença.”¹⁵⁸⁹

De acordo com a instrução desse fragmento, a província do Rio Grande do Sul seria contemplada com uma Tarifa especial integral, em que o Governo concederia uma taxa de direitos que traria um benefício de acordo com a subida do câmbio, afim de não prejudicar os gêneros produzidos. A amplitude dessa concessão não seria referente a todos os gêneros mais teria regras específicas para cada concessão.

Não inclui na tabela todos os gêneros, para cuja produção já funcionam fábricas no Brasil. 1º, porque alguns desses estabelecimentos não empregam matéria prima nacional e não se acham, portanto, nos termos da autorização; 2º porque, sendo singular e de pequenos recursos a fábricas, não está habilitada para abastecer, com os seus produtos, os mercados do Império e a elevação dos direitos encarecia, sem vantagens, os similares. 3º porque os gêneros são de primeira necessidade ou podem os preparados no país influir na saúde pública.¹⁵⁹⁰

A discussão sobre os gêneros que poderiam ser protegidos se esbarraram nas características de cada produto, mas de forma geral havia restrições que se estabelecem devido às necessidades da própria indústria nacional, como fica evidenciado nestas regras. Uma discussão antiga por parte do comércio importador nas Tarifas anteriores, como as de 1844, 1869, 1874 e 1879 e as demais, quando se referia a falta de condições de abastecer o Império com as mercadorias produzidas e a falta de higiene na preparação dos produtos nacionais. Como se percebe, a discussão se arrasta por todas as Tarifas, tentando-se reiterar que a qualidade dos produtos nacionais é tão deficitária que poderiam ser perigosos para a saúde da sociedade Imperial.

Apesar da discussão se repetir por todas as Tarifas se caracterizava o duelo entre a indústria nacional e o comércio importador e suas posições na política econômica Imperial.

¹⁵⁸⁹BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados a Assembleia Geral Legislativa na Segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1899. p. 20.

¹⁵⁹⁰Ibid., p. 21.

Outra altercação foi a argumentação evidenciada pelo Relatório do M. da Fazenda: “Não vigora na província do RS a tarifa móvel; portanto, se vigorasse, ficaria anulada parte da especial que lhe foi concedida”.¹⁵⁹¹ Este pressuposto se aventura devido ao fato de alguns produtos não terem sido abrigadas com a tarifa especial.

Um ganho significativo da articulação da Associação Industrial que pode ser identificada foi alcançado com o Decreto nº 10.199, de 9 de maio de 1889, mandando executar a nova tarifa especial e integral das Alfândegas do Rio Grande do Sul. Conforme Tarifa das Alfândegas: “E ordenou-se que atendendo a algumas indústrias que estavam prosperando naquele Estado, se reduzissem, em menor escala, as taxas cobráveis das fazendas, semelhantes às que por ela são produzidas”.¹⁵⁹² E ainda mais adiante com o decreto nº 10.269, de 13 de julho de 1889, manda incluir na tabela que acompanhou o Decreto de nº 10.170, de 26 de janeiro algumas mercadorias das Tarifas geral das Alfândegas.

De acordo com Bethell: “A abolição chegou em 1888 após uma tumultuada campanha popular. A proclamação da República de 15 de novembro de 1889 viria como uma complementação de tudo aquilo que estava ocorrendo no Império.”¹⁵⁹³

Ao fim do século pode-se notar uma mudança significativa no aparelho do Estado por não corresponder mais as necessidades da sociedade e dos grupos representativos e que possuíam inúmeras reivindicações que o Império não mais poderia lidar.

A República, quando altera aquele aparelho de Estado, traduz o problema: cai o Poder Moderador, cai a vitaliciedade do Senado, cai a eleição à base de renda, cai a nobreza titulada, cai a escolha de governadores provinciais, cai a centralização. O novo regime permite a participação no poder, embora transitoriamente, da classe média e há, com a mudança de regime, claramente, uma luta em torno da política tarifária e cambial.¹⁵⁹⁴

Os vários grupos disputavam o poder, entre os quais, têm-se os representantes políticos da classe dominante das principais províncias de: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que tinha proposta como defender a República federativa e estabelecer a autonomia das províncias.

O PRP e os políticos mineiros sustentavam o modelo liberal. Os republicanos gaúchos eram positivistas. Não são claras as razões pelas quais, sob o comando de Júlio de Castilhos, o Rio Grande do Sul se tornou a principal região de influência do

¹⁵⁹¹BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados a Assembleia Geral Legislativa na Segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1899. p. 21.

¹⁵⁹²BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1929. p. 21.

¹⁵⁹³BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: De 1870 a 1930. Volume V, 1ª ed.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 749.

¹⁵⁹⁴SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 292.

positivismo. É possível que para isso tenha concorrido a tradição militar naquela área e o fato de que os republicanos eram aí uma maioria, em busca de uma doutrina capaz de lhes dar forte coesão. Eles teriam de se impor a uma corrente política tradicional, representada no Império pelo partido Liberal.¹⁵⁹⁵

Em meio à mudança decorrente da Proclamação da República, a Associação Industrial do Rio de Janeiro sai do cenário político e econômico. No entanto se verifica que o seu primeiro presidente, Antônio Felício dos Santos, continuaria sua labuta pela indústria fabril nacional em um novo momento da História do Brasil. Até este momento pode-se afirmar que a entidade veio a desaparecer com o contingente da saída do Império e a chegada da República.

¹⁵⁹⁵FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 139.

6- CONCLUSÃO

A intencionalidade da preparação dessa tese foi enlaçar a relação entre a indústria e a política tarifária do Império. A representação da indústria se deu a princípio com a seção da indústria e depois com a Associação Industrial do Rio de Janeiro que foi a entidade que se configurou como um partido que levantava a tese do protecionismo no Império, contrário ao pensamento liberal até então solidificado. A hipótese a que se aspirou confirmar é de que a Associação Industrial do Rio de Janeiro foi a primeira entidade que defendeu a indústria fabril no Império, exercendo sua articulação política para se alcançar favores junto ao Governo e a visibilidade almejada junto à esfera pública.

A Associação Industrial do Rio de Janeiro tornou-se a primeira entidade de defesa ao processo da industrialização na década de 1880 no século XIX, germinando a gênese do processo de industrialização do Império do Brasil. Era uma entidade burguesa que discutia as Tarifas Alfandegárias a fim de especificar suas deficiências com o intuito de “influir” na dinâmica econômica do Império. Esta entidade, alardeava uma proposta protecionista com o intuito de ser uma alternativa para o desenvolvimento econômico do Império.

A discussão dentro do Senado e no Conselho de Estado a favor ou contra uma Tarifa protecionista, até então solicitada pela seção da indústria e depois pela Associação Industrial do Rio de Janeiro, identifica de maneira determinante a relevância quanto a sua modificação por mexer no orçamento do Império e nos grupos envolvidos em cada Comissão Revisora da Tarifa das Alfândegas.

A Tarifa foi um instrumento importantíssimo na luta da indústria a favor de sua proposta protecionista para a economia do Império e, portanto, um divisor de águas na luta pelo desenvolvimento da indústria por protegê-la e incentivá-la para que houvesse condições de concorrer com os artigos importados. Foi abordada a Tarifa Alfandegária juntamente com as suas Revisões e sua estrutura para retratar sua importância econômica e política para o Império, definindo a magnitude de sua posição como gerador de recursos financeiros para a sustentação das despesas da nação.

Para mostrar a luta pela indústria nacional, a tese foi dividida em cinco capítulos em que se discorreu sobre esse assunto. No primeiro capítulo pondera-se a princípio sobre a importância da atuação política de uma Associação, da História da SAIN e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. O conceito de Indústria, tarifa e Revisões Tarifária no século XIX, e seu papel como uma metodologia para se articular frações de classe junto ao Governo e a esfera pública.

O capítulo dois tratou dos obstáculos à Indústria Fabril nos primeiros anos do século XIX, se alicerçando nos Tratados que aniquilava o surto industrial até então em andamento, além da falta das condições estruturais que bloqueava o seu desenvolvimento. Além da alteração do Ministro da Fazenda Alves Branco a favor da Tarifa das Alfândegas de 1844, do pensamento protecionista e seus opositores.

No capítulo três foram tratadas duas décadas com três Tarifas das Alfândegas: duas com o perfil mais do livre câmbio 1857 e 1860 e uma protecionista a de 1869. A Revisão de 1857 transformou a Tarifa anterior por estabelecer o sistema do livre câmbio e de 1860 deu continuidade. A Tarifa de 1869 se alicerça no fato das necessidades de renda para soldar as despesas da Guerra, mas, pode também isentar os direitos a máquinas e instrumentos de agricultura e da indústria, por conta disso foi uma Tarifa mais protecionista.

O capítulo quatro trata da Tarifa das Alfândegas de 1874, que tinha como objetivo obter renda para o Tesouro por conta da despesa causada pela Guerra. Já a Tarifa de 1879 teve pela primeira vez uma articulação concreta da seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O conceito de indústria que abarcava a agricultura, a indústria fabril e o comércio em contraste ao conceito de Marx sobre indústria. A indústria como classe burguesa, que lutava por proteção, também conseguiu ter seus interesses satisfeitos. A crise dos chapéus foi o primeiro movimento organizado em defesa da indústria chapeleira e tinha como foco o protecionismo tarifário.

No capítulo cinco têm-se a vitória da seção da indústria e a elaboração da Tarifa de 1879, mais protecionista. Relata-se uma reação do comércio pressionando o Governo contra a Tarifa, solicitando uma nova Tarifa, a de 1881, mais do livre câmbio. A Associação Industrial utilizou seu periódico *O Industrial*, que fora um meio de divulgação de suas ideias e uma metodologia de integração do próprio grupo. O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito estava em execução, composto de um questionário que tinha a finalidade de averiguar o estado da indústria para levantar as reclamações e as necessidades para o governo Imperial. O documento do relatório apresentado ao Sr. Ex. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial de 1882 e pela Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial apresentada ao Corpo Legislativo em 1883 foi requerido pelas indústrias a fim de alcançarem suas reivindicações junto ao Parlamento e ao Governo para que pudessem garantir proteção e apoio à indústria nacional.

As Exposições Industriais de 1881, 1882, 1888 e de 1889 de forma geral, tanto nacional quanto internacional, foram os meios encontrados para alcançar seus objetivos e incentivar os industriais de todo o Império para o exercício do trabalho nacional. As Tarifas e as Revisões

Tarifárias favoreceram as indústrias como as de Revisão de 1886 e a Tarifa de 1887. A tarifa protecionista de Belizário de Souza proporcionou ganhos conseguidos por causa da articulação da Associação Industrial do Rio de Janeiro no meio político no Império. A última Revisão de Tarifa e a configuração da Tarifa das Alfândegas de 1889 puderam de forma específica garantir a solicitação da indústria do Rio Grande do Sul, reivindicada nas Tarifas anteriores como: proteção de fronteira e uma Tarifa especial e essencial para a proteção do mercado interno da província a móvel que protegia todas as mercadorias produzidas - uma vitória da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

É possível identificar os adversários da indústria fabril no Império nos anos de 1840 a 1880. E a própria Associação Industrial em seus documentos abordam estes e outros opositores como: o sistema do livre câmbio, a formação da elite imperial concernente ao conhecimento acadêmico recebido no país e no exterior, a falta de capital empregado na indústria fabril, a má formação dos operários, a falta de apoio do Governo e da opinião pública e de leis que protegessem a indústria (Tarifa das Alfândegas), a falta de um projeto político de proteção à indústria nacional por parte do Governo Imperial e por último a falta de apoio político por parte do Parlamento Brasileiro. Todos esses opositores fizeram com que a Indústria fabril não conseguisse prosperar de forma continua no Império, com uma luta constante contra estes inimigos do florescimento e do desenvolvimento da indústria.

Apesar de todos esses adversários a Associação Industrial do Rio de Janeiro se constituiu como a primeira leva de industrialistas do Brasil, com uma proposta protecionista que durante os anos oitenta do século XIX pôde elaborar a estrutura do pensamento da indústria nacional, a base em que se alicerçou a segunda leva de industrialistas nos anos de 1890 em diante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias.

ALENCAR, L Leonel. **Estudos sobre a tarifa das alfândegas do Brasil**, Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1897. 66 p.

ARQUIVO NACIONAL. **Seção de Documentação Histórica**. Rio de Janeiro: 07/07/1825. De João da Silva Caldeira a D. Pedro I.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. Memória lida nas sessões do Instituto Histórico em 1884**. Revista Trimestral do Instituto Histórica, geográfico e Enográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert e Cia, 1884.

BAPTISTA, Homero. **A Receita geral de 1913**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1913. 270 p.

BARROS, Pereira de. **Direito financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1855. 439 p.

BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro**. Sessão de 10 de junho de 1882. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1882.

BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro**. Sessão de 9 de junho de 1884. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger & Filhos, 1884.

BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Relatório da comissão revisora da Tarifa das Alfândegas. Sobre as reclamações feitas contra o projeto apresentado ao Ex Sr Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882.

BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Representação dirigida ao Ex Sr. Ministro da Fazenda pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. Relativamente ao projeto da Tarifa das Alfândegas, e de conformidade com os relatórios dos representantes de diversas indústrias**. Rio de Janeiro: Typografia Central, 1881.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro. Coleção microfilmada 1844-1915**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1900.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta de Notícias**. 12/12/1881. Rio de Janeiro, 1881.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta de Notícias. Memórias em 19 de julho de 1821**. Rio de Janeiro: Adolfo Morales de los Rios Filho, 1821.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Memorial relativo à uma exposição da indústria nacional em 1888 no Rio de Janeiro, apresentados ao S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, Ministro e Secretário e Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras**

Públicas pela diretoria da Associação Industrial em 1º de agosto de 1887. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1888.

BIBLIOTECA NACIONAL. **O Industrial de 1881 e 1882.** Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Seção de manuscrito s- Pedem a vossa Alteza Real se digne pela sua paternal clemência ocorre à ruína dos suplicantes e do Comércio desta Corte, determinando que os ingleses não possam estabelecer lojas de varejo e de vender por miúdo e incumbindo a vigilância da contravenção ao Tribunal que for competente.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1809.

BIBLIOTECAS DAS ALFÂNDEGAS DE PORTUGAL. **Tarifa das Alfândegas. Anotada, comentada e explicada pelos Conferentes das Alfândegas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1929.

BRASIL. **A Ilustrada a mui distinta classe Empregados das Alfândegas do Império em testemunho da alta estima e maior consideração,** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877.

BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Sessão de 5 de agosto de 1857. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1857.

BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Sessão de 17 de maio de 1858. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1858.

BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Sessão de 8 de agosto de 1857. Sessão em 27 de julho de 1859. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859.

BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados. 1º ano da Décima Quarta Legislatura da Sessão de 1869, Tomo 5.** Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional e J. Villeneuve e G. 1869.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislatura. Sessão Legislativa Ordinária e Quinta Legislatura. Livro 1. Sessão maio de 1844. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1844.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislatura. Sessão Legislativa Ordinária Sexta Legislatura. Livro 3. Sessão de Maio de 1845. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislatura. Sessão Legislativa Extraordinária oitava Legislatura. Livro 2. Sessão abril de 1850. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1850.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislatura. Sessão Legislativa Ordinária oitava Legislativa. Livro 4. Sessão de agosto 1851. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1851.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária 9ª Legislatura. Sessão de Agosto e Setembro de 1853, 1855. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1855.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária 9ª Legislatura. Sessão de Maio de 1856. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1856.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Em sessão em 27 de julho de 1859. Volume 2. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional e J. Villeneuve e G, 1859.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Em sessão em 18 de julho de 1859. Tipografia Imperial e Constitucional e J. Villeneuve e G, 1859.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Quarto ano da décima Legislatura. Sessão de 1860 de 27 de abril a 31 de maio. Volume 1. Rio de Janeiro: Typografia do Correio Mercantil de M. Barreto Filhos e Octaviano, 1860.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. 36ª Sessão 1º de julho de 1861. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1861.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura Livro I, Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Segunda sessão na Décima Quarta Legislatura Livro 2, Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Primeira Sessão da Décima oitava Legislatura de 26 de dezembro de 1881 a 28 de fevereiro de 1882. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Terceira sessão da vigésima Legislatura de 1º a 30 de junho de 1888. Volume II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Terceira Sessão da vigésima Legislatura de 1 a 31 de julho de 1888. Volume III, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Conclusão da Sessão Extraordinário da Sessão da Décima Sétima Legislatura de 1880 livro 2, Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1880.

BRASIL. **Anais do Senado do Império do Brasil.** Assembleia Geral Legislativa. Segunda sessão da 20ª Legislatura de 1 a 30 de junho de 1887. Volume 2, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. **Atas do Conselho de Estado Pleno.** Terceiro Conselho de Estado de 1865-1867. De 26 de abril de 1867 sobre a proposta da primeira comissão do Orçamento da Câmara dos Senhores Deputados para a criação do imposto. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867.

BRASIL. **Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado 1850-1857.**

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1891**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1870.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Declaração do Deputado Raimundo José de Cunha Mattos sobre o Tratado Anglo-brasileiro de repressão ao tráfico**. Sessão de 16 de junho de 1827. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1827.

BRASIL. Comissão Brasileira à Exposição Universal de Viena, 1873. **Relatório da Comissão Brasileira que representou a Império do Brasil na exposição de Viena D'Áustria em 1873, pelo secretário Manuel de Augusto Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1873.

BRASIL. **Consulta da Sessão da Fazenda do Conselho de Estado**. Volume 8, do ano de 1874 a 1876. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

BRASIL. **Galeria dos Homens ilustres (Os Contemporâneos). Retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras desde a independência aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Litografia de S. A. Sisson. Volumes 1 e 2. 1861.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise Comercial de setembro de 1864. Segundo atos do Ministério da Fazenda que lhe são relativos. Artigo extraído do Relatório apresentado ao Corpo Legislativo na sessão de 1865 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Conselheiro Carlos Carneiro de Campos**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **A crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Pelo advogado Pedro Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro, 1864, p.32.

BRASIL. Ministério da Fazenda. José Maria da Silva Paranhos. **Proposta e relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda**. Visconde do Rio de Branco, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Trabalho Nacional e seus Adversários**. Rio de Janeiro: Typografia de Leuzinger & Filhos, 1881.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à assembleia geral legislativa na terceira sessão da oitava legislatura do ano de 1850 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda**. Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1851.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda**. José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1882.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda**. Visconde de Paranaguá. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Nona Legislatura do ano de 1852 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.** Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado na Assembleia Legislativa na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado na Assembleia Geral Legislativa na segunda da décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos negócios da Fazenda.** Visconde de Itaboraí. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, em 1877.** Gaspar Silveira Martins. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.** Francisco Belizário Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na Segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas.** Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados a Assembleia Geral Legislativa na Segunda sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1899.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório que a S. Ex. o senhor Conselheiro José Antônio Saraiva Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Conselho de Estado apresentado ao passar-lhes a pasta o Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Ministro da Fazenda. Relatório do Ministério da Fazenda apresentada Assembleia Geral Legislativo na Primeira Legislativa pelo Ministério e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.** José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1861.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Ministro José Maria da Silva Paranhos. Proposta e relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislatura na Terceira Sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda, em 1873.** Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos**

Negócios do Império. Luís Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1857.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da décima legislatura do ano de 1858 pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.** Francisco de Salles Torres Homem. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo Ministro dos Negócios da Fazenda.** Visconde D' Abrantes. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1843.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa do ano de 1854 pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios do ministério da Fazenda.** Honorário Hermeto Carneiro Leão, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1855.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislatura na Segunda Sessão da Décima Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, em 1876.** Barrão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1877.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado na Assembleia Geral Legislativa na Quarta sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado de Estado dos Negócios da Fazenda, em 1859.** Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado na Assembleia Geral Legislativa na Quarta sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado de Estado dos Negócios da Fazenda, em 1859.** João de Almeida Pereira Filho. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral da Terceira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda, em 1870.** Visconde do Rio Branco, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão a 6ª Legislação pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.** Manoel Alves Branco. Volume 3 Rio de Janeiro. Typografia Nacional. 1845.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda.** Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1873.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Relatório apresentado à assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da agricultura Comércio e Obras Públicas.** José Fernandes da Costa Junior. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Relatório do Ministério da Fazenda apresentado à Assembleia Geral Legislativo na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.** José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1862.

BRASIL. Ministro da Fazenda. **Repertório do Novo Regulamento das Alfândegas de 1877. Organizado para o uso dos Empregados e Despachantes das Alfândegas e Mesas de rendas, advogados e negociantes por dois empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert editores. Regulamento das Alfândegas, 1876.

BRASIL. Ministro do Império. **Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Negócios do Império, em 1857.** Marquez de Olinda. Rio de Janeiro: Typografia Universal e Laemmert, 1858.

BRASIL. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadélfia.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1836.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1836.

BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1844.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1844.

BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1876.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.

BRASIL. **Regulamento das Alfândegas de 1877.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877.

BRASIL. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Parecer do Presidente Interino da seção do comércio sobre a reforma da tarifa das Alfândegas do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1877.

CAVALCANTI, Amaro. **O Meio circulante nacional.** Volume 2 (1836-1866), Imprensa Nacional. 1893.

_____. **A vida econômica e financeira do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

_____. **Resenha financeira o Ex-Império do Brasil 1889,** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. 180 p.

CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ignácio Álvares Almeida. **Discurso que no faustíssimo dia 19 de outubro de 1827 em que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.** Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828. 18 p.

CONGRÈS INTERNACIONAL DAS RÉFORMES DOUANIÈRES. Réuni a Bruxellas 22 a 15 septembre, 1856. Bruxellas: Imprimerie de M. Wessenbruch, 1857. 405 p.

CUNHA, a. L. Fernandes. **Documentos oficiais. Relativos à Exposição Nacional de 1861.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1862.

FILHO, João Pedro Veiga de. **Monografia sobre as tarifas aduaneiras.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1896.

_____. **Manual da ciência das finanças**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1923. 142 p.

FIRJAN. **Confederação nacional das indústrias. Arquivo. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia. Econômica de Machado, 1876.

FIRJAN. **Conflito entre negociantes e fabricantes de chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Álvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Paulo Hildebrandt. 1877.

FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1827**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1828.

FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1848**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional. 1848.

FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro de 1869**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional ,1869.

FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1828. Artigo 1º de 1827.

FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1831.

FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1838.

FIRJAN. **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. L Vianna e Filhos, cap.1º, 1857.

FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1866**. Rio de Janeiro: Firjan, 1866.

FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1877**. Rio de Janeiro: Firjan, 1877.

FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1888**. Rio de Janeiro: Firjan, 1888.

FIRJAN. STURZ, João Diogo. **Efeito das máquinas e suas vantagens na riqueza pública e necessidade de sua introdução no Brasil, e da execução de direitos que se lhes deve dar, bem como ao combustível para elas necessário, oferecido à Sociedade Auxiliadora da Agricultura e Indústria do Rio de Janeiro e Bahia**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835./

FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1846**. Rio de Janeiro: Firjan, 1846.

FIRJAN. **O Auxiliador da Indústria Nacional 1854**. Rio de Janeiro: Firjan, 1854.

FONTOURA, João Carneiro da. **Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras do Brasil de 1808-1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

IHGB. **Arquivos da exposição da indústria nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881.

IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882.

IHGB. **Relatório da assembleia geral da associação industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1884.

IMPrensa NACIONAL. **Dicionário Bibliográfico Blake**, volumes 3 e 6, Rio de Janeiro, 1900. Disponível em <http://archiveorg/delas/diccinariobibliooblakgog>. Anexo 2017.

Informações apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito ao Corpo Legislativo na Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 maio de 2010.

Informações sobre o estado da indústria nacional pela seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1877. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio de 2010.

INMETRO. Lei nº1. 157 de 26 de junho de 1862. http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/343/1/1862_leidometro.pdf

JORNAL DO COMÉRCIO. **Exposição brasileira preparatória.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Retrospecto Comercial de 1880.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1880.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Retrospecto Comercial de 1882.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Retrospecto Comercial de 1883.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.** Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1881.

LISBOA. José da Silva. **Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.** Salvador: Typografia M. A. da Silva, 1810.

MAIA, Emílio Joaquim da Silva. **Introdução. Auxiliador da indústria nacional.** Nova série I, 1846/47, Rio de Janeiro: Tipografia J. S. Cabral, nº 1, junho de 1846. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório apresentado a S. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda pela comissão de inquérito industrial.** Volume I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional 1882. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>> Acesso em: 20 mai 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil de 1844.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1869.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1874**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1879**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa das alfândegas do Brasil de 1881**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1881.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1844.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1881.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1857.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1887.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tarifa das Alfândegas do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1889.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**: Nabuco de Araújo. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, volume 1, 1897.

_____. **Um estadista no Império**. Volume 2. São Paulo: Editora Instituto Progresso. 1864-1866, 1866.

O Trabalho nacional e seus adversários 1881. Manifesto da associação industrial do Rio de Janeiro, 1881. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832.

RIO DE JANEIRO. **Exposição Nacional de 1861. Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861**. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário de língua portuguesa**. Lisboa: Lacérdina, 1813, T p.783. 1. Verbete: indústria.

SILVA, Lisboa. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1810.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Esboço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864**. Rio de Janeiro: IPEIA/INPES, 1977. 131 p.

_____. **Elementos de Estatística compreendendo teoria da Ciência e sua aplicação estatísticas Comercial do Brasil**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865.

VIANNA, Pedro Antônio Ferreira. **Crise comercial do Rio de Janeiro em 1864**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1864. 36 p.

Livros

ABREU, Mauricio de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1987. 147 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, São Paulo; Funag, 2001. 675 p.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma Colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2008. 186 p.

_____. **A grande Revolução inglesa 1840-1780: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014. 476 p.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Os assinantes da praça de 1834-1984**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984.

ASUKURA, Hironori. **World History of the Customs and Tariffs**. Bruxelas: Word Customs organization, 2002.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. 430 p.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 266 p.

BARBOSA, Raul Tamagnini. **Breves noções sobre Direito fiscal Aduaneira**. Porto: Typografia a vapor da Imprensa Literária e typografia, 1904. 224 p.

BARMAN, Roderick J. **Imperador Cidadão**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BARROS, Eudes. **A Associação comercial no Império e na República**. Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1959.

BASALDÚA, Ricardo Xavier. **Derecho Aduaneiro: parte general sujetos**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1992.

_____. **Introducción al Derecho Aduanero: concepto y contenido**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1988 (reimpr. 1988).

BASTOS, Humberto. **A economia brasileira e o mundo moderno**. São Paulo: Editora Martins, 1948.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo; Editora Unesp, 2012. 476 p.

BATTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil** Volume 1 e 2. São Paulo: Editora Pioneira, 1967.

_____. **A Formação do povo no complexo cafeeiro aspectos políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1978. 216 p.

BENTIVOGLIO, Júlio. **Os negócios do Império: a política econômica brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860)**, Catalão: São João, UFG Campus Catalão, 2007. 108 p.

BESSA, Mônica Leite. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **Entre a Monarquia e a República: Imprensa, pensamento político e Historiográfico (1822-1889)**, Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**. Volume III e IV 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 1011 p.

_____. **História da América Latina: De 1870 a 1930. Volume V, 1ª ed. São Paulo:** Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 965 p.

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 599 p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 412p.

BRIGGS, Asa. **The bagstel palace and the men of 1851. In: Victorian people**. Middlesex: Penquina Boats, 1982.

BUCHAN, James. **O autêntico Adam Smith vida e obra**. 1ª edição. São Paulo: editora Rocco, 2008. 151 p.

BUESCU, Mircea. **História administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do servidor Público, 1984. 279 p.

_____. **Uma reavaliação da política econômica do segundo reinado, em Brasil problemas econômicos e experiência histórica.** Rio de Janeiro: Forema - Universitária 1985.

BULHÕES, Leopoldo. **Os financistas do Brasil.** Rio de Janeiro: Typografia “Jornal do Comércio”, Rodrigues & C., 1914.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 317. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARLUCI, José Lence. **Uma introdução ao direito aduaneiro.** São Paulo: Aduaneiras, 2000. 510 p.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil 1880- 1945.** Rio de Janeiro: Difel, 1977. 581 p.

_____. **O centro Industrial do Rio de Janeiro. E a sua importante participação na economia nacional (1827-1977).** Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. 189 p.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil.** Tomo I e II, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010. A construção Nacional 1830-1889.** Volume 2. São Paulo: Objetiva, 2012. 296 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Brasília: Unib, 1980.

_____. **Pontos e bordados escritos de história e política.** Minas Gerais: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Teatro das sombras: A política Imperial.** São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. 196 p.

CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). **Perspectivas da cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 571 p.

CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913).** Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 142 p.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: lavradores na crise do trabalho escravo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009. 157p.

CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992. 432 p.

CORREIA, Inocêncio. Serzedello. **O problema econômico no Brasil.** Brasileira: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 326 p.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 523 p.

_____. **Da Senzala a Colônia.** 5ª ed. São Paulo; editora UNESP, 2010. 552 p.

_____. **A Abolição.** 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 144 p.

COSTA, José A. Porto. **O Marquês de Olinda e seu tempo.** Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia, USP, 1985.

COSTA, Marcus Vinicius. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiras entre comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé.** Santa Catarina: UFSC, 2013. 285 p.

COUTO, Soter Ramos. **Vultos e fatos de Diamantina.** 2ª edição. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2002.

DECCA, Edgar Salvadori de. **A ciência de fabrica o mundo de cabeça para baixo.** Campinas: Unicamp/ IFCH, 1983.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das Fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 1984. 77 p.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da Metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005. 163 p.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977. 482 p.

ECHAUDEMAISON, C. O. **Dicionário de Economia e Ciências Sociais.** Porto: Dicionário temático, 2001.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo; Editora 34, 2012. 288 p.

EISEMBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** São Paulo: Paz e Terra/ Editora da Unicamp, 1977.

EL KAREH, Amir C. **Filha branca de mãe preta: a Cia. Estrada de D. Pedro II: 1855-1865.** Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

ELZIRIK, Nelson L. e CARDOSO, Helio. **Propriedade e controle na sociedade anônima e democratização do capital.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1980.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. 913 p.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Imprensa Oficial do Estado, 2002. 324 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio dicionário da língua Portuguesa.** Curitiba: Ed. Positivo, 2010. 960 p.

FIORI, José Luís. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 492 p.

FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922. 844 p.

FONSECA, Godin da. **Biografia do jornalismo carioca (1808- 1908)**. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

FONSECA, Vitor Manoel Marques de. **No gozo dos direitos civis: associativismo no rio de Janeiro, 1903- 1916**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquita, 2008.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Bernardo de Souza. **Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. 120 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora nacional: Publicafolha, 2000. 276 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. 318 p.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 3ª Edição, São Paulo: Ática, 1980, 592 p.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.195 p.

_____. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973. 380 p.

GRANZIERA, Rui Guilherme. **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira**. São Paulo: Hucitec, Universidade Estadual de Campinas, 1979. 165 p.

GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no COMÉRCIO no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, McGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. 340 p.

HANNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil-1870-1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

HARDMANN, Francisco Foot. **O trem fantasma. A modernidade na selva**. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos 20)**. São Paulo: Ática, 1991. 336 p.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**, São Paulo: Paz e Terra, 2012. 535 p.

_____. **A Era do capital, 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 507 p.

_____. **A Era dos impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 583 p.

_____. **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 349 p.

_____. **Rebeldes primitivos estudos sobre as formações arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX –XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 6, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 452 p.

_____. **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 7, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 500 p.

_____. **História geral da civilização brasileira**. Tomo II volume 7: O Brasil monarquia; Do Império à república II 5. São Paulo: Difel, 1985.

HONORATO, Cesar Teixeira. (Coord.). **O Clube de engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia. 1996.

_____. **O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)** 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. 302 p.

IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 93 p.

_____. **A industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 93 p.

INSTITUTE FOR CONTEMPORARY STUDEIS. **Tarifas Quotas e Comércio: A política do protecionismo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981, 270p.

JUNIOR, Moysés Kuhlmann. **As grandes festas didáticas, a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

KINDLEBERGER, Carles Poor. **Manias e Crasches: um histórico das crises financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 353 p.

LAMOUNIER, Lúcia. **Ferrovias e mercado de Trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 288 p.

LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 760 p.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **O Senado nos anos finais do Império 1870-1889**, Brasília: Senado Federal, 1978. 260 p.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através e suas sociedade anônimas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. 306 p.

_____. **História financeira do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979. 136 p.

_____. **História da bolsa de valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro; IBMEC, 1977. 660 p.

LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (org). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006. 463 p.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. 422 p.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro, 1821- 1889**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. 182 p.

LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999. 156 p.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 288 p.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (capital comercial ao capital industrial e financeiro)** Rio de Janeiro, IBMEC, volume 2 . 1978. 442 p.

_____. **História político- administrativa da Agricultura Brasileira 1808-1889**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980. 213 p.

_____. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001. 367 p.

_____. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. 229 p.

LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Edusp, 2010. 400 p.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta da industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. 2ª ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975. 211 p.

LYRA, Tavares. **Instituições políticas do Império**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1979. 349 p.

MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 477 p.

MARTINS, Fernando Antônio Fontes. **Os 150 anos da promulgação da pauta geral das Alfândegas de 1837**. Lisboa, 1987. 277 p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2010. 282 p.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas gerais (século XIX)**, 1ª edição. Minas Gerais: Fino traço, 2014. 434 p.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 440 p.

MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808- 1824)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 174 p.

MARX, Karl. **El capital**. Volumen 1. Trad. Wescleslao Roces, México: Fundo de Cultura Económica. 1974.

_____. **Formas que preceden a la producción capitalista**, México: Fundo de Cultura Económica, 1972.

_____. **O capital. Crítica da economia política**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Livro Primeiro, v. I, 1989.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio 173 anos de descobrimento; a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. Alvará de 15 de julho de 1809. 368 p.

MATHIAS, P. **The first industrial revolution: an economic history of Britain, 1700-1914**. Nova York: Chales Scribner's sons, 1969.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. 311 p.

MAURO, Frederic. **História econômica mundial 1790-1970**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. 506 p.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MIRANDA, Marcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. 309 p.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP e A, 2003. 130 p.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. 247 p.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**: Nabuco de Araújo. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, volume 4, 1949.

NEEDELL, Jeffrey. **The Party of order. The conservatives, the state and Slavery in the Brazian Monarchy, 1831-1871.** EUA: Stanford Stanford University, 2006.

NEUHAUS, Paulo (Coor). **Economia brasileira: uma visão histórica.** Rio de Janeiro: Campus, 1980. 411 p.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

NOGUEIRA, Octaviano; Firmo João Sereno. **Parlamentares do Império.** Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1973. 445 p.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. 255 p.

_____. **Raízes da indústria no Brasil: a pré- indústria fluminense, 1808-1860.** Rio de Janeiro: Studio F &S Ed.1992. 204 p.

OLIVEIRA, Luís Valente de. RICUPERO, Rubens (Org.) **Abertura dos portos.** São Paulo: Editora Senac SP, 2000. 351 p.

_____.**Abertura dos portos.** São Paulo: Editora Senac, SP 2007. 351 p.

OLIVEIRA, Viana. **O acaso do Império.** Brasília: Editora do Senado Federal, 2004. 174p.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no império do Brasil.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011. 274 p.

PELAÉZ, Carlos Manuel. **História da Industrialização Brasileira.** Rio de Janeiro: Apec Editora. 1979. 241 p.

_____. **História da Industrialização Brasileira.** Rio de Janeiro: Apec Editora. 1981. 241 p.

PELAÉZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias.** Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1976. 487 p.

PESAVENTO, Sandra Tatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **História da indústria Sul-Rio-Grandense.** Guaíba: Riocell, 1985. 123 p.

PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX. In: Espetáculos das transformações sócias culturais.** Bom: Friedrich Ebert Stifting, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 310 p.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p.

_____. **História econômica do Brasil.** 16º edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

_____. **História econômica do Brasil**. 16ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Notícia sobre o desenvolvimento da Indústria fabril no Distrito Federal e sua situação atual**. Brasília: Tipografia Fratelli Treves, 1908.

PRIORI, Ângelo, PEREIRA, Lupércio Antônio (org). **Dilemas do desenvolvimento brasileiro- sec. XIX**. Curitiba: Instituto Memoria, 2009. 172 p.

RECEITA FEDERAL. **Alfândegas brasileiras 200 anos**. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2008. 26 p.

RECEITA FEDERAL. **Alfândegas**. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2017. Disponível em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/cidadao/irpf/2017>.

RECEITA FEDERAL. **Passagens e abrigos reconstruções históricas; a aduana, o porto e a cidade (século XVI-XIX)**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2008. 100 p.

ROCHA, Antônio Penalves. **A Economia política na sociedade escravista**. São Paulo: Departamento de História. FFLCH- USP/ Hucitec, 1996. 167 p.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva 2013. 646 p.

SALLES, Ricardo. **E o Vale e o escravo. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 331 p.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 212 p.

SCHULZ, John. **A Crise financeira da abolição**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 280 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SILVA, Ana Rosa Cloet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006. 432 p.

SILVA, J. M. Pereira da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

SILVA, Sérgio s. e SZMRECSAYE, Tamás. (org). **História Econômica da Primeira República**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec editora USP. Imprensa Oficial, 2002. 413 p.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e a origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 475 p.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora da USP, 1973. 479 p.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. 7ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 475 p.

SLEMIAN, Andréa. **Políticas em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006. 283 p.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 621 p.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 415 p.

_____. **História da imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 501 p.

_____. **História Econômica do Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 475 p.

_____. **Panorama do segundo Império**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1939. 396 p.

SOUZA, Antonio.Napoleão Vieira e. **O serviço aduaneiro metropolitano**. Lisboa: Biblioteca das Alfândegas de Portugal, 1946. 200 p.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850- 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 272 p.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento**. 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Ática, 1988. 158 p.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. 650 p.

THOMPSON, E. P. **La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin class? In: Tradición revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Critica 1984.

TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da escravidão: Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. 237 p.

TURAZZI, Maria Inês. **A Euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX – XX**. Rio de Janeiro: Coppe, 1989.

_____. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era dos espetáculos. 1839-1889**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. 1ª edição ver. São Paulo: Saraiva 1978. 410 p.

VIANA, Victor. **O Banco do Brasil, sua formação seu engrandecimento sua emissão nacional**. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1926.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. 337 p.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 4ª edição. Belo horizonte: UFMG, 1999.

VIEIRA, Dorival Teixeira. **A Evolução do sistema monetário brasileiro**. São Paulo: Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa, 1947.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. 468 p.

WEID, Elisabeth Von Der. **Centro Industrial do Rio de Janeiro. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Industrial 1977. 64 p.

WEID, Elisabeth Von Der. **O Bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Acessado em: 12 ago de 2010. Disponível em: <<http://www.casaderuibarbosa.gov.br>>.

WELTTMAN, Paula Christiane Jalles ; LATTMAN, Fernando. **Ministro da fazenda 1808-2008**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. 267 p.

WERNER, Baer. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

Teses e Dissertações.

ALMEIDA, José Tadeu de. **Padrão ouro experiências comparadas Brasil- Portugal no século XIX**. (Tese de Doutorado) PPGHE, FFLCH, 2015.

ANDRADE, André Luiz Alípio de. **Variações sobre um tema: A Sociedade auxiliadora da indústria nacional e o debate sobre o fim do Tráfico de escravos (1845-1850)**. (Dissertação de Mestrado), São Paulo Campinas, 2003.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906**. (Tese Doutorado em História Social da Cultura) PUC RJ: Rio de Janeiro, 2003.

AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e ideias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: A associação industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1880)**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ/FFP, Rio de Janeiro, 2011.

BARRETO, Patrícia Regina Correa. **Sociedade auxiliadora da indústria nacional: O templo carioca de palas Atenas**. 2009. Tese (Doutorado em História) Instituto Histórico das Ciências e das Técnicas de Epistemologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CROCE, Marcus Antônio. **Crises financeiras na primeira década republicana e os bancos em Minas Gerais (1889-1903)**. 2013. Tese(Doutorado em Economia), PPG em economia da UFMG. Cedplar/UFMG, 2013.

CRUZ, Fabio Santiago Santa. **Em busca da Conciliação: ideias políticas no Parlamento do Império do Brasil. (1831-1855)**, 2008. 202 p. Tese(Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História , Universidade de Brasília, 2008.

ESCOTESSGUY, José Carlos Filho. **Tráfico de escravos e direção saquarema no Segundo Reinado do Império**. 2010. Niterói, dissertação(Mestrado de História), PPGH/UFF, Universidade Federal Fluminense, 2010.

FERNANDES, Suzana Cristina. **Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas São Paulo, 2001.

FERNANDES, Valter Lenine. **Os contratadores e o contrato da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro (1726-1743)**. 2010. 217f. Dissertação (Mestrado em Historia) – PPG em História, Unirio, Rio de Janeiro, 2010.

FERRAZ, Sergio Eduardo. **O Império revisado instabilidade ministerial Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 – 1889)**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGC Política, FFLCH USP, 2012.

FILHO, Almir Pita Freitas. **Potência e Indústria: 1850-1950. Uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. Tese (Doutorado em História), 1999. 212 f. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FLORES, Mariana da Cunha Thompson. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. 2007. 208 f. Dissertação(Mestrado em História) – PPG em História. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O Banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em História), FFLCH Universidade de São Paulo, 2010.

GOMES, Patrícia Regina Mendes Mattos Correa. **Pensamento e ação de Joaquim Felício dos Santos: um projeto de Código Cível oitocentista**. 2014. 233 f. Dissertação(Mestrado em Direito), Pós-Graduação Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HEIZER, Alda Lucia. **Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na exposição de Paris de 1889**. 2005.233f. Tese (Doutorado em Geociência) - Instituto de geociências: Pós Graduação em História e Ensino da Terra, UNICAMP 2005.

HORNER, Erik. **Em defesa da Constituição – a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)**. 2010. 376 f. Tese(Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOCHER, José Mauro. **Telegrafia no século XIX: ciência e técnica no contexto da Industrialização**. 2014. Dissertação (Mestrado de História das Ciências e das técnicas e Epistemologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemayer. **A Energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)**. 1997. 364 f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1997.

MAROTTA, Marconni Cordeiro. **As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro no Segundo Reinado**. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

MASSAFERA, Lara Sciani. **Proteção comercial e proteção tarifária na origem da indústria no Brasil, 1857 a 1920**. 2014. 76 f. Dissertação(Mestrado em Ciência e Economia), Universidade Federal de Alfenas, 2014.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil**. 1985. 168 f., Dissertação(Mestrado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense- UFF, Niterói, 1985.

NEVES, Margarida de Souza Pereira das. **O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro**. In: *As vitrines do progresso*. 1986. 80 f. Tese(Doutorado em História) - PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1986.

OLENDER, Marcos. **No livro do futuro**. 1992. Vol.1.Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, UFRJ, Rio de Janeiro,1992.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. **Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)**. 2006. 335 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

PEREIRA, Gabriel Terra. **A Diplomacia da americanização de Salvador Mendonça (1889-1898)**. 2009. 182 f. Dissertação(Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista Campus Franca. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2009.

PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. **Os simples comissão (negociantes e política no Brasil Império)**, 2002. 296 f. Tese (Doutorado em História), Programa pós - Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

QUEIROZ, Tatiane Rocha de. **Do Regressismo ao conservadorismo do periódico “O Brasil”**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História da Faculdade de Formação de Professores - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SÁ, Helena de Cassia Trindade de. **A Alfândega do Rio de Janeiro: da União Ibérica ao fim da Guerra da Restauração (1580-1668)**. 2016. 187f. (Dissertação de Mestrado), Unirio, 2016.

SAEZ, Hernani. **Nas Asas de Dédalo em estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840-1853**. 2008. 230 f. Dissertação(Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória D’ O República no fim do primeiro reinado e início da regência: Os discursos impressos da Antônio Borges da Fonseca sobre a política Imperial 1830-1832**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que parece. A sociedade auxiliadora da indústria nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A Conjuntura de 1871-1877**. 1979. 293 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1979.

_____. **As arenas pacíficas do progresso. As Exposições Universais Internacionais no século XIX. A circulação transoceânica de ideias e técnicas e a participação do Império**

do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1889. 1992. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, 1992.

SILVA, Mauro Costa da. **A telegrafia elétrica estatal no Brasil de 1852-1914.** 2008. Tese (Doutorado em História das Ciências e das técnicas e epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SOARES, Luís Carlos. **A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense 1840-1880.** 1980. 415 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 1980.

TREVISAN, Rosaldo. **A Internacionalização da disciplina do imposto de importação: contornos para uma regulação internacional da incidência.** 2006. 571 f. Tese (Doutorado em Ciência jurídica) - Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2016.

VIEIRA, Nívea Silva. **Associação comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política pública para o porto do rio de Janeiro (1869-1934).** 2014. 180 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.

VIEIRA, Wilson. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930).** 2000. 128f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Unicamp, São Paulo, 2000.

Artigos

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO e Luiz Aranha Correa do. **A Economia brasileira no Império 1822-1889.** Departamento de Economia PUC/ RJ. Conferir www.econ.puc.rio.br.

ALONSO, Ângela. **Crítica e contestação. O movimento reformista da geração de 1870.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.15, nº 44 out. 2000.

BATALHA, Claudia Henrique de Moraes. **Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno de formação da classe operária.** Caderno AEL: sociedades operárias e mutualismo. Campinas Unicamp/IFCH, v. 6, nº 10/11, 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL. **A guerra do Vintém.** Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 23, 2007.

BUESCU, Mircea. **A inflação brasileira de 1850-1870: monetarismo e estruturalismo.** Revista Brasileira de Economia 26 (4): 125-147 out/dez, 1972 Rio de Janeiro: FGV.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania, tipos e percursos.** In: Estudos Históricos. V.9 nº18. Rio de Janeiro: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. 1996.

COHN, Gabriel. **“Problema da industrialização no século XX”.** In: Carlos Guilherme Mota (org.) *Brasil em Perspectivas*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

COSTA, Emília Viotti da. **Introdução ao estudo da emancipação política.** In: Mota Carlos Guilherme (org.). *O Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Defel, 1968.

DEVEZA, Guilherme. **Política tributária no período Imperial.** In: *O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império*. Edição 8ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1974.

FILHO, Alcides Goularti. **Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX.** XVII Encontro Regional de Economia. Anpec 11- 13 de agosto Porto Alegre, 2010.

GUEIROS, Haroldo. **Enciclopédia Aduaneira,** Rio de Janeiro, 2010. <http://enciclopediaaduaneira.com.br/author/haroldogueiros/feed.2016>.

IGLÉSIAS, Francisco. Anais III Simpósio dos Professores Universitários de História, 1966, Franca São Paulo, “**Artesanato, manufatura e indústria**”. Faculdade de Filosofia e Ciência e Letras, 1966.

IGLÉSIAS, Francisco. **Vida política 1848-1868 em Buarque de Holanda**, Sérgio (org). História Geral da Civilização Brasileira (5). O Brasil Monárquico: Reações e Transações. São Paulo: Difel.2004.

JESUS, Ronaldo Pereira de e MAROTTA, Marconni Cordeiro. **Cultura Associativa no século XIX: atualização do repertório crítico dos registros de sociedades na cidade do Rio de Janeiro (1841-1889)**. XXVII Simpósio Nacional de História Conhecimento Histórico e diálogo com Social. Natal, Rio Grande do Norte, 22 -26 de junho de 2013.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Associativismo no Brasil no século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no conselho de Estado. (1860-1889)** Locus: Revista de História Juiz de Fora v.13, nº 1, p.144-170, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2007.

KOCHER, José Mauro. **Cabos submarinos no século XIX: considerações técnicas e econômicas**. Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. 14º SNHCI 08/11/2014, Belo Horizonte, UFMG, 2014.

LUZ, Nícia Vilela. **As tentativas da industrialização do Brasil. O Brasil Monárquico. Declínio e queda do Império**.2ª ed, São Paulo:Difel,1974.Tomo II 4ª vol. Da História Geral da Civilização Brasileira sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda.

MAROTTA, Marconni Cordeiro; AZEVEDO, Jussara França de. **Tornar-se preciso regularizar proteger e fomentar instituições civis através da “Lei de Entraves” (1860-1882)**. Semana de História Política, UERJ, 2013.

MAURO, F. **Pode-se falar de uma indústria brasileira na época colonial**. Estudos Econômicos. São Paulo: USP13; 733-744 jan/abril, 1983.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Aspectos gerais da evolução do sistema aduaneiro do Brasil**. Consta em www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/aspectogerais.htm.

MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. 7ª edição, Rio de Janeiro: Difel, 1976. Artigo “Balanço das transformações econômicas no século XIX” de Virgílio Noya Pinto, 367 p.

NOVAIS, Fernando Antônio e ARRUDA Jobson de Andrade. **Prometeus e Atlantes na forja da nação**. Economia e Sociedade. Campinas volume 12, nº 2 (21). Julho/dezembro, 2003.

OLIVEIRA, José Luiz de. **Antonio Felício dos Santos 1843/1931. Um Deputado Industrialista no Império**. Revista Augustus, Rio de Janeiro, Volume 9. Nº 14 Jan/Jun, 2002 semestral, 36 p.

PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. **O corpo do comércio do Rio de Janeiro: Os negociantes se organizam**. XXII Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático Estado e poder no Brasil, João Pessoa, 2003.

QUEIRÓS, Mauricio Vinhas de. “**O Surto industrial de 1880- 1895**” in: Debate e Crítica, nº 6, julho de 1975.

TERRA, Paulo Cruz. **Conflitos Cotidianos e motins: os usuários de bonde no Rio de Janeiro no final do século XIX**.

VERSIANI, F. R. **Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914.** Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 34 (1): 3- 40 Jan/Março, 1980.

VERSIANI, F.R; VERSIANI, Maria Teresa R. O. **A Indústria brasileira antes de 1930: Uma contribuição.** Rio de Janeiro, 1978.

VILLELA, André. **Política tarifária no Segundo Reinado; evolução e impactos 1850-1889.** Universidade Cândido Mendes, EPGE/FVG Nova Economia, Belo Horizonte, Janeiro/ abril de 2005.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Mutualismo e Filantropia.** Locus - Revista de História, Juiz de Fora: Editora UFJF, volume 18, 2004.

WEID, Elizabeth Von der. A interferência da eletrificação sobre a cidade: Rio de Janeiro (1857- 1914), **Fundação da casa de Rui Barbosa**, ABPHE, 2003, 17 p.

WEID, Elizabeth Von der. **Fundação da casa de Rui Barbosa.** História Social nº 22 e 23 e 2º semestre, 2012.

ANEXO

Anexo 1- Biografias - Capítulo 2

Bernardo Pereira de Vasconcelos- natural de Vila Rica, atualmente cidade de Ouro Preto, nascido em 27 de agosto de 1795 e falecido em 1º de maio de 1850. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Coimbra e exerceu a magistratura e a vida política, como deputado, de 1826 a 1838. No período da Regência de 1831 a 1835 ocupou a pasta da Fazenda quando promoveu a reforma das Alfândegas e reorganizou as Mesas de Renda. Em continuidade desse período ocupou as pastas do Império de 1837 a 1839 e da Justiça. Sendo eleito em 1838 para o Senado pela província de Minas Gerais, ainda esteve no Conselho de Estado em 1840. No campo intelectual formulou a redação do Ato Adicional que reformou a Constituição de 1824; como Ministro de Estado publicou relatórios e obras como a preparação do Código Criminal de 1830; foi autor do projeto de reforma do Código de Processo, que resultou na lei de 1841 e do projeto de criação do Conselho de Estado, participando ainda da elaboração da Lei de Terras.

(Maria Martins, 2007).

Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco, o segundo Visconde de Caravelas- nasceu em 1797 na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 13 de julho de 1855. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1823. Em 1824, exerceu o cargo de juiz do crime na Bahia, foi para a Corte, em 1829, ser Juiz de Fora da cidade do Rio de Janeiro e no ano seguinte foi escolhido deputado geral da província da Bahia. Foi Ministro da Justiça e estrangeiros em 1835; eleito senador em 1837; comandou o Ministério da Fazenda e do Império em 1837; e novamente Ministro da Fazenda em 1839 e foi convidado a ser Conselheiro do Estado em 1842. E pela terceira vez exerceu os cargos de Ministro da Fazenda e da Justiça em 1844, quando foi determinada a execução da Tarifa das Alfândegas de 1844 e, no ano seguinte, retornou ao Ministério da Fazenda e do Império. Durante os anos de 1844 a 1846 em sua vigência como Ministro da Fazenda pode reformar a Tarifa de 1844. A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e regulamentou o imposto do selo e a extração das loterias em todo o Império.

(Pelaéz& Suzigan,1976; Buescu,1984)

Visconde de Maranguape- O visconde chamava-se Caetano Maria Lopes Gama, nasceu em Pernambuco, filho do Dr. João Lopes Cardoso Machado e de D. Anna do Nascimento Gama. Cursou direito na Universidade de Coimbra. Seu primeiro trabalho no direito foi na

Magistratura na função de Juiz de Fora, em Penedo na província de Alagoas. Foi instituído na ordem do cruzeiro por trabalhos relevantes em prol da independência. Exerceu o cargo de presidente da província de Goiás e foi deputado. Com o termino da vigência de deputado foi enviado pelo Império para o Rio Grande do Sul para ser presidente da província. Foi eleito senador e em 1842 foi chamado para ser Conselheiro de Estado. O Visconde de Maranguape ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, sócio do IHGB, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, membro honorário da Academia de Arqueologia da Bélgica e de muitas sociedades científicas estrangeiras.

(Galeria dos Homens Ilustres, 1861; Lyra, 1979).

Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque- natural de Pernambuco, nascido em 21 de agosto de 1797 e falecido em 14 de abril de 1863. De carreira militar serviu em Moçambique e Macau. Voltando ao Brasil, em 1824, pode participar no combate Confederação do Equador. Em 1827 foi tenente-coronel e se reformou em 1832. Sendo deputado geral entre 1826 a 1838 e exerceu a função de senador entre 1838 a 1863. Ocupou o cargo de Ministro da Fazenda entre 1830- 1832; de março de 1846 a 1847 e de maio de 1862 a 1863. Ainda no Ministério da Marinha, de julho de 1840 a 1841 e de 1844 a 1846. Também exerceu a função de Ministro em outras pastas como Império, da Guerra e da Marinha. Declarado a favor do livre câmbio. E foi indicado ao Conselho de Estado em 1850 a 1863.

(Lyra, 1979; Maria Martins, 2007).

Manuel Felizardo de Souza e Mello- nascido em Campo Grande no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1805 e falecido em 16 de agosto de 1866. Estudou matemática na Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1826. Foi nomeado inspetor da tesouraria Provincial do Rio Grande do Sul em 1832. Foi presidente da província do Ceará de 1837 a 1839 e a seguir assumiu a presidência da província do Maranhão. Em 1842 foi eleito deputado pela província de Alagoas. Em 1848, exerceu a função de ministro nas pastas da Guerra e da Marinha. Em 1849 foi eleito senador pelo Rio de Janeiro. Entre fevereiro a setembro de 1853, foi Ministro da Fazenda. Foi ministro de diversas pastas chegando ao Conselho de Estado em 1866.

(Paula & Weltman- Lattman, 2008; Galeria dos Homens Ilustre, 1861).

Anexo 2- Biografias - Capítulo 3

Bernardo de Souza Franco- Nascido na província do Pará no dia 28 de junho de 1805 e falecido em 28 de maio de 1875. Seus pais, Manoel João Franco e sua mãe D. Catharina de

Souza Franco. Bacharel em direito pela Universidade de Olinda de 1831-1835. Trabalhou como fiscal da Tesouraria de Pernambuco foi também procurador fiscal da fazenda e juiz cível. Eleito deputado para a legislatura de 1838 a 1841. Foi nomeado presidente da província do Pará ocupando a vaga até 1840. Reeleito deputado geral pelo Pará de 1840 a 1843. Foi presidente da província de Alagoas de julho a dezembro de 1844. Reeleito sucessivamente deputado geral pelo Pará de 1845 a 1852. Em agosto de 1848 assumiu a pasta da Fazenda, em 1855 foi escolhido senador pelo Pará. Em 1857, Ministro da Fazenda na gestão do Gabinete de Pedro de Araújo Lima. Em 1859 foi nomeado Conselheiro de Estado e em 1864, presidentes da província do Rio de Janeiro.

(Galeria dos Homens Ilustres, 1861; Lattaman-Weltman, 2008).

Visconde de Jequitinhonha- nasceu no dia 23 de março de 1794 na Bahia e seu nome completo é Francisco Gomes Brandão Montesenna. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1817, mas labutou como jornalista, jurisconsulto e diplomata. Eleito Deputado Constituinte e um liberal exaltado. Em 1850 Conselheiro de Estado e em 1851, senador. Exerceu a função de presidente do Banco do Brasil em 1866.

(Lyra, 1979)

Visconde de Maranguape- pernambucano nasceu em Recife em 5 de agosto de 1795. Coursou humanidades em Olinda. E mais tarde formou-se em lei na Universidade de Coimbra em 1819. Exerceu a presidências de algumas províncias entre o período de 1829 a 1845 como: Goiás, Rio Grande do Sul e Alagoas. Desempenhou a função de desembargador em Pernambuco e na Bahia. Ainda foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Conselheiro de Estado, faleceu em 21 de junho de 1864.

(Lyra, 1979; Galeria dos Homens, 1861).

Ministro da Fazenda João Maurício Wanderley- futuro Barão de Cotegipe, bacharelou pela Faculdade de Direito de Olinda em 1837, iniciou sua carreira como Juiz de Órfão em Barra e Xiquexique na Bahia. Em 1840 foi deputado provincial e em 1844 tornou-se Juiz de Direito da comarca de Santo Amaro. Entre 1850 a 1855 ocupou a cadeira de deputado na Assembleia Legislativa e, em 1852, foi presidente e juiz do Tribunal da Relação da Bahia. Ocupou vários cargos públicos como Ministro da Marinha, em 1855 e também representou a Bahia como Senador. Respondeu pela pasta da Fazenda de 1856 e 1857 entre as gestões de Honorário Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná e de Bernardo de Souza Franco). Decretou a Tarifa aduaneira de 1857. Além desta atuação ainda pode aumentar os impostos

sobre tecidos de luxo, reduzindo a taxao de equipamentos agrcolas, gneros alimentcios e mteria-prima para as indstrias. Foi ministro da Marinha e de Negcios Estrangeiros entre 1869 e 1875. Em 1885 novamente foi Ministro de Negcios Estrangeiros e presidiu o Conselho de Estado at 1888.

(Paula& Lattaman - Weltman, 2008; Fleiuss, 1922).

ngelo Moniz da Silva Ferraz, o Baro de Uruguaiana. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Olinda em 1834, em 1837 assumiu o cargo Juiz de Direito. J em 1838 foi eleito deputado na Assembleia Provincial da Bahia. Aps esta eleio foi tambm deputado da Assembleia Geral at 1849. Em sua experincia na Alfndega, foi inspetor da Alfndega do Rio de Janeiro de 1840 a 1853, quando exerceu o cargo de procurador fiscal do Tesouro Pblico Nacional. Em 1853 integrou o Conselho do Imprio e assumiu uma cadeira no Senado.

(Paula, Lattman-Weltman, 2008; Martins, 2007).

Manuel Felizardo de Souza e Melo- Formou-se em cincias matemticas pela Universidade de Coimbra em 1826 e trabalhou como professor da academia Militar e ingressou na comisso da Secretaria de Estado dos negcios da Fazenda. Foi presidente da provncia do Cear de 1837 a 1839. Em 1842 foi eleito deputado por Alagoas. Em 1849 senador pelo Rio de Janeiro, exerceu vrias pastas de ministrios como: Guerra, Agricultura e da Fazenda.

(Paula& Lattman-Weltman,2008).

Joaquim Rodrigues Torres, o visconde de Itabora. Nascido em 13 de dezembro de 1802, em Porto das Caixas, freguesia de Itabora na provncia do Rio de Janeiro. Formado em matemtica pela Universidade de Coimbra em 1825. Em 1829 iniciou seu trabalho na imprensa com *O Independente* e escreveu em diversas gazetas. J em 1831 foi Ministro da Marinha por quatro vezes entre 1831 a 1832, de novembro de 1832 a 30 de julho de 1834 e 1837 a 1840 e 1843, alm de Ministro da Fazenda nos perodos de 1848 a 1853 e de 1868 a 1870. Foi deputado entre 1834 a 1844 no mesmo ano assumiu uma cadeira no Senado e ainda serviu no Conselheiro de Estado em 1853. Faleceu em 8 de janeiro de 1872

(Lyra, 1979; Galeria dos Homens Ilustres, 1861).

Anexo 3- Biografias - Captulo 4

Jos Maria da Silva Paranhos - visconde do Rio Branco, Ministro da Fazenda que nasceu na Bahia em 16 de maro de 1819 e faleceu no Rio de Janeiro em 1880. O Baiano graduou-se em cincia matemticas, iniciou sua carreira poltica a partir de 1845 quando foi eleito presidente

da província no Rio de Janeiro em 1847, e representou na Câmara em 1848 e de 1853 a 1860. Em 1861 foi eleito como Deputado por Sergipe e Senador em 1862 pela província Mato Grosso e já em 1866, Conselheiro de Estado.

Como ministro exerceu diversos cargos: Ministro da Marinha de 1853-1855, em 1861, Ministro da Fazenda, e em 1868, Ministro Estrangeiros. Organizou o gabinete no Segundo Reinado de 1871-1875, com mudanças significativas, como a lei do ventre Livre, criação de escolas normais e do ensino técnico.

(Paula, Lattman-Weltman, 2008; Lyra, 1979; Galeria dos Homens Ilustres, 1861).

Senador Zacarias Góes de Vasconcellos- discutia sobre a necessidade de apoiar a agricultura no Império. Nascido em 5/11/1815, na Bahia, e falecido no Rio de Janeiro, em 28/12/1877. Formado em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, foi aprovado como professor desta instituição em 1840. Foi presidente de várias províncias: Piauí, Sergipe e Paraná. Eleito deputado geral, exerceu o mandato de 1850 a 1856 e ainda entre 1861 a 1864. Exerceu função de Ministro de Estado na Marinha, em 1852, do Império e presidente do conselho em 1862, Ministro da justiça e presidente do conselho, em 1864, e ainda Ministro da Fazenda em 1866. Em 1864, foi escolhido senador e em 1866, presidente do Conselho de Estado.

(Paula & Lattman-Weltman, 2008; Lyra, 1979).

O Ministro da Fazenda Afonso Celso de Assis Figueiredo- nascido em 21 de fevereiro de 1836 e falecido em 21 de fevereiro de 1912, foi Ministro da Fazenda no período da tarifa de 1879, mais protecionista. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1858, foi inspetor da tesouraria provincial e procurador fiscal da fazenda Geral da província. Foi eleito deputado geral em 1864 e assumiu a pasta do Ministério da Marinha, em 1866. Em 1879 foi escolhido senador por Minas Gerais.

(Paula & Lattman-Weltman, 2008; Lyra, 1979).

Anexo 4:Biografias - Capítulo 5

Antônio Felício dos Santos- médico, deputado e senador, primeiro presidente da Associação Industrial e o primeiro líder no Congresso a favor da Indústria fabril. Natural da Província Minas Gerais, da cidade de Diamantina, nasceu em 1843 e faleceu em 06 de setembro de 1931. Membro de uma família de diamanteiros em Minas Gerais mais especificamente na cidade de Diamantina. Era o presidente da Associação Industrial do Rio de Janeiro o médico e industrial, filho do major Antônio Felício dos Santos e dona Mariana Fernandes dos Santos,

tradicional família mineira. Coursou Humanidades no Seminário de Mariana, em 1865, venceu pleito eleitoral e presidiu a Câmara Municipal de Diamantina até 1867, quando foi eleito deputado geral, ardoroso Republicano, nas legislaturas de 1868, 1870 e 1885. Fez o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em 1863; exerceu a profissão de clínico, a princípio na cidade de Diamantina, e depois na Corte, instituindo uma casa de Saúde que mais tarde passou a diante. Representou sua província na Câmara. Em 1874, criou a fábrica de produto farmacêutico do RJ, tendo fundado a de tecidos de Berybery em Diamantina. Em 1884 fundou a Fábrica de tecidos Pau Grande, conhecido comércio fabril. Conselheiro de Estado, em 1891, estabeleceu em Mendes a fábrica de papel Itacolony. Presidiu o Banco do Brasil. Como jornalista fundou a *União Diário Católico*.

(Galeria dos Homens Ilustres, 1861; Paula & Lattman-Weltman, 2008; Lyra, 1979).

Antônio José dos Santos- O patriarca da família Felício dos Santos natural de Diamantina, casado com Maria Jesuína da Luz, foi encarregado da Real Fundição de Ouro da Vila do Príncipe. O casal teve seis filhos: João Antônio (1818-1905), o primeiro Bispo de Diamantina; Antônio Felício dos Santos (1815-1897), comerciante de diamantes, revolucionário de 1842 e deputado (1868-70; 1878-1883 e 1885-1887); Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), autor do livro “Das Memórias do Distrito de Diamantino” e do projeto do Código Civil, advogado, jornalista, deputado geral(1864-1866) e senador (1890-1893); Maria Silvana, casada com Josefino Vieira Machado (Barão de Guaicú); Silvana Maria, consorte de Pedro de Alcântara Machado, deputado e mais tarde Diretor do Banco do Brasil e Feliciano Amador dos Santos explorador de diamantes. Os irmãos Felício dos Santos eram tios dos ministros Antônio Olinto dos Santos Pires (1860-1925) e Francisco Sá (1862-1936).

(Marcos Martins, 2014).

João Ignácio Silveira da Motta- nascido em 15 de fevereiro de 1811 em Goiás e filho do Conselheiro Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Estudou em Lisboa durante o ensino clássico e fez Direito na Universidade de Coimbra. Em 1842 foi deputado provincial e anos mais tarde no ano de 1849 foi eleito deputado da Câmara dos Deputados e em 1853, escolhido Senador. Foi opositor do ministro Souza Franco fazendo discursos contra as medidas financeiras por ele realizadas.

O primeiro a apoiar a causa da AIRJ no Senado, filho de Joaquim Ignácio Silveira da Motta e dona Anna Luiza da Gama e irmão do Barão de Villa Franca, foi conselheiro, nascido em 15 de fevereiro de 1807 em Goiás e morto em 16 de outubro de 1893 no Rio de Janeiro. Formado

pela Universidade Coimbra, no curso de Direito, professor e advogado de 1834 até 1892. Foi deputado provincial em 1842 e em 1849 pela província de SP que o mandou para Câmara dos Deputados, sendo reeleito em 1853. Foi Senador nesse ano, em oposição às medidas financeiras. Advogado, Senador do Império pela província de Goiás, desde março de 1855, foi oficial da Ordem da Rosa e do Conselho de sua Majestade Imperial.

(Paula & Lattman-Weltman, 2008; Lyra, 1979; Galeria Homens Ilustres, 1861).

O Senador João José de Oliveira Junqueira, filho do Conselheiro de igual nome e de dona Thereza Leonor Carneiro Junqueira, nasceu na cidade da Bahia em 20 de fevereiro de 1831 e na mesma cidade faleceu em 09 de novembro de 1887. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, foi senador do Império, fidalgo cavalheiro da casa Imperial, do Conselho do Imperador, oficial da Ordem da Rosa, cavaleiro da ordem de S. Gregório Magno e Grã-Cruz da ordem portuguesa da Villa Viçosa e da ordem da Coroa de juiz de direito. Foi deputado provincial em duas legislaturas e geral em quatro desde 1857; presidiu as ex- províncias do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco e foi Ministro de Guerra nos gabinetes de 07 de Março 1871 e de 20 de agosto de 1885. Orador discreto e substancioso desde a assembleia provincial foi membro da comissão especial que formulou o parecer e projeto de lei de libertação do ventre livre.

(Dicionário Blake, 1900).

Vereador e Comendador Malvino da Silva Reis- negociante da Praça do Rio de Janeiro, foi coronel comandante do primeiro corpo da Cavalaria da Guarda Nacional, Comendador da ordem da Rosa, Comendador da Ordem de Cristo de Portugal e da Ordem S. Gregório magno de Roma e o idealizador da Associação Industrial. Esse levantou uma frente de mobilização, para se alcançar o espaço necessário para a indústria fabril no Império na década de 1880.

(Lyra, 1979; Galeria Homens Ilustres, 1861).

Ministro da Fazenda Francisco Belizário Soares de Sousa, nascido em Itaboraí no dia 09/11/1939 e falecido em 24/09/1889, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1861, foi membro do Partido Conservador e exerceu vários cargos eletivos: Deputado 11/05/1869 a 24/09/1889 e Cargo Executivo 28/08/1885 a 09/03/1888, além do Senado de 06/05/1887 a 24/09/1889., p.253), Passou rapidamente pela advocacia, industrial e banqueiro. Ligado estreitamente por parentesco e afinidades políticas aos chefes saquaremas fluminenses, armou entre eles sua barraca de campanha. Foi presidente do Banco do Brasil,

assumiu a pasta da Fazenda em 1885, adotou uma política econômica de restrição monetária e adepto da escola metalista.

(Nogueira & Firmo, 1973; Lyra 1979).

O senador Silveira Martins, nascido em Bagé no Rio Grande do Sul, em 05/08/1834 e falecido em 23 de julho de 1901; cursou a Faculdade de Direito em Olinda em 1856; foi eleito deputado provincial em 1861, exercendo por vários mandatos o cargo eletivo. Membro do Partido Liberal, deputado geral em 1876, além ter sido Ministro da Fazenda e ter efetuado várias modificações na pasta, como: instituiu novas tabelas para arrecadação do imposto de indústrias e profissões; regulamentou o imposto predial; regulou o serviço de loterias; enfrentou as dificuldades da seca do Nordeste e sugeriu a criação do tribunal de contas. Em 1880 assumiu o senado e em 1889 foi Conselheiro de Estado. Este parlamentar discutia e defendia a província do Rio Grande do Sul e seus interesses dentro do Senado.

(Nogueira & Firmo, 1973; Paula & Lattman- Weltman, 2008).

Ministro João Alfredo Correa de Oliveira- mentor da Tarifa de 1889- nascido em 12/02/1835, pernambucano cursou Direito; exerceu vários cargos eletivos durante sua vida pública como Deputado de 1861 a 1863 e de 1869 a 1875; entrou no Senado 28/02/1877 onde ficou até 15/11/1889. Exerceu os cargos executivos de presidente de província em 02/12/1869 a 06/01/1871 e entre 19/10/1875 a 25/08/1886. Exerceu vários cargos Executivos nos Ministérios como: Ministro do Império, da Agricultura e da Fazenda nos períodos de 29/09/1870 a 1889. E falecido em 06/03/1919.

(Nogueira & Firmo, 1971)

O Ministro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz nascido 26/12/1824, em Minas Gerais na cidade de Cristina, formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi juiz municipal e inspetor da Tesouraria Provincial, Ministro da Marinha e senador.

(Nogueira & Firmo, 1973; Lyra 1979).

José Antônio Correia da Câmara, nascido em Porto Alegre no dia 17 de fevereiro de 1824, exerceu o cargo de marechal de Exército e participou de operações na Guerra do Paraguai, sendo comandante de forças na ocasião e Senador em 1880. Seu falecimento se deu no dia 18 de agosto de 1893.

(Lyra,1979).

O Ministro da Fazenda José Antônio Saraiva. Nascido em Santo Amaro, na Bahia, em 1/03/1823 e falecido em Salvador em 21/07/1895, formou em direito pela Faculdade de São Paulo em 1846. Segundo Lyra: “Era agricultor e político, entrou para Câmara em 1853 e foi deputado até 1867 quando tomou assento no senado”. Presidiu as províncias do Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Como Ministro, serviu a Marinha em 1857, do Império em 1861, de estrangeiros e interinamente da guerra em 1865, da Fazenda, em 1880- 1885. Segundo Ferraz: “O 29º Gabinete de José Antônio Saraiva do Partido Liberal de 28/03/1880 a 21 /01/1882, foi Ministro da Fazenda quando comandou organização da Comissão Revisora da Tarifa das Alfândegas de 1881 e a sua execução” na Legislatura 18º 1882- 1884.

(Ferraz, 2012; Lyra,1979).

O senador Silveira Martins, nascido em Bagé no Rio Grande do Sul, em 05/08/1834 e falecido em 23 de julho de 1901; cursou a Faculdade de Direito em Olinda em 1856; foi eleito deputado provincial em 1861, exercendo por vários mandatos o cargo eletivo. Membro do Partido Liberal, deputado geral em 1876, além ter sido Ministro da Fazenda e ter efetuado várias modificações na pasta, como: instituiu novas tabelas para arrecadação do imposto de indústrias e profissões, regulamentou o imposto predial, regulou o serviço de loterias, enfrentou as dificuldades da seca do Nordeste e sugeriu a criação do tribunal de contas. Em 1880 assumiu o senado e em 1889 foi Conselheiro de Estado. Este parlamentar discutia e defendia a província do Rio Grande do Sul e seus interesses dentro do Senado.

(Paula& Lattman- Weltman,2008).